

projeto  
**HISTÓRIA**<sup>29</sup>

**cultura e poder:  
o golpe de 1964 – 40 anos depois**

Nº 29  
Julho/Dezembro/04

REVISTA DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA  
E DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PUC-SP

**educ**

ISSN 0102-4442

Proj. História	São Paulo	Nº 29	tomo 1	p. 1-351	Dezembro/04
----------------	-----------	-------	--------	----------	-------------

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Reitora Nadir Gouvêa Kfour / PUC-SP**

Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo n. 0 (1981) - . - São Paulo : EDUC, 1981-  
Periodicidade: anual até 1997.  
semestral a partir de 1997.

ISSN 0102-4442

1. História - Periódico. I. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Projeto História propõe-se a levantar problemas historiográficos a partir de temáticas interdisciplinares

CDD 19.905

Indexada em Sumários Correntes Brasileiros - ESALQ; Índice Histórico Español - Bibliografias de História de España; Centro de Información y Documentación Científica - CINDOC; American History and Life ABC - Clio - 130; Historical Abstract - ABC - Clio - 130; Hispanic American Periodical Index; Bibliographies and Indexes in Latin American and Caribbean Studies; Social Sciences Index; Info-Latinoamerica (ILA); Ulrich's International Periodicals Directory.

Coordenador do Programa de Estudos Pós-Graduados em História

*Maurício Broinizi Pereira*

Chefe do Departamento de História

*Antonio Pedro Tota*

**Projeto História**

Editores

*Antonio Pedro Tota*

*Antonio Rago Filho*

Conselho Editorial

*Afrânio Garcia (EHESS/Paris)*

*Alessandro Portelli (La Sapienza/Roma)*

*Antonio Pedro Tota*

*Antonio Rago Filho*

*Cliff Welch*

*Denise Bernuzzi de Sant'Anna*

*Estefânia Canguçu Knotz Fraga*

*Heloísa de Faria Cruz*

*Hermetes Reis de Araújo (UFU)*

*Idellete Muzart (Paris X, Nanterre)*

*Jean Hebrard (EHESS/Paris)*

*Jerusa Pires Ferreira*

*Maria Angélica Soler*

*Maria Antonieta Antonacci*

*Maria Odila da Silva Dias*

*Marcos Antonio da Silva (USP)*

*Marion Aubrée (EHESS/Paris)*

*Maurício Broinizi Pereira*

*Rosa Kulcsar*

*Vera Lucia Vieira*

*Yara Aun Houry*

*Yvone Dias Avelino*

Conselho Consultivo

*Angelo Del Vecchio (Unesp)*

*Antonio Paulo Resende (UFPE)*

*Beatriz Carolina Crisório (Univ. Buenos Aires)*

*Elias Thomé Saliba (USP)*

*Fernando Faria (UFF)*

*Irma Aurélia Antognazzi (Univ. Nac. Rosário)*

*Janaína Amado (UnB)*

*João José Reis (UFBA)*

*José Carlos Barreira (Unesp/Assis)*

*Margarida Souza Neves (PUC-RJ)*

*Maria Clementina Pereira Cunha (Unicamp)*

*Silvia Regina Ferraz Petersen (UFGRS)*

**Editora da PUC-SP**

Direção

*Maria Eliza Mazzilli Pereira*

*Denize Rosana Rubano*

Coordenação Editorial

*Sonia Montone*

Preparação

*Vânia Noeli Assunção*

Revisão

*Sonia Rangel*

Revisão de Texto em Inglês

*Olga M. M. Charro*

Editoração Eletrônica

*Claudia M. Nascimento*

Capa

Imagem: reprodução iconográfica da foto  
"Protesto de artistas e estudantes na Cinelândia  
contra a censura e atos de terrorismo"  
(Última Hora, 25/7/68), pesquisa iconográfica  
de Deborah Estri Motta

Arte: Christof Gunkel Comunicação Visual

**educ** Editora da PUC-SP

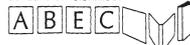
Rua Ministro Godói, 1197

05015-001 - São Paulo - SP - Brasil

Telefax: (55) (11) 3873-3359



Associação Brasileira  
de Editores Científicos



## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
--------------------	---

### TRADUÇÕES

CLÉRIGOS, EXILADOS E ACADÊMICOS: OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS ESTADOS UNIDOS, 1969-1974 .....	13
<i>Clerics, Exiles e Academics: opposition to the brasilian Military Dictorship in the United States, 1969-1974</i>	
James N. Green	
NECESSIDADE DO ENFOQUE HISTORIOGRÁFICO PARA EXPLICAR OS PROCESSOS SOCIAIS DO PRESENTE .....	35
<i>The need of historiographical focus to explain current social processes</i>	
Irma A. Antognazzi	

### ARTIGOS

CELSO FURTADO E O NORDESTE NO PRÉ-64: REFORMA E IDEOLOGIA .....	53
<i>Celso Furtado end the northeast in the pre-64: reform and ideology</i>	
Rosa Maria Vieira	
BRASIL: GOLPE DE ESTADO DE 1964. QUE ESTADO, PAÍS, SOCIEDADE SÃO ESSES? .....	87
<i>Brazil: 1964 coup d'état. Which state, country and society are these</i>	
Maria Aparecida de Aquino	

<p><b>THE END: A CENSURA DE ESTADO E A TRAJETÓRIA DOS DOIS ÚLTIMOS CHEFES DA CENSURA BRASILEIRA . . . . .</b></p> <p><i>The end: State censorship and the trajectory of the two latest managers of brazilian censorship</i></p> <p>Beatriz Kushnir</p>	107
<p><b>LAERTE ENCONTRA HENFIL (QUEDA E ASCENSÃO DAS DITADURAS)</b></p> <p><i>Laerte meets Henfil (fall and rise of dictatorships) . . . . .</i></p> <p>Marcos Silva</p>	125
<p><b>O ARDIL DO POLITICISMO: DO BONAPARTISMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUTOCRACIA BURGUESA . . . . .</b></p> <p><i>The trap of the politicization: from bonapartism to the establishment of the bourgeois autocracy</i></p> <p>Antonio Rago Filho</p>	139
<p><b>POLÍTICA E POTÊNCIA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO . . . . .</b></p> <p><i>Politics and potency in the brazilian military regime</i></p> <p>Angelo Del Vecchio</p>	169
<p><b>DA SOCIEDADE POLÍTICA À SOCIEDADE CIVIL: A PRESENÇA PÚBLICA DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA NUM PERÍODO DE INSTABILIDADE POLÍTICA (1952-2004) . . . . .</b></p> <p><i>From political society to civil society: the public presence of the brazilian Catholic Church in a context of political instability (1952-2004)</i></p> <p>Juan Cruz Esquivel</p>	197

**ENTREVISTA**

<p><b>NACIONALISMO, EMPRESARIADO E O GOLPE DE ESTADO DE 1964 . . . .</b></p> <p><i>Nationalism, Entrepreneurship and the 1964 Coup d'etat</i></p> <p>Fernando Gasparian</p>	223
---	-----

## PESQUISAS

- DA “EDUCAÇÃO DAS MASSAS” À “DEFLAGRAÇÃO DE CRISES”:  
O “POPULISMO” NA VISÃO DE ROBERTO CAMPOS ..... 237  
*From the “mass education” to the crises deflagration” : the “populism” in the  
Roberto Campos view*  
Wanderson Fabio de Melo
- A REPRESSÃO EXTRANACIONAL NA DITADURA MILITAR  
BRASILEIRA: A VIGILÂNCIA DO DEOPS PAULISTA SOBRE  
O CHILE (1970-1973)” ..... 251  
*The extranational repression in the brazilian military dictatorship:  
the vigilance of DEOPS in São Paulo over Chile (1970-1973)*  
Deborah Estri Motta
- 1964: OS IMPACTOS DO GOLPE MILITAR NA CARREIRA  
ACADÊMICA E ARTÍSTICA DO ARQUITETO VILANOVA ARTIGAS . 257  
*1964: The impacts of military coup in the academic and artistic career of  
architect Vilanova Artigas*  
Patrícia Sadaike
- MÉDICI E O FUTEBOL: A UTILIZAÇÃO DO ESPORTE  
MAIS POPULAR DO BRASIL PELO GOVERNO  
MAIS BRUTAL DO REGIME MILITAR..... 267  
*Médici and Soccer: the exploitation of the most popular sport  
in Brazil by the most violent government of military rule*  
Marcos Guterman
- OS 31 ANOS DE GOLPE MILITAR NO CHILE ..... 281  
*31 years of coup d'état in Chile*  
Elisa de Campos Borges
- AÇÃO E PAIXÃO POLÍTICA: A DIMENSÃO AFETIVA  
DA LUTA PELA ANISTIA (1975-80) ..... 291  
*Political action and passion: the affective dimension  
of fight for amnesty (1975-80)*  
Andressa Maria Villar Ramos

REPRESENTAÇÕES DA GREVE DOS PETROLEIROS DE 1995 NA  
IMPrensa: AS REFERÊNCIAS AO PERÍODO MILITAR E À  
DEMOCRACIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO ..... 303  
*Representations of the petroleum workers' 1995 strikes in the press:  
references to military and democratic period in the journalistic speech*  
Ana Cosenza

IMPrensa E CULTURA: UMA ANÁLISE DE SEÇÕES E CADERNOS  
DE CULTURA DA IMPrensa PAULISTA E CARIOCA (1969-1989) ... 313  
*Press and culture: an analysis about culture books and sections  
of the press in São Paulo and Rio de Janeiro*  
Leandro Paschozarelli

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS PROCESSOS  
DE *HABEAS CORPUS* (1964-69) ..... 325  
*The Supreme Court (Supremo Tribunal Federal - STF) and the processes  
of habeas corpus (1964-69)*  
Fabrícia Cristina de Sá Santos

#### RESENHAS

CLAMOR, A DEMONSTRAÇÃO DE CORAGEM, AMOR E  
SOLIDARIEDADE ..... 337  
*Clamour, a proof of courage, love and solidarity*  
Yvone Dias Avelino

DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA:  
AS COMISSÕES DE FÁBRICA NA COBRASMA ..... 343  
*Military dictatorship and resistance: the factories's commissions*  
Adilson José Gonçalves

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO ..... 349

FORMULÁRIO PARA ASSINATURA  
E AQUISIÇÃO DE NÚMEROS AVULSOS ..... 351

## APRESENTAÇÃO

Transcorridos quarenta anos do golpe militar de 1964, vários eventos significativos aconteceram nas universidades, no Brasil e nos Estados Unidos, nos centros culturais, privados e públicos, contando com a participação de muitos pesquisadores. Artigos foram publicados em jornais e revistas da grande imprensa. O público leitor em geral e acadêmico em particular teve a seu alcance biografias, narrativas de experiências pessoais, livros analisando o golpe e o significado histórico e político do governo militar. Todos esses eventos marcaram, em 2004, os quarenta anos da instauração do regime militar em nosso país. Na ocasião, várias linhas de pesquisa, várias interpretações do governo de João Goulart e do governo militar foram dadas a conhecer ao público.

Uma das posições que mais se difundiu foi a de que aqueles acontecimentos trágicos, em especial toda a atuação dos dez anos de governos, de Vargas a Jango, eram negadores da democracia. Como uma diátese, o grosso dessa interpretação contaminou todo o corpo do pensamento acadêmico brasileiro, em especial o paulista.

Walter Benjamin, em seu combate às concepções estéticas do fascismo, levantava a questão de que a crítica de esquerda não poderia ser apropriada pelos inimigos a quem precisamente esta crítica estava voltada. A estigmatizada “república sindicalista”, na visão conservadora, era sinônimo de caos, anarquia, instabilidade das instituições, subversão, ausência de hierarquia, esquerdismo, corrupção, indisciplina, amoralidade. Mais ainda: a “República sindicalista” seria a antecâmara para a entrada do comunismo em nosso país.

É oportuno assinalar alguns pontos extremamente problemáticos da “teoria do populismo”, que, por sua vez, pertence a um quadro teórico da “escola sociológica paulista”, a saber: as teorias da dependência, marginalidade, autoritarismo. Este construto subjetivo, para além de suas insuficiências teóricas, acarretou conseqüências práticas e desarmou a própria construção de uma real alternativa de esquerda para os problemas estruturais do país.

Assim, a partir da instauração do regime de 1964, os teóricos da “analítica paulista” passaram a profetizar o “colapso do populismo” (ou o colapso da teoria?), identificado mais a um “estilo de política”, que se esgotara *ao tempo* em que os trabalhadores, ao se configurarem como classe, formaram seus próprios interesses específicos e a burguesia percebera que não seria mais possível “enganar” continuamente esta categoria social da cidade e do campo.

Para os ideólogos da autocracia burguesa, a *crise geral* da sociedade brasileira era atribuída à “algaravia populista”. As promessas inatingíveis da *demagogia populista* acabaram por conduzir a sociedade brasileira a um beco sem saída. Salários desmedidos em choque com a real produtividade da economia, escalada desenfreada da inflação, a estagnação da economia, a desobediência civil eram os efeitos de toda “política populista”. Com isso, os ideólogos orgânicos tentavam, ao sabor dos próprios acontecimentos, descaracterizar totalmente *os projetos sociais em luta*, as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica *popular e nacional*, que o trabalhismo inscrevia na realidade nacional, propugnando a democratização da propriedade da terra, a reforma educacional, a reforma política, a integração das massas no mercado interno, no que certamente se chocava com o capital estrangeiro e as várias frações monopolistas associadas.

O modelo teórico, na verdade, não é neutro, pois tem conteúdo ideológico delimitado: não permite mais *as manipulações das massas*, mediadas pela pequena-burguesia, por uma “liderança populista”, como no *getulismo de massas*. Há, segundo este arquétipo, uma correspondência entre esse atraso nas estruturas sociais e as formas políticas, cuja consequência vai estar na *ausência de canais políticos* que possam expressar os anseios crescentes das massas populares. Como disse um autor: “A inexistência destes canais coloca as massas mobilizadas em disponibilidade para a manipulação das elites incongruentes, comprometendo-se a possibilidade de uma ação racional de meios e fins no político. O populismo seria a tradução política do atraso social”.

Neste volumoso número da *Revista Projeto História*, que ora se apresenta, disposta em dois tomos, encontrar-se-á esta polêmica, evidentemente posta em aberto, como sói acontecer na história de sua trajetória temática e plural, mas com a explicitação rigorosa de novos conteúdos para uma revisitação desse danoso tempo para as multidões. Com a justa homenagem ao cientista político e historiador René Armand Dreifuss, autor de obra seminal intitulada *1964: a conquista do Estado*, inauguramos o III Encontro de Estudos de Realidade Nacional, que o Programa de Estudos Pós-Graduados em História estimulou e organizou em fins de março e princípios de abril, de 2004.

Coincidentemente, 2004 foi também o ano de desaparecimento de dois dos grandes vultos do nacionalismo. Tratando-se de Leonel de Moura Brizola, falecido a 21 de junho, e Celso Furtado, a 20 de novembro. Um, o político “empírico”, outro, o intelectual formador.

Este número da *Projeto História* também congrega inúmeras pesquisas de nosso mestrado e doutorado, as que estão em vias de se completar e aquelas já defendidas em nosso programa, abrigando contribuições de outras instituições e de fora do nosso estado. Podemos sumarizar, para não nos alongarmos em demasia, algumas delas, como a questão do “populismo” na práxis de Roberto de Oliveira Campos, a do terrorismo oficial e da rede de estruturas e equipamentos da repressão; a questão da anistia da perspectiva dos jogos de afetos, dos direitos humanos e das associações da sociedade civil que com sua luta criativa souberam penetrar no coração do regime. O papel da Igreja católica, abrigo e eficácia na denúncia do arbítrio e da barbárie, dos massacres transformados em “banalizações do mal”. No plano da cultura, importantes temas se apresentam, com destaque para resistência da arquitetura paulista, aqui representada por seu artífice principal, o arquiteto João B. Vilanova Artigas. Questão complexa e de difícil tratamento, mas vital para a compreensão das ditaduras latino-americanas, alinham-se pesquisas sobre a Operação Condor.

Por esta engrenagem monstruosa e seus resultados, é legítimo perguntar-se sobre a responsabilidade da *guerra suja*. Os crimes cometidos são, independentemente dos espaços nacionais onde foram praticados, crimes *lesa* humanidade. Assim como ocorreu com as Mães da Praça de Maio, em Buenos Aires, que mantêm a memória sempre viva, não para repor perdas do passado, mas porque representam a continuidade da luta pela “memória do futuro”; em nosso país, as responsabilidades pelos desaparecidos, crimes, seqüestros, torturas ficaram novamente impunes. A impunidade é a nossa marca registrada. Reconhece-se que houve abusos e atos arbitrários; no entanto, extinta a máquina, com ela desapareceram os agentes da repressão, e, com eles, os seus atos, mandantes e inspiradores.

No Brasil, se o oficialato atribuiu a quebra da hierarquia e da disciplina militar ao próprio presidente João Goulart, como ato irresponsável e ignominioso, passível de punição, a mesma questão se colocaria aos membros da ditadura. No caso de suposta omissão aos métodos terroristas dos torturadores, “o chefe é sempre responsável e, se sabe de irregularidades e não toma providências, é conivente. Mais do que isso: se não sabe o que se passa em sua unidade é também conivente por omissão e falta de responsabilidade”. Celina D’Araujo observou com justeza que, mesmo na argumentação fictícia da não-existência de tortura, do desconhecimento das altas patentes, nos depoimentos dos militares há o respingo do sangramento e dos ecos dos gritos quando confirmavam por via indireta que numa guerra “nem tudo pode ser controlado”: “Reforçando esta perspectiva, a tortura é, às vezes, banalizada como mais uma das várias iniciativas que tiveram de ser implementadas – ‘ossos do ofício’”.<sup>1</sup>

As conseqüências dos atos bárbaros e arbitrários se misturaram à violência caseira do cotidiano: a prática cotidiana da tortura – comum nas cadeias brasileiras – torna-se, com os

esquadrões da morte, com os aparelhos do Estado, uma *prática institucionalizada*. Um tipo de prática de extorsão, de ascensão social rápida, de enriquecimento ilícito nos meios policiais, de prostituição e jogatinas à luz do dia, vão se juntar à prática suja e indigna dos empresários no financiamento da repressão oficial.

Em 1985, a Arquidiocese de São Paulo registrou todas as formas de barbarismo e atrocidades praticadas pela ditadura militar, desmontando toda a manipulação do sistema repressivo, com suas práticas de tortura em crianças, mulheres, gestantes; com a utilização dos métodos mais cruéis e inumanos que se possa imaginar; com a utilização da farsa no domínio do Direito e sob uma arquitetura que deixou marcas indelévels na memória do povo brasileiro. Rebatiam-se, com coragem e dignidade, as violações dos direitos humanos. Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, página A11, dia 29 de outubro de 2004, o cardeal Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito de São Paulo, indignado com a publicação das fotos atribuídas a Herzog, as atitudes conciliatórias e morosas do governo, com o anátema aos arquivos da ditadura, se expressou:

Na preparação do livro *Brasil Nunca Mais*, obtivemos autorização para copiar 707 processos da Justiça Militar. No total copiamos 1 milhão de páginas – um documento valioso na reconstituição das violações dos direitos humanos. Eram denúncias feitas diante de autoridades militares, em juízo, com nomes de torturadores, de locais de tortura, de presos desaparecidos. Penso nisso e pergunto: quantos outros arquivos existem por aí?

A divulgação recente de várias fotos montadas e falsificadas, do jornalista Vladimir Herzog – numa delas nu e em posição desesperada e humilhante, e noutra com uma mulher ao lado –, só comprovam como os órgãos de repressão se valeram de todos os meios para intimidar, amordaçar, amedrontar, punir, eliminar.

Uma “Nota” afrontosa do Centro de Comunicação Social do Exército, publicada na *Folha de S. Paulo*, dia 19 de outubro de 2004, tentava justificar os seus “métodos” na luta contra a “subversão”. Nela se faz a apologia dos atos criminosos e, invertendo os próprios fatos, responsabiliza a oposição por se fechar ao diálogo. A facção durista sustenta que “as medidas tomadas pelas Forças Legais foram uma legítima resposta à violência dos que recusaram o diálogo, optaram pelo radicalismo e pela ilegalidade e tomaram a iniciativa de pegar em armas e desencadear ações criminosas”. Ao revés do esperado, não houve responsabilizações; pior, o posicionamento contrário de José Viegas Filho, o ministro da Defesa, custou-lhe caro, sendo destituído pelo governo dito de esquerda e popular, que atendeu às reivindicações dos chefes militares. A partir de então, a pressão pela abertura dos arquivos da ditadura foi realimentada ainda que o general Francisco Roberto de Albuquerque tenha salientado que o Exército não possuía mais nenhum documento sobre a guerrilha do Araguaia. A ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), de sua parte, diz ter aproximadamente 4 milhões de documentos da ditadura militar.

No Chile, a 10 de novembro, o presidente Ricardo Lagos divulgava relatório com mais de 35 mil testemunhos de 35 mil vítimas de tortura sob a ditadura de Augusto Pinochet (1973-90). “Quantos países se atreveram a olhar com profundidade sua própria história? Quantos países se atreveram a chegar ao fundo do que ocorreu? O Chile se atreve”, declarou o presidente chileno. Ao contrário da atitude regressiva e covarde do governo brasileiro, dito de esquerda e popular, o comandante-em-chefe do Exército, general Juan Emilio Cheyre, reconheceu a monstruosidade praticada pelas Forças Armadas de seu país no arbítrio e desumanidade dos atos cometidos. Como escreveu o jornalista Jânio de Freitas, a 19 de dezembro, à página A 13, de 19 de dezembro de 2004,

A participação de militares brasileiros na Operação Condor está razoavelmente conhecida. Mas as Forças Armadas brasileiras deram contribuição importante ao golpe de estado no Uruguai e tiveram participações comprometedoras no golpe de Pinochet. [...] As razões para a recusa à abertura de arquivos são muito maiores do que a solidariedade por espírito de corporação.

Não custa repetir a rigorosa síntese acerca dos momentos significativos da ditadura militar, que o historiador Nelson Werneck Sodré fez, à época dos trinta anos do golpe, e, com isso, nós fechamos essa apresentação:

O movimento vitorioso em abril de 1964 foi uma ditadura anunciada, longamente anunciada, amadurecida ao longo dos anos da *guerra fria*. Estabelecida, desenvolveu-se em três etapas: a inicial, até o AI-5; a intermediária, do AI-5 à chamada *distensão*; o final, da *distensão* à derrocada. Note-se: a ditadura não foi deposta, daria lugar a profundas modificações na estrutura do regime. Tendo sido extinta pelos seus próprios gestores, pela impossibilidade em continuá-la como desejavam, transferiu à fase seguinte, à chamada *distensão*, todos os seus problemas, todas as suas mazelas, à carga de suas características de atraso. [...] Não, por acaso, tornou normal e usual o que o nazi-fascismo estabelecera de mais torpe, com o exílio, o banimento, a prisão, a tortura, a privação dos direitos elementares, a insegurança do indivíduo, a destruição cultural e, para culminar, o assassínio estabelecido como processo comum e o seqüestro e desaparecimento dos adversários como norma costumeira. *A ditadura foi o crime erigido em lei*. Muitas das suas torpezas foram herdadas pelo que veio depois e por isso continuamos a nos debater com os mesmos problemas de trinta anos atrás. Isso prova que só o emprego da força da violência, sob todas as suas formas, pode impedir a sociedade brasileira de alcançar a vitória daquelas reformas estruturais de que o nosso povo tanto necessita. E merece.<sup>2</sup>

Quarenta anos depois, a tragédia brasileira parece continuar.

Antonio Pedro Tota  
Antonio Rago Filho  
Editores científicos



*Notas*

<sup>1</sup> D'Araujo, Maria Celina et alii. *Os Anos de chumbo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 23.

<sup>2</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. "1964: A Ditadura Anunciada". In: *Golpe de 64*. Porto Alegre, Universidade Estadual de Porto Alegre, 1994, p. 10.

## TRADUÇÕES

### CLÉRIGOS, EXILADOS E ACADÊMICOS: OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR BRASILEIRA NOS ESTADOS UNIDOS, 1969-1974

James N. Green\*

Tradução: Olga M. Charro\*\*

**Thomas Mann**, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos: *Espero que você esteja tão feliz com o Brasil quanto eu.*  
Presidente **Lyndon B. Johnson**: *Estou.*  
**Mann**: *Acredito que esta seja a coisa mais importante que aconteceu no hemisfério em três anos.*  
**Johnson**: *Espero que nos dêem algum crédito, e não o inferno.*  
Extraído de uma conversa gravada na Casa Branca, 3/4/1964.<sup>1</sup>

Quase ninguém nos Estados Unidos protestou contra a tomada do governo civil brasileiro pelos militares, em 31 de março de 1964, com o apoio daquele país. Também poucas pessoas se mobilizaram um ano mais tarde contra a invasão norte-americana da República Dominicana. Entretanto, em 1970, o novo regime brasileiro tinha se associado à tortura e à violação dos direitos humanos. No final de 1973, dezenas de grupos de solidariedade surgiram na maioria das principais cidades norte-americanas, em resposta à deposição do presidente eleito democraticamente no Chile, Salvador Allende, e à brutal repressão que se seguiu à ascensão do general Augusto Pinochet ao poder. Menos de uma década depois, comitês nacionais de solidariedade com centenas de filiados locais apoiaram a Revolução Sandinista e a revolta salvadorenha e mobilizaram demonstrações maciças contra a cumplicidade da administração Reagan com as forças contra-revolucionárias na América Central. Por volta do final dos anos 70, as violações de direitos humanos se tornaram o parâmetro para a política externa norte-americana na América Latina.

A maioria dos estudiosos que escreveu sobre a importância do discurso de direitos humanos durante a administração Carter (1977-81) menciona o trabalho pioneiro dos ativistas contra a tortura no Brasil no final dos anos 60 e início dos anos 70 e, especialmente, o alvoroço da organização política descrita em relatórios sobre tortura e repressão no Chile após a tomada do poder pelos militares, em 1973. Lars Schoultz, acertadamente, afirma: “as condições dos direitos humanos nessas nações (na América Latina), particularmente no Brasil, e posteriormente no Chile, foram as primeiras a atrair a atenção dos ativistas norte-americanos de direitos humanos”.<sup>2</sup> David P. Forsythe concorda, enfatizando que

(...) indivíduos associados ao Conselho Nacional das Igrejas argumentavam que estavam preocupados com a tortura no Brasil e com o fato de o governo norte-americano financiar o treinamento da polícia estrangeira. Os associados ao Conselho, com o apoio dos Senadores Church, Abourezk e outros, de fato iniciaram o prolongado interesse dos Estados Unidos pelos direitos humanos entre 1969 e 1971.<sup>3</sup>

Seguindo a orientação desses estudiosos, este artigo documenta e analisa em detalhe as atividades (entre 1969 e 1974) do pequeno grupo de dedicados ativistas da Igreja e de esquerda, intelectuais brasileiros exilados e estudiosos latino-americanistas, que desempenharam papel tão importante na introdução da questão dos direitos humanos na América Latina em debates políticos nacionais. Na Europa, uma campanha paralela contra a tortura e as violações de direitos humanos no Brasil e, posteriormente, noutros países da América Latina, se desenvolveu no mesmo período, embora aquele movimento esteja para além do objetivo deste artigo. Tanto nos Estados Unidos como na Europa, exilados políticos brasileiros, aliados, às vezes, aos setores de ala esquerda da Igreja católica e outras forças, travaram uma implacável campanha para isolar o governo brasileiro.<sup>4</sup>

Nos Estados Unidos, esses esforços iniciaram uma mudança gradual na opinião pública e oficial, que forneceu as bases para campanhas mais amplas contra a repressão, tortura e desaparecimentos na América Latina após o golpe no Chile. Enfrentando uma Casa Branca hostil – que, abertamente, deu suporte aos regimes militares pela América Latina durante os anos Nixon-Ford (1969-76) –, uma ampla base de ativistas tinha como alvo o Congresso norte-americano, pressionado a promulgar medidas limitando o apoio do governo norte-americano aos regimes repressivos no exterior. Vitórias legislativas anteriores, no que diz respeito à América Latina, incluíram a linguagem nas Leis de Auxílio Externo de 1973 e 1974: “O Congresso compreende que o presidente deveria negar qualquer ajuda militar ou econômica ao governo de qualquer país estrangeiro que pratica o confinamento ou aprisionamento dos cidadãos desses países por motivos políticos”.<sup>5</sup>

Em 1975, a Emenda Harkin ao Ato de Assistência Estrangeira deu ao Congresso o poder para limitar a ajuda econômica dos Estados Unidos a qualquer país que se engajasse num padrão consistente de rudes violações aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos. No ano seguinte, essa restrição foi expandida para incluir a ajuda militar. Após Jimmy Carter ter adotado e popularizado a questão dos direitos humanos como critério de orientação da política externa norte-americana durante a campanha eleitoral de 1976, aquilo que tinha sido uma vez uma crítica política um tanto isolada de esquerdistas e de certos liberais à política externa norte-americana, tornou-se de repente parte das discussões nacionais sobre a direção das políticas governamentais no exterior.

Esta análise focaliza-se na gênese do discurso de direitos humanos com relação à América Latina, nos Estados Unidos, no final dos anos 70. O objetivo deste artigo não é estabelecer uma relação causal entre os esforços do clero, exilados e acadêmicos e a mudança na política governamental norte-americana, nem afirma que a campanha travada nos Estados Unidos contra a violação dos direitos humanos no Brasil alterou as políticas domésticas dos militares brasileiros. Ao contrário, este estudo examina as bases lançadas pelos ativistas focalizando a organização tardia do Brasil contra abusos dos direitos humanos no Cone Sul e outras partes da América Latina. Como indicou Lars Schoultz, “os ‘brasilianistas’ ensinaram ao restante do grupo de direitos humanos tudo que eles precisavam saber para começar”.<sup>6</sup> A construção de uma rede nacional de ativistas, a documentação sobre a tortura e repressão sistemáticas, o posicionamento público de figuras proeminentes em oposição aos abusos contra os direitos humanos e a construção paciente de contatos com a imprensa – tudo contribuiu para forjar a imagem do Brasil sob o domínio militar como uma terra de tortura e terror. Histórias vívidas do tratamento de prisioneiros políticos criaram símbolos poderosos para uma discussão sobre repressão policial na América Latina sob os regimes militares autoritários apoiados pelo governo norte-americano. As bases lançadas por esses primeiros ativistas que se preocuparam com o Brasil, especialmente o impacto de seus esforços na imprensa, forneceram uma importante base para a organização política subsequente, durante as administrações Ford, Carter e Reagan.

#### *Ativistas da solidariedade latino-americana se aglutinam*

W. Michael Weis,<sup>7</sup> em sua avaliação da cobertura da imprensa norte-americana do golpe de 1964 no Brasil, mostrou que os oficiais norte-americanos “manusearam os jornais” de forma bem-sucedida, no período de três meses logo após o golpe militar. Com

raras exceções, o público norte-americano recebeu uma visão distorcida do regime Goulart. De acordo com a análise de Weis, apenas o *New York Times* e o *Washington Post* apresentaram a posição dos dois lados da crise, embora tenham citado os rebeldes militares muito mais do que os membros do governo Goulart. Weis atribui isso, em parte, ao grande número de jornalistas envolvidos na reportagem dos eventos para esses dois jornais. Outros periódicos confiaram nos serviços de telégrafo e tenderam a apresentar uma versão unilateral e pró-militar dos eventos. A imprensa deu um apoio quase unânime ao reconhecimento-relâmpago do novo governo militar pela administração Johnson e à agenda dos líderes anticomunistas do golpe (embora tenham sido notadas exceções, como o *Nation*, o *New Republic* e o *Daily Worker*). Os repórteres ignoraram amplamente as prisões maciças dos oponentes do regime, apelidando a mudança do poder de “golpe sem sangue”, que evitara a guerra civil.

Dessa forma, a um público norte-americano desinformado era dada a impressão de que o novo governo brasileiro havia defendido a democracia de um assalto comunista. Esta noção reforçava meramente o sentimento público penetrante, segundo o qual, em 1964, quando pesquisados sobre questões de política externa, 86% dos cidadãos norte-americanos temiam as ameaças comunistas – a mais alta porcentagem na história americana.<sup>8</sup> A cobertura da imprensa sobre os acontecimentos políticos no Brasil logo desapareceu das primeiras páginas dos jornais e revistas.

Embora a situação política no Brasil não tenha lançado faíscas de protestos contra a colaboração norte-americana com os generais no poder, como Bob Dylan observou, os tempos estavam, de fato, mudando. Mobilizações pelos direitos civis no Sul norte-americano, apoiadas nos *campi* universitários por todo o país, levaram ao Berkeley Free Speech Movement em 1964 e a uma grande politização dos estudantes, que desafiavam o discurso da guerra fria anticomunista e criticavam os limites da democracia nos Estados Unidos. A oposição ao envolvimento dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã começou a expandir-se em 1965, criando um clima no qual uma nova geração começou a questionar a política externa de Washington por toda a parte.

A invasão da República Dominicana, em 1965, com o apoio das tropas brasileiras, dramatizou a disposição do governo norte-americano de intervir militarmente na América Latina quando seus interesses geopolíticos supostamente estivessem ameaçados. Esses acontecimentos em torno da invasão também tiveram um profundo efeito num grupo de missionários radicalizados e ex-voluntários que haviam servido na República Dominicana e vivenciado a intervenção em primeira mão. Muitos persistiram e tornaram-se, nos anos seguintes, líderes do movimento de solidariedade latino-americana.

A oposição às políticas de Lyndon B. Johnson relativas à guerra civil na República Dominicana também refletiram uma mudança na maneira como muitos intelectuais viam a política externa norte-americana para a América Latina. Várias semanas após a invasão norte-americana de 25 de abril de 1965, um grupo de acadêmicos, que se autodenominava Comitê Universitário sobre a República Dominicana, conseguiu mais de cem assinaturas de acadêmicos importantes da América Latina e publicaram a “Carta de especialistas latino-americanos para o presidente Johnson sobre a crise dominicana” no *New York Times*. A lista dos acadêmicos que apoiavam a declaração incluía alguns dos mais proeminentes professores de estudos latino-americanos no país, bem como jovens estudiosos que liderariam esse campo nos 30 anos seguintes.

A linguagem da declaração de protesto ainda expressava sua oposição à política externa norte-americana no sistema das iniciativas da reforma liberal das administrações Kennedy e Roosevelt. Embora moderada no tom (talvez a fim de receber amplo apoio entre os acadêmicos), a petição, no entanto, desafiou as premissas básicas das iniciativas da guerra fria que marcaram a política externa norte-americana para a América Latina no rastro da Revolução Cubana.

Em 1967, uma ampla coalizão de diferentes forças fundou o Congresso Norte-Americano sobre a América Latina – Nacla. Inicialmente, o Nacla atuou como um fórum aberto para unir indivíduos dispersos geograficamente que se opunham à intervenção norte-americana na América Latina e favorecia a mudança social de longo alcance pelo continente. Os patrocinadores do projeto Nacla tinham visões amplamente divergentes de sua missão: iam de defensores da não-violência a simpatizantes da luta armada. Alguns viam a organização como uma forma de apelar aos oficiais para a mudança das políticas governamentais, enquanto outros priorizavam a educação do público como um meio de criar uma “alternativa radical às atuais políticas e atitudes”.<sup>9</sup> Alguns achavam que seu papel era construir alianças e dar apoio aos revolucionários latino-americanos, enquanto outros afirmavam: “a revolução latino-americana é muito dependente de alguma forma de revolução nos Estados Unidos”.<sup>10</sup>

O projeto Nacla, com financiamento do Departamento Latino-Americano do Conselho Nacional de Igrejas, terminou por focar a pesquisa sobre a América Latina. O *Boletim Nacla* cresceu rapidamente, passando de uma modesta circular de oito páginas mimeografadas a uma publicação que incluía artigos detalhados sobre tópicos como empresas multinacionais norte-americanas com pesados investimentos na América Latina, ajuda militar à região e processos políticos nacionais no continente. A importância do Nacla como uma força de ativistas solidários que se aglutinavam em âmbito nacional não deve ser subestimada. Ao fornecer um fluxo contínuo de informação sobre as relações econô-

micas, políticas e militares entre os Estados Unidos e a América Latina, o *Boletim Nacla* e outras publicações do coletivo forneciam aos estudantes e ativistas análises compreensivas dos mecanismos da dominação imperial norte-americana.

Durante os quatro anos seguintes, mais de 12 outras organizações se formaram e compartilharam os impulsos iniciais da educação e da ação política dos primeiros fundadores do Nacla. Esses grupos, em geral, englobavam a mesma coalizão diversificada de voluntários que haviam regressado da América Latina, estudantes radicais, latino-americanos que residiam nos Estados Unidos, pós-graduandos de esquerda e jovens professores nas universidades que tinham programas de estudos latino-americanos. Alguns enfocavam um país específico, como os Amigos Americanos da Guatemala, enquanto outros levantavam questões sobre a América Latina como um todo. Em geral, possuíam recursos limitados, com não mais do que poucas dúzias de membros ativos ao mesmo tempo. A maioria operava coletivamente e produzia um único boletim, que relacionava as questões da América Latina às lutas políticas e dos trabalhadores dos Estados Unidos, bem como à Guerra do Vietnã, então em andamento.

#### *As campanhas contra a repressão e a tortura no Brasil*

A aposentadoria obrigatória de 68 professores da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em abril de 1969, forneceu uma questão dramática em torno da qual se mobilizar nos Estados Unidos. Muitos desses professores eram acadêmicos internacionalmente renomados. Alguns deles apoiaram a esquerda; outros, simplesmente, participaram de discussões na universidade sobre as reformas do ensino superior. Philippe Schmitter, à época professor-assistente de ciência política na Universidade de Chicago, estava no Brasil quando o governo publicou o decreto de aposentadoria forçada. Ele imediatamente escreveu um relatório para os “oficiais da Associação de Estudos Latino-Americanos e outros acadêmicos interessados no Brasil” sobre a situação e sugeriu várias medidas para mostrar apoio aos professores afetados pelo decreto. Seu relatório, que caiu nas mãos das agências de inteligência brasileiras, mais tarde foi expandido e publicado numa revista de ciências sociais.<sup>11</sup> Quase imediatamente, membros da Associação de Estudos Latino-Americanos (Lasa) responderam, rascunhando uma carta de protesto assinada por acadêmicos proeminentes, ainda que moderados politicamente, tais como o professor John J. Johnson, presidente do Comitê de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stanford, e o professor Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia.

Documentos internos do governo brasileiro indicam que os militares estavam particularmente preocupados com este protesto. Num *communiqué* de 17 de dezembro de 1969, Celso Diniz, o *charge d'affaires* em Washington, enviou ao ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, uma cópia do relatório de 15 de maio produzido por Schmitter, junto com vários relatórios publicados sobre a Lasa. No memorando anexo às cópias dos documentos, o oficial da Embaixada brasileira observava que a declaração de protesto de abril era apoiada por “professores liberais, como Thomas Skidmore (...), bem como (...) conservadores como Charles Wagley”. Brasília pediu que a Embaixada providenciasse também informação de fundo sobre Schmitter.<sup>12</sup>

Em outro protesto coletivo, artistas norte-americanos decidiram abandonar a exibição Bial de Arte Internacional de São Paulo.<sup>13</sup> O Ministério das Relações Exteriores ficou bastante perturbado com isto e enviou vários telegramas instruindo o embaixador brasileiro a exercer influência no sentido de reverter a decisão dos artistas.<sup>14</sup> Os oficiais do governo brasileiro tentaram freneticamente remendar alguma forma de delegação norte-americana, a fim de conter a publicidade negativa, mas, ao final, não foram bem-sucedidos.

No final de 1969, em meio a essa atmosfera de repressão intensa, vários brasileiros vieram aos Estados Unidos para encorajar o desenvolvimento de uma campanha internacional para responder ao terror crescente. Encontraram-se com um grupo pequeno de cidadãos norte-americanos e uns poucos exilados brasileiros. Embora o grupo fosse diverso em prática e ideologia política, todos os membros tinham um intenso envolvimento com a justiça social na América Latina e se tornaram profundamente abalados com os níveis crescentes da repressão no Brasil. O grupo incluía Brady Tyson, um professor associado de Estudos Latino-Americanos na Universidade Americana, e Ralph Della Cava, um jovem estudante de doutorado em história na Universidade de Colúmbia, que tinha recentemente terminado uma pesquisa no Nordeste brasileiro e cedo iria trabalhar no Queens College.

Jovelino Ramos, outro membro do grupo, era um ativista presbiteriano brasileiro que tinha deixado o Brasil após o AI-5. Acabou estudando na Colúmbia University, ao mesmo tempo em que trabalhava meio período para os Ministros Rurais e Urbanos da Igreja Presbiteriana Unida nos Estados Unidos, e mais tarde para a Comissão de Justiça e Liberação do Conselho Nacional de Igrejas. Thomas Quigley trouxe sua experiência como diretor-associado do Bureau Latino-Americano da Conferência Católica Norte-Americana. William L. Wipfler, que era um missionário na República Dominicana, atuava como diretor do Departamento Latino-Americano do Conselho Nacional de Igrejas. Ambos, Wipfler e Quigley, tinham cargos importantes em suas respectivas organizações religiosas nacionais, além de conexões internacionais, através do Conselho Mundial de Igrejas e da

Igreja Católica. Tyson, que foi expulso do Brasil em 1966 por atividades políticas contra a ditadura, teve fortes ligações com líderes religiosos no movimento de direitos civis norte-americanos.<sup>15</sup> Della Cava também havia desenvolvido laços pessoais fortes com brasileiros progressistas quando residiu no Brasil, nos anos 60; tinha, também, vínculos com católicos progressistas nos Estados Unidos.

Os oponentes brasileiros ao regime que passavam por Nova York davam a essa rede de ativistas extensa documentação acerca da tortura sistemática de prisioneiros políticos que estava ocorrendo no Brasil. Os brasileiros estavam convencidos de que minar o apoio do governo norte-americano ao regime militar (através de uma disseminação ampla de informação sobre a tortura) era essencial para enfraquecer o tratamento repressivo por parte dos militares à oposição. Della Cava traduzia a documentação que havia sido escrita pelas próprias vítimas e, então, contrabandeada da prisão por parentes que as visitavam ou por padres.<sup>16</sup> “Muitos [registros] foram rabiscados em restos de papel sujo, sacos de papel ou envelopes amarrotados e eram difíceis de decifrar”, lembrou Wipfler, anos mais tarde. “Outros eram escritos em letras minúsculas num único pedaço de papel higiênico; para ler, era necessário usar uma lente de aumento”.<sup>17</sup> O grupo de Nova York, com o apoio de outros oponentes do regime militar, adotou uma estratégia de bastidores para levantar o sentimento público contra a crescente repressão política no Brasil.

Embora a grande imprensa relatasse as medidas públicas arbitrárias do regime militar, especialmente após a passagem ao AI-5, as notícias sobre a tortura crescente de prisioneiros políticos ainda não havia atingido a mídia norte-americana. Della Cava<sup>18</sup> lembrou que as tentativas iniciais para conseguir que o *New York Times* relatasse a tortura no Brasil encontraram resistência. Portanto, ele e os membros do grupo de Nova York decidiram colocar artigos, simultaneamente, em diferentes revistas religiosas e progressistas – uma forma de pressionar a indústria de notícias como um todo a recuperar a história. A estratégia funcionou; por volta de 1970, aos periódicos tais como *Christianity and Crisis*, *The Christian Century*, *Commonweal*, *Christianity Today*, *The Nation* e *The Progressive* se juntaram semanais com grande circulação, tais como *Newsweek*, *Time* e *Look* na reportagem sobre os excessos sofisticados de sadismo humano.<sup>19</sup> Como resultado dessa campanha da imprensa, no início dos anos 70, o Brasil foi associado na imprensa e na mente do público a tortura e repressão. Além do mais, estudiosos internacionais da lei apresentaram-no como um exemplo importante de um país cujo governo se engajou na tortura sistemática de seus oponentes.<sup>20</sup>

Apesar das conexões internacionais que suas posições permitiam, Quigley e Wipfler trabalhavam para organizações religiosas que eram hesitantes em assumir um perfil público na campanha contra a tortura. Dessa forma, o grupo decidiu formar um comitê indepen-

dente, o American Committee for Information on Brazil (Comitê Americano para a Informação sobre o Brasil), o qual compôs um panfleto, *Terror no Brasil: um dossiê*.<sup>21</sup> Esse documento de 18 páginas apresentava uma cronologia dos acontecimentos no Brasil desde o golpe de 1964. Publicava, também, a declaração das prisioneiras políticas aprisionadas na Ilha das Flores, Rio de Janeiro, descrevendo o tratamento desumano que recebiam e ressaltava a oposição da Igreja Católica brasileira às políticas do regime. Colocada em destaque, na segunda página estava a declaração: *Não podemos permanecer em silêncio*, assinada por líderes religiosos, acadêmicos e dos direitos civis. A declaração afirmava: “Nós não podemos permanecer em silêncio em face da evidência devastadora da negação flagrante dos direitos humanos e da dignidade, que nos chega do Brasil (...). Agir dessa forma nos tornaria cúmplices daqueles que são os autores e perpetradores dessa repressão”. Tyson, que havia participado do movimento norte-americano dos direitos civis, coletou os nomes de importantes figuras do setor, enquanto Wipfler, através de seus contatos com o Conselho Nacional das Igrejas, reuniu o apoio entre seus membros constituintes.<sup>22</sup>

A inclusão de figuras afro-americanas proeminentes, como Ralph Abernathy e Andrew Young, foi importante para a campanha: eles representavam o legado de Martin Luther King Jr., e sua posição política sobre as questões relacionadas à América Latina instaurou um precedente para uma resposta mais ampla dos líderes dos direitos civis ao golpe do Chile, três anos mais tarde, e à intervenção norte-americana na América Central, nos anos 80. As assinaturas de muitos representantes de denominações protestantes tradicionais, incluindo aqueles que faziam trabalho missionário na América Latina, bem como representantes da hierarquia católica, acrescentaram um tom a mais de seriedade e distância política à declaração. Após a publicação de *Terror no Brasil*, apoiada por tantas figuras religiosas, a imprensa levou muito mais a sério as alegações de tortura.<sup>23</sup>

O dossiê foi amplamente distribuído na Segunda Conferência Nacional da Lasa, em abril de 1970, em Washington, e teve um tremendo impacto.<sup>24</sup> Durante a reunião de negócios, uma resolução unânime, patrocinada pelo professor Thomas Skidmore, membro do Comitê Executivo da Lasa, protestou contra a violação dos direitos acadêmicos por parte do regime brasileiro. Registrou, também, preocupação com os relatos freqüentes dando conta de que o governo estava praticando tortura sistemática de intelectuais e outros indivíduos. A resolução concluiu autorizando o Comitê de Relações de Governo da Lasa a organizar uma missão ao Brasil, se necessário, para preparar um relatório sobre a situação. Para abreviar esse esforço, o governo brasileiro, subseqüentemente, negou a Skidmore, que era também presidente do Comitê de Relações do Governo, um visto temporário em julho de 1970.<sup>25</sup>

De acordo com Ralph Della Cava,<sup>26</sup> a participação de Márcio Moreira Alves na Conferência da Lasa trouxe à casa a gravidade da repressão política no Brasil. Para desgosto da Embaixada brasileira, Alves conseguiu entrar nos Estados Unidos em 1969, a fim de mobilizar a oposição ao governo brasileiro.<sup>27</sup> Ele entrou escondido no país, novamente, em 1970, para participar da Conferência da Lasa, mesmo com o passaporte cancelado pelo governo militar. Sua presença ajudou a consolidar o apoio para a campanha contra o regime militar.<sup>28</sup>

#### *Construindo uma rede de solidariedade nos Estados Unidos*

Outro oponente principal da ditadura militar que se expressou nos Estados Unidos foi Marcos Arruda. O ex-geólogo e ativista político havia sido preso em São Paulo, em 1970, quando estava trabalhando numa fábrica e morando num bairro operário. Brutalmente torturado, escapou da morte no cativeiro apenas devido ao esforço da sua família e a uma campanha travada pela Anistia Internacional e outros para obter sua libertação.<sup>29</sup>

A Anistia Internacional mencionou a questão da tortura pela primeira vez em seu relatório anual de 1966-67, quando anunciou uma nova política para “cooperar com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha para estabelecer o direito de investigar os alegados casos de tortura”. Afirmava, também, que os setores nacionais “deveriam dar ao problema da tortura atenção especial”.<sup>30</sup> O golpe militar de direita na Grécia, em maio de 1967, ofereceu à Anistia Internacional a oportunidade de implementar essa nova política quase imediatamente, uma vez que os generais naquele país prenderam milhares de presos políticos e submeteram centenas à tortura.

Uma das primeiras campanhas da Anistia Internacional mais amplamente divulgadas contra a tortura na América Latina enfocava o caso de Marcos Arruda. O registro detalhado de sua prisão, bem como sua carta emotiva ao papa Paulo VI, publicada nos relatórios da Anistia e nos anais de uma audiência do Senado norte-americano, chamaram a atenção do público.<sup>31</sup> A libertação de Arruda foi um sucesso para os grupos da Anistia Internacional. Em 1971, Arruda se mudou para Washington, para se unir à sua mãe, que estava vivendo lá. Logo após sua chegada, Dan Griffin, um jornalista do *Washington Post* que havia residido no Brasil por três anos trabalhando para o bispo católico em Natal, conduziu uma reportagem de uma página inteira sobre a prisão e tortura sofrida por Arruda.<sup>32</sup> Uma semana depois, o *Washington Post* publicou um editorial pungente denunciando a recusa do governo brasileiro a permitir que investigadores independentes verificassem acusações de tortura e citando o caso de Arruda como um exemplo dos excessos do regime militar.<sup>33</sup>

Arruda, junto com um grupo de latino-americanos residentes na área de Washington e de ativistas políticos norte-americanos interessados na América Latina, formou o Comitê Contra a Repressão no Brasil – Carib. Outro grupo, os American Friends of Brazil, começou a publicar o *Brazilian Information Bulletin*, em Berkeley, em fevereiro de 1971. Esses grupos se tornaram os dois pólos de apoio para os ativistas da solidariedade ao Brasil.<sup>34</sup> O *Brazilian Information Bulletin* foi fundado por um pequeno grupo de residentes da baía de São Francisco, que incluía os voluntários dos Corpos da Paz, ativistas da Igreja, estudantes brasileiros e exilados políticos, entre eles Anivaldo Padilha, um jovem líder da Igreja Metodista que, como Marcos Arruda, havia sido preso e torturado no Brasil em 1970. O *Boletim*, de 12 páginas, foi enviado para as bibliotecas das universidades, para os jornalistas da grande imprensa que cobriam Brasil ou América Latina e para uma lista de assinantes. Um rol oficial de patrocinadores, incluindo professores universitários, deu à publicação um tom acadêmico.

Após a invasão do Camboja pela administração Nixon, a oposição à guerra no Sudeste da Ásia se expandiu significativamente. A marcha sobre Washington, em 24 de abril de 1971, foi, talvez, a mais ampla demonstração antiguerra na história da capital da nação; as atividades maciças de desobediência civil, na semana seguinte, lotaram as prisões da cidade. As ações de solidariedade relacionadas à América Latina, entretanto, permaneceram confinadas a pequenos grupos de ativistas. Por exemplo, a Frente Comum sobre a América Latina, que nasceu do trabalho de protesto sobre o Brasil em Washington, envolvia uma quantidade pequena de filhos de diplomatas estrangeiros, ativistas da paz, clero e exilados políticos de diversos países da América Latina. Na área de Washington não havia grandes comunidades de imigrantes latino-americanos que pudessem fornecer uma base constituinte para a organização política. Como Loretta Strharsky – uma ex-voluntária da Igreja Católica na República Dominicana e militante das atividades de solidariedade latino-americana – lembrou, anos mais tarde, “não havia sacos com corpos vindo do Brasil e trazendo garotos americanos dentro deles (...) então, por que se preocupar? E com o Vietnã em todas as primeiras páginas dos jornais, para onde foi [a cobertura do] Brasil? Para algum outro lugar. O mesmo valia para a África”.<sup>35</sup>

O Comitê contra a Repressão no Brasil e o *Brazilian Information Bulletin* forneceram informações e a direção política aos outros coletivos de solidariedade latino-americana espalhados pelo país. Eles também organizaram giros nacionais de brasileiros que fizeram apresentações sobre a situação política no país. Anivaldo Padilha, com o apoio da Frente Interna em Missão (um programa patrocinado pelas Igrejas Presbiterianas Unidas e pelas Igrejas Metodistas Unidas nos Estados Unidos para ajudar exilados políticos), viajou extensivamente entre 1971 e 1974, discursando para diferentes audiências nas univer-

sidades, colégios, sindicatos, igrejas locais e conferências regionais e nacionais da Igreja.<sup>36</sup> Marcos Arruda também viajou pelos *campi* norte-americanos, apoiado pelos grupos locais de solidariedade latino-americana ou por professores universitários simpáticos à causa. Os ativistas dos direitos humanos no Brasil também apoiaram uma viagem, em 1973, de Jean Marc Van der Weid, ex-presidente da União Nacional dos Estudantes. Sua experiência como vítima da tortura e suas análises políticas dos laços entre injustiça social e violência do governo cativaram as audiências e ganharam apoio para a campanha dos direitos humanos.

A fim de chamar a atenção para o que considerava a indireta cumplicidade do governo norte-americano com a tortura, através do suporte ao regime brasileiro, o Comitê contra a Repressão no Brasil escolheu como sua primeira campanha uma demonstração de protesto em frente à Casa Branca durante a viagem do presidente Médici a Washington, em dezembro de 1971. O governo brasileiro tinha, originalmente, agendado uma viagem diplomática de cinco dias a Washington e Nova York, destacando-se uma reunião com Nixon, mas a visita foi reduzida a dois dias, sem explicação oficial. Um pouco antes de Médici chegar, o governo brasileiro anunciou que ele não falaria ao Clube da Imprensa Nacional nem participaria de quaisquer conferências de imprensa. O principal jornal brasileiro de oposição, *O Estado de S. Paulo*, relatou: “Essa atitude está sendo interpretada como um meio de evitar um foco em temas como repressão no Brasil”.<sup>37</sup> Da mesma forma, a idéia de falar ao Congresso foi eliminada, muito provavelmente, de acordo com o *Washington Post*, “para evitar a possibilidade de uma demonstração hostil”.<sup>38</sup>

Médici, entretanto, não escapou tão facilmente. Trinta e três proeminentes representantes do clero norte-americano e dirigentes religiosos “enviaram uma carta ao ditador em sua residência em Blair House, Washington, exigindo que se permitisse a uma equipe de observadores internacionais investigar os inúmeros relatórios de tortura e repressão que chegavam do Brasil”.<sup>39</sup> Dan Griffin, do *Washington Post*, propôs três “pontos que provavelmente não seriam perguntados a Médici”, que incluíam os efeitos negativos do crescimento do Produto Interno Bruto (quase dois dígitos nos últimos três anos, o *milagre econômico*) sobre os pobres e a classe trabalhadora, a falta de democracia que continuava no país e a excessiva concentração de poder nas mãos da Presidência.<sup>40</sup> Enquanto o governo militar brasileiro sofria ataques na imprensa, o Comitê Contra a Repressão no Brasil encenava sua demonstração na frente da Casa Branca.

As vítimas da repressão no Brasil também usaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, sediada na matriz da OEA, em Washington, como outro fórum para isolar o regime militar brasileiro. A Comissão Interamericana operou independentemente de quaisquer influências ou *lobby*, mas o nú-

mero crescente das histórias e das notícias no *New York Times* e no *Washington Post* influenciou, provavelmente, alguns de seus membros, que foram encarregados de avaliar a veracidade das supostas atrocidades cometidas pelas autoridades brasileiras em consequência do AI-5. Embora o representante do Brasil na Comissão, Dr. Carlos Dunshee de Abranches, tentasse sistematicamente obstruir qualquer investigação dos casos submetidos a revisão, em duas instâncias os esforços do governo brasileiro foram frustrados.

Um caso envolveu a petição de junho de 1970 em favor de Olavo Hansen, um sindicalista de São Paulo que foi preso arbitrariamente, torturado e assassinado na prisão no mês anterior. O governo brasileiro negou ao Dr. Durward Sandifer, representante norte-americano na Comissão e relator da petição, o direito de visitar o Brasil e investigar o caso. Esta decisão – que, na verdade, recusava a verificação independente das violações dos direitos humanos – também maculou a imagem internacional dos generais, como um editorial do *Washington Post* indicou.<sup>41</sup> A Comissão Interamericana, subseqüentemente, passou uma resolução recomendando que os responsáveis pela morte decorrente de tortura de Hansen fossem levados à justiça e que sua família fosse indenizada.<sup>42</sup>

O segundo caso dizia respeito a várias pessoas e a violações de seus direitos à vida e liberdade, garantia pessoal e proteção contra prisão arbitrária, além do processo pelo qual passava o país desde a implementação da legislação repressiva, em dezembro de 1968. Novamente, o governo brasileiro opôs resistência no auxílio a qualquer investigação das responsabilidades, insistindo que não havia nenhuma violação dos direitos humanos no Brasil. A Comissão reagiu, concluindo em seu relatório anual que “no Brasil, casos graves de tortura, abuso e maus tratos têm ocorrido a pessoas de ambos os sexos, privando-os de sua liberdade”.<sup>43</sup> Estes casos também abriram precedente para a enxurrada de denúncias que atingiu a Comissão Interamericana após o golpe militar no Chile, em 1973, e o golpe de Estado na Argentina, em 1976.

#### *Ampliando o foco*

Durante o banquete na Casa Branca em homenagem ao general Médici, em dezembro de 1971, o presidente Nixon levantou um brinde a seu hóspede: “Sabemos que a forma como o Brasil irá indica a forma como irá o resto do continente latino-americano”.<sup>44</sup> Qualquer que tenha sido o significado por trás desse comentário do presidente, a crescente campanha contra a tortura e repressão no Brasil estava estabelecendo um padrão de ativismo de solidariedade às lutas populares na América Latina.

A maioria dos ativistas engajados nos pequenos coletivos políticos trabalhando no país no período anterior ao golpe chileno concordava politicamente com os objetivos socialistas ou de esquerda dos revolucionários ou dos movimentos de oposição no Brasil e em outros lugares. Uma tarefa-chave era desafiar a política oficial do governo norte-americano, que deu apoio aos militares brasileiros e a outros regimes, via ajuda militar e econômica, facilitando, assim, a repressão das forças de oposição locais. A principal estratégia que os ativistas empregavam, entretanto, era construir um movimento de base ampla, ao apelar para questões que o público geral norte-americano podia tanto entender, como se identificar com elas. A ênfase nos direitos humanos, embora o termo ainda não fosse largamente utilizado, falava de uma repulsa ao comportamento governamental que violava noções hegemônicas de justiça, igualdade e democracia. Isso explicava, em parte, o uso bem-sucedido da questão da tortura como um meio inicial de unir personalidades liberais e moderadas, especialmente líderes acadêmicos e religiosos.

Os ativistas da solidariedade brasileira, entretanto, tentaram educar aqueles que podiam atingir sobre questões sociais ou políticas mais amplas, que consideravam um resultado direto da política de repressão. Elas incluíam o impacto das políticas econômicas dos militares entre a classe trabalhadora e os pobres, o papel da ajuda de Washington à polícia e aos militares na sustentação do regime e o tratamento do governo brasileiro à população indígena.

Em 1972, por exemplo, o Comitê contra a Repressão desenvolveu um *show de slides*, “Brasil: milagre para quem?”, o qual foi utilizado como um instrumento de organização na Igreja, na comunidade e nos grupos progressistas para desenhar o elo entre o regime militar repressivo e suas políticas econômicas reacionárias. A investigação das políticas norte-americanas e dos programas no Brasil (realizada pelo Subcomitê de Relações Exteriores do senador Frank Church, em maio de 1971) adicionou combustível ao fogo, na medida em que criticavam o apoio federal dos programas do Escritório de Segurança Pública que financiavam a polícia brasileira envolvida em tortura.<sup>45</sup>

Em 1974 o *Brazilian Information Bulletin* colaborou fornecendo informação de fundo para o programa da peça *Selvagens*, em Los Angeles, uma peça de Christopher Hampton sobre os índios da Amazônia.<sup>46</sup> Naquele mesmo ano, o Informação sobre os Povos Nativos das Américas (Indígena), um grupo com base em Berkeley, formado para defender os direitos dos indígenas, em colaboração com os Amigos Americanos do Brasil e o antropólogo Shelton H. Davis, publicou um panfleto de 70 páginas, o primeiro relatório compreensivo nos Estados Unidos sobre a política do governo brasileiro com relação ao povo indígena.<sup>47</sup>

Todas essas questões receberam cobertura consistente nas páginas do *Boletim de Informação Brasileira*; e, como resultado de uma campanha persistente de informação realizada pelos ativistas, críticas a tais questões se tornaram cada vez mais comuns na grande imprensa. Alguns desses artigos parecem diretamente influenciados pelos críticos de esquerda do regime militar. *Newsweek*, por exemplo, escreveu acerca da influência econômica do Brasil sobre seus vizinhos, apresentando argumentos muito similares àqueles das críticas marxistas de Ruy Mauro Marini ao que chamou de *subimperialismo brasileiro*.<sup>48</sup>

O esforço do governo brasileiro para reagir à sua imagem negativa no exterior com uma campanha de relações públicas internacional também encontrou protestos. Por exemplo, o *Brazilian Information Bulletin*, de janeiro de 1973, publicou um artigo sobre “a campanha mundial do governo militar brasileiro para neutralizar a imagem de crueldade e terror que a ditadura tinha adquirido na opinião pública internacional”. Para atingir esse objetivo, a publicação declarava que o governo “utiliza diferentes meios, tais como campanhas de propaganda na mídia, viagens especiais de dignitários ao exterior, exposições artísticas e culturais, artigos comissionados em revistas e, mais recentemente, a celebração do aniversário dos 150 anos de independência do Brasil”. O *Boletim* também publicou uma carta de Herbert S. Klein, na época professor-assistente de História na Universidade de Colúmbia, que havia cancelado sua participação num simpósio sobre o Brasil organizado na Universidade Johns Hopkins devido ao envolvimento de “instituições e fundações não-acadêmicas, bem como empresas privadas americanas”, criando uma situação na qual o “único objetivo da conferência é dar apoio ao atual regime”.<sup>49</sup>

Klein não estava enganado. Uma revisão dos arquivos do Itamaraty em Brasília revela que a Embaixada brasileira em Washington gastou muita energia e tempo corrigindo a “imagem do Brasil no exterior” através dos meios alegados no *Brazilian Information Bulletin*. Estes incluíam o apoio financeiro do governo para viagens ao Brasil de jornalistas que escrevessem favoravelmente ao regime e colocassem artigos na imprensa americana; vigilância de pessoas que criticassem o regime nos Estados Unidos; e contratação de uma empresa norte-americana de relações públicas para cuidar da visita de Médici.<sup>50</sup>

#### *O Tribunal Bertrand Russell*

A última grande campanha desenvolvida pelos ativistas foi o apoio ao Tribunal Bertrand Russell sobre Repressão, um esforço internacional para disseminar informação sobre tortura e repressão no Brasil. Em 1966, o filósofo Bertrand Russell criou um comitê

para investigar os crimes de guerra cometidos pelos Estados Unidos no Vietnã, que denunciou as políticas agressivas de Washington no Sudeste da Ásia. O Tribunal Bertrand Russell desempenhou um importante papel na construção da oposição internacional ao conflito, num tempo em que o movimento antiguerra norte-americano encontrava-se, ainda, nos estágios iniciais.

Em outubro de 1971, um grupo de exilados brasileiros em Santiago do Chile contactou Lélío Basso, um senador socialista independente, que havia sido relator do Tribunal Russell sobre o Vietnã, para persuadi-lo a organizar um tribunal semelhante para a repressão no Brasil. Basso aproximou-se da Fundação Russell para a Paz para obter patrocínio. O Tribunal reteve alguns dos primeiros participantes, mas também se expandiu para incluir outras celebridades internacionais. Conforme concebido por seus organizadores, seu objetivo era ir além da mera denúncia das manifestações mais aparentes de repressão no Brasil “para investigar as causas e conseqüências desta situação (...) [analisando] a situação cultural, política, econômica e social do Brasil, internamente bem como internacionalmente, porque é a única forma de alertar a opinião pública para o que está realmente acontecendo”.<sup>51</sup> Não obstante, a organização criticava o desenvolvimento capitalista brasileiro, assim como a hegemonia imperial norte-americana na região.

Como esses objetivos pareciam muito grandiosos, o apoio à idéia de um tribunal andou aos tropeços durante 1972 e início de 1973, na medida em que grupos de oposição dos exilados políticos discordavam sobre a fórmula para agregar a organização. Por volta de meados de 1973, entretanto, a maioria dos grupos de exilados de esquerda endossou a proposta da Frente Brasileira de Informação, um grupo com centros na Argélia, Bélgica, Inglaterra, França, Alemanha, Holanda, Itália, Suécia e Suíça. Um grupo internacional de personalidades prestigiadas, conhecidas por seu envolvimento com as causas progressistas (tais como Gabriel García Márquez, Jean-Paul Sartre, Noam Chomsky e Pablo Neruda) emprestou legitimidade à idéia. No entanto, o Tribunal ainda enfrentou sérias dificuldades financeiras e organizacionais. O *Brazilian Information Bulletin* publicou notícias sobre os esforços planejados e, no início de setembro de 1973, o Comitê contra a Repressão no Brasil organizou uma Conferência Americano-Brasileira em Nova York para ampliar o apoio.

Uma semana depois, os acontecimentos no Chile levaram os organizadores do Tribunal a repensar seu foco exclusivo no Brasil, à medida que o mundo respondia às maciças prisões e repressão em conseqüência do golpe de Pinochet. A organização mudou seu nome para Tribunal Bertrand Russell sobre a Repressão no Brasil, Chile e América Latina e realizou sua primeira sessão em Roma, de 30 de março a 5 de abril de 1974. Após ouvir o

testemunho de vítimas da tortura do Brasil, Chile e outros países da América Latina, o Tribunal pronunciou um veredicto provisório, condenando os regimes repressivos da região.

Embora os anais do Tribunal recebessem pouca cobertura na imprensa norte-americana, os acontecimentos no Chile tinham lançado um movimento nacional de solidariedade. Aquilo que se tinha iniciado como um esforço isolado de um punhado de clérigos, acadêmicos e exilados, focalizando o Brasil, agora mudava de rumo, tornando-se um movimento muito mais amplo em torno de questões dos direitos humanos e da cumplicidade de Washington com a deposição dos governos latino-americanos.

A questão da tortura no Brasil veio, de novo, à tona na imprensa norte-americana após a prisão e tortura, em 30 de setembro de 1974, de Fred Morris, um cidadão norte-americano que havia trabalhado em Recife como pastor e missionário metodista e que, ocasionalmente, atuava como jornalista para a revista *Time*. O incidente levou a uma audiência do Subcomitê de Relações Internacionais da Câmara de Deputados e se encaixou com a ampliação das atividades de direitos humanos relativos ao Chile.<sup>52</sup>

O Tribunal Bertrand Russel havia acabado de ampliar seu objetivo após o golpe militar do Chile e ativistas norte-americanos que haviam trabalhado nas questões do Brasil tiveram de ajustar sua agenda. Uma conferência nacional (originalmente planejada para a primavera de 1974 para focalizar exclusivamente o Brasil, apoiada pela Ação da Comunidade sobre a América Latina, com sede em Madison, Wisconsin) mudou de nome, para Conferência sobre a Repressão e Desenvolvimento no Brasil e América Latina. Centenas de estudantes, professores e ativistas chegaram juntos à Universidade de Wisconsin. O discurso principal foi o do ex-embaixador sueco no Chile, Harold Edelstam, que foi expulso após o golpe por ter ajudado centenas de chilenos e outros latino-americanos a obter asilo político em várias embaixadas. As atividades de solidariedade norte-americana com movimentos progressistas na América Latina haviam entrado numa fase qualitativamente diferente.

#### *O contexto mais amplo do movimento*

Uma leitura superficial das atividades do movimento de solidariedade latino-americana no final de 1960 e início de 1970 pode sugerir uma progressão meramente evolucionista, à medida que seu impacto cresceu com o tempo. De fato, de pequenos grupos de líderes religiosos, acadêmicos e outros engajados, que tinham algum laço com um dado país, em 1974 um movimento mais amplo havia se desenvolvido e conseguido, ao final da década,

popularizar a noção de direitos humanos e envolvido milhares de ativistas na causa. Muitos participantes tinham sido veteranos dos movimentos de 1960 pela paz e pelos direitos civis e trouxeram energia e engajamento às questões relativas, primeiramente, ao Brasil, e depois, ao Chile.

Os acontecimentos no Brasil, especialmente a crescente repressão de 1969, ocorreram precisamente na época em que a oposição à Guerra do Vietnã crescia dramaticamente nos Estados Unidos. A natureza dinâmica do movimento antiguerra e o cinismo político sobre a política externa norte-americana que a Guerra engendrou criaram um clima político propício a educar o público sobre outros países onde as taxas em dólares norte-americanos estavam apoiando os governos repressivos e autoritários. Assim, o boicote da Bienal de 1969 em São Paulo e a declaração *Não podemos permanecer em silêncio*, de 1970, brotavam de uma consciência política nascida dos confrontos com o racismo e com a guerra.

Do mesmo modo, a mudança na cobertura dos jornais sobre a situação política brasileira não pode ser explicada, simplesmente, como resultado dos esforços corajosos de um pequeno grupo de ativistas que aprendeu a colocar a informação estrategicamente na imprensa. Os jornalistas e editores que publicaram artigos ou editoriais sobre a tortura no Brasil refletiram os mesmos sentimentos que aqueles que questionavam a política externa norte-americana e sua vontade de relatar os excessos do regime brasileiro revelava o quanto o discurso anticomunista da guerra fria, que havia anunciado a destituição de Goulart, em 1964, havia enfraquecido à luz da Guerra do Vietnã. O apoio de Washington a um regime que torturava seus oponentes confirmou a noção de que o envolvimento norte-americano no Vietnã não fora meramente o resultado dos desatinos do Departamento de Estado, mas era parte de políticas externas mais amplas que foram pelo caminho errado.

A derrota de George McGovern na eleição presidencial de 1972 e o envolvimento decrescente dos norte-americanos no Vietnã em 1973 ganhou força com o movimento antiguerra. As atividades de solidariedade brasileiras também pareciam crescer naquele ano. Isto pode ter ocorrido, em parte, devido à situação política no Brasil, que havia chegado a um impasse. O governo Médici havia virtualmente dizimado todos os grupos de guerrilha de esquerda e a oposição legal estava efetivamente silenciada. As campanhas contra a tortura ganharam apoio internacional e vincularam o governo brasileiro às ações repressivas, mas não pareceram ter um efeito palpável sobre as políticas dos militares. O regime não estava prestes a introduzir a liberalização política e a oposição ainda estava cambaleando, dados os abalos dos quatro anos anteriores.

Nos Estados Unidos, a tortura no Brasil havia sido denunciada e, então, os homens e as mulheres de boa vontade passaram a participar em outras atividades progressistas. Mesmo a frase *grupo de solidariedade brasileira* não tem muito sentido, porque muitos

signatários de petições contra a tortura e a repressão no Brasil estavam reagindo contra uma situação desumana, e não necessariamente a favor de um programa ou de uma corrente política no Brasil. O punhado de brasileiros com inclinações esquerdistas nos Estados Unidos não articulava uma visão unificada que fosse além da denúncia dos excessos do regime com relação às três questões da tortura, do tratamento dado aos indígenas e da desigualdade social causada pelas políticas econômicas dos militares. Além disso, a maior parte do reduzido número de brasileiros que estudavam nas principais universidades, geralmente com bolsas patrocinadas pelo governo, hesitou em se envolver em quaisquer atividades políticas, por medo das repercussões quando voltassem ao Brasil.<sup>53</sup>

Pinochet mudou a dinâmica do já dissipado movimento de solidariedade latino-americana. O movimento de solidariedade chileno conseguiu ir aonde os ativistas em favor do Brasil não conseguiram. As audiências do senador Frank Church em 1971 sobre os programas e as políticas direcionadas ao Brasil foram um gesto isolado, embora tenha conseguido ajudar a torpedear o apoio de Washington ao treinamento da polícia latino-americana. Com o Chile, entretanto, os esforços cresceram tanto nas organizações originárias como no *lobby* junto aos altos escalões do governo. Os pequenos coletivos de solidariedade espalhados pelo país ganharam vida nova. Muitos grupos novos se formaram, construído a partir da experiência forjada pelos ativistas brasileiros. Logo, as audiências de Watergate e as investigações do senador Church sobre os esforços de Washington para desestabilizar o governo Allende revelaram as profundezas de corrupção e depravação da administração Nixon e forneceram um espaço político mais amplo para uma discussão da política de direitos humanos na América Latina. O trabalho vinculado ao Brasil havia deitado as bases para tudo isso.

Por que, então, a organização contra o regime militar no Chile reluziu mais do que o trabalho anterior, de solidariedade em relação ao Brasil? Em parte porque o governo Goulart e os acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 ocorreram num momento político muito diferente daquele do início de 1970, do governo da Unidade Popular de Allende e do subsequente golpe de Pinochet. A maioria dos estudantes norte-americanos e outras legiões entusiásticas que trabalhavam no movimento de solidariedade ao Chile de meados para o final de 1970 estavam apenas no curso secundário quando Goulart foi deposto. Uma massa crítica de estudantes e outros ativistas ainda não havia se aglutinado no período inicial da Aliança para o Progresso, os Corpos da Paz e outras iniciativas de Kennedy-Johnson para o continente.

O programa ambíguo do governo Goulart, além disso, nunca se declarou claramente a favor de uma reestruturação radical da economia e da sociedade brasileiras. Não oferecia um modelo bem definido para a mudança, nem conseguiu capturar a imaginação da gera-

ção de ativistas que estava em formação. No início de 1970, ao contrário, esses ativistas, abastecidos pelos movimentos antiguerra e pelos direitos civis, abraçaram a agenda socialista progressista do governo Allende, debateram suas táticas e estratégias e ficaram horrorizados quando aquela “experiência de socialismo” foi tão brutalmente reprimida pelos militares. Os excessos do regime de Pinochet galvanizaram um segmento significativo de antigos ativistas contra a guerra; e as campanhas pelos direitos humanos contra as ditaduras do Cone Sul contribuíram para o movimento de solidariedade à América Central durante os anos Reagan.

*Tradução autorizada em outubro de 2004*

### *Notas*

\* James N. Green, Professor Associado, California State University, Long Beach; ex-presidente da Brasa – Brazilian Studies Association (Associação de Estudos Brasileiros); presidente do Comitê sobre o Futuro dos Estudos Brasileiros nos Estados Unidos.

\*\* Olga M. Charro, tradutora e socióloga, Núcleo de Estudos da Violência da USP – NEV-USP.

<sup>1</sup> Apud BESCHLOSS, Michael R. *Taking charge: the Johnson White House tapes, 1963-1964*. Nova York, Simon and Schuster, 1997, p. 306.

<sup>2</sup> SCHOULTZ, Lars. *Human rights and United States policy toward Latin America*. Princeton University Press, 1981, p. 6.

<sup>3</sup> FORSYTHE, David P. *Human rights and world politics*. 2 ed., Lincoln, University of Nebraska Press, 1989, p. 142.

<sup>4</sup> Cf. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa; RAMOS, Jovelino (eds.). *Memórias do exílio. Brasil 1964-19??*. São Paulo, Livramento, 1978; COSTA, Albertina Oliveira. *Memórias das mulheres do exílio: obra coletiva*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

<sup>5</sup> SCHOULTZ. *Human rights...*, op. cit., p. 195.

<sup>6</sup> Id., Correspondência, 2001.

<sup>7</sup> WEIS, W. Michael. Government news management, bias and distortion in American Press coverage of the Brazilian coup of 1964. *Social Science Journal*, v. 34, n. 1, pp. 35-55, 1997.

<sup>8</sup> SCHOULTZ. *Human rights...*, op. cit., p. 25.

<sup>9</sup> TYSON, Brady. Nacla as Coalition. *Nacla Newsletter*, v. 1, n. 2, pp. 4-5, mar. 1967, p. 4.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, p. 5.

<sup>11</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, 692.00 (20). Latin American Studies Association. Confidencial n° 1.820, 17 dez. 1969a; SCHMITTER, Philippe C. The persecution of political and social scientists in Brazil. PS 3,2, Spring, pp. 123-128, 1970.

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*. Brasília, 692.00 (20). Latin American Studies Association. Confidencial n° 1.820, 17 dez. 1969.

<sup>13</sup> GLUECK, Grace. São Paulo Show Loses US Entry: Artists boycott biennial over military repressions. *New York Times*, p. 24, 17 jul. 1969.

<sup>14</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*. Brasília, 540.3 Bienal de São Paulo; Boicote Político. Confidencial-Urgente. Telegrama n° 15.469, 10 jul. 1969.

<sup>15</sup> DELLA CAVA, Ralph. Professor de História, ativista. Entrevista com o autor. San Diego, CA, 26 nov. 1999; WIPFLER, William L. Ex-diretor do Departamento sobre América Latina, Conselho Nacional de Igrejas. Entrevista com o autor. Buffalo, New York, 12 jan. 2000

<sup>16</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>17</sup> WIPFLER, William L. "Progress" in Brazil revisited. *Christianity and Crisis*, v. 47, n. 17, pp. 345-348, oct. 6, 1986.

<sup>18</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>19</sup> WIPFLER, William L. The price of "Progress" in Brazil. *Christianity and Crisis*, v. 30, n. 4, pp. 44-48, mar. 16, 1970; BOLTON, Robert H. Brazilian torture: specifically new, specifically terrible. *Christian century*, 87, pp. 387-388, 1 abr. 1970; DELLA CAVA, Ralph. Torture in Brazil. *Commonweal*, n° 92, pp. 135-141, 24 abr. 1970; CHRISTIANITY TODAY. *Atrocities charged: Brazil loses Lutheran Assembly*, n. 14, p. 36, 3 jul. 1970; *NEWSWEEK*. Death squads, 76, p. 61, 20 abr. 1970; *NATION*. Sadists in epaulets. 210, p. 645, jun. 1970; *TIME*. *From the Parrot's Perch*, 96, p. 27, 27 jul. 1970.

<sup>20</sup> Cf. SHESTACK, Jerome J. e COHEN, Roberta. International human rights: a role for the United States. *Virginia Journal for International Law*, v. 14, n. 4, pp. 673-701, Summer, 1974.

<sup>21</sup> Cf. AMERICAN COMMITTEE FOR INFORMATION ON BRAZIL. *Terror in Brazil: a dossier*. Pamphlet. New York, april, 1970; WIPFLER, Entrevista com o autor.

<sup>22</sup> WIPFLER, Entrevista com o autor.

<sup>23</sup> Id., *ibid.*

<sup>24</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>25</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, 511.141. Visto temporário: professor Thomas Skidmore. Telegrama n° 600, 21 jul., 1970.

<sup>26</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor, 12 fev. 2001.

<sup>27</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, 511.11 Presença do ex-deputado Márcio Moreira Alves nos Estados Unidos. Secreto-Urgente. Telegrama n° 13.328, 16 jun. 1969.

<sup>28</sup> DELLA CAVA, Ralph. Correspondência com o autor.

<sup>29</sup> SATTAMINI, Lina Penna. *Esquecer nunca mais: a saga de meu filho Marcos P. S. de Arruda*. Rio de Janeiro, OR Produtor Editorial Independente, 2000.

<sup>30</sup> AMNESTY INTERNATIONAL (AI). *Annual report 1966-67, 1 June 1966 – 31 May 1967*. London, International Secretariat, 1967.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*; SENADO NORTE-AMERICANO.

<sup>32</sup> GRIFFIN, Dan. The torture of a Brazilian. *Washington Post*, 19 set., p. D3-1, 1971.

<sup>33</sup> *WASHINGTON POST*. Brazil and torture. Editorial, p. E6, sep. 1971.

- <sup>34</sup> PADILHA, Anivaldo. Ativista na Igreja Metodista e preso político. Entrevista com o autor. São Paulo, 18 jul. 1997.
- <sup>35</sup> STRHARSKY, Harry e STRHARSKY, Loretta. Membros do Committee against Repression in Brazil. Entrevista com o autor. Castro Valley, CA, 31 mar. 1999.
- <sup>36</sup> PADILHA, Anivaldo. Correspondência com o autor, 24 out. 2001.
- <sup>37</sup> *O ESTADO DE S. PAULO*. Médici não fala à imprensa nos EUA, p. 1, dez. 1971.
- <sup>38</sup> GRIFFIN, Dan. Brazil leader to meet with Nixon. *Washington Post*, 6 dez., p. 20, 1971.
- <sup>39</sup> BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN. *Protesters leave no sanctuary for Médici*. Berkeley, American Friends of Brazil, n. 6, p. 3, fev. 1972.
- <sup>40</sup> GRIFFIN, Brazil leader..., op. cit.
- <sup>41</sup> *WASHINGTON POST*. Brazil and torture. Editorial, p. E6, sep. 1971.
- <sup>42</sup> ORGANIZATION of American States (OAS). General Assembly. Annual report of the Inter-American Commission on Human Rights, Fourth Regular Session, mar. 1974, pp. 38-52.
- <sup>43</sup> Id., *ibid.*, p. 32.
- <sup>44</sup> NOVITSKI, Joseph. Médici Denies Brazil is seeking domination over Latin America. *New York Times*, p. 8, 31 dez. 1971.
- <sup>45</sup> SENADO 1971b; HUGGINS, Martha. *Political policing: the United States and Latin America*. Durham, Duke University Press, 1998, p. 187.
- <sup>46</sup> PADILHA, Correspondência com o autor; CENTER THEATER GROUP OF LOS ANGELES. *Program for the play Savages, by Christopher Hampton*. Directed by Gordon Davidson. Los Angeles, Music Center Mark Taper Forum, 1974.
- <sup>47</sup> INFORMATION ON THE NATIVE PEOPLES OF THE AMERICAS (INDIGENA). *Supysáua: a documentary report on the conditions of indian peoples in Brazil*. Berkeley, Indigena/American Friends of Brazil, 1974; PADILHA, Correspondência com o autor, op. cit.
- <sup>48</sup> *Newsweek*. Brazil: The poor man's Yankees, p. 44, 20 ago. 1973.
- <sup>49</sup> BRAZILIAN INFORMATION BULLETIN. *Protesters leave no sanctuary for Médici*. Berkeley, American Friends of Brazil, n. 6, p. 3, fev. 1972.
- <sup>50</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Arquivos do Itamaraty*, Brasília, Secreto. 591.0 (22) Possibilidade de inserção de artigos na *National Review*, 9 out. 1970; 303.3. Despesas com jornalistas estrangeiros. Telegrama n° 176, 9 maio 1970; 591.0 (22) Correspondência especial n° 1.916: Revista sobre a atualidade brasileira. Remessa de lista de destinatários, 12 maio 1971.
- <sup>51</sup> COMMON FRONT FOR LATIN AMÉRICA/COMMITTEE AGAINST REPRESSION IN BRAZIL. *The Russell Tribunal on Repression in Brazil: A Report and Call for Support*. Washington, DC. Mimeo., ago. 1973 (cópia no arquivo pessoal do autor).
- <sup>52</sup> ESTADOS UNIDOS. Committee on foreign affairs, subcommittee on international organizations and movements. *Torture and oppression in Brazil*. Report. Câmara de Deputados dos Estados Unidos, 92d Congress, 2d session, 11 dez. 1974.
- <sup>53</sup> DAGNINO, Evelina. Cientista político, antigo ativista estudantil. Entrevista com o autor. Campinas, 2 jun. 1999.

## NECESSIDADE DO ENFOQUE HISTORIOGRÁFICO PARA EXPLICAR OS PROCESSOS SOCIAIS DO PRESENTE\*

Irma A. Antognazzi\*\*

*Tradução: Vera Lúcia Vieira\*\*\**

### *Introdução*

As reflexões a seguir advêm da preocupação ante a responsabilidade de receber centenas de novos estudantes universitários que, a cada ano, buscam na história e nas ciências sociais caminhos de exploração do mundo em que vivem. Jovens que estão submetidos a forte pressão por um discurso que, enquanto aparenta dizer-lhes que “jovens eram os de antes, os dos anos 70”, sem mediar explicação alguma, pinta-lhes o horror de torturas e seqüestros, de desaparecimentos de pessoas e os leva ao absurdo de “pedir justiça” a quem intuem que são os que provocam, hoje, tão grande violação dos direitos humanos, como a de relegar à miséria milhões de pessoas e pauperizar outros até o insuportável.

Em meu país, há uma demanda forte – não só entre os jovens universitários – para explicar o processo histórico mais atual, apesar de ser o período menos estudado, como observou o professor Josep Fontana em sua recente visita à Argentina. Desde o peronismo dos anos 40 até hoje, mantêm-se enormes períodos obscuros na história, que não são cobertos nem pelas universidades nem por linhas editoriais que chegam a conjuntos importantes de leitores, menos ainda pelos meios maciços de comunicação, embora, recentemente, venham aumentando as referências a esse período da história.

Fazer uma análise crítica, da forma como faziam as organizações revolucionárias nos anos 70, pode ajudar a desfazer nós. Mas isso não é suficiente se não analisarmos que viseiras estão sendo postas às ciências sociais, hoje, e decerto aos estudos históricos.

A luta revolucionária dos anos 70 pôs em evidência que não é suficiente “querer” mudar a sociedade.<sup>1</sup> Olhando hoje aquela experiência, podem ser detectadas as insuficiências nas análises do processo histórico: a luta de classes era baixada da teoria como se fosse um prumo (de um lado os burgueses, de outro os proletários). Não se via a história mesma, a riqueza das contradições dentro das classes, todas as formas que assumiam os enfrentamentos entre diversos setores sociais (políticos, econômicos, ideológicos). Não se viam as contradições cada vez mais agudas dentro da burguesia (a instalação, a partir de fins dos anos 50, de um processo de concentração capitalista e de formação do capital monopolista com interesses entrelaçados com o capital estrangeiro),<sup>2</sup> não se havia advertido em toda sua magnitude que o conjunto dos setores populares não havia tomado forma como força política, não tinha uma direção (vanguarda) própria, nem um projeto conjunto com alianças sociais visando a constituir uma frente política capaz de canalizar o enfrentamento que se levava a cabo de maneira frontal. Fazia-se passar uma falsa divisão, civis *versus* militares, o que impediu conhecer os interesses em jogo da oligarquia financeira em processo de gestação e de conquista do poder do Estado.

*A situação do historiador e o compromisso da obra historiográfica*

Dizíamos, em um trabalho anterior,<sup>3</sup> que a sociedade humana está atravessando um período crítico de sua história, uma etapa de transição em que estão se esgotando as possibilidades de um modo de organização gestado em um longo processo e instalado em nível planetário há apenas um século e meio. Referimo-nos à “civilização” capitalista, entendendo por tal não somente as relações de produção específicas, mas também a superestrutura, que inclui a superestrutura político-jurídica e as múltiplas construções culturais. Ainda agora não estamos, no entanto, muito além do discurso vulgar que fala reiteradamente da “crise”. Dizemos vulgar porque, nos meios de comunicação, inclusive em profusa bibliografia especializada, pouco se aprofunda acerca do caráter desta crise, sua gestação e as características que a levam a ser única, como todas, mas profunda como nenhuma, já que compromete as raízes essenciais da sociedade capitalista (por colocar em tensão as forças produtivas e as relações de produção).

Advertimos que é comum associar ao termo “crise” as notas que fazem referência a supostos sintomas (“enfermidade”, “acidente”, “problema”, “erros”, “deformação”), como se se tratasse apenas de uma situação adversa a alterar uma suposta normalidade, equilíbrio ou estabilidade inerente aos processos históricos.

Essa superficialidade que os “trabalhadores intelectuais”<sup>4</sup> demonstram na análise de um dos fenômenos-chave deste presente das sociedades humanas, com uma complexa trama de sintomas nas formas de vida e de relação dos indivíduos em cada sociedade e entre elas, leva-nos a nos determos na busca dos níveis mais profundos, que não aparecem a um observador desprevenido.

Um fenômeno social de tal magnitude necessariamente abala os cimentos das ciências sociais e da ciência histórica. Os historiadores têm visto crescer sua notoriedade entre o grande público, porque começa a generalizar-se uma intenção de conhecer o passado buscando a explicação do presente.

Sem dúvida, avaliando os trabalhos historiográficos que são oferecidos a especialistas e ao grande público, encontramos uma profusão de novelas históricas, descrições pormenorizadas de retalhos da vida cotidiana, trabalhos de jornalistas mais ou menos documentados ou sustentados por fontes orais ou estudos muito parciais, recortados, esartejados de todo, com escassa vinculação com o presente ou não inseridos no complexo processo histórico e com total desprezo pela teoria.

O que aconteceu com o trabalho historiográfico? Volta-se hoje a debater desordenadamente acerca de se a história é “mestra de vida”, se a história “se repete”, se a história chegou a um ponto sem retorno e sem alternativas diferentes do curso que vem tomando. Estas perguntas – que, isoladas de um contexto explicativo, são errôneas e insuficientes – não conduzem à busca de respostas satisfatórias nem permitem identificar uma posição crítica e reflexiva ante a situação que se vive hoje.

Entendemos que se produziu um esvaziamento da qualidade do historiador relativamente a seu compromisso com o objeto de seu estudo e com o papel histórico de sua produção historiográfica. Passou-se do criticar uma postura cientificista para uma incondicional postura subjetivista. Na primeira, a exigência de neutralidade ocultava a tomada de posição por detrás da aplicação de métodos das ciências naturais ou de análises numéricas, recorrendo a alguns mecanismos preconcebidos como equilibrados e harmoniosos, as “estruturas” e “sistemas” que intentaram imprimir ao conhecimento da história o caráter de “objetividade”. A segunda, a do subjetivismo incondicional, é a antítese. Renegando as teorias, não reconhece conceitos de validação científica, baseia-se na idéia de um relativismo absoluto em que “vale tudo”, porque são “pontos de vista” surgidos da “liberdade” do sujeito, a tal ponto que chega a negar a possibilidade de conhecimento, de alcançar “a verdade” e até a realidade mesma. O intuito de romper com certezas que atribuem a determinada concepção dogmática os torna temerosos, e isto debilita a possibilidade de conhecer e de decidir de que forma atuar com alguma possibilidade de obter o resultado desejado.

Estamos ante um abismo perigoso, a que conduz essa idéia generalizada de que é impossível conhecer tanta complexidade, tanta vertiginosidade dos acontecimentos, tanta profusão de informações. Dizemos perigoso porque se apresenta uma espécie de marasmo, de areias movediças diante das quais parece que a única coisa possível é colocar-se à espera de que se assentem, que se acalmem, que se aclarem, sustentando a velha idéia de que ao historiador compete estudar o passado e tomar distância dele.

A quem convém e a quem prejudica esse enfoque? Para produzir essa imagem de confusão, entendemos que estão trabalhando “trabalhadores intelectuais” institucionalizados, servidores do grande capital financeiro transnacionalizado, que dessa díspar correlação de forças obtêm proveito e mais possibilidades de subordinar o processo histórico a seu favor. Ainda que não tenham as mãos totalmente livres. Os povos, para atuar, não necessitam saber de análises científicas: movem-se com o conhecimento que lhes dá a experiência, mas por métodos de ensaio e erro, em épocas em que as ciências já acumularam notável bagagem de conhecimento sobre as leis que regem o movimento da matéria. Sua posição é de debilidade ante os que controlam efetivamente os fatores em jogo.

Estas reflexões nos conduzem a uma primeira conclusão: o trabalho do historiador comprometido com a busca da verdade – mais precisamente, o que aqui chamamos enfoque historiográfico –, entrelaçado com o dos demais cientistas sociais, é de caráter urgente. Nem científicista nem subjetivista: os povos requerem o trabalho sério de historiadores, que permita desvelar a natureza dos fenômenos sociais atuais, suas relações com a gênese do capitalismo, o caráter das múltiplas faces dos fenômenos culturais, étnicos, o papel das leis objetivas do movimento e da consciência prática em uma multitude de paralelogramos de forças. A tal ponto é importante a obra historiográfica que pode contribuir para encontrar o caminho que conduza à salvação da humanidade no planeta.

Queremos trazer à reflexão a questão do compromisso do historiador. Falamos de um compromisso consciente, explícito e verificável no campo científico. A serviço de que interesse está colocado o trabalho do cientista social e do historiador? Da busca da verdade, do conhecimento e, portanto, da busca de explicações, retificações e soluções dos problemas? Ou na busca de ocultar os mecanismos que se descobrem com a investigação, para manter o *status quo*? Entendo que é fundamental que o historiador seja consciente de sua inserção na sociedade e da importância de sua obra.<sup>5</sup>

### *A formação dos historiadores, o papel da teoria*

Nós, historiadores – docentes e pesquisadores –, somos formados majoritariamente através da informação sobre fatos, particularmente do passado. No melhor dos casos, conduzem-nos a conhecer os processos, mas não se aprofunda a concepção da história. Em nossos planos de estudo, alguma “introdução à história” coloca os estudantes em contato com teorias da história ou “escolas”, uma espécie de história de teorias, descontextualizada do processo histórico que as originou e sem pôr à prova a sua eficácia para explicar a realidade social. Costuma-se incluir “algumas teorias” (sociológica, política e econômica), mas como mostras de uma série de pensadores, por meio de retalhos de suas obras e, geralmente, excluídas do momento histórico em que surgiram, donde não há um olhar que permita entender a totalidade de cada uma delas. São apresentadas como distintas quando, na realidade, são variações do mesmo modelo de análise. Desconhecer a base filosófica ou não ter ferramentas para descobri-la remete os historiadores a trabalhar com as fontes de fatos mais ou menos distantes no tempo, mais ou menos importantes ou significantes. Para quem? Como selecioná-los? A partir de que critérios? Estas e outras questões costumam ficar reduzidas a aspectos técnicos.

Não se capacitam os futuros historiadores para descobrir posturas filosóficas nos trabalhos historiográficos próprios ou nos de outrem. Nem se fala do materialismo histórico dialético. Ao desqualificar uma teoria como esta (que já nem se nomeia, por temor de receber o mote de dinossáurico ou ortodoxo), perde-se o significado de suas partes internas. Sem a base materialista e o jogo dialético, fica limitada a um conjunto de termos isolados que podem ser usados por qualquer um e com qualquer argumento para justificar qualquer coisa. A filosofia materialista dialética dá a vida, a ductilidade, a mobilidade à teoria.

Hoje, vigora uma pressão acadêmica institucionalizada para que se estudem as teorias “mais novas”. Cataloga-se como “obsoleto” tudo o que foi escrito no século passado, particularmente visando defenestrar o materialismo histórico-dialético. Isto se exige nos concursos, em programas de estudos. Nas bibliografias dos artigos e programas de disciplinas devem estar os “filósofos” atuais. Coisa curiosa! Têm imprensa, os filósofos! Talvez seja irreverente perguntar quem lhes põe a patente de filósofos e os lança, via *mass media*, a todos os habitantes do globo. Saem nos diários de maior tiragem, são entrevistados pelos jornalistas políticos de maior renome. Ninguém vai mais além da descrição de alguns fenômenos. Todos coincidem: “o marxismo não serve porque as causas dos problemas atuais não são econômicas, mas étnicas e religiosas; as classes sociais foram substituídas por ‘movimentos sociais’; a riqueza é produzida pelo jogo das bolsas, e não pelos trabalhado-

res; a classe trabalhadora não existe mais, está sendo substituída por computadores e robôs; o neoliberalismo triunfa e afoga as experiências de socialismo”. Todos coincidem em descrever o lamentável estado de convulsão, miséria, pobreza, criminalidade, taxas crescentes de desocupação e afins que tem o mundo de hoje, mas não revelam o caráter do capitalismo nem os esforços dos povos para exigir justiça. Dão cifras crescentes minuto a minuto da suposta dívida externa, mas, no momento de abordar “ajustes” e “cortes no orçamento”, justificam-nos como necessários – para quem? Por quê? Parece que esses assuntos não podem ser abordados pelos cientistas. Essas são questões “políticas”, afirmam. Outro “se” de seu discurso é que não há outro caminho possível para a humanidade nesta etapa. Negando – sem afirmá-lo de maneira explícita – o papel da consciência sobre a história, sobredimensionando o plano objetivo “necessário” e ocultando o papel de “sua” consciência, de “sua” política, a dos grandes e poderosos interesses financeiros transnacionais. Quando, precisamente, é uma das críticas mais fortes que fazem ao marxismo!

Novos fenômenos exigem novas respostas e vão servindo de acicate à ciência. Nestes 150 anos de desenvolvimento da sociedade capitalista, desde que a ciência chegou a desentranhar as leis de seu movimento, numerosos pensadores, para além de sua intenção, vêm incorporando desenvolvimentos parciais que têm enriquecido a teoria e o conhecimento da sociedade. Ante a barbárie da realidade que mostravam os fascismos, natural que os pensadores “democráticos e progressistas” tenham querido analisar o fenômeno do autoritarismo, os comportamentos dos povos, os gostos, a sociologia de massas, fenômenos novos que irrompiam junto com a inovação técnica do rádio e do cinema, e que logo se ampliariam, com a televisão e a informática. Foi natural e necessário que tenham notado esses fenômenos e se propusessem a desentranhá-los e que se chocassem com as leituras dogmáticas que faziam da teoria, em geral privada de sua riqueza dialética. Mas não foi natural que esses trabalhos tenham sido feitos à parte do marxismo, contrapostos às suas bases teóricas, em lugar de ver como a teoria estava sendo enriquecida pelos avanços a que os levava, necessariamente, o movimento da sociedade, em sua complexa trama de contradições. De cada um deles, algo serve para explicar o presente. Mas, para poder discernir para que servem, há que se situar como historiador e como cidadão do mundo: pelos interesses de um ou outro grupo transnacional, que arroga para si todo o planeta e a direção da história, ou pela causa da humanidade. Pela busca de prestígio acadêmico e privilégio econômico individual ou com altruísmo, a partir da inserção como membro da sociedade humana.

As acusações ao materialismo histórico foram de diferentes tipos: que é ideologizante, que promove violência, que é economicista-determinista, que desconhece fenômenos que não são estritamente econômicos, que é dogmático, mecanicista, que pode ter sido válido

para o século passado, mas a sociedade mudou.<sup>6</sup> Consideramos que grande parte dessas críticas provém de uma leitura insuficiente da teoria. Por exemplo, os que pretendem superar as supostas carências do materialismo histórico com os estudos da vida cotidiana, das mentalidades, das pautas culturais, não levam em conta obras como *A situação da classe operária na Inglaterra*, de Friedrich Engels,<sup>7</sup> escrita em 1845.

É um claro exemplo do papel dos sujeitos de carne e osso na história, com suas condições físicas, psíquicas, intelectuais e culturais. É um trabalho de antropologia de campo, um trabalho daqueles que propõem como novidade uma suposta “nova história”. Uma obra que toma a questão das mentalidades e a vida cotidiana. Onde está a diferença com todos esses tipos atuais de narração da moda? Que não é uma mera descrição de fatos curiosos ou atrativos para o leitor. Engels está olhando essa realidade a partir do marco teórico que estava construindo; a partir de sua totalidade, a partir do que lhe provê a teoria acerca das novas relações sociais em construção na sociedade capitalista de então. Por isso, a extraordinária riqueza dessa obra, que não sucumbe ante uma superficial descrição, mas que enriquece o marco da teoria que estava nascendo.

O discurso “oficial” enterrou o materialismo histórico há várias décadas, mas pode-se associar seu réquiem à queda do muro de Berlim. Sem dúvida, ocorreu uma constante em trabalhos de historiadores que não puderam negar a teoria materialista dialética: ocorreu uma releitura da teoria nas experiências revolucionárias dos anos 60-70 na América Latina; outra vez, as práticas em seu nome e a incapacidade do povo de alcançar o objetivo da tomada do poder do Estado foram lidas como fracassos da teoria.

Diversos fatores podem estar atuando na negação do valor científico da teoria do materialismo histórico dialético. É provável que esteja agindo, inconscientemente, a autocensura, resultado da memória coletiva das perseguições aos marxistas. Caso que ainda ocorre, por exemplo, com intensidade, na Argentina. É difícil para um intelectual reconhecer que foi cedendo ante as pressões repressivas do poder e que, para moldar-se às novas possibilidades que se lhe abrem, necessita acomodar-se ao espaço intelectual “oficial”. É difícil reconhecer que se submete às pressões econômicas, salários baixos e políticas de incentivos à investigação ditadas pelo poder. É fácil para um “trabalhador intelectual” elaborar justificativas das viragens que produziu em suas posições acadêmicas e políticas. Este é um fenômeno observável, na Argentina, entre os que foram intelectuais orgânicos nos anos 70 e hoje são intelectuais institucionalizados.

O trabalho do cientista é tratar de descobrir. Mas o poder entende que a tarefa do trabalhador intelectual é estar a seu serviço, o que implica “encobrir” a realidade e negar a teoria que permite explicá-la em seu movimento. Os intelectuais do poder financeiro tratam de “endereçar” os processos na direção que necessitam porque sabem, na realidade, que,

se não colocassem as mãos na história com a violência material ou intelectual, ideológica ou institucional, não veriam os seus propósitos satisfeitos. Deixam para si próprios as utopias; tomam para si mesmos o princípio de que a teoria é um guia para a ação; deixam para si a essência da luta de classes, zona de conflitos na qual entram para dominá-la conforme seu desejo.

O historiador deveria ter uma formação teórica e metodológica tal que lhe permitisse conhecer a história da sociedade, incluindo a do presente, a de sua ciência e a de si mesmo, para discernir e tomar partido. Não é requisito exclusivo do historiador e dos cientistas sociais. De todo cientista se exige estar à altura do que as ciências desenvolveram à sua época.

A formação teórica a que apelamos, entretanto, nada tem em comum com a vulgarização do conceito de teoria. A teoria não é dogma, é guia para a ação; a teoria é seca, verde é a árvore da vida; a teoria não é a história mesma; é ferramenta para conhecer, não é o conhecimento. A teoria não é um espartilho a estreitar a atividade do cientista; ao contrário, dá instrumentos para abrir, para olhar; não põe valas, abre comportas; uma teoria não é uma receita, é um olhar coerente, que exige ser conhecida como tal em toda a sua magnitude, para ser colocada à prova – sempre como instrumento, não como fim; é uma arquitetura (também na arquitetura de um edifício há movimentos e tensões dos materiais que a compõem), não são partes soltas, nem sequer juntadas em justaposição.

Perdeu-se a visão historiográfica acerca de que as teorias são produtos históricos, não lineares, nem reflexo mecânico, mas dialeticamente contraditórias com a sociedade em que se produzem. Uma visão esquemática e dogmática generalizada levou a confundir teoria científica com dogma. Confundiu-se o caráter explicativo de uma teoria com a aplicação mesma. A declaração de que se assume a teoria ou de que se opera em seu nome não necessariamente significa aplicá-la em toda sua amplitude filosófica e metodológica. Ademais, e sobretudo, porque uma teoria não é a realidade mesma, que sempre é mais rica e mais complexa e escapa a um controle absoluto, embora se possa atuar deliberadamente sobre ela.<sup>8</sup>

A dificuldade de separar – ou unir – teoria e prática de maneira dialética foi fazendo perder de vista a riqueza da teoria, confundida com as aplicações políticas ou a história mesma. Embora a intelectualidade que tinha pé no marxismo tenha tentado “revisá-lo”, crendo ver a necessidade de corrigi-lo, limá-lo de um suposto dogmatismo, não partindo da teoria mesma, mas da prática que se fazia em seu nome. Desde então, os conflitos e os problemas sociais são vistos como insuficiências do marxismo, como se fosse inerente à teoria a idéia de harmonia, imutabilidade, equilíbrio.

Custa ver o contraditório dos processos, a sinuosidade dialética de sucessivas negações de negações, quando as formas que se apreendem na sociedade acerca de como pensar, como conhecer, como ler a realidade estão fundadas em um pensamento mecânico e linear.

Atualmente, ante a insuficiência das ciências sociais e da historiografia oficial para dar resposta às interrogações formuladas do ponto de vista dos setores populares, e ante as experiências de vida em uma sociedade que já mostra mais descaradamente os interesses sociais enfrentados, há um olhar inquieto no campo dos estudantes – a pergunta pela teoria, a pergunta pela explicação que só a ciência pode responder. Estamos entrando em um momento crucial para o desenvolvimento da teoria da história e das ciências sociais.

#### *Acerca do sujeito*

Instalou-se com frequência no discurso hegemônico a idéia de que o Estado, os mercados ou os capitalistas operam com sentimento, vontade, raciocínio ou irracionalidade. Ao ocultar a ação dos sujeitos concretos e as regras do jogo, próprias do capitalismo, devem recorrer à antropomorfização de objetos. Segundo o discurso “oficial”, os mercados costumam estar “nervosos...”, “desconfiados”, sem abordar a questão do que é o mercado, qual é sua gênese, que formas adota no capitalismo e, mais concretamente, nesta etapa imperialista, como operam os donos do grande capital financeiro transnacional nos mercados em nível mundial. Em suma, ocultam a questão de quem – quais – são os sujeitos que movem as massas de capital, embora já sabedores das conseqüências que acarretam para os povos do mundo.

Foi-se alijando no discurso “oficial” a raiz humana do processo histórico, colocando como motor dos fatos o azar, a fatalidade, o casual, deidades ou demônios, anulando o reconhecimento de que as ações históricas são produzidas pelos sujeitos humanos no tempo e no espaço, quer dizer, sob determinadas e particulares condições histórico-sociais.

É essencial saber quem – quais – produz as ações significativas no desenvolvimento das sociedades, deliberadamente ou não, conscientemente ou não. Mesmo quando se faz menção aos “grupos econômicos” – geralmente descritos, inclusive denunciados –, se os apresenta como um mal necessário, até eterno, quando se agrega que sempre houve poder. Quando analisados na gênese do capitalismo, no marco da lei da concentração dos capitais e sua expansão na etapa imperialista na história da civilização no tempo presente, somente a menção aos grupos econômicos não basta para entender a possibilidade de movimento,

a transformação, a possibilidade de encarar alguma direção diferente para esta história que vivemos e que, vista desta forma, não permite festejar com muito entusiasmo o fim do milênio.

Os interesses contraditórios no seio das sociedades e a forma como condicionam as condutas humanas vêm sendo estudados e fundamentados cientificamente desde o século XIX, quando os fenômenos próprios da sociedade capitalista já se mostravam abertamente. Se hoje se segue ocultando esse descobrimento científico na análise dos processos sociais, não se pode atribuí-lo à falta de uma teoria explicativa (isso já seria grave), mas, sim, a uma negação deliberada desta.

A importância da questão para o trabalho historiográfico não está somente em detectar um sujeito-personagem, nem sequer um sujeito coletivo, mas em descobrir os interesses objetivos e os subjetivos que intervêm em sua ação – participação – na história.

*Acerca do conceito de processo histórico e do caráter histórico do presente:  
o protagonismo no que fazer da história*

Há uma afirmação que é comumente aceita sem reflexões: a história estuda o passado, e as ciências sociais, o presente; a primeira, um enfoque diacrônico, as segundas, sincrônico. Essa distinção supõe um corte categórico entre passado e presente, sem que se tenha podido esclarecer onde termina o passado para entrar no presente, porque se trata precisamente de um corte contrário à natureza do devir histórico. As sociedades humanas o são no tempo e no espaço; a matéria toda é, no tempo e no espaço. Pois bem, o que queremos dizer quando afirmamos que o presente é histórico? Por um lado, que traz dentro de si processos que vêm, que começaram a se desenvolver em outras épocas e em outros lugares e que, por sua vez, estão se produzindo, em uma rica e muito complexa concatenação de múltiplos fatores na qual convivem o “velho” e “o novo” que vai despontando. O presente é parte de um processo no tempo, não se trata de uma entidade diferente do passado.

A explicação dos processos sociais não está predeterminada pelo passado, mas é uma criação – recriação – cotidiana. Cada momento do presente é uma nova configuração de fatores de diversas origens, com seus respectivos processos de gestação, em que se vão desenvolvendo tendências e possibilidades para o futuro.

A visão historiográfica é oposta de maneira absoluta à afirmação de uso corrente “sempre foi assim e assim será”, instalada na consciência da sociedade a partir dos discursos hegemônicos. É comum escutar expressões que pareceriam vir do senso comum, mas que não são só produto de uma observação empírica individual, porém se transmitem dos

intelectuais institucionalizados, dos meios de comunicação de massa, da educação sistêmica. “Sempre houve miséria”, “sempre houve propriedade privada”, “sempre houve delinqüência”, sempre estão tapando a originalidade dos processos de transformação da matéria social, estão ocultando a história, o movimento, as novas condições geradoras de situações que só na aparência são semelhantes, o que possibilita dizer “a história se repete”. Não modifica esta crítica a quantificação dos fenômenos que os cientistas sociais analisam e que conduzem a afirmações como estas: “delinqüência houve sempre, mas está crescendo”; assim, agrega-se mais uma informação à descrição. O “sempre” e o “nunca” tiram dos homens o caráter de protagonistas da história e os coloca na condição de meros espectadores, que devem padecer ou conformar-se.

As rotundas críticas a Francis Fukuyama, com sua falaz teoria do “fim da história”, não lhe correspondem porque era membro do Departamento de Estado dos Estados Unidos, mas por sua concepção antidialética e anti-histórica, idealista deformada, para justificar uma realidade que convém a alguns setores da sociedade, para os quais não devem ser mudadas as regras do jogo porque são as que lhes garantem o crescimento de seus capitais. Apesar dos desejos de paralisar a história, de um Fukuyama e da oligarquia financeira transnacional que dele necessita, as sociedades seguiram movendo-se e produzindo cada vez mais, a olhos vistos, uma complexa trama de contradições sociais. Nem os grandes esforços para querer fundamentar a não existência das ciências sociais deram resultado. Nem mesmo os que se empenharam em mostrar o fim da classe operária ou o “fim do trabalho”<sup>9</sup>. O desenvolvimento da história das sociedades, emoldurado em uma situação planetária que chamam “globalização”,<sup>10</sup> põe cada vez mais a nu o choque dos interesses de classe manifestados de forma rica e multifacetada. Um discurso “oficial” acerca de que se entrou em uma nova e desconhecida “civilização”, para a qual não há teoria disponível, é outra falácia que defendem os encobridores profissionais e seu séquito.

Se tivesse sido aceito o caráter do processo histórico como desenvolvimento/movimento da sociedade em uma trama complexa multifacetada, com infinitas forças em jogo, conscientes ou não, naturais e sociais etc., não haveria que tocar neste tema. Mas ainda não está instalado este caráter. Pior: está postergado desde que se passou a falar do “fim dos grandes paradigmas”; os trabalhos historiográficos ficaram reduzidos a boas narrações de tempos passados sem conexão com o presente e os trabalhos sobre o presente, que as ciências sociais produzem, são descrições de fenômenos diversos, sem sua gênese e sem concatenações.

Pensar o presente como histórico, a “história-agora”, resulta em tomar uma força que se dilui se for pensada apenas e tão-somente como presente. No presente, estão interagindo múltiplas forças de distinto peso, espessura, importância, não paralelas, mas em enfren-

tamento, algumas, linhas novas, outras que vão desaparecendo, outras em desenvolvimento pujante, e tudo isso, combinando-se de uma maneira particular e própria, origina um resultado único em sua particularidade, mas formando um tipo de sociedade ou de organização do social. Neste presente aonde chegam todos esses vetores de forças, estamos atuando milhares de milhões de pessoas, conscientes ou não de nossos atos e de seus resultados, fazendo parte ou não de forças sociais com maiores ou menores possibilidades de incidência.

O presente é histórico não apenas por sua gênese, não só pela ingerência de vetores novos – a particular combinação de forças que o constituem –, mas porque neste presente as condutas estão incidindo no processo, no resultado. Mesmo sem sabê-lo, mesmo sem querê-lo. Este presente é, então, história, não porque venha do passado, mas porque vai para o futuro. Não é um corte – ou, se caso se queira, pode-se pensar assim só com o fim de nos situarmos de onde estamos parados. Sem dúvida, e mesmo admitindo um transcórre permanente, é necessário caracterizá-lo na intimidade de seu movimento. Se não avançamos nisso, o que chamo tomada de posição, nosso trabalho de historiadores não somente não servirá para ajudar-nos como humanidade a resolver o dilema no qual nos encontramos, mas até contribuiremos para que se agrave a destruição que já se está produzindo nas populações e no *habitat* de grande parte do planeta.

Revalorizar o presente como histórico conduz a destacar a importância do protagonismo – ação consciente, não de poucos, mas de multidões que lutam para entrar na história, para conseguir as condições de vida de que necessitam, que concebem ou que imaginam. O cenário das sociedades atuais exclui do protagonismo consciente milhares de milhões de pessoas, que, sem dúvida, operam, geram vetores de força, mas de uma magnitude relativamente débil com respeito aos objetivos que se propõem. Se esses movimentos contassem com um guia consciente (com a consciência da necessidade), a possibilidade de plasmar uma força no *que fazer* da história seria outra. Observar isso não é uma concepção elitista, pelo contrário. Os intelectuais que podemos ascender ao conhecimento científico – e mais ainda, os que podemos ascender a uma postura consciente, a um compromisso como parte da humanidade – somos uma parte ínfima da sociedade. Isso aumenta nosso nível de responsabilidade no *que fazer* da história, e não só em estudá-la: pôr a história em debate.

Este pode chegar a ser o ano da decolagem da história para servir à humanidade, o ano em que começam a se revelar as mentiras preparadas pelo poder; em que se começa a apontar com o dedo acusador os que usurpam o papel de predicadores da verdade quando, simplesmente, adotam a pose de críticos e só denunciam o que é evidente e ocultam o que devem descobrir para toda a humanidade. Uma nova Escola da História, que sirva para *fazer* a história, e não só para estudá-la. Não se trata de fazer um comunicado, mas um plano

de trabalho de uma nova corrente da Ciência da História. Chegar aos meios de comunicação, às escolas, às editoras, difundir nossos escritos, fazer caretas, desnudar vestais, limpar imundícies, buscar e buscar, descobrir; não partir de um laboratório, mas das experiências criadoras dos povos; escutar, olhar, observar, com a teoria como guia, mas sem vendas nos olhos, sem justificativas; que nossa obra de historiadores e docentes da história não nos envergonhe nem nos isole; que sintamos que, em nossa obra, tanto o que estudamos como o que fazemos, para quem o fazemos, a quem servimos se converte em uma ferramenta útil para a ação em mãos dos povos.

Nós, historiadores, estamos no olho da tormenta. Se vemos nossa ciência como tal, se nos situamos a partir do melhor que tem sido produzido até o momento, poderemos assumir a responsabilidade que nos compete ante os povos que estão fazendo história, mas que poderiam fazê-la conscientemente, mais de acordo com as suas necessidades. A história não é feita só pelos que a escrevem nem pelos que a estudam. Os povos são os atores em sua luta, mas em épocas em que as ciências avançaram tanto, em que nosso objeto se tornou tão complexo, não é possível deixá-los submetidos ao método de ensaio e erro. Ou, pior ainda, sem sequer poder perceber (ensaiar), porque lhes estão tirando a força, a vontade de provar, os sonhos para imaginar e até mesmo a vida.

Não creio que nós, historiadores, fazemos a história, mas a humanidade poderá andar por caminhos mais claros se desnudarmos os interesses em jogo e encontrarmos as formas de nutrir de ciência o povo. Assim, poderão ir gerando novos emergentes, expoentes de seus interesses e convicções. A história não terminou. Está mais claro que nunca.

O aporte dos historiadores que nos sentimos pertencentes à humanidade é não só ser porta-vozes das denúncias, das penúrias, mas referentes de seus sonhos e de suas esperanças. Marx e Engels, em seu momento, descobriram os mecanismos de desenvolvimento da sociedade, baseando-se no melhor da ciência de sua época, mas em uma síntese nova, e puderam explicar o novo fenômeno: capitalismo. Hoje, este imperialismo – para o qual nos ajuda muito a categoria de análise que Lênin desenhou – está na etapa da barbárie, de sua podridão. Mas mesmo em sua decomposição não pode desaparecer, porque nós, humanos, ainda não fomos capazes de dar forma ao novo. Muitas experiências tem feito a humanidade. Tudo isso serve para a construção do novo. Tudo isso é um dos temas mais escabrosos. Como revelar os novos fenômenos de luta, de protesto, os novos desejos coletivos de paz e segurança? Os grandes popes da história e a filosofia do século XX, coroados pelas empresas editoriais e grupos financeiros, obrigam à exclusão de milhões de seres pensantes, estudando seus livros para repetir o que apresentam como a verdade revelada, sem postura crítica, movidos por modas intelectuais mais que por afinidade filosófica ou científica com seus interesses.

## Conclusões

Não esgotamos o tema. Só fizemos uma enunciação sumária. Tudo isso requer mais aprofundamento, tomando-se a teoria originária e relendo-se as formas como vem sendo aplicada em diferentes circunstâncias históricas.

Podemos agregar a menção a outra gravíssima tergiversação do enfoque historiográfico que o marxismo tem aportado, mas que também o foi pela Escola dos Annales e pelo estruturalismo. Trata-se da visão global da sociedade. Embora com duas concepções distintas – o estruturalismo como inter-relações de partes, e o materialismo histórico como unidade dialética e luta de contrários –, permitiu encontrar um sentido à parte. Com o decreto do “fim dos grandes paradigmas”, pretendeu-se negar a possibilidade de abordar a essência dos processos históricos em sua globalidade e amplo desenvolvimento temporal e se abriu a porta para toda classe de histórias parciais, setoriais ou micro-histórias que, mesmo com um grande preciosismo documental e de tratamento das fontes, deixaram de fora os contextos globais.

Essas rupturas do que denominamos o enfoque historiográfico deixam as sociedades carentes de espírito crítico. Dão-se argumentos no interior de uma lógica que parece perfeita. Vejamos alguns exemplos acerca da questão do trabalho e da desocupação. Ante as vozes desesperadas dos que reclamam por frentes de trabalho, ante a preocupante onda de desocupação, lançou-se um discurso em torno de várias obras que chegaram a ser *best-sellers* (*O fim do trabalho*, de Rifkin, e *O horror econômico*, de Viviane Forrester). Um destes discursos observava que a luta para encontrar trabalho é a prova de que “hoje os trabalhadores lutam para serem explorados”, enquanto o desenvolvimento tecnológico é infinito e seria a causa do dito fenômeno em nível mundial. Os que levantam esse discurso sabem de mais-valia e de exploração, por isso podem usar esse argumento para ocultar o sentido de uma ação desesperada pela sobrevivência a que estão obrigadas milhões de pessoas em todo o mundo. Mas, por alguma razão, oculta-se a verdade aos povos. Bem: a quem convém que os povos se metam na história conscientes de seus interesses?

O enfoque historiográfico é, necessariamente, uma análise da sociedade a partir da ótica das classes sociais. Só um olhar raquítico, privado da integralidade da teoria veria nesse enfoque uma visão esquemática e formalista da sociedade. Olhar desta ótica aponta para as relações de produção na base da sociedade, em seu foro íntimo, em sua essência. Mas não significa encobrir nem esconder as múltiplas mediações de uma sociedade complexa. Não nega os setores e frações, os setores que não são classes no sentido estrito do

termo, as mediações políticas, sociais, culturais, religiosas, tradições, costumes, etc. É um guia para ir mais além do aparente, da visão superficial que, muitas vezes, é fomentada para ocultar outros planos.

Os objetivos do grande capital financeiro, traduzidos em sagazes discursos elaborados por especialistas das “ciências sociais”, são levados rapidamente, acriticamente, sem reflexão, às universidades, e aí se formam os especialistas em comunicação social, os politólogos, todos os cientistas sociais que, imediatamente, saem a espalhar como grandes ventiladores essas falácias, adaptando-as aos distintos públicos, fazendo eco, às vezes sem sabê-lo, a interesses alheios, que nem sequer são os seus próprios.

Para deixar tudo isso claro, dizíamos que há que se animar e tirar do rincão dos velhos baús para onde foi empurrada a teoria materialista dialética da sociedade humana, liberá-la de tanto lastro adocicado, enriquecê-la com experiências históricas, descobrir por que se afastou do mundo intelectual de hoje, em que foi insuficiente em sua época, em que é insuficiente para entender os fenômenos atuais, e quando resultar ineficaz numa explicação, negá-la dialeticamente, e não renegá-la de maneira absoluta ou metafísica.

Ora, para fazer este processo, necessitamos aprender outra vez o que é uma teoria. A teoria materialista histórico-dialética possui, como toda teoria, um forte componente filosófico, que ficou oculto quase desde sua origem. O notável é que os fundadores dessa teoria explicitaram suas concepções filosóficas e as desenvolveram extensamente e, apesar disso, ficaram esquecidas. Uma teoria não é nem um mero conjunto de conceitos nem uma trama prefigurada, em meio à qual há que se encaixar peças na marra. Uma teoria abre caminhos, é um ponto de vista para descobrir. Que outra coisa tem de fazer um cientista mais que isso? A repressão, as modas, os costumes, as falsas exigências de inovação (falsas, pois supõem que o mais próximo no tempo é o mais novo, quanto podem ser meras revisões do mesmo e o efetivamente distinto pode ter ficado oculto), tudo isto esvaziou os historiadores do fundamento filosófico dessa ciência e do necessário debate filosófico.

O grande divisor de águas entre o materialismo e o idealismo está encoberto. Obscurecido hoje a ponto de se duvidar da existência da realidade, por trás da virtualidade que mostram os meios informáticos, parece que se quer esconder a realidade ou fabricá-la artificialmente com os *reality shows*. Como se as guerras nem tivessem existido no cenário geográfico social propriamente dito, porque seriam apenas combinações de infinitos pontos na tela da TV ou do computador. A negação da realidade e a impossibilidade de conhecê-la estão obnubilando a mente de nossa geração. Mas não podem ocultar as evidências da “podridão”, como disse Saramago, ao referir-se ao mundo de hoje.

Antes que a humanidade tenha podido incorporar o materialismo histórico e dialético, passou-lhe por alto. Difundiu-se o “fim dos grandes paradigmas” por decreto. A comuni-

dade acadêmica do poder desenhou uma estratégia notável. O curioso é que a elaboraram a partir da teoria que eles são os primeiros a refutar. Se a escondem, perseguem-na e a deformam, é simplesmente por saberem de sua efetividade para explicar a realidade. Tão efetiva que desnuda os mecanismos do poder e, ao fazê-lo, abre as comportas que contribuem para a luta dos povos para mudar as regras do jogo. Ocultam-na. Buscam-se pretextos: “subversivos, geradores de violência”, ou simplesmente qualificam-na como “teoria do passado, útil para outra época, que já passou, agora há que pensar a história do novo”, etc. Muitos argumentos foram dados pelos próprios seguidores dogmáticos da teoria, que tomaram parcialmente a obra científica de Marx, Engels e Lênin e não souberam incorporar a este embasamento aportes posteriores. A visão estereotipada, mecanicista, dualista, absoluta, em termos de causa e efeito, branco/preto, obstaculizou o enfoque dialético. Descobri-lo na matéria em movimento, no processo do conhecimento e no pensamento e levá-lo conseqüentemente à prática não é tarefa fácil, mas é a grande tarefa dos historiadores que nos situamos no campo da humanidade.

*Tradução autorizada em outubro de 2004*

#### *Notas*

\* Atas do II Congresso Internacional – História em Debate, celebrado em Santiago de Compostela, 14 a 18 de julho de 1999.

\*\* Universidade Nacional de Rosário, Argentina.

\*\*\* Professora Doutora do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP. Coordenadora do Centro de Estudos de História Latino-americana.

<sup>1</sup> ANTOGNAZZI, Irma. “La lucha armada y la estrategia politica del PRT-ERT”. In: ANTOGNAZZI, Ferrer. *Del rosariazo a la democracia del 83*. Rosário, Argentina, Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, 1995.

<sup>2</sup> Id., “Tensiones dentro de la burguesía en Argentina. La ruptura del pacto social (1973-74)”. In: *Argentina, raíces históricas del presente*. Rosário, Argentina, Escuela de Historia. Grupo Hacer la Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, 1997.

<sup>3</sup> Id., Forma política de la crisis en Argentina actual. *Prensa Anuario*, nº 18. Rosario, Argentina, Escuela de Historia. Facultad de Humanidades y Artes. UNR, 1999.

<sup>4</sup> Adota-se esta denominação a partir do artigo de Paul Baran: “El compromiso de los intelectuales”. *Cuaderno Pasado y Presente*, n. 3, preparado por José Aricó. Córdoba, 1968.

<sup>5</sup> ANTOGNAZZI, Irma. *El papel historico del trabajo historiográfico*. Ponência apresentada en las VI Jornadas Intelectuales – Departamentos de Historia. Santa Rosa, La Pampa. Argentina, out. 1997. Por

“papel histórico do trabalho historiográfico” quero entender, aqui, a forma como incidem na sociedade as interpretações que os intelectuais vão produzindo, que se recorda, e como vai se conformando a memória coletiva.

<sup>6</sup> Id., *Conocimiento y poder desde la óptica de las mayorías*. Trabalho apresentado no Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia. Caracas (Venezuela), 1993. Fora de Programa.

<sup>7</sup> ENGELS, F. *La situación de la clase obrera en Inglaterra*. Buenos Aires, Editorial Futuro, 1946. Colección Los Ensayos.

<sup>8</sup> “(...) *la Historia se hace ella misma de modo tal que el resultado final proviene siempre de conflictos entre gran número de voluntades individuales, cada una de las cuales esta hecha, a sua vez, de un cúmulo de condiciones particulares de existencia. Hay pues innumerables fuerzas que se entrecruzan, una serie infinita de paralelogramos de fuerzas que dan origen a una resultante: el hecho histórico. A su vez éste puede considerarse como producto de una fuerza que, tomada en su conjunto, trabaja inconscientemente y sin volición. Pues lo que desea cada individuo es obstaculizado por outro, resultando algo que nadie quería.*” ENGELS, F. *Carta a Bloch*. Londres, 21 set. 1890.

<sup>9</sup> ANTOGNAZZI, Irma. *El discurso de los intelectuales del sistema acerca del trabajo*. Palestra apresentada no segundo Congresso da Historia del Movimiento Obrero. Confederación General del Trabajo. Biblioteca Nacional, Buenos Aires, Argentina, set. 1998.

<sup>10</sup> Id., Aclarando conceptos: imperialismo y globalización. In: *Cuadernos de Historia Regional – Revista del Instituto Superior del Profesorado de Villa Constitución*, n. 16, Santa Fé, Argentina, 1998.



## ARTIGOS

### CELSO FURTADO E O NORDESTE NO PRÉ-64: REFORMA E IDEOLOGIA

Rosa Maria Vieira\*

#### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo discutir o projeto de desenvolvimento para o Nordeste elaborado por Celso Furtado, no final dos anos 50, tendo por referência o momento histórico de agudas contradições sociais que desembocaram no golpe militar de 64. Além do projeto, discute, também, as concepções políticas que nortearam as propostas de reformas capitalistas da Sudene.

#### **Palavras-chave**

Celso Furtado; Sudene; Nordeste - reformas capitalistas; rebeliões camponesas.

#### **Abstract**

*This article's aim is to discuss the development project for the Northeast region elaborated by Celso Furtado, in the end of the 50's, having as a reference the historical moment of intense social contradictions which lead to the coup d'état of 64. Besides the project, it is discussed, also, the political conceptions that guided the proposals of capitalistic reforms of Sudene.*

#### **Key-words**

*Celso Furtado; Sudene; Northeast Region - capitalistic reforms; rural rebellions.*

Em 1958, depois de renunciar ao seu cargo na Cepal, Celso Furtado assumiu uma das diretorias do BNDE, dedicada ao Nordeste, passando a atuar no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Neste mesmo ano, Juscelino Kubitschek viu-se às voltas com uma grande seca, que agravou a crise econômica nordestina e a tensão social, além de colocar em xeque a política federal para a região. Apesar de o Nordeste dispor de razoável infra-estrutura, açudes, barragens e contar com apoio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o governo federal teve de lançar mão de uma política de obras públicas de emergência para criar mais de 500 mil empregos, além de enviar verbas de socorro, alimentos, remédios e instrumentos de trabalho.

Estes não foram, entretanto, os únicos problemas de JK na região. Além das denúncias de malversação de fundos, de falsificação de folhas de pagamento das frentes de trabalho, teve de enfrentar a vitória da oposição em Pernambuco e na Bahia<sup>1</sup> e uma significativa mobilização popular – as Ligas Camponesas, a estruturação dos sindicatos rurais e a atuação da Igreja Católica que, desde o I Encontro dos Bispos do Nordeste (1956), colocou-se ao lado dos movimentos dos trabalhadores do campo. Diante deste quadro, JK decidiu-se pela redefinição da política estatal para a região: em janeiro de 1959, lançou a Operação Nordeste, criando o Conselho do Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que, tempos depois, deu origem à Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O objetivo era implementar projetos de desenvolvimento para a região, em conformidade com o espírito do Plano de Metas. A direção do Conselho e, posteriormente, da Superintendência ficou a cargo de Celso Furtado, entre 1959 e 1964, excetuando-se o período em que ocupou o Ministério Extraordinário do Planejamento (1962-63).

Foi nesta época que Celso Furtado – conciliando os papéis de administrador público, estrategista e teórico do desenvolvimento – teve o Brasil, pela primeira vez, como foco exclusivo de estudo e atuação, combinando teoria e prática com excepcional intensidade. Foi, também, neste período que delineou um conjunto de análises e um projeto de desenvolvimento para o Nordeste que mudaram significativamente o tratamento da questão regional no país. Neles, deslocou o enfoque tradicional de abordagem, relendo as razões da miséria e da estagnação nordestinas e (a contrapelo do otimismo que, no geral, envolvia as avaliações das iniciativas econômicas de JK) questionou sua política industrial, em termos dos efeitos negativos para a região.

Desta forma, em lugar do discurso da seca – até então hegemônico, quando estavam em pauta os problemas do Nordeste –, colocou a estrutura fundiária, a organização econômica e a formação histórico-política como as causas do atraso. O determinismo das abordagens naturalistas e as leituras da tradição sociológica culturalista, inauguradas por

Gilberto Freyre, cederam passo a uma nova visão do Nordeste, nos termos da teoria do subdesenvolvimento que, neste caso, assumiu dimensões regionais. As teses da Cepal ganharam um enquadramento nordestino, de modo que até a deterioração dos termos de intercâmbio foi invocada para explicar as relações e as disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul. Suas preocupações com o desenvolvimento do Nordeste iam, no entanto, além de suas convicções cepalinas de compromisso com a superação da pobreza e da estagnação seculares da região: temia o espectro da revolução, que acreditava rondar a zona da mata e o agreste, onde camponeses organizavam-se nas Ligas e nos sindicatos rurais. Aliás, este será seu argumento político mais forte, na tentativa de sensibilizar as elites nordestinas recalcitrantes, que se opunham a quaisquer reformas que ameaçassem seus privilégios.

Estas observações introdutórias servem ao propósito de sinalizar os caminhos deste artigo: o lugar e o papel do Nordeste no ideário desenvolvimentista de Celso Furtado; o desvendamento das dimensões ideológicas de sua leitura histórico-econômica do Nordeste; a investigação do modo como suas concepções de Estado, política e planejamento aparecem na projeção da Sudene, o sentido das reformas pretendidas e, sobretudo, as motivações essenciais de sua ação racionalizadora.

#### *Nordeste: a imagem do subdesenvolvimento*

No Brasil, historicamente, a questão regional começou a delinear-se em meados do século XIX, quando o surgimento do Estado nacional e a centralização imposta pelo Império suscitaram fortes reações regionais que, àquela altura, sinalizavam os riscos de uma fragmentação separatista. Foi, no entanto, somente no século seguinte que, sob o signo de alterações no processo de acumulação capitalista, a questão regional ganhou corpo no espaço nacional brasileiro. Na segunda década do século XX, acelerando-se a partir dos anos 30, o Brasil iniciou o trânsito de uma economia agroexportadora, responsável pela existência de verdadeiros “arquipélagos regionais” – economicamente especializados e frouxamente articulados entre si, cuja dinâmica estava em estreita dependência dos mercados externos –, para uma situação em que a indústria e o mercado interno passaram a dar as bases para o processo de acumulação ampliada do capital.

Neste momento, a expansão econômica no país passou a ter o Centro-Sul como o núcleo da reprodução capitalista, tornando-se a “região” do café o pólo industrial brasileiro. Ou seja, no trânsito de uma situação em que o mercado exterior determinava a dinâmica das “ilhas regionais” exportadoras para uma outra, em que se internalizava a acumulação,

teve início um processo de articulação das regiões econômicas do país. A partir de então, as diversidades regionais, realimentadas pela divisão nacional do trabalho, ganharam visibilidade, fazendo emergir a problemática regional, cujo adensamento acompanhou a concentração fabril em São Paulo. As diferenças regionais, especialmente as de produtividade, ganharam relevo com a integração ditada pelo centro dinâmico, abrindo-se, com isto, caminho à destruição das economias regionais, através de um processo que, na realidade, não era outra coisa senão a expansão capitalista em escala nacional.

No caso específico do Nordeste,<sup>2</sup> a partir da década de 50, o determinismo climático e racial perdeu terreno nas análises da problemática regional e a sociologia culturalista passou a conviver com interpretações oriundas de um novo campo intelectual, a economia. A região começava a ser tratada como um espaço homogeneizado de atraso econômico e de anacronismo político-social, em nítido contraste com a modernidade capitalista do Centro-Sul. Nos termos consagrados pelas teses cepalinas, nos “dois Brasis”, o pólo atrasado a pedir reformas urgentes era sempre o Nordeste. A região passou a ser vista como o grande problema nacional: um dos graves obstáculos à plena construção de um “Brasil moderno”, entendendo-se como tal o país desenvolvido e industrializado.

O que era o Nordeste como representação paradigmática do subdesenvolvimento? O lugar da seca e dos retirantes; da violência primitiva do cangaço e da insurgência messiânica; da estagnação econômica e das estruturas arcaicas; do atraso e do folclore; dos latifúndios improdutivos e das formas oligárquicas de dominação e, sobretudo, dos coronéis que industrializavam as secas, valendo-se dos mecanismos do Estado para manutenção de privilégios. Em suma, uma região que, nos termos desenvolvimentistas nos anos 50, precisava ser submetida a políticas de racionalização capitalista que a colocassem nos trilhos do desenvolvimento econômico moderno. A esta imagem – de *locus* do subdesenvolvimento – acrescentou-se, no início da década de 1960, a do “barril de pólvora” prestes a explodir numa revolta popular de dimensões imprevistas. As Ligas Camponesas, o movimento de sindicalização rural, a ação de padres politizados e apoiados por uma Igreja sensível à miséria popular, a atuação do Partido Comunista e outros agrupamentos de esquerda eram mais do que evidências de uma revolução para amplos setores da burguesia brasileira. No lugar da violência milenarista dos “fanáticos”, da rebeldia primitiva de cangaceiros, a moderna violência revolucionária ocupava, agora, os campos no Nordeste.

Havia muito – antes mesmo que em São Paulo o capital industrial se tornasse hegemônico – o Nordeste apresentava baixas taxas de crescimento econômico e de acumulação, que acentuavam a pobreza e a exclusão social seculares. A divisão nacional do trabalho, delineada no novo contexto do capitalismo interno (e que havia reservado papéis subalternos para o Nordeste), agravou ainda mais esta situação. A região transformou-se num

imenso reservatório do *exército industrial de reserva*, oferecendo um vasto contingente de trabalhadores que, em “paus-de-arara”, migrava para o Centro-Sul para alimentar as indústrias e os serviços urbanos com sua mão-de-obra barata e possibilitar a manutenção dos salários reais em níveis compatíveis com as necessidades de acumulação do capital.

Não apenas os “retirantes”, no entanto, rumaram em direção ao Centro-Sul. Também os capitais nordestinos começaram a migrar em busca de melhores possibilidades de investimentos e de taxas de lucro mais altas. Na realidade, a nova política econômica do pós-30 não deixou muitas alternativas à região: favorecendo o rebaixamento das taxas cambiais e, ao mesmo tempo, o aumento das tarifas alfandegárias com vistas à proteção da indústria nacional, esta política deu “lugar a um mecanismo de triangulação das trocas de mercadorias Nordeste–exterior–Centro-Sul–Nordeste que deprimia a taxa de realização do valor das mercadorias produzidas no Nordeste, inviabilizando ainda mais a reprodução do capital na região nordestina”.<sup>3</sup>

Além disso, com a internalização das bases produtivas e a articulação do espaço econômico nacional, as diferenças regionais de produtividade, antes fracamente sentidas, foram colocadas em destaque. Este foi o caso do parque fabril têxtil que, desde fins do século XIX, desenvolvia-se no Nordeste, especialmente em Pernambuco. Ele não resistiu ao impacto da competitividade das tecelagens paulistas, muito mais produtivas e eficazes. Neste sentido, a abertura da rodovia Rio-Bahia teve efeitos arrasadores para a indústria de tecidos nordestina. Quando esta rodovia, no governo JK, ligou os mercados do Nordeste e do Sudeste e a produção paulista invadiu a região, as fábricas nordestinas não suportaram a competição inter-regional. O Nordeste viveu uma profunda crise neste setor até a criação da Sudene, responsável por um programa de modernização que reduziu metade dos empregos na indústria têxtil e fechou a maioria das empresas deficitárias. Nas novas condições de unificação do mercado nacional, em conformidade com a dinâmica do capital concentrado, o diferencial de competitividade passou a ser decisivo na seleção dos mais aptos na concorrência capitalista e o setor têxtil nordestino foi um caso exemplar de “inaptidão”.

Também não foram desprezíveis os problemas enfrentados pelas duas culturas tradicionais do Nordeste – o açúcar e o algodão. No início da década de 40, elas sofreram graves reveses, à medida que o Sul passou a diversificar sua produção agrícola, transferindo capitais da lavoura do café para o algodão e a cana-de-açúcar. A tendência à estagnação das lavouras nordestinas, que já sofriam com estreitamento e oscilações dos mercados internacionais, acentuou-se ainda mais quando, a partir da concorrência sulista, seus espaços no mercado interno foram diminuídos.

No caso do açúcar, os problemas foram bem mais complexos que os da lavoura algodoeira. A produção canavieira, especialmente a da zona da mata de Pernambuco, convivia desde o fim da escravidão com formas pré-capitalistas de trabalho que asseguravam, no entanto, a reprodução do capital na agroindústria açucareira. Assim, nas primeiras décadas do século XX, encontravam-se nas fazendas: o “morador condicionero” (trabalhador residente no engenho, com direito a um roçado para cultura de alimentos e com a obrigação de dois ou três dias de trabalho por semana – a “condição”); o “foreiro” (pequeno agricultor que arrendava um lote nas áreas mais distantes dos engenhos, pagando em dinheiro – o “foro” – pelo uso da terra e cabendo-lhe, ainda, a obrigação de trabalho gratuito no engenho por 10 a 20 dias anuais, o “cambão”); e, ainda, os “trabalhadores de fora” (ex-moradores que residiam nas pequenas vilas da região), além dos eventuais “corumbas” ou “catingueiros” (pequenos camponeses independentes do agreste e sertão que, sazonalmente, iam colher a cana-de-açúcar na zona da mata). A exploração deste tipo de relações de trabalho revelava-se altamente funcional nas condições em que era produzido o açúcar na região, pois o sistema de moradia garantia “o represamento” da mão-de-obra nos engenhos mesmo nos períodos de crise no setor, de modo que nas fases de crescimento o trabalhador estava sempre à disposição dos proprietários. Era comum, inclusive, durante a retração da agroindústria, o fazendeiro aumentar o número de foreiros em suas propriedades, como forma de obter alguma renda da terra através do aluguel anual.

No início da década de 30, ocorreram algumas modificações no setor açucareiro, quando o Estado varguista passou a intervir, através do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). O organismo, criado com a finalidade de regular a produção, restringindo a oferta excessiva, acabou sob controle de usineiros nordestinos, que reivindicavam medidas de proteção e salvaguarda de seus interesses. Assim, em 1934, foram estabelecidos preços mínimos para o açúcar e cotas de produção para cada estado produtor – o que, no caso específico do Nordeste, garantiu a sobrevivência da sua agroindústria, à qual ficava reservada uma parte significativa do mercado nacional, a salvo da concorrência paulista.

Os resultados das medidas protecionistas foram contraditórios para o Nordeste. No curto prazo, a intervenção estatal garantiu rentabilidade tanto para os fornecedores da cana-de-açúcar quanto para os usineiros, que passaram a contar com garantias de comercialização. Além disso, verificou-se, também, a ampliação do “crédito institucional para o custeio” e o “estímulo estatal a uma política de modernização e fusões das usinas” que, inclusive, criaram as possibilidades de modificações nas formas de trabalho na agroindústria, pois,

(...) à medida que, através do crédito institucional, torna-se viável arcar com a totalidade dos custos monetários com a reprodução da força de trabalho, o engenho e a usina passam a encarar a expulsão do morador como uma vantagem econômica, principalmente levando-se em conta a rentabilidade da cultura principal.<sup>4</sup>

O que se percebe é que, se no curto prazo as medidas protecionistas garantiram não só a sobrevivência, mas a “modernização restringida” na agroindústria açucareira do Nordeste, no longo prazo empurraram o setor para uma armadilha que custaria a sua estagnação, pois quando o IAA estabeleceu preços mínimos para o açúcar, na verdade, beneficiou o “produtor marginal”, que produzia com maiores custos.<sup>5</sup>

Ao longo das décadas de 50 e 60, houve momentos em que os dois setores da economia nordestina conheceram períodos de expansão circunstanciais, em razão de conjunturas favoráveis no mercado externo, sem que, no entanto, estas oscilações gerassem desenvolvimento estável e transformações que indicassem que o Nordeste poderia desenvolver formas de acumulação mais avançadas, nos moldes do Centro-Sul. Exemplo disto foi o crescimento do setor açucareiro ao fim da Segunda Guerra Mundial, quando ocorreu uma valorização do produto nos mercados internacionais, e particularmente no início dos anos 60, quando a Revolução Cubana obrigou os Estados Unidos a buscar novos fornecedores. Esta expansão da procura externa do açúcar propiciou um aumento extensivo da produção regional, realizado, sobretudo, a partir da incorporação de mais terras aos canaviais. Geralmente de qualidade inferior, estas terras eram as utilizadas pelos *moradores condicioneiros* para a produção da lavoura de subsistência. Como resultados diretos deste crescimento extensivo dos canaviais, além do decréscimo nos níveis de produtividade e do aumento nos custos de produção do açúcar, teve início um processo de graves conseqüências sociais: a remoção de *moradores* e *foreiros* que, expulsos dos engenhos, foram submetidos a uma dolorosa proletarização. Este processo, aos moldes de uma acumulação primitiva de capital, abriu caminho à intensificação do êxodo rural, ao crescimento do desemprego e subemprego nas áreas urbanas e ao clima de explosiva tensão social e política que marcaram a história de Pernambuco nos anos 50 e 60.

### *Um barril de pólvora*

As contradições sociais e tensões políticas no Nordeste, nos anos 50 e início dos 60, manifestaram-se mais agudamente em Pernambuco, o maior produtor de algodão e de açúcar e o estado mais industrializado da região. O centro do torvelinho regional foi, sem dúvida, a cidade de Recife. A capital de Pernambuco, que em 1940 tinha 348 mil habitan-

tes, uma década depois chegava a ter 524 mil. O significativo aumento da população explicava-se pelo êxodo rural dos trabalhadores da terra fugidos das secas e, principalmente, expulsos da zona açucareira, que alterava as formas tradicionais de trabalho. E, na medida em que nem a indústria e nem o comércio local tinham condições de absorver estes migrantes, a população desempregada ou subempregada acabava se concentrando em precárias construções sobre palafitas, fincadas na lama dos rios – os mocambos da cidade de Recife.<sup>6</sup>

Como já se disse, este quadro de grave crise social era, em larga medida, resultado das transformações pelas quais passava a estrutura de produção canavieira. Nos campos úmidos da zona da mata, onde se concentravam as maiores usinas, o avanço da cultura da cana sobre as terras das lavouras de subsistência havia levado à diminuição dos trabalhadores permanentes e ao aumento da força de trabalho temporária dos *corumbas* ou *catigueiros* e dos *volantes*. Com isto, o trabalhador permanente que, em 1950, representava 50,3% da mão-de-obra da lavoura canavieira, em 1960 não era mais do que 34,7%. Um grande número de moradores e foreiros expropriados de suas lavouras buscou as terras menos férteis e mais distantes, chegando quase ao agreste, numa tentativa de recriar as condições de pequeno sitiante. A maioria, no entanto, mergulhada numa irremediável proletarização, procurou as regiões próximas às usinas, onde passou a trabalhar como volante ou, então, rumou para os centros urbanos, onde o subemprego e o desemprego a esperava.

Em síntese, neste período, Pernambuco foi palco da intensificação do domínio do capital que, na lavoura canavieira, atualizou de modo violento as condições de exploração do trabalhador rural, eliminando as formas não-capitalistas de extração de excedente. Em lugar das relações arcaicas de trabalho, implantou-se a apropriação moderna do sobretrabalho. Em vez do *cambão* e do *foro*, novas modalidades de exploração do trabalhador, que surgiram condicionadas a salários aviltados (“trabalho por tarefa” pago com valores abaixo do mínimo regional), à inexistência de direitos trabalhistas e à impossibilidade de qualquer acesso à organização sindical, duramente combatida por usineiros e proprietários de engenhos, que mantinham jagunços armados sob seu soldo e comando.

Foi esta massa heterogênea de trabalhadores miseráveis e expropriados, sem quaisquer direitos sociais e políticos, que alimentou e fez explodir a tensão social em Pernambuco, nos anos 50 e 60, sob a forma das Ligas Camponesas e de outras modalidades de articulação dos trabalhadores do campo, principalmente na zona da mata. Aí o movimento social combinou tanto as formas de luta dos moradores e foreiros, que resistiam ao pro-

cesso de expropriação das lavouras de subsistência, como, também, a mobilização dos assalariados, desvinculados de qualquer acesso à propriedade da terra, em defesa da extensão dos direitos trabalhistas e da organização sindical no campo.

Largamente estudados, o movimento das Ligas Camponesas e a arregimentação sindical dos trabalhadores rurais, no Nordeste, são aqui apenas referidos, em seu significado político mais amplo – expressão das mudanças nas relações de produção na zona da mata e do aguçamento dos conflitos sociais daí decorrentes, tendo em vista a recuperação das contingências históricas decisivas que cercaram o projeto de desenvolvimento do Nordeste e a proposta de intervenção planejadora de Celso Furtado, ao final dos anos 50. Sem entrar no mérito das contradições destes movimentos, do seu potencial revolucionário e do confronto ideológico entre as tendências políticas que disputaram a condução das Ligas e a organização sindical no campo, o que se quer é chamar a atenção para a emergência das massas rurais como *sujeitos políticos*, que colocou em xeque a rígida estrutura fundiária e as soluções de compromisso que, desde 1930, sustentavam o pacto entre as antigas e novas elites e a “paz agrária” no Nordeste. O que se pretende com as referências aos movimentos populares no campo é salientar que, à medida da incapacidade da organização oligárquica tradicional de responder às demandas sociais, a nova ordem capitalista – em versão monopolizada e imposta no plano nacional a partir de um novo núcleo hegemônico – cobrou iniciativa de novos atores sociais. Neste âmbito, tendo em vista um projeto de modernização e desenvolvimento (nos moldes de uma nova racionalidade burguesa), procurar-se-á estabelecer em outras bases a subordinação dos trabalhadores às classes proprietárias e a destinação de um novo papel ao Nordeste na divisão nacional do trabalho, agora comandada pelo Centro-Sul, que fazia do espaço nacional integrado seu lugar de investimento, produção e realização do capital.

As Ligas Camponesas – cujas origens mais remotas localizam-se na atuação do PCB, ao final da década de 40, na tentativa de ampliar suas bases de atuação além das cidades e construir uma “aliança operário-camponesa”<sup>7</sup> – surgiram em Pernambuco, na primeira metade da década de 1950. O ponto de partida para a mobilização dos trabalhadores rurais foi, como se sabe, a criação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP) do Engenho Galiléia, no município de Vitória de Santo Antão, logo conhecida como Liga Camponesa da Galiléia<sup>8</sup>. A Liga ganhou publicidade quando os proprietários do Engenho, vendo-a como “foco de subversão”, ameaçaram os camponeses com a interdição judicial da Sociedade, a repressão policial, o aumento do foro anual e a expulsão em massa dos foreiros. Alguns “galileus” buscaram, então, ajuda em Recife, recebendo o apoio do advogado e deputado Francisco Julião (PSB), que passou a representá-los judicialmente, e de um comitê político interpartidário, que se encarregou de

denunciar na imprensa e na tribuna parlamentar a situação do Engenho Galiléia. O caso da Liga Galiléia se estendeu até 1959, quando, depois de longa mobilização e pressão política, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de lei do deputado Carlos Luiz de Andrade (PSB) que desapropriava o Engenho.<sup>9</sup>

Há que se ressaltar que, a partir de 1959, as Ligas não só se expandiram para outros estados como, também, modificaram seu caráter inicial, à medida que sua organização e sua orientação política passaram a ser disputadas por vários segmentos da esquerda, além do PCB – grupos que incorporaram a experiência cubana e a teoria da guerra de guerrilhas, afora algumas facções da IV Internacional –, e por alguns setores da Igreja Católica. Mas se, por um lado, a evolução das Ligas (de associações civis em defesa dos interesses corporativos dos *foreiros* para articulações políticas mais densas e radicalizadas) denotava o amadurecimento do movimento, por outro, as dissensões políticas internas (particularmente entre Julião e o PCB), a repressão e as dificuldades de coordenar as ações no plano nacional fizeram com que, no início de 1963, já apresentassem sinais de desarticulação e de perda da hegemonia no movimento social agrário, até mesmo no local de origem (Pernambuco).

Como se sabe, as formas de mobilização social nos campos do Nordeste não se restringiram às Ligas Camponesas, dado o imenso contingente de trabalhadores que, inseridos num sistema de produção capitalista, afastavam-se irremediavelmente das condições de vida dos *moradores* e *foreiros*. Esta massa se mobilizaria em torno da organização dos sindicatos rurais e da luta pela extensão da legislação trabalhista ao campo e chamava a atenção de instituições que, à esquerda e à direita, disputarão a orientação ideológica do movimento e, ao mesmo tempo, tentarão neutralizar as Ligas Camponesas – o PCB, a Igreja Católica e os agentes da Liga Cooperativa dos Estados Unidos da América (Clusa) que, como integrantes da Missão Usaid, faziam parte do programa de ação da Aliança para o Progresso no Nordeste.

No caso da Igreja Católica, desde o Encontro dos Bispos do Nordeste, em 1956, em Campina Grande, verificou-se uma tomada de posição diante dos problemas sociais, que se traduziu na defesa de medidas reformistas, capazes de diminuir as injustiças sociais e promover a estabilidade e a paz no campo. Entre elas estava uma nova política fundiária, como instrumento de correção das estruturas econômico-sociais injustas, o que, naquele momento, assumia a forma de uma proposta de reforma agrária nos moldes da desapropriação das áreas cultiváveis dos açudes públicos.

A ação política da Igreja só começou a se concretizar efetivamente, contudo, a partir de 1960, quando D. Eugênio Sales criou, no Rio Grande do Norte, o Serviço de Assistência Rural (SAR), que em três anos chegou a fundar 48 sindicatos no campo. No mesmo

período, surgiu, também, o Serviço de Orientação Rural (Sorpe), em Pernambuco, sob a liderança do padre Paulo Creso, que propunha o treinamento de lideranças camponesas e a criação de sindicatos católicos. Seguindo de perto esta orientação, no município do Cabo (Pernambuco), atuava o controvertido padre Antonio Melo, também defensor da criação de sindicatos e cooperativas rurais. Tanto um como outro tinham em mente afastar as massas rurais da esfera de influência das Ligas e da arregimentação do PCB e propiciar a “solução pacífica” dos conflitos no campo e a conciliação entre trabalhadores e proprietários rurais. É importante, no entanto, que se lembre que a ação da Igreja Católica no Nordeste não se restringiu a este tipo de articulação sindical. Havia, também, uma esquerda católica (Ação Popular) que atuava através do Movimento de Educação Popular (MEP), levado à frente pela Prefeitura de Recife, e depois pelo governo do estado de Pernambuco, durante a gestão Miguel Arraes. Envolvido em um projeto de conscientização e de organização política das massas urbanas e rurais, este movimento ocupava-se da alfabetização e da educação popular, seguindo as formulações de Paulo Freire.

Além das massas populares, outros atores sociais se puseram em movimento, em resposta ao acirramento das contradições no Nordeste, particularmente em Pernambuco. O que se percebe é o surgimento da consciência de que a magnitude dos problemas não comportava mais as soluções tradicionalmente articuladas pelo Estado central, em conjunto com as velhas oligarquias, ligadas ao setor pecuário-algodoeiro. Em outras palavras, chegava-se à compreensão de que a pobreza e a exclusão das camadas populares nordestinas não podiam mais ser, simplesmente, atribuídas aos problemas gerados pelas secas, e nem as soluções ser apresentadas em termos de frentes de trabalho, abertura de açudes, auxílio às populações flageladas, etc. Impunha-se, agora, um conjunto de reformas estruturais, capazes de promover o desenvolvimento econômico a partir de políticas de atração e de fixação de capitais privados no Nordeste, de crescimento industrial e de algumas alterações na estrutura fundiária.

Assim é que, em 1955, foi organizado o Congresso de Salvação do Nordeste, que praticamente inaugurou o novo tratamento da questão regional nordestina. Realizado em Recife, entre 20 e 27 de agosto de 1955, por iniciativa da Liga de Emancipação Nacional, o encontro reuniu delegados de nove estados do Nordeste (industriais, comerciantes, lideranças sindicais, representantes de camponeses, cientistas sociais, escritores e outros) que, ao fim dos trabalhos, apresentou a *Carta de Salvação do Nordeste*. Na *Carta* pedia-se proteção à indústria nacional, reforma agrária, reconhecimento de comissões intersindicais e do direito de greve e pleno funcionamento da Confederação dos Trabalhadores do Brasil. Além destes pontos, o documento denunciava a estagnação da economia e as

disparidades regionais, que colocavam o Nordeste em situação de inferioridade em relação ao Centro-Sul, além de propor ao Estado um conjunto de iniciativas que possibilitassem mudanças nas estruturas econômicas e sociais da região.

O Congresso de Salvação do Nordeste teve desdobramentos significativos, pois, além da criação, em 1956, do Grupo de Trabalho do Nordeste (GTDN), foram realizados mais dois importantes eventos. Em meados de 1958, ocorreu o Encontro de Salgueiro, sob o patrocínio da Comissão da Área das Secas da Assembléia Legislativa de Pernambuco, com a participação de representantes dos governos federal e estaduais; e, em 1959, o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste, promovido pela Confederação Nacional da Indústria, em Garanhuns (Pernambuco), com a participação de Celso Furtado, Cid Sampaio e do próprio presidente Juscelino Kubitschek, na abertura dos trabalhos. Nestes encontros, não apenas foram redefinidos os termos das análises dos problemas regionais como também as formas de intervenção do Estado no Nordeste, abrindo-se caminho à Operação Nordeste (Openo) e à criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que, posteriormente, deu origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Ao lado destes acontecimentos, também chama a atenção o posicionamento do setor mais avançado do capitalismo nacional – a burguesia industrial associada ao grande capital externo, sediada no Centro-Sul, particularmente em São Paulo. Uma missão da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo (Fiesp-Ciesp) visitou o Nordeste, em 1957, a convite da Federação das Indústrias dos estados da região. O que fica claro na análise dos documentos da Missão é a visão que os capitalistas de São Paulo tinham de seu papel no processo de transformação das estruturas socioeconômicas do Nordeste: uma vasta área para investimentos lucrativos de capitais paulistas, sob apoio do Estado, em nome do desenvolvimento e da integração econômica nacional. A burguesia paulista propunha-se colocar “à disposição dos irmãos nordestinos o patrimônio de São Paulo”, pois “a área investidora por excelência do Nordeste deve(ria) ser atribuída a São Paulo”.<sup>10</sup>

No quadro das condições sociais do Nordeste (especificamente Pernambuco), traçado até agora, falta a referência a um elemento de decisiva importância: o redimensionamento das forças políticas locais, que desembocou na *Frente do Recife*, colocando em xeque não só o predomínio das oligarquias rurais, mas, com o tempo, setores da própria burguesia industrial nordestina, à medida da crescente participação das massas trabalhadoras urbanas e rurais e sua progressiva inclinação à esquerda. Repetindo-se as ressalvas já feitas com relação às Ligas Camponesas, no tratamento dado à *Frente do Recife* deixa-se de lado sua complexidade e seus desdobramentos. A referência restringe-se, tão-somente,

ao que a *Frente* representou em termos da crise do pacto tradicional de poder que, na região, unia as oligarquias tradicionais e o setor açucareiro industrial e garantia a exclusão das massas populares da condução da vida política local e, principalmente, o monopólio da terra nas mãos das elites.

Segundo alguns analistas, as raízes da *Frente do Recife* estão na candidatura de Pelópidas Silveira (PSB) à prefeitura da Capital, em 1955, com o apoio do PCB, de sindicatos, de associações de bairros e de setores empresariais e cuja plataforma política tinha como ponto central as resoluções da *Carta de Salvação do Nordeste*.<sup>11</sup> No entanto, a consolidação da Frente deu-se no processo de oposição política ao governo estadual de Cordeiro de Farias (PSD). Foi durante este governo, em 1956, que a Assembléia Legislativa de Pernambuco aprovou o Código Tributário, que impunha um *arrocho fiscal* e que afetava o comércio e a indústria locais. Os empresários (com o apoio de partidos de oposição, sindicatos de trabalhadores urbanos e Ligas Camponesas) decidiram deflagrar um locaute em todo o Estado, em 9 de novembro de 1956. Foi a partir daí que começou a se firmar a aliança de oposição que isolou politicamente o governo do PSD, cujo apoio ficaria restrito às oligarquias tradicionais.

A *Frente* caminhou para a consolidação um ano depois, quando o Centro das Indústrias de Pernambuco (comandado pelo usineiro e industrial Cid Sampaio) convocou uma greve geral para 13 de março de 1957, contra a aplicação do novo Código Tributário e as prisões políticas ocorridas durante os acontecimentos de 1956. Como resultado deste processo, em termos políticos e partidários, formou-se um bloco parlamentar que reunia deputados da UDN, PTB, PSP, PST e PSB, que deu origem às Oposições Unidas de Pernambuco. Foi este grupo o responsável pelo lançamento das candidaturas de Cid Sampaio (UDN) ao governo do estado e de Miguel Arraes (PSB) à prefeitura de Recife, compromissadas com uma política reformista de desenvolvimento econômico da região. Pouco depois (1962), a *Frente do Recife* elegeu Miguel Arraes para o governo do estado que, com apoio de segmentos políticos da esquerda, inclinou-se fortemente em direção aos interesses dos trabalhadores urbanos e rurais.

De tudo o que foi exposto, importa sinalizar, de um lado, a emergência dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos e, de outro, a articulação de um bloco de oposição que contestava e deslocava o domínio das oligarquias em Pernambuco. No início de 60, ganhou corpo a idéia da impossibilidade de as elites tradicionais e de as políticas convencionais de Estado resolverem os problemas econômico-sociais da região e dissolverem as contradições geradoras dos conflitos sociais. Ou seja, havia amplo espaço político e urgência social para projetos de reforma das estruturas arcaicas e de desenvolvimento econômico, vistos como o caminho possível para a redenção do “problema regional”

nordestino. Não por acaso, este era também o momento em que uma nova unidade nacional começava a ser gestada a partir das necessidades do capital monopolista, sediado no núcleo dinâmico do capitalismo brasileiro, o Centro-Sul.

*Um projeto para o Nordeste: documento do GTDN (Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste)*

No final dos anos 50, com a Operação Nordeste em andamento, a partir da criação do Codeno, Celso Furtado encarregou-se de elaboração de um documento que traçava as diretrizes de um plano de modernização capitalista do Nordeste, amparado numa leitura inovadora da questão regional nordestina. Em lugar do assistencialismo e da visão naturalizada dos problemas da região, estabelecia uma proposta de ampla reforma econômica para que o Nordeste saísse do atraso secular e superasse a condição de “periferia” do Centro-Sul industrializado. O plano guiava-se por um diagnóstico de orientação cepalina, que destacava a existência de profundas disparidades no ritmo de crescimento regional e, sobretudo, de desigualdade nas relações econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul, favoráveis à região industrializada. Esta análise amparava-se, também, num exame histórico-econômico das razões especificamente nordestinas da estagnação e, em especial, numa abordagem inédita do problema das secas. O projeto tinha como pressuposto a atuação planejadora e centralizadora de uma agência estatal (Sudene), encarregada de controlar os órgãos públicos federais, já atuantes na região, e colocar em funcionamento planos diretores bianuais, submetidos à aprovação do Congresso Nacional.<sup>12</sup>

No documento do GTDN (Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste), o pressuposto de Furtado era o de que o caminho do desenvolvimento seguido pela economia brasileira, a partir da industrialização em curso no país desde os anos 30, dera origem a disparidades regionais que colocavam em risco a unidade nacional e comprometiam as perspectivas de ultrapassagem das barreiras do subdesenvolvimento.

Através de um quadro comparativo entre o ritmo de crescimento da economia nordestina e o da região industrial, Furtado dava conta da grande desigualdade entre os níveis de renda das duas áreas, sendo “a renda *per capita* do Nordeste inferior a um terço”, se comparada à do Centro-Sul.<sup>13</sup> Com uma renda *per capita* abaixo de US\$ 100, em 1956, o Nordeste podia ser incluído entre as regiões menos desenvolvidas do Ocidente, constituindo a mais extensa, populosa e miserável área subdesenvolvida das Américas. Na verdade, para Furtado, o Nordeste brasileiro configurava o caso de um “subdesenvolvi-

mento de segundo grau” manifestado num país periférico que, ao encetar a caminhada para a industrialização, mostrava-se incapaz de uma propagação equânime do progresso econômico.

Mais do que com as diferenças nos níveis de desenvolvimento, no entanto, Furtado preocupava-se com os possíveis efeitos da tendência ao aumento das disparidades econômicas entre o Nordeste e o Centro-Sul: temia que elas assumissem o caráter de um processo cumulativo de difícil reversão, que transformasse as desigualdades regionais em “características de sistemas econômicos isolados”, pondo em risco a própria unidade nacional.<sup>14</sup>

Onde buscar as razões das discrepâncias? Como entender o fato de a economia agroexportadora do açúcar não ter dado as bases para uma industrialização, como ocorreu com o café, em São Paulo? Por que as diferenças entre o processo de desenvolvimento do Nordeste e o do Centro-Sul tendiam a aumentar progressivamente? Para encontrar as respostas e diagnosticar os problemas de raiz do Nordeste, Furtado se valeria do arsenal teórico cepalino. Recorrendo às suas categorias de análise, interpretou as relações do Nordeste com o Centro-Sul em termos de “centro e periferia” e, sem referir-se propriamente ao conceito de “deterioração dos termos de troca”, identificou mecanismos de transferência de renda da região atrasada para o pólo mais desenvolvido da economia brasileira. O recurso à história econômica lhe permitiria, também, considerar as determinações especificamente “nordestinas” do atraso, trazendo os motivos da estagnação secular do Nordeste para o âmbito das relações econômico-sociais. Com isto, reverteria paradigmas tradicionais de análise do Nordeste – que, no geral, tendiam a se abrigar sob o manto do determinismo naturalista ou das interpretações culturalistas da sociologia de Gilberto Freyre.

Segundo Furtado, o atraso relativo do Nordeste não podia ser entendido apenas em função da menor quantidade disponível de terras aráveis, das secas periódicas que assolavam a região, da concentração de renda ou mesmo da economia de subsistência, que absorvia um grande contingente populacional no semi-árido. As disparidades no ritmo de crescimento do Nordeste explicavam-se, em larga medida, pela dinâmica da própria política de desenvolvimento do país, isto é, pelos mecanismos cambiais e pelos subsídios que favoreciam as indústrias do Centro-Sul, em detrimento da economia nordestina. A demonstração disto se fazia através da análise das relações comerciais entre as duas regiões que, segundo Furtado, transferiam renda do Nordeste para a mais desenvolvida. Forçado, em virtude da política protecionista que impedia o acesso às importações do exterior, a se abastecer no Centro-Sul (onde preços haviam triplicado nos anos 40 e 50), o Nordeste perdia quase metade das divisas obtidas com suas exportações.

A idéia básica era a de que o Nordeste, que possuía uma balança comercial externa superavitária, apresentava déficit nas suas relações comerciais com o Centro-Sul. Na medida em que a política econômica (de favorecimento da substituição de importações) subsidiava a indústria, em detrimento da agroexportação, havia taxas de câmbio diferenciadas para importação de bens de capital e de bens de consumo. Esta era a forma encontrada para se reservarem as divisas externas para o aparelhamento do setor fabril e criar um mercado interno protegido para as empresas nacionais. Ou seja, segundo Furtado, o Estado, ao manter as taxas cambiais supervalorizadas, punha em marcha uma política que afetava negativamente o Nordeste, pois parte significativa dos ganhos das exportações do açúcar, cacau e algodão sofria com o confisco cambial. O oferecimento aos exportadores de taxas de câmbio menos vantajosas que as dos importadores levava à transferência de renda não só dos setores agrícolas para os industriais como, também, da região nordestina para o Centro-Sul. Não tendo condições de recorrer às manufaturas importadas, o Nordeste tornava-se um mercado cativo para o Centro-Sul, transferindo para lá cerca de 40% de suas divisas. E esta era uma situação que tendia continuamente a se agravar, pois as diferenças nos termos de troca, desde o final da década de 40, favoreciam os preços dos produtos industriais.

Em outros termos, a política protecionista, praticada a favor das indústrias do Centro-Sul, era responsável por uma significativa transferência interna de recursos em prejuízo da região mais pobre, alargando a disparidade nos níveis de desenvolvimento regional. Pelos cálculos de Furtado, a transferência de recursos, entre 1948 e 1956, havia sido algo em torno de US\$ 167 milhões, ou seja, uma média anual de US\$ 24 milhões.

Além desta modalidade de transferência, existia também o “duplo fluxo de rendas”. Nos períodos de prosperidade econômica relativa, os recursos do setor privado nordestino emigravam em busca de formas lucrativas de aplicação, em razão da falta de oportunidades de inversões reprodutivas na região. Já nas fases de crises climáticas, o dinheiro público federal fazia o caminho inverso, rumo às áreas atingidas pelas secas. No entanto, segundo Furtado, mesmo que os recursos governamentais compensassem a tendência emigratória dos capitais privados do Nordeste, não contribuía para aumentar a capacidade produtiva e a geração de empregos na área, pois se destinavam a obras assistencialistas, eram geralmente simples subsídios ao consumo e, quando muito, à abertura de estradas e açudes. Por outras palavras, investimentos não reprodutivos, incapazes de tornar a economia nordestina mais resistente às secas, um destino muito diverso dos capitais privados do Nordeste que, aplicados fora das áreas de origem, ampliavam o potencial de investimento em outras regiões.

O grande desafio era reverter a dinâmica do “colonialismo interno”, buscando-se, através do planejamento econômico adequado, um novo impulso dinâmico para a economia nordestina. Coerente com a análise que via as relações entre o Nordeste e o pólo industrializado em termos da dualidade cepalina e com a concepção de progresso e desenvolvimento desta linha teórica, Furtado, obviamente, descartava de saída “a forma mais ‘barata’ de uma economia crescer”, ou seja, o simples aumento das exportações de produtos primários. Sem recusar um esforço sistemático de ampliar as exportações, propunha uma política de diversificação da economia interna, isto é, a industrialização como a forma possível para superar o atraso relativo do Nordeste, criar um desenvolvimento endógeno, diversificar a estrutura produtiva, absorver mão-de-obra, gerar mercado interno e, em moldes *schumpeterianos*, dar origem a um empresariado capitalista dinâmico.<sup>15</sup>

O plano de industrialização do Nordeste, além de reorganizar as indústrias tradicionais, deveria ter em mira a criação de indústrias de base que permitissem o estabelecimento de um sistema econômico capaz de autopropagar-se. Para tanto, havia um conjunto de condições propícias na região, que iam desde a existência de mercado para produtos manufaturados, oferta elástica de energia elétrica nos centros urbanos e disponibilidade de matérias-primas até a abundância de mão-de-obra não-especializada (mais barata que a do Centro-Sul) e instituições de financiamento público, como o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE).

O projeto elaborado por Furtado previa a instalação de quatro grupos de indústrias. O primeiro, um núcleo siderúrgico que permitiria “a expansão de indústrias de transformação do ferro e aço e mecânicas, que (existiam) em forma embrionária”; o segundo, um conjunto de indústrias mecânicas simples; o terceiro, fábricas que, “apoiando-se numa base favorável de matérias-primas locais”, tinham possibilidades de “penetrar rapidamente nos mercados em expansão do Sul do País”. Furtado referia-se, sobretudo, às indústrias produtoras de cimento, adubo fosfatados e de aproveitamento do “rutilo, da magnesita e da gipsita”, além do sisal.<sup>16</sup> Havia, ainda, uma quarta frente fabril a ser priorizada no Nordeste, a das indústrias tradicionais voltadas para o mercado local: a indústria têxtil que, na década de 50, apresentava evidentes sinais de decadência. Por se tratar de um setor instalado havia muito, a recuperação das fábricas de tecidos de algodão deveria ser um dos objetivos centrais do projeto.

Uma questão essencial, no entanto, desafiava a instalação deste núcleo industrial autônomo no Nordeste: uma política de incentivos às indústrias instaladas na região que desse sustentação econômica ao projeto. A preocupação de Furtado justificava-se em virtude do estabelecimento da Resolução 204 da Sumoc, que desmontava a política de subsídios cambiais (que, em larga medida, havia sustentado o desenvolvimento industrial

paulista, na década de 40). Sua proposta era “repensar o sistema de incentivos especificamente em função do Nordeste, cuja industrialização teria lugar sob o fogo da concorrência das indústrias consolidadas do Centro-Sul”.<sup>17</sup> Com esta finalidade, introduziu-se uma série de emendas no I Plano Diretor, com o propósito de tornar o Nordeste atraente para os investidores industriais, especialmente os da região sulina. Estas emendas significavam a oferta de financiamentos a fundo perdido aos capitalistas interessados, desde que os investimentos se adequassem às diretrizes do desenvolvimento regional, definidas pela Sudene. Inspirado na “legislação italiana da Cassa del Mezzogiorno”, o Artigo 34 da Lei 3.995, de 14 de dezembro de 1961, estabelecia as diretrizes para os incentivos aos investimentos industriais no Nordeste: “É facultado às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações do Imposto de Renda, de importância destinada ao reinvestimento ou aplicação em indústria considerada, pela Sudene, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste”.<sup>18</sup>

A esta altura da análise, é possível chegar-se a algumas conclusões. A mais evidente é a de que este projeto de desenvolvimento para o Nordeste pressupunha o rompimento das relações de subordinação e dependência da região com o Centro-Sul, o que, em termos cepalinos, passava, necessariamente, por uma política de substituição regional de importações, ou seja, pela criação de um “centro autônomo de expansão manufatureira”.<sup>19</sup> Isto porque Furtado explicava o atraso do Nordeste através da transposição para o âmbito nacional das relações existentes entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, “cepalinamente” analisadas em termos da dinâmica centro-periferia.

O que se percebe é que os problemas que Furtado se propunha a enfrentar no Nordeste, ao final dos anos 50, eram, em larga medida, desdobramentos do processo de reprodução capitalista no Brasil que, além de se realizar numa dimensão desigual e combinada, seguia, também, a tendência histórica à concentração, inclusive em termos regionais. Tratava-se de uma etapa em que não apenas a industrialização brasileira já não guardava as características da fase de substituição de importações (implantava-se, naquele momento, a indústria pesada e de bens de consumo duráveis), mas que, também, processava-se sob domínio do capital estrangeiro e das empresas oligopolizadas. Nesta fase, as decisões de investimento do grande capital eram tomadas à revelia dos tecnocratas e das burguesias regionais. Além disto, desde que o desenvolvimento industrial passou a ser comandado pelo Centro-Sul, foi posto em movimento um processo de integração do mercado brasileiro, em escala nacional, que tinha por pressuposto uma “complementaridade inter-regional”, ditada pelas necessidades da acumulação daquele pólo econômico

co. Em outras palavras, qualquer possibilidade de estabelecimento de um “centro autônomo de expansão manufatureira”, isto é, de um processo regional de substituição de importações, já se encontrava historicamente inviabilizada.<sup>20</sup>

As concepções teóricas que informavam a análise de Furtado, no entanto, faziam-no explicar as disparidades regionais sob a angulação de uma dualidade estrutural interna e, nestes termos, postular formas de desenvolvimento regionalizadas, apesar de a questão nacional ser o seu ponto de referência. Esta é, sem dúvida, uma contradição em suas proposições, pois, embora mobilizado em torno de um projeto nacional, preocupado com o dilaceramento do tecido social brasileiro e com as ameaças à unidade da nação, Furtado tratava a questão nordestina em termos de um desenvolvimento “regionalizado”, tendo por base um núcleo manufatureiro autônomo.

É importante salientar que, para Furtado, assim como as relações desiguais com o Centro-Sul não explicavam *in totum* o atraso e a estagnação do Nordeste, a industrialização, por si só, não poderia transformar com a rapidez necessária as estruturas econômicas e sociais da região. Por isto o Plano de Ação, apresentado no documento do GTDN, previa outras diretrizes básicas:

(...) transformação da economia agrícola da faixa úmida, com vistas a proporcionar uma oferta adequada de alimentos nos centros urbanos, cuja industrialização deverá ser intensificada; (...) transformação progressiva da economia das zonas semi-áridas no sentido de elevar a sua produtividade e torná-la mais resistente ao impacto das secas; e (...) deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste visando incorporar à economia da região as terras úmidas do *hinterland* maranhense, (...) em condições de receber os excedentes populacionais criados pela reorganização da faixa semi-árida.<sup>21</sup>

#### *A seca como crise econômico-social e a questão agrária*

O tratamento de crise econômica e social dado por Celso Furtado ao problema das secas tinha como viés o seu projeto capitalista regional, como bem o atesta o documento do GTDN e o livro *A Operação Nordeste*. Nestes textos, o pano de fundo da análise do fenômeno era a investigação das razões pelas quais o Nordeste não acompanhou o ritmo econômico do Centro-Sul e a indagação quanto às possibilidades de desenvolvimento de sua economia. A questão essencial era descobrir por que o enfraquecimento do impulso exportador açucareiro não abriu caminho para uma economia com base no mercado interno, a exemplo da cafeicultura paulista que, após a crise dos anos 30, deu margem a um processo de industrialização. O que se percebe é que, ao discutir as condições de organi-

zação da produção do açúcar e as conseqüências do debilitamento do estímulo externo desta economia, Furtado acabou elaborando um quadro geoeconômico das formas de ocupação do Nordeste que lhe permitiu tratar a seca numa dimensão histórico-social.

Segundo ele, o *complexo econômico nordestino* compreendia duas grandes sub-regiões: a faixa úmida do litoral oriental (a zona da mata) e o interior semi-árido (sertão), que correspondiam, de modo geral, “aos dois sistemas econômicos que aí se constituíram desde os primórdios da colonização; um com base na produção de açúcar; o outro, apoiado na pecuária”.<sup>22</sup> Uma terceira sub-região intermediária poderia ser, também, identificada no *hinterland* nordestino – o agreste, que absorvia os excedentes populacionais que a economia açucareira, nas fases de retração, não conseguia manter. Esta área, de terras mais pobres do que a zona da mata, abrigava minifúndios que sediavam uma economia de baixa produtividade, no nível de subsistência.

A região litorânea caracterizava-se pela agricultura exportadora, sob a forma da monocultura do açúcar, que monopolizava as terras férteis de massapé. Altamente concentradora de renda, a economia que aí se delineou, além de impedir a constituição de um mercado interno, exigiu para seu pleno funcionamento a formação de extensos latifúndios. Típica economia “que se formou e cresceu por indução de fatores externos”, nas fases de expansão da procura internacional, o açúcar absorvia os fatores de produção disponíveis (mão-de-obra e terras), num nível ampliado de produtividade, propiciando, inclusive, o surgimento de um importante núcleo demográfico no litoral. Nos momentos de declínio do mercado exportador, o sistema de produção açucareira expulsava os seus excedentes populacionais para as terras do agreste, de qualidade inferior, que passavam a abrigar atividades de sobrevivência de ínfima produtividade média. É um quadro como este que permitiu a Furtado concluir que a formação histórica e a ocupação territorial do Nordeste, em linhas gerais, ocorreram no contexto de uma economia capaz de se expandir apenas horizontalmente. Em outros termos: através das atividades de sobrevivência, que ocuparam terras pouco férteis, muitas delas, inclusive, localizadas nas regiões semi-áridas. Desprovidas de qualquer potencial dinâmico e realizadas em áreas sujeitas às secas periódicas, estas atividades não foram capazes de reverter a secular estagnação regional.

Para Furtado, o fenômeno da seca no Nordeste (as áreas semi-áridas compreendiam cerca de 1 milhão de km<sup>2</sup>) não teria maior gravidade se um outro tipo de economia tivesse sido formado no sertão. O aspecto central do problema situava-se exatamente neste ponto: na inadequada ocupação econômica do semi-árido. Por não ter as características fisiológicas de deserto, esta área permitiu o desenvolvimento de um tipo de economia extremamente vulnerável às estiagens periódicas e um adensamento demográfico. Aberta à penetração do gado, a caatinga acolheu as boiadas que avançaram sertão adentro, acompa-

nhadas pela população excedente do agreste. Se aí apenas se fixasse a pecuária, a seca não chegaria a representar uma calamidade social. O problema estava na alta concentração populacional da região, muito acima das possibilidades ecológicas do semi-árido, e no estabelecimento de uma ampla agricultura de subsistência que, além da pecuária, associava-se à exploração comercial de uma planta xerófila nativa, o algodão-mocó.<sup>23</sup>

Foi este quadro de ocupação econômica do semi-árido que permitiu a Furtado tratar o problema da seca como “crise de inadaptação”, dado que a estiagem não afetava gravemente nem o algodão (xerófila adaptada às condições ecológicas do sertão) e nem, tampouco, o gado – seja porque para ele havia sempre alguma reserva de forragem, seja porque podia ser deslocado para as regiões beneficiadas pela açudagem. A mais atingida era a lavoura de alimentos de subsistência que, perecendo durante a seca, deixava à míngua a população de meeiros. Não tendo como se alimentar, o trabalhador em meação não podia ficar à espera da renda obtida com o algodão: tornava-se um retirante.

Em síntese, do ponto de vista da ocupação econômica do semi-árido, a seca adquiria a forma de uma grande compressão da produção que, no entanto, não atingia as três camadas da economia da mesma forma. Os maiores prejuízos incidiam sobre aqueles que tinham menores condições de resistência, isto é, os trabalhadores em meação. Enquanto a lavoura de alimentos era praticamente destruída, os efeitos da seca, geralmente, eram bem menores para o algodão e para a pecuária. No caso dos algodoads, mais resistentes à falta d’água, os prejuízos se explicavam, muitas vezes, pela necessidade de sacrificar a plantação para alimentar o gado, pois a pecuária era prioridade para os fazendeiros.

Análises como estas permitiram a Furtado afirmar que, do ponto de vista da economia do Nordeste, a seca representava uma *crise de produção* de dimensões limitadas pois, incidindo predominantemente sobre o setor de subsistência, tinha pouca capacidade de se propagar pela economia como um todo. A gravidade do fenômeno deveria, portanto, ser creditada ao fato de se concentrar sobre a parcela da população do Nordeste que não tinha nenhum meio de defesa contra os efeitos da estiagem.

Posto deste modo, o problema da seca não poderia ser enfrentado em termos de escassez de água, simplesmente. Tratava-se, isto sim, de encarar a seca como uma grave questão econômico-social. A incompreensão deste fato, segundo Furtado, redundava na inoperante política de obras contra as secas, tradicionalmente levada a efeito pelo Estado. No seu entender, além de não resultar numa equação efetiva dos problemas do semi-árido, esta política acabava, perversamente, servindo como reforço às bases da dominação oligárquica e da exploração econômica na região.

Furtado chamava a atenção, também, para o fato de as frentes de trabalho precisarem sempre ser acompanhadas pela interferência do Estado no setor de alimentos, pois o

mercado local nunca estava aparelhado para atender às famílias que, anteriormente produtoras do necessário à sua subsistência, acorriam, durante as secas, à compra de gêneros de sobrevivência. Ou seja, além de gerar a procura, empregando a maior parte dos sertanejos, via-se o Estado obrigado a criar a oferta, para garantir o abastecimento dos bens de primeira necessidade à população flagelada. Mesmo reconhecendo os óbvios aspectos humanitários, Furtado criticava radicalmente esta política, pois sua principal consequência era, justamente, a fixação dos meeiros no semi-árido, o que não apenas agravava os problemas gerados pela excessiva carga demográfica na região como, também, reforçava o poder tradicional dos fazendeiros. Além de terem suas propriedades valorizadas pelas estradas e pelos açudes financiados pelo governo, os grandes proprietários podiam dispensar os moradores durante a seca, sem temer uma emigração permanente da população: esta, depois de ter trabalhado nas frentes abertas pelo Estado, estaria à disposição, quando as chuvas voltassem.<sup>24</sup>

Para Furtado, qualquer política contra as secas deveria ter como pressuposto a compreensão das características da ocupação econômica do semi-árido, particularmente da extrema vulnerabilidade da agricultura de subsistência. No entanto, é preciso frisar que, tendo como projeto o desenvolvimento capitalista do Nordeste, ele não colocava o problema econômico da seca no semi-árido, simplesmente, como uma “instabilidade da oferta de alimentos”. O tratamento desta questão era feito, fundamentalmente, em termos das dificuldades de expansão das relações econômicas de mercado na região.<sup>25</sup>

Pode-se dizer, então, que a resolução do problema das secas tinha como ponto essencial a elevação dos níveis de produtividade da economia do semi-árido nordestino, sem o que a generalização das relações de mercado na região estaria comprometida. Mas isto só seria possível mediante a reorganização das unidades econômicas sertanejas, tendo em vista uma utilização mais racional dos recursos naturais e um menor emprego intensivo da mão-de-obra barata. O que, em outros termos, significava elevar os rendimentos na pecuária e fomentar a racionalização da cultura algodoeira.

A reorganização econômica do semi-árido dependia, obviamente, da equação do problema dos excedentes de mão-de-obra, liberados a partir da eliminação da agricultura de subsistência. Para tanto, Celso Furtado defendia algo como uma “reengenharia” na ocupação socioeconômica do espaço regional. Ou seja, o deslocamento da fronteira agrícola nordestina, com as finalidades de absorver trabalhadores excedentes do Polígono das Secas e de produzir alimentos necessários à economia de mercado do semi-árido. Tratava-se da proposta de colonização do Maranhão que, incorporado ao Nordeste, poderia agregar terras úmidas, com “invernos” regulares, que faltavam ao sertão. Nada que lembrasse a migração espontânea para esta área, já existente em decorrência das secas,

que tendia a reproduzir as formas rudimentares da lavoura sertaneja. Furtado tinha em mente um plano de colonização, levado à frente pelo Estado, que incorporasse as terras maranhenses e a mão-de-obra nordestina num sistema econômico mais amplo, vinculado a uma economia de mercado, e que contasse com infra-estrutura de estradas, com assistência técnica e financeira, com política de preços mínimos e com canais de escoamento da produção, garantidos por órgãos governamentais.

Tendo em conta estes elementos, algumas conclusões saltam à vista e abrem caminho para um avanço na análise. Está claro que um dos principais aportes da teoria de Furtado sobre o Nordeste é, sem dúvida, a releitura do problema das secas, sob a ótica da teoria econômica desenvolvimentista. Através dela, a questão do atraso nordestino escapava da atrelagem à temática das secas, deslocando-se para o universo da discussão histórico-econômica da constituição do *complexo econômico nordestino*. O discurso da vitimização do Nordeste assolado pelas terríveis estiagens, tão ao gosto dos grupos dominantes locais favorecidos pela “indústria da seca”, cedia passo a proposições de ocupação racional do semi-árido, do ponto de vista do mercado.

O significado das propostas de eliminação da agricultura de subsistência, de deslocamento da fronteira agrícola para o Maranhão e de generalização da economia de mercado na área das secas, no entanto, só ganha plena expressão quando se tem como referência o projeto mais amplo de Celso Furtado, qual seja, o desenvolvimento regional a partir da industrialização. Isto porque, assim como o problema do Nordeste não se limitava à seca, a equação do atraso regional não se restringia, também, à modernização do setor primário e à difusão das relações de mercado no campo, uma vez que desenvolvimento e indústria confundiam-se, na sua perspectiva.

É neste contexto que adquire sentido sua afirmação de que “uma oferta inadequada de alimentos constitui o problema fundamental do Nordeste.”<sup>26</sup> Para Furtado, a agricultura de alimentação não era o ponto débil apenas da economia do semi-árido: o problema da oferta inelástica de alimentos constituía, também, um obstáculo fundamental para o projeto de industrialização. Como se pode perceber, o que estava em jogo era o custo relativo da mão-de-obra assalariada, em que a alimentação ocupava lugar central, tendo em vista a intensificação dos investimentos industriais no Nordeste. Altos preços dos alimentos levariam ao encarecimento do custo de reprodução da força de trabalho, anulando-se, com isto, a vantagem, por exemplo, da indústria têxtil algodoeira (cerca de um terço das manufaturas nordestinas), cuja mão-de-obra, de uso intensivo, era bem mais barata que a do Centro-Sul. Para Furtado, a menos que se fizesse uma profunda reestruturação da agricultura nordestina, introduzindo-se a utilização racional e intensiva dos recursos escassos – terra e água, no geral monopolizadas no cultivo da cana –, a industrialização

estaria comprometida. É por isto que propunha o tratamento do problema de abastecimento de alimentos das zonas urbanas (a exemplo de Recife) em termos de “alta prioridade”, tanto quanto o de investimentos industriais na região.

De modo sintético, pode-se dizer que Furtado tinha em mira, em seu projeto de reestruturação da agricultura de alimentos no Nordeste, além da abertura de novas fronteiras agrícolas no Maranhão, um melhor aproveitamento do agreste, do vale do São Francisco e, particularmente, da zona da mata, até então de uso exclusivo da cultura da cana-de-açúcar. Tratava-se da reestruturação das formas tradicionais de ocupação das terras, que atingiria interesses estabelecidos havia muito. É evidente que proposições desta natureza, particularmente para as áreas açucareiras, apesar do caráter técnico-racional com que eram apresentadas e defendidas, alimentavam a polarização política e ideológica do debate quanto aos rumos do desenvolvimento no Nordeste.

De fato, contrariadas em seus interesses imediatos, as elites tradicionais nordestinas resistiram intensamente às propostas de modernização do setor agrícola. Através de seus representantes no Congresso, tentaram impedir, primeiro, a criação da Sudene e, logo depois, a aprovação do I Plano Diretor e do projeto de lei de irrigação, além de promoverem acirrada campanha de desgaste público de Furtado, acusando-o, entre outras, de práticas “comunistas”. Assim, seja pelo impacto causado sobre os interesses oligárquicos tradicionais e pelas resistências daí decorrentes, seja pelo propósito de elucidar plenamente o caráter do projeto de Furtado para o campo nordestino, é importante que se trate de uma questão altamente polêmica – levando-se em consideração que estava em pauta a discussão das Reformas de Base –, que subjazia à sua proposta de reestruturação da agricultura nordestina: a reforma da propriedade fundiária.

#### *A questão fundiária*

No documento do GTDN, apesar do detalhamento tanto do diagnóstico quanto do plano de ação reformadora para o Nordeste, Furtado manteve-se cautelosamente a distância da polêmica onipresente nas discussões sobre a questão agrária no país – a reforma da estrutura fundiária. Ausente no texto de exposição formal de seu projeto, esta problemática apareceria, no entanto, no calor dos debates que se seguiram à conferência realizada no Iseb, em junho de 1959, para oficiais das Forças Armadas. Inquirido por uma pessoa do auditório sobre os possíveis efeitos de uma reforma agrária para a região, Furtado se

posicionou claramente sobre a questão, tendo o cuidado, no entanto, de colocar-se como um “economista” que não podia “acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer”.<sup>27</sup>

Com relação à caatinga, Furtado era radicalmente contrário a qualquer proposta de divisão dos latifúndios, pois, nas condições do semi-árido, isto poderia significar, possivelmente, a liquidação da pecuária, dado que

(...) nenhum homem pode subsistir na caatinga com uma propriedade pequena, mesmo média.  
(...) A unidade de produção na caatinga, para subsistir, precisa ser relativamente grande, pois as terras são pobres e, de certo modo, tem de compensar em quantidade sua deficiência qualitativa.<sup>28</sup>

Os demais argumentos, tendo em vista dotar a caatinga de uma economia de mais alta produtividade, dizem respeito à crítica à irracionalidade da economia praticada pelo pequeno agricultor e à solução do problema da concentração demográfica na região através da transferência de parte da população para outras áreas do Nordeste. Segundo Furtado, somente com uma unidade agrícola de tamanho médio seria possível implantar-se um sistema produtivo de alto desenvolvimento, inconcebível nas condições da pequena propriedade. No limite, poder-se-ia pensar “em uma economia coletivista, de cooperativa, ou mesmo em economia de empresários agrícolas”, desde que a unidade produtiva ultrapassasse o nível da cultura familiar. Nestes termos, uma reforma agrária na caatinga não deveria ser a “divisão da terra, e sim reorganização da agricultura, proporcionando ao homem melhor nível de vida”.<sup>29</sup>

No agreste, uma situação inversa se apresentava: em lugar do latifúndio, terras extremamente subdivididas, com “moradores” ocupando unidades familiares de três hectares, em média, quando para sobreviver seriam necessários, pelo menos, 20 hectares. Assim, para Furtado, a reforma agrária na região implicaria uma fusão das terras, de modo que a área disponível para os *moradores* fosse aumentada “pela aglutinação dos pequenos sítios”.<sup>30</sup>

Bastante diverso, no entanto, era o panorama fundiário da zona da mata, ocupada pelo latifúndio açucareiro. Nesta região, segundo palavras de Furtado, o “mal maior” não estava no latifúndio, mas no fato de ele ser “açucareiro”. O fazendeiro proibia que o morador plantasse qualquer coisa que não fosse a cana-de-açúcar, seja para que o trabalhador não reivindicasse, algum dia, indenização por benfeitoria, seja porque as formas de cultivo da cana exigiam exclusividade.

Diante de uma situação como esta, ante as necessidades de ampliação da oferta de alimentos com vistas à industrialização, Furtado propôs um redimensionamento da organização da agricultura da cana-de-açúcar. Algo a que se referia como “utilização muito

mais racional das terras”, sem prejuízo para o cultivo da cana e a produção do açúcar. Isto se viabilizaria com a irrigação, de modo a “reduzir a extensão do plantio da cana, elevando os rendimentos por hectare (...) e aumentando a disponibilidade de terras para outros fins”. Obviamente, Furtado, com pleno entendimento das implicações políticas e das resistências a uma proposta como esta, acautelava-se, recorrendo ao conhecido recurso da separação entre o “técnico” e o “político”:

Se para tanto é necessário tomar a terra das mãos do fazendeiro, impor a apropriação ou a desapropriação pelo Estado, esse já não é um problema econômico mas um problema político. (...) O que tenho a dizer (...) é que se a grande maioria quiser adotar esta ou aquela solução, por exemplo, tomar as terras de uns e dar a outros, não sou eu quem vai se opor a isso (...). O que não posso é acobertar, na qualidade de técnico, uma bandeira política qualquer.<sup>31</sup>

Por tudo isto, pode-se ver que sua preocupação era introduzir a racionalidade capitalista no campo, criar uma economia mais eficiente, de modo a incorporar a população sertaneja às relações de mercado e, sobretudo, ampliar a oferta de alimentos para que o projeto de industrialização no Nordeste pudesse se viabilizar. Nada mais que um plano de reforma capitalista das estruturas produtivas que, no entanto, contrariava os interesses das elites agrárias tradicionais que havia séculos controlavam as terras e exerciam o domínio sobre a massa de trabalhadores rurais.

Sabe-se que Furtado chegou a avançar num plano de financiamento para introdução de melhorias nos rendimentos da cultura da cana, através da *irrigação por aspersão*, sob condição de que fazendeiros da zona da mata pagassem os empréstimos com terras, a serem utilizadas em “projetos de colonização orientada” para a produção de alimentos. A idéia era combinar a elevação da produtividade do cultivo da cana com o aumento da oferta de alimentos e, ao mesmo tempo, gerar “emprego agrícola”. O plano apoiava-se na projeção de que a demanda do açúcar no mercado internacional tendia a ser “cada vez mais inelástica”. Furtado não contava, no entanto, com a exclusão de Cuba do mercado norte-americano que, no início dos anos 60, abriu uma nova fase de expansão para o açúcar brasileiro. Com isto, inviabilizou-se qualquer perspectiva de liberação de terras para a agricultura de alimentos, aferrando-se o Nordeste, segundo suas palavras, “à sua ‘vocaçao colonial’”.<sup>32</sup>

Ante este quadro, Furtado voltou-se para o projeto de uma política de irrigação do vale do rio São Francisco e, sobretudo, das bacias dos açudes, que retinham algo em torno de 7 bilhões de metros cúbicos de água, naquela época. A proposta era criar unidades produtivas, de base familiar, que dessem origem a *agricultores regantes* voltados para a produção de alimentos. O objetivo era, sobretudo, aumentar a renda dos trabalhadores

rurais e criar *perímetros de policultura*. Os proprietários beneficiados pelas obras de irrigação poderiam manter uma parte das terras, até maiores que as dos *colonos regantes*, sob a condição de se dedicarem unicamente à agricultura de alimentos. As bacias de irrigação constituíam, segundo Furtado, o exemplo mais eloqüente do uso privado e inadequado dos recursos públicos. Subutilizadas economicamente, eram construídas pelo Estado que, além de ceder a água a preço insignificante, emprestava máquinas para os proprietários. Nestas terras, porém, “Plantava-se de preferência banana, que pouca mão-de-obra exige e em nada contribuía para a oferta local de alimentos. (...) As terras irrigadas estavam em mãos de um pequeno número de proprietários, e os trabalhadores empregados não viviam em melhores condições do que os seus vizinhos dos latifúndios tradicionais”. Dado o alto custo e as dificuldades técnicas destas obras, a irrigação só se justificaria, segundo Furtado, se estivesse voltada para “um objetivo social superior”, ou seja, garantir uma oferta estável de alimentos.<sup>33</sup>

Era de esperar que qualquer projeto que tivesse em mira a reordenação da estrutura fundiária do Nordeste sofresse larga oposição das elites agrárias, especialmente se contraditasse os interesses dos latifundiários favorecidos pelas obras de irrigação, os *industriais da seca*, como os chamava Antonio Callado. Esta resistência manifestou-se com particular intensidade no momento em que a equipe de trabalho de Celso Furtado elaborou um projeto de lei que regulamentava o uso das águas e das bacias de irrigação beneficiadas pelas obras públicas. Entre todos, o Artigo 28 da Lei de Irrigação foi o que mais polêmica suscitou:

As propriedades que (...) tiverem terras irrigadas com águas de sistema público de irrigação, serão total ou parcialmente desapropriadas, nos seguintes casos: a) Se pertencerem a proprietários que não exerçam a agricultura como atividade preponderante; b) Quando maiores forem do que dois lotes agrícolas do sistema; c) Quando a área irrigável da propriedade for menor do que aquela considerada econômica no sistema.<sup>34</sup>

Foi no Ceará, terra mais atingida pela indústria da seca, que se manifestou a reação mais forte contra a Lei de Irrigação. Representantes do governador Parcival Barroso optaram, inicialmente, pelo argumento jurídico da inconstitucionalidade e, logo depois, por uma mobilização geral contra o projeto no Congresso, com o apoio de deputados e senadores de quase todos os estados do Nordeste. A Lei de Irrigação, depois de incontáveis manobras, acabou se inviabilizando. Neste mesmo período, a mais importante batalha pela modernização capitalista do Nordeste também foi travada no Congresso: a criação da Sudene e a subordinação do Dnocs à Superintendência. A exemplo da Lei de Irrigação, o controle do Dnocs foi, também, largamente contestado, pois representava um golpe na

estrutura tradicional da *indústria da seca*. Para obter o controle do Departamento e a aprovação da Sudene, com sua política de incentivos fiscais para industrialização do Nordeste, Celso Furtado contou, entre outros, com o apoio majoritário das bancadas do Centro-Sul, em detrimento da oposição da maioria dos parlamentares nordestinos.

### *Reformas ou revolução*

Há, ainda, por discutir as determinantes político-ideológicas que mobilizaram Furtado na ação reformadora do Nordeste. Certamente, a análise até aqui realizada revelou aspectos do seu ideário que permitiram entrever algo de suas concepções. Já se fez referência à sua preocupação de revestir com argumentos técnicos as proposições reformistas e, sobretudo, de colocar-se como membro de uma *intelligentsia* portadora de uma racionalidade a ser injetada no mundo social, que atuava acima das ideologias e dos confrontos da arena política.

O tratamento “objetivamente científico” dispensado às suas formulações, no geral, tendeu a obscurecer alguns aspectos de suas convicções político-ideológicas. No início dos anos 60, porém, a radicalização dos embates políticos, que prenunciava o golpe militar, forçaram-no a explicitar suas convicções de um modo mais direto. No centro do poder de Estado, alinhado às forças que sustentavam o governo Goulart, no plano federal, e a gestão Miguel Arraes, em Pernambuco, Furtado viu-se constringido a abandonar a “discrição política”, a linguagem “objetiva” de cientista social e técnico do planejamento e mergulhar na luta travada entre os grupos sociais que disputavam o controle do processo de desenvolvimento no Brasil.

Desde 1962, os textos de Furtado revelavam a dimensão explicitamente engajada de suas análises, uma clara exposição do seu temor com relação à quebra da ordem social e suas idéias a propósito das lutas sociais no Nordeste. Nesse ano, Furtado publicou não apenas um conjunto de ensaios reunidos num livro provocadoramente chamado *A pré-revolução brasileira* como, também, chegou a elaborar um manifesto que deveria servir como referência programática para uma *Frente Parlamentar pelas Reformas de Base*, idealizada por ele e que, no entanto, não chegou a se viabilizar.<sup>35</sup>

Um aspecto comum unifica este conjunto de trabalhos: a preocupação com as possibilidades de ruptura no tecido social brasileiro em decorrência da concentração de renda e da propriedade, da marginalização das massas populares e da resistência feroz da elite mais conservadora às reformas capitalistas. Mas o que temia Furtado? A miopia dos setores mais atrasados da classe dominante que, persistentemente, barravam as reformas

e o acirramento da luta de classes, que poderia abrir caminho a uma revolução de consequências imprevisíveis. E, no caso brasileiro, segundo Furtado, qualquer revolução significaria um retrocesso para o país, cujas estruturas econômica, política e social já se encontravam bastante diversificadas.

Nem mesmo o risco de um “caminho soviético” deveria ser descartado, pois os miseráveis trabalhadores do campo poderiam ser atraídos para ele, sensibilizados por uma proposta de “desenvolvimento a qualquer preço”. As reformas capitalistas de base eram apresentadas como as possíveis barreiras à avalanche revolucionária; a modernização das estruturas do país, como a possibilidade de manter uma sociedade pluralista. Do mesmo modo que, deixadas em livre movimento, as forças de mercado por si só não permitiriam a superação do subdesenvolvimento, as contradições de uma sociedade subdesenvolvida, em processo de industrialização e liberta de qualquer controle ou intervenção racionalizadora, poderiam levar a uma ditadura de perfil soviético. Era aqui, cumprindo um papel que as elites do Nordeste eram incapazes de desempenhar, que a *intelligentsia* (cientistas sociais, técnicos do planejamento) deveria atuar, com a finalidade de imprimir racionalidade ao mundo social e impedir que forças incontroláveis abrissem caminho às soluções revolucionárias.

Em *Reflexões sobre a pré-revolução brasileira* (1962), dirigidas “à juventude brasileira universitária”, em que o marxismo teria grande penetração, uma pergunta servia como ponto de partida: por que os jovens estudantes sentiam-se atraídos pelo pensamento marxista? Segundo Furtado, era o “desmedido custo social do desenvolvimento” no Brasil – “crescente concentração social e geográfica de renda”, nenhum benefício para “as grandes massas que trabalham nos campos”, falta de uma melhora significativa no padrão de vida do “operariado industrial”, “aumento da renda da terra, premiando grupos parasitários”, “ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social”, “os desperdícios na ação administrativa pública” – que aproximava a juventude, “idealista e atuante”, do marxismo, que lhe possibilitava “traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação”.<sup>36</sup>

O que seria, porém, o marxismo, para grande parte desta juventude? A resposta de Furtado era uma engenhosa formulação que punha em evidência seu propósito de demonstrar que as aspirações revolucionárias da “juventude idealista” podiam, perfeitamente, ser satisfeitas por seu projeto de reformas para o Brasil. Nela, Furtado oferecia uma leitura muito peculiar do marxismo que, nos seus termos, seria:

- a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia (...) na exploração do homem pelo homem, fundando o bem-estar de uma classe (...)
- b) o reconhecimento de que a realidade

social é *histórica*; portanto, em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatores estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.<sup>37</sup>

Privado dos elementos essenciais da análise crítica do capitalismo, o marxismo era genericamente apresentado como “o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente”, “atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas” ou “estádio superior do humanismo”. Esta operação de esvaziamento dos conteúdos revolucionários da análise marxista permitia-lhe propor um “diálogo fecundo com a nova geração” e um entendimento sobre “o que é realmente fundamental”. Mas o que era “realmente fundamental”? Segundo Furtado, tratava-se da possibilidade de atribuir “um caráter operacional à propriedade privada dos meios de produção, à empresa privada”.<sup>38</sup>

A formulação é clara. Com ela, Furtado fazia um chamamento para adesão a um projeto que visava a subordinar a propriedade privada dos meios de produção a fins sociais, em lugar de eliminá-la. No lugar da revolução, uma proposta de capitalismo regulado, em que o Estado garantisse, sobretudo, a distribuição e o uso social da renda. Tratava-se, pois, de estabelecer uma pauta de reformas essenciais, de compromissos políticos básicos e, em sua defesa, congregar todos os críticos dos pesados custos sociais do desenvolvimento, especialmente os “jovens idealistas” atraídos pelo marxismo. O mínimo denominador comum seria o “humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade”, em outras palavras, “liberdade e desenvolvimento econômico”, o que bem poderia ser traduzido por capitalismo regulado na periferia.<sup>39</sup>

O nível de generalidade destas colocações não permite, ainda, identificar plenamente as preocupações de Furtado, que vão bem além do perigo da atração que o marxismo exercia sobre estudantes. Elas ganham contornos mais claros quando se referia à controvérsia entre defesa da liberdade ou bem-estar das massas. A clareza é maior ainda quando lembrava o entusiasmo provocado pelo rápido desenvolvimento da União Soviética que, em pouco tempo, à custa de “métodos anti-humanos”, superara o subdesenvolvimento.<sup>40</sup> Enfim, era um temor de que, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, fizesse muito pouco sentido a crítica ao desenvolvimento das nações socialistas ao custo da perda das liberdades individuais. E isto porque “os povos subdesenvolvidos estão dispostos a pagar um preço, mesmo muito alto, pelo desenvolvimento”, pois, afinal, “sabem, da dura experiência da miséria em que vivem, o preço altíssimo que pagam para continuar subdesenvolvidos”.<sup>41</sup>

Está claro, a esta altura, que a principal preocupação era com a possibilidade de que a miséria no Brasil empurrasse as massas para processos revolucionários, que levassem à

supressão da ordem capitalista e, com ela, das liberdades individuais burguesas. Desenvolvimento e liberdade seriam possíveis somente através de uma política de reformas. Daí a rejeição aos que se opunham às “modificações estruturais na ordem social”, sob a alegação de que a “rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos” sempre veio acompanhada pela “supressão das liberdades fundamentais do homem”; e àqueles que, em defesa do desenvolvimento, afirmavam que o “único método eficaz para introduzir as modificações necessárias” era “a revolução de tipo marxista-leninista”.<sup>42</sup>

A idéia básica era a de que havia “uma dualidade no processo revolucionário brasileiro”. Ao falar desta “dualidade no processo revolucionário”, Furtado referia-se aos desdobramentos da particular configuração das estruturas políticas e sociais brasileiras, que tinham dado origem a uma “sociedade aberta para a classe operária, mas não para a camponesa”. Ou seja, enquanto o sistema político no Brasil permitia que a classe operária se organizasse para veicular suas demandas dentro das regras democráticas, os camponeses, sem nenhum direito, estavam impedidos de fazer qualquer reivindicação legal. A conclusão a que chegou era: sendo a sociedade brasileira muito rígida no setor rural, o campesinato tornava-se “a classe mais suscetível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista”, havendo, portanto, um risco concreto de que predominasse na revolução brasileira o setor menos evoluído do ponto de vista político-social.<sup>43</sup>

As diretrizes para ação, os princípios que, segundo Furtado, deveriam guiar a política reformadora eram inferidos deste quadro da dualidade nacional. O objetivo fundamental era “o homem em sua plenitude, liberto de todas as formas de exploração e sujeição”, e para tal era necessário “atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico”, “conduzido com verdadeiro critério social”. No contexto brasileiro, o pressuposto deste processo era uma urgente reforma das estruturas básicas; vivendo o país uma “autêntica fase pré-revolucionária”, e dado o grau de desenvolvimento já alcançado, os “métodos revolucionários” representariam um retrocesso, pois “desembocariam necessariamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias”.<sup>44</sup> Para que a revolução pudesse ser evitada, era necessário dotar de elasticidade a organização da sociedade brasileira, a partir de um conjunto de reformas básicas que modificassem o estatuto fundiário, a máquina administrativa estatal, o sistema fiscal, a estrutura bancária e a política de desenvolvimento econômico.

O que se percebe é que Furtado, mesmo colocando estas questões em termos nacionais, tinha como referência, na realidade, o quadro nordestino. O alvo de seus discursos era, principalmente, a oligarquia ultraconservadora, que resistia às pressões pela modernização capitalista do Nordeste, e o combustível que alimentava suas pregações contra os

perigos de uma “revolução marxista” era o temor despertado pelos movimentos sociais do campo, especialmente as Ligas Camponesas. A advertência era muito clara: fazer a reforma agrária nos termos propostos pela Operação Nordeste, modernizar as formas de produção e implementar amplas relações de mercado no campo eram a forma mais eficiente de neutralizar a disposição revolucionária dos setores sociais mais atrasados (os camponeses), exatamente aqueles propícios à arregimentação marxista. Ante a miopia política das classes dominantes nordestinas, a estratégia de argumentação de Furtado era, em síntese, *reforma* ou *revolução*.

Celso Furtado, ante as contradições de um processo de acumulação que, no Brasil, e em particular no Nordeste, apresentava sinais de esgotamento, temia os desdobramentos à esquerda das contradições e das lutas de classes, cuja expressão mais aguda era, sem dúvida, a nordestina. Por isto, apresentava seu projeto de reformas como a via possível para um capitalismo nacional regulado e para a manutenção de uma *sociedade aberta*. O golpe militar de 1964 acabou demonstrando que as tensões sociais no país como um todo, e não apenas no Nordeste, seriam resolvidas à direita do espectro político e social. No poder, o Estado militar encarregou-se de fazer as reformas capitalistas, mas não as propostas por Furtado. O país mergulhou na ditadura autocrática e numa ordem econômica que combinava concentração de renda, manutenção da estrutura fundiária concentradora, arrocho salarial e compromissos dos novos donos do poder com a expansão e realização do capital monopolista internacional

Não foi possível construir uma industrialização autônoma no Nordeste, apoiada em empresários e capitais nordestinos; não ocorreu a formação de uma burguesia regional, “schumpeteriana”, inovadora, em condições de confrontar as oligarquias agrárias regionais, e não foi alterada a estrutura fundiária. Na verdade, antes mesmo da captura da Sudene pela nova ordem, imposta pelo golpe de 1964, o projeto já estava inviabilizado. O Artigo 34 da Lei 3.959, inserido no I Plano Diretor (que, originalmente, deveria incentivar capitalistas nordestinos a investir na região), transformou-se em um mecanismo de financiamento da expansão monopolista e de abertura ao grande capital sediado no Centro-Sul. Os resultados desta política de incentivos fiscais são bem conhecidos: os grandes grupos econômicos do Centro-Sul (em grande número, multinacionais), gozando dos incentivos fiscais, passaram a implantar unidades produtivas, geralmente no padrão de capital intensivo (poupador de mão-de-obra).

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

## Notas

\* Doutora em História Social pela PUC-SP. Professora da EAESP da FGV e do Departamento de Economia da FEA, PUC-SP.

<sup>1</sup> Em 1958, Cid Sampaio elegeu-se governador em Pernambuco pela UDN, com apoio do PCB e das Ligas Camponesas. Na Bahia, o governador eleito foi Juracy Magalhães, através da coalizão UDN/PST/PSB. Neste mesmo ano, Miguel Arraes ganhou as eleições para a prefeitura de Recife, apoiado por PTB, PCB e PSB.

<sup>2</sup> Sobre as condições do Nordeste no período de criação da Sudene e a problemática regional, consultar OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981; COHN, A. *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva, 1976; BACELAR, T. “A questão regional e a questão nordestina”. In: TAVARES, M. C. (org.). *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000; CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial do Brasil*. Campinas, Unicamp, 1998; id., “Celso Furtado e a questão regional no Brasil”. In: TAVARES, op. cit.; VILLA, M. A. *Vida e morte no sertão*. São Paulo, Ática, 2000.

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, p. 37.

<sup>4</sup> CPDA/SUPLAN. *Relatório Regional-1978*. Cf. AZEVEDO, Fernando Antônio. Ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 47.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. In: op. cit., 1981, pp. 68-69.

<sup>6</sup> COHN, Amélia. *Crise Regional e Planejamento*. 2 ed., São Paulo, Perspectiva, 1978, p. 78.

<sup>7</sup> BEZERRA Gregório. *Memórias – Segunda Parte:1946-1969*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; CAVALCANTI, Paulo. *Da Coluna Prestes à queda de Arraes*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978; AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

<sup>8</sup> Consultar BASTOS, E. R. *Ligas Camponesas: estudo sobre as lutas dos camponeses em Pernambuco*. Dissertação de mestrado em Ciência Política apresentada à FFLCH da USP, São Paulo, 1986; CALLADO, A. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; FONSECA, G. *Assim falou Julião*. São Paulo, Fulgor, 1962; JULIÃO, F. *O que são as Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962; AZEVEDO, op. cit.; PAGE, J. *A revolução que nunca houve*. Rio de Janeiro, Record, 1972.

<sup>9</sup> AZEVEDO, 1982, p. 62, pp. 72-73.

<sup>10</sup> COHN, 1978, pp. 101-102.

<sup>11</sup> SOARES, José Arlindo. *A Frente do Recife e o governo de Arraes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, pp. 33-34.

<sup>12</sup> Obras de Celso Furtado consultadas: *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, MEC/Iseb, 1959; *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962; *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985; *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989; Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28, n. 4, out/dez. 1997.

<sup>13</sup> FURTADO, Celso. “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, In: *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, n. 4, Fortaleza, out./dez., 1997, p. 391.

<sup>14</sup> FURTADO, Celso. “Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”, In: *Revista Econômica do Nordeste*, v. 28, n. 4, Fortaleza, out./dez., 1997, p. 393.

<sup>15</sup> Ibid., p. 389.

<sup>16</sup> Ibid., p. 427.

<sup>17</sup> FURTADO, Celso. *A Fantasia Desfeita*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989, p. 120.

<sup>18</sup> Ibid., p. 121

<sup>19</sup> Ibid., p. 390

<sup>20</sup> CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970/1970-1995)*. Campinas/SP, Unicamp, 1998, pp. 240-241.

<sup>21</sup> FURTADO, 1997, p. 390.

<sup>22</sup> Ibid., p. 408.

<sup>23</sup> FURTADO, Celso. *Operação Nordeste*. Rio de Janeiro, MEC-ISEB, 1959, p. 28.

<sup>24</sup> FURTADO, 1997, p. 419.

<sup>25</sup> Ibid., p. 421.

<sup>26</sup> Ibid., p. 423.

<sup>27</sup> FURTADO, 1959, p. 63

<sup>28</sup> Ibid., p. 57.

<sup>29</sup> Ibid., p. 59.

<sup>30</sup> Ibid., p. 60.

<sup>31</sup> Ibid., pp. 62-63

<sup>32</sup> FURTADO, 1989, p. 62.

<sup>33</sup> Ibid., pp. 63-64.

<sup>34</sup> CALLADO, Antônio. *Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

<sup>35</sup> FURTADO, Celso. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

<sup>36</sup> FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962, pp. 14-16

<sup>37</sup> Ibid., p. 17.

<sup>38</sup> Ibid., p. 18.

<sup>39</sup> Ibid., p. 20.

<sup>40</sup> Ibid., pp. 21-22.

<sup>41</sup> Ibid., p. 22.

<sup>42</sup> Ibid., p. 24.

<sup>43</sup> Ibid., pp. 28-29.

<sup>44</sup> Ibid.

## BRASIL: GOLPE DE ESTADO DE 1964. QUE ESTADO, PAÍS, SOCIEDADE SÃO ESSES?

Maria Aparecida de Aquino\*

### Resumo

Este artigo dedica-se a estudar a especificidade do regime militar brasileiro (1964-85), que resulta no entendimento de uma certa ambigüidade interna. Estabelece comparações com outros regimes militares também ocorridos no continente americano em época aproximada e igualmente motivados por golpes de Estado que derrubaram o poder legalmente constituído. Mostramos a pesquisa realizada no âmbito dos processos políticos julgados na Justiça Militar (1964-79) e que envolveram tentativas de responsabilizar penalmente jornalistas por atentados à chamada segurança nacional. Trabalhamos com o acervo preservado pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*, analisando uma amostra representativa deste conjunto e, a partir daí, extraindo conclusões que vêm corroborar a leitura dialética e não-linear que deve ser feita desse período da História brasileira.

### Palavras-chave

Regime militar brasileiro; Justiça Militar; segurança nacional; jornalistas; golpe de Estado.

### Abstract

*This article intends to study the specificity of the Brazilian military regime (1964-85) which results in the understanding of a certain internal ambiguity. It compares the Brazilian military government to others that took place also in the American continent almost in the same period and equally caused by coups d'état which overthrew the legally constituted power. We show the research accomplished in the field of political proceedings judged by the Military Justice (1964-79). These political proceedings tried to make journalists pennally liable for attempting against the so called national security. We based ourselves on the works maintained by the *Brasil: Nunca Mais* project, we analysed a sample which represents this entirety and therefore, drew conclusions which corroborate the dialectic reading instead of the linear reading, which must take place, when studying this period of the Brazilian history.*

### Key-words

*Brazilian military regime; Military Justice; national security; journalists; coup d'état.*

### *Regimes militares: algumas comparações*

Um dos maiores desafios dos estudiosos do regime inaugurado com o golpe de Estado perpetrado no Brasil em 1964 reside em caracterizá-lo. Particularmente, se as tentativas de caracterização levarem em conta, como é usual entre os pesquisadores, números absolutos, em comparação com outros regimes vivenciados em países próximos, ocorridos contemporaneamente.<sup>1</sup>

Fica-se quase tentado a esboçar a hipótese de um regime militar brasileiro *soft*, cotejado a outros semelhantes, como o da Argentina (especialmente, o regime militar iniciado pelo golpe de 1976), Uruguai (golpe perpetrado em 1973) e Chile (golpe de 1973, com a morte do presidente eleito Salvador Allende), que podem, sob certos aspectos, ser considerados mais *hard*.

A comparação mais notória e constantemente lembrada é a (lembramos, em números absolutos) do regime militar argentino com o brasileiro. De fato, os números impressionam. O regime militar brasileiro é mais longo, se comparado aos demais: durou 21 longos anos, de 1964 a 1985, se nos ativermos, exclusivamente, aos governos de presidentes-militares. O regime argentino, iniciado em 1976, encerrou-se sete anos após, com a malograda experiência da Guerra das Malvinas, que provocou a saída dos militares do poder e o início de um governo civil, do presidente Raúl Alfonsín, a partir de 1983.

Para uma população de aproximadamente 40 milhões de habitantes, o número de mortos e desaparecidos argentinos, segundo dados, pode chegar aos 30.000.<sup>2</sup> No Brasil, com uma população, em média, de 120 milhões, os números mais recentes chegam à casa dos 400, entre mortos e desaparecidos políticos.<sup>3</sup>

Em termos econômicos, o regime militar argentino pode ser considerado um desastre total, com a destruição de quase todo o parque industrial do país e de suas possibilidades futuras de crescimento – isto para a Argentina, que era vista, anteriormente, como portadora de um processo de desenvolvimento auto-suficiente.

O regime militar brasileiro, guardadas as proporções – contribuiu para uma concentração cada vez maior da riqueza e, desse modo, para a ampliação das desigualdades sociais –, não pode ser considerado um fracasso. Houve um aumento do desenvolvimento – pensando-se em termos globais – e uma readequação da forma de inserção do país no mercado internacional. Se compararmos o Brasil do início dos anos 60 com o dos anos 80 do século XX, a diferença é brutal, em termos da penetração dos produtos industrializados (grande parte produzida com tecnologia alienígena, oriunda, portanto, das malfadadas multinacionais – termo da época – que aqui ingressaram de forma avassaladora e com

facilidades proporcionadas pelos governos militares, sem a contrapartida da transferência de tecnologia) e de acesso (não da maioria da população, que continua excluída) a tais bens.

O chamado processo de “transição” brasileiro, oficialmente iniciado com o governo de Ernesto Geisel (1974), se considerarmos a passagem do poder para um governante civil, durou 11 anos, até o término do governo de João Baptista Figueiredo, em 1985. Se levarmos em conta a restauração das eleições diretas para a presidência da República, aí temos 16 anos, até a passagem da faixa para Fernando Collor de Mello, em 1990. Durante todo este tempo, os militares pretenderam controlar a “agenda da transição”, naquilo que os “arquitetos” do processo, os generais Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel, entendiam como uma “abertura, lenta, gradual e segura”. Concretamente, este processo foi atropelado, fundamentalmente, por dois atores políticos prioritários, naquele momento: os chamados “bolsões sinceros, mas radicais” (a “linha-dura” militar-repressiva, que não aceitava o processo de abertura política) e os movimentos sociais organizados que, em diferentes momentos, agiram para estancar o terrorismo de Estado (manifestações como as que se sucederam ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog sob tortura em São Paulo; a luta por uma “anistia ampla, geral e irrestrita”; o movimento das “Diretas já!”).

Embora, em 1980, o general Jorge Rafael Videla tenha feito uma convocação ao diálogo político, o processo de transição argentino foi extremamente aligeirado, na esteira do fracasso da Guerra das Malvinas, configurando-se uma ruptura com o regime militar.

Devido a estas circunstâncias diversas, pode-se dizer que, no Brasil, vivenciou-se uma *transição pactuada*, negociada pelos militares e elites políticas (apesar da participação ativa da chamada sociedade civil, em muitos momentos, empurrando o processo e forçando uma configuração diferente). No caso da Argentina, houve uma *transição por colapso*, com a conseqüente implosão do regime.<sup>4</sup>

Entre outras conseqüências desta diversidade de processos de “transição” está a preservação de uma memória positiva do regime militar brasileiro, apesar das sucessivas denúncias de atrocidades cometidas durante o período. Devido a uma série de fatores, os torturadores e assassinos alocados nos diferentes órgãos de repressão,<sup>5</sup> bem como os mandantes, ocupantes de altos cargos na hierarquia das Forças Armadas, não foram responsabilizados pelas mortes, desaparecimentos e variadas formas de destruição impostas às pessoas submetidas a brutais torturas físicas e psicológicas.

Mais do que isso: transcorridos tantos anos, os militares continuam se sentindo traídos pela sociedade, uma vez que se cristalizou o entendimento de sua responsabilidade por essa “guerra suja”. Afirmam que não estavam sozinhos no momento do golpe, que tiveram o apoio de parcela significativa da sociedade. Portanto, na visão deles, não seria

justo arcarem totalmente com a responsabilidade pelas mazelas do regime. Entendem como ofensiva – e, por que não dizer, antipatriótica, quase um crime de lesa-pátria – qualquer tentativa de remexer nos arquivos que poderiam levar à descoberta dos corpos dos desaparecidos políticos, para, finalmente, pacificar muitas famílias brasileiras. Continuam ora afirmando que esta documentação não existe ora insinuando que teria sido destruída.

Ao lado destas questões, ante os sucessivos insucessos dos governos civis e a sua notória incapacidade de conferir uma melhor qualidade de vida à maioria da população brasileira, desenvolvem-se no imaginário popular maldosos refrões, como velhos fantasmas que vêm nos assombrar. O estigma do *Eu era feliz e não sabia*, referindo-se aos tempos “felizes” do regime militar, por comparação às dificuldades enfrentadas pelo processo democrático, continua, perigosamente, rondando os brasileiros.

Malgrado estes problemas, entretanto, o exercício do poder é, sempre, desgastante. Os militares brasileiros são golpistas de “primeira hora”, desde o início da República – ela mesma, um golpe de Estado. Mais tarde, pactuaram com inúmeras tentativas de tomar o poder ou de desestabilizá-lo: a derrubada de Getúlio Vargas, em outubro de 1945; o processo que levou ao seu suicídio, em 1954; o interregno conturbado do suicídio à posse de Juscelino Kubitschek, que precisou ser garantida à força, em meio a tentativas golpistas, em 1955; a articulação para impedir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, frustrada pela “cadeia da legalidade” organizada por Leonel Brizola. Porém, estes “golpistas” somente vivenciaram sua longa experiência de exercício do poder político entre 1964 e 1985. Portanto, por detrás desta memória relativamente positiva de um regime politicamente brutal e socialmente injusto há o desgaste natural das “mãos sujas” neste processo e paira até hoje, entre eles, uma certa perplexidade relativamente a qual deveria ser o papel das Forças Armadas numa democracia contemporânea.

Já na Argentina, com a implosão do regime, houve a oportunidade de ver no banco dos réus todos os ex-presidentes e seus incontáveis “colaboradores” no feroz regime de 1976 a 1983. Embora o próprio presidente Raúl Alfonsín, em meio a seguidas tentativas de golpes militares, tenha optado por encerrar os processos de julgamento dos militares, através das chamadas Lei do Ponto Final (1986) e da Obediência Devida (1987),<sup>6</sup> o desgaste já estava feito e não havia possibilidade de uma leitura positiva do regime militar argentino.

Estas comparações (sempre se ressalvando o fato de que falamos em números absolutos, sem levar em conta as variáveis que ampliam as possibilidades de compreensão) nos fazem questionar as características do regime militar brasileiro. Será que as “categorias” *hard and soft* respondem às nossas dúvidas?

### *Regime militar brasileiro: “uma no cravo, outra na ferradura”?*

Outros problemas surgem se pensarmos em elementos diversos. O regime militar brasileiro – que podemos considerar um Estado autoritário – teve cinco generais-presidentes que discursaram, oficialmente, sempre, em nome da democracia. Apesar de dramáticos e expressivos episódios de fechamento, o Congresso Nacional permaneceu aberto (funcionando, mutilado, sob diversos aspectos) durante a maior parte do tempo. Os partidos políticos legalmente existentes até 1964, por força de Ato Institucional, foram cancelados e, em seu lugar, o regime militar criou dois: teoricamente, um da situação, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), e um da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Para o Legislativo, mantiveram-se as eleições diretas, com uma diversidade de restrições, de acordo com o tempo e as “necessidades” repressivas do regime. Para o Executivo federal, as eleições foram sempre indiretas, mas com o cuidado de manter a rotatividade entre os generais-presidentes. Inicialmente, procurou-se sustentar o dispositivo constitucional de 1946, que previa eleições a cada quatro anos, embora Castelo Branco tenha governado de 9/4/1964 a 15/3/1967 e Costa e Silva, que o substituiu, por doença, tenha sofrido impedimento em agosto de 1969. Posteriormente, consagrou-se o princípio de eleição presidencial (indireta) a cada cinco anos e, finalmente, a cada seis anos.

Apesar de uma progressivamente repressiva legislação de Segurança Nacional (Decretos-Lei 314/67, 510/69, 898/69), em momento algum seu texto incluiu o uso da tortura para extração de informações. Entretanto, a tortura converteu-se em política de Estado durante todo o regime militar (as primeiras denúncias e investigações ocorreram ainda em 1964). Talvez, portanto, para o Estado autoritário brasileiro pós-64, não se tratasse de ser *hard* ou *soft* e, sim, o principal problema pode estar localizado na difícil convivência com uma *ambigüidade* latente, com o possuir, mas não admitir, um intrínseco caráter repressivo. Entendemos que a explicação desta *ambigüidade* relaciona-se não só com o caráter do regime militar, mas, também, e principalmente, com o da sociedade brasileira, que urge compreender melhor.

### *Aspectos da legislação de segurança nacional e da aplicação da Justiça Militar*

Estudiosos do regime militar admitem que a Legislação de Segurança Nacional e/ou a chamada Doutrina de Segurança Nacional representam um fundamental elemento que contribuiu para a definição do regime militar.<sup>7</sup> Se admitirmos que a Legislação e a Doutrina são uma característica significativa, um aspecto importante deste regime, um majestoso

*corpus* documental deve ser destacado. Referimo-nos aos processos na Justiça Militar (entre 1964 e 1979, até a anistia) contra os atos considerados atentatórios à segurança nacional. Em suma, os 707 processos revelados pelo projeto *Brasil: Nunca Mais*.<sup>8</sup>

A Legislação de Segurança Nacional vigente em 1964 era a Lei 1.802, datada de 1953, que definia os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social. Estes eram julgados na Justiça Comum, sendo que à Justiça Militar competia apenas o julgamento de militares e de infrações que ameaçassem a segurança externa do país.

O Ato Institucional 2 (AI-2), promulgado em outubro de 1965, promoveu uma alteração no § 1º do artigo 108 da Constituição Federal:

Art. 108 – À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhe são assemelhadas.

§ 1º – Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou as instituições militares.

O AI-2 modificou a redação deste dispositivo, que passou a ser:

§ 1º – Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança nacional, ou as instituições militares.

A simples alteração de *segurança externa* para *segurança nacional* transferiu para a alçada da Justiça Militar os *inimigos internos* que cometessem algo que ameaçasse a segurança do Estado, de acordo com o julgamento de seus próprios mandatários.

A quantidade de processos que passaram a ser julgados pela Justiça Militar aumentou enormemente, em particular se pensarmos que o regime militar, em tudo e por tudo, assumiu o raivoso tom anticomunista que já era comum às Forças Armadas brasileiras desde os anos 30. Este temor do comunismo se relacionava à famosa *Intentona Comunista*, de 1935. Neste movimento, dois elementos eram cruciais: a constatação da existência de uma infiltração comunista entre os militares e a idéia de que, *na calada da noite*, militares seduzidos pelo comunismo mataram seus próprios pares enquanto dormiam. Esta idéia/imagem foi repetida à exaustão em todas as ordens do dia nos anos subseqüentes ao evento, na data rememorativa.

A modificação legal produzida pelo AI-2 apenas veio consagrar algo que já fazia parte do imaginário militar brasileiro: o inimigo é interno e pode estar dentro de nossas hostes. Era o “subversivo-comunista” do qual se construiu uma imagem estereotipada, de alguém capaz de tudo para conseguir seus “pérfidos objetivos”. Pessoas para quem lealdade, amizade, *esprit de corps* e mesmo pátria e nação nada significavam, uma vez que estavam sempre prontos a atender aos desígnios que lhes eram ditados de fora, das nações que

queriam espalhar o credo comunista: a Rússia soviética, a China de Mao, Cuba de Fidel. Ao mesmo tempo em que se produzia a ampliação do potencial do inimigo, promovia-se a homogeneização que valia tanto para países diferentes (e, em alguns casos, divergentes, como é o caso da URSS e da China após a década de 60) como para as inúmeras agremiações clandestinas, com enormes desavenças, mas que, na documentação oficial, invariavelmente, eram tratadas como adeptas do PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Depois dessa alteração promovida pelo AI-2, serão produzidos em seqüência, com gradações cada vez maiores de potencial repressivo, três decretos-lei, entre 1967 e 1969. Eles consolidaram a competência da Justiça Militar para julgar cidadãos (inimigos internos) que manifestassem qualquer tipo de antagonismo ao regime militar – que, no imaginário, confundia-se com o país – e fossem capazes de ofensas à segurança nacional – confundida com a imagem do Estado. Todos os decretos falavam vagamente na necessidade de punir atos destinados a provocar a chamada *guerra psicológica adversa* ou *guerra revolucionária subversiva*.

O Decreto-Lei 314, de 13 de março de 1967, permitia a decretação da prisão preventiva – tanto na fase policial (inquérito) como na judicial (processo)<sup>9</sup> – através de requerimento da autoridade competente (autoridade policial durante o inquérito ou representante do Ministério Público na fase processual). Esta prisão poderia se prolongar por 30 dias, ou ser prorrogada por mais 30, mediante justificativa aceita pelo juiz – que, ademais, poderia determinar que o acusado permanecesse (além desses 60 dias) em local onde sua presença se fizesse necessária à elucidação dos fatos.

Entre o Decreto-Lei 314/67 e o seguinte, 510/69, houve a promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5), que suspendia, para o caso de crimes políticos (contra o Estado, ou seja, nos termos do regime militar, contra a Segurança Nacional, ela, em si própria, confundida com o Estado), a garantia do *habeas corpus*. Assim, retirava-se da Justiça a única garantia do indivíduo contra quaisquer violências ou ilegalidades que lhe fossem impostas. Atavam-se as mãos dos advogados, que não mais poderiam exigir a soltura (com base no *habeas corpus*) de seus clientes, submetidos a todo tipo de atrocidades.

O Decreto-Lei 510, de 20 de março de 1969, acrescentava outros elementos arbitrários no que se refere às possibilidades de prisão dos acusados. Estabelecia que, durante a fase das investigações policiais, o *indiciado*<sup>10</sup> poderia ser preso por 30 dias, prorrogáveis por mais 30, mediante solicitação do encarregado do inquérito. Além disso, se fosse considerado necessário às investigações, o *indiciado* poderia ser mantido em estado de incomunicabilidade durante 10 dias, isto é, sem o conhecimento<sup>11</sup> de seus familiares e sem a constituição de um advogado.

Em 29 de setembro de 1969, foi promulgado o último dos decretos-lei de segurança nacional, anterior ao processo de “abertura política”, o de número 898/69. Mantendo as mesmas disposições que a legislação anterior no que se refere à prisão dos acusados, era, entretanto, muito mais duro no que se tange à intensidade das penas. Chegou a prever pena de morte e prisão perpétua para determinados casos. É bom que se saiba que, felizmente, estas penas não chegaram a ser concretamente aplicadas, mas vários prisioneiros políticos foram condenados à morte ou à prisão perpétua (o que acabou não acontecendo, entre outras coisas, pela aplicação da Lei da Anistia). Passando por cima do direito internacional, o referido decreto pretendia se estender a crimes ocorridos no exterior que, eventualmente, na concepção dos mandatários do regime, pudessem trazer prejuízo à segurança nacional do Brasil, como concebida por esse regime de exceção.

Cumprir destacar que o período em que essa legislação foi promulgada foi um dos momentos de maior tensão política do regime militar. Entre 4 e 7 de setembro de 1969, um drama de grandes dimensões fora vivenciado tanto pelos grupos clandestinos como pelo governo. O seqüestro do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Burke Elbrick, pegou de surpresa o regime que, sem outra opção, viu-se obrigado a atender às exigências dos seqüestradores, libertando 15 importantes presos políticos.

Dias antes, em 31 de agosto de 1969, o presidente Artur da Costa e Silva fora declarado fisicamente incapaz de permanecer à testa do governo, sendo substituído por uma Junta Militar, tendo sido preterido seu vice, o civil Pedro Aleixo. Esta Junta governaria o país até 30 de outubro, quando, oficialmente, o governo foi entregue ao general Emílio Garrastazu Médici, o terceiro dos presidentes-militares.

Ainda na vigência do governo da Junta Militar, em 21 de outubro de 1969, foram promulgados dois outros decretos-lei, de números 1.001 e 1.002, correspondendo, respectivamente, aos novos códigos Penal Militar e do Processo Penal Militar, incorporando as disposições da nova legislação de segurança nacional<sup>12</sup>.

*Trabalhando com o acervo documental do BNM: processos na Justiça Militar (1964-79)*

Durante o período em que trabalhamos com os processos recolhidos pelo BNM,<sup>13</sup> tornou-se absolutamente clara para nós a importância deste material, na medida em que, em nossa visão, representam a única possibilidade concreta de estudar a aplicação da chamada Doutrina de Segurança Nacional, explicitada na Legislação de Segurança Nacio-

nal. Se o Estado autoritário brasileiro pós-64 possuiu alguma matriz teórica, ela se encontra nos vagos conceitos esboçados no famoso *Manual Básico da Escola Superior de Guerra*,<sup>14</sup> conceitos estes concretizados nos decretos-lei de segurança nacional. Ora, a aplicação dessa lei só se efetivou através dos julgamentos dos crimes políticos de civis e militares, no âmbito da Justiça Militar. Portanto, para a compreensão do regime, o estudo deste material é de fundamental importância.

De modo geral, os processos instaurados logo após o golpe de Estado de 1964 levavam muito tempo para ser concluídos, arrastando-se, por vezes, por mais de uma década. Isto se deve, entre outros aspectos, ao fato de que não havia *modus operandi* estabelecido com clareza para o julgamento dos implicados. A transformação obtida pelo AI-2 estabeleceu a Justiça Militar como foro privilegiado de julgamento. Entretanto, as normas ainda não estavam completamente estabelecidas. Desse modo, o claro enquadramento do crime somente seria possível após o Decreto-Lei 314/67. Ainda assim, existiam dificuldades que só seriam saneadas com os Decretos-Lei 1.001 e 1.002, estabelecendo o Código Penal Militar e o Código do Processo Penal Militar, em outubro de 1969.

Pensando-se o período de 15 anos dessa atuação específica da Justiça Militar (1964-79), outras observações podem ser feitas. Estudiosos<sup>15</sup> têm clareza da existência de surtos persecutórios durante esta fase, surtos estes que possuem características distintas.

No início do regime, chegou a ser instaurada uma Comissão Especial, chefiada por um general, encarregada, pelo prazo de seis meses, de apurar os IPMs dentro da chamada *Operação Limpeza*. Um número gigantesco de pessoas foi arrolado nesses IPMs. Qual a tônica destas perseguições políticas? Prioritariamente, recaíam sobre os aliados do antigo governo (o de João Goulart); os funcionários públicos, identificados com o regime anterior; militantes do PCB (que, apesar de estar na ilegalidade desde 1947, realizara alianças com o governo Goulart, tendo muitos quadros nos escalões governamentais); militares que não aceitaram o golpe ou suspeitos de serem “comunistas”.

A partir de 1967, começou um novo surto, envolvendo enorme número de perseguições. Neste momento, as ações armadas começaram a se tornar constantes, adquirindo intensidade cada vez maior após o final de 1968 (promulgação do AI-5) e ao longo de 1969. Este surto se prolongou até 1974. Os alvos prioritários foram militantes de grupos que optaram pela luta armada como estratégia para a derrubada do regime. Podemos destacar: a Ação Libertadora Nacional (ALN, e sua cisão, o Movimento de Libertação Popular – Molipo), o PC do B (Partido Comunista do Brasil, cisão do PCB, partir de 1962), a ALA Vermelha (cisão do PC do B), VPR (Vanguarda Popular Revolucionária, liderada por Carlos

Lamarca), a VAR-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares, formada de uma cisão da VPR), o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), além de outras agremiações menores, com pequeno número de implicados.<sup>16</sup>

Ao final desse período, iniciou-se o governo Geisel, com o seu projeto de distensão/abertura. Todas as agremiações clandestinas que optaram pela luta armada encontravam-se ou completamente destruídas ou dizimadas de tal modo que não viam possibilidade de se reerguer. Neste momento, além disso, muitos destes agrupamentos passaram a acreditar que não havia possibilidade de vencer, com pequenos grupos e sem uma identificação clara da maioria da população com os seus ideais, as Forças Armadas, que haviam se aparelhado enormemente.

O terceiro surto se desenvolveu a partir de 1974, chegando até 1979, quando foi promulgada a anistia. Esta fase persecutória atingiu, principalmente, elementos do PCB. Este tinha sido brutalmente perseguido no início do regime, mas, por sua opção de resistência pacífica, havia, de certa forma, sido poupado; entretanto, de 1974 até 1979, sofreria uma perseguição sem tréguas, apesar do discurso governamental de “distensão/abertura política”. Muitas são as leituras possíveis das razões desta onda de perseguições, que não aprofundaremos neste momento.<sup>17</sup>

Se distinguimos estas três fases nos processos da Justiça Militar, forçoso é concluir que tiveram desenvolvimento diferenciado e, também, características próprias. Agora, interessa-nos refletir sobre outro aspecto relativo à Justiça Militar e ao regime que a sustentava.

Ao pensar que foi criado um artifício legal para permitir o julgamento dos crimes de civis e militares contra a segurança nacional pela Justiça Militar e que foi elaborada toda uma legislação de exceção, na forma dos Decretos-Lei 314/67, 510/69, 898/69, 1.001/69 e 1.002/69, um observador leigo fica tentado a crer num caráter draconiano destes julgamentos e sentenças. Entretanto, ao analisarmos detidamente os processos, observamos que, de modo geral, as sentenças (em primeira e segunda instâncias) eram muito menos duras do que se poderia imaginar, havendo um grande número de absolvições.

Eis-nos, portanto, ante um novo questionamento, uma nova ambigüidade desse regime que, caracteristicamente, temia assumir seu caráter nitidamente brutal e repressivo.

Observemos um exemplo: o BNM 42 é um processo que denunciou 57 pessoas por envolvimento com a VPR, em São Paulo, a partir de 1969, abrangendo várias ações armadas, apreensão de grande quantidade de material e o treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, sob o comando de Carlos Lamarca. Ao final, após a sentença do STM (outubro de

1974), restavam apenas quatro condenações (o STM reduziu as penas impostas em primeira instância – aos mesmos quatro denunciados – pelo Conselho Permanente da Segunda Auditoria do Exército, da Segunda Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo).

Deve-se observar que, na primeira instância, o Conselho Permanente de Justiça era formado por cinco juízes, sendo um de carreira e quatro juízes militares. Neste processo, o juiz-auditor (de carreira) Nelson da Silva Machado Guimarães tornou-se tristemente famoso, tendo sido, várias vezes, denunciado pelos organismos de proteção aos direitos humanos. Segundo acusações de presos políticos, seria seu hábito impedir o registro, em juízo, das narrativas de torturas pelos acusados, bem como, em alguns casos, teria permitido a retirada de réus para serem torturados.

É importante destacar que, no transcorrer deste processo, ocorreram muitos assassinatos, sendo que a Justiça Militar admitiu, oficialmente, a morte de Roberto Macarini, Joelson Crispim e Antonio Raimundo de Lucena, declarando, portanto, extinta a sua punibilidade.

Outros casos houve em que militantes foram banidos do país, trocados por embaixadores alvo de seqüestros. Nos casos de banimento, a Justiça Militar considerava sobrestado (ou seja, suspenso) o processo. No BNM 42 foram banidos: Maria do Carmo Brito, Damaris de Oliveira Lucena, Edmauro Gopfert, Encarnación Lopes Perez, Ieda dos Reis Chaves, José Lavecchia (desaparecido e, provavelmente, morto em 1974, ao tentar retornar ao Brasil com o grupo de Onofre Pinto), Jovelina Tonello do Nascimento, Ladislav Dowbor, Luiz Alberto Barreto Leite Sanz, Oswaldo Soares, Tercina Dias de Oliveira, Wanio José de Matos (desaparecido e, provavelmente, morto em 1973, no Chile, pela ditadura Pinochet).

Ariston de Oliveira Lucena, filho de Damaris de Oliveira Lucena e Antonio Raimundo de Lucena, foi um dos condenados do BNM 42. A sentença, em primeira instância, condenava-o a 20 anos de reclusão, com pena acessória de suspensão dos direitos políticos por 10 anos. Sobre ele, a sentença do STM<sup>18</sup> afirmava:

Ora, Ariston é antigo e “velho” servidor da subversão, do comunismo, da foice e do martelo. Na espécie ora à apreciação fez ele profissão de fé comunista e ameaçou de “justiçamento” os comparsas que abandonaram o movimento, tudo isso frente ao Conselho de Justiça [refere-se ao fato de que o réu confessou mesmo em juízo]. (...) Enfim, Ariston é responsável; o seu “império” é a subversão. Nada mais há a seu favor, a não ser exculpá-lo, na hipótese do delito do art. 14 [DL-898/69]. O crime do art. 28 absorve o do art. 14. Este, não mais se verifica para Ariston; está ele encrustado [*sic*] na sua própria alma. Deve ser absolvido desse último delito.

É o que ora faz a egrégia Corte. Condena-o, apenas, pelo art. 28, e à mesma pena: 16 anos de reclusão.<sup>19</sup>

Observe-se que mesmo para Ariston de Oliveira Lucena, considerado, como o discurso anterior apontou, um “comunista de quatro costados”, o STM, após expressar tantos improperios, paradoxalmente, resolveu reduzir sua pena de 20 para 16 anos, pela exclusão de um artigo em que fora condenado em primeira instância.

Isa Barreto Salles, uma jornalista denunciada no BNM 42, foi absolvida já em primeira instância. O Conselho Permanente de Justiça (com a presença do juiz-auditor Nelson da Silva Machado Guimarães) assim se justificou para absolvê-la:

A ré não registra antecedentes político-sociais, e afirma, em juízo – como, aliás, na própria polícia – que jamais teve ligações com organizações políticas subversivas. Teve sim, um relacionamento pessoal, privado e amoroso, com LADISLAS [refere-se a Ladislav Dowbor]; e, ignorando totalmente as atividades patológicas deste, é que o trouxe, por duas vezes, no seu carro, a São Paulo. Esta, como outra das vítimas de LADISLAS – que, sempre é bom repetir, não devem tornar-se também vítimas da repressão – confirma a materialidade de fatos em si mesmos indiferentes, e nega a existência de dolo indispensável à caracterização de crime, especialmente o dolo específico que se requer na Lei de Segurança. Não há porque não acreditar nela (...). Em consequência, por não provada a prática de crime, decide o Conselho, por unanimidade de votos, ABSOLVER ISA BARRETO SALLES [caixa alta no original].<sup>20</sup>

O Conselho pareceu ver Isa como “vítima do amor”. Deste modo, contra a “vítima” de Ladislav (a “besta-fera”, na opinião dos juízes) não se devia cometer a injustiça de transformá-la em segunda vítima: da repressão. Acresce-se, ainda, que os autos não provaram a prática de crime, portanto, cumpria absolvê-la.

Luiz Massami Takaoka, estudante de medicina denunciado no BNM 42, foi absolvido sob a seguinte alegação:

Ao ser interrogado em juízo (...) o réu nega qualquer procedência à denúncia (...). Ora, tal versão dos fatos [a versão de Takaoka em juízo], oferecida pelo réu e não contraditada por qualquer elemento de prova constante dos autos, é verossímil, e deve ser, por isso tudo, aceita. Tanto mais que – como bem salientou a Defesa – fosse TAKAOKA um militante da VPR, e teria procurado fugir no dia anterior à prisão, quando soube da prisão de BERGEL [refere-se a Rubens Hirsfl Bergel, médico, condenado a um ano de reclusão]. Tivesse ele, é certo, concorrido dolosamente para a instalação do “aparelho médico” da VPR, em Vila Fachine, é certo que buscaria furtar-se à ação dos agentes policiais. Mas não o fez, e os fatos que declara coincidem, no que lhe toca, com o que declara Rubens Bergel (...). As declarações prestadas pelo réu na fase policial, desacompanhadas de qualquer elemento de prova judicial, e até de suportes materiais ainda na fase do inquérito, inteiramente retratadas em juízo, não podem bastar a um decreto condenatório.

Nessas condições, decide o Conselho, por unanimidade de votos, julgar improcedente a denúncia no tocante a este acusado, para absolver, por insuficiência de provas, o acusado LUIZ MASSAMI TAKAOKA [caixa alta no original].<sup>21</sup>

É importante destacar que os juízes do Conselho Permanente utilizavam para absolver a lógica formal que os fazia observar que, se Takaoka fosse mesmo militante da VPR, como sustentava o Inquérito e a Denúncia da Procuradoria, não se teria deixado prender. Simples exercício de lógica. Por outro lado, utilizavam um elemento muito comum em diversos processos: apelavam para a inobservância do princípio do contraditório.

Rezava a legislação que o depoimento em inquérito era válido para a formulação da denúncia oferecida ao Ministério Público. Entretanto, era preciso o contraditório para haver condenação na fase do processo, ou seja, era necessário que esta “prova” fosse sustentada por outros elementos, materiais ou não. No caso de um réu negar em juízo o que assinou no inquérito, e na inexistência do concurso de outras provas materiais, ou mesmo de outros depoimentos em juízo de co-réus que corroborassem a “prova” do inquérito, legalmente, não havia possibilidade de condenação.

Inúmeras vezes, em primeira e segunda instâncias, ver-se-iam nesses processos absolvições com base na inexistência de provas, negando-se a validade exclusiva do depoimento do inquérito (geralmente, obtido sob tortura). Tanto os advogados de defesa quanto os juízes da primeira e segunda instâncias se valiam de argumentos formulados por grandes juristas para afirmar este princípio lapidar.

Ora, isto não significa pouca coisa. Estava-se num tribunal de exceção, com uma legislação de exceção e dentro de um regime de exceção. Utilizando-se um raciocínio linear, esperar-se-ia deste tribunal discricionário o uso da brutalidade, da irracionalidade, do excesso, em suma. O que se vê, às vezes, pelo contrário, é a obediência às normas da lei que, mesmo sendo de exceção, tinha regras, e estas deveriam ser cumpridas.

#### *De volta ao começo*

O exercício realizado foi apenas um exemplo extraído de centenas de casos. Entretanto, nossa experiência de pesquisa com parcela significativa desse acervo permite-nos traçar considerações insólitas, mais uma vez, ao raciocínio linear. Mostram que o que “deveria ter sido” “não foi”. Apontam para o inesperado, que sempre emociona o pesquisador. Esta é a função da pesquisa: derrubar certezas consagradas, abrir espaço para visões multifacetadas, em lugar do caminho único das certezas definitivas.

Este exemplo nos faz retornar ao ponto de origem. Em primeiro lugar, tem o condão de mostrar a riqueza e a importância deste fantástico acervo. Segundo, confirma a ambigüidade do regime militar brasileiro, inaugurado em 1964: um regime repressivo que não assumia o próprio caráter repressor, o que estava expresso no discurso das sentenças. Nelas, o

“subversivo” condenado era alvo de toda virulência da retórica anticomunista, mas isto não impedia que se diminuísse sua pena, retirando-se de sua condenação um artigo que não encontrava amparo técnico na lei. A jovem mulher que negou sua vinculação com “organizações políticas subversivas” e que não teve sua culpa provada só podia ser – e, aqui, era clara a manifestação explícita de moralismo – uma “vítima do amor”. O jovem estudante de medicina foi exculpado pelo exercício do princípio do contraditório, um dos pilares do Direito.

Para um país que vivenciou, desde sua primeira Carta Constitucional – a outorgada, de 1824 –, a admissão de que seu texto representava “letra morta”, e para uma população habituada a ouvir o bordão: “a lei, ora a lei...”, ater-se ao texto legal, ainda mais em tribunal de exceção, dentro de regime discricionário, assume significado relevante.

Neste caso, cabe outro bordão popular: “uma no cravo, outra na ferradura”, expressão nítida da ambigüidade. Submetidos a torturas brutais e aviltantes, perpetradas à margem da lei, presos políticos sobreviventes contavam com o “beneplácito” da Justiça que, como se tivesse despertado com atraso, recordava-se, repentinamente, da existência de normas legais, exigindo o seu cumprimento.

Em muitos processos, os “juízes”, pedindo a absolvição de réus nos quais enxergavam culpabilidade, apelavam para a demonstração de desejo destes de reintegrar-se à sociedade. Observavam que, uma vez libertos, não voltaram a delinquir. Apontavam para o fato de que trabalhavam e constituíram família, a quem proviam o sustento. O argumento final, de um lado, considerava que o tempo de prisão (implicitamente, reconhecendo a existência de torturas) já fora castigo suficiente. De outro, demonstrava temer que devolvê-los ao convívio de outros “subversivos” seria mais perigoso, optando pela absolvição.

Podemos considerar que esta ambigüidade expressa uma característica do regime militar brasileiro e, conseqüentemente, de nossa sociedade. Esta, quer gostemos ou não, teve responsabilidade na sua instauração e, indubitavelmente, tolerou sua longa duração. Cumpre a nós, pesquisadores, buscar as razões deste caráter social. Isto poderia nos colocar mais próximos de um entendimento da sociedade brasileira contemporânea, de seu passado e de seu porvir.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

## Notas

\* Maria Aparecida de Aquino, professora de história contemporânea do Departamento de História da USP, é autora de *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-78)*. São Paulo, Edusc, 1999. Especialista em estudos sobre o regime militar brasileiro (1964-85).

<sup>1</sup> Alguns autores se dedicam a pensar as comparações possíveis entre situações autoritárias vividas por diferentes países, particularmente do chamado Cone Sul, entre as décadas de 1960 a 1980, a partir de golpes de Estado de extração prioritariamente militar. Os casos mais comumente destacados são os do Brasil (1964), Argentina (dois golpes: 1966 e 1976), Uruguai e Chile (1973). Pode-se trabalhar a partir de modelos de análise construídos, nos quais se encaixam determinadas realidades vivenciadas, como é o caso do cientista político Guillermo O'Donnell e do sociólogo Juan Linz – dedicados a pensar o fenômeno do autoritarismo contemporâneo. Outros estudos caminham na direção de analisar as dificuldades dos chamados processos de “transição”, estabelecendo, inclusive, comparações com a realidade desses países do Cone Sul na sua busca pela “consolidação democrática”, uma vez encerrado o processo autoritário *stricto sensu*. Dentre estes trabalhos, podemos destacar: D'ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso. *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2000; FRAGA, Rosendo. El balance militar en el Cono Sur de América. *Archivos del Presente*. Buenos Aires, 3 (11), dic./feb. 1997/98; LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. *A transição e a consolidação da democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo, Paz e Terra, 1999; MÉNDEZ, Juan e O'DONNELL, Guillermo; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Democracia, violência e injustiça: o não-Estado de direito na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2000; id., *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990; id., Argentina: a macropolítica e o cotidiano. *Lua Nova*. São Paulo, Marco Zero, 4 (2), pp. 38-48, abr./jun. 1988; id., *Contrapontos, autoritarismo e democratização*. São Paulo, Vértice, 1986; O'DONNELL, G. e REIS, F. W. (orgs.). *Brasil: dilemas e perspectivas da democracia*. São Paulo, Vértice, 1988; STEPAN, A. *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven, Yale University Press, 1973; STEPAN, A. *Rethinking military politics: Brazil and Southern Cone*. Princeton, Princeton University Press, 1988.

<sup>2</sup> Dados e exaustivas descrições do processo repressivo argentino, durante o período de 1976 a 1983, encontram-se em COMISSIÓN NACIONAL SOBRE LA DESAPARICIÓN DE PERSONAS. *Nunca Más*. Buenos Aires, Eudeba, 1985.

<sup>3</sup> Para mais informações sobre os mortos e desaparecidos políticos durante o regime militar brasileiro, consultar: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Governo do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996; MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar - A responsabilidade do Estado*. São Paulo, Perseu Abramo/Boitempo, 1999; TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

<sup>4</sup> SAIN, Marcelo Fabián. “Argentina, democracia e Forças Armadas: entre a subordinação militar e os ‘defeitos’ civis”. In: D'ARAÚJO e CASTRO, *op. cit.*, p. 24.

<sup>5</sup> O chamado aparato repressivo do regime militar brasileiro foi composto de uma variedade de órgãos, sendo que alguns foram reformulados e aperfeiçoados à medida que surgiam outras “necessidades” repressivas. A primeira criação do regime foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), pensado e organizado pelo general Golbery do Couto e Silva. Sua função primária era a de prover de informações, diretamente, a presidência da República. Com o passar do tempo, inclusive na visão do criador, foi considerado um “monstro”, pois foi sendo, paulatinamente, modificado e substancialmente ampliado, chegando a possuir uma variedade de escritórios em todos os Estados do país e milhares de “agentes”. As Forças Armadas sempre tiveram seus próprios serviços de informações, alocados nas suas segundas seções (existem cinco seções em cada uma delas). Entretanto, ao final dos anos 1960, acreditou-se que

este serviço era muito lento e burocratizado, sendo necessário a cada um dos ministros das três forças um novo setor de informações, mais ágil e diretamente vinculado aos Ministérios. Assim, surgiu o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) e foi reformulado (existia desde 1955) o Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Ainda ao final da década de 60, o instrumental repressivo do regime encontrava-se assustado com o que considerava o avanço das forças “subversivas”. Os grupos clandestinos que optaram pela luta armada praticavam, por vezes com muito sucesso, desmoroando a repressão, assaltos (na linguagem destes grupos, “expropriações”), roubos de armas, seqüestros. Tornava-se necessário, na visão dos setores repressivos do regime, um braço armado ágil que desbaratasse tais agremiações clandestinas. Foi criada (de forma ilegal, não prevista em lei), como projeto-piloto, a chamada Operação Bandeirantes (Oban) em São Paulo. Financiada por empresários de diferentes setores, sua especificidade era congregar os mais diversificados representantes dos serviços de segurança: Polícias Civil e Militar dos Estados, Polícia Federal, Exército, Marinha e Aeronáutica. A chefia, geralmente, recaía sobre o representante do Exército (a força em terra). Entre 1969 e 1970, a Oban agiu, amedrontou, destroçou, torturou, matou e desapareceu com elementos de diversas agremiações clandestinas. Este foi um momento particularmente importante, pois, na esteira do sucesso do primeiro seqüestro (setembro de 1969), veio a perseguição e quase destruição das organizações que o planejaram e executaram: a Dissidência Comunista da Guanabara (DI-GB) – que, posteriormente, adotou o nome de uma outra agremiação destruída pela repressão: Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – e a Ação Libertadora Nacional (ALN), do famigerado revolucionário Carlos Marighella (abatido a tiros em São Paulo, em 4 de novembro de 1969) e do não menos temido (pela repressão) Joaquim Câmara Ferreira, vulgo “Velho” ou “Toledo”. O “sucesso” da Oban fez que sua experiência-piloto se disseminasse, agora com verniz legal, estendendo seu braço repressivo para todas as regiões administrativas das Forças Armadas. Surgiu o conhecido DOI-Codi (Destacamento de Operações Internas e Centro de Operações de Defesa Interna). Ao lado desse formidável aparato, ainda floresceram os Departamentos de Ordem Política e Social, os assustadores Dops, heranças de outros tempos que precisaram de reformulação para se adequar às novas necessidades. Vinculados às Secretarias de Segurança Pública de cada um dos estados, geralmente serviam para formalizar os Inquéritos Policiais, com direito (principalmente no caso específico do Dops paulista) a nova sessão de torturas, numa continuidade da brutalidade vivenciada nos DOI-Codis. Para um maior conhecimento do aparato repressivo do regime militar brasileiro, consultar: D’ARAÚJO, Maria Celina *et alli* (orgs.). *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994; FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro, Record, 2001; GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Cia. das Letras, 2002; HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo, Cortez, 1998. Especificamente sobre o Dops paulista, consultar: AQUINO, Maria Aparecida *et alli*. *Radiografias do autoritarismo republicano brasileiro*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001/2 (série em cinco volumes).

<sup>6</sup> A Lei do Ponto Final estabeleceu um prazo de 60 dias, após a sua promulgação, para o encerramento dos chamados a militares para depor. A Lei da Obediência Devida trabalhava com o pressuposto da obrigatoriedade do cumprimento de ordens por parte daqueles que seriam coagidos por subordinação a superiores hierárquicos.

<sup>7</sup> Dentre muitos trabalhos, podemos destacar ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-84)*. Petrópolis, Vozes, 1984, já clássico, no qual a autora disserta longamente sobre a Doutrina de Segurança Nacional e denomina o Estado criado no Brasil, após 1964, Estado de Segurança Nacional.

<sup>8</sup> O projeto *Brasil: Nunca Mais* foi uma brilhante iniciativa levada a efeito, inicialmente, por um grupo de advogados de presos políticos brasileiros. Com a anistia, os advogados poderiam requerer, no Superior Tribunal Militar, os processos de seus clientes, visando a anistiá-los, podendo permanecer com eles durante 24 horas. Juntando esforços com a Arquidiocese de São Paulo (na figura de D. Paulo Evaristo

Arns), com o auxílio do pastor presbiteriano Jaime Wright (ele, também, alvo do regime, pois seu irmão, Paulo Wright, é um dos desaparecidos políticos) e com o concurso, inclusive material, do Conselho Mundial das Igrejas, naquele momento representado por Philip Potter, deram seqüência a uma das mais fascinantes experiências do processo de democratização do país. Em 1985, o resultado desta gigantesca iniciativa veio à tona. Consistiu em copiar (mais de um milhão de cópias xerox e cerca de 500 rolos de microfimes) todos os processos da Justiça Militar contra civis e militares por crimes contra a Segurança Nacional, entre 1964 e 1979, chegando ao impressionante número de 707 processos completos (há alguns incompletos). Posteriormente, realizaram uma análise, com critérios metodológicos claramente definidos, exposta em 12 volumes (o Projeto “A”). O grande público tomou conhecimento desta iniciativa, mantida em segredo inviolável por todos esses anos, com a chegada às bancas do resumo dos resultados do projeto, o *best seller Brasil: nunca mais* (Petrópolis, Vozes, 1985), o famoso livro vermelho, chamado de Projeto “B”. Uma descrição detalhada das aventuras deste projeto pode ser encontrada em WESCHLER, Lawrence. *Um milagre, um universo: o acerto de contas com os torturadores*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990 (Parte I).

<sup>9</sup> A investigação da criminalidade era composta de duas etapas: o inquérito e o processo propriamente dito. Poderia haver, nos casos em pauta, Inquérito Policial quando firmado numa dependência policial civil (por exemplo, as delegacias e, nestes casos, geralmente nos Dops) ou Inquérito Policial-Militar (IPM) quando efetivado por representante das Forças Armadas, num quartel ou mesmo numa prisão (muitos IPM foram desenvolvidos na Ilha das Flores). Para a montagem dos inquéritos, eram recolhidas provas materiais e tomados depoimentos, tanto dos acusados como de testemunhas. Finda a fase investigativa, o encarregado do inquérito redigia um Relatório Final, em que narrava as ocorrências, os atos praticados pelos envolvidos e sugeria o enquadramento dos considerados culpados na legislação em vigor. Oferecia a denúncia ao Ministério Público Militar (MPM), que deveria se manifestar pela sua aceitação ou não. Uma vez aceita a denúncia, entrava-se na segunda etapa: o processo. Neste momento, constituía-se a defesa dos acusados (contratada por eles ou – caso não a possuíssem – escolhida pelo Estado: o Advogado de Ofício). Poderia haver a juntada de novas provas, tanto por parte da Procuradoria Militar (acusação, representando o Estado) quanto dos advogados de defesa (representando os réus). Estes eram ouvidos novamente, agora em juízo, bem como as testemunhas – inclusive, nesta fase, as de defesa. A Procuradoria elaborava suas razões finais, seguida da Defesa, que fazia o mesmo, em sentido contrário. Por fim, os Conselhos Permanente ou Especial (quando houvesse julgamento de militares, por exemplo) de Justiça proferiam a sentença em primeira instância, numa das Auditorias (Marinha, Exército ou Aeronáutica) da Circunscrição Judiciária Militar (CJM) correspondente. Havendo apelação (por um artifício da lei, sempre que ocorria uma absolvição, a Promotoria era obrigada a apelar, independentemente de suas convicções), eram apresentadas as razões e contra-razões entre acusação e defesa, após as quais a Procuradoria-Geral emitia um parecer encaminhado ao Superior Tribunal Militar (STM). Com base nos autos do processo, o STM promulgava uma sentença, esta em segunda instância. Em caso de condenação, quando o réu e sua defesa não se davam por satisfeitos, poderia haver recurso contra a sentença do STM, encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF) que, após as vistas ao processo, proferia a sua sentença, desta vez em caráter irrecorrível (terceira e última instância).

<sup>10</sup> Na fase de inquérito, o acusado é denominado indiciado e, na fase processual, denunciado. Pode ocorrer o caso de uma pessoa ser indiciada, mas ser dispensada pelo Ministério Público, se este não a considerar culpada. Nas listagens (cerca de 17.000 implicados) do Projeto “A” do *Brasil: Nunca Mais* (BNM), existe uma longuíssima lista dos indiciados, acrescida de uma série de dados, incluindo o processo a que corresponde (na numeração específica do BNM). Existe, também, uma não menos longa lista de denunciados que responderam a processo na Justiça Militar.

<sup>11</sup> A fase de incomunicabilidade era a mais perigosa. A família do acusado não sabia onde ele se encontrava e, às vezes, nem sequer suspeitava de que estava preso; ele não tinha permissão para ver seu advogado. Os 10 dias, na prática, tornaram-se letra morta: infinitas vezes o prazo era prorrogado ao

gosto dos encarregados dos inquiridos. Por exemplo, Nelson Luiz Lott de Moraes Costa (neto do marechal Lott), denunciado em 12 processos do BNM por pertencer ao Grupo de Fogo (responsável pelas ações armadas, como as expropriações) da ALN da Guanabara, foi torturado durante 41 dias no Quartel da PE, na Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. Durante a incomunicabilidade é que, quase sempre, ocorriam as mortes (por torturas) e os desaparecimentos. De modo geral, os prisioneiros, inicialmente, eram levados para o DOI-Codi, que tinha pressa em extrair informações que pudessem levar a outros implicados. O preso costumava sair (quando saía) do DOI-Codi com um documento (às vezes, duplicado: de próprio punho e datilografado) contendo sua “confissão”. Na seqüência, era encaminhado ao Dops com esta documentação, às vezes, com “direito” a uma nova sessão de torturas. Lá seria formalizado o inquirido e redigido o Relatório Final pelo encarregado. Uma vez iniciada a fase processual, se o denunciado tivesse sua prisão preventiva decretada, permaneceria preso, mas num presídio comum, com acesso a visitas de familiares e ao acompanhamento de seu advogado. Muitos militantes do período referem-se a esta fase com alívio, pois, regra geral, estavam livres das torturas e encontrava-se afastada a possibilidade de desaparecimento ou morte. Corajosamente, muitos presos políticos, no depoimento em juízo, negaram o que haviam assinado durante o inquirido, denunciando as torturas sofridas. Realmente, era necessária muita coragem, pois poderiam voltar ao Dops ou ao DOI-Codi, como chegou a acontecer com alguns – o caso de frei Tito Alencar é exemplar. Sobre a vida no presídio comum durante a fase processual e a sensação de “alívio”, consultar: FREIRE, Alípio *et alii* (orgs.). *Tiradentes: um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*. São Paulo, Scipione, 1997.

<sup>12</sup> Informações sobre esta legislação, que abrange os temas colocados para a Justiça Militar entre 1964 e 1979, podem ser encontradas em: ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *As leis repressivas (a repressão excedendo a lei e a estrutura repressiva)*. Tomo IV, Projeto “A”, Brasil: nunca mais, 1985, pp. 3-9.

<sup>13</sup> Quando da elaboração do BNM, foram realizadas 25 cópias dos 12 volumes do Projeto “A”, que foram distribuídos por diferentes instituições acadêmicas do país. Na cidade de São Paulo, podem ser encontrados na Biblioteca da Faculdade de Direito da USP e na Arquidiocese de São Paulo. Quanto aos processos em si, este enorme acervo xerocopiado foi oferecido ao Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde estão guardados e podem ser livremente consultados. Foram feitas duas cópias de segurança, em microfimes, que se encontram fora do país. Começamos a trabalhar com processos do BNM em 1991, quando iniciávamos o doutorado. Naquele momento, analisamos todos os processos contra jornalistas incriminados por delito de opinião, ou seja, por sua participação em jornais, num total de 18 profissionais implicados, distribuídos em 15 processos. Os resultados deste trabalho estão em: AQUINO, Maria Aparecida. *Caminhos cruzados: imprensa e Estado autoritário no Brasil (1964-80)*. Tese de Doutorado apresentada à FFLCH/USP, 1994. A pesquisa atual envolve 102 processos do BNM.

<sup>14</sup> A Escola Superior de Guerra (ESG) foi criada em 1949, na esteira da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e da influência do militarismo estadunidense sobre as nossas Forças Armadas. Foi construída tomando por base o National War College dos EUA. Era voltada para a formação de quadros militares e civis dentro das bases da guerra fria e dos valores dos EUA, emanados através do que veio a se chamar Doutrina da Segurança Nacional. Com uma certa regularidade, a ESG mandava imprimir o seu *Manual Básico*, em que se encontram esses princípios e os seus conceitos.

<sup>15</sup> O Tomo IV do Projeto “A” do BNM (*op. cit.*) apresenta o item “Análise quantitativa da pesquisa”, subdividido em três momentos: 1964-69, 1969-74 e 1974-79 (pp. 10-49). Além disso, há os dois primeiros trabalhos a se debruçar sobre este imenso acervo, que ainda são, sem dúvida, muito significativos: REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1989; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Ed.Unesp/Fapesp, 1994.

<sup>16</sup> Sobre essa “selva” de siglas e agremiações, consultar: GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo, Ática, 1998; REIS FILHO, *op. cit.*; RIDENTI, *op. cit.*

<sup>17</sup> Alguns trabalhos nos ajudam a pensar esta questão: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil: 1964-85*. Rio de Janeiro, Record, 1998; D’ARAÚJO, Maria Celina e CASTRO, Celso (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1994; GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002; id., *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003; id., *A ditadura encurralada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

<sup>18</sup> O Superior Tribunal Militar era composto de 15 juízes, sendo cinco de carreira, e os demais, militares.

<sup>19</sup> BNM 42, sentença do STM, pp. 4-5 (sentença) e 5.076-7 (processo).

<sup>20</sup> BNM 42, sentença da Segunda Auditoria do Exército, Segunda Circunscrição Judiciária Militar de São Paulo, pp. 31-32 (sentença) e 4955-4956 (processo).

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, pp. 44-5 (sentença) e 4.968-9 (processo).



**THE END:  
A CENSURA DE ESTADO E A TRAJETÓRIA DOS DOIS  
ÚLTIMOS CHEFES DA CENSURA BRASILEIRA**

*Beatriz Kushnir\**

**Resumo**

Este *paper*, produto da minha tese de doutoramento em História pela Unicamp (defendida em 2001 e publicada pela *Boitempo* em 2004), analisa o processo final do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e a atividade de seus dois últimos diretores-gerais: Solange Hernandez e Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. O intuito é redesenhar o quadro que finaliza a Censura Federal a partir da atuação destes dois técnicos e seus laços político-administrativos.

**Palavras-chave**

Censura; censores; abertura política.

**Abstract**

*This paper, derived from my doctoral thesis in History at Unicamp, 2001, published by Boitempo in 2004, analyzes the final process of the Department of Censorship of Public Entertainment (DCDP) and the activity of its two last general directors, Solange Hernandez and Coriolano de Loyola Cabral Fagundes. I intend to redefine the scenario of the end of the Federal Censorship Board based on the performance of these two technical staff members and their political and administrative ties.*

**Key-words**

*censorship; censor; political opening.*

(...) Apenas ficar chorando, resmungando  
Até quando, não, não, não

E como já dizia Jorge Maravilha  
Prenhe de razão  
Mais vale uma filha na mão  
Do que dois pais voando

Você não gosta de mim  
Mas sua filha gosta

(*Jorge Maravilha*, de Julinho da  
Adelaide, 1974)

Por definição, o censor é o que pratica o ato censório, o crítico, o julgador, o funcionário público encarregado da revisão e dos cortes de obras literárias e artísticas ou do exame dos meios de comunicação de massa (jornais, rádio, TV e outros). O seu papel também é apreendido como o de defensor, guardião, vigilante e zelador. No Brasil de fins da década de 1980, percebeu-se como é difícil para alguns setores – tanto da sociedade civil como do aparelho de Estado – abrir mão desse “sindicato” da moral e dos bons costumes.

*Censurar e permitir* tornaram-se ações duais na sociedade brasileira. As manifestações de parcelas organizadas de cidadãos que clamavam por mais controle demonstram que, durante o tempo em que estiveram em vigor (no período pós-1964), a tesoura e os cortes respondiam aos anseios de parte dos brasileiros. Para muitos, o censor tem de ser personificado pelo Estado ou não terá serventia e eficácia; esses *muitos* que desejavam a continuidade da censura estavam dentro e fora do aparelho de governo.

Foi a partir do pacto entre esses dois pólos – governo e sociedade – que a necessidade e materialidade desse “defensor” se concretizaram antes do arbítrio e se mantiveram por tanto tempo. Persistia, ainda, uma parcela de habitantes ansiosos por tutela, como também um controle interventor na seara pública e privada. Uma fatia mais conservadora solicitava do Estado, além disso, indicação sobre o que ver, “proteção” e retirada de seu mundo de algo que lhe ficou como pornografia.

Exemplos destas ações – que o ministro Armando Falcão nomeou como “todo mundo deve ser poupado da tentação de ver”<sup>1</sup> – percorreram a carreira do chefe da Censura Federal do governo Sarney (1985-91), o penúltimo técnico de censura e o último devida-

mente nomeado para o cargo. Coriolano Loyola Cabral Fagundes recebia dezenas de cartas e mensagens de diferentes estados, nas quais se solicitava que a veiculação de cenas “ousadas” fosse proibida. As “senhoras de Santana”, em São Paulo, por exemplo, quando julgavam um programa pouco sério ou com excesso de palavrões, enviavam abaixo-assinados com centenas de nomes para a censura, em que exigiam mais rigor.

Neste sentido, é oportuno perceber como essa estrutura burocrática alcançou tais contornos, principalmente a partir da transferência da capital do Rio para Brasília. E a trajetória de Coriolano Fagundes – no cargo desde 1961 – é exemplar a este respeito. Seu ingresso na censura, como o de muitos outros, deu-se por indicação. Ao chegar a Brasília, seu pai, juiz do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), indicou-o ao juiz de Menores, Dr. Geraldo Irineu Onofre. Quando este Juizado viu-se envolvido na concepção de um Serviço de Censura, vinculado ao Departamento Federal de Segurança Pública (antecessor do Departamento de Polícia Federal – DPF), Coriolano Fagundes foi indicado como representante do Juizado de Menores e, posteriormente, nomeado censor.

*Uma semana depois de mim veio mais um, o José Vieira Madeira, jornalista carioca. O interessante é o seguinte: a imprensa fala muito em censura e pelo menos os dez primeiros censores eram jornalistas; a única exceção, o único que não era jornalista era eu. Os outros censores eram os jornalistas credenciados no gabinete do Diretor-Geral da Polícia Federal.<sup>2</sup>*

Cercado de jornalistas credenciados, Coriolano Fagundes ponderou que, no início, inclusive,

*(...) muita gente batia o martelo, lá na máquina de censura, [implicando] com esse emprego que os censores [os jornalistas] deles tinham arranjado. Teve gente que perdeu o emprego em jornal, teve que mudar de jornal e tal. Mas, de qualquer maneira, a grande maioria ali [na censura] era jornalista. (...) Era um contingente de homens e nós começamos a [trabalhar] sem literatura, sem experiência. [O corpo técnico] da Guanabara quis continuar no Rio, então tivemos que implantar uma censura aqui, arregimentando [o pessoal] no próprio local. Ficávamos em uma sala grande, com uma secretária e um executivo de fiscalização. Depois a Polícia Federal foi nos instruindo com circulares para as nossas ações sincronizadas, foram orientando os produtores para mandar os filmes para cá, peças teatrais e tal. [O intuito] era centralizar o trabalho em Brasília, e levaram um tempo e muita briga para que se conseguisse isto. É, eu estive lá desde o primeiro dia da censura até o último.*

Existiram cerca de 300 censores em todo o país, cujo perfil pode ser erroneamente percebido como apenas masculino. Todos se tornaram funcionários públicos, alguns após concursos. Alocados no DPF, eram policiais federais de carreira e subordinados ao Ministério da Justiça. Para ser censor, dever-se-ia ser brasileiro; ter 18 anos completos; estar

quite com as obrigações militares; estar no gozo dos direitos políticos; ter procedimento irrepreensível; apresentar diploma de conclusão de curso superior (ciências sociais, direito, filosofia, jornalismo, pedagogia ou psicologia); passar no concurso; e ser aprovado no teste psicotécnico e no exame médico.

Considerada uma tarefa do DPF, a censura foi realizada por pessoas que receberam formação policial em cursos ministrados na Academia de Polícia Federal (ANP). O general Bretas Cupertino – diretor-geral do DPF no governo Costa e Silva –, entretanto, lembrava que a “prática censória é idêntica a uma perícia, requer do indivíduo vasto conhecimento do assunto, excelente nível intelectual”. Mais uma vez, o general evidenciava a mescla de policiais e “intelectuais” no Serviço de Censura, cujo panorama de intercâmbios compõe o serviço em toda a sua trajetória, tanto no período colonial como no Império e na República.

O binômio intelectual/policial acompanhou a trajetória dos censores. Exercida por intelectuais no Império,<sup>3</sup> a atividade recebeu funcionários da Polícia Especial de Getúlio Vargas. A confluência destes dois universos justifica a identidade bipolar constituída: a de “intelectuais a serviço do Estado” – *Earthly authority* ou *intelectocratas*<sup>4</sup> – e seus *itinerários políticos*.<sup>5</sup> É claro que suas funções não os faziam formuladores de políticas públicas, mas sua capacidade era direcionada para auxiliar uma estratégia de governo.

Nesse sentido, os termos *intelectocratas* e *intelligenti*<sup>6</sup> são apreendidos sob o prisma de que intelectuais revolucionários, intelectuais ideólogos, críticos radicais – *intelligenti* – são regidos pela *ética da convicção*, enquanto intelectuais de Estado ou estatistas, *experts* – *intelectocratas* – permanecem sob o signo da responsabilidade, da execução de uma tarefa.

Nessa separação, construiu-se a noção de *sociedades ocidentais e orientais*<sup>7</sup> na qual *intelligentsia* vincula-se a um pensamento crítico, enquanto *intelectocracia* expressa uma tradição de valores conservadores de sociedades autoritárias e repressoras, ancoradas também no poder do veto censório como forma de exprimir e demarcar a sua força. Tendo como foco esses grupos de “intelectuais de Estado” e refletindo com base em uma percepção da pluralidade e da diversidade de *trajetórias* e *itinerários políticos*, Jean-François Sirinelli salienta que a observação e o cotejo dessas experiências permitem “desenhar mapas mais precisos dos grandes eixos do engajamento dos intelectuais”.<sup>8</sup>

Ampliando esse leque de possibilidades e desprendendo-se de um caráter biográfico ou circunscrito aos “grandes intelectuais”, Sirinelli nos convida a pensar a biografia destes, tendo como foco os estratos intermediários, trazendo à tona esses desconhecidos e sua influência no seu tempo vivido e nos instantes posteriores. As redes de convivência e os códigos de sociabilidade no interior desses grupos de censores, jornalistas e poli-

ciais representam, desse modo, uma chave para compreender os valores e as propostas constituídas nessas comunidades e sua sintonia com o panorama político. Mas o que, certamente, também está na intenção da análise é a noção de *responsabilidade* desses atores sociais diante das demandas da sua época. Difícil não desejar julgar atitudes que se consideram “menos nobres”, e esses embates estão no centro das reflexões metodológicas sobre uma história dos intelectuais.

Dito isto, e retornando às preocupações com o bom desempenho dos censores, o general Cupertino enfatizava que todos eram reciclados periodicamente em cursos de aperfeiçoamento e especialização na ANP. Esta prática – instaurada pelo então chefe do DCDP, Antônio Romero Lago, segundo as normas das portarias 123, de 10/10/1966, e 134, de 24/11/1966 – existiu por quase 20 anos, sendo executada, também, pelos últimos técnicos de censura, concursados já na Nova República.

Quanto à estrutura acadêmica instalada nesses cursos de formação e atualização de censores, o primeiro, de 1966, foi composto pelos seguintes professores: o coronel Oswaldo Ferraro de Carvalho ministrou técnica de censura; o censor Coriolano Fagundes, direito aplicado; e a atriz Sylvia Orthof, teatro. Em 1976, a professora de técnica e censura de teatro foi Maria Clara Machado e, no ano seguinte, professores da Universidade de Brasília ministraram também disciplinas para os censores. O exercício de ter docentes vindos de órgãos de Inteligência do Exército, representantes da censura e membros das universidades e do campo das artes foi uma prática constante. Para se prepararem melhor, como “mestres do ato censório”, os censores Coriolano Fagundes e José Vieira Madeira, também jornalista, cursaram, em 1967, a cadeira de censura cinematográfica com o professor Eidemar Massoti, na Universidade Católica de Minas Gerais.

De acordo com as ponderações de Coriolano Fagundes, estes professores não atuavam ali por convivência com a censura. Vinham

*(...) com a esperança de uma censura mais arejada, mais bem-preparada, mais conhecedora do teatro. Vinham com o intuito de obter censores mais preparados para o exercício. A censura se consolidou como um órgão que zelava pelo bem-estar do menor, pela moral política e intelectual. Seu início tem esse objetivo. A situação nova se constituiu no governo pós-1964, quando determinaram que ela voltasse para as características exercidas durante o governo de Vargas, no Estado Novo. A censura funcionou até o advento da Nova República, quando os civis recuperaram o poder. Neste momento se extingue a censura à imprensa e o ministro veio com a idéia de extinguir a censura. E, finalmente, decretou-se uma lei que extingue o cargo de censor federal.*

As demandas de legislação, fundamentais para o embasamento dos pareceres censórios, receberam sempre especial atenção no curso na ANP. Em 1971, o censor Rogério Nunes proferiu este curso, antes oferecido tanto por Coriolano Fagundes como pelo chefe do Sigab (órgão responsável pela censura à imprensa), Hélio R. Damaso Segundo.

Se, por um lado, nota-se essa preocupação formadora do censor como um técnico, por outro, a capa de defensora da moralidade e dos bons costumes de que a censura se investia teve um grande baque no início de 1967. O processo, que se alastrou por todo o ano seguinte, envolvia o então chefe do Serviço de Censura, Antônio Romero Lago. Numa demonstração do descompasso entre os servidores e os cidadãos, Lago foi acusado de usar nome falso e de assassinato.

Figuras edificadas como chistosas, sublinhando uma falta de preparo cultural para o cargo, os censores, durante o processo de abertura política, perceberam a marca da *pecha* que adquiriram. Assim, quando, em fevereiro de 1989, estabeleceu-se a extinção do cargo de censor, cerca de 220 técnicos de censura ainda estavam na ativa, espalhados por todos os cantos do país. Do dia para a noite, não tinham mais função nem espaço físico nos prédios do DPF. “Sentamos nos corredores”, lembra-se *Carolina*<sup>9</sup> – censora carioca desde 1972, aposentada em 1995. Onde realocar esses funcionários federais era uma demanda a ser respondida.

A censora *Carolina*, que atuou no Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP) do Rio de Janeiro, tem certeza de que os versos “você não gosta de mim / mas sua filha gosta” na letra de *Jorge Maravilha* são uma mensagem aos censores. Já a censora *Margarida* rememorou que, ao receberem as letras das músicas, ela e seus colegas de ofício cantavam alto uns para os outros, tentando adivinhar qualquer segunda intenção. Meio improvisada e com pouca estrutura, a prática na censura era a seguinte: ao chegar uma letra de autoria de Chico Buarque, por exemplo, os censores eram taxativos: carimbavam como interditada.

Para driblar esse esquema, iniciado a partir da gravação de *Apesar de você* (interpretada pelas autoridades como uma ofensa ao presidente Médici), e depois de se ver cerceado pelas proibições a *Calabar*, o compositor cunhou um heterônimo batizado de *Julinho da Adelaide*, filho da favelada Adelaide de Oliveira. A estratégia deu resultado e músicas como *Acorda amor*, *Jorge Maravilha* e *Milagre brasileiro* passaram sem grandes problemas pelo “pente-fino”, como também o livro *Fazenda-modelo*, recebido com reservas por parte da crítica. A ousadia continuou e *Julinho da Adelaide* concedeu, em setembro de 1974, uma entrevista ao jornalista Mário Prata, publicada no *Última Hora*.

De forma oficial, foi só em 1/4/1975 que o chefe do Serviço de Censura na Guanabara, Wilson Queiroz Garcia, um ex-jornalista, notificou internamente que Chico Buarque de

Hollanda estava sob censura. Cinco anos depois, no início de janeiro de 1980, o recém-instalado e de pouca duração Conselho Superior de Censura (CSC) findava uma proibição de quase uma década: os maiores de 14 anos já poderiam assistir, sem cortes, ao musical *Calabar*, cinco vezes proibido pelo general Antônio Bandeira, diretor-geral do DPF nos anos 1970.

O medo de que Brasília – personificada na figura de Bandeira – não gostasse de qualquer liberação aterrorizou os censores. O jornalista Raimundo Pereira, à época no *Opinião*, lembrou que

*(...) um funcionário da censura do Rio [ameaçou] impedir a saída de uma edição do [jornal] porque nós havíamos acrescentado o nome do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, a [um] trecho de uma matéria já censurada em Brasília. A justificativa do censor foi a de que a censura ao jornal havia sido deslocada para a agência de Brasília porque os superiores não gostavam do modo como esta era realizada no Rio, tida como muito flexível. De forma cabal, o censor inquiriu: “vocês não vivem reclamando que eles cortam o nome do Chico Buarque da autoria de uma música? Como vou lá saber se os homens lá em cima não têm implicância com esse tal de Kurt Waldheim?”*

Destaquemos, agora, figuras emblemáticas desse processo, com o intuito de nomear e conhecer os “personagens da censura”. O coronel Moacyr Coelho, diretor-geral do DPF por longos 11 anos, assumiu no governo Geisel (1974-9) e lá permaneceu até o fim da gestão Figueiredo (1979-85). Designou primeiramente para diretor do DCDP Rogério Nunes e, depois, José Vieira Madeira, ambos jornalistas e censores de carreira. Cada um permaneceu no cargo durante um mandato de presidente da República.

O censor e jornalista José Vieira Madeira havia dirigido a censura em São Paulo e foi substituído pela mais famosa censora, Solange Hernandez, a Solange *Tesourinha*. Nos tempos da Nova República, foi Coriolano de Loyola Cabral Fagundes que substituiu *Tesourinha* e tornou-se o penúltimo diretor do DCDP. O que sempre chamou a atenção no labor censório, contudo, foi o pequeno número de censores para o volume monstruoso de tarefas. No interior destas preocupações, em maio de 1970, o *Jornal do Brasil* noticiava que,

*(...) para atender às suas atuais preocupações com a moral pública, o Serviço de Censura Federal precisa de 120 censores com nível universitário e 400 fiscais. Mas só tem 17, sendo quatro emprestados pelo Estado da Guanabara. Em Brasília, centro das decisões, só havia quatro funcionários durante a semana passada. (...) o presidente Médici autorizará a contratação, por sete meses, de 30 censores e 100 fiscais.*

Após quatro anos da instauração da censura prévia, em 1970, é que se realizou o primeiro concurso para técnico de censura – e justamente no governo Geisel, que pregava o fim desta e a abertura política.

O expediente da autocensura – temática das mais espinhosas, verdadeiro tabu para a maioria dos jornalistas – nas redações e demais meios de comunicação auxilia na compreensão do por que do número reduzido de censores. Mais no reino da ilusão do que propriamente na narrativa dos fatos, o antigo secretário de redação do *JB*, Martins Alonso, declarou romanticamente que o fantasma da autocensura, que rondava as redações durante as crises políticas, era exorcizado sempre com repugnância. A autocensura era repelida como um insulto pela própria direção dos jornais, bem como uma ofensa ao espírito.

Como contraponto a esta sentença de Alonso, valem as ponderações de Cláudio Abramo. Compreender as regras vigentes no interior das redações da grande imprensa permite melhor pontuar o território. Na percepção lúcida e ferina de Abramo, nas redações não há lugar para lideranças; os donos dos jornais não sabem lidar com jornalistas influentes, que, muitas vezes, chocam-se com as diretrizes do comando: o jornalista tem ali uma função, mas “ficou forte, eles eliminam”.<sup>10</sup> Assim, quase todas as grandes redações foram reformuladas durante o governo Geisel, cujo ministro da Justiça, Armando Falcão, propagou o fim da censura. Entre os expurgos: Mino Carta deixou a *Veja* em 1976, Cláudio Abramo foi retirado da *Folha de S. Paulo* em setembro de 1977. Um pouco antes, em 1973, ainda no fim do governo Médici, transformações se deram no *JB*: Alberto Dines, depois de 12 anos na casa, foi sumariamente afastado, três anos depois do estabelecimento do “controle de qualidade” no jornal.

Além de seu caráter espúrio, o exercício censório deixava marcas que só apareciam com o tempo: empobrecia intelectualmente os repórteres e estrangulava a criatividade nas redações. Acerca destas “dificuldades” – autocensura e pequeno número de censores –, a reflexão se centra a seguir. A necessidade de descrever e instruir sobre como censurar, arrolando as “normas de agir”, induziu outros três censores a compor e publicar trabalhos tentando decifrar os meandros da Censura.<sup>11</sup>

Em livro de pouca relevância, Selma Chaves expressa os vínculos construídos durante sua carreira. Censora da geração do início dos anos 1960, dirigiu o Serviço de Censura, no Rio, quando Solange Hernandez era a diretora do DCDP. Paralelamente a estas demandas, mas em um momento de abertura, em São Paulo houve um grande debate. Veio a público durante um simpósio sobre censura, dentro das discussões pós-anistia, a tese de doutoramento em Sociologia de uma censora na ativa, tendo como temática o seu ofício. Já a avaliação de Coriolano de Loyola Cabral Fagundes é uma análise ampliada, no tempo e no espaço, da temática da Censura.<sup>12</sup>

Comentando a trajetória de Queiroz Garcia, é forçoso perceber que este censor-jornalista assumiu um papel de destaque na burocracia censória. Dirigiu o Serviço de Censura no Rio de Janeiro de 1974 a 1977, como também, no âmbito estadual, o órgão que realizou a censura à imprensa. O Sigab era vinculado diretamente ao gabinete do ministro da Justiça e possuía agências em todos os estados da federação. Mais que isso, na multiplicidade de suas atividades, Queiroz Garcia compunha uma engrenagem que explica por que a censura podia contar com um número reduzido de censores. De forma semelhante às diretrizes da autocensura que a grande imprensa instituiu para si, algumas empresas de comunicação foram além e montaram um aparato paralelo que lhes garantisse não ter problemas com o governo nessa seara. Para tal, por exemplo, Queiroz Garcia expõe o que ocorreu na Rede Globo, substituindo um colega, censor aposentado.<sup>13</sup>

Na sintonia desta diretriz, tem-se o exemplo de Solange Hernandez. Percebe-se a figura marcadamente centralizadora enquanto atuou na direção central do Departamento de Censura, mesmo no que parecia ser o “apagar das luzes do serviço”. É deste período a instituição do Conselho Superior de Censura – órgão entre o DPF e o ministério da Justiça – para rever as decisões do DCDP. A admissão desta instituição de recurso, indicada em lei desde 1968, vislumbrava um diálogo entre Estado e sociedade. Por outro lado, neste mesmo momento, os relatórios mensais de atividades dos censores, exigidos por *Tesourinha*, eram extremamente rigorosos, direcionando para uma atividade censória ativa e afluindo qualquer conversa possível.

Exemplificando essa esquizofrenia, um dos grandes embates deste período, contudo, foi o que se deu ante a proibição ou não do filme *Pra frente, Brasil*, de Roberto Farias. A narrativa visitaria, pela primeira vez, os duros momentos de luta armada no Brasil do início da década de 1970, com direito, também, a cenas de tortura explícita. Analisado por três censores, como de praxe (sendo um deles Coriolano Fagundes), foi liberado, mas pareceres sumiram do processo, censores foram punidos por suas atitudes e a película só foi autorizada a estar nas salas de cinema brasileiras após a Copa do Mundo de Futebol de 1982.

A disputa ali abarcou duas alas de censores: os mais liberais, ligados a Coriolano Fagundes; e os mais radicais, ligados à diretora da censura. Em agosto de 1982, Solange Hernandez declarou à imprensa que havia retirado os pareceres de dentro do processo e justificou sua atitude afirmando preocupar-se com a saúde mental da população. Sintonizada aos temores do ex-ministro Falcão, também ela se sentia no dever de poupar o outro da “tentação de ver”. Nas ponderações posteriores de Coriolano Fagundes,

(...) muitos desses filmes chegavam com advertências da Comunidade de Informações insinuando que deviam ser proibidos. Quem era ligado a este setor, como a censura, se sujeitava. Era como uma hierarquia superior, tipo uma Gestapo, que falava, e a outra estremecia até as bases.

*Pra Frente, Brasil* foi um desses filmes que vieram com a carta marcada para morrer. Aí eu fui ver o processo – Roberto Farias era meu amigo, meu conhecido, falou comigo do filme, e eu fui examinar. (...) Notei que faltava um parecer. O filme estava liberado por uma maioria, [não podia ser] interditado.

A minha função era examinar o conteúdo moral e político das criações das produções. Eu tenho que censurar, eventualmente até condenar a criação intelectual, mas eu não tenho que julgar o homem. As suas tendências políticas e sexuais, isso não é problema meu, é do autor.

Seis anos após este fato, o fim da censura foi decretado pela Constituição de 1988, ato jurídico que não refletiu necessariamente o término desta prática, já que o acordo, *camaleonicamente*, adaptou-se, e o ato censório se enquadrou. Havia sido sempre um serviço que demonstrou sua precariedade burocrática, pelo pouco número de censores ante o volume de trabalho: os temores dos anos 1970, de provocar a ira do general Bandeira, por exemplo, estavam bem distantes do sentimento de *persona non grata* que os censores foram adquirindo no final da década de 1980.

O conceito de um *camaleão* que se adapta às circunstâncias é muito pertinente para este e, também, para outros momentos da história do Brasil. Nas reflexões de Bernardo Kucinski sobre esse instante – que se completam com as de Elio Gaspari, que cunhou e conceitualizou o termo<sup>14</sup> –, as elites brasileiras souberam se moldar e se adaptar ao processo de abertura para continuar no poder. Assim, o autor entrelaça o processo de distensão às pressões por um desenvolvimento econômico que necessitava de liberdade política.

Os censores, entretanto, não esperaram que alguém definisse o término de suas atividades: antes que o “enfim, acabou” fosse decretado e que, como uma corporação, perdessem alguma vantagem funcional, resolveram agir. O objetivo desse grupo era manter o DCDP subordinado ao DPF, contra a vontade do penúltimo chefe da censura e censor de carreira, Coriolano Fagundes, ou, caso o órgão controlador da censura deixasse de existir, que eles permanecessem funcionários do DPF.

O receio era que perdessem as vantagens financeiras que a função lhes garantia, já que o censor federal não era apenas funcionário público: como policial federal, tinha um *status* comparável ao dos funcionários da Receita Federal e do Corpo Diplomático, e a perda de gratificações pela função policial poderia reduzir à metade seus salários: Cz\$ 18 mil, em média, podendo chegar até Cz\$ 40 mil.<sup>15</sup>

Para permanecer nesse lugar, em 17/9/1986, fundaram a Associação Nacional dos Censores Federais (Anacen), à qual competia “representar seus associados, em juízo ou

fora dele, para a defesa dos direitos e interesses gerais da classe, quer sejam eles coletivos ou individuais”. Era uma resposta às novas diretrizes e pessoas que comandavam o Serviço de Censura a partir da Nova República.

Pouco tempo depois, em janeiro de 1987, deu-se a primeira vitória da “linha-dura” da censura (Coriolano Fagundes foi exonerado) que, assim, recebia o apoio do diretor-geral da PF, Romeu Tuma, e do ministro da Justiça, Paulo Brossard. Buscando garantir, pela lei e pelo *lobby* político, sua manutenção dentro do *máscara negra*, o prédio sede do DPF, o último diretor do DCDP, o censor de carreira Eustáquio Mesquita, declarava que “ser censor nos realiza”.

O primeiro presidente da Anacen, o censor Arésio Teixeira, era vinculado à “dona da tesoura” do Serviço de Censura em São Paulo quando Armando Falcão foi ministro da Justiça do governo Geisel; *Tesourinha* foi também diretora de Censura de 1981 a 1985, na gestão do ministro da Justiça Ibrahim Abi-Ackel, no governo do general João Figueiredo.

Solange Hernandez, historiadora diplomada pela USP, era a legítima representante da “linha-dura”; à frente do DCDP, desaprovou 2.517 letras de música, 173 filmes inteiros, 42 peças de teatro e 87 capítulos de novelas. Imaginada de maneira jocosa pelo músico Leo Jaime, a censora tornou-se símbolo de uma interdição estatal conservadora, arcaica e, principalmente, violenta.

*Tesourinha* e seu grupo demonstraram sua força, influência e poder, além de uma cultura política intervencionista e autoritária, interiorizada na mentalidade de uma boa parte da população que dizia “não” aos que queriam suprimir o “não”. Como um grito para romper as camadas de tantas negativas, Leo Jaime “homenageou” Solange esbravejando:

Eu tinha tanto pra te dizer  
Metade eu tive que esquecer  
E, quando eu tento escrever,  
Sua imagem vem me interromper (...)  
Eu penso que vai tudo bem  
E você vem me reprovar (...)  
Seu nome está em cada lugar (...)  
Você é bem capaz de achar  
Que o que eu mais gosto de fazer  
Talvez só dê pra liberar  
Com cortes pra depois do altar.  
É claro que a música foi censurada.

Almejando alterar este panorama, o deputado federal Fernando Lyra (na condição de ministro da Justiça convidado por Tancredo Neves e que permaneceu no governo Sarney por menos de um ano – de março de 1985 a fevereiro de 1986) teatralizou o fim da censura

em um decreto de cima para baixo. Mas muitos, ao que parece, ainda precisavam dela: em 1986, as 40 mil assinaturas que, na cidade de Fortaleza, engajaram-se nessa *luta* convocavam “uma Nova República liberal, não libertina”. Havia, portanto, um descompasso entre discurso e prática, como demonstrou este abaixo-assinado da “Campanha nacional contra o erotismo e a pornografia instalada nos comerciais e novelas exibidos na TV”.

Imbuído do espírito de transformação, o ministro Lyra procurou dismantlar a máquina censória, ao nomear para o DCDP um censor de primeira hora, que substituiria a irascível Solange Hernandez. Ao nomear Coriolano Fagundes, o intuito de Lyra era extinguir a divisão. Fagundes recordou que Lyra o chamou porque procurava, segundo ele, “um censor liberal, um censor que não tivesse muito comprometimento com a administração ligada ao governo militar”. Teriam sido os próprios veículos de comunicação que o indicaram. Segundo o censor, sua posição era muito cômoda, já que a administração lhe havia aplicado punições brandas, quando concedeu entrevistas durante o período militar. Ao *Jornal do Brasil* declarou ser contra a censura à imprensa e, como punição, foi transferido para a Academia de Polícia, onde não tinha nada que fazer.

Mesmo se opondo à intervenção censória em jornais e revistas, Coriolano Fagundes atuou nesta área em 1973. Novamente, foram as relações pessoais que o levaram a esta ação: teria sido indicado pelo coronel Antonio Lepiane – superintendente do DPF em São Paulo e, anteriormente, comandante do Quartel de Quitaúna, onde Carlos Lamarca serviu e de onde retirou armamentos.

Transferido de Brasília para São Paulo – por vontade própria, segundo relatou –, atuou no jornal *O Estado de S. Paulo*. A ação censória esteve no *Estadão* por mais de seis anos e, no discurso dos donos do jornal, a estratégia de preencher o espaço reprovado não com outras matérias, mas com poemas e receitas, era uma tentativa de denunciar ao público leitor que o periódico estava sob censura prévia. Delimitando o alcance desta estratégia, Oliveiros S. Ferreira lembrou que eram freqüentes as ligações dos leitores para o jornal queixando-se de que as receitas culinárias (publicadas, muitas vezes, na primeira página) não davam certo. Para Coriolano Fagundes, a tática de utilizar as receitas e os poemas era, na visão da censura, uma permissão ao jornal.

*No próprio jornal, o censor dizia o que podia sair ou não. E tinha que relatar para o Sigab as proibições. O Sigab recebia da Comunidade de Informações avisos sobre as matérias jornalísticas que cada jornal iria noticiar. Porque, no meio jornalístico, existia muito dedo-duro. Muito informante, de dentro do jornal, ligava para o Sigab, para contar.*

Coriolano Fagundes, entretanto, fez questão de pontuar que, diferentemente de Solange Hernandez, não pertenceu ao seletor grupo que compôs o Sigab.

*Não fui para fazer Sigab. Quando eu estive no Sigab, o coronel Lepiane foi uma prova de fogo para mim. Saiu um censor que precisava de férias e ele me chamou e disse: “Coriolano, eu quero que você assuma o lugar desse censor”.*

*Eu já estava meio escaldado e disse ao coronel que havia declarado ser contra a censura à imprensa. “Mas estou em um órgão e existe hierarquia e disciplina. Se o senhor me obrigar a fazer a censura, eu vou ter que fazer.” O próprio coronel Lepiane declarou-se aliviado, pois, “se você se negasse eu ia puni-lo”. Era para ficar por uma semana e permaneci três meses.*

Este fato ocorreu em 1973; 13 anos depois, quando o ministro Lyra o convidou para assumir, em um momento em que o governo queria acabar com a censura, a

*(...) minha posição, a minha oportunidade era muito boa, muito fácil. Porque naquela época eu acreditava que a extinção da censura era dar um passo à frente para a democracia. Então, fui fazer algo em que acreditava. Tinha esperança na extinção da censura, na modernização política do país.*

*Nos 13 anos que separam essas duas situações, Solange Hernandez assumiu o controle da censura, em uma situação completamente diferente, durante o governo Geisel. Ela tinha que apresentar serviços em termos de um rigor censório e repressão na produção cultural. O meu momento foi muito melhor, mais simpático.*

Ao ser nomeado por Fernando Lyra, para

*(...) preparar o caminho, interna e externamente, para a extinção da censura. Fui autorizado a falar com a imprensa, o que os diretores da censura anteriores eram proibidos. Além disso, me deu um gabinete no Ministério da Justiça e longe do DPF.*

O edifício do DPF, construído na gestão do ministro da Justiça Armando Falcão, no governo Geisel, tem uma arquitetura que lembra muito a figura dos *meganhas* – policiais de óculos *ray-ban*, tipos truculentos e cruéis que andavam em furgões C-14 ou nas populares Veraneios, automóveis típicos dos anos 1970, em vidro fumê preto – não se sabe o que acontecia lá dentro, enquanto *elas*, de lá, viam tudo o que se passava aqui fora, protegidos na escuridão. Estar fora do “máscara negra” significava que Coriolano Fagundes foi o diretor de censura escolhido pelo ministro à revelia da administração da Polícia Federal: “Acho que o ministro, antevedendo as dificuldades internas que criou para mim, me deu um gabinete próximo ao dele, no Ministério da Justiça”.

Implementando as propostas de Lyra, desarticulou o órgão revisor censório, o Conselho Superior de Censura,

*Que, por vezes, queria ser mais rigoroso que a censura. Trabalhava sintonizado com a Solange, por exemplo. Então, eu passei a resolver tudo em primeira instância, no meu nível, e com isso o Conselho foi totalmente esvaziado.*

*Os processos eram liberados por mim e depois passavam pelo ministro. O que alguns censores queriam interditar, eu colocava em revisão e acabávamos aprovando.*

*Então, eu fiquei entre dois fogos: o da administração do DPF, que não gostava de mim, porque eu era liberal, ia contra as convicções da maioria e fui nomeado à sua revelia; e, do outro lado, o Conselho Superior de Censura pressionando, que se sentia esvaziado.*

Tais trincheiras deporiam o diretor da censura, como também o ministro da Justiça. Nesta perspectiva, e reforçando uma idéia de expurgar antigas chancelas, alterava-se uma tradição de generais e coronéis no comando do DPF. Assim, foi o presidente José Sarney, e não o ministro Lyra, que nomeou, em janeiro de 1986, o delegado federal Romeu Tuma para o cargo. Mesmo sendo um civil no posto, a vinculação de Tuma com a repressão era conhecida. No primeiro grupo de ministros selecionados por Tancredo Neves, o designado para o DPF havia sido o coronel, já então na reserva, Luís Alencar Araripe. Ligado à Comunidade de Informações, não assinalava nenhuma mudança na esfera do DPF. Já a substituição por Tuma era uma *troca sem mudança*, mesmo tipo de alteração de forma e não de conteúdo que marcou o governo Sarney. Assim, se Lyra declarou o fim da censura, o presidente assegurou a proibição de *Je vous salue, Marie*.

Escritas no *calor da hora*, as reflexões de Annie Goldmann mostram a percepção de que o “perfume de escândalo” que centrou o lançamento do filme de Godard “escureceu seu verdadeiro significado”. No entender da autora, o grande *élan* da película é trazer para o contemporâneo o mistério da natividade de Jesus, respeitando a modernidade do tempo vivido no presente.

De todo esse panorama, um dado é claro: desde a posse de Sarney, em março de 1985, até o início de 1987, a Nova República continuou utilizando o expediente dos atos censórios. Conforme os dados do DCDP, foram 25 letras de música cortadas e terminantemente vetadas. Novelas e textos teatrais também tiveram cenas suprimidas, e o conjunto de censores, que era de 150 técnicos, aumentou para 220, já que houve um concurso de admissão em 1986.

Sempre apartando diversão e bons costumes das questões políticas, o diretor do DCDP, Coriolano Fagundes, ao justificar a permanência de “pequenas censuras”, sublinhou que estas não eram ligadas ao segundo ponto. O importante a concluir, entretanto, é que essa manutenção do ato censório demonstrava o peso de uma tradição, de uma burocracia e, principalmente, de vozes conservadoras que o mapeamento desse quadro expõe.

No descompasso entre muitos anseios e aspirações e as ações, a Nova República despontava com reformas, a mais importante delas realizada por uma Assembléia Nacional Constituinte. No embate entre reformular o legislativo e retirar os rastros do “entulho autoritário”, a nova Carta, marcada pelo título de *Constituição cidadã*, definiu, na área dos direitos individuais, atribuir ao Serviço de Censura um caráter classificatório e indicativo.

Semente plantada pelo ministro Lyra no período em que esteve à frente da pasta da Justiça e auxiliado pelo chefe da censura de então, Coriolano Fagundes, o projeto de lei que transformava o Serviço de Censura em Serviço de Classificação de Espetáculos, subordinado diretamente ao gabinete do ministro, foi engavetado por seu sucessor, Paulo Brossard. Sintonizada com uma legislação extremamente avançada, a proposta de Lyra e Fagundes deixaria a cargo do Estado apontar o melhor horário e a faixa etária mais conveniente para a exibição dos programas. Muitos achavam que essa idéia, incorporada às diretrizes da Constituinte, não vingaria. Mas, em 5/10/1988, a Carta revelava que:

Art. 220: A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social (...).

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao poder público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente. (...)

§ 6º A publicação de veículo impresso de comunicação independe de licença de autoridade.

Radicalmente diferente do homem que se definiu como um “democrata liberal, civil e civilista”, e longe da “tesoura da censura” desde 1988, Coriolano Fagundes acompanhou a distância os últimos suspiros do órgão estatal. Contemporâneo do fim dos procedimentos regulados do acesso à informação financiados pelo Estado, sua visão de mundo estaria em descompasso com a atuação que teve à frente do DCDP.

Suas declarações, em meados da década de 1990, apontavam para radicalizações. “Tenho uma nova ordem de valores”, relatava Fagundes, que se tornou pastor da igreja

Assembléia de Deus. Não assiste à televisão, que considera “obra do maligno”, e deixou de frequentar cinemas. Não vê nem mesmo os telejornais: “As cenas picantes nos intervalos deterioraram a programação”, critica.

O ex-censor e atual pastor Fagundes assinou o último ato de censura no país: a proibição do filme *Je vous salue, Marie*, em 1986. “Na época, assinei o ato interdatório contra a minha vontade. Hoje o faria com a maior tranquilidade”, diz o ex-censor, que anda de Bíblia na mão. Na sua opinião, nem um departamento de censura nem a Justiça podem dar jeito na bagunça. “Não bastam soluções humanas, que são todas paliativas”, discursa o pastor. “Para barrar a caminhada pervertida da humanidade, só resta Jesus Cristo”.

Nas reflexões de Fagundes,

*(...) censurado é um termo mais abrangente do que ser proibido. Por exemplo, você tem uma cena, que você manda excluir: este filme está censurado, embora ele seja liberado. Não vai ver esse filme de versão integral no país. Então, o último proibido integralmente, eu acredito que foi o Je vous salue, Marie.*

*(...) O presidente começou a pressionar. Inclusive eu dei para a imprensa que foi com tristeza, sob pressão foi vetado, o próprio ministro Fernando Lyra não queria, tanto que ele renunciou, entre outros motivos, este também. (...) O ato proibitório foi meu, mas o autor intelectual foi o presidente Sarney.*

*[Mas] hoje [eu sou] censor de novo (...) e muito mais rigoroso que eu fui. (...) Eu [não concordo apenas] com a censura à imprensa escrita, pois [esta] tem o direito de publicar tudo que quiser. [Até porque] no nosso país deve ter 50% de analfabetos, então esse grande contingente da nossa população já está privado de ler.*

Assincrônico no depoimento de 1996 em relação ao ato de sua gestão que findou a censura, Coriolano Fagundes é lembrado por seus companheiros como o que participou do fim do cargo de censor pela Constituição de 1988. Durante sua existência, os três maiores grupos de censores estavam no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Na pluralidade de perfis, colhi depoimentos em que ex-censores redesenham, no contemporâneo, suas memórias. Assim, “depois de ficar um ano *pirada* por trabalhar na censura, resolvi que poderia ajudar estando do lado de cá e evitando absurdos e cortes”. Já que os censores eram um gueto dentro da PF, policiais que queriam ser intelectuais, a Constituição de 1988 os cobriu de *pechas*.

Com o término da censura subvencionada pelo Estado, os censores foram deslocados para outras áreas da PF: Polícia Marítima, Segurança Bancária, Departamento Pessoal, Administrativo, Comunicação Social, etc. *Margarida* foi trabalhar na Corregedoria de Polícia e muitos dos censores/jornalistas foram transferidos para a Assessoria de Impren-

sa. Em fins da década de 1990, dos 220 censores que existiram, 116 estavam na ativa e foram elevados à categoria de delegado. Dos 104 aposentados, 36 eram advogados e 71 não tinham nenhuma formação jurídica.

Não objetivando abandonar a proteção e as benesses de ser um funcionário dos quadros da DPF, atingiram o cargo máximo na hierarquia, em 1998, dez anos depois que a Constituição brasileira revogou a censura, quando um projeto de lei foi aprovado na Câmara. Desde a redemocratização do Brasil, eles não exercem mais suas funções de vetar matérias jornalísticas, proibir livros, determinar quais músicas podem ser ouvidas ou que filmes poderiam ou não ser assistidos. Passaram a ocupar cargos burocráticos em assessoria de imprensa ou em delegacias da Polícia Federal, recebendo salários de R\$ 3,3 mil a R\$ 4,6 mil.

De tal modo, mais uma vez, vencia a “linha-dura” representada por Solange Hernandez e os afiliados à Anacen. A entidade deveria lutar por manter os censores dentro do *máscara negra*. E, mesmo com os novos ares do país, esses técnicos/policiais/intelectuais lá ficaram: eram os “restos” de uma velha ordem, moldados *camaleonicamente* para perder anéis – mas não dedos.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

#### Notas

\* Bolsista recém-doutor, pelo CNPq, junto ao Cemi/Unicamp. Autora de *Cães de guarda: jornalistas e censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

<sup>1</sup> A censura de Sarney. *Veja*, pp. 60-62, 12 fev. 1986.

<sup>2</sup> Entrevista concedida à autora, em Brasília, 17 ago. 1998.

<sup>3</sup> Acerca da questão censória no século XIX, especificamente as atividades do Conservatório Dramático Brasileiro no período de 1830-60, ver: KHÉDE, Sônia Salomão. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981, ensaio que se constitui de duas partes: “a primeira, que é o eixo central, estuda a censura teatral no século XIX (...); a segunda baseia-se em depoimentos prestados por dramaturgos, escritores, críticos e pessoas ligadas à censura nos últimos 17 anos” (p. 15).

<sup>4</sup> Sobre as diferenças, relações e cumplicidades entre intelectuais revolucionários e os *de Estado*, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. “Intelectuais e política nas fronteiras entre reforma e revolução”. In: REIS FILHO, Daniel A. (org.). *Intelectuais, história e política: séculos XIX, XX*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 2000.

<sup>5</sup> SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.

<sup>6</sup> REIS FILHO, *op. cit.*; BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e poder*. São Paulo, Editora da Unesp, 1997.

<sup>7</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9 ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

<sup>8</sup> SIRINELLI, *op. cit.*, p. 245.

<sup>9</sup> Dos 11 censores entrevistados, apenas dois autorizaram a divulgação de seus nomes. Os demais são identificados por pseudônimos.

<sup>10</sup> ABRAMO, Cláudio. *A regra do jogo: o jornalismo e a ética do marceneiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

<sup>11</sup> RODRIGUES, Carlos; MONTEIRO, Vicente Alencar e QUEIROZ GARCIA, Wilson. *Censura federal: leis, decretos-lei, decretos e regulamentos*. Brasília, C.R. Editora, 1971. Tido como a “bíblia” dos censores, foi-me presenteado pela censora paulista *Margarida* (apelido atribuído a pedido). Esta compilação de legislação, realizada para ordenar um serviço, embasava os pareceres. Os três autores eram censores e jornalistas, dos quais entrevistei o único vivo, Queiroz Garcia.

<sup>12</sup> Vale destacar que tanto Coriolano Fagundes, em Brasília, como Selma Chaves, no Rio, e Sheila Feres, no interior do estado de São Paulo, receberam-me e concederam-me depoimentos. As duas censoras, entretanto, solicitaram-me o uso de pseudônimos, prática também demandada por Wilson de Queiroz Garcia – o único dos três autores da “bíblia” ainda vivo por ocasião da elaboração desta pesquisa. Para respeitar tal pedido, estabeleci a seguinte estratégia: quando utilizo seus depoimentos orais, cito seus “codinomes”; quando me refiro às suas produções, como agora, eles são nomeados.

<sup>13</sup> Localizei essa estrutura em duas organizações: na Rede Globo e na Editora Abril. Coriolano Fagundes (que, além de censor, também era professor de reciclagem e especialização dos censores na ANP) lembrou que “o professor”, título de Waldemar de Souza – funcionário da Editora Abril e que ministrou curso aos censores – fazia uma linha-dura radical de combate às idéias comunistas, sendo, por vezes, mais rígido que os próprios censores.

<sup>14</sup> GASPARI, Elio; VENTURA, Zuenir e HOLLANDA, Heloisa B. de. *70/80 cultura em trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, 2000.

<sup>15</sup> Em janeiro de 1987, o salário mínimo valia Cz\$ 964,80 (novecentos e sessenta e quatro cruzados e oitenta centavos). Os censores, portanto, recebiam de 18,65 a 41,45 salários mínimos. Atualmente, ninguém pode ganhar mais que o presidente da República, que recebe um pouco mais R\$ 12 mil. Alguns censores que entrevistei esbravejaram, já que poderiam ter salários (na ativa ou aposentados) de até R\$ 20 mil, cerca de 111 vezes o salário mínimo (que, em outubro de 2001, era de R\$ 180,00), mas têm de se contentar com o teto máximo permitido.

## LAERTE ENCONTRA HENFIL (QUEDA E ASCENSÃO DAS DITADURAS)\*

Marcos Silva\*\*

### Resumo

Este artigo discute a história em quadrinhos *A queda dos países do leste*, de Laerte. Este artista homenageia Henfil e analisa aquele tema através de aspectos da sociedade brasileira do fim da ditadura militar. A narrativa de Laerte permite entender como autoritarismo, miséria e violência são faces de um mundo que muda para ficar igual. O fim da ditadura aparece como continuidade.

### Palavras-chave

Laerte; Henfil; quadrinhos brasileiros; ditadura militar; Brasil (1990).

### Abstract

*This article discusses the fall of east countries, a comics by Laerte. This artist does honor to Henfil and analyses that subject through aspects of Brazilian society in the course of the end of military dictatorship. Laerte's narrative enables us to understand how authoritarianism, misery and violence are sides of a world that changes to stay the same. The end of dictatorship arises as continuity.*

### Key-words

*Laerte; Henfil; Brazilian comics; military dictatorship; Brazil (1990).*

*“Ride, Ridentes!  
Derride, Derridentes!”*  
(Vladimir Khlébnikov, “Encantação pelo riso”,  
Trad. Haroldo de Campos)

Na capa interna do n. 5 da revista *Piratas do Tietê*, Laerte, seu autor, desenhou-se no ato de “incorporar” Henfil: um canto de sala com instrumentos ligados à atividade de desenhar (mesa técnica, esquadro e régua na parede, luminária), configurado com detalhes de perspectiva e sombra, é invadido pelo espírito do humorista mineiro, guia físico das mãos do outro artista, espalhando um traço de tinta descontrolado, que sai da folha, passa pela própria mesa e ocupa boa parte da parede. Nesse vôo, o corpo de Laerte derruba estante baixa, com papéis, tintas e canetas. O descontrole do traço teve por contrapartida o largo riso do fantasmagórico Henfil.<sup>1</sup>

Esse desenho anunciou a narrativa *A queda dos países do leste*, divulgada naquela edição da revista, exercício de criação de Laerte a partir de traços estilísticos de Henfil, abordando um tema daquele momento: o fim do bloco soviético e de seu suposto socialismo.

*Em A queda dos países do leste, a idéia era brincar com o modo de fazer do Henfil. Aconteceu uma coisa meio engraçada mesmo, porque eu assumi esse modo de fazer, de um jeito meio sério. Foi muito estranho, uma experiência pessoalmente estranha. Eu me via tendo idéias como se não fosse eu. Aí, eu entendi algumas coisas do sistema do Henfil – não é que eu nunca tivesse entendido, mas é diferente quando você pratica como uma arte marcial: eu aprendi os golpes dele. Por que eu não poderia continuar a fazer coisas assim? Porque também eu não reconheci naquilo a minha maneira pessoal mais cara de tratar o assunto.<sup>2</sup>*

A revista era integralmente produzida por Laerte, que evocou, a respeito dessa experiência:

*Tive a revista autoral Piratas do Tietê. Não está mais saindo nem vejo possibilidades. Uma revista autoral, de um cara só, não vejo mais possibilidade. Ninguém faz isso no mundo inteiro, porque é completamente enlouquecedor; você faz quatro ou cinco números e não consegue mais fazer nada com qualidade, que começa a cair muito. Então, a idéia é de fazer livros, álbuns, até idéias inéditas ainda me animam, acho que ainda vai dar, não estou com muito tempo, mas é uma coisa possível. Agora, fazer revista periódica é completamente impossível. Não dá mesmo.*

No próprio editorial daquele número de *Piratas do Tietê*, batizado de “Carta à mãe” – quase o mesmo título de Henfil para colunas de *IstoÉ*, depois reunidas em livro<sup>3</sup> –, Laerte

recordou o convívio com o outro humorista, indicando as polêmicas do autor dos *Fradim*, que “tinham um toque de provocação criativa (...), mesmo quando eram ranzinzas”, e concluiu: “Talvez seja essa a dificuldade entre nós: como defender posições sem ser ranzinza? E evitar a tentação de abandonar toda e qualquer posição?”.<sup>4</sup>

Um tenso afeto ilumina as duas perguntas, sublinhando os riscos e prazeres de ser ranzinza no assumir posições e de “abandonar toda e qualquer posição”, antítese do mais que explícito engajamento político de Henfil e, também, índice de uma historicidade do final do século XX, que não permitiria a este artista sequer se manter igual a si mesmo naquelas atitudes:

*Henfil falava sobre o caráter quase artesanal do trabalho do humorista e do controle sobre o produto, o desejo de que seus personagens não virassem algo parecido com os do Schulz (Charlie Brown e outros). Se estivesse vivo, sofreria uma grande decepção com tudo. Quando ele morreu, já estava muito amargo e negativista em relação a tudo, ao jeito que o Brasil estava indo, ao jeito que os humoristas estavam, segundo ele, entregando o ouro, entregando a rapadura, e em relação ao povo também, ele estava achando que era um povo de bundões, que não sabiam sequer votar. Ele estava bem amargo...*

O respeitoso cuidado de Laerte na paráfrase de Henfil vai do traço ao ritmo narrativo (cada etapa em, no máximo, três páginas, cortes bruscos), passando pelo tipo de letra em títulos e pelo estilo dos curtos diálogos. Há, também, o trabalho com uma tensão temática que escancara determinadas questões sociais, sem aderir a qualquer pieguismo. Esta homenagem convida a pensar sobre dimensões de tradição humorística no Brasil, que não se restringem a uma obra individual e percorrem diferentes estilos de crítica no “defender posições”.

*A gente trabalhou muito junto. Muito no sentido mais de intensidade do que tempo expandido. A gente ficou pouco tempo, foi um ano ou menos de um ano que a gente fez o trabalho na casa do Henfil. Foi muito intenso por que ele era uma pessoa muito intensa e acho que o que eu aprendi, aprendi mesmo. Coisas como essa vieram na discussão de um programa de televisão, nada dessas idéias se perdia para o Henfil. O programa de televisão que a gente estava pensando em fazer no coletivo não deu certo, mas as idéias daquele programa, de alguma forma, estavam presentes também no “TV Homem”, que a gente gravou durante um tempo, que foi incrível, maravilhoso. E uma das coisas do método dele era usar coisas inusitadas, como desmistificar as grandes conquistas da TV; por exemplo, o fato de ser a cores: ele fazia ficar preto e branco para lembrar às pessoas que o país continuava preto e branco.<sup>5</sup>*

A rememoração de Laerte sobre Henfil e a narrativa que fez em sua homenagem passa, portanto, por uma reavaliação do engajamento e da produção de humor político:

Neste dia de hoje, segunda-feira, 19 de junho de 2000, tem uma minientrevista na Folha Ilustrada com o Ziraldo. O Ziraldo está indo comemorar o aniversário da Bundas. Está girando em torno da idéia da Bundas uma polêmica que é do tempo da morte do Henfil. O próprio Henfil desencadeou uma polêmica dessas com o pessoal da Casseta & Planeta. É quase a mesma polêmica que o Ziraldo (que não compactuava todos os pontos de vista com o Henfil) está agitando com o pessoal da Casseta & Planeta: a idéia de um humor que discute idéias e um humor que está só para avacalhar, despolitizado.

Não sei bem o que dizer sobre isso; acho que existem as duas coisas, elas não se excluem: é possível fazer uma coisa ou fazer outra. Eu, pessoalmente, me sinto dividido ou motivado para ambas as coisas, em diferentes ocasiões.

Charge política, para falar a verdade, eu acho que precisa ser reinventada, talvez. Às vezes, tenho a sensação de que a *charge* política ou o humor político, tal como se tem praticado hoje em dia, está um pouco inócuo. Não acho que se deva parar de fazer isso, muito pelo contrário, mas tenho muitas dúvidas de que tenha alguma eficácia, tanto como humor quanto como arma política. Porque esse tipo de piada se propõe também a ser uma arma política, não só fazer rir como também mudar coisas. Eu acho muito discutível o poder do humor para mudar politicamente realidades. Por muito tempo, ocorreu essa ilusão, se incorreu nessa ilusão por conta de fatores políticos mesmo, dos humoristas estarem incluídos na parte da intelectualidade brasileira que estava envolvida numa luta contra a ditadura. Então, eu acho que rolou muito de confusão aí. Na verdade, eu acho que *charges* não mudam realidades políticas e o humor, de um modo geral, também não muda a realidade política. Acho que as piadas trabalham em cima de territórios já marcados, elas chovem no molhado sempre, elas não regam nada. Essa que é a idéia. São coisas que já estão claras. Elas servem como argamassa, como cimento de grupos que já estão do mesmo lado. Nunca vi, jamais vi uma piada ganhar uma consciência, mudar uma consciência, jamais, em toda a história da humanidade.

Nunca desenhei para folhas editoriais. Até rola esse tipo de tema, mas, para mim, é o limite que eu não quero mais, já passei. Até é uma coisa que me preocupa bastante da minha participação na revista *Bundas*, porque é claramente uma revista editorial, mesmo política. Quase tudo que se põe lá é mirando, de alguma forma, o governo – ou os governos. Eu tenho dificuldade com isso. Mas eu aceito como desafio: estar pensando, tentar maquirar coisas. Para mim, a idéia é sempre alguma coisa como fugir do óbvio, mas, por outro lado, é difícil você fazer uma piada que não fale o óbvio.

No caso da *charge* política, tem que comentar o que está rolando, mesmo. A proposta é fazer um editorial, fazer política. Nesse sentido, eu acho que o Angeli inovou bastante na linguagem das *charges*, de alguma forma, misturou a linguagem dos quadrinhos dele com a linguagem editorial.

Essas considerações revelam a preocupação com a dinâmica do campo humorístico a partir de sua produção, incluindo os riscos de raciocínios excludentes em debates entre humoristas: o humor que discute idéias é politizado, o que avacalha, não – como se avacalhar não pudesse, também, ser modalidade de discutir idéias e se politizar. Fugindo de certo messianismo humorístico próprio do momento ditatorial – que Henfil tão bem representou, sem renunciar a vieses autocríticos sobre funções dos intelectuais na

sociedade –, Laerte insiste sobre um papel modesto do humor na vida social (reforçar posições de grupo, sem chegar a mudá-las), embora seu trabalho com níveis de linguagem humorística faça pensar sobre mudanças na própria realidade do humor, que, afinal, também é face de sociabilidade. Além disso, a produção de Laerte é clara evidência de um humor que faz enxergar a política onde não se espera, alargando, certamente, a percepção de quem acompanha suas imagens e seus textos.

Dênis de Moraes se refere ao trabalho de Laerte com Henfil e outros humoristas, nos anos 70 e 80, na Oboré, uma espécie de cooperativa de jornalistas de esquerda, ligados ao PCB e a setores críticos da Igreja Católica, que oferecia produtos à imprensa sindical, no espaço político do novo sindicalismo que se consolidara a partir dos anos 70. Incluía desenhistas como Nilson, Chico Caruso, Paulo Caruso, Angeli, Jota, Petchó, Milton e Jaime Prates, além daqueles dois. Paralelamente a essa atividade, todos estes artistas trabalhavam na imprensa empresarial. Um posterior desdobramento dessa experiência foi Henfil dividir um apartamento e escritório com Nilson e Glauco, em São Paulo.<sup>6</sup>

Rememorando aquela narrativa, Laerte aborda a dimensão política do trabalho humorístico noutras perspectivas, incluindo o espaço sindical de organização da categoria:

*Eu já fui sindicalizado, mas há muitos anos. Não vejo muita vantagem nessas coisas, ficaram muito confusas a partir de um momento, partidariizou-se muito; especialmente o sindicato dos jornalistas, excessivamente partidariizado. Fiz questão de ficar longe deles. Hoje, não sei, nem sei como está mais. Eu, honestamente, não vejo nenhuma vantagem. Eu dou apoio, vou sempre que for necessário para discutir alguma coisa. Não tenho visto muita discussão. Coisas de elaboração de tabelas, de preços mínimos, participo, dou idéias. A gente é um trabalhador muito especial, especializado, tende a trabalhar sozinho. É difícil de se pensar em termos sindicais. A gente faz parte da categoria dos jornalistas, mas também dos trabalhadores de televisão, de artistas gráficos, vários lugares. Qual é a nossa categoria?*

Essas indagações e mudanças não significam, todavia, um abandono de projetos e percursos anteriores, indicando – isto sim – novas historicidades que um cartunista crítico como Laerte identifica a partir das experiências políticas e sociais em andamento.

*A queda dos países do leste* apresenta uma reportagem de televisão, com o apresentador Bóris Karloy – mescla dos nomes de Bóris Casoy, conhecido jornalista brasileiro, atuante desde os anos 80 na televisão, e Boris Karloff, ator de clássicos do cinema de terror. O título da narrativa ocupa graficamente quase metade da página, funcionando, também, como parte da fala de Karloy: “com vocês nesta que será a primeira transmissão de H Q acompanhando diretamente... A QUEDA DOS PAÍSES DO LESTE!”.

Laerte articula os quadrinhos à televisão e a certa reportagem humorística, outras referências ao trajeto do próprio Henfil, o que transforma a narrativa numa seqüência infinita de vozes parodiadas – Henfil, Casoy, noticiário das agências internacionais, filmes de terror, o próprio Laerte como guia nesse mosaico... Faz parte dessa mistura entre quadrinhos e televisão a advertência do apresentador sobre a “natureza controversa” do que seria mostrado, donde o convite para retirar as crianças da sala – vale lembrar que o programa televisivo de Henfil, “TV Homem”, era transmitido pela manhã e devia contar com um bom público infantil.

Junto com isso, o desenhista transforma os países do leste em paráfrases de estados brasileiros, quer pelos nomes – Sãopauslováquia, Riomênia, Aleminas Oriental, Paranakis-tão, Albahiânia, Santa Catarônia, Hungriande do Sul –, quer pelos temas e personagens abordados, evidenciando que a referida queda é aqui. O desfecho da narrativa, sem identificação de estado ou região, sintetiza o trajeto feito como panorama de Brasil.

Apresentando a Sãopauslováquia, Bóris Karloy aparece desenhado sobre fundo de prédios fabris, com chaminés lançando fumaça em que se encontra o próprio nome do país. Karloy anuncia “uma tremenda crise na indústria humanobilística!”, passando a detalhar suas facetas: “Falta combustível...” (homem adulto, exibindo bolsos vazios), “faltam peças” (criança negra e magra, mostrando enormes falhas nos dentes) “e os pátios estão abarrotados de mercadoria encalhada!” (no vão de um viaduto, muitas pessoas estão, literalmente, amontoadas, enquanto automóveis transitam na parte superior daquela obra de engenharia).

A narrativa se inicia, portanto, pelo Brasil supostamente mais moderno e dinâmico, São Paulo. Ela evidencia como essas características paulistas se expressam na coisificação dos seres humanos, tratados, ainda por cima, de forma extremamente descuidada (sem condições de funcionamento, tendo em vista a falta de combustível e peças). Há uma espécie de inviabilização do humano nesta paródia, situação que tem por contrapartida a prioridade atribuída às coisas, uma vez que os automóveis transitam livremente, devendo contar com peças e combustível.

O narrador Karloy figura como observador da cena que descreve, condição manifesta tanto pelos cenários que percorre (o perfil das enfumaçadas chaminés e o canto de viaduto, ocupado pela humana *mercadoria encalhada*) quanto pelos olhos arregalados que dirige para os produtos humanos – o adulto sem dinheiro nos bolsos e o menino sem dentes. Sua função de demonstrador introduz esses vieses interpretativos da cena como informação, traduzida, desde a origem jornalística, por uma dose de assombro, que aqueles olhares, a boca arqueada para baixo e o tronco caído configuram visualmente.

Essa primeira apresentação da Sãopaušlováquia se dá numa página de numeração ímpar (p. 9), tendo continuidade nas duas páginas seguintes. Toda a faixa superior da p. 10 é ocupada por um automóvel que atropela Karloy, acontecimento indicado graficamente pelo corpo suspenso do jornalista, que grita “Ai!”, seu microfone em queda, a onomatopéia referente ao próprio impacto (“PLÉU!”), as estrelas que registram a dor provocada e fragmentos de algo que se quebrou na pancada.

Karloy, derrubado e ainda vendo estrelas, chama a polícia, que aparece no corpo de outro automóvel, acompanhando o veículo atropelador – este, registrando queixa contra o atropelado: “Me arranhou a lataria e me quebrou a lanterna!”. Também aqui a prioridade das coisas sobre as pessoas fica patente.

Na página seguinte, o repórter aparece rastejando, com língua de fora, clamando por “Gente... Gente...”, num cenário dominado totalmente por automóveis muito uniformes, estacionados lado a lado. Karloy enxerga, enfim, um exemplar de gente entre dois carros e corre, com entusiasmo, em sua direção, mas o entrevistado se desloca daquele lugar e informa que estava “Guardando vaga”, enquanto outro carro estaciona.

As três páginas sobre a Sãopaušlováquia são marcadas pelo cuidado com a continuidade narrativa, que enfatiza a onipresença dos automóveis e a inferioridade dos humanos, tanto pelas funções que cada um de seus grupos desempenha como pelas ligações estabelecidas no momento de corte das páginas: um dos automóveis que transitam sobre o viaduto atropela Karloy (passagem da p. 9 para a p. 10), que sai do atropelamento para a busca por gente se arrastando no chão (passagem da p. 10 para a p. 11).

Essa última cena também remete o cenário da Sãopaušlováquia a uma condição desértica, marcada pela ausência humana e pela esterilidade do infinito número de automóveis, atores principais daquele mundo. O guardador de vaga, por sua vez, nada rompe naquela situação, submetendo-se às regras com entediada expressão facial, em contraste com a ansiedade e posterior decepção de Karloy.

O trecho da reportagem sobre a Riomênia se inicia sob o signo do medo, com o jornalista olhando, apreensivo, a partir de uma porta, referindo-se ao passado *maravilhoso* daquele país, eco da “cidade maravilhosa”, para, afinal, e saindo às pressas daquele abrigo preliminar, concluir que ele se encontra “entregue aos... / ... VAMPIROS!” – nesse mesmo momento, Karloy sofre ataques desses personagens.

Laerte trabalha tal abertura numa mesma folha (p. 12), criando um contexto de concisão gráfica e expectativa. A parte superior da página é subdividida em três fragmentos, cada um definido por um traço com quebras, que situa o repórter à espreita, até sua saída. A outra metade serve para a alegre chegada dos sedentos vampiros, um deles portando garfo e faca, e a derrubada de Karloy.

A maravilha do país no passado acaba reduzida a esse cenário vazio e ao deleite dos vampiros, com o resto da população transformado em repasto destes privilegiados consumidores. Se a Sãopaulováquia era o universo da coisificação humana no reino produtivo em crise, a Riomênia aparece como mundo da diversão daqueles que a detêm – os vampiros.

Ao contrário do desértico silêncio pauslovaco, um vampiro riomeno, que aparece consumindo sangue diretamente de um crânio humano, através de canudinho, presta loquaz entrevista sobre seu universo, parafraseando resposta atribuída a Jânio Quadros<sup>7</sup> (chupa sangue “Porque é líquido! Se fosse sólido, comê-lo-ia!”) e indicando os projetos administrativos voltados exclusivamente para a satisfação dos interesses de sua comunidade vampiresca minoritária, orientando a técnica (encanamento do sangue, adição de flúor “pra fortalecer os dentes!”), recursos médicos para dar acesso ao consumo de sangue) e o lazer (turismo, Cristo Redentor – na referência mais direta à paisagem carioca, com o monumento já devidamente sugado – e sangódromo) à perpetuação daquele poder, através de seu constante fortalecimento via uso alimentar do corpo dos demais.

Essa passagem da narrativa se encerra com o anúncio, pelo vampiro entrevistado, da construção de um sangódromo. O tema é apresentado visualmente numa página inteira, com a parte superior ocupada pelos privilegiados vampiros, numa espécie de arquibancada (como no Sambódromo carioca), devorando pessoas, comendo-as com *ketchup*, observando-as através de binóculos, pescando-as na multidão, jogando fora seus ossos já devidamente chupados, disputando um corpo, deglutindo outro, enquanto mais um já se encontra preso pelos cabelos para ser engolido... A outra metade do desenho apresenta o cortejo dos devoráveis, corpos encurvados, tristes, amorfos, alguns até enxergando o animado mundo dos seus devoradores, sem qualquer reação mais eficaz, todavia.

O fechamento do bloco narrativo sobre a Riomênia com uma espécie de Carnaval antropofágico reforça os laços paródicos com o Rio de Janeiro, evidenciando o deslocamento da festa para o universo do poder e a redução dos demais seres humanos à condição de matéria-prima deste universo, sob o signo da tristeza e da inação. O panorama do Brasil como “países do Leste” desdobrou-se, portanto, da coisificação humana no mundo do trabalho (Sãopaulováquia) para sua redução a pasto no contexto do prazer alheio (Riomênia). Ao mesmo tempo, os vampiros riomenos têm a identidade ampliada para a prática antropofágica, indicando radicalização de sua trajetória anterior, numa espécie de vampirismo selvagem, e associação com um percurso nacional – a autêntica exploração brasileira dos mais fracos...

Dando seqüência a essa paródia dos países do Leste nos principais estados brasileiros, a narrativa aborda a Aleminas Oriental, indicando seu antigo “muro de silêncio”

(informação sussurrada, como se observa pelo interrompido traço do balão da fala), um dia derrubado, o que permite a descoberta da verdade: “O país estava todo em cima do muro!”.

Sãopauslováquia mereceu três páginas, espaço repetido na abordagem da Riomênia. Aleminas Oriental ocupa duas e cada um dos demais países recebe apenas uma.

No caso alemão, as primeiras informações (p. 15) são subdivididas em três colunas, salientando o tema do muro, que figurou na totalidade da primeira coluna, e sua derrubada, fruto da ação de Karloy. O resultado da demolição, apresentado na página seguinte, contém ícones de mineiridade em livre queda: locomotiva com seus vagões, o cadáver de Tancredo Neves num caixão, um profeta do Aleijadinho, uma faca e seu respectivo queijo, uma vaca leiteira, um casal com aspecto rural e conservador (ela de cabelo preso e saia comprida, ele com chapéu), uma igreja colonial, Milton Nascimento empunhando seu violão, e um banquinho, um automóvel, um rato e um tocador de tuba...

O desenho trabalha com imagens mineiras que remetem a tradição e identidade nacional. Nesse ponto, alguns mitos da mineiridade, como um especial patamar de tradição cultural, o trabalho em silêncio e a sabedoria política, são situados “em cima do muro”, sugerindo inocuidade e fachada. No panorama de Brasil que *A queda dos países do leste* traça, esse caráter se diferencia apenas aparentemente da pauslovaca violência do trabalho e do escárnio na riomena exploração do povo: a ética alemãoneira do silêncio e da tradição faz coro àqueles outros percursos, neles introduzindo facetas nobilitadoras e um assustador vazio. Outro discreto toque dessa contribuição mineira àquela harmonia dos países em queda é o guarda-chuva empunhado por Karloy, que evoca a logomarca do Banco Nacional – originado em Minas Gerais e, posteriormente, falido.

Essa etapa narrativa sobre a Aleminas Oriental contribui para ampliar o leque das violências abordadas. Se os exemplos anteriores evidenciavam muito diretamente o tratamento dispensado a trabalhadores e população em geral, o caso alemão enfatiza mais o peso da violência simbólica, que será retomada ao redor de diferentes valores sociais nos outros países/estados.

No Paranakistão, as principais questões abordadas são certo isolamento do país e sua especialização como campo de teste para novos produtos.<sup>8</sup> O próprio Karloy conduz diversificado número de embalagens, entregues ao consumidor (entrevisto apenas pelas mãos), que emite diferentes opiniões/*slogans* (“M-mm! Sabor inconfundível! Uau! Maravilha! Emoção pra valer!”), sempre exclamativo, para, na despedida do repórter/pesquisador, revelar seu aspecto: um ser monstruoso, mistura de diferentes partes de vários animais, situação resultante daquela atividade como cobaia de novos produtos.

Esse trecho de *A queda dos países do leste* se caracteriza, também, pela concisão informativa, restringindo a cena a um mesmo espaço: a porta por onde Karloy entrega os novos produtos, de onde são lançadas embalagens e outras sobras e onde, no final, aparece a deformada cobaia dessas experiências. Os vestígios do consumo, esparramados no chão a partir do segundo quadro, complementam a visão do consumidor paranakistanês, indicando outros desdobramentos daquele consumismo – sujeira pura e simples, poluição ambiental, novas ameaças à integridade humana. É esse diálogo entre abundância da oferta para consumo, por um lado, e efeitos destrutivos do processo consumista sobre as pessoas, por outro, que o Paranakistão assustadoramente exhibe.

Boris Karloy comporta-se como uma espécie de pesquisador de mercado, fornecendo os produtos para teste e fazendo anotações, tanto durante o consumo (hora das exclamações da cobaia) como se despedindo, sem nem sequer dirigir o olhar para aquele ser animalizado. Esta identificação momentânea do repórter com o pesquisador de campo evidencia a indiferença em relação à pessoa pesquisada, mera referência ocasional para que a produção se expanda.

Depois do Paranakistão, três outras “Repúblicas” são abordadas, sem que a figura de Karloy se faça presente de forma explícita.

Na Albahiânia, uma entediada Iemanjá aparece sobre a superfície do mar, com estrela na testa, deixando cair outras estrelas menores sobre a água, cheia de flores, mais uma lua nova no fundo da cena. Tudo isso é filmado por equipe de televisão, com um irritado diretor, refletindo em voz alta e dando ordens àquela personagem, através de um megafone: “Tá pensando que tá onde, minha filha?! Vai tirando a roupinha, senão dá traço no Ibope! Quero ver peito! Quero ver bunda!”.

A mescla de Albânia e Bahia, com vaga evocação do nome e da imagem de Maria Bethânia (conhecida cantora baiana e participante, à época, de cerimônias públicas de religiosidade próximas do Candomblé), trata de caracterizar o lugar do sagrado no mundo da mercadoria: uma vulgaridade, dentre tantos outros peitos e bundas, à mercê dos índices de audiência. A pergunta do diretor possui um alcance muito especial: estabelecer o lugar de onde se fala! A Albahiânia é a televisão, é a produção de mercadorias, é peito e bunda em função do Ibope. Não há grande diferença entre a coisificação de sua gente – aqui representada pela deusa em degradação – e o que fora visto antes sobre pauslovcos, riomenos, alemãoneiros e paranakistaneses.

Nesse contexto, não é descabido identificar nas estrelas que escorrem das mãos de Iemanjá e nas flores que cobrem o mar outras faces do lixo que o consumo paranakistanês produzira, malgrado a aborrecida beleza da deusa, que pode ser apenas nuança daquela monstruosidade consumista anterior.

Santa Catarônia traz dois homens tomando chope em mesa de bar, conversando, com sotaque germânico, sobre a unificação da Alemanha, fato merecedor de brinde. Durante todo o episódio, um dos homens lê jornal, que lhe encobre o rosto. Quando seu interlocutor comenta “um bruto zaudade do mãe pátria... / ... mas que se pode fazer?”, ele revela ter rosto de Hitler, declarando “Pem, eu tive um idéia...”, frase recebida com entusiasmo pelo outro, que conclui: “Sou toto oufidias!”.

A seqüência é trabalhada sobre um mesmo plano (os dois homens na mesa do bar), com pequenas variações em expressão facial e gesticulação, culminando na revelação do rosto hitleriano. É uma etapa narrativa fortemente construída sobre estereótipos catarienses – germanidade, tardo-nazismo –, como as demais também o foram sobre outros clichês estaduais. Uma estratégia usada por Laerte é levar os lugares-comuns às últimas conseqüências, a ponto de desmontar suas bases, articulando-os nacional e internacionalmente. A aparição de Hitler após a queda dos brasileiros países do Leste é um exemplo desta exacerbação do estereotipar, relembrando perturbadoras continuidades entre o antes e o depois da ditadura militar, entre o antes e o depois do socialismo dos países do Leste. Os chavões temáticos sobre os países/estados (trabalho, Carnaval, astúcia política, consumo, religiosidade afro, tradições nazistas, machismo gaúcho) têm por contrapartida sua diluição nacional no espectro de ditaduras que continuam exatamente quando seu fim é anunciado.

O último país do Leste abordado na história foi Hungriande do Sul. Nesse caso, escolheu-se o mote do separatismo gaúcho, justaposto ao machismo. Um gaúcho, empunhando faca como se espada fosse, levanta palavras de ordem para outros três companheiros, que respondem em coro: “Chega de federação! / Chega!! // Aqui tem macho!! / ...Pois tem!! // INDEPENDÊNCIA OU MORTE! / ...MORTE!! // ... // ...Por que não independência? / ... Porque aqui tem macho! / ... Que foi? ... Te borraste? / ... Te fresqueia!”.

Também aqui o quadro é repetido com pequenas variações sobre o mesmo grupo humano, através de deslocamentos no corte do desenho: no primeiro, aparecem as cabeças e o braço que empunha a faca; o segundo contém os troncos humanos e as cabeças dos cavalos; o terceiro apresenta cavaleiros e animais inteiros; o quarto – a surpresa diante da opção pela morte – retorna aos bustos masculinos; e o último reintroduz os homens inteiros e os cavalos na altura das ancas.

O machismo hungariandense é brilhantemente sintetizado, sob o signo da crítica, na pulsão de morte revelada pelo coro de cavaleiros. Ao invés da coerência com o lema do combate à federação, escolhe-se a morte para melhor exibir força, capacidade de luta,

virilidade. Laerte constrói um paradoxo fascinante: esses valores podem existir fora da vida? A resposta do riso é: eles existem *contra* a vida. A tensão que resta deste universo reside em sua capacidade de sobreviver e até conquistar adeptos.

Finalizando seu percurso, Boris Karloy retorna para anunciar “as cenas mais chocantes: ... / ... o destino que tiveram os líderes políticos de uma época de ditadura e trevas!”. Os dois quadros seguintes, separados da introdução de Karloy e de sua saída final de cena por traços, apresentam Maluf, Amin, Toninho Malvadeza, Delfim e Marchezan – importantes lideranças civis brasileiras durante a ditadura de 1964-84 – carregados efusivamente nos ombros de populares, um deles com pistola na cintura (grupo de Maluf), três outros com língua de fora (um dos carregadores de Maluf e dois de Delfim) – um pouco pelo cansaço, mais um tanto pela semelhança com cachorros e outros animais –, gritando os nomes de seus guias, *slogans* e palavras de ordem, como “Vai dar Malu-fê! // Já ganhou! / Abença, dotô! / ...Faz um milagre?”.

Como de praxe, *slogans* são exclamativos – a exceção delfiniana funciona como súplica. Os populares aparecem como novos Zé Povo, tão comumente cavalgados pelos poderosos – mas o Zé Povo do início do século XX reclamava disto!<sup>9</sup> Os “líderes políticos de uma época de ditadura e trevas” surgem na condição de um Amigo da Onça desejado e amado por suas vítimas – o personagem de Péricles podia produzir vontade de ser como ele, não de sofrer sua ação.<sup>10</sup> Tudo é como antes, mesmo que tanta coisa mude ou tenha esse passo anunciado.

A saída de Karloy evidencia o profundo desânimo que essa história do mesmo provoca: de perfil, o abatimento de seu corpo e do rosto é profundamente salientado e o cumprimento “Boa noite” soa dolorosamente formal, para não dizer que até parece uma afronta.

Os políticos derrubados figuram nos ombros de populares: eis uma tração humana que remete aos desastres das grandes mudanças anunciadas – fim das ditaduras, redemocratizações. Ao mesmo tempo, essa tração evoca moendas do Brasil colonial, ou mesmo anteriores, movidas pelo trabalho humano, uma nota de outro tempo no mundo da indústria e de múltiplos adereços da modernidade.

Millôr Fernandes, num desenho anteriormente publicado (anos 70 do século XX) em sua coluna da revista *Veja*, apresentou situação semelhante: vários homens movem moenda e reclamam do diretor do presídio, que cisma de mostrar o computador, alimentado pela força que eles geram, para as visitas.<sup>11</sup> A modernidade ditatorial é estreitamente associada pelo grande desenhista e escritor carioca a esses resquícios da senzala e quem paga o preço daquele exibicionismo é o pessoal do porão.

Laerte, Henfil e Millôr Fernandes, importantes nomes do humor brasileiro, com poéticas pessoais e, por vezes, distanciadas umas das outras, podem ser aproximados por um

momento para que se apreendam tradições de humor crítico, que comentam espectros das ditaduras no cotidiano, e não só nos momentos formalmente antidemocráticos. Junto com o riso que suas produções provocam, há sempre um susto trágico produzido pela descoberta de que quem continua são as ditaduras.

Relembrar essas tradições do humor crítico no Brasil, descontínuas e até contraditórias, não significa diminuir a importância de cada um de seus produtores. Antes, procura ampliar a força de seu trabalho para além de uma iniciativa individual – que conta muito, é claro –, pensando que também as lutas contra as ditaduras continuam.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

### *Notas*

\* Este artigo retoma trecho de minha tese de livre-docência: SILVA, Marcos. *Rei das ditaduras – Os dentes de Henfil*. São Paulo, FFLCH/USP, 2000.

\*\* Professor livre-docente da FFLCH/USP, com pós-doutorado na Université Paris-III.

<sup>1</sup> LAERTE. *Piratas do Tietê*. São Paulo, Circo Editorial, set. 1990. Não obtive autorização para reproduzir nenhuma imagem desta narrativa. O leitor deve procurar consultá-la.

<sup>2</sup> LAERTE. Entrevista a Marcos Silva. São Paulo, 19 jun. 2000. Gravação em fita e transcrição editada e digitada. As demais falas e referências biográficas de Laerte foram extraídas da mesma entrevista, exceto quando houver indicação de outra fonte.

<sup>3</sup> HENFIL. *Cartas da mãe*. 4 ed. Rio de Janeiro, Record, 1986. Ver, também: “Henfil” (entrevista). *Versus – Quadrinhos*. s/1, s/ed., s/d, pp. 20-24.

<sup>4</sup> LAERTE, op. cit., p. 3. Moraes reporta o convívio de Laerte, Angeli e outros jovens desenhistas de humor com Henfil, em São Paulo, e as tensões decorrentes de cobranças políticas do desenhista mineiro.

MORAES, Dênis de. *O rebelde do traço. A vida de Henfil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996, pp. 301/ ss.

<sup>5</sup> Essa dimensão do programa televisivo de Henfil na TV Globo lembra o próprio desenho por ele produzido, predominantemente em preto e branco. Dênis de Moraes indica as discussões sobre o programa aludido por Laerte, que teria o título “A canalha de Canudos”. MORAES, op. cit., p. 311.

<sup>6</sup> Id., p. 303.

<sup>7</sup> Embora tenha chegado à Presidência da República (1961), este político teve sua trajetória muito associada a São Paulo. Tal paráfrase, num contexto narrativo que remete ao Rio de Janeiro, sugere, portanto, a circulação de caracteres entre os estados brasileiros parodiados nos países do Leste de Laerte.

<sup>8</sup> Nos anos 70 e 80, Curitiba, capital do Paraná, era freqüentemente citada na imprensa brasileira como cidade preferida para lançamento de diferentes produtos, espécie de amostragem nacional de classe média, palco ideal para a realização de testes de consumo e pesquisas de mercado.

<sup>9</sup> Cf. SILVA, Marcos. *Caricata República. Zé Povo e o Brasil*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1990.

<sup>10</sup> Cf. id. *Prazer e poder do Amigo da Onça*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

<sup>11</sup> Cito este desenho de memória, donde não identificar edição da revista.

## O ARDIL DO POLITICISMO: DO BONAPARTISMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AUTOCRACIA BURGUESA

Antonio Rago Filho\*

### Resumo

Este artigo reflete sobre a autocracia burguesa bonapartista, o politicismo e a perspectiva do trabalho em nosso país. Desde a conspiração de 1964, diversas frações do capital atrofico se lançaram ao controle do aparato de poder. Os gestores bonapartistas se polarizaram e as dissensões se manifestaram com a crise do “milagre econômico”. A irrupção das greves operárias pôs em xeque a política do arrocho salarial, fazendo estremecer o mando autocrático. O ardil do politicismo, porém, vingou uma transição pelo alto, desmobilizando a ruptura com a lógica da superexploração da força de trabalho e deixando intocável a reprodução do capital induzido e subordinado.

### Palavras-chave

Bonapartismo; gestores do capital atrofico; ardil do politicismo; greves operárias; ditadura militar (1964-85).

### Abstract

*This article reflects on the Bonapartist autocratic bourgeoisie, the politicization and the perspective of labor in our country. Ever since the conspiracy of 1964, many fractions of the atrophic capital dispute the control of apparatus of power. The Bonapartist managers have polarized themselves and dissensions are disclosed by the crisis of “economic miracle”. The irruption of the blue collar strikes threatens the wage restraining policy, shaking the autocratic power. Yet, the trap of the politicization strikes a transition by the high, demobilizing the rupture with the logics of over exploration of labor, leaving untouched the reproduction of the capital induced and subordinated.*

### Key-words

*Bonapartism, managers of atrophic capital, the trap of politicization, labor strikes, the military dictatorship (1964-85).*

Há quem sustente que, em nossos tempos, a história é sempre esquecimento e que o seu reverso é a memória, com suas múltiplas perspectivas distintivas, divergentes e seletivas, na infinidade das possibilidades e desvendamento de significados e sentidos subjetivos, libertos de determinações ontológicas, sem atentar que o contrário do esquecimento não é a memória, mas a verdade concreta.<sup>1</sup> Tal perspectiva não se dá conta de que mesmo nos fragmentos retidos se plasma uma visão do mundo socialmente determinada. Estas abstrações irrazoáveis não se acercam de que os feitos humanos se objetivam em circunstâncias históricas específicas, engendrando modos determinados de vida, dramas e conflitos concretos, que não desaparecem por imaginação ou pura interpretação e tampouco ocultação da vontade e desejo dos dominantes.

Após 40 anos do golpe de Estado de 1964 e quase 20 anos da transição transada, uma das vertentes que tenta se impor é a da memória conservadora do “contragolpe”. No fundo, esta interpretação política não é nada inocente: nasce ideologicamente comprometida com a teleologia dos vencedores que, diante de uma sociedade cindida, propugnaram e atestaram uma única saída oriunda de uma necessidade histórica que visava a refrear a “algaravia” das massas e o “caos e anarquia” implantados pelo governo “populista” de João Goulart (que, de sua parte, intentaria desfechar, de modo golpista, um outro “regime autoritário”). No concernente ao processo de auto-reforma, na passagem do bonapartismo para a institucionalização da autocracia burguesa, atribui-se a “conquista da democracia” exclusivamente às iniciativas políticas de Geisel e Golbery, elidindo-se por completo o papel das classes sociais, as contradições imanentes da produção e reprodução da vida material, da crise e colapso do “milagre econômico” e o esfacelamento das bases sociais da ditadura militar, a principiar pelas dissensões burguesas. Nada se diz sobre a atuação e resistência das classes subalternas, em especial ao ressurgimento das greves operárias em fins da década de 70, com as multidões ocupando espaços públicos. Apequenando as possibilidades inscritas na luta contra a ditadura militar, retém-se apenas a ação singular e personalizada que encetou a “distensão democrática” como obra projetada por Geisel e completada por Figueiredo, que inibiram uma possível guerra civil, ao alijar o “núcleo duro” dos militares. Pior ainda: elevando a posição de destaque a triste figura de J. Sarney e a “República dos cruzados”. Com isso, embaralham-se as diferenças históricas entre categorias com posições antagônicas – portanto, com projetos e estratégias que não se equivalem em suas respostas às alternativas concretas postas no evoluir histórico. Anula-se a alternativa da perspectiva do trabalho e, desta forma, mesmo derrotada, deixa inclusive incompreendidas as razões da transição pelo alto, os equívocos da esquerda, os limites dos movimentos

sociais subsumidos ao ardil do politicismo – por consequência, dobrando-se ao “determinismo” de uma via de mão única sob a égide dos vencedores: a história sempre se move pelo alto.

O jornalista Elio Gaspari – autor de monumental obra sobre a ditadura militar, que rigorosamente supre as carências de nossa historiografia –, em confluência com as teses de Eliézer Rizzo de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, destriça as peças do jogo político e seus bastidores, concentrando-se no papel específico dos generais Geisel e Golbery na transição democrática. Foca o “sacerdote e o feiticeiro” na montagem e desmontagem do regime militar e também não titubeia em afirmar que, no pré-64, “havia dois golpes em marcha”.<sup>2</sup> Alguns dos principais jornais do país, em seus editoriais, chegaram mesmo a afirmar a “necessidade” de arrumar a casa, à época, diante das vacilações e fraqueza do presidente constitucionalmente eleito, justificando que os dois lados, os conspiradores e os situacionistas, ambicionavam o mesmo projeto “autoritário”.

O golpe de Estado, em verdade, veio como contrapartida ao que poderia vir a ser uma nova ordem societária que, sob a forma de uma República democrática, colocaria as massas na vida pública, incorporadas ao mercado interno por meio de um conjunto de reformas estruturais, a começar pela agrária; bem assim, encetaria o processo de nacionalização dos setores estratégicos de nossa economia e o controle da remessa de lucros, que ameaçavam as empresas estrangeiras. Todavia, na visão da direita, o “getulismo de massas”, com Brizola à testa – considerado a principal figura dos movimentos sociais, a extrema-esquerda –, acabaria servindo como porta de entrada para a “escravidão comunista”. Nessa direção, o general Adyr Fiúza de Castro, em sua memória acerca dos eventos históricos daquela época, foi enfático ao afirmar que, “na preparação para o golpe de 64, todos os grupos eram unânimes em saber o que não queriam: não queriam uma República popular instalada no Brasil”.<sup>3</sup>

Ainda que tenha nuançado sua visão, J. Gorender já havia alertado que

(...) o período 1960-1964 marca *o ponto mais alto* das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século, até agora. *O auge da luta de classes*, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.<sup>4</sup>

Em texto mais recente, Caio Navarro de Toledo investe contra a nova revisão histórica que, pondo no mesmo balaio posições antagônicas, culpabiliza os vencidos pela derrota com o discurso dominante do “contragolpe” e da carência de valores democráticos por

parte das esquerdas. Em vez de lutar por reformas estruturais, o recuo tático se daria pelo fortalecimento das instituições democráticas. Em “As falácias do revisionismo”, com seu ardor habitual, Toledo sintetiza as várias versões sobre o golpe de Estado de 1964, do prisma militar como de parte dos “críticos” acadêmicos, pondo a nu o revisionismo que faz desaparecer da história as determinantes concretas daquele período, o confronto entre as classes e as posições antinômicas que as distinguem.

Nesta imputação diluidora que torna indistintas as diferenças sociais, “todos os agentes relevantes do processo político estavam comprometidos com o *golpismo*”. Desta forma, afirma Toledo:

(...) militares, setores da direita, das esquerdas e Goulart – por “não morrerem de amor pela democracia” – estavam prontos para desfechar um golpe de Estado. (...) Não se preocupando em distinguir as motivações e as atuações específicas de cada um dos agentes políticos – nem avaliar os recursos materiais e simbólicos que detinham –, o autor [refere-se ao historiador Marco Antonio Villa] impõe-nos a conclusão de que todos (os militares, a direita civil, setores de esquerda e Goulart) estavam em igualdade de condições e absolutamente nivelados em termos de responsabilidade pela destruição da democracia instituída pela Carta de 1946.<sup>5</sup>

Esta posição diluidora, nada inocente, mascara a atmosfera social deste período. Nesse sentido, há que criticar esta indistinção social, típica da análise formalista e que se situa na ótica liberal-democrática.<sup>6</sup>

A década de 60 assistiu a uma crise econômica, com efervescência social e acirramentos continuados no campo político (que culminaram na implantação de uma dominação bonapartista burguesa). Com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, no calor dos acontecimentos de agosto de 1961, os ministros militares se antepuseram à posse do vice-presidente – que fora eleito democraticamente na dobradinha eleitoral (de partidos rivais) e que se viu impedido de assumir o cargo na primeira tentativa de golpe dos ministros militares. Estes temiam as posições “comunistas” de Jango, sua possível submissão aos dirigentes sindicais, trabalhistas e prestistas e a instauração de uma “República sindical”.

Após a vitória do plebiscito de 1963, que o reconduzia às funções republicanas de alto dirigente da nação, João Goulart, pressionado pela movimentação das massas, do movimento operário e sindical urbano e das agressivas Ligas Camponesas, no campo, a espelhar o caminho cubano, passou a se comprometer com a implementação das reformas estruturais. Estas tinham uma plataforma de extração nacional e popular – se concretizada, poderia abrir um processo efetivo de democratização, com a incorporação de parcelas dos excluídos. Assim, mesmo sem ultrapassar os marcos do metabolismo social

do capital, atingiam diretamente os interesses exclusivistas dos setores da burguesia associada, do latifúndio e, no centro dos embates, alvo principal destas reformas, os do capital imperialista.

Reagindo a esta crescente participação do movimento popular (trabalhadores da cidade e do campo, utilizando-se de greves e ocupações de terra, das manifestações político-culturais dos artistas e estudantes, de reivindicações dos servidores públicos, como os próprios militares), a direita organizou-se e, com isso, recrudesceram suas posições extremistas.<sup>7</sup> Por esta razão,

Protestando contra a ameaça da reforma agrária, os latifundiários, sob direção da Sociedade Rural Brasileira, começaram a armar milícias. Formações urbanas do mesmo tipo, como o Grupo de Ação Patriótica (dirigido pelo almirante Heck, um dos ministros de Quadros), as Milícias Anticomunistas (vinculadas ao governador Lacerda) e a Patrulha Auxiliar Brasileira (financiada pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros) – fizeram sua aparição. Enquanto isso os industriais de São Paulo e do Rio formavam uma “sociedade de estudos” – o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Ipes) – que se destinava a reunir fundos para a atuação contra o governo.<sup>8</sup>

Numa obra seminal sobre o papel do bloco multinacional e associado na articulação do golpe de Estado de 1964, o uruguaio René Armand Dreifuss examina a intensa preparação por parte de uma “elite orgânica” formada por empresários nacionais, acoplada a dispositivos e organizações (como o Ipes e o Ibad), articulados a oficiais militares expressivos (tais como Golbery do Couto e Silva), e “intelectuais orgânicos” civis (a exemplo do economista Roberto Campos). Este empreendimento, respaldado pela ação político-militar do bloco multinacional e associado, permitiu ao complexo Ipes/Ibad imprimir uma “guerra de posições” sem precedentes, minando a resistência do governo representativo. Segundo Dreifuss, “embora o bloco modernizante-conservador fosse incapaz de se impor por consenso na sociedade brasileira, ele, no entanto, era capaz, através de sua campanha ideológica, de esvaziar uma boa parte do apoio ao Executivo existente e reunir as classes médias contra o governo”.<sup>9</sup>

Nesse quadro, a intervenção norte-americana se punha de prontidão. Com sua estratégia militar em ação, a administração Kennedy (com o assassinato deste, a de Lyndon Johnson) aprofundava a assistência militar às Forças Armadas da América Central e Latina, sob os auspícios dos *war colleges* norte-americanos. O objetivo era que elas se unissem numa “ação cívica” para garantir sua “segurança interna”, num combate sem tréguas à “subversão inspirada pelo castro-comunismo”, a fim de “contribuir para a defesa coletiva de acordo com suas capacidades e promover o desenvolvimento econômico e social”.<sup>10</sup> Em nossa realidade, a Central Intelligence Agency (CIA) agia ora na formação de quadros para

o combate às agitações operárias, camponesas e estudantis, ora no preparo de uma intervenção direta, com sua estrutura bélica e forças militares, caso houvesse insurreição popular, ou mesmo, de modo mais simples, despejando recursos financeiros, sem passar pelas vistas públicas legais, nos cofres dos governadores comprometidos com o combate ao comunismo, “capazes de sustentar a democracia”. O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, recebeu, entre 1961 e 1963, cerca de US\$ 71 milhões. Da mesma forma, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) recebia créditos (mediados, inclusive, pela embaixada dos Estados Unidos), com os quais apoiava candidatos para formar uma base parlamentar de direita, agrupada na Ação Democrática Parlamentar (ADP).

A direita começava, assim, a pôr as cartas na mesa. Aproveitando-se dos temores das camadas médias da população (insatisfeitas com a lei do inquilinato, com a alta do custo de vida, que afetava o seu próprio cotidiano, e temerosas em face da multiplicação das greves), reagia. Estimulava-as pela maciça disseminação, via mídia, da denúncia da anarquia, caos e desgoverno do país e, especialmente, pelo martelar sistemático da “ameaça comunista” num horizonte próximo. Diante disto, as classes dominantes passaram a proclamar a urgência de uma intervenção militar – ou, como propugnava Carlos Lacerda, uma “intervenção cirúrgica” sob a forma de “ditadura provisória”. Outro componente do “partido da ordem”, a Igreja católica, por meio, do “Terço em Família”, buscava congregar em todas as cidades reuniões particulares com os seus rebanhos, para deter o avanço dos comunistas no país. As camadas médias, com o desespero à flor da pele diante da rebeldia popular e do “perigo vermelho”, saíram às ruas em apoio às “Marchas da Família, com Deus, pela Liberdade”, repudiando o governo Jango.

Desse modo, o golpe de Estado de 1964 alinhou todas as frações do capital atrofico e segmentos médios que temiam a ameaça comunista, a explosão popular, o movimento operário-sindical, a quebra da disciplina e hierarquia militar e a falta de comando do presidente da República, João Goulart. Esta comunidade de proprietários e defensores da ordem – com seus dispositivos e instituições, a Igreja e o Exército, “verdadeiros partidos da ordem”, a pleno vapor –, amparada pelo imperialismo norte-americano, disseminara a ideologia do anticomunismo e, nos conflitos e disputas da *guerra fria*, o risco de o país cair nas malhas do “comunismo soviético” (haja vista a Revolução Cubana, tão vívida e tão próxima). Por esta razão, o temor explicitado: se o Brasil passasse por uma revolução, toda a América Latina o acompanharia. Numa sociedade cindida, a resposta veio com a fragmentação e a desesperação social. Não houve luta organizada. Mais tarde, a resistência se pôs como “violência retardada”. Nos termos de Gorender:

Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.<sup>11</sup>

Em 1968, houve tentativas de reorganização dos estudantes e de setores radicalizados de esquerda, mas as classes subalternizadas eram incapazes de resistência organizada para uma polarização radical da perspectiva do trabalho. As facções bonapartistas (ambicionando a ampliação do controle social sobre a sociedade civil, em especial a resistência armada), com o *golpe dentro do golpe*, desnudaram por inteiro a propalada “restauração democrática”. Os gestores do capital atrofico escancararam as medidas ditatoriais: baixou-se o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968. Ao justificar a violência do *terror oficial*, as concepções cínicas do coronel Jarbas Passarinho não deixam dúvida alguma quanto à sua necessidade:

Já não restava a possibilidade de aplicar remédios constitucionais, como o estado de sítio, então julgado insuficiente e incapaz de neutralizar a escalada da guerrilha e do terrorismo. Se, em março de 1964, o detonador da *Contra-Revolução* foi a preocupação com a bazófia de Leonel Brizola, o *receio das reformas de base*, o namoro do PCB com Jango, na linha golpista, os motins de sargentos em Brasília, e dos marinheiros no Rio, agora, quatro anos passados, o enfrentamento era mais claro. Era essencialmente ideológico. A expansão do comunismo internacional, no ápice da guerra fria, elegera o Brasil como objetivo altamente prioritário. Os Estados Unidos, já com a pedra no sapato a 90 milhas de seu território, sabiam que “para onde o Brasil se inclinasse, a América do Sul se inclinaria”. O trágico destino de Guevara, na Bolívia, reforçava a importância do Brasil, na ótica revolucionária.<sup>12</sup>

Com o AI-5, o bonapartismo se intensificou, refazendo sua estrutura jurídica para efetivar atos políticos repressivos, inibindo as ações do judiciário e do legislativo, impondo o recesso parlamentar, fechando Assembléias, demitindo, removendo, aposentando, intervindo em várias organizações de classe. O Executivo se fortalecia com o poder de legislar em todas as matérias e intervir nos estados e municípios “sem as limitações previstas na Constituição”. Suspendia os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, assim como cassava mandatos eletivos em qualquer esfera da federação. No artigo 5º, que tratava da suspensão dos direitos políticos, retirava os privilégios forais e atingia duramente os sindicatos, suspendendo o direito de votar e de ser votado quando das eleições sindicais. Além de o presidente instrumentalizar o estado de sítio e possíveis prerrogações, suspendia o *habeas corpus*, “nos casos de crimes políticos, contra a segu-

rança nacional, a ordem econômica e a economia popular”. Atingia plenamente os direitos individuais, introduzindo a “liberdade vigiada”, controlando possíveis encontros políticos, proibindo a utilização de *certos* lugares e domicílios.<sup>13</sup>

É interessante observar que a historiografia presa à *Analítica Paulista*,<sup>14</sup> mesmo não se valendo da categoria de bonapartismo, reconheceu traços do novo regime próximos a ela, como

(...) o reforçamento do Executivo, previsto pelo projeto político governamental, modificando o modo de funcionamento da Casa Militar e da Casa Civil da Presidência da República, aumentando o controle do Conselho de Segurança Nacional e, dentro dele, da Secretaria-Geral, criando o Serviço Nacional de Informações, estabelecendo setores de Segurança Nacional nos Ministérios e autarquias, em suma, ligando mais e mais os órgãos de planejamento e controle do Executivo aos das Forças Armadas e especialmente ao Estado-Maior. Passaram também a sustentar políticas com objetivo de controlar certas áreas econômicas e de manter o crescimento econômico.<sup>15</sup>

Engels, de certo modo, fornecera a chave para a compreensão desta forma particular de poder burguês, ao escrever que “o bonapartismo é a verdadeira religião da burguesia moderna”.<sup>16</sup> Numa reflexão sobre a atualização do bonapartismo, Domenico Losurdo aponta o fenômeno da militarização como “resultado dos explosivos conflitos políticos e sociais internos”. E, numa recorrência à crítica de Marx, registra a configuração necessária da passagem da “ditadura burguesa mediante a espada” para uma “ditadura da espada sobre a sociedade civil”, especificando que esta forma de terrorismo explícito com “o aparelho militar desenvolvido pela burguesia em função antioperária termina por engolir a sociedade no seu conjunto e a própria classe dominante”.<sup>17</sup> A determinação marxiana não deixa margens para dúvida, uma vez que o Executivo guindava ou fechava o Parlamento e, com isto, “Despojava o poder de Estado de sua forma direta de despotismo de classe, pondo um freio ao poder parlamentar e, conseqüentemente, diretamente político, da classe dos apropriadores”. Mais ainda: esta força absolutizada, concentrada e aparentemente autônoma com respeito à sociedade civil pode ser considerada a “última forma, degradada, a única possível desta dominação de classe, tão humilhante para a própria burguesia quanto para a classe operária que é mantida sob ferros”. Sendo assim, “a única forma possível de Estado em que a classe dos apropriadores pode continuar a manter sob sua influência a classe dos produtores”. Como reserva de poder, recurso alternativo aos conflitos de classe que se constitui em “uma das formas políticas da sociedade burguesa, a sua forma mais prostituída, mais acabada, e a última”.<sup>18</sup> Se isto corresponde à lógica histórica, “Naturalmente, um tal governo não deixa de ser, por isso, o caixeiro dos possuidores”.<sup>19</sup> Em nossa

particularidade histórica, respeitadas suas especificidades, engendra-se uma potência política concentrada e autonomizada que cumpre as funções ditatoriais necessárias à expansão do próprio capital.

### *Os novos demiurgos da nação*

Por certo, em nossos tempos perversos e obscuros, as representações ideológicas se acham inteiramente invertidas com relação às objetivações práticas das categorias sociais dominantes. Ditaduras do capital se autoproclamam autênticas democracias, contra-revoluções alardeiam-se como revolucionárias, invasões estrangeiras se lançam em ações emancipadoras de povos escravizados, os novos fundamentalismos se põem em nome da verdadeira liberdade.<sup>20</sup>

Após a consolidação do golpe de Estado de 1964, os novos demiurgos prometerem à nação a “felicidade social”, com a erradicação das mazelas sociais do nosso subdesenvolvimento, abolindo por decreto e repressão qualquer “sinal de comunismo”. Os gestores do capital atrofico acreditaram que, dotados de uma *doutrina de segurança nacional*, poderiam controlar pelo alto a sociedade civil e, assim, a nossa própria história. Todavia, ao cabo da auto-reforma da autocracia burguesa (balizada por seu projeto de “distensão democrática”, lenta, gradual e segura, segundo os cânones autocráticos), legaram-nos uma crise social oriunda das contradições da própria forma particular de organização da produção. Esta, assentada na superexploração da força de trabalho, conduziu a vida dos trabalhadores a um cotidiano perverso e penoso.

No plano da idealidade, há que ter claro que até em sua razão manipulatória a nossa burguesia expressa o seu caráter particular limitado, em conformidade com sua gênese histórica, despossuída de elementos revolucionários ingênitos (dada a sua incompletude de classe, ela antevê as benesses da acumulação ampliada realizada de modo associado e subordinado, sem a participação das massas nos processos políticos decisórios). Em suas teses sobre as diferenças históricas entre categorias sociais dominantes das vias clássicas e não-clássicas de objetivação do capital, Chasin ressalta:

Enquanto para a burguesia universal a inteligência da manipulação é uma forma particular de inteligência, para a burguesia particular ela é sua inteligência universal. De modo que ao capital subordinado é dado participar do senso restrito do capital em geral hoje, sem ter nunca participado, nem possa vir a participar, do senso irrestrito do capital em geral de ontem. Ou seja, enquanto a inteligência manipuladora é a reprodução possível da completude da burguesia do centro, na periferia é a produção da integralização impossível do capital subordinado.<sup>21</sup>

Assim que tomaram de assalto o poder, os gestores do capital atrofico se apresentaram com uma roupagem inteiramente invertida. Chegaram mesmo a se glorificar como demiurgos da nação e sinalizaram a restauração da democracia. Malbaratavam o que praticavam, como estratégia bonapartista, censurando a imprensa e os livros pelo uso da palavra “ditadura” e pela veiculação de seus atos espúrios. Vigiando o teatro e o cinema, esmagavam a cultura nacional, mas prometiam, com sua inteligência manipuladora, a retomada da “democracia”. Duas facções militares se digladiaram para se apossar do aparato estatal.<sup>22</sup> A *Sorbonne*, que se identificava com o *castelismo*, suas concepções e estratégias diretamente extraídas da Escola Superior de Guerra, ao mesmo tempo em que tratava de negar a existência da ditadura militar, alegava a necessidade de, num futuro próximo, abrir uma transição pelo alto, com o “aperfeiçoamento das instituições democráticas”. Os *sorbonnards* anunciavam, com isto, a passagem da forma bonapartista para a institucionalização da autocracia burguesa, visando à conservação dos instrumentos e dispositivos que permitissem a dominação dos proprietários. Pleiteava-se uma “democracia tutelada”, a fim de garantir a preservação do apêndice militar e tornar intangível a plataforma econômica do capital associado (baseada na superexploração da força de trabalho) e o possível ajuste de contas com os atos de selvageria e barbárie do terrorismo oficial. O elemento decisivo que efetivamente unia esta facção à dos duristas era o anticomunismo, a meta de extermínio da esquerda armada e a defesa da ordem societária centrada na propriedade privada.

Um dos nódulos ideológicos inscritos na visão conservadora da burguesia e disseminada intensivamente pelos gestores autocráticos, durante esse período, consagra a idéia de que a história se move pelo alto. Às massas caberia um papel intrinsecamente menor e subordinado – assim, elas seriam sempre passíveis de manipulação e orientação em suas escolhas políticas, certamente decididas e articuladas pelas “elites dirigentes”. Anulam-se, com isso, todas as iniciativas, as capacidades e potencialidades advindas das massas populares; estas somente poderiam vir a ser instrumentalizadas – seja pelo “comunismo” seja pelo “populismo”, identificado ao “nacionalismo exacerbado” e até ao “getulismo de massa” – pela presença de líderes e tendências ideológicas, com seus projetos políticos “próprios”, sempre em oposição à índole nacional, graças ao carisma e ambição pessoais. Seguiu-se, pois, antiga tradição das classes dominantes em nosso país, de natureza autocrática, segundo a qual caberia à “classe dirigente”, pensada como uma pequena “elite orgânica”, a “missão civilizadora” em sincronia com a destinação mais apropriada aos valores e tradições do povo brasileiro. No que concerne aos proprietários, em que pese a defesa do princípio regente da propriedade privada na ordem social, o bonapartismo reser-

vava um lugar próprio, pois protegia e desenvolvia seus negócios, mas também colocava certa resistência ao seu comportamento político, considerando seus interesses amesquinados e corporativistas.<sup>23</sup>

A tutela militar respondia, dessa maneira, ao nosso *presente histórico*, mas também ao *futuro* de nossa vida nacional. Os militares acreditaram piamente que pudessem ter o controle pelo alto da sociabilidade do capital. Na suposição de harmonizar os conflitos de classe, a prepotência não era baseada apenas na força militar, mas presumia deter os caminhos de nossa vocação, o verdadeiro projeto da evolução nacional: o *Brasil-potência*.<sup>24</sup>

Ilusão socialmente necessária, uma vez que se supunha a autonomia do país como uma economia capitalista desenvolvida, potencializada pelo empréstimo dos recursos tecnológicos e capitais estrangeiros. A ilusão residia, precisamente, na instrumentalização do capital financeiro internacional, *meio*, apenas, para a autonomização nacional. No contexto da *interdependência* e do *alinhamento* com as forças do Ocidente contra o expansionismo do comunismo soviético, com o golpe de Estado e a ruptura da linha democrática, os proprietários impunham o bonapartismo como a verdadeira religião da burguesia, instituindo e institucionalizando as “leis revolucionárias” – violência, arbítrio, terrorismo aberto – contra os “inimigos internos”, particularmente os comunistas e os setores organizados da classe trabalhadora. Os limites e as ilusões dos gestores do capital atrofico estavam, portanto, na teleologia absurda, aberrante, mas socialmente determinada, de supor o controle pelo alto da lógica do capital. Uma função estatal que, no fundo, estava reservada a propiciar as condições para a autoexpansão do capital sem resolver as mazelas sociais da modernização excludente. Uma expansão capitalista associada ao imperialismo, que não levava em conta os percalços da subordinação e atrofia estrutural, à base da colaboração entre as classes sociais, visando a realizar as necessidades dos possuidores, regrada e controlada pela autocracia bonapartista. Um projeto nacional que implicava a *instrumentalização* dos capitais externos, sem se dar conta de que o inverso é que se efetivaria, acentuando-se a nossa subordinação estrutural e atrofiando-se cada vez mais intensamente a produção nacional, devido à própria internacionalização, como *subsistema econômico* do universo do capital. Todavia, não havia outra saída. Na pobreza, segundo a visão golberiana, os rumos pertencem ao comunismo.

O elemento-chave da vertente castelista era a imagem de uma potência moderna, ao feito das nações do Ocidente, o que não se alinhava com o credo ditatorial sem limites da “revolução permanente” dos duristas. O castelismo antevia o momento do trânsito sem perder os traços do autocratismo. No andar da carruagem, com as rédeas passando para as mãos dos duristas, as intenções do medicismo sempre foram explicitadas com a consciência de suas conseqüências desumanas. Segundo o general Médici, “Não me poderia, dian-

te disso, trabalhar o espírito preocupação maior que a de instaurar entre nós *ordem social*, onde *todo o interesse legítimo seja devidamente tutelado*". Ora, o terrorismo oficial comprovava precisamente as intenções da "guerra suja": a exclusão física do outro. O assassinato político! Em nome do *bem comum* se fez a "violência edificante", a barbárie. Na "guerra revolucionária" todas as armas são válidas. Daí, assegura Médici,

(...) tive uma conversa com o ministro do Exército, general Orlando Geisel, e perguntei: "Mas só os nossos morrem? Quando invadirem um aparelho, terão de invadir metralhando. Estamos numa guerra e não podemos sacrificar os nossos". Não há dúvida de que era uma guerra, depois da qual foi possível devolver a paz ao Brasil. Eu acabei com o terrorismo neste país.<sup>25</sup>

O problema residia em definir essa *tutelage armada e repressiva* sempre em sintonia com as "aspirações do povo", a sua índole "passiva", como sendo uma "democracia brasileira". Isto porque

(...) a democracia, como forma de convivência política, não constitui categoria lógica, imutável no tempo e no espaço, porém conceito histórico, *sujeito às revisões impostas pela conveniência social*. Como o homem, em suma, não foi feito para a democracia, mas a democracia é que foi feita para o homem, nada mais natural que a democracia brasileira se afeiçoe às exigências de nossas condições sociais e não às de sociedades alienígenas, notadamente quando é certo que alguns dos regimes aí vigorantes nem sempre viveram em odor de santidade.<sup>26</sup>

Segundo o general Geisel, "No caso, havia um confronto ideológico, uma luta civil, na realidade uma guerra civil, embora de reduzidas proporções, mas abrangendo praticamente todo o território nacional". Com isso, no combate às guerrilhas, "era essencial reprimir. Não posso discutir o método de repressão; se foi adequado, se foi o melhor que se podia adotar. O fato é que a subversão acabou". Nessa direção, a violência "revolucionária" torna-se legítima e necessária: "Acho que a tortura em certos casos torna-se necessária, para obter confissões. (...) Não justifico a tortura, mas reconheço que há circunstâncias em que o indivíduo é impelido a praticar a tortura, para obter determinadas confissões e, assim, evitar um mal maior!"<sup>27</sup>

O problema era detectado e sua estratégia residia na erradicação brutal de qualquer resistência e movimento que ameaçassem o poder autocrático-burguês, uma vez que, com um afrouxamento e tolerância em sua vigilância e controle, com a guarda rebaixada, "os subversivos haviam de querer mais e mais e acabariam tomando conta do poder. Porque o outro lado tinha um objetivo determinado. Grande parte era realmente da esquerda comunista. Quer dizer, eles tinham uma ideologia e não parariam enquanto não conseguissem implantá-la",<sup>28</sup> como se expressava Ernesto Geisel.

Em suma, os novos demiurgos da construção nacional, os militares e o “sistema” acreditavam ter os poderes de controle não só da modernização econômica (pela ação estatal), mas, sobretudo, da movimentação das classes subalternas, dos agrupamentos oposicionistas, dos parlamentares, dos processos eleitorais, da elaboração de uma ordem jurídica segundo os “ideais revolucionários”, da esquerda comunista, dos costumes culturais e da seleção da produção artística. Aqueles ideais nada possuíam de “revolucionário”, ao contrário, eram rigorosamente reacionários e, sobretudo, supunham controlar os rumos da nação alçando-a à condição de país soberano e desenvolvido. Este acabamento seria buscado por meio de vontade política e competência tecnológica e administrativa, em sua plena integração ao sistema internacional. Como ironizou Oliveiros Ferreira, o sonho golberiano contemplava a plenitude do *primeiro mundo*, o sonho de *grande potência* – o Brasil suposto como umbigo do mundo.<sup>29</sup>

A tragédia do destino histórico da classe dos proprietários em nosso país é o que tipifica a nossa modernização excludente e sua irmã siamesa, a violência estrutural. Com os desdobramentos das determinantes estruturais do capitalismo brasileiro, consubstanciou um tipo de capital atrofico, subordinado e induzido de fora, cuja lógica concreta configura o exercício do poder sob o molde do *autocratismo burguês*, reproduzindo permanentemente a sua condição de subalternidade. Traduzindo esta lógica perversa, numa expressão consistente, Darcy Ribeiro escreveu que o Brasil é uma espécie de “usina de moer carne humana”. As classes dominantes, no fundo, com a viseira de seus interesses particularistas e exclusivistas, resistem às transformações sociais que possam elevar as condições materiais e espirituais das categorias subalternas.<sup>30</sup> Situando a função histórica da exploração de nossa força de trabalho no contexto da subordinação estrutural, Darcy Ribeiro torna cristalina a particularidade de nossa modernização na divisão internacional do trabalho, um metabolismo social do capital que, sugando os esforços nacionais, aprofunda a desigualdade social e com sua modernização reflexa cria

(...) *um proletariado externo atípico com respeito aos protagonistas históricos*, (...) porque não possui uma cultura original e porque *sua própria classe dirigente é o agente de sua dominação externa*. (...) Por conseqüência, a economia brasileira, que sempre viveu faminta de mão-de-obra, tendo que importar grande parte de sua força de trabalho, hoje vê sua população tornar-se excedente das necessidades da produção. É o trabalhador brasileiro que se torna obsoleto como uma força descartável dentro da economia nacional.<sup>31</sup>

A via colonial desconhece processos instauradores que pudessem estruturar sólido regime democrático-burguês. Nasce, desse modo, uma categoria social atrelada ao capital cuja potência auto-reprodutiva é extremamente restringida, uma burguesia incapaz de exer-

cer sua hegemonia e, com isso, incorporar e representar efetivamente os interesses das demais categorias sociais numa dinâmica própria. Enquanto o capital concluso pode contemplar, em sua autonomia estrutural, amplas parcelas das categorias subalternas (elevando-as no plano das condições materiais de vida), nas formas do capital inconcluso, as formações típicas da via colonial de objetivação capitalista, em face de seu retardo histórico, antepõem de modo excludente, permanentemente, evoluer nacional e progresso social. É graças a esta determinação histórica, a sua *incompletude de classe*, que se constitui o *capital atrofico e subordinado*, com suas características egoística e exclusivista.<sup>32</sup>

Alijado o movimento operário e sindical, assim como suas expressões políticas, principais obstáculos às suas diretrizes econômicas, a ditadura bonapartista pretendeu “acelerar” a modernização da estrutura social e econômica pela implantação de reformas necessárias, como institucionalizar o mecanismo de planejamento e reformular o sistema de elaboração, assim como executar o orçamento através de uma reforma administrativa.<sup>33</sup>

#### *O ressurgimento do movimento operário*

Com a entrada dos trabalhadores na cena histórica, em finais da década de 70 e princípios da seguinte, na região paulista do ABC, valendo-se da arma da greve, ato que *por si* mesmo se convertia numa *vitória*, a luta meramente reivindicatória agia como um explosivo. Isto porque se transformava na imediaticidade em arma política, uma vez que feria os pilares da acumulação monopolista subordinada – a política salarial, a superexploração da força de trabalho. Com este ato prático, transgredia os marcos da estrutura jurídico-política repressiva da autocracia burguesa. A luta pelos valores formais da democracia, aludida pela oposição (em especial, a parlamentar e a “eurocomunista”), ganhava conteúdos concretos. Mais ainda: a movimentação do novo agente social transformava-se em parâmetro para outras categorias do trabalho e o recurso da greve se alastrava a vários rincões do país.

Desde o maio de 1978, na Saab-Scania, o ressurgimento e a criatividade das greves operárias demonstrada pelo movimento espontâneo – *não espontaneísta* – ludibriava a própria segurança interna das fábricas e a repressão do autocratismo burguês. A classe trabalhadora ali, no pé da máquina, cruzava os braços e estancava a produção. Como reprimir homens e mulheres que entraram silenciosamente e se dispuseram a marcar o ponto e não pôr em movimentação a maquinaria com suas capacidades subjetivas humanas. Esta retomada não surgiu do vazio, pois o próprio Sindicato dos Metalúrgicos já denunciava a fórmula do arrocho salarial e, mais ainda, a falsificação dos índices que aprofundavam a corrosão dos salários em 34,1% (fraude atestada pelo Bird e revelada pelo jornalista Paulo

Francis e pelo parlamentar Eduardo Suplicy). A classe operária se utilizava, nesse processo, de várias formas organizativas de mobilização e conscientização, como grupo de comando, comissões de fábrica, produção de panfletos, contatos interfábricas; daí, um passo adiante, a multiplicação das greves por fábricas.

O líder metalúrgico Luiz Inácio da Silva, o Lula, na assembléia multitudinária de 27 de março de 1979 (no Estádio de Vila Euclides, em São Bernardo do Campo), ao responder às negativas do patronato com a adesão plena de sua base, exprimiu um sentimento vivo que pulsava nas manifestações: “Que essa greve sirva de demonstração para os patrões nunca mais duvidarem da classe trabalhadora. Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores”.<sup>34</sup> A classe operária desta região apregoava de modo vibrante e a todos os cantos que era preciso muita coragem e ousadia para prosseguir na luta. Os dirigentes sindicais não se intimidavam com as ameaças e interditos: assumiam corajosamente todos os riscos. Sabiam que os empregos estavam ameaçados, sabiam da fome que cercava suas famílias, sabiam dos tormentos que os esperavam. Ousaram destemidamente, dentro de seus limites. “Só tem um jeito de a gente perder esta luta: é voltar ao trabalho de cabeça baixa”.<sup>35</sup>

Há que recordar que, na história do movimento operário, há poucos casos em que um setor da classe operária, os metalúrgicos, pôde reunir mais de cem mil trabalhadores numa assembléia sindical. A demonstração cabal desta capacidade de luta seria uma constante nas greves metalúrgicas que irromperam contra a miserável condição a que estava relegada a classe operária por conta da exploração de suas energias vitais e do baixo padrão de vida material. A coerção do capital sobre o trabalho se impunha consoante a lógica perversa da reprodução ampliada, vampirização a consumir a apropriação dual da mais-valia pelos capitais internacionais e por seus parceiros nacionais.

O ponto decisivo a ser registrado reside na circunstância em que as greves reemergiram: irromperam no bojo da crise do “milagre econômico brasileiro” e, por sua efetivação concreta, batiam de frente com o pilar fundante da política econômica da ditadura, bem assim, com os limites estabelecidos pelo domínio autocrático dos proprietários e ancorados numa legislação repressiva; desse modo, o simples pôr-se em marcha as fazia greves imediatamente políticas.<sup>36</sup> A reação dos possuidores foi imediata, buscando inibir e cercear o alargamento das greves e de possíveis conquistas da classe operária, com o reforço da vigilância e policiamento interno nas fábricas à cata de lideranças, as inevitáveis demissões e açoitamentos, como panfletos de intimidação a quem aderisse novas agitações e paralisações.

Ora, precisamente, como um presente à posse do general João Baptista Figueiredo – o militar que declarava “fazer a democracia” mesmo prendendo e arrebatando quem o con-

trariasse<sup>37</sup> –, a fim de consumir o trânsito pelo alto, mais uma vez, no dia 13 de março de 1979, o movimento operário-sindical se manifestava, irradiando o processo grevista pelas principais fábricas do ABC e criando comissões salariais articuladas com as direções sindicais (que acabaram por imprimir a prática cotidiana de assembleias plebiscitárias com milhares de trabalhadores).

Nessa movimentação da resistência operária, assistia-se à passagem da reemergência para a afirmação do operariado, “consubstanciando um salto qualitativo: o da passagem da fase de resistência democrática, que caracteriza todo o período anterior, de maio de 78, para a fase do movimento democrático de massas propriamente dito”.<sup>38</sup> Se, de um lado, o movimento liderado pelo Sindicato dos Metalúrgicos revelava enorme capacidade de liderança e articulação – com a combatividade extraída de suas bases, com a consulta e deliberação democráticas, com o estímulo à criação e organização de comissões de fábricas –, de outro, o refluxo do movimento sindical (com a prisão de suas principais lideranças e em que pese a resistência redobrada) não conseguiu o alargamento social e político das greves. Uma das debilidades do movimento grevista foi a de não buscar a unificação dos vários setores do trabalho que tinham em comum a superexploração e degradação de suas condições de vida. Com o refluxo, a ofensividade do capital pôde desarticular uma possível equação programática que apontasse para a raiz das mazelas sociais. Por esta razão, “a transição consistiu na auto-reforma da dominação política discricionária, em razão e benefício de seu fundamento – a perversa sociedade civil do capital inconcluso e subordinado, arremetida ao sufoco de uma grave crise de acumulação”.<sup>39</sup>

Se acertada a visão das lideranças sindicais (segundo a qual as agremiações políticas de esquerda estavam distanciadas das massas), a necessidade de uma ferramenta política era vital para os trabalhadores fazerem valer suas reivindicações e mudarem o regime político e, numa movimentação de massa, romper a lógica perversa da plataforma econômica assentada na superexploração da força de trabalho. De outra parte, este historicamente novo se apresentava como “um novo com traços problemáticos”. Haja vista que a “nova esquerda”, ao se diferenciar do stalinismo e da rejeição dos caminhos da “burocracia soviética”, acabou por soterrar a necessidade do pensamento crítico-revolucionário e o *télos* da emancipação humana, renunciando, com isso, ao combate pela “independência ideológica” e à perspectiva de alternativa de uma equação econômica que, unificando os vários setores do trabalho, pudesse emplacar uma transição parametrada pela lógica onímoda do trabalho. Sem isto, brotou e se reproduziu um arsenal de “mitos ideológicos”. Esquecia-se, no que tange à luta pela democracia formal e à constituinte, que, na síntese chasiniana, “a democracia real é a verdade da constituinte, e que a constituinte não é a verdade da democracia real”. O sintoma mais evidente disso pode ser detectado na percepção

ção atual de que, com todos os avanços da democracia política, os contingentes eleitorais se ampliando numericamente a cada eleição consumada, a possibilidade de um operário presidir a República, a *democracia social* ainda não foi alcançada.

É sabido que os arautos da política econômica da autocracia burguesa deram forma a uma fórmula efetivamente *mágica* para o capital, a fórmula do arrocho salarial:<sup>40</sup> quanto mais se intensificavam ritmo e prolongamento da jornada de trabalho e os mecanismos de exploração, o reajuste salarial imprimia um menor percebimento da parte dos trabalhadores. Em sua política salarial – viga mestra da economia política –, os índices eram fixados *anualmente* pelo próprio governo e não se concediam aumentos salariais; com uma *matemática perfeita*, chegava-se ao absurdo: quanto mais os índices do custo de vida subiam, menor era o índice dos reajustes salariais, portanto, menos dinheiro ia para o bolso do trabalhador. Por esta razão, as lutas sindicais, quando irromperam, dirigiram-se permanentemente contra esta forma de exploração, além de romper na prática com o cerceamento das “leis revolucionárias” à própria atuação de classe, na busca da *recomposição salarial*, ano após ano.

Além da preservação dos interesses dos grandes proprietários rurais, a organização produtiva se centrou no departamento produtor de bens de consumo duráveis, de propriedade do capital estrangeiro, para o consumo de parcelas favorecidas das camadas médias. A recorrência aos empréstimos e capitais produtivos de origem estrangeira se deu num quadro favorável de alta liquidez, de estabilidade política (pelo controle coercitivo do capital sobre o trabalho), da militarização das instituições, que proporcionava alta concentração de renda e, no plano de fundo, a apropriação dual da mais-valia, por meio da política salarial arrochante. De outra parte, com o lema “exportar é a solução”, visava a atender aos setores exportadores, através de bens competitivos a serem oferecidos no mercado internacional. “Numa palavra, a organização dada à produção nacional é que determina a avassalante desigualdade na distribuição da riqueza. Em outros termos, a forma atual da produção da riqueza é que causa diretamente a superexploração do trabalho, isto é, a miséria das massas trabalhadoras”. Sendo assim disposta, o equívoco central das oposições residia no fato de não atentar para esta determinação, teimando com seu “distributivismo”, uma distribuição melhor e mais justa, sem mexer na plataforma econômica da ditadura. O ocaso do “milagre econômico brasileiro” se revelou um processo autofágico, precisamente, porque em sua raiz não poderia atender às necessidades vitais das massas trabalhadoras e da maioria dos indivíduos que integravam o país e, por sua própria lógica específica, estanca-va-se em sua própria engrenagem.<sup>41</sup>

### *O ardil do politicismo*

A reflexão contemporânea sobre a politicidade, o entendimento político e as formas de poder têm sido freqüentemente uma visitação ao *aperfeiçoamento* destas formas, visando a corrigir seus defeitos e, com isso, alcançar sua perfectibilidade, desconhecendo, assim, a razão das *taras sociais*: o sociometabolismo do capital. Há que reconhecer, no entanto, que “por natureza, a política sendo a administração do domínio de uns sobre outros, jamais pode ser a sagração da santidade”.<sup>42</sup> A política, em seu traço essencial, é intrínseca à forma de sociabilidade do capital, uma vez que deita suas raízes na própria vida cotidiana, “onde tudo está impregnado de seu contrário”. Além disso, em quaisquer de suas particularidades, é “sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens”. Nesse sentido, “é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas”. A política emerge em sua dimensão histórica como *força social pervertida e usurpada*. Dada sua negatividade na esfera social, a politicidade se assenta numa “sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado”; trata-se da “política como autodeterminação na forma da alienação”.<sup>43</sup>

*O ardil do politicismo* surge, nesta situação, como arma vital para a reprodução do autocratismo-burguês, forma recorrente do seu ser social limitado e atrofiado. Mecanismo que lhe permite cortar os horizontes e perspectivas de vasto contingente da classe trabalhadora da cidade e do campo, manipulando as consciências oposicionistas, atrai para o seu próprio campo o desenlace da transição pelo alto, ganhando a chancela para a vitória de sua propositura, deixando intocável a forma particular da acumulação subordinada e desarmando uma alternativa da perspectiva do trabalho.

Uma das características da *Analítica Paulista* reside no artifício de priorizar a esfera da política, seccionando-a da econômica, com o que anula o primado ontológico do complexo da produção e reprodução da existência material, a centralidade da atividade prática sensível no âmbito do ser social, confundindo-a como fator que permite operacionalizar os lances políticos separados e autonomizados do âmbito do metabolismo social do capital.<sup>44</sup> Na posição politicista, que separa arbitrariamente o social do econômico, acaba por dissociar “o agente ativo e sensível (o social) da própria atividade sensível (o econômico), o sujeito de seu próprio predicado, e só os religa pela mediação, tornada decisiva, da atividade extra-sensível (a política).”<sup>45</sup> Além disso, “o politicismo arma uma política avessa, ou incapaz de levar em consideração os imperativos sociais e as determinantes econômicas.

Expulsa a economia da política ou, no mínimo, torna o processo econômico meramente paralelo ou derivado do andamento político, sem nunca considerá-los em seus contínuos e indissolúveis entrelaçamentos reais (...). Trata-se, está claro, de um passo ideológico de raiz liberal”.<sup>46</sup>

Desde o esgotamento do “milagre”, em meados de 1973, as frações da classe dominante começaram a desnudar-se perante os “novos demiurgos”. Da mesma forma que em seus pronunciamentos de 1982, os empresários reclamavam que uma *recessão sem destino* conduziria inevitavelmente o país a uma situação incontrolável, em que *a própria existência da empresa privada nacional estaria ameaçada*. Os bons lucros poderiam até não ser os mesmos, mas agora a perspectiva era a de *perdas crescentes*. Após tantos anos favorecidos pela tutela militar, apoiando a “ditadura da espada sobre a sociedade civil”, os empresários – não mais satisfeitos com as soluções do bonapartismo –, passaram a clamar por maior participação nas decisões políticas: *abertura!* Necessidade histórica que vislumbrava uma alternativa à fórmula bonapartista, segundo a qual as frações descontentes retiravam o apoio ao terrorismo oficial explícito – ainda que a mudança de forma não modificasse o traço autocrático. Nesse sentido:

Perecidos estavam os fundamentos do *bonapartismo*, até mesmo porque, para certas angulações dos setores dominantes, em dada medida e para aquela fase, estavam cumpridas suas finalidades: *economicamente*, garantira a superexploração do trabalho, patrocinando curta, mas intensa acumulação – nada mais do que a “inchação modernizadora” do aparato da velha subordinação estrutural da economia nacional, é certo, mas que fora suficiente, por alguns anos, para nutrir os cofres relativamente limitados e aplacar os temores ilimitados de nossa estreita burguesia; *politicamente*, desorganizara e aterrorizara o movimento de massas, especialmente o movimento operário, e desbaratara as oposições, especialmente do ponto de vista ideológico, mas também emasculara sua programática e influíra poderosamente em sua orgânica.<sup>47</sup>

Há que especificar que uma das características essenciais da reprodução da dominação do capital atrofico em nossa formação histórica acha-se no fenômeno do politicismo. Esta é intrínseca à natureza dos – e estratégia utilizada de modo consciente pelos – proprietários nacionais, a fim de barrar qualquer possibilidade que modifique a lógica particular da organização produtiva angulada sob interesses amesquinçados, exclusivistas e particularistas (e, por esta razão, montada sobre o pilar da superexploração da força de trabalho, o que implica a exclusão dos contingentes majoritários da sociedade na apropriação dos frutos de seu próprio trabalho). Com isso, à margem das fontes da vida, da natureza e dos meios de produção e, em sua substância social, da riqueza genérica que ela mesma cria, a classe trabalhadora se vê tolhida na elevação de sua própria condição material,

afastando-se da produção genérica de si própria. Decerto, do ângulo da economia política, não basta reconhecer positivamente a centralidade do trabalho como “essência subjetiva da propriedade privada”. Tampouco constatar que, contraditoriamente, nesta relação, sobra “nada ao trabalho e tudo à propriedade privada”. Segundo a posição ontológica de Marx: “nós nos damos conta de que esta aparente contradição é, na realidade, a contradição do trabalho *estranhado* consigo mesmo e de que a economia política se limita a enunciar as leis do trabalho estranhado”.<sup>48</sup>

Em nosso caso, abole-se idealmente esta “essência subjetiva” e se firma a crença de que o capital *gera* o trabalho. Obnubiladas as condições de produção e reprodução da vida material, coisificando e naturalizando esta dimensão essencial do cotidiano (e, nela, a superexploração da força de trabalho em todas as suas conseqüências), as oposições – desprovidas de uma programática da perspectiva do trabalho capaz de desmontar as mazes da forma particular da organização produtiva – acabaram por se afinar ideologicamente ao cronograma militar que nossos *sorbonnards* intentavam. Estes propugnavam uma *transição pelo alto*, sob a constante tecla do “aperfeiçoamento das instituições”, da “restauração democrática”, com o que permanecia intangível a esfera econômica e, ao mesmo tempo, conclamavam a oposição para o seu próprio campo e a desarmavam, dirigindo-a para a política da “distensão democrática”, lenta, gradual e segura.

A produção teórica que se concentra em desvendar a teleologia e os passos políticos da “distensão democrática” levada a cabo pelos castelistas se nutre do *télos* politicista da auto-reforma da autocracia bonapartista para reafirmar a impropriedade de qualquer alternativa que pudesse desarmar a engrenagem dos aparatos de repressão. Tal tarefa implicava somente uma saída: a resolução pelos próprios militares, sem a participação das massas. Segundo essa vertente, o equívoco das esquerdas decorreu do fato de que, para elas, a derrubada do regime teria de ser radical, não se reconhecendo na “distensão democrática” do general Geisel uma “autêntica” ruptura com o “autoritarismo”. Se elas “acertavam” ao não identificar a *transição* como corte radical nem instauração plena da democracia,

(...) equivocaram-se, contudo, ao conceber a implantação do regime democrático sem algum tipo de transição temporal e ainda no tocante à natureza e aos mecanismos do regime autoritário. A insuficiência política e teórica de sua posição estava, portanto, fundada em não indagar-se sobre o valor da obra política do presidente Geisel.<sup>49</sup>

Sendo assim, nessa visão politicista, o general Geisel teve de enfrentar os seus próprios pares – a *linha-dura* – e, mais ainda, à esquerda, a oposição parlamentar agrupada no MDB. Esta, não reconhecendo a grandeza histórica do militar-presidente e o valor e magni-

tude do *projeto de distensão*, teria adotado uma política equivocada, de “orientação maximalista”, ou seja, de derrubar integralmente a ditadura. Desse modo, com o “maximalismo” inoperante do MDB,

(...) o partido de oposição colaborou certamente para estreitar a margem de manobra do governo com relação aos seus adversários militares localizados à sua direita, deixando ao presidente a única alternativa de entendimento com a extrema-direita militar nos termos que esta lhe impunha: restringir o processo de distensão política. Caso contrário, estes setores militares promoveriam a desestabilização do frágil equilíbrio institucional.<sup>50</sup>

Somente agora, a distância, a esquerda pode compreender o valor e a missão história do projeto de “distensão democrática”, pois, em nosso país,

Geisel não tem reconhecido o seu mérito no tocante à autoria e à condução de uma obra significativa, um processo de transformação política de alto risco que acabou por combinar concessão do regime para preservar a autonomia militar, conquista dos direitos democráticos pela sociedade civil, transição lentíssima, conservação e mudança no plano social.<sup>51</sup>

Com a *auto-reforma* encaminhada, uma vez anulada a resistência armada, no campo da social-democracia se buscava estabelecer uma concepção de democracia como valor universal, independente das classes sociais. Nela o *dissenso* seria reconhecido, juntamente com os interesses partidários, e o Parlamento apareceria como o espaço em que as razões individuais buscariam o *consenso* na forma da lei, no andamento de acordo com as regras do jogo. Sem alternativa revolucionária no horizonte, Fernando Henrique Cardoso inferia que:

Temos de acabar com a ideologia do “inimigo interno” à moda antiga, porque é com base nela que se tenta justificar a intervenção. Não há nenhuma agitação extraordinária hoje no Brasil. Pelo contrário, o que me espanta é a falta de tenacidade na pugna social em nosso país. Não digo que na época da guerrilha não existisse esse inimigo interno, pois não sou pessoa de esconder a realidade com palavras. Mas hoje não existe mais. Quem fala em setores incendiários das esquerdas está inventando inimigos. Não há hoje no Brasil nenhum setor das esquerdas que pregue outra coisa senão o voto. Todos estão de acordo com a necessidade de eleições e de uma nova Constituição.<sup>52</sup>

Às vésperas do golpe de 1964, colado à lógica da realidade, Caio Prado Jr. indagava se os dirigentes comunistas tinham consciência do que estava prestes a ocorrer. Desmistificava as ilusões prestistas, segundo as quais nunca o Partido estivera tão influente e organizado, e anunciava com veemência o golpe às escâncaras. Ainda que manifestasse simpatia em relação às manifestações populares e à plataforma reformista, criticava o oportunismo

pecebista, que se considerava representado e influente no poder janguista e, em que pese certo controle de setores do movimento sindical, denunciava sua inconsistência, caracterizado “por agitação estéril sem nenhuma penetração no sentimento popular”. O historiador reclamava, com justeza, a ausência de um corpo teórico revolucionário para que a esquerda compreendesse o terreno minado em que atuava e o programa completamente descolado da particularidade histórica brasileira.

Realmente, na ausência de tal teoria, e incapacitadas por isso de conduzirem, na complexidade dos fatos reais que não se ajustam a seus esquemas teóricos sem correspondência com a realidade, as esquerdas brasileiras não podiam, como de fato não lograram mobilizar efetivamente as verdadeiras forças revolucionárias.<sup>53</sup>

Há que reconhecer como virtude do politicismo burguês – freio e protetor de sua estreiteza econômica – o desfibramento de uma oposição conseqüente ancorada numa alternativa econômica da perspectiva da lógica onímota do trabalho. Assim, em 1989, depois de quase 30 anos sem eleições diretas, as oposições se apresentavam divididas e sem uma alternativa econômica. Sua tibieza teórica fez que, na primeira eleição para presidente da República, na ausência de posição de esquerda, a vitória de um autêntico demagogo e oportunista pusesse definitivamente abaixo a possibilidade da atadura dos fios rompidos de um desenvolvimento nacional com progresso social. Em dezembro de 1989, logo após a derrota para o aventureiro, Darcy Ribeiro foi lacônico: “Talvez tenha sido a nossa última oportunidade histórica!”. As diversas frações da perspectiva do capital atrofico se apresentaram, mais uma vez, impotentes e clivadas em interesses mesquinhos e particularistas. Diante da crise econômica – legado da autocracia burguesa bonapartista –, os proprietários apresentavam-se divididos politicamente. Isto porque

Em 89, sem projeto nacional e carentes de qualquer programa político, acovardados diante das candidaturas de Leonel Brizola e Luiz Inácio da Silva, enveredaram pela calha de suas piores inclinações, arrematando um pacto conservador temerário em redor de Collor de Mello, na presunção de que retinham seus cordéis e os moveriam a seu bel-prazer.<sup>54</sup>

Naquela ocasião, uma confluência eleitoral à esquerda do capital seria a estratégia concreta mais plausível, por meio de um movimento democrático de massas, para a ruptura definitiva da dominação autocrático-burguesa. Não pelo *corte socialista*, decerto. Pronto, o capital coletivo/não-social do Leste europeu também implodia. A transição impossível desfazia-se aceleradamente. Aqui, as esquerdas sem programa, sem unidade, sem nada, ensejaram a vitória do “filhote da ditadura”. E, assim, pôs em xeque não só as oposições, mas também, as “teorias” da *Analítica Paulista*. Com a vitória de Collor de Mello,

(...) a internacionalização econômica subordinada do país estará definitivamente imposta, de modo que todo seu perfil estrutural será basicamente outro (...). A presente sucessão presidencial, celebrada eleitoralmente depois de 30 anos, pode estar gerando o encerramento de um patamar histórico. Se assim for, ter-se-á perdido a última oportunidade de um quadro de realidade e de seu potencial de lutas. Os novos e futuros serão muito distintos, para os quais as armas atuais já não terão nenhuma serventia, e não só porque hão de ter mostrado que não prestam. É sempre uma lástima, humanamente penosa, perder oportunidades históricas. Mas do que tem sido feita a crônica da esquerda no Brasil? Ou é mais justo perguntar no mundo? Quando a esquerda não rasga horizontes, nem infunde esperanças, a direita ocupa o espaço e draga as perspectivas: é então que a barbárie se transforma em tragédia cotidiana.<sup>55</sup>

Com o derribamento da candidatura oposicionista, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, consumava-se o processo da *auto-reforma* da autocracia burguesa, previamente traçada e regimentalmente seguida no cronograma militar da transição pelo alto. O regime instaurado a partir de 1964, “o crime erigido sob a forma de lei”, não foi abatido por um amplo movimento de massas, articulado num projeto econômico alternativo da perspectiva do trabalho, porém – e esta foi sua grande vitória –, manteve em seus traços gerais a forma particular da organização produtiva subordinada e induzida de fora. Do golpe de 1964 até a instauração da “Nova República” – com o referendo do nome de Tancredo Neves, pela via indireta, num Colégio Eleitoral, e a consagração de um aventureiro no poder, em 1989 –, transitou-se de uma *forma bonapartista* para uma *autocracia burguesa institucionalizada*. Reafirmava-se o velho ardil do *politicismo burguês*, no desarme da oposição para o enfrentamento da questão nacional, marginando a sua ação na esfera do político, no “aprimoramento das instituições”. Tudo consoante o estratagema do capital atrofico, que impõe limites que não poderiam ser ultrapassados, numa rígida linha divisória: a ruptura com a estrutura econômica subordinada aos capitais financeiros internacionais e o trânsito para uma forma de metabolismo social da perspectiva do trabalho.

*Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004*

#### Notas

\* Professor-doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP e do Colegiado de Ciências Sociais do Centro Universitário Fundação Santo André.

<sup>1</sup> Em *Conversando com Lukács* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 42), o filósofo húngaro sustenta que, mesmo no caso dos fenômenos ideológicos, “a verdade é concreta”. Os complexos categoriais são modos de ser, formas e determinações da existência. O pressuposto ontológico reside no traço determi-

nativo de que “atividade ideal é atividade social” (Marx). As formas de consciência, as representações ideológicas, as idéias, não possuem história imanente, pois são resultados da interatividade humano-societária, já que os indivíduos concretos são seres ativos, históricos, sensíveis, carentes, que atuam de modo consciente e, dessa maneira, constroem os problemas cujas respostas se encontram na própria realidade histórico-social.

<sup>2</sup> Elio Gaspari, após 18 anos de pesquisa, prevendo acrescentar mais dois volumes (o que totalizaria cinco livros) num projeto seminal, salienta que “há nele uma preponderância de dois personagens (Geisel e Golbery) que não corresponde ao peso histórico que tiveram nos 21 anos de regime militar. O que eu queria contar era a história do estratagema que marcou suas vidas. Fizeram a ditadura e acabaram com ela” (GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 20).

<sup>3</sup> Conforme D’ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary D. e CASTRO, Celso (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. 2 ed. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994, p. 155.

<sup>4</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 2 ed. São Paulo, Ática, 1987, pp. 66-7. Há que grifar o “até agora”, haja vista que o autor tem feito revisões bem mais nuançadas de sua posição anterior.

<sup>5</sup> Caio Navarro de Toledo destaca, nesta linha revisionista, uma ala liberal-democrática em nossa academia: “Numa entrevista, Marco Villa afirmou existir uma identidade política entre esses agentes: o que unia ‘ambos os lados é que todos querem chegar ao poder por (sic) golpe, seja os militares, seja Brizola e mesmo Jango (...) tanto é assim que veio o golpe’. Num artigo, o autor opinou que a democracia, no pré-64, tinha muitos inimigos, sendo ‘atacada por todos os flancos’; ‘vivendo aos trambolhões’, acabou sendo destruída. Para Villa, o que deve ser destacado na conjuntura de 1964 foi a ação destrutiva de várias forças, pouco comprometidas com os “valores democráticos” (...). Nesta perspectiva analítica, não caberia, pois, privilegiar o fato de que agentes políticos, bem concretos e definidos, não hesitaram em colocar soldados e tanques nas ruas para suprimir a democracia política vigente no país.” Cf. TOLEDO, Caio Navarro. As falácias do revisionismo. Os 40 anos do golpe. *Crítica Marxista*. Rio de Janeiro, Revan, n. 19, p. 34, 2004.

<sup>6</sup> A esquerda, em verdade, tem se submetido continuamente aos construtos subjetivos de matriz liberal. Em sua luta contra a “estetização da política”, no confronto com o nazi-fascismo, Walter Benjamin advertiu que os conceitos da esquerda jamais poderiam servir aos seus inimigos. Certamente, não é o caso de nossos “críticos” de extração liberal-democrática. Ou, como acentuava Balzac, “a crítica hoje só serve para uma única coisa: fazer viver o crítico”. Ver BALZAC, Honoré. *Os jornalistas*. Tradução de João Domenech. Rio de Janeiro, Ediouro, 1999, p. 79.

<sup>7</sup> Diante da crescente rebeldia popular e da possibilidade de intensificação e ampliação dos movimentos sociais, a direita ibadiana desenhou o mapa dos focos de agitação. Segundo Roberto de Oliveira Campos, “A inquietação na área rural brasileira tornava a discussão cada vez mais passional. Brizola desfaldava, no Rio Grande do Sul, a bandeira das desapropriações. No Nordeste, surgira o movimento protomarxista das Ligas Camponesas, de Francisco Julião; a área era particularmente explosiva por causa da confrontação entre os minifúndios do agreste e os latifúndios canavieiros do litoral. Em Minas Gerais, o agitador popular Chicão promovia motins contra os latifundiários e o movimento tinha repercussões no Rio de Janeiro, Goiás e Paraná. A própria Igreja Católica estava dividida, com tonalidades mais conservadoras no Sul e mais radicais no Nordeste, onde D. Hélder Câmara fazia a pregação da ‘justiça no campo’”. Cf. CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa*. Rio de Janeiro, Topbook, 1994, p. 686.

<sup>8</sup> MARINI, Ruy Mauro. “Contradições e Conflitos no Brasil Contemporâneo”. *Revista Teoria e Prática* 3. São Paulo, s/ed., 1968, p. 45.

<sup>9</sup> DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. 2 ed. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 259. Ainda que não desenvolva o conceito de bonapartismo para o regime e não problematize o de “populismo”, Dreifuss assinala que “O novo Estado estabelecido em 1964 agiu não

só em nome do bloco do poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sob o comando do bloco de poder vigente organizado pelo Ipes. O Estado de 1964 era de fato um Estado classista e, acima de tudo, governado por um bloco de poder. Justamente por sua sujeição ao controle pessoal de um bloco liderado pelo Ipes, o Estado se encontrava fora da esfera de influência das classes dominantes em geral, ao mesmo tempo em que gozava de autonomia total em relação às classes dominadas, enfatizando, assim, a necessidade de qualificar as afirmações a respeito da autonomia relativa do Estado no Brasil. Em suma, o Ipes representava, de forma orgânica, o poder dos interesses multinacionais e associados com uma visão estratégica que transcendia interesses restritos de companhias específicas ou grupos sociais e capaz de formular diretrizes políticas que beneficiavam todo o bloco” (p. 488).

<sup>10</sup> Sobre a política imperialista de J. F. Kennedy, ver BANDEIRA, Moniz. *Estado nacional e política internacional na América Latina*. 2 ed. São Paulo, Ensaio, 1995, p. 139.

<sup>11</sup> Mais ainda: em seu arremate argumentativo, Jacob Gorender salienta que, “Em condições desfavoráveis, cada vez mais distanciada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical não podia deixar de adotar a concepção da violência incondicionada para justificar a luta armada imediata. A esquerda brasileira se motivou em suas próprias razões e as reforçou com idéias de impacto internacional nos anos 60. Nas circunstâncias da época, a concepção da violência incondicionada se traduziu praticamente em foquismo e terrorismo. A derrota era inevitável. O que está demonstrado. A esquerda brasileira de inspiração marxista só não pegou em armas quando as condições históricas determinavam que o fizesse” (GORENDER, op. cit., pp. 249-50).

<sup>12</sup> PASSARINHO, Jarbas. *Um intelectual híbrido*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1996, p. 308.

<sup>13</sup> FICO, Carlos. *Além do golpe*. Rio de Janeiro, Record, 2004, pp. 384-385.

<sup>14</sup> A expressão *Analítica Paulista* foi cunhada por J. Chasin ao se referir à produção sociológica e filosófica paulista. A expressão remete, mais precisamente, a um edifício teórico armado a partir do Seminário Marx – estudos sobre *O Capital* iniciados em 1958 –, proposto por J. A. Giannotti e do qual participaram Fernando Henrique Cardoso, Fernando A. Novais e Paul Singer, entre outros. Esta produção intelectual planta uma espécie de “marxismo adstringido” que se converte num ecletismo metodológico impregnado de perspectiva fenomenológica e tipologias weberianas de posição assumidamente social-democrata. Abarca um conjunto de teorias que marcaram as reflexões (e continuam a marcar) de nossa academia: teorias do populismo, do autoritarismo, da dependência e da marginalidade. Este *corpus* ficou um pouco abalado após a dissidência da *Analítica* ter se voltado contra a gestão FHC e seus pífios resultados – todavia, sem o enfrentamento adequado. O principal crítico da *Analítica* assinalou a adstrição indevida com “Operações redutoras que perfilaram uma versão do marxismo circunscrito à condição de *lógica* ou *método analítico* e de ciência do capitalismo, para a qual ficou irremediavelmente perdido o centro nervoso do pensamento marxiano – a problemática, real e idealmente inalienável, da *emancipação humana* ou *do trabalho*, na qual e somente pela qual a própria questão da prática radical ou crítico-revolucionária encontra seu *télos*, identificando na universalidade da trama das atividades sociais seu território próprio e resolutivo, em distinção à finitude da política, meio circunscrito dos atos negativos nos processos reais de transformação”. Cf. CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaios Ad Hominem 1*. Santo André, Estudos e Edições Ad Hominem, t. III, p. 7, 2000. Grifos nossos.

<sup>15</sup> CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro*. 5 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1993, p. 66. Cardoso chama a atenção para a finalidade e as conseqüências dessa centralização: “as metas de intensificar a centralização administrativa e de paralisar o protesto social, ajudaram a tornar o aparelho estatal mais eficaz administrativamente e, ao mesmo tempo, mais repressor. O desmantelamento das organizações de classe dos assalariados e a ‘tranqüilidade política’ obtidas com a repressão facilitaram, naturalmente, a retomada do desenvolvimento, isto é, a acumulação capitalista em escala ampliada” (p. 67).

<sup>16</sup> ENGELS apud ANTUNES, R. *A rebeldia do trabalho*. Campinas/São Paulo, Ed. Unicamp/Ensaio, 1985, p. 116. Sobre este tema, ver RAGO FILHO, A. “Sob este signo vencerás!” A estrutura ideológica da autocracia burguesa bonapartista. *Cadernos AEL. Tempo de ditadura*, v. 8, n. 14/15, pp. 167-168, 2001.

<sup>17</sup> LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo*. Rio de Janeiro/São Paulo, Ed. UFRJ/Edusp, 2004, p. 123.

<sup>18</sup> MARX apud GALVÃO, Luiz Alfredo. *Capital ou Estado?* São Paulo, Cortez, 1984, p. 123.

<sup>19</sup> TROTSKY, Leon. “Bonapartismo e fascismo”. In: *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. Trad. Mario Pedrosa. São Paulo, Livraria Editora de C. Humanas, 1979, p. 280.

<sup>20</sup> No seguimento das políticas expansionistas do pós Segunda Guerra Mundial, nos inícios da guerra fria, Sérgio Buarque de Holanda inscreveu com clarividência, nas páginas do jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, em 19 de junho de 1949, que “Mais do que em qualquer época da história, as divergências políticas de nosso tempo são inseparáveis dos conflitos de idéias”. Ver “Os problemas da democracia mundial”. In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história*. São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 21. Com a derrubada do muro de Berlim, a restauração do capital privado em face da falência das sociedades pós-revolucionárias no Leste europeu, J. Chasin especifica a marca do novo tempo: “A dissociação entre fato e consciência é a marca geral e profunda do conjunto de todos os processos societários na atualidade. (...) Assim, o mundo em curso se apresenta como uma vasta usina do falso”. Ver CHASIN, J. *A miséria brasileira 1964-1994: do golpe militar à crise social*. Santo André, Ad Hominem, 2000, p. 178.

<sup>21</sup> CHASIN, J. A miséria da República dos cruzados. *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 15/16, p. 10, 1986.

<sup>22</sup> As duas facções principais do bonapartismo se dividiram, *grosso modo*, no grupo castelista ou “Sorbonne” e a “linha-dura”, os “radicais, mas sinceros”, na expressão de Geisel. Todavia, como adverte com propriedade Carlos FICO, na obra intitulada *Como eles agiam* (Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 23), ao perscrutar os subterrâneos da ditadura militar: “Não se pode falar do papel dos militares genericamente, pois existiam diferenças significativas entre os que apoiavam e/ou integravam o sistema de informações e de segurança, que sempre queriam mais punições e vida longa para a ditadura, e os demais. É preciso notar, para além da já consolidada percepção da diferença entre ‘moderados’ e ‘duros’, que havia matizes internos a essas correntes, sendo de algum modo restritivo pensar-se apenas nos dois grupos. Evidentemente, nem todo militar da linha-dura atuou, efetivamente, nos sistemas de segurança e de informações”.

<sup>23</sup> É exemplar a crítica aos empresários locais manifestada por Ernesto Geisel em entrevista concedida a D’Araujo et al. De sua parte, o talentoso Francisco de Oliveira identificou seus representantes mais prestativos: “O regime militar não tratou a burguesia corporativisticamente, mas a influência desta nas elaborações da política econômica foi bastante clara no período Castelo Branco e no dos generais Médici e Baptista Figueiredo, e menos aberta no consulado Geisel. Mas de qualquer modo havia suficientes canais pelos quais a burguesia influenciava a política econômica e, sobretudo com os ministros Campos-Bulhões e Delfim Netto, essa influência era escandalosa”. Ver OLIVEIRA, Francisco. “Ditadura militar e crescimento econômico – a redundância autoritária”. In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, M. e MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar. 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, Edusc, 2004, p. 120.

<sup>24</sup> Estas idéias foram amplamente desenvolvidas em meu trabalho *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. 1998. Tese de doutorado em História Social apresentada ao Programa de Estudos Pós-graduados em história da PUC-SP, São Paulo. Ver, ainda, RAGO FILHO, A. “Sob este Signo Vencerás!”, op. cit.

<sup>25</sup> MÉDICI, Emílio Garrastazu. Entrevista à *Revista Veja*, 16 maio 1984. A revelação das fitas gravadas por Geisel retira deste a farsa do desconhecimento do que ocorria nos porões da ditadura. Em sua obra

*A ditadura derrotada*, Elio Gaspari desnuda de modo irrefutável os diálogos da ciência do extermínio: “Em 1974 chegou ao apogeu a política de extermínio de presos políticos. As versões oficiais já não produziam mortos em tiroteios, fugas ou suicídios farsescos nas cidades. Geisel sabia dessa política. (...) É improvável que Geisel só tenha tratado da matança nas duas conversas registradas, com Pedrozo e Dale Coutinho. Não se conhecem as conversas entre ele e seu irmão Orlando. Sabe-se que no início do governo convocou uma reunião em que o general Milton Tavares de Souza, chefe do CIE, contou, no mínimo, o que a tropa vinha fazendo no Araguaia. Ao defender a permanência de *Miltinho* na chefia do CIE, *é certo que Geisel conhecia, apoiava e desejava a continuação da política de extermínio*”. Cf. GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp. 387-388. Grifos nossos.

<sup>26</sup> MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Discursos presidenciais*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1970, p. 166.

<sup>27</sup> Apud D'ARAUJO e CASTRO, op. cit., pp. 223-225.

<sup>28</sup> GEISEL apud id., *ibid.*, p. 215.

<sup>29</sup> FERREIRA, Oliveiros S. Revisitando a *Geopolítica do Brasil*. *O Estado de S. Paulo*, Caderno Cultura n. 158, 15 jul. 1981.

<sup>30</sup> Segundo Darcy Ribeiro: “É também o caso da *industrialização recolonizadora*, promovida por corporações internacionais atuando diretamente ou em associação com capitais nacionais. Embora modernize a produção e permita a substituição das importações, apenas admite a formação de um *empresariado gerencial*, sem compromissos outros que não seja o lucro a remeter a seus patrões. Estes se fazem pagar a preços extorsivos, onerando o produto do trabalho nacional com enormes contas de lucros e regalias. *Seu efeito mais danoso é remeter para fora o excedente econômico que produzem, em lugar de aplicá-lo aqui. De fato, ele se multiplica é no estrangeiro*”. Cf. RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 250. Grifos nossos.

<sup>31</sup> Id., *ibid.*, pp. 251-261. Grifos nossos.

<sup>32</sup> Em sua crítica marxista, J. Chasin especifica este traço ontológico: “Desprovido de energia econômica e por isso mesmo incapaz de promover a malha societária que aglutine organicamente seus habitantes, pela mediação articulada das classes e segmentos, o quadro brasileiro da dominação proprietária é completado cruel e coerentemente pelo exercício autocrático do poder político. Pelo caráter, dinâmica e perspectiva do capital atrofico e de sua (des)ordem social e política, *a reiteração da excludência entre evolução nacional e progresso social é sua única lógica*, bem como, em verdade, há muito de eufemismo no que concerne à assim designada *evolução nacional*”. Cf. CHASIN, J. “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: op. cit., p. 221. Grifos nossos. Publicado originalmente em *Revista Ensaio*. São Paulo, Ensaio, n. 17/18, p. 49, 1989.

<sup>33</sup> Ver CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro*, op. cit., pp. 50-82.

<sup>34</sup> O líder sindical, o primeiro na história brasileira a presidir assembleias que ultrapassavam a órbita de cem mil trabalhadores, acentua ainda que: “O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação”. SILVA, Luiz Inácio da. “A greve na voz dos trabalhadores”. In: *História Imediata 2*. São Paulo, Alfa-ômega, 1979, p. 56.

<sup>35</sup> A imprensa operária, na voz do destemido “João Ferrador” tentava resistir: “Cassetetes, bombas de todo os tipos, carros blindados, policiais armados, escudo, capacetes, helicópteros. Eles vieram com tudo para nos reprimir e tentar impedir a qualquer custo que realizássemos assembleia na Igreja Matriz, na segunda-feira. Mesmo assim, nós fizemos a Assembleia. E não adianta eles virem nos reprimir, espancar, ferir e prender mais companheiros. Sabemos que tudo isso nos dá mais força ainda para continuar lutando.

Continuamos cada vez mais firmes e sabemos que só assim vamos conseguir que atendam a nossas reivindicações, libertem nossos presos e devolvam o nosso Sindicato”. Ver *ABCD Jornal*, n. 63, São Bernardo do Campo, 7 maio 1980. Citado em SCOLESO, Fabiana. *As formas políticas e organizacionais do “Novo Sindicalismo”*. Dissertação de mestrado em História Social apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, 2003, p. 179.

<sup>36</sup> CHASIN, J. “As máquinas param, germina a democracia!”. *Revista Escrita/Ensaio* 7. São Paulo, Escrita, 1980, p. 121. O filósofo marxista foi um dos poucos a constatar, à época, esta dimensão ontológica, especificando que: “Ademais, as greves não resultaram apenas na liquidação prática da lei antigreve. Elas abriram fogo cerrado contra o arrocho, já que arrancaram vitórias ponderáveis e estimulantes neste campo, perspectivaram a inviabilidade da política salarial do sistema e puseram no horizonte a queda da política econômica vigente”.

<sup>37</sup> O general e seus consortes conseguiram manobrar e conciliar no caso da Lei da Anistia. Segundo Daniel Aarão Reis: “Os partidários da ditadura responderam à altura, retomando o discurso da polícia política e reconstruindo as ações armadas praticadas como uma autêntica *guerra revolucionária*, na qual as próprias esquerdas revolucionárias, em certo momento acreditaram. Com base nessa tese (‘se houve uma *guerra*, os dois lados devem ser considerados’), foi possível introduzir na Lei da Anistia dispositivos que garantiram a estranha figura da *anistia recíproca*, em que os torturadores foram anistiados com os torturados.” Ver REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2000, p. 70.

<sup>38</sup> CHASIN, “As máquinas param...”, op. cit., p. 116.

<sup>39</sup> CHASIN, “A sucessão na crise...”, op. cit., p. 223.

<sup>40</sup> Roberto Campos, em suas memórias, deixou-nos devidamente comprovada a mágica da subtração: “Longe de revelar indiferença social, a fórmula de *contenção salarial* do governo Castelo Branco era em si *eminentemente racional*. Abandonava-se a tradicional recomposição dos salários pelo ‘pico’ – rapidamente corroído pela inflação – em favor da *recomposição* do salário real dos últimos 24 meses, que foi o que a economia realmente pôde dar ao assalariado”. Cf. CAMPOS, op. cit., p. 630. Grifos nossos.

<sup>41</sup> Num tempo em que não emergia uma propositura alternativa da perspectiva do trabalho, J. Chasin, o formulador da teoria da via colonial, revelava o mecanismo da autofagia econômica: haja vista que “quanto mais produzia para a privilegiada faixa do mercado interno e exportava subsidiadamente, tanto mais era obrigado a ampliar as importações. De forma que a balança comercial, não considerando abstratamente momentos isolados, mostrou-se cronicamente deficitária. Progressivamente, como consequência, foi se avolumando a dívida externa, passando esta a ser, crescentemente, nova e decisiva fonte de renovados empréstimos, na medida em que amortizações e serviços da dívida vão, ano após ano, levando inexoravelmente ao sufocamento.” Ver “As máquinas param...”, op. cit., pp. 85-86.

<sup>42</sup> Há que atentar para isto. Alguns intelectuais sempre se dispõem a completar esta “lacuna de Marx”: a ausência de reflexão sobre as formas do poder operário. Mas tal ausência não constitui uma “lacuna”. A posição marxiana, desvendando pela raiz a esfera da politicidade, esclarece sua origem e expõe sua natureza *ontonegativa*, “precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do *ser social*, só admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser social, apenas e justamente, na particularidade do longo percurso de sua pré-história”. Cf. CHASIN, J. “Estatuto ontológico e resolução metodológica”. In: *Pensando com Marx*. São Paulo, Ensaio, 1995, p. 368.

<sup>43</sup> Ver CHASIN, J. “A determinação ontonegativa da politicidade”, op. cit. Estas citações encontram-se, também, em RAGO FILHO, A. *Sob este signo vencerás!...*, op. cit., p. 158.

<sup>44</sup> A posição marxiana, frisa J. Chasin, “reconhece e sustenta a unidade indissolúvel da esfera socioeconômica, ou seja, a efetividade da produção material como atividade vital dos indivíduos sociais, ou seja, a inseparável interatividade dos produtores, a determinação recíproca entre homem, atividade e sociabilidade; o agente, sua capacidade ou predicado e o exercício real deste são formas e modos da atualização social”. Cf. CHASIN, J. *Ad Hominem: rota e prospectiva de um projeto marxista*. *Revista Ensaios Ad Hominem*. São Paulo, Ad Hominem, n. 1, t. I: marxismo, p. 18, 1999.

<sup>45</sup> Há que recordar que esta crítica está centrada nas formulações politicistas de Fernando Henrique Cardoso. Cf. id., *ibid.*, p. 18.

<sup>46</sup> CHASIN, J. “Hasta Cuando”. In: *A miséria brasileira*, op. cit., p. 124.

<sup>47</sup> Id., *ibid.*, p.127. Publicado originalmente na *Revista Escrita Ensaio 10*. São Paulo: Ensaio, 1982, p. 10.

<sup>48</sup> MARX apud CHASIN, “Marx – Estatuto ontológico...”, op. cit., p. 382.

<sup>49</sup> OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor*. Campinas, SP, Papirus, 1994, p. 70.

<sup>50</sup> Id., *ibid.*, p. 84.

<sup>51</sup> Id., *ibid.*, p. 71.

<sup>52</sup> CARDOSO apud MOTA, Lourenço Dantas. *A Nova república: o nome e a coisa*. São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 61-62.

<sup>53</sup> PRADO JR., Caio. *A revolução brasileira*. 5 ed. São Paulo, Brasiliense, pp. 23-24.

<sup>54</sup> CHASIN, J. “A resistência ao neoliberalismo”. In: *A miséria brasileira*, op. cit., p. 290. Publicado originalmente em *O mundo hoje 93*. São Paulo, Ensaio, 1994, p. 84.

<sup>55</sup> CHASIN, “A sucessão na crise e a crise na esquerda”. In: *A miséria brasileira*, op. cit., p. 287.



## POLÍTICA E POTÊNCIA NO REGIME MILITAR BRASILEIRO

Angelo Del Vecchio\*

### Resumo

Este artigo trata do desenvolvimento da política externa brasileira no período 1964-79. Nestes anos, que compreendem as gestões presidenciais de Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Geisel, as inflexões na política exterior do país expressaram diferentes percepções a respeito de como deveria se dar a projeção do poder do Estado brasileiro, ou seja, a sua política de potência. A tese aqui defendida é a de que neste aspecto, como em outros, o período é marcado pela descontinuidade entre as proposições e práticas relativas à política de potência.

### Palavras-chave

Política de potência; política externa; regime militar brasileiro.

### Abstract

*This text deals with Brazil's foreign politics development from 1964 through 1979. In those years, during Castelo Branco, Costa e Silva, Médici and Geisel presidential terms, the nation's foreign politics inflection points expressed different perceptions on how should Brazilian State power projection – i. e., its potency politics – be. The author's supports the thesis that, in this as in other matters, that period of time is marked by discontinuous propositions and practices relatively to potency politics.*

### Key-words

*Potency politics; foreign politics; brazilian military regime.*

A reflexão aqui desenvolvida restringe-se ao estudo das estratégias para consolidação e projeção da potência brasileira presentes nas gestões militares do pós-64, com foco no âmbito dos propósitos que orientaram a elaboração destas políticas. Importa, sobretudo, determinar a natureza das idéias que informaram a construção das estratégias de promoção dos interesses externos do Estado brasileiro, no período em questão. Os atos de execução, as manobras táticas e seus condicionantes imediatos só serão invocados incidentalmente, como suporte ao trabalho de recomposição das formulações que orientaram a ação dos dirigentes militares.

A noção de Brasil-potência associou-se ao regime de 1964. A identificação entre potência e regime militar deve-se, em parte, à apropriação publicística que os governos do ciclo de 1964, notadamente a gestão Médici, fizeram das atividades de expansão da influência brasileira no âmbito internacional. Mas a proximidade entre a instituição militar e a política de potência não se inaugurou a partir de 1964. Desde que passaram a intervir na política nacional, os militares assumiram a missão de ampliar o poderio do Estado brasileiro. Já quando da Guerra do Paraguai, o Exército adquiriu contornos de personagem ativo e autônomo na vida política, tendo como objetivo a projeção do poder brasileiro, em especial na América do Sul.<sup>1</sup>

Desde meados do século passado a corporação militar abraçou a responsabilidade de construção da grandeza do Estado nacional brasileiro, encargo que se sobrepôs aos limites das diversas conjunturas, aos regimes políticos e até à forma do Estado.<sup>2</sup> Desta perspectiva, a intervenção militar de 1964 e a própria atuação dos novos governantes à frente do Estado devem ser vistas como traço constitutivo da nossa tradição política, na qual, episodicamente, a “missão militar” adquire ao início a forma de movimento, depois de regime, para finalmente esgotar o próprio fundamento da modalidade de Estado erigida a partir de 1930.

A descontinuidade, marca distintiva do período 1964-85, pode ser surpreendida tanto na dinâmica política *stricto sensu* quanto na economia e em outras esferas da atividade do Estado, entre as quais a política externa. Esta, manifestação visível e imediata da política de potência, coerente com a natureza conflituosa do regime, foi, ela também, descontínua. A concepção da atuação do Estado brasileiro no plano externo, à qual os militares tradicionalmente concederam especial cuidado, revela-se carente de unidade, em relação aos projetos e no que diz respeito à sua implementação. Este fato despertou a atenção de intelectuais com aguda percepção da ação dos militares, como é o caso de Oliveiros Ferreira, autor de trabalho no qual busca determinar um padrão único de atuação do regime, em algumas áreas fundamentais, entre as quais a política externa.<sup>3</sup>

Carlos Estevam Martins permite uma aproximação mais consistente à ação externa do Estado brasileiro do pós-64.<sup>4</sup> O autor parte do suposto da diversidade dos projetos no âmbito da elite dirigente do regime. De outra parte, Martins focaliza as diversas propostas de estratégias que orientaram as políticas de projeção do poder nacional ao longo das gestões militares, relegando a plano subsidiário sua implantação. O regime de 1964 comportou uma pluralidade de projetos, alguns vindo a se materializar em políticas concretas, outros, abandonados pela derrota de seus idealizadores. Todos tiveram por referência determinado quadro internacional, incontornavelmente dominado pela guerra fria.

O movimento de Getúlio Vargas em direção ao campo dos Aliados, em 1942, consolidou uma posição privilegiada do país no bloco capitalista ocidental, dada a sua situação geográfica. Fora do palco da guerra, a adesão à aliança comandada pelos Estados Unidos proporcionou ao governo brasileiro ao menos dois sólidos benefícios: recursos para impulsionar o desenvolvimento baseado na substituição de importações e, sobretudo, prestígio no concerto dos Estados.

#### *A política de potência sob Castelo Branco*

Em decorrência do golpe de 64, retomou-se em novos termos uma “intenção” de construção da potência – “Embora a intenção de realizar a potência seja anterior a 1964, é durante o autoritarismo que se vai explicitando a concepção militar a respeito da sua construção” – que não se deu sem atritos com os Estados Unidos, pois “a condição de grande potência visará à afirmação da autonomia brasileira, no espaço geopolítico ocupado pela hegemonia norte-americana”.<sup>5</sup>

Ao lado do conflito que resultou na divisão da Coreia, do envolvimento norte-americano no Vietnã e da Revolução Cubana, o conturbado Brasil de Goulart foi um caso de subversão que ameaçou a complexa divisão de funções de defesa coletiva entre os membros do “Ocidente”. Esta tensão não passou impune pela potência hegemônica e mesmo por nossos vizinhos integrantes da aliança ocidental. Há evidências da mobilização de recursos militares por parte do governo norte-americano, nos dias imediatamente posteriores ao golpe de 1964 (*Operação Brother Sam*)<sup>6</sup>, bem como da contribuição financeira e organizativa para instituições que atuavam no *front* pró-ocidental na política interna.<sup>7</sup> A Argentina também demonstrava preocupação com o futuro do alinhamento brasileiro, chegando a cogitar a solicitação de intervenção da Organização dos Estados Americanos (OEA), caso o golpe de março de 1964 implicasse guerra civil.<sup>8</sup>

O golpe que desalojou Goulart provocou expectativas positivas dos Estados Unidos em relação ao reposicionamento de nossa política externa. Por seu lado, o governo revolucionário ansiava pelo estreitamento de relações que permitisse expressivo aporte de investimentos produtivos e, para que isso se concretizasse, cuidou de rever a Lei de Remessa de Lucros promulgada por Goulart.<sup>9</sup> Os novos governantes esperavam, também, empréstimos em condições favoráveis e assistência técnica para a implantação de um sistema de planejamento nacional, regional e setorial.<sup>10</sup>

O governo brasileiro revogou as linhas gerais da política externa anterior,<sup>11</sup> e com isto arquivou, por algum tempo, as pretensões de um projeto de desenvolvimento autárquico. A ambiência adequada ao progresso dos negócios norte-americanos foi constituída por meio de vantagens proporcionadas pela nova política econômica brasileira. A inflação foi combatida com medidas que oneraram os setores empresariais tradicionais e os trabalhadores. Estas ações ampliaram as possibilidades de ganhos do capital externo, que já havia adquirido maior mobilidade com a nova Lei de Remessa de Lucros. Em troca, o governo militar procurou obter contrapartidas em intercâmbio comercial, com preços mais compensadores para os produtos brasileiros exportados, delimitação de fatias dos mercados regionais para as filiais das multinacionais aqui instaladas e abertura do próprio mercado norte-americano para os produtos destas mesmas filiais.

A guerra fria limitava definitivamente as possibilidades de alianças que não se orientassem pela lógica bipolar. As relações de interdependência tornaram-se inevitáveis. O presidente Castelo Branco entendia que

(...) no contexto presente, de confronto bipolar de poderes, com um divórcio político e ideológico radical, entre os dois grandes centros, a preservação da independência pressupõe a aceitação de um determinado grau de interdependência, seja no campo militar, econômico ou político. No caso brasileiro, nossa política externa não pode olvidar que fizemos a opção pela fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental. Os interesses do Brasil coincidem, em muitos casos, com os dos círculos concêntricos da América Latina, do continente americano e da comunidade ocidental. Sendo independentes, não teremos medo de ser solidários. Dentro dessa independência e dessa solidariedade, a política exterior será ativa, atual e adaptada às condições de nosso tempo, bem como dos problemas de nossos dias. Será esta a política externa da Revolução.<sup>12</sup>

Esse governo, auto-intitulado temporário, tomou medidas de política externa relativas à posição estratégica do Brasil na América do Sul cuja repercussão desenvolveu-se por prazo bem superior ao previsto para o mandato do marechal. Os esforços multilaterais do governo anterior deram lugar a uma política voltada aos desdobramentos da Revolução Cubana, no âmbito da América Latina; assim, o governo militar logo rompeu relações

diplomáticas com Cuba e caminhou rumo ao alinhamento com nossos vizinhos do Cone Sul, com maiores êxitos em relação à Bolívia e ao Paraguai.<sup>13</sup> Houve um arrefecimento nas aproximações com os movimentos africanos de liberação colonial nos países de língua portuguesa. Além disso, a “política externa da Revolução” produziu um gesto de incontestável alinhamento ao pan-americanismo: a adesão à Força Interamericana de Paz, que interveio na República Dominicana, em 1965.

Com Castelo Branco, o Brasil, ao lado de México e Argentina, assumiu a condição de potência regional dominante. Nosso parâmetro nessa disputa foi uma postura de alinhamento aos Estados Unidos, que explica a inusitada posição do governo Castelo Branco, de apoio à atitude norte-americana na questão da proliferação das armas nucleares, que seria revista por Costa e Silva, permanecendo, com algumas alterações, até os dias atuais.

Em julho de 1964, o ministro do Exterior, Vasco Leitão da Cunha, dizia que a “recolocação do Brasil num quadro de relações com o Ocidente (...) significa entre outras coisas (...) a consolidação de laços de toda ordem com os Estados Unidos, o nosso grande vizinho e amigo do Norte”.<sup>14</sup> Laços estes que revertiam o “progressivo desengajamento do Brasil dos círculos de convivência internacional a que pertence por sua formação cultural e por sua própria situação geográfica”.<sup>15</sup>

A expansão da influência brasileira pelo Atlântico Sul, sobretudo na vertente atlântica da África – que, antes de ser deflagrada, no início dos anos 60, já havia sido entrevista pelo presidente americano Roosevelt, ao mencionar a “ponte estratégica Natal-Dacar”<sup>16</sup> – estava revogada pelo pan-americanismo da política externa de Castelo Branco, o qual, por sua vez, associava-se ao princípio de segurança coletiva continental e do Ocidente. A retomada de um vetor tradicional das relações exteriores brasileiras<sup>17</sup> foi a linha estrutural da ação externa do primeiro governo instalado pelo movimento de 1964. Os imperativos da “segurança coletiva do Mundo Livre” sobrepuseram-se aos princípios da “autodeterminação dos povos” e da “não-intervenção”, que haviam informado nossa ação exterior. O tema da integração dominou as demais determinantes, tornando relativa a soberania nacional como fundamento da política externa. A interdependência adquiriu estatuto superior ao da soberania, subordinando seu exercício ao combate à “subversão”. Em maio de 1965, Leitão da Cunha trazia à luz

(...) um conceito imanente à natureza da aliança interamericana, qual seja, o da interdependência entre as decisões de política internacional dos países do continente. A concepção ortodoxa e rígida da soberania nacional foi formulada em uma época em que as nações não enfeixavam, em suas responsabilidades, uma obrigação de cooperarem entre si na busca de objetivos comuns.<sup>18</sup>

O Brasil (que até março de 1964 era foco de contenção dos propósitos norte-americanos de condicionar a política externa de seus aliados “pan-americanos”) tornou-se um dos propulsores desta política, mas não o fez sem que seus específicos interesses fossem contemplados.

O movimento militar de 31 de março transformou o Brasil em líder e mantenedor do “sistema democrático” no Sul do continente, em aliança com a potência hegemônica ocidental. Na heterogeneidade sul-americana, o Brasil surgia como novo e privilegiado ator, dono do maior mercado regional, do maior território, da maior população, com a perspectiva de um período de estabilidade política garantida pelos militares. Neste movimento, emergiu a política de potência de Castelo Branco, mesmo recoberta por discurso e práticas “entreguistas”. A estratégia de potência resumia-se à construção da hegemonia regional ou da “subegemonia” brasileira no interior do grande bloco pan-americano, liderado pelos Estados Unidos.

No início de 1965, o ministro do Planejamento, Roberto Campos, empreendeu uma rodada de negociações com as autoridades do comércio exterior norte-americano, na chamada “segunda fase” do ajuste econômico brasileiro – a primeira compreendera o ajuste financeiro e fiscal. Nessa segunda fase estava incluída a criação de uma reserva de mercado, nos Estados Unidos, aos produtos de exportação brasileiros. Tentou-se um acordo com a Argentina para a formação de uma união aduaneira, aberta aos demais países da região, que teria o efeito de dar coesão ao mercado continental, em benefício do Brasil.

A transição transcendeu os propósitos iniciais do movimento de 1964. Tornou patente o fato de que o 31 de março fora um episódio dentro do processo de mudança que levaria aos limites o formato estatal vigente desde 1930. As mudanças impulsionadas pelo governo Castelo Branco indicam que aí se reproduzia uma lição sobre a vontade dos homens e a dinâmica da História, segundo a qual eles fazem sua história sob circunstâncias que não determinam, mas que lhes são legadas.<sup>19</sup>

Os indícios de insucesso do pan-americanismo de Castelo são notáveis. O fluxo de capitais estrangeiros esteve aquém das expectativas brasileiras; o aporte técnico modernizador foi pouco expressivo; a dinâmica do comércio exterior manteve-se gravosa aos países periféricos; a Associação de Livre Comércio da América Latina (Alalc) não prosperou, em consequência da resistência norte-americana; e a suposta parceria privilegiada com a Argentina degenerou em competição. A dominação tecnológica persistiu e a pretendida reserva de mercado para os produtos brasileiros converteu-se no seu contrário. A almejada minimização das diferenças entre o mundo desenvolvido e a periferia, propagada pela Aliança para o Progresso, resultou na maior evidência dessas distâncias.<sup>20</sup> O balanço crítico das realizações externas de Castelo Branco reforçou as convicções nacionalistas

dos idealizadores da ação internacional de Costa e Silva, que afirmou subir “ao poder decepcionado com a cooperação dos Estados Unidos e com a fé ingênua do Brasil na Aliança para o Progresso”.<sup>21</sup>

O movimento de março transformara-se, desde o AI-2, em outubro de 1965, em regime. A política econômica ortodoxa e o conjunto de reformas institucionais que desencadeou haviam custado ao núcleo castelista crescente isolamento no âmbito da coalizão dominante. A obstinação do presidente e de sua equipe em promover o ajuste econômico, embora tenha preparado terreno para a nova “fuga para a frente”,<sup>22</sup> tornou-se o ponto mais vulnerável da gestão, contribuindo para a consolidação da candidatura de Costa e Silva. A postura do núcleo dirigente do governo ante a potência norte-americana granjeou inimigos e adversários, da extrema-direita à extrema-esquerda. Enfim, ao desencadear uma dinâmica de mudanças muito mais intensa e profunda do que avaliava ou pretendia, o comando da *Sorbonne* presenciou sucessivas adaptações do seu programa à rudeza dos fatos. A revolução cada vez mais correspondia à imagem que dela fizera o próprio presidente: tornava-se “definitiva, e, como os cursos d’água, abrirá o seu caminho inelutavelmente”.<sup>23</sup>

#### *Costa e Silva: a retomada nacionalista*

As mesmas águas revolucionárias que em 1964 haviam afastado a cadeira presidencial do general Costa e Silva carregaram-no, na crista da onda, ao Palácio do Planalto, em março de 1967. Símbolo e artífice da derrota da *Sorbonne*, o eventual representante dos *duros* acenava, paradoxalmente, com a “humanização” do regime. Costa e Silva iniciava nova magistratura sob clima de otimismo.<sup>24</sup> As promessas de descompressão política eram consistentes com a imagem de bonomia do novo presidente<sup>25</sup> e com a anunciada retomada do nacionalismo, compromisso caro aos setores de esquerda. Esses componentes articulavam-se num quadro emoldurado por uma disposição de vigorosa inflexão em relação ao primeiro governo revolucionário.

O governo Costa e Silva instalou-se informado por um conjunto de percepções e intenções que, no plano externo, causaram a inversão da postura brasileira, num movimento que aproximou a política externa do período 1967-70 daquela praticada durante o governo Goulart. Neste período, nossa diplomacia operou uma revisão dos postulados que a orientavam e da concepção oficial a respeito da dinâmica dos embates entre as superpotências. Mais do que a vontade subjetiva de se inserir de maneira mais autônoma no contexto internacional, foi uma leitura atualizada do quadro mundial de poder o que

provocou a mudança da postura brasileira. A reprodução estática da lógica da bipolaridade impedira que nossos diplomatas considerassem as conseqüências de importantes efeitos da situação de “destruição mutuamente assegurada” – *mutually assured destruction* (MAD, num trocadilho crítico) – entre as potências hegemônicas.

As tensões, que até a crise cubana de 1962 adquiriam dimensões mundiais, passaram a assumir caráter regional, processo não devidamente considerado pelos diplomatas de Castelo Branco, mas valorizado sob Costa e Silva. Resgataram-se as estratégias fundadas nos conceitos de soberania nacional e de segurança nacional, em detrimento da soberania limitada e da defesa coletiva do Ocidente. O novo diapasão deu prioridade ao desenvolvimento, o que levou a política externa do segundo governo revolucionário à recuperação de elementos da perspectiva nacionalista terceiro-mundista do período pré-64 e da estratégia de defesa contra o “comunismo”, nos termos em que a propôs, na década de 50, o general Golbery do Couto e Silva: o subdesenvolvimento brasileiro ameaçava o Ocidente porque nos tornava vulneráveis à agressão comunista, através da infiltração subversiva, com o risco de nos tornarmos “entreposto favorável aos vermelhos”.<sup>26</sup> Costa e Silva anunciaria a nova diretriz:

Estamos convencidos de que a solução do desenvolvimento condiciona, em última análise, a segurança interna e a própria paz internacional. A História nos ensina que um povo não poderá viver em um clima de segurança enquanto sufocado pelo subdesenvolvimento e inquietado pelo futuro.<sup>27</sup>

O desenvolvimento nacional era concebido como condição anterior à própria segurança nacional. Tal responsabilidade não poderia ser confiada sequer ao mais leal dos aliados, mesmo porque, “ante o esmaecimento da controvérsia Leste-Oeste, não faz sentido falar em neutralismo, nem em coincidências de posições automáticas. Só nos poderá guiar o interesse nacional, fundamento permanente de uma política externa soberana”.<sup>28</sup> A segurança nacional passou a ser entendida como atribuição de cada país e responsabilidade das respectivas Forças Armadas. Esta evolução resultou em contenciosos com os Estados Unidos. Foi o caso do apoio à resolução produzida na reunião dos países sul-americanos em Buenos Aires, em fevereiro de 1967, que rejeitava a institucionalização de mecanismos de segurança continental,<sup>29</sup> bem como da rejeição ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear, de 1968 (Tlatelolco, México).

A revisão do alinhamento automático aos norte-americanos recuperava o exercício mais afirmativo das prerrogativas da soberania nacional, mas precisava ser acompanhada de uma estratégia de alianças consistente. O governo Costa e Silva procurou resolver este

problema com a adoção da via diplomática que valorizava o conflito interno ao bloco capitalista – Norte *versus* Sul –, o que resultou numa política de integração dos subdesenvolvidos, com vistas à diminuição das diferenças e dos desequilíbrios econômicos e sociais. Duas ordens de razões fundamentavam esta nova orientação do governo brasileiro. Primeiramente, a conjuntura internacional tendia à alteração da geometria do poder mundial, que adquiriu maior clareza a partir de 1964, com Brejnev na União Soviética. As possibilidades de cooperação com o mundo subdesenvolvido reduziram-se, pois a crise do balanço de pagamentos norte-americano agravava-se com o esforço militar do Vietnã, tornando mais vantajosos os investimentos no próprio mercado americano e europeu. De outra parte, a nova postura governamental interpelava as afinidades culturais e históricas com “nossos irmãos latino-americanos [às quais] soma-se a solidariedade que resulta de um estágio semelhante de desenvolvimento econômico e social”.<sup>30</sup>

A orientação da nova política externa limitava seu âmbito de referência a pouco mais do que a área de abrangência do “primeiro dos círculos concêntricos”, ou seja, a América Latina. Este era o espaço preferencial de integração e de projeção do poder nacional. Além de nossos vizinhos, constituíam-se em aliados os países subdesenvolvidos, com os quais, supostamente, compartilhávamos o interesse em diminuir a distância entre as condições do centro e da periferia do capitalismo. Esta estratégia de alianças, sustentada por uma concepção nacionalista e integracionista no âmbito latino-americano, acarretou o deslocamento dos Estados Unidos como aliado incondicional, em benefício do terceiro mundo. Isso se refletiu no esforço brasileiro no sentido de forjar mecanismos de integração do subcontinente que delimitassem uma área de autonomia ante os Estados Unidos, complementados por uma conduta que rejeitava os alinhamentos determinados de antemão com a potência hegemônica. Era um equilíbrio difícil de ser obtido, e assim o governo Costa e Silva, ao exibir sua fisionomia latino-americanista, reafirmando com frequência a postura autonomista, acabou por produzir situações de afastamento e até de tensão com os Estados Unidos.

Essa postura agressiva pode ser notada na avaliação negativa que o Ministério das Relações Exteriores fez das repercussões da Aliança para Progresso na América Latina. O documento sepultou o entusiasmo do governo anterior pelo programa de auxílio à região, evoluindo da observação a respeito dos efeitos limitados do “aumento do financiamento oficial à América Latina” para uma ácida crítica quanto aos resultados desta ação, que, para os proponentes da nova diplomacia,

(...) nunca assumiu as características de um programa [e] contribuiu para o agravamento e a permanência da situação de marginalização da América Latina no comércio internacional [e] para a limitação das próprias possibilidades do desenvolvimento econômico no longo prazo pela compressão da capacidade de importar.<sup>31</sup>

O texto conclui: “Para o Brasil, o período da Aliança [foi] ainda mais difícil do que para a América Latina em seu conjunto”.<sup>32</sup>

A “diplomacia da prosperidade” resultou na afirmação de identidade do país fundada em sucessivas manifestações de autonomia, que beiravam a agressividade em relação à superpotência americana, e em gestos de condescendência em relação a nossos vizinhos do Sul que nem sempre produziram avanços do poder nacional. Assim ocorreu quando nossos diplomatas empreenderam esforços, juntamente com a Argentina, para a criação da Comissão Especial de Coordenação Latino-Americana (Cecla), que visava à organização de um foro latino-americano para impedir a institucionalização de mecanismos de integração e cooperação hemisférica, sob os auspícios dos Estados Unidos. A afirmação dessa política ensejou eventos diplomáticos que levaram à tensão das relações com os norte-americanos, tais como o ocorrido em 1968, na II Conferência de Comércio e Desenvolvimento de Nova Déli, quando o embaixador Azeredo da Silveira, depois ministro do Exterior do governo Geisel, destacou-se como defensor das causas do terceiro mundo. Também soou ameaçadora à manutenção do *status quo* da região a sugestão de Costa e Silva, feita no ano anterior, em Punta del Este, para a constituição de uma comunidade latino-americana do átomo.<sup>33</sup> Mas nenhum evento é mais revelador do deslocamento dessa política do que a chamada “crise do café solúvel”.<sup>34</sup>

Por essa via, descontínuo e errático, tanto na política externa quanto na interna, o governo do marechal gaúcho iniciou e concluiu um “ciclo de liberalização”,<sup>35</sup> ao longo do qual buscou desenvolver uma estratégia de legitimação fundada na “humanização” da Revolução. Desta forma, implicitamente, imputava caráter autoritário a Castelo Branco, mas esta estratégia sucumbiu ante a divisão interna da elite militar dirigente e pela ação dos sujeitos políticos com quem o governo pretendia estabelecer interlocução – setores mais radicais do MDB, a Frente Ampla e os movimentos sindical e estudantil –, degradando-se em escalada repressiva, da qual o AI-5 é o marco institucional mais acentuado. Anunciou uma política econômica de talhe nacionalista e de contenção da expansão estatal,<sup>36</sup> mas empreendeu uma estratégia econômica de aprofundamento do desenvolvimento dependente e associado e de ampliação da intervenção estatal. Pretendeu consolidar uma posição autônoma e agressiva do país no cenário internacional, que levava a extremos os princípios da autodeterminação e da integração latino-americana. Foi, assim, compelido a embates com os norte-americanos, que, por vezes, resultaram em recuos

humilhantes. Seu sucessor cuidaria de promover inflexões em todas essas áreas, delineando um determinado padrão de reprodução do regime que combinava a permanência do domínio e da autonomia militar com traços de profunda descontinuidade entre cada um dos governos do ciclo inaugurado em 1964.

*Médici: o realismo na política de potência*

Curiosamente, a candidatura de Emílio Garrastazu Médici representara a alternativa que congregava, com prevalência dos “costistas”, partidários dos dois presidentes anteriores, em oposição às pretensões do general Albuquerque Lima.

Ainda antes de ser mortalmente vitimado pela trombose cerebral, em 17 de dezembro de 1969, Costa e Silva viu surgir a candidatura dissidente do seu ministro do Interior, o general Albuquerque Lima, e se defrontou com movimentos ligados à sua sucessão que tendiam a fugir do seu controle. Mais uma vez, o nacionalismo de setores da elite militar dirigente voltou-se contra a política econômica e se lhe combinaram dois vetores de pressão sobre a condução política do governo: os que pretendiam a estabilização política pelo restabelecimento dos mecanismos democráticos e os que pregavam o recrudescimento repressivo. Em março de 1968, o marechal Poppe de Figueiredo declarara à imprensa que o sucessor de Costa e Silva deveria ser um civil, eleito diretamente, e que era imperativa a implantação de um projeto de desenvolvimento “nacionalista intransigente”.<sup>37</sup> Do interior da própria equipe presidencial, em 10 de julho, o ministro do Trabalho, Jarbas Passarinho, contra-atacou e atribuiu a agitação do movimento estudantil à “atitude paternalista do presidente da República, que lhe tem causado desgaste na área militar”.<sup>38</sup>

Com a edição do AI-5, os rumos de progressão do regime em direção a um quadro autoritário ficaram definidos, assim como pareceu claramente delimitado o nacionalismo econômico como a ideologia oficial. A partir de então, o general Albuquerque Lima tomou esta bandeira como plataforma da sua candidatura e elevou o tom das críticas à política econômica. A confluência de antigos adversários – a *Sorbonne* e setores *duros* – operou-se exatamente para barrar a alternativa Albuquerque Lima. Em meio à descontinuidade, buscava-se a base da estabilização.

Médici encarnava esse compromisso básico de estabilização e iniciou sua gestão com promessas de diálogo com a sociedade, com “as universidades livres, os partidos livres, imprensa livre”.<sup>39</sup> O país continuava mergulhado no arbítrio aprofundado pela Junta Militar, que, escudada no AI-12, substituíra Costa e Silva por 60 dias (de 30 de

agosto a 30 de outubro de 1969). Médici diria, poucos dias após sua posse, que “esperava passar ao sucessor o governo democratizado. Esperava, mas se as esperanças não se realizarem, não terá sido por culpa minha”.<sup>40</sup>

No plano econômico, a permanência de Delfim Netto à frente do Ministério da Fazenda era a continuidade das linhas mestras de orientação econômica desenvolvidas no período anterior. A política, a cargo de Leitão de Abreu, conheceu um período de compressão, contrariando cada vez mais os propósitos de “humanização” anunciados e assumidos por Costa e Silva. O general Orlando Geisel, ligado à *Sorbonne*, garantiu relativa paz nos quartéis. Instaurou-se um clima político aparentemente tranqüilo, com o recurso a expedientes de contenção política. Segundo um observador privilegiado, “não havia atividade política, apesar de o Congresso ter sido reaberto e os partidos funcionarem. A Arena era feita para obedecer, o MDB também, ainda que sob a capa de ‘oposição construtiva’”.<sup>41</sup> A sociedade civil tornou-se invisível e inaudível, salvo nos momentos em que a reprovação ao regime aparecia sob a forma de contestação violenta.

Desde 1964, a expansão dos militares no interior da administração estatal teve um elemento de interinidade e de excepcionalidade a justificá-la. Castelo Branco enfatizava o caráter temporário e emergencial da intervenção. Costa e Silva, na perspectiva de institucionalização do regime, prometia “humanizar” a Revolução. Já Médici tão-só acenava para o entendimento.<sup>42</sup> Há uma gradação entre estas três atitudes, na qual o papel da sociedade civil vai sendo diminuído no âmbito das estratégias de cada governo militar. Castelo prestava contas à sociedade e estabelecia um compromisso, delimitava as ações do movimento. Costa e Silva apresentava um desenho ideal para o regime, subordinava seu desenvolvimento a um maior grau de interação com o mundo civil. Médici expressava apreço formal ao vigor das instituições civis, num contexto em que a autonomia militar já era dado consolidado e constitutivo do próprio regime.

Pela primeira vez no ciclo de 1964, sob Médici, a vice-presidência da República foi ocupada por um militar, o almirante Augusto Rademaker. Explicitava-se o movimento de autonomização do setor militar como elite dirigente em relação ao componente civil. O general-presidente não mais compartilhava o poder com líderes civis do porte de José Maria Alkmin ou de Pedro Aleixo. O consentimento da sociedade civil não era mais obtido pelas tentativas de diálogo com setores organizados ou através de negociações parlamentares, mas com a ação da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República (Aerp), que, sob a coordenação do coronel Octávio Costa, desenvolvia intensa campanha e alardeava o excelente desempenho da economia brasileira entre 1969 e 1973: “Ninguém segura esse país”, “Ame-o ou deixe-o”. A elite dirigente fardada não só acredi-

tava no que era veiculado pela propaganda governamental como encontrou nesta crença a realização da missão tradicional dos militares.<sup>43</sup> Tinha-se, a partir de então, uma política de potência explícita: mediante “áspera preparação interna para os caminhos do progresso, o Brasil não aspira apenas a crescer. Almeja, no final do século, ser parte integrante do mundo desenvolvido”.<sup>44</sup>

A política de potência do governo Médici não estava voltada ao Ocidente, como propuseram os estrategistas de Castelo, nem ao terceiro mundo, como quiseram os formuladores de Costa e Silva. Referia-se ao “mundo desenvolvido”, procurava estabelecer um caminho específico ao Estado brasileiro, pragmaticamente orientado para a máxima expansão dos interesses nacionais. A política externa sob Médici objetivava explicitamente a ascensão do país na hierarquia das potências. A conciliação deste pragmatismo com os princípios gerais das relações internacionais – direito à autodeterminação, à não intervenção, etc. – deu-se por meio de um artifício retórico-nominativo. O governo Médici passou a ter – nominalmente – não só uma política externa, como uma política internacional. A primeira atuava no plano dos princípios, entre os quais a manutenção de relações amistosas com os Estados Unidos. A política internacional fazia a tradução dos princípios genéricos para a linguagem das diretrizes práticas; referia-se ao plano dos problemas concretos entre Estados soberanos, no qual não predominavam “os vagos postulados do direito internacional, mas os critérios de racionalidade, o cálculo dos custos e benefícios, o valor instrumental das iniciativas e das omissões tendo em vista o objetivo básico de potencializar e projetar o poder nacional”.<sup>45</sup>

A construção da potência exigia mudança radical na percepção do país em relação ao mundo. Com Castelo Branco e Costa e Silva, a ação internacional brasileira buscava localizar o Brasil no cenário mundial, a partir do estabelecimento de identidades com outros países. No período subsequente, os problemas comuns aos países subdesenvolvidos davam-nos uma identificação genérica que seria complementada pelos laços histórico-culturais comuns com as demais nações latino-americanas. O governo Médici inaugurou uma era de realismo, fundada na compreensão de que o Brasil podia e deveria adquirir uma individualidade histórica que prescindia de alinhamentos determinados por afinidades históricas, culturais ou éticas. O fundamento da política externa brasileira passou a ser o da promoção da potência. Foram abandonadas as metas genéricas e altruístas, compartilhadas com outros Estados nacionais, como a “preservação da civilização cristã-ocidental” e o “pan-americanismo”, da primeira gestão militar, ou a “defesa dos direitos econômicos e sociais dos povos subdesenvolvidos”, da “diplomacia da prosperidade”. O período Médici foi aquele em que a ação oficial aboliu do universo político os conteúdos doutrinários

rios, com exceção do anticomunismo. A esta compreensão singular somou-se um entendimento realista do quadro internacional: a estabilização da conjuntura do quadro mundial de poder mantinha-se válida, mas as conseqüências que se extraíam deste fato eram diversas. O relativo congelamento das relações de poder entre as superpotências continuava a proporcionar ao Brasil razoável margem de ação. Contudo, esta estabilização internacional, que viria a se desenvolver na *détente*, colocava ao país algumas realidades incontornáveis.

Primeiramente, a constatação de que a hegemonia das grandes potências e a dominação econômica que lhe é correlata são marcas estruturais do desenvolvimento capitalista em escala planetária. Em segundo lugar, como corolário, toda estratégia externa brasileira voltada à consecução de alianças entre países subdesenvolvidos para combater as diferenças entre os hemisférios Norte e Sul resultaria em gravames ao país – seja porque se voltava contra um fenômeno cuja superação exigia praticamente uma revolução de dimensões globais, seja porque o Brasil teria de se associar, para a realização dessa “missão impossível”, a Estados nacionais cujas possibilidades de desenvolvimento e posição relativa na hierarquia das potências eram, em geral, muito mais limitadas do que as nossas. O pragmatismo do governo Médici arquivou essas linhas de desenvolvimento da política externa e rejeitou a constituição do chamado “bloco do terceiro mundo” como elemento de expressão autônoma na cena mundial. Nas palavras do ministro das Relações Exteriores,

(...) os ativistas do Terceiro Mundo tentam perpetuar uma divisão estranha e inaceitável entre os povos que fazem História e aqueles que a sofrem. O Brasil não pertence a esse grupo e nem acredita na existência de um Terceiro Mundo. Para nós existe a indivisível responsabilidade conjunta das nações ricas e pobres na erradicação do subdesenvolvimento.<sup>46</sup>

O realismo de Médici recuperou a centralidade dos exclusivos interesses do Estado brasileiro e colocou como condição para a construção da potência a rejeição ao congelamento do quadro mundial de poder. Nossos pragmáticos diplomatas não o fizeram para revogar o “imperialismo” ou por outro propósito de natureza grandiosa, mas buscando condições mais apropriadas para que a expansão do poder nacional se traduzisse em ascensão brasileira na escala das potências. A política externa ou “internacional”, como era designada pelo Itamaraty, perseguiu uma linha autonomista contra a cristalização do *status quo*, sem alimentar contenciosos de efeito simbólico, como os do governo anterior, nem produzir alinhamentos que gerassem comunidades de Estados-nação com destino histórico assemelhado.

O ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa, atacou as “três falácias” que dificultavam a expressão e expansão dos interesses brasileiros.<sup>47</sup>

a) A “falácia do subdesenvolvimento autogênico”, segundo a qual o subdesenvolvimento seria fruto de um acidente histórico e do determinismo geográfico. O “mundo desenvolvido” não teria qualquer inter-relação com os países subdesenvolvidos, apenas coexistiria com estes. Barbosa desmontou esta falácia e expôs o mecanismo de transferência de recursos da periferia para o centro do sistema capitalista, consequência da divisão internacional do trabalho;

b) A “falácia paternalista”, cuja proposta era que o desenvolvimento poderia ser atingido mediante “laços especiais que ligam certos países desenvolvidos a certos países em desenvolvimento”;

c) A “falácia do desenvolvimento como um processo de longo prazo”, que o ministro via como transposição da experiência histórica dos países desenvolvidos.

Nada é mais contraditório em relação a essas “falácias” do que a determinação de aceleração do crescimento econômico que dominou as estratégias econômicas do regime, a partir de 1967. As posturas oficiais do governo Médici, notadamente as das áreas econômica e diplomática, colocavam o desenvolvimento nacional como meta e como requisito da construção da potência, cuja implementação seguiria um trajeto singular e específico do país, de forma que “o modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições, para no período de uma geração transformar o Brasil em nação desenvolvida, constitui o modelo brasileiro de desenvolvimento”.<sup>48</sup> Essa singularidade do “modelo” apontava para uma linha de ação que não colidia com as bases da ordem mundial estabelecida, mas pretendia a alteração da posição relativa ocupada pelo Brasil. No período 1970-73, a diplomacia brasileira assumiu posições que colocaram o país em destaque na ordem internacional. Essas ações não resultaram em tensões significativas com os Estados Unidos, nem significaram o abandono de um posicionamento genérico pró-ocidental.

Médici firmou posições que resultaram em avanços no campo internacional. A declaração do limite territorial marítimo de 200 milhas, em 25 de março de 1970, embora tivesse forte carga simbólica de afirmação da grandeza e da soberania nacional, não se revestia de maior importância para o parceiro hegemônico norte-americano, que logo reconheceu o direito brasileiro. Numa linha mais agressiva, o embaixador Araújo de Castro tornou públicas as críticas brasileiras ao espírito da *Carta das Nações Unidas*, reivindicando sua atualização para o contexto dos anos 70.<sup>49</sup> A política internacional brasileira manteve a postura que vinha desde Jânio Quadros e rejeitou o Tratado de Não-Proliferação Nuclear,

que era elemento de manutenção do quadro de poder internacional. Note-se a oposição brasileira às políticas dos organismos internacionais que se projetavam como condicionantes do desenvolvimento, tais como o controle demográfico e o combate à poluição.

Essa busca de um espaço entre as potências hegemônicas do hemisfério ocidental e o chamado terceiro mundo foi exposta pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barbosa. Em documento datado de 1972,<sup>50</sup> o chanceler brasileiro sintetizou o balizamento da ação externa brasileira e afirmou a posição brasileira em defesa da “mudança das regras de convivência internacional (...) contra a cristalização de posições de poder”. Além disso, reivindicou para o país “uma parcela de decisão cada vez maior, dentro da comunidade internacional”. Ao declinar “solidariedade com os países em desenvolvimento”, lembrou que “nossa política externa deve ser global, de intensa cooperação com os países desenvolvidos”.<sup>51</sup>

A política de construir uma potência – “ouvida no concerto dos fortes e respeitada naquele dos fracos”<sup>52</sup> – produziu acomodações desejadas, mas também causou contenciosos inesperados. O expansionismo brasileiro tornou-se permanente preocupação dos demais países do subcontinente, pois implicava, em alguma medida, o condicionamento de pretensões dessa mesma natureza por parte de qualquer outro Estado sul-americano. Daí decorreram alguns conflitos pontuais, potencializados pela dinâmica política interna de alguns países do continente.

Com a eleição à Presidência do socialista Salvador Allende, em setembro de 1970, o Chile surgiu como ameaça ao *status quo* regional, aos olhos dos norte-americanos e dos governos direitistas da América Latina, em especial o brasileiro. A possibilidade de intervenção militar brasileira, no Chile e em situações semelhantes na América do Sul, com apoio norte-americano, ganhou consistência. Consolidou-se internacionalmente

(...) a imagem de um Brasil ávido em assumir o poder hegemônico regional. Seu desengajamento dos programas integracionistas e sua opção pela diplomacia bilateralista (...) geraram a percepção entre os países vizinhos de que o Brasil, com o beneplácito dos Estados Unidos, havia se convertido no “gendarme” da América Latina.<sup>53</sup>

O pronunciamento do presidente Nixon – “onde for o Brasil, irá o restante do continente latino-americano”<sup>54</sup> –, quando da visita de Médici a Washington, em 7 de dezembro de 1971, reforçaria em nossos vizinhos essa suspeita. Nossas autoridades não faziam grande esforço para desfazer tal imagem. O porta-voz Murilo de Melo Filho, ao expor nossa política de boa vizinhança, afirmaria:

Nossas esperanças voltam-se para os presidentes Pastrana, Caldera, Ibarra, Banzer, Alvarado, Allende, Stroessner, Areco e Lanusse (...). No caso de que algum deles fracasse, estará entregando-se ante a subversão e abrindo as portas do caos. É para a eventualidade desse perigo que necessitamos estar sempre preparados. Mais ainda: precisamos ser fortes em todos os sentidos.<sup>55</sup>

O zelo brasileiro pela democracia seria demonstrado na controversa *Operação Trinta Horas*, que consistiria da intervenção militar brasileira no Uruguai, preparada pelo Estado-Maior das Forças Armadas, caso o grupo guerrilheiro de extrema-esquerda Tupamaros tentasse impedir a posse do presidente Juan María Bordaberry.<sup>56</sup> Foi confirmada em depoimentos como o do brigadeiro Sérgio Luiz Burger, chefe do Estado-Maior da Aeronáutica no governo Médici.<sup>57</sup>

A política de potência de Médici significou crescimento econômico no plano interno e melhoria de situação no cenário do poder mundial. O país consolidou-se como liderança subcontinental, candidatou-se à situação hegemônica no hemisfério Sul e projetou sua política de poder em direção à África e ao Atlântico Sul. Ao final do governo Médici, o Brasil desfrutava da “condição de maior potência sul-americana, de primazia entre os países em desenvolvimento e de oitava economia do mundo capitalista [que] passou a definir, na visão geopolítica, o perfil do país”.<sup>58</sup>

No plano econômico, objetivos como a taxa de crescimento do PIB (prevista para 6% ao ano) foram largamente ultrapassados.<sup>59</sup> O período Médici significou a redefinição dos termos da dependência, porque o ritmo de expansão da economia era mantido com base no maciço ingresso de capitais estrangeiros. Esta realidade era reconhecida até pelo governante mais poderoso do mundo: em reunião na Casa Branca, em 7 de dezembro de 1971, entre os presidentes Médici e Nixon, dois temas destacaram-se, segundo afirmação do presidente norte-americano:

a) O Brasil é aceito como líder do hemisfério Sul, o que põe fim à ficção política americana, segundo a qual a América Latina constitui um todo de membros iguais; b) o Brasil é reconhecido como aliado principal dos Estados Unidos na América Latina e seu governo será mantido e respeitado quer haja eleições diretas ou não.<sup>60</sup>

O segundo item da pauta, entretanto, merece mais atenção: primeiro, porque a promessa de manutenção do governo brasileiro, “quer haja eleições diretas ou não”, reconduziu o Brasil a uma condição subalterna em face da superpotência americana, incompatível com sua situação de liderança na América do Sul e, talvez, no hemisfério. Em segundo lugar, a oratória do norte-americano denunciou uma debilidade estrutural do regime: a

insuficiência dos mecanismos de legitimação, a qual o confinava a uma situação de autoritarismo. Ao contrário da política de potência, que oscilava entre extremos, ao sabor das idéias daqueles que se tornavam dominantes, a institucionalização do autoritarismo fazia-se incremental e sistematicamente orientada para a compressão política, movida pela contingência e, muitas vezes, ao arpejo das vontades e convicções dos governantes.

Médici passou a Geisel um Brasil privilegiadamente situado no plano internacional e com uma economia expandida e complexa. Cabia ao novo presidente manter o “impulso que a Revolução vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento”.<sup>61</sup> Era o limiar da condição de potência regional da América do Sul, após uma década de avanços, em que “mostrou a Nação ter condições de realizar política de país grande, com senso de seu próprio valor e consciência de responsabilidade – o habitual preço da grandeza”.<sup>62</sup>

*Geisel: “O Brasil se sente plenamente ocidental, mas não ao ponto de ser antibrasileiro”*

O projeto de potência contido no II PND desde logo evitou o resgate retórico da experiência dos governos militares e sinalizou descontinuidades importantes, especialmente no que se refere à adoção da estratégia bilateralista.

A estratégia desenvolvida no governo Médici foi superada em pontos sensíveis, em função de alterações no contexto internacional que se tornaram maduras durante 1973: em janeiro, os Acordos de Paris, que levaram à retirada das tropas norte-americanas do Vietnã; entre outubro e novembro, o conflito árabe-israelense, com repercussão no fornecimento de petróleo. Ademais, a desmontagem do colonialismo na África redesenhou-lhe o perfil político. Enfim, a criação do chamado Grupo dos Não-Alinhados formalizou um campo político internacional a partir da degradação do sistema bipolarizado pelas superpotências.<sup>63</sup> A existência desse novo espaço para as relações de poder entre os Estados tornou obsoleta a política de potência de Médici, calcada na via diplomática bilateralista. A fragilidade brasileira no campo energético e o escasso acesso aos centros decisórios geopolíticos e financeiros evidenciaram a distância entre o Brasil e os países desenvolvidos. O “individualismo típico do período Médici”<sup>64</sup> teria de ser substituído por uma aproximação com os países componentes deste novo campo internacional, sem, no entanto, reeditar o terceiro-mundismo difuso vigente no governo Costa e Silva.

As fronteiras ideológicas, definidas até 1973, tornaram-se mais fluidas, desaguando na aproximação econômica e política do governo brasileiro com parceiros até então tratados com reserva. O governo Geisel ultrapassou tradicional fronteira ideológica com o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a República Popular da China e com o reconhecimento pioneiro do governo instituído pelo marxista Movimento pela Libertação de Angola (MPLA). Esta inflexão colidia com postulados da doutrina do Conselho de Segurança Nacional (CSN), em que preponderavam os chefes das forças militares e que mais de uma vez se manifestou contrariamente ao rumo imprimido pelo governo às ações externas. Quando o núcleo governamental decidiu restabelecer laços com a China Continental, os sete ministros militares opuseram-se; depois, cinco deles, entre os quais o ministro Frota, foram demovidos desta posição por intervenção pessoal do presidente.<sup>65</sup> Após muito tempo, o Itamarati, com o prestígio delegado por Geisel, recuperava o papel de centro de formulação da política externa e ganhava autonomia frente ao CSN. Este processo não foi marcado só pela disputa, pois, acima dos posicionamentos de cada instituição, sempre prevaleceu a capacidade de comando presidencial.<sup>66</sup>

A liderança de Geisel foi notável em quase todas as instâncias de governo, adquirindo particular visibilidade na política exterior. Na primeira reunião do seu Ministério, em 19 de março de 1974, ele desenhou um panorama sombrio para a ação externa brasileira e disse que as

(...) drásticas mudanças ocorridas no cenário mundial – como a grave crise de energia, a escassez de alimentos e matérias-primas essenciais, em geral, a do petróleo e seus derivados, em particular, a instabilidade do sistema monetário internacional, ainda em dolorosa busca de nova ordenação, a inflação que se generaliza pelo mundo todo a taxas alarmantes, as tensões políticas e sociais, exacerbadas pelo fermento do apelo irresponsável à violência e que intranquilizam a vida das nações, num cenário de transição para nova ordem internacional de contornos ainda indefinidos determinarão sérias repercussões no panorama nacional, sobretudo num ano de intensa atividade política, como este de 1974, em que significativos eventos ocorrerão na vida nacional.<sup>67</sup>

A tônica dos primeiros discursos de Geisel era que o Brasil ingressava naquele momento em nova fase, marcada pela maturidade da obra revolucionária. A menção frequente ao ingresso do país na idade “adulta”<sup>68</sup> prenunciava o projeto de potência que pretendia transmutar a dependência, aprofundada no governo Médici, em situação de afirmação da autonomia nacional. As novas possibilidades do quadro mundial só se materializaram com os prenúncios da multipolaridade. O pequeno recuo da hegemonia norte-americana permitia a implementação de dupla linha de expansão dos interesses externos do Estado brasileiro.

No plano genérico do quadro de poder mundial, a afirmação de potências nucleares médias (China, França e Inglaterra), de potências econômicas (Japão e Alemanha) e dos países árabes proporcionou ao Brasil o estabelecimento de parcerias e acordos bilaterais que fortaleceram as posições nacionais. E a importância da questão árabe concentrava os focos da atuação diplomática das superpotências, o que, em interação com outros efeitos da *détente*, permitia a afirmação da hegemonia brasileira nos “círculos concêntricos” mais próximos: as Américas do Sul e Latina.

Logo ao início de seu governo, Geisel explicitou o fundamento autonomista da “diplomacia do pragmatismo responsável”. Em saudação ao presidente Figueres, da Costa Rica, em 4 de abril de 1974, afirmou que o Brasil não pretendia “de forma nenhuma predominar, porquanto não aceitamos hegemonias no seio da comunidade das nações”.<sup>69</sup> Entre abril e setembro de 1974, foram mantidos encontros em nível presidencial com Bolívia, Costa Rica, Japão, México e Paraguai, dos quais resultaram acordos bilaterais com a Bolívia, o México e o Paraguai (por exemplo, a instalação da Usina de Itaipu, em solo paraguaio). De outra parte, os estrategistas de Geisel formularam a projeção do poder nacional para a África, que,

(...) hodiernamente, interessa muito mais ao Brasil do qualquer outra área do universo. É ali que passam as principais linhas do tráfego marítimo, essenciais à nossa segurança, entre elas a chamada “rota do Cabo”. Será ali que teremos que proteger o nosso próprio território. Ocupada a vertente atlântica da África por uma potência militar hostil, o grau de ameaça que nos envolverá será permanente.<sup>70</sup>

O distanciamento das gestões anteriores quanto à questão colonial africana teve de ser revisto. O Brasil, maior país de língua portuguesa, qualificava-se como porta-voz dos Estados recém-emancipados para os temas do desenvolvimento e da autodeterminação. Em contrapartida, o arco de alianças que incorporava Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique colocava nossa diplomacia numa posição antagônica, ainda que não explicitamente, à da África do Sul. A projeção dos interesses nacionais brasileiros na África levou a diplomacia do pragmatismo responsável a mover-se em sentido oposto ao dos Estados Unidos, que se aproximavam da África do Sul.

O pragmatismo responsável tentava conciliar posições como a da política africana, que conduziam à tensão com os Estados Unidos, com iniciativas conciliadoras como o “memorando de entendimento” Kissinger-Silveira (de que falaremos adiante), que reconhecia o papel do Brasil na América Latina, sintetizado na frase de efeito do presidente Nixon: “Para onde se inclinar o Brasil, irá a América Latina”.<sup>71</sup> Mas o progresso da relação entre os dois países exigia muito mais do que frases de efeito e tratativas do Itamarati. À

postura agressiva dos brasileiros no continente africano somaram-se outras ações de natureza multilateralista, que resultaram em maior comprometimento das relações com os nossos “parceiros do norte”. Em vista da crise do petróleo, o Oriente Médio tornou-se palco de uma política tão ousadamente autônoma quanto a desenvolvida na África. A intensificação de intercâmbio comercial na delicada área de armamentos foi a pedra de toque de nossa ofensiva entre os países árabes. O Brasil projetou-se como grande fornecedor de armamentos, “competindo com sucesso com produtos americanos, britânicos, franceses e alemães ocidentais”.<sup>72</sup> Mais uma vez, nossos parceiros no Oriente conflagrado situavam-se à margem do campo de influência norte-americana. O choque foi, por assim dizer, formalizado quando da votação na ONU da reivindicação palestina por um Estado nacional: numa manifestação não só de reconhecimento da justiça do pleito palestino como de condenação ao sionismo, o embaixador Sérgio Correa da Costa declarou que “o voto brasileiro não é, nem poderia ser, em qualquer hipótese, interpretado como hostil aos judeus ou ao judaísmo. O Brasil reconhece plenamente a valiosa contribuição dada pelos judeus que, nascidos ou não em nosso país, “vivem em comunidade”.<sup>73</sup>

A questão nuclear sempre foi um ponto de entrelaço entre as posições brasileiras e norte-americanas. Em 1953, o presidente do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), almirante Álvaro Alberto, já havia entrado em conflito com as autoridades dos Estados Unidos, na sua tentativa de adquirir ultracentrífugas para o enriquecimento de urânio.<sup>74</sup> Na mesma linha autonomista, 15 anos depois, em 1968, o Brasil recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear e, em 1971, foi criada a Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear.<sup>75</sup> No ano seguinte, a Westinghouse Electric foi contratada para construir a primeira usina nuclear brasileira, com o compromisso de fornecer suficiente combustível, urânio enriquecido ou *yellow cake*.<sup>76</sup>

Em 1973, o governo brasileiro pressionou a empresa a fornecer a tecnologia completa do processamento do combustível, o que possibilitaria a construção de artefatos bélicos nucleares. A Westinghouse, obedecendo a determinações do governo norte-americano, não atendeu a este pedido brasileiro e se limitou a ampliar a oferta de reatores dependentes do combustível que elaborava. Tal restrição, muito mal-recebida pela elite militar, foi agravada quando a Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos anunciou, ainda em 1974, a suspensão da garantia de fornecimento de combustível nuclear.<sup>77</sup> Neste mesmo ano, em 12 de julho, o vice-presidente do Atomic Energy Bureau sul-africano, Louw Alberts, havia anunciado à imprensa de todo o mundo que a África do Sul já dominava o ciclo atômico para fins bélicos, graças à transferência de tecnologia alemã.<sup>78</sup> O governo brasileiro rompeu prontamente o acordo com a empresa norte-americana e reativou a velha afinidade com os alemães na questão atômica. Após intenso e secreto processo de nego-

ciações, no qual oficiais da Marinha de Guerra tiveram papel determinante, o Brasil assinou, em 27 de junho de 1975, o Acordo Nuclear com a Alemanha.<sup>79</sup> Este movimento autonomista, ao qual viriam se somar outras manifestações de “não-alinhamento” à liderança dos Estados Unidos, contribuiu para agravar as relações entre os dois países. Embora nenhuma autoridade governamental houvesse admitido o uso militar da energia nuclear, o próprio general Geisel deixou entrever esta possibilidade, ao afirmar que o Tratado de Não-Proliferação

(...) representava uma discriminação. O Brasil não podia ter tecnologia nuclear, mas os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Rússia e mais tarde a China podiam? Considerou-se, para não assinar, o imperativo da soberania do país. O Brasil iria se colocar *a priori* numa posição de inferioridade em relação aos outros? Seria acertado? O sentimento nacional pode aceitar isso? Somos inferiores aos outros? (...) Suponham que o Brasil tenha uma guerra e nos bombardeiem com a bomba atômica. O Brasil vai abrir mão *a priori*, de poder revidar? Será que isso é lógico?<sup>80</sup>

Essa a lógica que informava as ações da área nuclear no governo Geisel e que se mantinha íntegra, mais de duas décadas depois, quando o general concedeu a entrevista aqui parcialmente transcrita. A autonomia nacional requeria o domínio integral do ciclo de processamento do combustível nuclear, e a satisfação desse requerimento justificava até o abalo das relações com os Estados Unidos.<sup>81</sup>

A progressão desses embates, contudo, não ocorreu de maneira linear. Em 21 de fevereiro de 1976, poucos meses depois da assinatura do acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, o chanceler Azeredo da Silveira conseguiu firmar com o secretário de Estado norte-americano, Henri Kissinger, um memorando de cooperação brasileiro-americana.<sup>82</sup> Este documento, que dispunha sobre um rol de questões, objetivava a criação de uma dinâmica de mútuas e sucessivas consultas entre as duas chancelarias, de forma a “assegurar que problemas vitais (e não vitais) fossem discutidos rotineiramente, antes que se avolumassem os mal-entendidos”.<sup>83</sup> Tal iniciativa, ao tempo que permitia a amenização de conflitos com os norte-americanos, servia de contraponto à aproximação diplomática com os países socialistas africanos. Esta linha de ação surtiu os efeitos esperados durante os meses finais da gestão republicana de Gerald Ford. Com a eleição do democrata Jimmy Carter e sua posse, em janeiro de 1977, o memorando perdeu boa parte de sua eficácia, com a revisão da política externa norte-americana pela nova gestão, que adotou posturas mais duras em relação à questão nuclear e aos direitos humanos.

O governo Carter atingiu dois temas sensíveis da política interna brasileira. O programa nuclear e as manifestações de autonomia ante os Estados Unidos nos organismos internacionais foram vistos com dissimulada simpatia por setores da oposição, pois inter-

pelavam determinado nacionalismo desenvolvimentista muito difundido no pré-64. Lysâneas Maciel, combativo deputado do MDB da Guanabara, considerou que o “acordo atômico Brasil-Alemanha representa[va] no momento uma possibilidade de evolução no setor nuclear brasileiro [pois] se o acordo firmado com a Alemanha significar uma real transferência de tecnologia isto poderá implicar uma queima de etapas”.<sup>84</sup>

Geisel conseguira capturar as bandeiras oposicionistas da autonomia nacional e da aceleração do desenvolvimento. Setores expressivos do MDB viam-se obrigados a reconhecer méritos ou até afinidades inconfessadas na política de potência do governo, mesmo porque esta política contemplava a aproximação com os países socialistas da África e com a China, numa postura que poderia ser qualificada como de um país “não-alinhado”. A iniciativa do governo Carter de encampar as acusações da Anistia Internacional aos governos militares produziu, entre outros, o efeito de aglutinar em torno do governo brasileiro o apoio de quase todos os setores militares.<sup>85</sup> Os mesmos segmentos da oposição que viam avanços na política externa utilizaram as censuras norte-americanas para combater o regime. No entanto, é razoável supor que isto acabou por fornecer ao governo maior base de consenso. As pressões contra a política nuclear brasileira e o patrocínio aos relatórios da Anistia Internacional por parte do Departamento de Estado dos Estados Unidos não surtiram efeito: ao contrário, foram rechaçados como “ingerência inaceitável em questões afetas à soberania nacional”.<sup>86</sup> Dando consequência prática a tal discurso, o governo brasileiro denunciou, em março de 1977, o Acordo Militar com os Estados Unidos, em vigência desde 1952.<sup>87</sup> Segundo o general Geisel, este instrumento havia sido alterado em seus termos originais, pois, em 1976,

(...) o Senado americano resolveu (...) estabelecer que todo auxílio que o governo americano prestasse na área militar dependeria de uma prévia apreciação dos direitos humanos no país interessado. O Senado americano passava a ser juiz para decidir se o Brasil podia ou não receber os recursos previstos no Acordo Militar. Era uma intromissão dos Estados Unidos na nossa vida interna, à margem das cláusulas do acordo.<sup>88</sup>

Ademais, os próprios benefícios do acordo eram discutíveis, pois

(...) o que eles nos mandavam não era o melhor armamento (...). Mandavam aquilo que era obsoleto para eles, quando já havia coisa muito melhor. Quanto às missões que mantinham aqui, uma do Exército e uma naval, na realidade elas funcionavam como agência de informações dos Estados Unidos.<sup>89</sup>

Pesou nesta decisão o fato de que nossa indústria bélica, em franca expansão, poderia suprir, em médio prazo, boa parte das necessidades das Forças Armadas.

Talvez o acordo não produzisse resultados tão pífios como afirmou o ex-presidente, mas sua denúncia pelo Brasil exigiu esforços significativos do governo norte-americano no sentido de sanar o abalo nas relações bilaterais. Em julho de 1977, a primeira-dama dos Estados Unidos veio ao Brasil em missão diplomática. Não obteve os resultados esperados: o Acordo Militar não foi reativado e a opção nuclear brasileira manteve-se inalterada. O general Geisel não apreciou a visita de “dona Rosalyn”, que, “sentava, abria o caderno e apresentava sucessivamente os itens da nossa conversa. Eram itens sobre direitos humanos, sobre energia nuclear (...). Ela se envolvia em tudo”.<sup>90</sup> Em março de 1978, o próprio Carter viria ao Brasil, com a mesma agenda de recomposição das relações bilaterais, e colheria, a julgar pela avaliação do ex-presidente brasileiro, os mesmos resultados. Geisel, interpelado se estava disposto a retomar o Acordo Militar, afirmara: “Estou sim, com uma única condição: que se acabe com a intromissão do Senado americano, fiscalizando o Brasil. Se o senhor acabar com aquilo, faço com muito prazer um novo acordo militar. O que não posso é fazer um acordo que humilhe meu país”.<sup>91</sup>

A dureza retórica do então presidente brasileiro espelhava a perspectiva fortemente autonomista da política externa de sua gestão, cuja marca distintiva foi o não reconhecimento das “fronteiras ideológicas”. O país era projetado no concerto internacional como potência emergente, que ansiava pela construção de uma órbita própria de alianças, independentemente do poder de delimitação e interdição que detinham as superpotências. Talvez a mais feliz síntese desta postura tenha sido feita pelo chanceler Azeredo da Silveira, ao declarar: “O Brasil se sente plenamente ocidental, mas não ao ponto de ser antibrasileiro. É por isso que, atualmente, nos organismos internacionais, 90% dos nossos votos são os mesmos do grupo dos não-alinhados”.<sup>92</sup>

*Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004*

#### *Notas*

\* Professor do Departamento de Antropologia, Política e Filosofia – FCL.Ar.-Unesp.

<sup>1</sup> Cf. LIMA FILHO, P. A. *A economia política do complexo industrial-militar: o caso do Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993, pp. 49-50.

<sup>2</sup> Cf. SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 142.

<sup>3</sup> Cf. *O Estado de S. Paulo*, 28 nov. 1974.

<sup>4</sup> Cf. MARTINS, C. E. *Capitalismo de Estado e modelo político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977, pp. 363-367.

<sup>5</sup> CAVAGANARI, G. L. “Autonomia militar e construção da potência”. In: RIZZO, E. et al. *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro, Espaço Tempo, 1987, pp. 57-58.

<sup>6</sup> Cf. CORREA, M. S. *1964 visto e comentado pela Casa Branca*. Porto Alegre, L&PM, 1977, pp. 15-18.

<sup>7</sup> Cf. DUTRA, E. *Ibad: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1963, p. 52; DREIFUSS, R. A. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981, p. 235.

<sup>8</sup> Cf. CORREA, op. cit., p. 18.

<sup>9</sup> Cf. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. *Programa de Ação Econômica do Governo 1964-1966*. Brasília, 1965, p. 49 (Documentos do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, 1).

<sup>10</sup> Cf. MARTINS, op. cit., p. 372.

<sup>11</sup> Cf. SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1965-1985)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 397.

<sup>12</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *A política da revolução brasileira*. Brasília, 1966. (documento xerocopiado).

<sup>13</sup> Cf. MIYAMOTO, S. *A política externa brasileira e o regime militar: 1964-1984*. Campinas, IFCH/Unicamp, 1991, pp. 20-21.

<sup>14</sup> Apud MARTINS, op. cit., p. 378.

<sup>15</sup> Apud id., ibid.

<sup>16</sup> Cf. MATTOS, C. M. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977, p. 120.

<sup>17</sup> Cf. LOBO, H. *O pan-americanismo e o Brasil*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, pp. 143-144 (Coleção Brasileira, 169).

<sup>18</sup> CUNHA, V. L. *Discurso de saudação ao chanceler equatoriano Gonzalo Escudero em 19 de maio de 1965*. Brasília, 1965 (documento xerocopiado).

<sup>19</sup> Cf. MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, p. 17.

<sup>20</sup> Cf. MARTINS, op. cit., p. 384.

<sup>21</sup> LOHBAUER, C. Os desafios para a inserção internacional do Brasil: passado, presente e futuro. *Cadernos Adenauer*. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer, n. 2, p. 88, 2000 (O Brasil no cenário internacional).

<sup>22</sup> FIORI, J. L. *O vôo da coruja: uma leitura não-liberal da crise do Estado desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, Editora da Uerj, 1995, p. 104.

<sup>23</sup> Apud SILVA, H. e CARNEIRO, M. C. R. *Os presidentes: Castelo Branco – a tomada do poder*. São Paulo, Grupo Comunicação Três, 1983, p. 136.

<sup>24</sup> Cf. FIECHTER, G. A. *O regime modernizador do Brasil, 1964/1972: estudos sobre as interações político-econômicas em um regime militar contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1974, p. 179.

<sup>25</sup> Cf. SKIDMORE, op. cit., p. 138.

- <sup>26</sup> Cf. SILVA, G. C. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1981, p. 247.
- <sup>27</sup> SILVA, A. Costa *Discurso no Palácio Itamaraty em 5 de abril de 1967*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1967 (documento xerocopiado).
- <sup>28</sup> Id., *ibid.*
- <sup>29</sup> Cf. MARTINS, op. cit., p. 388.
- <sup>30</sup> Apud MARTINS, op. cit., p. 390.
- <sup>31</sup> Apud id., *ibid.*, p. 392.
- <sup>32</sup> Apud id., *ibid.*, p. 393.
- <sup>33</sup> Cf. MARTINS, op. cit., p. 392.
- <sup>34</sup> Cf. *Jornal do Brasil*, 12 abr. 1968.
- <sup>35</sup> CODATO, A. N. *O golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas*. Trabalho apresentado no Simpósio Internacional “40 anos do golpe de 64: Novos diálogos, novas perspectivas”, p. 3, 14 jun., 2004.
- <sup>36</sup> Cf. BELTRÃO, H. Uma nova estratégia para o desenvolvimento nacional. *Problemas Brasileiros*. São Paulo, Sesc/Senac, n. 6/67, p. 42, out., 1968.
- <sup>37</sup> *Jornal do Brasil*, 24 mar. 1968.
- <sup>38</sup> GOMES, L. M. G. Cronologia do 1º ano do governo Costa e Silva. *Dados*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, v. 4, p. 161, 1968.
- <sup>39</sup> Apud CHAGAS, C. *A guerra das estrelas (1964/1984): os bastidores das sucessões presidenciais*. Porto Alegre, L&PM, 1985, p. 199.
- <sup>40</sup> Apud id., *ibid.*, p. 200.
- <sup>41</sup> CHAGAS, op. cit., p. 201.
- <sup>42</sup> Cf. id., *ibid.*, p. 199.
- <sup>43</sup> Cf. BRASIL. Presidência da República. *Metas e bases para a ação de governo*. Brasília, set. 1970, p. 4.
- <sup>44</sup> Id., *ibid.*, p. 5.
- <sup>45</sup> MARTINS, op. cit., p. 401.
- <sup>46</sup> CARLOS, N. Silveirinha, o pragmático. *Opinião*. Rio de Janeiro, Inúbia, n. 89, p. 15, 1 ago., 1974.
- <sup>47</sup> Cf. MARTINS, op. cit., pp. 406-7.
- <sup>48</sup> BRASIL. Presidência da República. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND): 1972/74*. Brasília, dez. 1971, p. 14.
- <sup>49</sup> Cf. CASTRO, A. *Revista Segurança e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, n. 32, 1971.
- <sup>50</sup> Cf. BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatório 1972*. Brasília, 1972.
- <sup>51</sup> BRASIL, op. cit., s.p.

- <sup>52</sup> FERREIRA, O. S. Política externa a serviço de uma idéia messiânica. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 31 mar. 1974, p. 3.
- <sup>53</sup> MIYAMOTO, op. cit., p. 37.
- <sup>54</sup> Apud FIECHTER, op. cit., p. 268.
- <sup>55</sup> Apud SCHILLING, P. R. *O expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Global, 1981, p. 79.
- <sup>56</sup> Cf. SCHILLING, op. cit.
- <sup>57</sup> Cf. CONTREIRAS, H. *Militares: confissões (histórias secretas do Brasil)*. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 1998, p. 98.
- <sup>58</sup> CAVAGANARI, op. cit, p. 77.
- <sup>59</sup> Cf. LAGO, L. A. C. “A retomada do crescimento e as distorções do ‘milagre’”. In: ABREU, M. R. (org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro, Campus, 1997, p. 293.
- <sup>60</sup> FIECHTER, op. cit., p. 268.
- <sup>61</sup> BRASIL. Presidência da República. *Ernesto Geisel: discursos*. Vol. I. Brasília, 1975, p. 15.
- <sup>62</sup> Id., *ibid.*, p. 23.
- <sup>63</sup> Cf. MIYAMOTO, S. e GONÇALVES, W. S. A política externa brasileira e o regime militar: 1964-1984. *Primeira Versão*. Campinas, IFCH/Unicamp, n. 38, p. 42, 1991.
- <sup>64</sup> MIYAMOTO e GONÇALVES, op. cit., p. 43.
- <sup>65</sup> Cf. GOÉS, W. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar burocrático*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, p. 32.
- <sup>66</sup> Cf. id., *ibid.*, pp. 38-9.
- <sup>67</sup> BRASIL, op. cit., p. 36.
- <sup>68</sup> Cf. BRASIL, op. cit., pp. 15, 21, 37.
- <sup>69</sup> BRASIL, op. cit., p. 68.
- <sup>70</sup> MATTOS, C. M. *Brasil: geopolítica e destino*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 75.
- <sup>71</sup> Apud LIMA, M. R. S. e MOURA, G. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa. *Dados*. Rio de Janeiro, Instituto Universitário do Rio de Janeiro/Campus, v. 25, n. 3, p. 353, 1982.
- <sup>72</sup> MCCANN, F. *A nação armada*. Rio de Janeiro, Vozes, 1982, p. 214.
- <sup>73</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11 nov. 1975.
- <sup>74</sup> Cf. ROSA, L. P. A evolução da política nuclear brasileira. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, n. 7, p. 29, jan. 1979.
- <sup>75</sup> Cf. id., *ibid.*
- <sup>76</sup> Cf. SKIDMORE, op. cit., pp. 377-378.
- <sup>77</sup> Cf. FÜLGRAFF, F. *A bomba pacífica: o Brasil e a corrida nuclear*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 67.
- <sup>78</sup> *O Estado de S. Paulo*, 11 mai. 1976.

<sup>79</sup> Cf. FÜLGRAFF, op. cit., p. 57.

<sup>80</sup> Apud D'ARAÚJO, M. C. C. e CASTRO, C. (orgs.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1997, pp. 340-341.

<sup>81</sup> Cf. TEMPESTINI, P. *As relações militares Brasil-Estados- Unidos: do confronto à cooperação*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

<sup>82</sup> Cf. *O Estado de S. Paulo*, 28 fev. 1976.

<sup>83</sup> SKIDMORE, op. cit., p. 381.

<sup>84</sup> *Opinião*, 18 jul. 1975.

<sup>85</sup> Cf. SKIDMORE, op. cit., p. 383.

<sup>86</sup> LIMA e MOURA, op. cit., p. 354.

<sup>87</sup> Cf. BANDEIRA, M. *Estado nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo, Ensaio, 1993, p. 258.

<sup>88</sup> Apud D'ARAÚJO e CASTRO (orgs.), op. cit., p. 350.

<sup>89</sup> Apud id., *ibid.*

<sup>90</sup> Apud id., *ibid.*, p. 351.

<sup>91</sup> Apud id., *ibid.*, p. 352.

<sup>92</sup> *Opinião*, 31 out. 1975.

## DA SOCIEDADE POLÍTICA À SOCIEDADE CIVIL: A PRESENÇA PÚBLICA DA IGREJA CATÓLICA BRASILEIRA NUM PERÍODO DE INSTABILIDADE POLÍTICA (1952-2004)

Juan Cruz, Esquivel\*

### Resumo

Este artigo propõe-se desvendar o *modus operandi* da Igreja Católica diante do poder político e da sociedade civil, num contexto de ruptura e de restabelecimento do regime democrático. A rememoração dos traços duradouros que definiram as relações entre o campo católico e o político ao longo da história proporcionam sólidos elementos de referência para a elucidação de uma nova modalidade de presença pública da Igreja, projetada desde a conformação da Conferência Episcopal, em 1952, mas materializada no decorrer do processo militar iniciado em 1964. Entretanto, a linha teológico-pastoral assumida pelo Vaticano a partir da ascensão de João Paulo II, em 1978, colocou sinais de interrogação na continuidade deste perfil episcopal.

### Palavras-chave

Igreja Católica; Estado; sociedade civil; Vaticano – mudança; Brasil.

### Abstract

*This article aims to unmask the modus operandi of the Catholic Church vis-à-vis the political establishment and civil society, in the context of the breakdown and subsequent restoration of democracy. A brief review of the key factors that defined the historical relationship between the Catholic Church and the political establishment will provide us with a solid basis for elucidating a new modality of the Church's public presence. The first signs of this new modality appeared at the formation of the Episcopal Conference in 1952, but it took concrete shape during the course of the military process begun in 1964. Meanwhile, the theological and pastoral guidelines defined by John Paul II have put into question marks the continuity of that modality of Church's public presence.*

### Key-words

*Catholic Church; State; civil society; Vatican – change; Brazil.*

O *modus vivendi* da Igreja Católica com o Estado no Brasil sofreu contínuas mutações ao longo da história, em função dos fundamentos ideológicos que nortearam os processos políticos e dos projetos eclesiais hegemônicos em cada momento histórico.

Cenário integrado na época da Colônia e no período pós-independência, separação e demarcação de fronteiras com a Primeira República, retomada das vinculações estreitas durante a primeira metade do século XX. Estes vaivéns refletem uma dinâmica complexa – e, por que não dizer, contraditória – nas relações entre o poder político e o eclesiástico. Na justaposição entre uma gênese intrinsecamente a-religiosa do Estado e a procura de legitimidades extrapolíticas para garantir a governabilidade do regime político localizaremos o nó das desavenças e convivências entre os dois campos.

É indubitável, em que pesem as lógicas diferenciadas que regulam o funcionamento de cada esfera, que, em vários períodos históricos, houve uma instrumentalização da Igreja por parte do Estado e vice-versa. Em mais de uma oportunidade, a entidade religiosa aproveitou as debilidades do sistema político para penetrar as estruturas estatais e traçar os conteúdos das políticas educacionais e familiares. Além disso, a instituição católica, considerada pelos homens de governo uma inestimável fonte fornecedora de sentido, foi requerida em múltiplas oportunidades para abençoar os regimes políticos. Como bem sintetiza Roberto Romano, o comportamento da liderança episcopal se baseou na “dialética do pêndulo hierocrático, fascinado pelo poder secular, mas sendo obrigado, por força de sua autopreservação essencial, a se afastar do seu exercício direto”.<sup>1</sup>

Uma análise em profundidade sobre esta questão não pode estar permeada por abordagens simplificadas, seja aquela que considera o órgão eclesiástico mero aparelho ideológico do poder secular, seja a outra, que sustenta, em decorrência da lei natural, a supremacia da ordem espiritual. Assumir alguma destas perspectivas nos impediria de compreender a seqüência de fatos nos quais a Igreja e o Estado entraram em confronto por delimitarem a competência e as áreas de influência de cada uma.

O presente artigo propõe-se desvendar o *modus operandi* da Igreja Católica diante do poder político e da sociedade civil, num contexto de ruptura e de restabelecimento do regime democrático. Uma rápida rememoração dos traços duradouros que definiram, de modo eloqüente, as relações entre o campo católico e o político nos proporcionará sólidos elementos de referência para elucidar uma nova modalidade de presença pública da Igreja, projetada desde a conformação da Conferência Episcopal, em 1952, mas materializada no decorrer do processo militar iniciado em 1964. O afastamento de um poder político que se fechava e o engajamento numa realidade social silenciada delinearão uma mudança no rumo das políticas eclesiásticas, a qual acarretou transformações na própria estrutura da

instituição católica. Entretanto, a linha teológico-pastoral assumida pelo Vaticano a partir da ascensão de João Paulo II, em 1978, colocou sinais de interrogação na continuidade deste perfil episcopal.

### *Breve sinopse histórica*

A justaposição entre o regime do padroado e o modelo da cristandade distinguiu o processo de radicação da Igreja Católica no Brasil e nos restantes países da região. De um lado, o rei de Portugal, mercê das sucessivas bulas papais, gozava do direito de criar cargos eclesiásticos, nomear seus titulares, arrecadar o dízimo do culto e autorizar a publicação das atas pontifícias. Em troca disto, facilitava a difusão da religião nos territórios descobertos e assumia a responsabilidade de construir templos e monastérios, assim como de velar pelo desempenho dos agentes religiosos. A expansão da “civilização” e da fé faziam parte do mesmo programa. Esta situação acarretou uma dependência da Igreja ante a realeza não apenas em termos econômicos: as autoridades eclesiásticas eram virtualmente funcionários do poder civil. Em recompensa pela conversão dos povos que habitavam as terras conquistadas, o papa concedeu à Coroa portuguesa o controle das igrejas que estavam sendo fundadas.

De outro lado, a imposição da evangelização imprimiu um viés na cosmovisão do ser cristão e seu relacionamento com o ser nacional. Referimo-nos ao modelo de cristandade que, desde o início, pretendeu, por uma parte, igualar a identidade territorial à religiosa: o catolicismo, como pilar da nacionalidade, outorgava à Igreja o poder e o direito exclusivo de controlar múltiplos aspectos da vida cotidiana das pessoas – formação educacional, saúde, políticas familiares e outras. Como se poderá advertir, o comportamento histórico do catolicismo não se reduziu exclusivamente ao campo religioso; pelo contrário, estendeu-se ao espaço político e social, com base na legitimidade que a idéia de “credo nacional” ou “doutrina de Estado” lhe conferia.

Tanto no período colonial quanto nas décadas posteriores à independência, a Igreja brasileira esteve longe de atingir um estágio de institucionalização. Dioceses acéfalas, escassez de agentes religiosos, falta de uma liderança centralizada, pouca comunicação com Roma e uma marcante dependência dos vaivéns das situações políticas ressaltavam as vicissitudes que deveu transitar durante boa parte do século XIX. Mesmo considerada religião oficial, a submissão ao poder temporal evidenciava um vínculo pernicioso para os interesses do catolicismo. A tendência era a utilização da religião pelas autoridades políticas no processo de expansão e unificação nacional.

As múltiplas proibições sofridas pelo clero e as ordens religiosas comprometeram a própria reprodução da estrutura eclesiástica. No período imperial, foi interdita a entrada de religiosos estrangeiros e proibida a criação de novas ordens. Além disso, o poder político incorporou as propriedades da Igreja ao patrimônio do Estado. Definitivamente, a tentativa da Monarquia de extinguir as ordens religiosas acarretou um estado de agonia e de asfixia geral do campo católico, por sua extrema submissão ao poder civil.

Ora bem, o clima hostil contra a Igreja Católica acarretou uma série de dissidências entre os dois poderes. A Questão Religiosa, de 1872, transformou-se no detonador de uma situação explosiva e abriu as portas para a separação entre a Igreja e o Estado. Os bispos de Olinda e Pará, D. Vital e D. Antônio de Macedo Costa, rebelaram-se contra um esquema de poder em que a Igreja estava subordinada aos interesses do poder secular. Do mesmo modo, recusavam a participação numa estrutura política que contava em suas fileiras com homens da maçonaria ou identificados com ideais liberais. Formados nas universidades italianas, tinham assimilado os princípios da doutrina ultramontana. Vale lembrar que o momento histórico fortalecia a insurreição dos dois prelados: o papa Pio IX se erigia como um intransigente adversário da modernidade e instava as forças católicas a lutarem para recuperar o lugar que a Igreja soube conquistar no medievo. Eram os tempos da encíclica *Quanta cura* e de seu catálogo de erros modernos, o *Syllabus*. Condenava-se sem atenuantes o racionalismo, o cientificismo, a idéia da Igreja livre no Estado livre e, mais ainda, o primado do poder civil. No contexto internacional de ofensiva vaticana sobre o mundo secular e na particular situação de sujeição da Igreja brasileira, o levantamento de Vital e Macedo Costa encontra uma explicação.

Logo no início da Primeira República (1889-1929), a legislação recusou claramente a união entre os poderes civil e eclesiástico, declarando a extinção do regime do padroado. A separação do Estado significava a soltura das amarras que garantiam a intervenção eclesiástica nos assuntos relativos à moral familiar e à educação, principalmente. Mas, ao mesmo tempo, a Igreja se livrava de qualquer interferência do poder temporal. Se, com o Estado monárquico, esta viu ameaçada sua sobrevivência institucional, com a prescindência religiosa do novo regime se eliminavam os empecilhos para a centralização e institucionalização da estrutura católica. Voltada para a sociedade civil pela força das circunstâncias, o imperativo católico obrigava a exercer uma presença ativa em todas as ordens da vida social, até no plano da política.

Foi só com o decorrer dos anos, entretanto, que a elite eclesiástica ficou ciente do valor da autonomia como alicerce das políticas institucionais. Com efeito, o *modus operandi* da cúpula católica brasileira não mudou de forma imediata. Durante 400 anos, caminhara junto com a administração política. A apelação aos homens do governo para

mitigar o viés liberal da nova legislação ou para conservar determinados privilégios como religião predominante patenteava a continuidade de uma determinada lógica no comportamento episcopal.

Após a separação entre ambas as esferas, no final do século XIX, era difícil imaginar uma retomada das vinculações institucionais estreitas. No entanto, já no século XX, a articulação entre duas figuras estelares – D. Sebastião Leme, do campo religioso, e Getúlio Vargas, do político – solidificou uma aliança que aproximou novamente a Igreja do Estado, mas numa modalidade diferenciada da traumática experiência imperial. Sob a condução do cardeal Leme, a Igreja impulsionou a estratégia de penetrar as estruturas do Estado para, desde lá, impor sua visão do mundo e garantir uma presença social estendida. Propôs-se envolver a população de uma unidade cultural e religiosa, a qual daria sentido e filiação a todos os âmbitos da vida comunitária. O projeto do catolicismo da neocristandade deixou transparecer a continuidade de um agir católico atrelado ao poder político.

Esse catolicismo de cunho intransigente permeou as visões e os comportamentos do alto clero. Firmando-se na concepção que situa o catolicismo na base da identidade nacional, em nenhum momento renunciou à batalha pela hegemonia ideológica e moral. Como se poderá advertir, a Igreja brasileira recusava a divisão do trabalho que o paradigma da secularização estabelecera. Reticente em se concentrar nas tarefas da sacristia e no plano particular das consciências, a finalidade de missão religiosa apontava para a cristianização da sociedade.

Embora sejam inegáveis as conquistas obtidas no tocante ao ensino religioso nas escolas públicas ou à exclusão legislativa dos projetos divorcistas, sob a primazia do paradigma da neocristandade, a Igreja não conseguiu construir sólidas bases de influência nas práticas religiosas da população. A rápida transformação da paisagem urbana, com o crescimento das grandes cidades e o processo de urbanização, veio acompanhada de uma erosão do monopólio católico no campo religioso, em virtude da expansão de outros grupos sacros. Foi este processo de mudança que fez tremer os cimentos do tradicional *modus operandi* católico.

#### *A gênese de um novo rumo institucional*

No começo da década de 50 do século passado, as empresas do Brasil entraram num processo de forte industrialização e transnacionalização. O progresso tecnológico consolidou um modelo de desenvolvimento com um crescimento econômico considerável, mas que, por outro lado, tornou ainda mais complexa a estrutura da sociedade. O processo de

acumulação do capital industrial gerou um empobrecimento da população rural e uma acelerada conformação da malha urbana, porém sem planejamento nem fornecimento de infra-estrutura. Em virtude de um contexto internacional radicalizado – a experiência da Revolução Cubana, em 1959, mostrava o socialismo como uma alternativa possível – e de um panorama nacional envolvido na abertura democrática, mas também na maior concentração da renda, as demandas sociais aumentaram.

No campo religioso, a crise das vocações sacerdotais e o surgimento de propostas religiosas alternativas solaparam as fontes do poder católico em meados do século XX. Como a Igreja reclamaria um atendimento privilegiado por parte do Estado se seu tradicional argumento, a “catolicidade” do povo brasileiro, já era motivo de controvérsia? Definitivamente, as rápidas transformações na estrutura econômica, social e urbana, junto com a acirrada concorrência no campo religioso, obrigaram a uma reformulação da atuação de uma hierarquia eclesial preocupada com a debilidade de sua penetração nas áreas urbanas. As premissas doutrinárias tinham escassa ascendência sobre a cotidianidade da população e os comportamentos religiosos desta refletiam a combinação sincrética de elementos e crenças de diferentes religiões.

Só com a multiplicação de esforços na arena social – e com uma virada nas formas de abordar o trabalho neste campo – a Igreja brasileira conseguiria reverter este estado de estagnação. A presença na luta dos camponeses nordestinos, as iniciativas educacionais neste setor, a promoção das comunidades de base, o acompanhamento dos conflitos da classe operária e, de um modo geral, a substituição da tradicional caridade cristã pelo engajamento e promoção de uma mudança social colocaram novamente a instituição eclesial no primeiro plano da cena nacional.

Novamente, uma figura emblemática sintetizou o perfil da Igreja na época. Estamos nos referindo a Hélder Câmara, nomeado bispo auxiliar do Rio de Janeiro em 1952. Em boa sintonia com o núncio apostólico Carlo Chiari, Hélder batalhou para unificar a Igreja de todo o país e fornecer uma estrutura de comunicação duradoura entre os prelados. Com a criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no mesmo ano, e a designação de Hélder como secretário-geral, iniciou-se uma nova etapa no catolicismo brasileiro.

Primava “um desejo comum de modernizar a administração da Igreja e de alargar a sua influência de forma a permitir-lhe fazer face às diversas ameaças que eram intuitivamente detectadas nas mudanças sociais e políticas do país”.<sup>2</sup> Também a maior complexidade da sociedade exigia a conformação de um organismo estável, capaz de articular as gestões diocesanas e difundir as posições da Igreja diante dos diversos assuntos de relevância nacional.

Cabe salientar que a estruturação do máximo organismo católico se guiou, em parte, pelo desenho organizacional das agremiações laicas (Ação Católica, Juventude Operária e Universitária). A metodologia pastoral da Ação Católica, baseada no esquema “ver-julgar-agir”, foi incorporada como própria pela Conferência Episcopal, na tentativa de articular a fé com a realidade social. Ao mesmo tempo, as lideranças daquelas organizações acompanharam o processo de fundação da estrutura dos bispos. A participação dos prelados nas Semanas Nacionais da Ação Católica iluminou o caminho na geração de um espaço orgânico no episcopado. Os Departamentos Nacionais da Ação Católica Brasileira (ACB), que coordenavam diversas áreas pastorais, serviram de parâmetro no desenho dos Secretariados Nacionais da CNBB. A mesma relação de continuidade pode estabelecer-se entre os Regionais da ACB, como antecessores dos Regionais da CNBB. Essa presença do apostolado leigo nas origens da CNBB possibilitou uma fluida interação entre os mandatários religiosos e os militantes católicos. Interação que permitiu, de um lado, um maior nível de sintonização do alto clero no que diz respeito às demandas e problemáticas sociais. De outro, uma ingerência relativa dos quadros leigos no traçado do rumo institucional. De fato, têm participado com certa frequência nas Assembléias Plenárias, como assessores ou peritos.

Liderada pelo grupo de bispos nordestinos, a Conferência Episcopal assumiu uma forte preocupação com setores marginalizados. A dura realidade social naquela região e a organização de ligas camponesas avessas ao catolicismo inquietaram uma hierarquia eclesialística perceptiva da possibilidade de perder presença não apenas no terreno urbano, mas também no meio rural. A ameaça de um avanço comunista – latente ou manifesta, pouco importava para a construção de um imaginário de confrontação –, intensificada pela Revolução em Cuba, em 1959, também contribuiu na até então inédita inclinação eclesialística a favor de reformas na área social.

A literatura especializada existente é unânime em sinalizar a mudança de rumo da instituição católica neste período histórico. Ora bem, poucos aprofundam a questão da gênese deste processo. Apenas Thomas Bruneau, com uma inocultável lógica da causalidade em sua análise, fez questão de ressaltar a “grande correlação entre a reação da Igreja em direção à mudança social e as ameaças de natureza política à geração e exercício da influência”.<sup>3</sup> Contudo, não está claro por que as mudanças foram orientadas em um sentido e não em outro. Em outras palavras, com o processo de mudança experimentado pela Igreja nessa conjuntura, embora se possa estabelecer uma associação entre o avanço da secularização, o crescimento de outras denominações religiosas e a perda de influência católica nas elites dirigentes e nas populações urbanas, não se encontram sólidas explicações no que diz respeito ao direcionamento dado pela instituição católica, que optou pelo compro-

metimento com as camadas preteridas da população, em vez de se refugiar nos princípios de teologia dogmática. Futuras pesquisas concentradas nesta temática proporcionarão mais elementos de análise sobre a guinada nas concepções e comportamentos do episcopado brasileiro.

O certo é que, de forma concomitante com o processo de aculturação da realidade brasileira, a condução da Igreja deixava de lado o viés romanizado que a tinha caracterizado desde finais do século XIX. As primeiras declarações e documentos da CNBB abordaram a problemática econômica e social como parte intrínseca do labor pastoral. Os pronunciamentos a favor da reforma agrária testemunhavam esta virada no discurso episcopal. Em 1954, um comunicado da cúpula eclesiástica declarava que “as exigências de justiça social (...) estão a chamar por uma reforma de base e de métodos no atual sistema de vida rural”.<sup>4</sup>

A partir de então, o catolicismo brasileiro viu transfigurada sua fisionomia como instituição. O eixo da ação pastoral girou ao redor da promoção social, deixando num segundo plano as questões de ortodoxia doutrinária. Esse perfil da política eclesiástica foi legitimado pelo papa João XXIII, quando afirmou a importância da contribuição da Igreja brasileira na melhoria da qualidade de vida das camadas mais postergadas da sociedade. Nas encíclicas *Mater et magistra*, de 1961, e *Pacem in terris*, de 1963, o sumo pontífice atentou para os problemas das nações subdesenvolvidas e fez referência à questão agrária.

A Igreja brasileira entrava, assim, numa nova fase histórica, entrosada nas necessidades da população e relegando o modelo restaurador hegemônico durante boa parte do século XX. Subordinada ao poder imperial durante quase todo o século XIX e constrangida pelas diretrizes vaticanas na primeira parte do século seguinte – o viés estrangeiro do clero foi funcional a este projeto –, a instituição católica exprimia, agora, uma preocupação em traçar seu próprio percurso. Conseqüência disto, vislumbrava-se uma predisposição a se situar no plano da sociedade civil, desligando-se dos afazeres da sociedade política.

#### *A Igreja diante da ditadura militar*

A quebra do regime democrático, em 1964, acarretou mudanças nos planos político, econômico e institucional. Na década de 60, com a estagnação do desenvolvimento industrial baseado na substituição de importações, as autoridades militares decidiram abrir as portas para o ingresso do capital estrangeiro na estrutura produtiva e financeira. A concentração econômica e a maior desigualdade na distribuição da renda foram a conseqüência

natural do processo de transnacionalização. Gradativamente, o Estado foi perdendo o controle das variáveis reguladoras da economia. Com o decorrer dos anos, a banca financeira internacional tornar-se-ia determinante na demarcação do rumo econômico.

Mas os objetivos das Forças Armadas não se limitaram apenas a uma reconversão econômica. Para poder levar adiante os propósitos em matéria econômica, era indispensável conseguir uma disciplina social generalizada. Na arena política, o autoritarismo garantiu o “sucesso” desse modelo econômico através da repressão dos setores contestatários. Ela atingiu dimensões sem precedentes: torturas, seqüestros, desaparecimento de quadros militantes, centros de detenção e outras formas de violação sistemática dos direitos humanos testemunhavam a ferocidade da ofensiva militar. A anulação das organizações sindicais e estudantis, dos partidos políticos e de qualquer experiência de base do catolicismo era o alvo daquela estratégia.

No plano das vinculações entre a Igreja e o Estado, a harmoniosa relação que tinham construído durante a primeira metade do século XX sofreu uma paulatina deterioração. A auto-suficiência dos homens que tomaram posse do governo fez que não procurassem outras fontes de legitimidade, por conter a própria “Revolução” os fundamentos para governar. Além disso, a cúpula militar considerava que grande parte da liderança eclesial fomentava perigosamente a organização do povo em comunidades de base. Segundo eles, as sementes de uma opção revolucionária haviam sido espalhadas com a colaboração de muitas figuras da instituição católica.

No imaginário militar, a natureza da presença da Igreja estava ligada às tarefas de coesão social. A história brasileira testemunhava a eficiência da instituição católica na sustentação desse papel. Mas, nos últimos anos, a vivência de um engajamento nos programas de transformação social significava, na cosmovisão das Forças Armadas, a subversão daquela missão histórica. Por isso, era indispensável a expurgação dos elementos que estavam desviando a Igreja de seu caminho tradicional.

Do lado eclesial, primou no primeiro momento um espírito vacilante. As dificuldades para a CNBB emitir um pronunciamento coletivo, que sintetizasse as opiniões divergentes, puseram em evidência em que medida a colegialidade estava ameaçada. Com efeito, consumado o golpe, alguns acontecimentos (tais como os desfiles em honra da Virgem de Fátima, a presença das máximas autoridades políticas na entrega da Rosa de Ouro papal ao santuário de Nossa Senhora da Aparecida e a concessão de créditos para a construção da Catedral de Brasília) revelavam certo grau de entendimento entre os militares e um considerável segmento da hierarquia católica.<sup>5</sup>

Sem dúvida, o posicionamento diante do regime militar ocasionou cisões no interior da estrutura eclesial. Enquanto os setores mais contestatários se levantavam contra a

rijeza da práxis ditatorial, outro grupo de prelados se dirigia ao presidente marechal Costa e Silva para denunciar as tendências subversivas dentro da Igreja – inclusive dentro do episcopado – e diferenciar-se dos colegas que criticavam o governo militar. A exteriorização dos conflitos intra-eclesiásticos atingia, dessa maneira, um ponto extremo.

Por aquele então, o Concílio Vaticano II potencializava uma opção pastoral preferencial com a população mais pobre, assim como novas formas de colegialidade no seio da entidade católica. Fornecia um embasamento teológico-pastoral para uma renovação da missão do catolicismo. Uma bifurcação de rumos defrontava-se, então, no interior da Igreja brasileira. A disjunção se estabelecia entre a renovação radical das estruturas clericais e seu *aggiornamento*, conservando o controle episcopal; entre uma pastoral inserida nas camadas populares e deslocada do âmbito das paróquias e aquela que sustentava o caráter não excludente da opção preferencial pelos pobres, mantendo abertos os canais de comunicação com os outros segmentos sociais e reforçando a missão essencialmente religiosa da Igreja.

Produto desse ambiente de deliberação e discórdia, o órgão central dos bispos viu comprometida a uniformidade nos critérios de ação pastoral. Um clima de confusão generalizada, acrescentada aos remoinhos da efervescência política, desencadeou uma crise interna na estrutura católica. Numerosos agentes deixaram o ministério, as vocações sacerdotais perderam o ritmo de crescimento e a própria liderança viu-se envolvida em conflitos e disputas pelo controle do aparelho institucional. Uma CNBB com sintomas de paralisia e perplexidade parecia esfumar o impulso inicial que motivou sua fundação.

A ofensiva estatal contra os homens da Igreja, no entanto, resolveu esse estado de indefinição. Os assassinatos do presbítero Rodolfo Lunkenbein e do padre João Bosco Penido Burnier e o seqüestro do bispo de Nova Iguaçu, Adriano Hipólito, fizeram prevalecer um espírito de defesa, assumindo a condução eclesial uma decidida e inequívoca posição condenatória das práticas utilizadas pelo governo ditatorial. Se num começo eram uns poucos os opositores do regime, os episódios de violência que atingiram o próprio corpo católico fizeram engrossar a fileira de bispos contrária à administração exercida pelas Forças Armadas. A brutal repressão despertou um *esprit de corps* dentro do alto clero, primando, assim, uma lógica de preservação da unidade colegial.

No ano de 1966, um documento da Ação Católica Operária foi o gatilho que disparou um conflito entre a Igreja e o Estado. A publicação, que levantou uma voz de defesa dos direitos dos trabalhadores do Nordeste e contou com a assinatura dos bispos da região, foi interdita pelas autoridades militares. Esta atitude, avaliada como inaceitável ingerência do poder temporal nos assuntos religiosos, fez lembrar as épocas de controle imperial e

congregou ainda mais os pontos de vista dos prelados. Se em determinado momento alguns deles propiciaram a colaboração com o regime, a ofensiva militar obrigou um recuo daquelas posições, deixando atrás qualquer sinal de apoio.

No ano seguinte, depois de prender quatro jovens vinculados ao bispo de Volta Redonda, Waldir Calheiros, por distribuir panfletos nas ruas da cidade, a residência do prelado foi invadida por soldados armados, a pretexto da existência de material subversivo. O conflito rapidamente adquiriu dimensões nacionais. O dignitário recebeu o apoio dos diferentes setores da Igreja. O atropelo a um membro da hierarquia eclesiástica, mais ainda, de perfil moderado, acelerou o processo de convergência e unidade interna.

Aos poucos, a Comissão de Justiça e Paz em São Paulo foi-se constituindo como um dos órgãos mais visíveis na luta pela defesa dos direitos humanos. Com ela, a Igreja Católica tornava-se um dos poucos canais de expressão da sociedade civil.

Além disso, enquanto se acentuava o caráter autoritário e repressivo do regime, incrementava-se o tom crítico dos sucessivos pronunciamentos da CNBB. A denúncia da generalização da tortura era acompanhada pela reclamação do retorno à democracia e da construção de um modelo de desenvolvimento sem exclusão social.

Com efeito, os documentos episcopais da época não se concentravam, apenas, na metodologia de violência utilizada pelo governo militar: ensaiavam, também, reflexões críticas no tocante à estrutura econômica vigente.<sup>6</sup> Concebendo os direitos humanos em sentido amplo, os bispos não escindiam a luta contra a repressão da batalha contra o regime de latifúndio e a opressão das camadas mais humildes da sociedade. O questionamento do agudamento dos desequilíbrios regionais e do lucro desmedido das empresas multinacionais consolidava o novo perfil eclesiástico.

O compromisso com a mudança social sinalizava claramente uma ruptura com o *modus operandi* da Igreja nas etapas precedentes. Uma série de iniciativas que priorizavam questões de ética política, em detrimento de assuntos doutrinários e litúrgicos, mostrava com clareza o evoluir do novo rumo assumido pela hierarquia católica. Já o Plano de Emergência de 1962 e, especialmente, o Plano Pastoral de Conjunto, de 1965, implicaram o ponto de partida na mutação da tradicional inserção católica na sociedade. Respondendo ao pedido do papa João XXIII para os bispos desenharem um planejamento pastoral integrado e contínuo, o primeiro plano, de caráter transitório, visou a renovar as estruturas paroquiais. Já o Plano Pastoral de Conjunto significou a adaptação da Igreja local às conclusões do Concílio Vaticano II<sup>7</sup> – mas repensadas em função da realidade brasileira. Em sintonia com os planos pastorais de 1962 e 1965, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram um grande impulso nos anos 70, quando a luta contra as desigualdades sociais havia adquirido dimensão nacional.

Por aquele então, “a Igreja se apresentava como a força social mais importante para o novo curso reformista que previa a reforma agrária no campo, a industrialização da região, a elevação dos padrões de vida da população no campo educacional, nutricional, sanitário e habitacional”.<sup>8</sup>

Com a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, os caminhos da Igreja e do Estado ficaram decididamente distanciados, embora a visualização dessa bifurcação não tenha sido imediata. Ponto sublime do regime ditatorial, instalou a tortura como forma institucionalizada de repressão. O Poder Executivo foi investido de plenos poderes tanto para fechar o Congresso e outras Assembléias Legislativas quanto para eliminar o direito de *habeas corpus*. Produto da ação repressiva, militantes católicos foram presos, numerosos padres, expulsos, e alguns bispos, recusados. Os sindicatos criados no período anterior sofreram intervenção e os dirigentes foram removidos. As múltiplas organizações criadas ou vinculadas à CNBB foram literalmente desmanteladas. “Deixando o domínio da religião, a Igreja ficou aberta à fiscalização e ao ataque como qualquer outro grupo secular”.<sup>9</sup>

A instituição católica assumiu uma atitude de franca oposição às arbitrariedades do governo militar. Em 1970, a CNBB, através do “Documento Pastoral de Brasília”, declarou que, “apesar dos desmentidos (...), é relevante a incidência dos casos de tortura no Brasil”.<sup>10</sup> Num contexto de enclausuramento da liberdade de expressão, a voz crítica dos bispos era um dos poucos canais de comunicação. Por esse motivo, as autoridades católicas foram requeridas pelas famílias das vítimas do regime para denunciar o terrorismo de Estado. Aos poucos, foram tornando-se “a mais proeminente força de oposição ao domínio militar”.<sup>11</sup>

A dimensão do conflito, assemelhada com os incidentes da Questão Religiosa, denotava a luta da Igreja por definir autonomamente seu papel no contexto de repressão institucional. Diferentemente daquela colisão, a instituição católica não estava preocupada com sua sobrevivência organizacional. Nesta oportunidade, a Igreja brasileira defrontava-se com a defesa de sua liberdade de ação e independência para traçar sua linha pastoral.

Enquanto isso, influenciada e legitimada pelos resultados do encontro do Conselho Episcopal Latino-Americano de Medellín, a liderança eclesial aprofundou a promoção das comunidades de base e a implementação de uma ética política oposta ao sistema de dominação social. A reforma agrária como estandarte, a sindicalização rural e a educação popular conformavam os eixos centrais da política da Igreja. O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), criado em 1973, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), formada dois anos depois, tiveram a missão de levar a cabo os programas definidos como prioritários.

Junto com eles, um amplo leque de organismos subsidiários e anexos edificou uma estrutura pastoral que veio acompanhar a canônica. Foram esses organismos que garantiram e espalharam a presença católica na sociedade. Paralelamente, seus quadros militantes participaram nos diferentes espaços de reunião da Conferência Episcopal, o que possibilitou a incorporação definitiva das problemáticas regionais e sociais na agenda da CNBB.

Os documentos da época testemunhavam a opção assumida pela Igreja do Brasil. Um dos comunicados mais contundentes concentrou o alvo no núcleo do esquema de exploração econômica, ao afirmar que “a classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção”.<sup>12</sup> Ratificando uma missão pastoral inserida no mundo terreno, as conclusões da Assembléia da CNBB em 1973 encorajavam a Igreja a “empenhar-se para que as estruturas injustas e as realidades opressivas sejam corrigidas”.<sup>13</sup>

No texto “Pastoral Social”, difundido em 1975, a cúpula eclesiástica reafirmava seu compromisso com a libertação do povo, ao tempo que deixava transparecer seu afastamento com relação aos regimes de governo.

Estamos diante de um processo tendente a promover uma conscientização crescente das bases comunitárias, que prepare o povo para a afirmação de sua liberdade em face do poder, de sua responsabilidade, de sua dignidade e de seus direitos (...). Os sistemas, os regimes, os governos, todos passam, mas o povo fica.<sup>14</sup>

Longe das formulações abstratas, nesses pronunciamentos, o episcopado brasileiro lançou mão das ferramentas das ciências sociais para assinalar a raiz das desigualdades econômicas. Na realidade, daí em diante as sucessivas missivas eclesiásticas adotariam uma linguagem franca e, de forma concomitante, uma maior flexibilidade na interpretação da doutrina católica. Já em 1971, a Comissão Representativa da CNBB tinha aprovado a ordenação de homens casados para a distribuição da eucaristia. A renovação das estruturas tradicionais centralizadas na paróquia completava o processo de reforma pastoral. As comunidades de base se reproduziam nas áreas mais pobres do território rural e das periferias urbanas e vislumbrava-se um dinamismo nos corpos intermediários da Igreja, mercê do funcionamento dos conselhos paroquiais e das assembléias diocesanas.

Por outro lado, além do impulso às CEBs, a integração no diálogo entre a condução episcopal e a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) destacou a presença ativa dos sacerdotes regulares no desenho do perfil institucional. A inserção da CRB nas tarefas formativas do clero – no Seminário Regional do Nordeste, em Recife, e, fundamentalmente,

no Instituto de Teologia e Filosofia de Belo Horizonte – sinalizava o nível de entrosamento com alguns integrantes da cúpula eclesiástica, assim como o papel de relevância na engrenagem da mudança.

A Teologia da Libertação conformou o corpo ideológico de um pensamento religioso-social orientado à promoção da justiça social na América Latina. A utilização do conhecimento científico para a interpretação da realidade social era inédita nas formulações teóricas do catolicismo. Naquela época, circulavam entre a militância católica os livros de Ronaldo Muñoz e Gustavo Gutiérrez, os quais faziam questão de ressaltar como objetivo principal a transformação das estruturas de dominação vigentes.

A substituição do cardeal Agnelo Rossi por Paulo Evaristo Arns na cabeça da Arquidiocese de São Paulo, no ano de 1970, foi um sinal de confirmação do Vaticano no que diz respeito às posições assumidas pela hierarquia diante do governo militar. O novo arcebispo tornou-se rapidamente um dos referentes mais importantes da Igreja brasileira na luta pela defesa dos direitos humanos. Com uma postura mais incisiva do que seu antecessor, não duvidou em denunciar a violência institucional do regime. Arns encarnou o perfil eclesiástico que situou a Igreja perto das demandas da sociedade civil e longe das vinculações estreitas com o poder político.

O intuito de alargar a influência do catolicismo na população e preservar a integridade da fé como afirmação de sua identidade histórica não diferia das aspirações expressadas por outras lideranças eclesiásticas. A diferença radicava no *modus operandi*. Enquanto, em outros momentos históricos, a edificação de um esquema integrado ao Estado era condição *sine qua non* para estender sua presença na sociedade, na década de 70 a independência em torno do poder político e a missão engajada na realidade social erguiam-se como as principais diretrizes de toda a ação pastoral.

Para além de qualquer divergência, prevalece no caráter milenar da instituição católica o interesse de reproduzir seu aparelho e estabelecer na sociedade suas pautas normativas, como princípios organizadores da vida social. De uma perspectiva de análise institucional,

(...) podemos compreender as mudanças nas instituições como uma tentativa de defesa de seus interesses e de expandir sua influência. A organização muda principalmente porque seus interesses a obrigam a mudanças que estejam de acordo com as transformações da sociedade como um todo.<sup>15</sup>

Interpretar a metamorfose da Igreja brasileira apenas como resposta de autopreservação, não obstante, chamaria a atenção pelo reducionismo da abordagem. O catolicismo entende-se como um espaço social permeável às mudanças contextuais. Se considerarmos que as políticas eclesiásticas acompanham o clima da realidade política, resulta compreen-

sível que o desenvolvimento de novas forças sociais e a irrupção de concepções renovadoras nesse campo tenham se refletido nas discussões e na definição da própria missão da instituição católica. A interação entre as redes populares e os movimentos de leigos gerou um clima de efervescência na militância que se espalhou por toda a instituição religiosa.

Coincidimos com Antoniazzi, quando afirma que,

(...) sem excluir que a Igreja Católica também procura a defesa de seus interesses institucionais, é preciso ainda considerar que a mudança por parte da hierarquia da Igreja não foi uma estratégia planejada, mas predominantemente uma consequência ou um reflexo de mudanças sociais mais amplas.<sup>16</sup>

Nesse sentido, o conceito de interesse institucional não deve ser representado como um elemento reificado. De fato, as diferentes concepções e modelos eclesiológicos no seio da Igreja são testemunha do seu caráter histórico e, portanto, mutável.

Sumarizando, a Igreja concentrou as energias do trabalho pastoral tanto na promoção das organizações das populações rurais e da periferia urbana quanto na contestação da metodologia repressiva do Estado. A defesa da pequena propriedade para o cultivo no campo, a conscientização dos trabalhadores em torno dos seus direitos contemplados na legislação trabalhista, o compromisso de melhorar as condições de vida nas grandes cidades – moradia, saneamento, transporte público, hospitais, escolas – e a abertura de canais de denúncia para as vítimas das violações dos direitos humanos refletiam uma práxis tendente a erigir a instituição eclesial como a portadora legítima da “voz dos que não têm voz”. A despeito de promover a mobilização do povo na defesa de seus próprios interesses sem um viés paternalista e estimular uma inserção nas comunidades populares desprovidas das práticas assistencialistas empregadas na primeira metade do século XX, uma análise semiótica daquele lema sublinha a preservação de componentes tutelares na metodologia de ação católica. Sendo a Igreja “a voz dos que não têm voz”, ela conserva a representação destes setores sociais.

Assim como a República assentou as bases de uma inédita modalidade relacional entre a instituição católica e o Estado, não obstante, a lógica que forçou a criação da CNBB e a seqüência de acontecimentos políticos ditatoriais contribuíram para a Igreja consolidar uma mudança na “sua organização, o seu discurso ideológico e, finalmente, o seu comportamento político”.<sup>17</sup> Se durante boa parte da história ela cumpriu o papel de unificar e integrar culturalmente a população, nesta etapa prestava-se a impulsionar uma transformação profunda da estrutura social brasileira. Os condicionantes externos e internos definiam o alcance desta orientação.

*O retorno da democracia e um perfil episcopal que se consolida... e se restringe?*

Durante o período da transição democrática, iniciado com a presidência de Ernesto Geisel, em 1974, a instituição católica brasileira aprofundou a linha pastoral assumida no período anterior. A defesa dos direitos humanos, a contribuição para a institucionalização política do país e a preocupação com os problemas sociais – fundamentalmente, a questão da terra e da fome – conformavam os eixos das prioridades eclesiais. As sucessivas comunicações episcopais aludiam a estes tópicos de um modo permanente.

Levando em conta a agudização dos conflitos pela terra e a seqüência de assassinatos de integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, as Campanhas da Fraternidade, que tinham começado em 1964, permaneceram com o decorrer dos anos. Estas missões evangelizadoras nasceram com o Concílio Vaticano II e refletiram um perfil institucional voltado para o diálogo ecumênico e para a atenção às problemáticas políticas e sociais. Com sua continuidade, a Igreja providenciava uma das mais visíveis modalidades de presença pública na sociedade.

Os militares iniciaram, entretanto, uma devolução lenta e gradual do poder político. Controlada a “linha-dura” das Forças Armadas, a política de distensão do regime deu espaço para as primeiras greves dos operários da indústria automobilística, que adquiriram dimensão nacional. Com o aumento do preço do petróleo, em 1974, e a perda do poder aquisitivo dos salários, o desagrado da classe média contribuiu para a aceleração da retirada militar.

Nesse contexto, a cúpula eclesial desempenhou um papel ativo em prol do restabelecimento das instituições democráticas. Por um lado, autorizou a realização das reuniões sindicais nas próprias instalações da Igreja; por outro, o Cimi e a CPT articularam-se com as organizações que emergiam na sociedade civil – o movimento do custo de vida na periferia de São Paulo foi um caso exemplar – na luta pela abertura política.

Na prática, no entanto, as autoridades militares não demonstravam disposição a se desprender do poder que sustentavam. Com a lei dos novos partidos, procuraram dividir o espaço oposicionista nas eleições legislativas de 1982 e, diante da impostergável convocação de eleições executivas, promoveram um sistema de votação indireto, através da figura do Colégio Eleitoral. Claro que, na estratégia traçada pelos estadistas militares, não estava contemplada a possibilidade de milhões de pessoas invadirem as praças das principais capitais dos Estados, reclamando “diretas já!”.

Ora bem, enquanto a Igreja brasileira consolidava uma missão pastoral com as características já descritas e ganhava autonomia na determinação do rumo institucional, com João Paulo II na Santa Sé o poder católico mundial colocava a ênfase nas questões doutrinárias,

impulsionava uma ética reguladora das relações familiares e sexuais e visava a restaurar o papel dos bispos na liderança de uma estrutura hierárquica. O alongamento da brecha entre os dois modelos eclesiais acarretou, de um lado, uma subterrânea discordância no campo das interpretações doutrinárias, da formação sacerdotal e do papel da Igreja na sociedade. De outro, ocasionou uma série de desencontros da organização católica brasileira com o Vaticano.

Na tentativa de modificar a fisionomia institucional da Igreja no Brasil, várias iniciativas do seu episcopado foram reprovadas pela Cúria Romana. A ordenação de homens casados, para que pudessem prestar serviços pastorais, motivou a repreensão de Roma. A organização das Jornadas Internacionais, que encorajavam a construção de uma sociedade sem opressões nem desigualdades, também recebeu a desaprovação por parte das autoridades vaticanas. Um novo Diretório para missas com grupos populares (que incorporava as expressões religiosas do povo, na tentativa de uma maior aculturação) nunca foi autorizado pela Congregação para os Sacramentos e o Culto Divino. O organismo romano qualificou o Diretório como abusivo e instou o episcopado brasileiro a utilizar a liturgia oficial para atender às questões pastorais. A decisão de celebrar as missas “da Terra sem males” e dos “Quilombos”, objetivando posicionar a Igreja na defesa das terras indígenas e impulsionar uma integração com a cultura negra, foi recusada pela Congregação para os Sacramentos, por distorcer o espírito de toda celebração eucarística, centrada na ressurreição do Senhor. Por último, em 1980, o arcebispo de São Paulo, Paulo Evaristo Arns, foi “convidado” a retirar o apoio que tinha brindado ao IV Congresso Internacional Ecumênico de Teologia.<sup>18</sup> A posterior subdivisão desta Arquidiocese tornou possível o ingresso de novos bispos em sintonia com o poder vaticano.

Quanto à formação do clero, a CNBB promoveu nos institutos de pastoral a participação de leigos nos cursos de filosofia e teologia, gerando um clima de ensino de “portas abertas”. Com a inclusão das ciências sociais no aprendizado, o conteúdo do ensino diferiu do tradicional currículo, centrado estritamente nas questões doutrinárias. As diretrizes romanas na matéria estavam endereçadas na direção oposta: enfatizavam a filosofia pura, distinguiram o seminário religioso dos cursos de formação dos agentes leigos e não prescreviam tal articulação entre o conhecimento da teologia e o campo das ciências humanas. Tamanhas dessemelhanças motivaram a inspeção do Vaticano nas casas de formação e faculdades religiosas do país. Este processo de fiscalização ocasionou o fechamento do Seminário Regional do Nordeste II e do Instituto de Teologia de Recife – fundados por Hélder Câmara –, porque não ofereciam as condições mínimas para a instrução sacerdotal, segundo a avaliação da Congregação para a Educação Católica do Vaticano.

Em 1985, o chamado ao silêncio e a posterior punição do teólogo Leonardo Boff (pelo conteúdo de seu livro *Igreja, carisma e poder*) significou um sinal de advertência para o restante do campo católico brasileiro. A atitude da Congregação da Doutrina da Fé pareceu estar mais motivada pela escolha de um bode expiatório, como lição de disciplina para o conjunto de bispos e agentes religiosos. A resposta de boa parte da CNBB, em defesa do teólogo e em contestação da determinação vaticana, abriu mais ainda as brechas que separavam ambos os corpos.

A inédita reunião entre o papa, os prefeitos das principais congregações romanas, o presidente da CNBB, os cinco cardeais brasileiros e presidentes dos 14 regionais da CNBB, convocada em 1986 para refletir sobre as relações entre a Santa Sé e a Igreja brasileira, denotou a preocupação geral pelo curso dos últimos acontecimentos. Aclarando os atritos do passado, tentou-se reduzir os decibéis das recíprocas desconfianças. O Vaticano estava ciente do prejuízo que ocasionaria um confronto aberto com a instituição que albergava a maior população católica no mundo. No entanto, da ótica romana, a promoção de uma linha pastoral “regional”, em discordância com a necessária “universalidade” da teologia católica, continuava a causar certo mal-estar. Por sua parte, a cúpula da CNBB verificava uma fluida rede de contatos, que desconhecia os canais de comunicação oficiais, entre as estruturas do Vaticano e as dioceses e arquidioceses afins. De um lado e de outro, o crédito parecia esgotado.

Como pano de fundo, vislumbrava-se a intencionalidade de imprimir uma nova orientação ao catolicismo mundial. A abordagem da Igreja como construção humana, derivada do Concílio Vaticano II, tinha motivado um pluralismo teológico e, com ele, um afrouxamento da disciplina e das normas litúrgicas. A reafirmação da autoridade de Roma, a restauração da ortodoxia doutrinária e a uniformidade teológica conformavam os eixos prioritários no endereçamento do caminho da instituição. Nesse contexto, a Teologia da Libertação e as CEBs foram o alvo da estratégia vaticana. As orientações práticas daquela doutrina tinham levado, segundo a visão da Santa Sé, a uma generalizada discórdia e radicais enfrentamentos entre diferentes segmentos sociais. O encontro do Celam, em Puebla, em 1979, ilustrou a retomada do controle do poder romano sobre as igrejas periféricas. Os delegados do papa tomaram posse da reunião e definiram tanto os assuntos sujeitos a discussão quanto a metodologia da Assembléia.<sup>19</sup>

Simultaneamente ao processo de repreensão das CEBs e de intervenção em algumas ordens religiosas – jesuíta, carmelita, dominicana e franciscana –, houve um estímulo vaticano à expansão de novos movimentos eclesiais de caráter internacional, vinculados diretamente às autoridades da Igreja universal e promotores de uma ética intimista, voltada para o indivíduo.<sup>20</sup>

No contexto do colégio episcopal brasileiro, os bispos alinhados com o poder vaticano cobraram maior visibilidade pública. Com o restabelecimento das instituições democráticas, os partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais deixaram de precisar do abrigo da instituição católica para seu normal desenvolvimento. Assim, este grupo de prelados passou a considerar desnecessário o envolvimento direto da Igreja nas lutas políticas e sociais, levando-se em conta que os canais formais de participação política da sociedade civil tinham sido restituídos. Insistia-se no magistério ético-religioso como principal eixo da ação pastoral. As vocações sacerdotais, a formação nos seminários e a evangelização de uma sociedade definida como descristianizada e paganizada tornavam urgente uma virada no comportamento eclesial. A denúncia devia dar passo ao anúncio da verdade cristã. Vale acrescentar que esta tendência a desengajar a Igreja da política não significava uma retirada da realidade temporal, mas apenas uma maior concentração nos assuntos estritamente religiosos que, segundo a visão deste grupo de prelados, tinham sido postergados.

Já o segmento ainda hegemônico na CNBB salientava a indissolubilidade entre a missão da Igreja e a construção de uma sociedade com justiça social. Deste ponto de vista, a plena vigência das regras democráticas potencializava o comprometimento da instituição católica com a libertação do povo oprimido. Além disso, as condições socioeconômicas não tinham sido alteradas com o retorno do regime democrático: apesar da abertura política, a pobreza, a dominação econômica e a espoliação no âmbito rural permaneciam intactas. Portanto, era partidário de preservar uma atitude de cunho político como testemunho da função profética da Igreja. Assim, os direitos humanos, a causa indígena, a reforma agrária e a batalha contra a fome conservaram um *status* de prioridade nas políticas eclesiais durante as décadas de 80 e 90. Na prática, promovia-se uma conscientização da população e uma animação e acompanhamento dos movimentos sociais.

Apesar das posições discordantes, a Igreja participou ativamente do processo de redemocratização do país. Com a reforma da Constituição, acompanhou as emendas sugeridas pelas organizações populares. Dois documentos marcaram o perfil da presença da Igreja no ciclo do processo constituinte: “Por uma nova ordem constitucional”, 1986, e “Exigências éticas da ordem democrática”, de 1989.

Enquanto isso, as novas designações e transferências de bispos e a subdivisão de algumas dioceses foram as ferramentas utilizadas por Roma para interferir nas relações de força dentro da CNBB. Os cardeais Sebastiano Baggio, ex-núncio apostólico no Brasil e titular da Congregação dos Bispos no Vaticano; Lucas Moreira Neves, secretário do mesmo organismo, e Agnelo Rossi, ex-arcebispo de São Paulo e prefeito da Congregação para a Evangelização dos Povos, constituíram o trio articulador da política de moderação dos

ares renovadores que sopravam na CNBB. A Congregação dos Bispos era estratégica nesse sentido, pois compete a ela a seleção dos futuros candidatos à consagração episcopal, dentre os quais o papa toma a decisão final.

Sem dúvida, a renovação do alto clero implementada pelo Vaticano tendeu a contrabalançar o rumo institucional que se iniciou com a criação da CNBB e foi potencializado, apesar de alguns vaivéns, com o Concílio Vaticano II. O núncio adquiriu um papel fundamental no processamento das escolhas propostas pelos regionais e na posterior apresentação dos nomes à Santa Sé. Apesar de as conferências episcopais disporem do direito de sugerir nomes para futuras designações, na prática suas propostas foram desconsideradas e outros canais de consulta prevaleceram na tomada das decisões. Entre os candidatos selecionados, as autoridades romanas se inclinaram por aqueles que não tinham manifestado uma posição favorável à ordenação de homens casados para o ministério presbiteral. Os novos bispos já evidenciam um maior nível de entrosamento com as diretrizes vaticanas.

Na transição desse processo ainda aberto, observam-se situações paradoxais. Bispos eleitos por seus pares para os cargos mais relevantes da CNBB ficaram reclusos em dioceses de menor envergadura – tal o caso de Ivo Lorscheider, duas vezes presidente e outras duas, secretário-geral; ou de Luciano Mendes de Almeida, também titular do máximo organismo católico, designado como responsável da distante diocese de Mariana. Auxiliares de dignitários “conflituosos” dificilmente foram elevados à categoria de coadjutores, apesar dos pedidos dos titulares das mesmas dioceses. Em contrapartida, candidatos derrotados nas eleições da CNBB eram escolhidos pelo papa como delegados brasileiros nos sínodos ou designados como arcebispos. Mas o caso paradigmático se localizou no arcebispado de Recife. Uma lei tácita, porém com alta porcentagem de comprovação, indica que as substituições no alto clero se levam a cabo com o estilo sigiloso e prudente que caracteriza a instituição católica – sem produzir mudanças altissonantes, conservando-se uma continuidade com a linha pastoral precedente. No entanto, a nomeação de José Cardoso Sobrinho como sucessor de Hélder Câmara – que tinha atingido o limite de idade, segundo as disposições canônicas – na mencionada Arquidiocese chamou a atenção pela marcante mudança de linha pastoral. Disposto a dismantelar os programas pastorais de seu antecessor e afastar os agentes religiosos engajados nesses planos, o novo arcebispo viu-se envolvido em contínuos conflitos com o clero da jurisdição.

De toda forma, a nossa abordagem não pode responder apenas a um esquema bipolar, que concentra bispos “vaticanistas”, de um lado, e “autonomistas”, de outro. Até porque, na participação dos regionais e da mesma CNBB, os prelados atravessam um processo de simbiose, no qual incorporam sentimentos de pertença e colegialidade episcopal.<sup>21</sup> O cada vez maior nível de comunicação entre os mandatários, mercê da institucionalização cres-

cente de espaços de reunião, contribui para o entrosamento do corpo. A mecânica de funcionamento nas reuniões das Assembléias e dos diferentes Conselhos visa à integração das opiniões discordantes. A trabalhosa busca de consenso responde ao imperativo categórico da unidade eclesial – daí que os documentos episcopais sejam aprovados pela quase totalidade dos bispos. Esta consideração nos leva, sob um olhar sociológico, a atender para a especificidade da noção da diversidade dentro do campo católico, evitando-se, assim, cair em enfoques simplistas. As disputas por estabelecer qual é a missão da Igreja mais adequada em cada momento histórico, ou pelo controle do aparelho eclesiástico, desenvolvem-se no interior de um consenso ancorado na preservação da engrenagem institucional.

Esclarecido este ponto, o certo é que a última etapa do século XX encontrou uma Igreja brasileira desprovida das interferências do poder civil, mas com uma clara intervenção da Santa Sé. A pressão para modificar o perfil hegemônico se condensou sobre os principais pilares: a CNBB e os seminários de formação religiosa. É evidente que, com a nomeação de bispos alinhados ao poder vaticano, a pressão sobre teólogos e a desaprovação das práticas eclesiásticas orientadas ao envolvimento com as organizações de base, a Santa Sé desenvolveu uma estratégia direcionada a desencorajar o engajamento da instituição nas demandas de apenas uma camada da sociedade, lembrando do caráter universal da missão católica.

As relações no interior do campo católico também foram atingidas pelas diretrizes vaticanas. Uma das singularidades da CNBB se firmava na idéia da co-responsabilidade, materializada na participação de quadros intermediários e representantes do laicato nos âmbitos de reunião do episcopado. Eles têm historicamente participado da dinâmica do funcionamento da Conferência Episcopal, tanto na assessoria da própria Assembléia Geral quanto na complementação do trabalho das Comissões Episcopais e dos Regionais.

O novo Estatuto da CNBB, aprovado pela 39ª Assembléia Geral, em 2001, ratificado pela Congregação para os Bispos e confirmado pela 40ª Assembléia Geral, em 2002, introduziu um condicionamento à participação dos assessores e peritos, segundo a “real utilidade dessa participação”.<sup>22</sup> Anteriormente à mudança estatutária, os membros da Comissão Nacional do Clero, representantes da Comissão Nacional de Diáconos, do Conselho Nacional de Leigos, da Conferência de Religiosos do Brasil e dos Institutos Seculares, subsecretários-gerais e assessores da CNBB e subsecretários regionais eram normalmente convidados a comparecer às Assembléias Gerais, dispondo de um voto consultivo. Na atualidade, a lei orgânica prescreve a presença deles “de modo excepcional, em casos especiais” e por uma razão particular. Quando convidados, a colaboração não poderá interferir no

natural desenvolvimento do plenário. As reformas implementadas deixaram transparecer a política de “episcopalizar” os espaços de deliberação do alto clero. As palavras de um bispo refletem com clareza as transformações acontecidas:

*Aconteceram mudanças nos estatutos da CNBB, no ano passado. Isso foi fruto de uma influência de Santa Sé. Não era possível que a Igreja do Brasil não ficasse nas mãos dos bispos, porque se tinha muita influência de assessores e leigos. Isso foi reduzido. Então, se tendeu a que a CNBB ficasse mais sob os cuidados dos bispos. Lógico que é indispensável a participação dos assessores capazes, que ajudam muito a Igreja, mas a Igreja de Roma pediu para estarmos mais atentos. Por isso, atualmente, os cargos-chave são ocupados por bispos. Os teólogos continuam participando, mas sem o peso que tinham antes. (SF, entrevista realizada em 11 de julho de 2003)*

As últimas eleições da CNBB, em 2003, refletiram o novo quadro de situação. Muitos dos membros escolhidos para integrar o Conselho Episcopal Pastoral<sup>23</sup> foram designados recentemente como bispos por João Paulo II. Sem dúvida, uma nova página será escrita pela Conferência Episcopal daqui para frente. Em que medida estamos presenciando um ponto de inflexão com relação à linha pastoral assumida pela Igreja brasileira desde a década de 60 do século passado é uma pergunta de difícil resposta, no momento. As engrenagens de funcionamento enraizadas na instituição, a realidade social e o direcionamento que imporá o próximo papa são todas questões que incidirão no rumo que adotará a CNBB nas próximas décadas.

#### *Síntese final*

Embora o processo tenha começado com a constituição da CNBB, em 1952, a ruptura institucional de 1964 potencializou a mudança no *modus operandi* da liderança eclesial brasileira. Mesmo cristalizadas alguns anos depois e com sérias confrontações no seu interior, observa-se, nesse momento histórico, um deslocamento da sociedade política à sociedade civil por parte da Igreja Católica.

Se, de um lado, a condução episcopal adotava uma atitude de oposição e denúncia das arbitrariedades do regime militar, de outro, fortalecia o vínculo com as redes da sociedade civil. Soltas as amarras que a sujeitavam ao poder político, a instituição católica executou seu trabalho pastoral desprovida dos recursos do aparelho estatal. A busca de outras bases de sustentação levou-a a uma maior aproximação com as organizações populares.

Essa virada na presença pública da Igreja não significou apenas a determinação de novas prioridades pastorais. Repercutiu, também, na própria estrutura eclesial. A efervescência militante que dinamizou e espalhou o acionar católico na sociedade se materializou em uma série de organismos que circundaram a CNBB e redefiniram as relações no campo católico. A co-responsabilidade foi o resultado desse processo de simbiose interna.

As produções teológicas não ficaram alheias a esse clima de renovação e de “ida ao povo”. A Teologia da Libertação forneceu um marco teórico que consolidou o caminho iniciado. A formação dos seminaristas viu-se envolvida numa nova modalidade de ensino, abrindo-se as portas dos claustros para a socialização em outros espaços, além do estritamente religioso. O conteúdo curricular foi complementado com ferramentas de análise das ciências sociais.

Ora bem, esse perfil de engajamento na realidade social que assumiu a Igreja brasileira quase em sua totalidade e aquele espírito inovador que tomou conta das estruturas eclesialísticas despertaram resistências no poder vaticano, a partir da ascensão de João Paulo II como sumo pontífice.

Os curtos-circuitos que se sucederam na década de 80 deixaram transparecer a existência de uma bifurcação de rumos. Nesse contexto, a ofensiva romana para segurar a Igreja brasileira não demoraria a chegar. Como vimos, a designação de bispos em sintonia com a eclesiologia vaticana e a subdivisão de determinadas dioceses visavam a equilibrar as relações de força no seio da CNBB.

Na atualidade, tempos de transição definem o andar da instituição católica brasileira. Independentemente de qualquer hipótese sobre o perfil que adotará no futuro imediato, resulta difícil pensar num cenário de interpenetração Igreja-Estado como o visualizado no passado ou numa reclusão do catolicismo ao âmbito da sacristia. As instituições são portadoras de uma memória histórica que condiciona e delimita as margens de sua práxis. Conforme for o resultado da negociação com esta memória histórica, o caminho a seguir pela Igreja brasileira se tornará mais inteligível.<sup>24</sup>

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

#### *Notas*

\* Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP; Fapesp.

<sup>1</sup> ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo, Kairós, 1979, p. 211.

<sup>2</sup> ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1979, p. 66.

<sup>3</sup> BRUNEAU, Thomas. *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974, p. 145.

<sup>4</sup> Apud MAINWARING, Scott. “Pastoral da Terra”. In: *Igreja Católica e política no Brasil (1916-85)*. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 73.

<sup>5</sup> Para uma análise detalhada desses episódios de acomodação entre o governo militar e a instituição eclesial, ver: ALVES, op. cit.

<sup>6</sup> Estamos nos referindo aos seguintes documentos da CNBB: “Ouvi os clamores de meu povo”; “Uma Igreja na Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, “Exigências cristãs de uma ordem política” e “A missão da hierarquia católica no mundo de hoje”. Simultaneamente, os bispos do Estado de São Paulo expressaram o repúdio às formas ditatoriais, através da declaração “Não oprimas teu irmão”, de 1975.

<sup>7</sup> A Constituição *Gaudium et Spes* deu um marco ao serviço da Igreja no mundo temporal. Colocou a instituição num plano independente das estruturas políticas e reconheceu o valor histórico e, portanto, mutável da cultura. Nesse sentido, a Igreja devia posicionar-se dentro de um universo secularizado, aceitando sua dinâmica autônoma. Por outro lado, o Concílio fez questão de encorajar a missão social católica, ao tempo que valorizou o papel do laicato, dentro de uma concepção de Igreja como Povo de Deus. Contrária a uma escatologia centrada no além, na qual o mundo era considerado um “vale de lágrimas”, as orientações conciliares forneceram um embasamento teológico para os sujeitos serem artífices da própria história.

<sup>8</sup> BEOZZO, José Oscar. *A Igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, Vozes, 1993, p. 47.

<sup>9</sup> BRUNEAU, op. cit., p. 348.

<sup>10</sup> Apud BEOZZO, op. cit., p. 132.

<sup>11</sup> DELLA CAVA, Ralph. “A Igreja e a abertura: 1974-85”. In: KRISCHKE, Paulo e MAINWARING, Scott (orgs.). *A Igreja nas bases em tempo de transição (1974-85)*. Porto Alegre, Cedec/L&PM Editores, 1986, p. 17.

<sup>12</sup> Documento da CNBB “Eu ouvi os clamores de meu povo”. *Sedoc*, Petrópolis, Vozes, n. 6, 1973.

<sup>13</sup> Apud DELLA CAVA, Ralph. A Igreja Católica no Brasil no período de 1950 a 1975. *Revista Religião e Sociedade*, n. 2, p. 107, 1977.

<sup>14</sup> Apud PIERUCCI, Antonio Flávio. O povo visto do altar: democracia ou demofilia. *Revista Novos Estudos Cebrap*, n. 16, p. 77, 1986.

<sup>15</sup> MAINWARING, op. cit., p. 17.

<sup>16</sup> ANTONIAZZI, Alberto. O catolicismo no Brasil. *Cadernos do Iser*, n. 22, p. 24, 1989.

<sup>17</sup> ALVES, op. cit., p. 40.

<sup>18</sup> As desavenças entre a CNBB e o Vaticano são analisadas por BEOZZO, op. cit.

<sup>19</sup> Seguindo a linha conceitual de Pio IX, o desafio da evangelização foi circunscrito à batalha contra a cultura moderna e secular e o avanço das seitas, embora se mencionasse a opção preferencial pelos pobres. Partindo da premissa de que o continente tinha um substrato católico, o “ser católico” ancorado no “ser nacional”, a recuperação do papel evangelizador da Igreja, perdido com o deslocamento ao campo político, tornou-se uma prioridade.

<sup>20</sup> Estamos nos referindo ao Movimento da Renovação Carismática, focolares, neocatecumenais, Cursinhos de Cristandade e Comunhão e Libertação, entre outros.

<sup>21</sup> Já desde a formação nos seminários religiosos tendeu-se a edificar uma moldura idiossincrática homogênea entre os futuros quadros especializados. O ingresso na carreira sacerdotal implica um corte com a biografia familiar e social, para passar a pertencer a uma instituição integral que modela, com suas diretrizes e cosmovisões, a estrutura de pensamento dos integrantes. As divergentes procedências de sangue, classe e região se reduzem – embora não desapareçam – em virtude da fixação de uma cultura religiosa e organizacional, recebida ao longo do processo de instrução. A conclusão dos estudos religiosos em alguma universidade italiana consolida ainda mais o sistema de lealdades perante as autoridades pontifícias. Talvez como nenhuma outra profissão, o processo formativo penetra profundamente na estrutura de personalidade do agente religioso e marca a fogo uma maneira particular de expressar-se, de comportar-se e de transmitir opiniões. Daí, a relevância no controle da orientação curricular dos seminários religiosos.

<sup>22</sup> Estatuto da CNBB, 2002, Art. 43, p. 85.

<sup>23</sup> O Consep é integrado pelo presidente, o vice-presidente, o secretário-geral e os presidentes das Comissões Episcopais mais significativas. Com seis reuniões ao ano, trata-se do órgão executivo das decisões da Assembléia Geral.

<sup>24</sup> Além dos títulos já citados, foram também consultados: AA.VV. *500 años de cristianismo en la Argentina*. Buenos Aires, Cehila/Centro Nueva Tierra, 1992; BOURDIEU, Pierre. Genèse et structure du champ religieux. *Revue Française de Sociologie*, Paris, v. XII, n. 3, 1971; id. Une interprétation de la théorie de la religion selon Max Weber. *Archives Européennes de Sociologie*, Paris, v. XII, n. 1, 1971; id. *Cosas dichas*. Paris, Gedisa, 1987; SILVA, Vicente da. Os católicos diante das eleições (1958-86). Estudo sobre a Arquidiocese de Olinda e Recife. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 49, fasc. 194, 1989; DELLA CAVA, Ralph. Igreja e Estado no Brasil do século XX. *Estudos Cebrap*, n. 12, 1975; id. Política do Vaticano 1978-90. *Revista Eclesiástica Brasileira* n. 50, fasc. 200, 1990; MICELI, Sérgio. A gestão diocesana na República Velha. *Revista Religião e Sociedade*, n. 12/1, 1985; POULAT, Emile. *Eglise contre bourgeoisie. Introduction au devenir du catholicisme actuel*. Paris, Casterman, 1977; OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. Presença da Igreja Católica na sociedade brasileira. *Revista Religião e Sociedade*, n. 2, 1977; WEBER, Max. *Ensayos sobre sociología de la religión*. Madrid, Taurus, 1984; DOCUMENTOS DA CNBB: “Igreja e Problemas da Terra” (1980); “Reflexão cristã sobre a conjuntura política” (1981); “Por uma nova ordem constitucional” (1986); “Exigências éticas da ordem democrática” (1989).



## **ENTREVISTA**

### **NACIONALISMO, EMPRESARIADO E O GOLPE DE ESTADO DE 1964**

Fernando Gasparian

*Entrevista a Maria Aparecida de Paula Rago\**

Nos anos que antecederam o golpe de Estado de 1964 e o longo período de ditadura militar, o Brasil viveu um intenso debate entre os nacionalistas e os chamados *entreguistas*, que envolveu amplos setores da sociedade brasileira.

No segmento empresarial nacionalista destacou-se Fernando Gasparian, nascido em 1930 em São Paulo, e um dos empresários mais articulados naquele momento. Participou do Conselho Nacional de Economia até 1967, órgão “incumbido de estudar a vida econômica do país” e “opinar sobre as diretrizes da política econômica nacional, sugerindo para isso medidas que julgar necessárias”. Gasparian encontra-se hoje ligado ao mundo dos livros como diretor da editora Paz e Terra, responsável por um leque de publicações críticas que são referência para nossa *intelligentsia* e para o movimento editorial brasileiro.

Engenheiro de formação, iniciou sua vida política no movimento estudantil, como presidente do centro acadêmico do curso de engenharia e, depois, como presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, eleito em 1952 e destacando-se por suas posições progressistas e nacionalistas. No ano seguinte, tornou-se um jovem empresário ao assumir funções nas empresas da família, tradicionalmente ligadas ao setor têxtil, cuja diversificação incentivou. Sua liderança empresarial foi construída a partir de sua atuação no Sindicato Têxtil de São Paulo – então o maior sindicato patronal do Brasil –, na diretoria da Fiesp e, também, na presidência da Confederação Nacional da Indústria em 1961, onde atuou na defesa dos interesses nacionais durante a intensa crise econômica dos anos 60, decisiva para os rumos da modernização excludente e para a internacionalização da economia brasileira.

A defesa de uma tradição democrático-nacionalista gerou dificuldades para as empresas do grupo e o obrigou a um auto-exílio na Inglaterra após o golpe militar de 1964. Em sua volta ao Brasil, para dar continuidade à defesa de suas convicções, fundou o jornal

*Opinião* (1972-1978), trincheira de idéias plurais que contribuiu para a intensificação da luta pelo fim da ditadura militar. Inspirado no semanário inglês *Guardian Weekly*, o jornal *Opinião* apresentava um projeto editorial moderno, com um formato mais analítico do que opinativo, onde se expressavam as diferentes posições dos intelectuais que nele colaboravam. Suas páginas acolheram análises dos temas mais polêmicos do período, escritas por colaboradores como Antonio Candido, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Luciano Martins, Maria Conceição Tavares, entre tantos outros.

Nossa entrevista, realizada em dois encontros (em 7 de janeiro e em 19 de setembro de 2004), procurou resgatar a atuação do empresariado durante o governo Goulart e nos momentos que antecederam o golpe militar. Sua vivência e conhecimentos sobre o período em questão contribuem para a recuperação da história vivida por uma categoria social, pouco explorada por nossa historiografia.

\* \* \*

*Maria Aparecida – Agradeço sua atenção e disposição de nos contar sobre sua trajetória, que não se separa da atuação política do empresário nacionalista José Ermírio de Moraes – uma ligação não só política, mas de fecunda amizade. Vamos nos situar no período decisivo, que antecede ao golpe de 1964. Nas eleições de 1960, qual foi sua posição? Os grupos empresariais apoiaram Jânio Quadros?*

*Fernando Gasparian –* Eu me lembro que o Dr. José Ermírio apoiou o Jânio, mas, depois de ele assumir determinadas posições, retirou esse apoio. Mas ninguém sabia no que iriam dar as posições do Jânio. Eu, quando era presidente da UEE em São Paulo, dei algumas entrevistas a seu favor, por ocasião de sua candidatura à prefeitura de São Paulo. O discurso de Quadros para o movimento estudantil era pautado na defesa de posições nacionalistas, sendo que, quando ele esteve no Congresso da UEE, defendeu a Petrobrás. Todos os partidos, com exceção do PDC, apoiavam Francisco Cardoso, professor da Faculdade de Higiene da USP –; até mesmo o Adhemar. Mas o Jânio Quadros ganhou somente com o apoio do pequeno jornal *A Hora*. No entanto, eleito prefeito em 1952, abandonou suas posições nacionalistas e populares, deixando-se envolver pelos grupos mais retrógrados que lutavam contra a crescente participação do Estado na economia, resultado da política desenvolvida nos anos Vargas. Em uma conferência na Fiesp, logo após sua vitória, apontou o Estado como mau patrão e mau administrador. Os jornais de direita, em ampla campanha para destruir o monopólio estatal da Petrobrás, utilizaram essa sua fala

para engrossar suas críticas. Naquele momento, fazer críticas à Petrobrás era fácil, pois ela estava se constituindo e em seus oito anos de atividades não havia apresentado, ainda, grandes resultados.

*MA – Mas, então, na eleição de 1960 o senhor apoiou o general Lott...*

*FG – Em 1960 eu votei no Lott contra as posições entreguistas de Jânio Quadros. O general Lott era um conservador, mas era um nacionalista. Seu pronunciamento “a Petrobrás é intocável”, acabou contribuindo para esvaziar a campanha dirigida contra o Estado na economia.*

*MA – Sua atuação na vida pública e política começou cedo, em um dos momentos mais significativos da história brasileira. Em 1961, o senhor foi indicado para um cargo de confiança na Companhia Paulista pelo governador Carvalho Pinto. Qual a importância desse fato?*

*FG – Nesse tempo, foi muito importante trabalhar na Paulista, pois permitiu-me conviver diariamente com o Dr. José Ermírio de Moraes, que era seu presidente. Essa empresa privada tradicional mantinha um patamar de modernidade que acompanhava o padrão internacional de estradas de ferro. No entanto, no pós 30, tendo em vista a crise, não se reequipou de forma adequada nem fez os ajustes necessários para se manter como uma empresa rentável. O resultado dessa situação colocou a Companhia sem condições de pagar aumentos salariais exigidos pelos trabalhadores. O governador Carvalho Pinto considerou então a compra da Companhia Paulista de Estrada de Ferro mais conveniente do que simplesmente subsidiá-la. Para a presidência da companhia, convidou o Dr. José Ermírio de Moraes, que se encontrava afastado da direção de suas empresas em função de acontecimentos recentes. O Dr. José Ermírio de Moraes havia sido convidado pelo então presidente Jânio Quadros para assumir a embaixada da Alemanha. Mas, por uma dessas motivações políticas menores e como reflexo da falta de apoio de Quadros no Congresso, o Senado rejeitou a sua indicação. Eu já fazia parte das lideranças empresariais paulistas. Ou seja, o governador Carvalho Pinto aproveitou a disponibilidade do Dr. Jose Ermírio, e a minha experiência como empresário, para administrar uma empresa estatal, apostando que com isso a Companhia Paulista alcançasse a eficiência de uma empresa privada. No período que ficamos à frente da Companhia, ela passou por uma série de reformulações e conseguiu pagar os aumentos salariais sem ser subsidiada pelo governo. A idéia de me convidar partiu do Plínio de Arruda Sampaio, naquele momento, subchefe da Casa Civil do Carvalho Pinto.*

*MA – O senhor foi também cogitado para ser ministro do governo João Goulart?*

*FG – Sim, para o Ministério da Indústria e do Comércio, ainda no curto período do parlamentarismo. Mas não fiquei. O que aconteceu foi o seguinte: o Tancredo Neves era*

primeiro-ministro e, em junho de 1962, ele precisou se desincompatibilizar, atendendo a legislação eleitoral da época, para se candidatar novamente ao cargo de deputado. O nome do deputado San Tiago Dantas foi escolhido porque aceitou não se candidatar nas próximas eleições. Ele, inclusive, escolheu com o Jango os nomes de seu ministério e era sua intenção me colocar como ministro da Indústria e do Comércio. Mas o seu nome não foi aprovado pela Câmara. Então, Goulart convidou o senador Auro de Moura Andrade, que tinha ainda quatro anos de mandato, acertando com ele a indicação do meu nome, a do almirante Pedro Paulo Suzano e de alguns outros mais como ministros. O senador Auro de Moura Andrade foi aprovado, mas o Jango, antes de indicá-lo ao Congresso, pediu-lhe uma carta em que ele [Auro] renunciava a sua condição de primeiro-ministro, como garantia para o caso de os acordos acertados não serem realizados. Essa carta ficou com o líder do PTB na Câmara, deputado Almino Affonso, que a leu no Plenário a pedido de Jango, quando perceberam que o senador Moura Andrade afastou-se dos acordos firmados anteriormente. O senador Auro ficou sabendo que ele havia renunciado e o nome acertado posteriormente foi o do Brochado da Rocha. Nessa ocasião, o jornal *O Estado de S. Paulo* fez um artigo de fundo contra mim, onde afirmava que eu não tinha condições de representar São Paulo no Ministério. Consultado, o governador Carvalho Pinto afirmou que via com bons olhos a indicação de uma pessoa que havia trabalhado em seu governo para ocupar um cargo dessa importância. Mas, mesmo assim, achei melhor não aceitar a indicação.

*MA – A que se devem suas idéias nacionalistas? Havia algum movimento nesse sentido?*

*FG –* O ponto de partida desse clima nacionalista foi a questão do petróleo. Mas, inicialmente, não existia nada tão organizado. Eu acompanhava o posicionamento de alguns cidadãos como, por exemplo, o Mattos Pimenta, o Plínio Catanhede (que criou o lema “O Petróleo é nosso”), responsáveis pela Campanha do monopólio estatal do petróleo e que defendiam essas idéias no *Jornal de Debates*, fundado por eles.

*MA – Mas havia, também, a ala nacionalista do Exército...*

*FG –* Também, também! Eram eles que polemizavam, faziam pronunciamentos e debates. Na realidade, era o resultado da forte influência das idéias positivistas no Exército. No início, o Partido Comunista tinha uma posição dúbia em relação à exploração do petróleo, mas, posteriormente, juntou-se aos nacionalistas que defendiam a sua exploração através do monopólio estatal, contrapondo-se aos entreguistas. O [João Neves da] Fontoura, que foi ministro das Relações Exteriores, e outros, que eram ligados às companhias estrangeiras, apoiavam o projeto de Odilon Braga, o estatuto do Petróleo apresentado em 1948 e que deixava o capital estrangeiro com liberdade para entrar na área do petróleo. A partir da reação e das críticas a esse projeto foram realizadas conferências e encontros.

MA – *Podemos afirmar, então, que a campanha do monopólio estatal do petróleo foi o que despertou sua vocação nacionalista?*

FG – Sim. O clima daquele período me encaminhou para os debates sobre as posições nacionalistas quanto ao petróleo. Passei a frequentar esses encontros, em que apareciam militares como Estilac Leal, Tácito de Freitas, Felicíssimo Cardoso (tio do Fernando Henrique) e o seu próprio pai, general Leônidas Cardoso que, posteriormente, veio a ser eleito deputado federal pelo PTB em São Paulo.

Outro dado importante para minha formação foi a minha participação no movimento político estudantil durante o curso de engenharia. Eu fui presidente do centro acadêmico e depois presidente da UEE de São Paulo, em 1952. E, em torno de 1948 e 1950, todos nós éramos nacionalistas! Achávamos que o Estado deveria intervir na condução da economia do país e até se tornar empresário, no caso da energia hidroelétrica e do petróleo. O Rogê Ferreira, presidente da UEE naquele momento, foi um dos líderes dessa campanha, um dos primeiros a se engajar no movimento. O movimento estudantil, os militares, os operários e os sindicatos, todos foram a favor do monopólio estatal do petróleo.

MA – *Na sua opinião, é possível afirmar que havia um projeto nacionalista por parte de alguns empresários no pré-64?*

FG – Não havia um projeto, havia posições individuais. Não existia um grupo organizado, uma articulação clara. As pessoas queriam teorizar a existência de uma burguesia nacional, mas não havia. Organizada, não havia mesmo. Éramos indivíduos isolados que pensavam a indústria nacional, a economia nacional... Nunca chegou a haver uma reunião nacionalista. De vez em quando, alguém se pronunciava sobre alguns temas que continham conteúdo nacionalista. O Dr. José Ermírio era um nacionalista. Ele chegou a declarar, em uma entrevista para a revista *Manchete*, que preferia quebrar a se aliar ao capital estrangeiro. Isso foi, se não me engano, um pouco antes do golpe, quando ele era ministro da Agricultura do governo de Jango Goulart.

MA – *Quem mais, além do senhor e do José Ermírio de Moraes, poderia ser caracterizado como nacionalista?*

FG – O Ramiz Gattás, o Funaro e outros mais. Mas, na Fiesp, havia setores que defendiam os interesses do capital associado e não pareciam estar preocupados com esses problemas. O mais grave de todo este período, principalmente depois de 1964, é que eles aceitaram a liderança do sistema financeiro internacional, do mesmo modo como no passado alguns segmentos aceitaram a liderança política do setor rural.

MA – *No Sindicato de Máquinas, setor que estava ascendendo naquele momento, havia algum representante da indústria brasileira?*

FG – Tinha o Jorge de Resende, criador da Associação Brasileira para Desenvolvimento das Indústrias de Base. Era o dono das Máquinas Piratininga, cujo presidente era o Einar Kok. O Jorge de Resende não era nacionalista, mas era honesto e favorável à industrialização. Chegou a ser nosso candidato na Fiesp. Os nossos companheiros preferiam o Jorge de Resende, que não tinha nenhuma ideologia, ao Antonio Devisate.

MA – *O setor mais forte da burguesia, com projeção nacional, era o paulista. Vocês, industriais nacionalistas, articulavam-se com outros estados, com outras representações ou associações de classe?*

FG – Não. O pessoal conversava com os outros estados tendo em vista a Fiesp, alguma lei ou algum imposto. Não havia essa articulação, como se imagina.

MA – *Mas a Ciesp, na década de 60, ou melhor, em fins dos anos 50, já apresentava mudanças em sua composição. A presença de empresários e gerentes de firmas estrangeiras era bastante significativa e a participação desse setor cerceava ou provocava um certo afastamento dos grupos mais nacionalistas. Um bom exemplo disso é o senador José Ermírio de Moraes, reconhecido como líder nacionalista entre seus pares. Durante minha pesquisa de doutorado, constatei que ele não tinha uma efetiva atuação na entidade, apesar de ter participado da fundação da Ciesp em 1928 e pertencido à primeira geração dos empresários paulistas. Ante as condições adversas daquele período, procurou implementar sua “opção nacionalista” através de uma participação mais direta na política, candidatando-se à senadaria, não sem antes preparar seus filhos para assumirem o grupo Votorantim.*

FG – Você está correta. Quem ia para Fiesp era o José Ermírio Filho. Ele foi vice-presidente. Aliás, era quem, comigo, representava o Sindicato Têxtil na Fiesp. Com relação às mudanças na composição da Fiesp, nós tentamos alterar esse quadro nas eleições de 1962; o pessoal mais nacionalista procurou montar uma chapa mais favorável à indústria nacional. Nós indicamos o José Ermírio de Moraes Filho para a presidência para renovar a diretoria da Fiesp, presidida pelo Antonio Devisate desde 1952. Mas o resultado desse processo foi a composição de uma chapa de conciliação, em que o Raphael Noschese foi indicado para presidência e o José Ermírio Filho, para vice. Como um dos diretores foi eleito João Vilella de Andrade Junior.

MA – *Nos anos que antecederam o golpe, ainda que o empresariado aliado ao capital estrangeiro fosse preponderante, podemos afirmar a existência de individualidades com tendência mais nacionalista que buscavam resguardar uma fatia da economia para o capital nacional. Como o senhor sintetizaria a relação do empresariado com o capital estrangeiro?*

FG – O caso da Kurachique serve como um bom exemplo para demonstrar o comprometimento de setores do empresariado e do governo com o capital estrangeiro. Isso acon-

teceu em 1961. Essa empresa têxtil, de capital japonês, conseguiu por meio da política – e acho que também por corrupção – que a Confederação Nacional da Indústria desse um parecer favorável à sua instalação no Rio Grande do Sul, utilizando-se dos favores concedidos pela Instrução 113 da Sumoc. No entanto, essas vantagens só eram liberadas para empresas estrangeiras onde houvesse carência na produção nacional; o que não se aplicava ao setor têxtil, pois éramos auto-suficientes no mercado interno. O mecanismo era o seguinte: a Confederação ouvia a Fiesp, esta ouvia o nosso Sindicato, que dava ou não o parecer favorável e, na seqüência, o governo, através da Cacex, liberava a licença de importação. Quando nós vimos que essa empresa estrangeira ia se instalar, fizemos um movimento para embargá-la. Até empresas estrangeiras aqui de São Paulo estavam contra, pois havia produção de fio de lã suficiente para nosso mercado. Consegui levantar recursos em todas as indústrias têxteis para fazer anúncios nos jornais e uma campanha contra o presidente da Confederação da Indústria e de outros órgãos que contribuíram para aquela decisão errada. Isso ocorreu no início de 1961, simultaneamente à posse do Jânio Quadros. Aproveitei a ocasião e mandei-lhe um telegrama explicando e pedindo a ele que suspendesse a licença de instalação daquela empresa. Foi a primeira decisão de Quadros como presidente da República. Ele, então, pediu que nós, do sindicato têxtil, fôssemos a Brasília conversar com ele. Nós fomos. No final de nosso encontro, o Jânio disse: “E agora, suspendi a licença de importação da Kurachique e quem é que vai dar emprego no Rio Grande do Sul? O governador Brizola ficou inconformado com o resultado dessa decisão que inviabilizará muitos empregos em seu estado”. Eu respondi: “Se o senhor der as mesmas condições ofertadas ao capital estrangeiro para o pessoal de São Paulo, do Rio de Janeiro, e para os próprios gaúchos, mais uma fábrica se instalará no Rio Grande do Sul”.

*MA – E continuando, os nacionalistas eram contrários à participação do capital estrangeiro em nossa economia?*

*FG – Bem, eram contrárias ao capital estrangeiro da forma como funcionava no Brasil, com a Sumoc 113, com privilégios, com o dinheiro do BNDE, como ainda está sendo feito. Permita-me uma denúncia. Trabalhei na Constituinte junto com o Severo Gomes sobre esta questão. O governo FHC fez muito mal em tirar essa legislação específica da Constituição de 1988, que proibia ao BNDE emprestar dinheiro para firmas estrangeiras. Foi a primeira mudança que fizeram. Foi um absurdo!*

*MA – Para esse grupo nacionalista, a presença do Estado na economia era importante? Se verdadeira esta questão, em que setores?*

*FG – Vou dar um exemplo: eu fui à reunião plenária de todas as federações de indústrias dos estados brasileiros, realizada em Recife, no ano de 1952. Eu integrei a delegação*

da Fiesp, representando a indústria paulista através do Sindicato Têxtil de São Paulo. Nessa ocasião, todos nós, empresários, em especial a delegação de Minas Gerais, fomos favoráveis à intervenção do Estado na economia, principalmente na área do petróleo.

*MA – E como o senhor entende esse Estado: como um Estado empresário, isto é, um Estado que favorece o desenvolvimento do capital privado, das empresas, da infra-estrutura, do setor de serviços e que freasse a atuação do capital estrangeiro?*

*FG –* Eu sou favorável ao Estado empresário. Tome como exemplo a Petrobrás. Quem poderia fazer a Petrobrás? É claro, só o Estado. Aliás, o importante da criação da Petrobrás é que se não a fizéssemos, nunca iríamos produzir petróleo. Iríamos ficar comprando de países que nos vendessem mais barato.

*MA – O nacionalismo, então, ambiciona reforçar suas posições no Estado?*

*FG –* Sem dúvida. Num país subdesenvolvido como o Brasil, o Estado tem que ter papel decisivo.

*MA – Retomando sua atuação nos anos 60. O senhor era referência no meio empresarial e no governo Goulart?*

*FG –* Sim. Isso foi uma coisa interessante. Naquela época, eu era um industrial identificado pelas minhas posições nacionalistas e progressistas. Para as pessoas da Fiesp, essa era minha imagem. Estava à frente do Sindicato Têxtil de São Paulo, o maior sindicato patronal brasileiro, era diretor da Fiesp e fui convidado para dirigir a Confederação Nacional da Indústria.

*MA – Isso em que ano?*

*FG –* Foi em 1961, ano que fui presidente da Confederação Nacional da Indústria, indicado como interventor pelo deputado e ministro do Trabalho Franco Montoro. Com a renúncia do Jânio Quadros, os antigos interventores se demitiram e fui nomeado como o novo interventor para o cargo, até as eleições seguintes, que se realizaram em três meses.

*MA – Qual a importância da CNI, como órgão nacional, naquele momento?*

*FG –* Não tinha importância. Foi importante na época em que o Roberto Simonsen era presidente e possuía uma grande influência no governo de Getúlio Vargas. No entanto, quando eu estava na presidência da Confederação Nacional da Indústria, em 1961, aconteceu um fato importante: fui convidado para uma reunião da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Nesse encontro, pensaram em fundar uma organização da defesa da “livre iniciativa” que, no final, resultou no Ipes – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

*MA – O senhor lembra-se das pessoas que estavam presentes?*

*FG –* Estavam presentes alguns empresários, entre eles o José Luis Moreira de Souza e o seu primo, José Carvalho, da Ducal, o Jorge Bhering de Matos, o José Luís Magalhães Lins, que foi quem me convidou. O Lins era muito influente na política do Rio de Janeiro,

dirigia o Banco Nacional no Rio de Janeiro e era sobrinho do Magalhães Pinto. Lembro-me da presença do Rui Gomes de Almeida, presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, e a do Antonio Galotti, da Light. Ambos estavam sentados perto do Alexandre Kafka – nomeado posteriormente pelos militares para diretor do FMI, pelo Brasil, onde ficou de 1966 até 1998 –, e criticavam o Carvalho Pinto. No fundo, foi esse grupinho que fundou o Ipes juntamente com o Haroldo Polland, o Gilberto Hubert, que imprimia as Listas Telefônicas. Eram contrários às posições nacionalistas e à intervenção do Estado na economia. Evidentemente, não participei de nenhum outro encontro desse grupo, pois nunca compactuei com essas idéias.

*MA – Após o golpe militar, houve também a articulação dos empresários. O senhor foi convidado para algum desses encontros?*

*FG – Sim, essa é uma outra história, posterior a 1964. Convidaram-me para uma reunião no escritório do poeta Augusto Frederico Schmidt, que influenciou muito o Juscelino Kubitschek. A situação era a seguinte: Marcelo Leite Barbosa havia publicado, em maio de 1968, um texto que foi chamado de manifesto industrial e militar, que analisa a situação política e econômica nacional. Esse documento afirmava que a Igreja estava amotinada e pressionando, que os estudantes estavam amotinados, fazendo passeatas, que era necessário que o Exército se juntasse aos empresários para colocar ordem naquele caos e suspender a eleição direta para presidente. No fundo, o que eles estavam pedindo era o AI-5. Eu me manifestei contra essas posições e denunciei que o que eles queriam era a fundação de um novo Ipes e me retirei da reunião.*

*MA – Era visível então, uma articulação de setores do empresariado contra o governo João Goulart. O senhor, enquanto referência empresarial em seu governo, era ouvido pelo presidente?*

*FG – Em 23 de janeiro de 1964, eu estive em Petrópolis para a assinatura da regulamentação da Lei de Remessa de Lucros, que havia sido feita no começo do governo Jango. Essa lei, como se sabe, já havia sido apresentada no Congresso e lá aprovada, mas Jango sofreu muitas pressões para vetá-la na ocasião e acabou por não assinalá-la, na medida em que poderia pôr em risco o já precário equilíbrio de forças do seu governo. Esse breve relato dá a medida da conjugação de forças e atritos nos bastidores da política. Eu fui à cerimônia acompanhado de Dílson Funaro, meu cunhado, e aproveitei para conversar com o presidente. Nessa ocasião, alertei o João Goulart contra a atuação de alguns empresários que estavam próximos a ele e se aproveitavam dessa relação para se fortalecerem politicamente: “Olha, presidente, o senhor precisa rever suas alianças, porque, lá em São Paulo, parte do empresariado que o senhor apóia está dando dinheiro para derrubar o seu governo”. O próprio Reis Costa, vice-presidente de honra da Federação das Indústrias e secretário*

rio do Planejamento de Adhemar de Barros, reunia-se em sua própria casa com alguns empresários e tramavam a queda de Goulart, buscando levantar parte dos recursos para essa empreitada.

*MA – E qual foi a reação do presidente João Goulart?*

*FG –* Ele respondeu: “Olha aqui, Gasparian, deixa eu dizer uma coisa: política a gente não pode fazer só com ideologia, tem que pensar em amizades e interesses. Se eu penso uma coisa e ele não pensa igual a mim, isso, portanto não vai dar certo? É como o general Amaury Krueel, ele é um ‘gorila’, mas ele é padrinho do meu filho, meu compadre, é meu amigo. Com ele posso contar”. Mas isso não veio a acontecer, porque foi decisivo o envolvimento do 2º Exército sob o comando do marechal Krueel na deposição de Goulart.

*MA – Mas o senhor não questionou a posição do presidente?*

*FG –* Claro, mas não adiantou. Eu até disse: “Acho que o senhor não está informado. O pessoal está se juntando e dando dinheiro para comprar caminhão para a polícia militar do Adhemar de Barros /.../ Eles estão se armando e fazendo um exército, para derrubar o seu governo”.

*MA – Ele tinha a dimensão da gravidade dos fatos? Era ingenuidade, confiança no seu dispositivo militar ou, fundamentalmente, incompreensão dos rumos alcançados?*

*FG –* Não tinha. Deixa-me acrescentar outros elementos que dão bem a dimensão do presidente e de minha relação com ele. No início de 1964, Jango suspendeu as operações da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil em São Paulo e Rio Grande do Sul. Com essa atitude, o governo cortava, no momento, o crédito para a indústria, dificultando as condições para o setor, pois precisávamos trabalhar e não havia dinheiro. Em março, a situação se agravou. Foi quando Ney Galvão, ministro da Fazenda de João Goulart, ligou para mim e disse: “Olha, Gasparian, eu também estou preocupado com a situação atual. Acontece que o presidente está muito irritado com o setor industrial que vem se colocando contra ele. Reúna algumas pessoas e venham conversar comigo para depois falarmos com o Jango”. No dia seguinte, eu e alguns empresários, entre eles o Einar Kok, fomos para o Rio de Janeiro. O senador José Ermírio de Moraes, que lá se encontrava, nos acompanhou também na conversa com o ministro Ney Galvão. Veja, fui eu que falei pela indústria no dia 31 de março de 1964.

*MA – O senhor poderia dar mais detalhes desse encontro?*

*FG –* Claro. Ao nos reunirmos com o ministro, pedimos para falar com o presidente. Foi formada uma comissão, para a qual eu e mais alguns membros fomos indicados, e a reunião foi marcada para o dia seguinte, uma terça-feira. Quando chegamos na escadaria do Palácio das Laranjeiras, o clima era de tensão e havia uma certa hostilidade entre os meus companheiros, agravada pelo fato de a televisão estar presente. Alguns se manifesta-

ram: “Se é para aparecer na televisão, eu não vou. Eu vim até aqui conversar com o presidente, e agora ele vai querer fazer propaganda às nossas custas!”. Eu pedi ao Raul Ryff, que era meu amigo e o homem da imprensa de Goulart, para que retirasse o pessoal da tevê, porque alguns empresários que me acompanhavam não estavam querendo entrar na reunião. Fomos então falar com o presidente e dissemos que estávamos preocupados com a suspensão do Redesconto.

*MA – Qual foi a reação do presidente Goulart ante essa comissão?*

*FG –* Depois que eu acabei de falar, o Jango virou-se para mim e disse: “Olha aqui, eu nunca fui contra a indústria. Desde que me tornei presidente, eu jamais escolhi um ministro da Fazenda que não fosse ligado às classes produtoras – o Walter Moreira Sales e o Inocêncio Calmon eram banqueiros, Carvalho Pinto, Ney Galvão... Eu nunca fiz ‘política’ na área econômica, sempre dei o maior apoio para as indústrias, para melhorar o país, mesmo agora”. Em seguida, quando já estávamos saindo de sua sala, ele pôs a mão em minhas costas e falou: “Mas que estranho: até você, Gasparian, está assustado?”. Isso foi um dia antes do golpe. À noite, eu e o Rubens Paiva tentamos entrar no Palácio, mas não nos deixaram. Podemos dizer que ele estava meio preso. Quando Jango saiu, foi para Brasília, e de lá para o exterior.

*MA – Ele tinha a dimensão da gravidade da situação? Em depoimentos, Leonel Brizola insiste na possibilidade objetiva, naquela época, de uma resistência armada. Qual a sua avaliação?*

*FG –* Não tinha a dimensão da gravidade. Quanto à reação, somente o Sul apresentava condições.

*MA – E, após o golpe, houve imediata intervenção no Sindicato das Indústrias Têxteis?*

*FG –* Houve uma tentativa, feita pelo Adhemar de Barros, que, aliás, não poderia fazê-lo, porque era o governador de São Paulo. A intervenção, se houvesse motivo para isso, de acordo com a legislação brasileira, era uma atribuição do ministro do Trabalho, que era o Arnaldo Sussekind e que acabou por realizá-la. Posteriormente, pediu-me para que eu fosse conversar com ele no Rio de Janeiro. “Olha aqui, seu Gasparian, eu não tenho nada contra o senhor. Eu fiz a intervenção em seu Sindicato para evitar que o governador Adhemar de Barros me demitisse aqui do ministério do Trabalho. Eu conheço bem essa máquina aqui, e vai ser um horror se os militares assumirem o Ministério”. No fundo, ele fez a intervenção temendo ser demitido. Bem, eu entrei na justiça contra a intervenção do ministro Sussekind e ganhei. Assumi o Sindicato novamente, lá ficando até o fim do meu mandato, em junho de 1964.

*MA – Após o golpe, o senhor foi morar no Rio de Janeiro. O senhor continuou com suas atividades industriais?*

FG – Sim, continuei com minhas atividades empresariais, pois vinha fazendo investimentos na indústria têxtil do Rio de Janeiro desde o início de 1964. Passei também a participar no Sindicato Têxtil do Rio de Janeiro e fui eleito como seu representante na Confederação Nacional das Indústrias. No entanto, quando foi decretado AI-5, usaram a legislação trabalhista para cassar os meus direitos no Sindicato do Rio de Janeiro. Fui cassado pelo Jarbas Passarinho, ministro do Trabalho, que fez uma portaria tão fantástica que coloquei num quadro e pendurei na parede, quando me tornei deputado federal. Essa portaria me exonerava do cargo sindical patronal porque, mesmo sendo eleito e empossado, não soube me comportar de acordo com a “ordem social vigente”. Através dessa legislação foram cassados vários dirigentes sindicais dos trabalhadores, mas, do sindicato patronal, o meu caso foi o único. No entanto, é necessário considerar, ainda, que a mudança de minha residência para o Rio de Janeiro atendia, em parte, ao fato de eu ter sido alvo de um atentado em São Paulo naquele período. Numa noite, soltaram uma bomba na casa do senador José Ermírio de Moraes, na Rua Argentina, no Jardim América, quebrando todos os seus vidros; e metralharam a minha casa na Rua México, localizada a três quadras dali. Por sorte eu não me encontrava no local, pois as balas entraram no meu escritório, onde normalmente eu trabalhava.

MA – *O senhor participou da vida política no Rio de Janeiro?*

FG – Sim, participei da fundação do MDB em 1970, integrando a diretoria da parte executiva, que tinha como presidente o Nelson Carneiro. Mas, depois disso, fui embora para Inglaterra, em 1970, voltando só em 1972. Em 1982, nos pensávamos lançar o Saturnino Braga como governador, mas acabou prevalecendo a indicação do Chagas Freitas. O Brizola indicou, então, o Saturnino a governador pelo PDT, que declinou o convite e preferiu se lançar como senador por esse partido, indicando o próprio Brizola para governador do Rio de Janeiro, que ganhou a eleição com o meu apoio.

MA – *Quando o senhor entrou no setor editorial e fundou o Jornal Opinião?*

FG – Quando voltei, em 1972. Fui diretor desse semanário, de 1972 a 78. O projeto do *Opinião* foi amadurecido na Inglaterra, onde lecionei economia latino-americana na Universidade de Oxford, discutindo a situação brasileira. Quanto ao *Opinião*, foi mais uma batalha, pois nós não tínhamos quase publicidade. Uma das poucas que conseguimos foi a de livros: um anúncio da Fundação Getúlio Vargas, que publicava livros, e outro da Petrobrás que, por causa de minha posição nacionalista, acabou colocando o anúncio no jornal. Na Fundação Getúlio Vargas, quando fomos cobrar o anúncio, eles disseram: “nós não vamos pagar, porque isso é um absurdo”. Suspenderam os anúncios que iam sair e ameaçaram demitir os responsáveis pela autorização dos mesmos. Foi uma barbaridade. Eu não concordava com a demissão daquelas pessoas e disse: “Eu não recebo, mas o que saiu vocês vão ter de me ajudar a pagar”.

MA – *Como o senhor resolveu essa questão espinhosa?*

FG – Bem, eu mandei uma carta para o Luiz Simões Lopes, que era presidente da Getúlio Vargas e que tinha sido meu colega no Conselho Editorial do *Correio da Manhã*, na fase crítica desse periódico. Esse jornal havia tido um papel decisivo na queda do governo Goulart, com a publicação, na véspera do golpe, de dois artigos de fundo em sua primeira página: “Fora” e depois “Basta”. Foram artigos de muita penetração. No entanto, o jornal abandonou sua posição conservadora ao perceber que os civis não voltariam mais ao poder e acabou quebrando ao criticar o ministro Roberto Campos por sua política entreguista desenvolvida durante o governo do Castelo Branco.

MA – *Finalizando nossa entrevista, gostaria de perguntar ao senhor sobre a participação de parte do empresariado no golpe militar e sobre a tortura. O jornalista Elio Gaspari mostra, em suas obras, o enlace enviesado entre a ditadura e a burguesia brasileira, afirmando que “O grande empresariado convivera bem com a ditadura enquanto ela foi previsível na sua intolerância” (Gaspari, Elio. A ditadura encurralada. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 52). O que o senhor teria a dizer dos empresários que colaboraram com o financiamento da Oban?*

FG – Quem financiava a Oban ativamente era o Henning Boilensen, que era da Fiesp. Fazia intrigas contra as posições nacionalistas e era nosso inimigo. Havia servido ao nazismo na Dinamarca e, depois, da guerra, arrumou emprego na Firestone, destacando-se pelo seu anticomunismo. Foi alto funcionário da Ultragás. Acabou sendo fuzilado pela esquerda na Al. Rocha Azevedo.

MA – *E o senhor manifestou-se publicamente contra a tortura?*

FG – Quando assassinaram o jornalista Vladimir Herzog, que trabalhou inclusive no *Opinião*, fui ao encontro dos militares que faziam a censura em nosso jornal. Procurei o senhor Romão, chefe do gabinete do diretor da Polícia Federal, dizendo que eu gostaria de falar com os responsáveis pela censura do *Opinião*. Ele então marcou uma entrevista no Centro de Informação do Exército, Ciex, que ficava no gabinete do Ministério da Guerra em Brasília. Fui recebido numa sala que possuía uma parede de espelho pela qual as pessoas poderiam observar a minha conversa com os responsáveis pela censura no jornal. Eu comecei dizendo que estava muito preocupado com os últimos acontecimentos e com a situação do meu país, afirmando que era um nacionalista. Mas ele retrucou: “Mas é verde e amarelo por fora, e vermelho por dentro”. Não me contive: “O senhor me respeite! O senhor pode ser patriota, mas não mais do que eu”.

*Realizada em agosto e setembro, aprovada em dezembro de 2004.*



*Nota*

\* Doutora em História Social pelo Departamento de História do IFCH-Unicamp e professora de História Econômica no Departamento de Economia da FEA da PUC-SP. Ministra aulas no curso de especialização História, Sociedade e Cultura do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

## **PESQUISAS**

### **DA “EDUCAÇÃO DAS MASSAS” À “DEFLAGRAÇÃO DE CRISES”: O “POPULISMO” NA VISÃO DE ROBERTO CAMPOS\***

Wanderson Fabio de Melo\*\*

*Introdução: uma posição sobre a política do pré-64*

O presente texto pretende refletir sobre a utilização do conceito de “populismo” por Roberto Campos, a fim de caracterizar a atuação política de diferentes setores sociais que ocuparam o Poder Executivo no Brasil dos anos 1930 a 1960. Pretendemos mostrar a inconsistência desse conceito e a necessidade de submetê-lo a uma análise crítica, objetivando uma maior compreensão da história social brasileira no momento do golpe de Estado de 1964.

A obra de Roberto Campos é referência para o pensamento neoliberal no Brasil. Diplomata, economista e político influente, elaborou e dirigiu a implementação do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), cujas medidas resultaram no reordenamento econômico e social da estrutura produtiva do país.

Visando a justificar suas ações, propostas e o desenvolvimento de suas posições, assumiu lugar nas disputas sociais. Portador de uma interpretação da realidade brasileira, deparou-se com a necessidade de apropriação de um discurso específico da esfera política. Muito embora identificasse o “populismo” não só nos presidentes brasileiros, mas também em outros políticos da cena nacional (Brizola e Miguel Arraes) e internacional (Perón, Sukarno e Nasser), decidimos delimitar esta reflexão a seu discurso acerca dos presidentes Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart, pois estes, segundo sua visão, apareciam como os maiores responsáveis pela direção da política e da economia.

A obra de Campos no governo Castelo Branco forneceu inspiração para a nossa dissertação de mestrado. Através de seus discursos, encontramos elementos necessários para o estudo da realidade brasileira dos anos 60 em suas diferentes fases, assim como sua

ligação com grupos sociais no cenário nacional. Ao analisarmos a práxis de Campos no Paeg, deparamo-nos com a problemática da construção do desenvolvimento no tipo específico de capitalismo brasileiro, que se configurou numa modernização excludente.

O ministro entendeu o fator econômico como isolado e autônomo em relação aos demais fatores sociais na crise do pré-64. Identificou o econômico como tomado pela crise, mas esta, de acordo com sua visão, não se iniciou na esfera da produção, isto é, a crise existiu e teve origem no âmbito político – era determinada pelo “populismo”.

O eixo norteador da nossa abordagem é a utilização do conceito de “populismo” por Roberto Campos e sua relação com a história social no pré-64. Explicitamos sua função de “intelectual orgânico”<sup>1</sup> do grupo castelista. Ao discutir suas posições no momento da crise, apresentamos nossa análise procurando explicitar a “consciência social prática”<sup>2</sup> relacionada com e articulada ao conjunto de valores e intenções dos golpistas vitoriosos em 64.

Segundo Gramsci, “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm a função de intelectuais”; sendo assim, historicamente, formam-se no interior das sociedades “categorias especializadas para o exercício da função de intelectual”<sup>3</sup> ligadas a grupos, classes ou setores sociais. Percebe-se que os embates entre os diversos grupos sociais criam, para si, “organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político”,<sup>4</sup> pois elaboram e utilizam discursos visando ao exercício da hegemonia, além de possuírem funções organizativas.

Neste sentido, o economista Roberto Campos apoiou a fração militar da Escola Superior de Guerra (ESG) liderada por Castelo Branco e que esteve à frente do primeiro governo pós-golpe; além disso, foi responsável pelas reformas econômicas daquela gestão. Utilizou o conceito de “populismo” em várias atividades que desenvolveu. Foi diplomata, ocupou diversos cargos públicos. Foi dirigente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), participou da elaboração de programas econômicos e foi, também, embaixador do Brasil em Washington durante o governo João Goulart, tendo se desligado do posto devido às suas discordâncias em relação ao presidente. Após o golpe de Estado, em abril de 1964, assumiu a pasta do Planejamento e Coordenação Econômica, experiência que permitiu que suas posições fossem postas em prática – uma vez que atuou numa das esferas mais altas do poder público, muito embora, nos marcos das relações de forças no bloco de poder, sua hegemonia não tenha sido absoluta, mas dirigente.

Como fontes para a nossa investigação, valemo-nos dos escritos de Roberto Campos, seus livros, inúmeros artigos na imprensa e seus discursos. Encontramos parte dos materiais compilada em livros, embora também tenhamos verificado seus artigos em jornais e revistas.

*O “populismo” dos presidentes: a política atrapalhando a economia?*

Analisando o contexto político e econômico brasileiro, Roberto Campos fez uso do conceito de “populismo”<sup>5</sup> para retratar as práticas de diferentes personagens que ocuparam o Poder Executivo no período de 1930 a 1964. Representantes de diferentes posições políticas – Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart – foram amarrados na “camisa-de-força” deste conceito, para a explicação de um “estilo de política” gerador de crises e impasses que se transplantaram ao setor econômico.

Nesse grande “balaio” perde-se, porém, até mesmo as funções sociais que esses sujeitos cumpriram na história. Campos apenas trabalhou com os “componentes do populismo” que cada político “teria exibido”, mas sem contextualizá-los. Em sua interpretação, os políticos teriam lançado mão de um ou de outro atributo configurador do viés “populista”, cujos elementos constitutivos ele identificava como “República sindicalista”, “enfoque distributivista e impulsionador de inflação”, “nacionalismo econômico”, “relação carismática” e/ou “descompromisso com a economia de mercado”.

Para o ideólogo castelista, no pré-64, “o imediato deflagrador da crise política foi o populismo estatizante e esquerdista de Goulart”. Portanto, a intervenção dos militares no processo político era legitimada como resolução de impasses. O golpe de 1964, de acordo com esta visão, seria a superação do “populismo” na política brasileira, o início da “civilização” das instituições e dos políticos, no sentido de completar a liberal-democracia, problema que o “populismo” não resolveu. O golpe teria combatido o “populismo” anti-liberal. Diante disso, Roberto Campos revelava seu lugar no momento da crise que desembocou no golpismo: suas posições somaram-se às dos setores antitrabalhistas e pró-militares formados pelas forças liberais conservadoras da UDN, militares da ESG, latifundiários, setores expressivos do empresariado nacional e internacional – defensores do rompimento constitucional, com a deposição do governo Goulart.

Segundo Campos:

(...) o governo Goulart já nascera de uma dessas incoerências políticas em que o Brasil é pródigo: o presidente eleito por um partido, o vice-presidente por outro. Goulart, eleito por uma fração minoritária do eleitorado, e com apoio suspeito das lideranças sindicais “peleguistas”, evidentemente não tinha mandato legítimo para promover mudanças radicais no país. Mas eram as que se anunciavam nas “reformas de base” (...). A infiltração da esquerda era visível, e as classes médias sentiam medo, como não é difícil de compreender.<sup>6</sup>

A especificidade do sistema político brasileiro possibilitou o triunfo de João Goulart (PTB) como vice-presidente na eleição de 1960, representante de uma chapa com propos-

tas políticas diferentes das do candidato à Presidência vitorioso, Jânio Quadros, apoiado pela UDN. Após a conturbada renúncia de Quadros, em 1961, João Goulart assumiu a Presidência da República, seguindo o ritual previsto em Constituição. Mas a posse só foi concretizada graças ao movimento dirigido pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que apelou para a população defender a “legalidade” contra a tentativa de golpe militar. Uma vez no governo, João Goulart recebeu forte oposição da ala udenista no Congresso Nacional.

De acordo com a sensibilidade política de Campos, todo líder sindical – autêntico ou fisiológico, trabalhista ou comunista, autônomo ou subserviente ao Estado – era qualificado, indiscriminadamente, de “pelego”. Desse modo, seguia a tendência dos conservadores, como o udenista Carlos Lacerda (que, já em 1945, atacava na imprensa a ampla mobilização popular do movimento “queremista”, em apoio a Getúlio Vargas).

No processo de objetivação das *reformas de base*, estava em jogo a questão inscrita na plataforma econômica nacional e popular, uma alternativa democrática com forte apoio de massas. Esta foi a essência do *trabalhismo* no período – que, apoiado amplamente nas camadas populares, buscava integrá-las a um mercado interno ampliado através de um arcabouço de reformas: agrária, urbana, educacional, tributária, administrativa, eleitoral, universitária e bancária. Roberto Campos e a ala udenista no Congresso diziam que o governo João Goulart não tinha legitimidade para realizar tais propostas.

O governo Goulart passava, então, a ser apresentado por Campos como uma realização democrática incompleta, corrompida e decadente, na medida em que “recorria às massas” para a realização de sua plataforma política, com o intuito de interferir nas relações de poder e influenciar o Estado. Daí o autor em tela identificar no governo Goulart a proposta “de implementação da ‘República Sindicalista’, uma espécie de Estado Novo getulista com os sinais trocados: da esquerda ao invés da direita”.<sup>7</sup>

O termo “República sindicalista” estivera muito presente no pré-64, entre os setores conservadores, para a definição do governo João Goulart. A citação acima permite perceber que Campos considerava tal administração propensa a uma ditadura de esquerda, próxima de uma política *mobilizacional* e rumo ao “totalitarismo”.

O governo João Goulart, nesta visão do mundo, teria ampliado a “manipulação sobre as massas”, num contexto em que suas capacidades de pressão haviam aumentado, porém sem projeto preestabelecido, pois “o projeto da República sindicalista de Goulart nunca chegou a ter contornos definidos. Era uma ressurreição do populismo varguista numa sociedade já mais industrializada”.<sup>8</sup> Assim, o nosso autor entendia o governo Goulart enquanto repetição do governo Vargas, mas em contextos distintos. Vargas teve controle sobre a classe operária, uma vez que ela estava “desorganizada” e seu peso social era

pequeno nos anos 30 e 40. Nos anos 60, a classe operária cresceu numericamente, elevou seu grau de organização e aumentou o poder de pressão. Daí seu potencial reivindicatório ter aumentado e posto o perigo da “República sindicalista” – isto é, a elite dirigente do Estado perdeu o controle da situação e os trabalhadores sindicalizados passaram a ditar os rumos da política.

Para Campos, no pré-64, a democracia não levou à “disciplina social”, ocorrendo o “atrofiamento das instituições” devido à atuação de “políticos populistas”. O “populismo” de Vargas e Goulart aparecia como um “grande costume” de manipular as massas urbanas, além da ausência do reconhecimento do jogo democrático para a constituição da hegemonia:

(...) se o populismo de Goulart foi o detonador imediato da crise, ela data de mais longe. Vargas havia interrompido ditatorialmente o processo político brasileiro. Nunca teve um programa de coesão social ou uma estratégia coerente de desenvolvimento, mas foi um mestre da política de gangorra – oscilando entre o autoritarismo e o populismo, entre o realismo econômico e o nacionalismo incompetente, entre o conservadorismo rural e o sindicalismo peleguista.<sup>9</sup>

Nota-se que, no entendimento do autor, os “populistas” Vargas e Goulart não possuíam programas definidos e não contribuíram para construir a liberal-democracia. O atrofiamento institucional deu-se pela ausência de um programa coeso, haja vista que o “populista” apenas respondia às demandas num quadro de “política de gangorra”, isto é, sem projeto social, econômico e político.

Teria o “populismo”, entretanto, apenas aspectos negativos para o sistema político? Campos entendia que, “em seu período inicial, o populismo atendeu a problemas urgentes e reais: a incorporação das massas proletárias ao processo político preponderantemente oligárquico, bem como a absurda desigualdade do nível de rendas”.<sup>10</sup> Eis que o autor via elementos positivos no “populismo”, mais especificamente quando atuava na quebra de poder da oligarquia rural, portanto tradicional e, ao mesmo tempo, na afirmação do elemento moderno, ou seja, a sociedade urbana. Realizava a modernização apoiado em elementos sociais urbanos, isto é, a nova elite política dirigente e o proletariado urbano, para afirmar a nova sociabilidade. Seu papel era a transição da sociedade *tradicional*, amplamente rural, para a *moderna*, urbana.

Este processo ocorreu a partir da intervenção do Estado. As massas urbanas passaram a ser elemento importante na constituição de uma base de apoio para uma política antioligárquica. Contudo, uma vez consolidada esta transição da sociedade tradicional para a moderna, a nova elite deveria conduzir o “trabalho de educação política”, de modo

a comprometer os agentes com o sistema político e as “possibilidades do sistema produtivo” instaurado, ou seja, a liberal-democracia e a economia de mercado.

A corrupção de Vargas, no entendimento da posição expressa por Roberto Campos, significava que, após quebrar o poder oligárquico (através da Revolução de 30), não realizou o processo de “educação política das massas”. Ao utilizar o poder do Estado a fim de atender às demandas políticas de setores urbanos sem o consentimento dos empresários, Vargas corrompeu o sistema político visando a manter-se no poder. Assim, realizou reformas sociais que o capitalismo brasileiro “não comportava”.

Segundo Campos, o “populismo” no Brasil permitiu o florescimento da demagogia por parte das elites, na medida em que “o sofrido trabalho de educação política foi prematuramente substituído pela arregimentação política das massas operárias, através de um paternalismo distributivista, desligado das possibilidades do sistema produtivo”.<sup>11</sup>

Transparecia em sua fala que, no processo político ocorrido no Brasil entre 1930 e 64, a elite dirigente não aproveitou a participação das massas para a “educação política”, mas, sim, para incorporá-las a um “jogo de interesses”, revelando a “corrupção”. Os valores positivos da liberal-democracia ficaram, então, obscuros no interior da “política de barganha”.<sup>12</sup>

A responsabilidade pelos males que o país atravessou durante todo o período Vargas até o governo João Goulart era atribuída ao “populismo das elites políticas”. A causa dos problemas sempre seria a desconsideração da “economia aberta” e dos agentes privados por parte dos políticos – daí a “aliança espúria” entre “políticos populistas” e as massas operárias urbanas, pois “o enfoque populista é mais distributivo do que produtivo”.<sup>13</sup> Desta maneira, a corrupção política levada a cabo pelo “populismo” de Vargas e Goulart adviria da utilização do setor político para “aumentar salários” sem o consentimento dos capitalistas. A “corrupção”, portanto, na visão do economista, era usar o sistema político para efetivar propostas diferentes em relação às dos agentes privados. Assim, Vargas e Goulart eram chamados de corruptos por impedir a hegemonia do setor econômico sobre o político.

Roberto Campos ressaltava, ainda, que as práticas dos governos “populistas” fizeram crescer a inflação, atrapalhando o funcionamento da economia, por desconsiderarem a lógica do mercado, ao afirmarem as necessidades populares. Sobre a política social de Getúlio Vargas, o economista considerava que

(...) foi uma forma de populismo moderado e sutil, preocupado mais com o melhoramento do “status” da classe trabalhadora do que com uma efetiva distribuição de renda. No médio e longo prazo, o populismo distributivista tornava-se infenso ao desenvolvimento econômico, redundando em crescente pressão inflacionária, pelo excesso de demanda em relação à capacidade produtiva, e não raro em estagnação econômica, pela incapacidade de investir.<sup>14</sup>

Destarte, segundo o economista, havia uma contradição entre o “populismo” e o desenvolvimento econômico; assim, defendia a idéia de que a prioridade de distribuição de renda feria a lógica de investimentos, além de provocar o processo inflacionário.

No plano das relações internacionais, o “populismo”, de acordo com Campos, atrapalhou o alinhamento do Brasil com as potências líderes do bloco ocidental e a absorção de poupança externa. Em dezembro de 1951, durante seu governo constitucional, Getúlio Vargas pronunciou-se contra “as remessas de lucros das empresas estrangeiras”, questionando os altos lucros e prometendo medidas de contenção das transferências. O ascenso das propostas nacionalistas ocorreu quando João Goulart e a Frente Parlamentar Nacionalista lançaram a lei sobre as remessas de lucros, em 1962. Campos propalava que a subordinação do Brasil à lógica do capital internacional ocorria a fim de alavancar o desenvolvimento econômico a partir das empresas estrangeiras. Além disso, destacava que o “populismo” atrapalharia a chegada de poupança externa para investimentos.

O autor apontava que, no Brasil, a transição da sociedade tradicional, de base rural, para a moderna (urbana) fora levada a cabo pelo Estado, dirigido pela elite – que se apoiou na massa urbana –, mas suas distorções econômicas levaram à crise no governo João Goulart, uma vez que o “resultado do populismo foi quase uniformemente desastroso, uma pressão inflacionária que se agudizou continuamente, coexistindo, inicialmente, com certo grau de desenvolvimento econômico, mas desembocando depois, no período Goulart, num sinistro casamento de inflação com estagnação”.<sup>15</sup>

A partir do trecho acima, podemos observar que, no entendimento do autor, o “populismo”, herança varguista, instaurava uma sociedade com elementos tradicionais e modernos, chegando ao colapso no governo Goulart.

Campos acusava o “populismo” de Vargas e Goulart de inflacionar a economia, uma vez que as reformas sociais ampliariam os gastos do governo e o déficit público. Os aumentos salariais elevariam os custos de produção e a política de “nacionalismo econômico”, por sua vez, dificultava a absorção de poupança externa.

Verifica-se, ainda, que Roberto Campos não ia à essência das causas da inflação no cenário mundial, prendendo-se apenas, de modo isolado, ao caso brasileiro; jamais fazia conexão com a inflação permanente vivenciada no mundo inteiro desde o pós-Segunda Guerra. O grande causador do processo de espiral inflacionária no cenário mundial foi a política adotada pelo sistema monetário internacional segundo a qual, para aumentar a liquidez, a moeda deixava de ter lastro e passava a ser fiduciária, levando à criação contínua de meios de pagamentos adicionais. Isto é, criou-se um sistema que elevava o dólar norte-americano à categoria de moeda ao lado do ouro, possibilitando, assim, a expansão

internacional do crédito, o que gerou inflação. Ao mesmo tempo, o economista expressava acima sua posição pela contenção dos salários, isto é, para combater a inflação, apregoava um argumento de classe – da classe dominante contra o proletariado.

Em relação ao desenvolvimento econômico, os “populismos” eram apresentados como a sobreposição do Estado aos agentes econômicos privados. Este Estado assumia mais do que as funções de racionalização da legalidade jurídica: intervinha na economia através de empresas estatais, no “clima” do “nacionalismo econômico”.

O “populismo” de João Goulart era identificado pela ausência de “racionalidade econômica”, carregada de demagogia das “elites dirigentes”, que eram os ocupantes de altas posições na estrutura política da sociedade e estavam articulados aos sindicatos, viabilizando o acesso direto entre sindicato e poder político. Tal relação era vista negativamente, pois retirava a independência do Poder Executivo e a capacidade de agir de acordo com a racionalidade econômica capitalista; deste modo, “o populismo Janguista criou uma pressão de custos sociais muito superior à suportável pela economia, gerou distorções muito profundas”.<sup>16</sup>

Essas distorções, segundo o economista, ocorreram devido à “política de barganha” entre Goulart, trabalhadores sindicalizados e “as massas rurais”, sobretudo pela pressão no tocante à política salarial, que “premiou os sindicatos mais mobilizáveis politicamente, criando uma espécie de aristocracia do proletariado; as massas rurais foram politicamente excitadas mas economicamente feridas, de um lado pelo congelamento de preços agrícolas e, do outro, pela inflação de preços industriais”.<sup>17</sup>

É importante frisar que os reajustes do salário mínimo ocorridos em 1960, 61 e 63 e nos meses iniciais de 64, mesmo com a crescente mobilização sindical, estiveram abaixo do custo de vida. Mesmo com a inclusão do 13º salário, instituído em 1962, a média mensal do salário mínimo neste ano e nos posteriores situou-se abaixo das registradas em 1961 ou 1959. Com o intuito de se defenderem, os trabalhadores atuaram no sentido de centralizar as negociações salariais e exigiram, durante o governo Goulart, a legalização da Central Sindical para viabilizar suas propostas, porém, não foram atendidos. Assim, na realidade, assistiu-se em 1962/63 aos trabalhadores questionando o Plano Trienal de Goulart – deste modo, não se pode afirmar a existência de uma “aliança” entre aquele presidente e o proletariado.

Os propósitos dos “populistas” para o Brasil eram demonstrados como incompatíveis com as bases da realidade produtiva, pois formariam um “estado assistencial prematuro”, ou seja, “a despreocupação com a produtividade, na fixação de salários, a busca de benefícios sociais excessivos para a débil capacidade financeira da nação, como a aposentadoria de pessoas jovens e válidas, o encurtamento do horário de trabalho e a garantia de estabilidade independentemente da eficiência no emprego”.<sup>18</sup>

Eis a questão central na conceituação de “populismo” em Vargas e Goulart, para Roberto Campos: a realidade brasileira não comportaria reformas sociais e econômicas em benefício dos setores populares. A situação de desigualdade seria uma precondição para o desenvolvimento econômico, uma vez que favorecia a acumulação de capital e seu rearranjo para um novo ciclo.

O “populismo” em Juscelino Kubitschek, segundo o economista, ocorreu a partir da “reconstrução da coalizão populista PSD-PTB”, que havia apoiado Vargas em seu governo constitucional. Contudo, lançou-se à “tarefa de balanceamento entre os interesses conservadores do PSD e o trabalhismo populista do PTB”.<sup>19</sup> A prevalência do “populismo” no final do governo JK configurou-se em “seu aventureirismo financeiro, sua propensão a deslocar a culpa para inimigos externos, sua capacidade, quando isso lhe dava rendimento político, de converter o leite da ternura humana numa intoxicação mercurial de ciúme do poder”.<sup>20</sup>

Durante o governo de JK, Campos ocupou a presidência do BNDE e elaborou o Plano de Metas e o Plano de Estabilização Monetária, juntamente com Lucas Lopes. Segundo o economista, colhendo a popularidade de uma política desenvolvimentista do Plano de Metas, Juscelino recusou a “impopularidade transitória” em busca da estabilização da economia, exigida pelo acordo com o FMI após o esgotamento do desenvolvimentismo com inflação. Nesse momento, a linha “populista” da aliança ganhou a adesão do presidente, que se lançou num “conflito com o Fundo Monetário Internacional, de modo que foi à praça pública para denunciar como imposição antidesenvolvimentista o que era um convite à austeridade”.<sup>21</sup>

O fato comentado acima foi o rompimento, em 1959, das negociações do governo com o FMI, circunstância que foi seguida pela manifestação popular dirigida pelos nacionalistas e antiimperialistas. Campos via com apreensão que, ante as dificuldades internas, Kubitschek optaria pela solução “populista tradicional” de descomprometimento com a iniciativa privada nacional e internacional.

Dessa forma, a “solução populista” de JK inviabilizava a possibilidade de políticas “macroeconômicas racionais”, segundo a perspectiva do nosso autor, estabelecendo um cenário de “crescimento inflacionário” e “nacionalismo econômico” instaurado por contingências políticas num momento de crise do governo. Assim, em linhas gerais, a política de Kubitschek atrapalharia a economia.

Jânio Quadros também não escapou ao “populismo”, de acordo com nosso intelectual, muito embora tivesse uma política econômica interna próxima à ortodoxia, com o controle dos gastos públicos. No entanto, centrava a política em sua figura “carismática”,

na relação direta com o povo, levando à corrupção da liberal-democracia. O ápice deste processo teria sido a renúncia à presidência da República, pois, com o claro objetivo de instaurar uma ditadura no país,

(...) havia contado com a repulsa militar a Jango [vice-presidente que, constitucionalmente, deveria assumir a Presidência], e esperava que Denys, Heck e Grün Moss [ministros militares] organizassem uma junta militar e realizassem um levante, após o qual ele seria chamado para que pudesse assumir de novo o governo, aí já com poderes discricionários para alterar a Constituição.<sup>22</sup>

Diferentemente de JK, Campos enxergava em Quadros maior comprometimento com a estabilidade monetária. No entanto, a “política externa independente” do governo janista, a partir da visita ao Egito e das críticas ao patrocínio norte-americano à invasão da Baía dos Porcos (Cuba), revelava falta de coerência programática na política interna e externa, isto é, constituía um constante ato de “equilibrismo político”.

Na visão de Campos, o “populismo” na fase janista era a supervalorização da “relação carismática” que desfavorecia a disciplina partidária, haja vista que Jânio, embora apoiado pela UDN, não respeitava a coalizão de seu governo, isto é, governava sem um projeto, mas com uma tentativa de manipulação golpista. Não educava as massas ao não instituir partidos, o que inviabilizava a construção de um programa. Suas ações políticas geraram crises que repercutiram negativamente na economia.

Percebe-se, então, que, no entender de Campos, o fato determinante da crise econômica e social eram as ações “populistas”. Isto é, o “populista” fazia a negação da economia de mercado como a expressão da racionalidade e usava o político – atrofiado pelas pressões – para efetivar seus propósitos. Contudo, a esfera política influenciada pelo “populismo” tornava-se o “espaço da irracionalidade” ao levar em conta as pressões das massas, revelando-se parcial.

Quanto à política externa, segundo Campos, para além da hegemonia dos Estados Unidos, restava apenas o “populismo”. Entretanto, desconsiderava todo o trabalho da diplomacia brasileira nos governos de Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart em explorar a margem de flexibilidade deixada pelo impasse entre as grandes potências dos blocos capitalista e socialista, no período da “guerra fria”.

“Populismo”: a incompletude do liberalismo?

Segundo o historiador Jorge Ferreira,<sup>23</sup> o primeiro autor que falou em populismo referindo-se à política brasileira foi o historiador norte-americano Karl Loewenstein, na obra *Brazil under Vargas* (1942), defendendo a idéia de que a propaganda política estatal conseguia “manipular os trabalhadores” para apoiar Getúlio Vargas. Na década de 1950, no entanto, o termo “populismo” era muito utilizado e, geralmente, aparecia na imprensa antivarguista, para atacar seu governo e sua figura.

Antonio Rago Filho comenta que um dos primeiros a utilizar o conceito de “populismo” na sociologia, no Brasil, foi o intelectual isebiano Guerreiro Ramos, na obra *A crise de poder no Brasil* (1961), qualificando-o como um novo fenômeno político pós-Estado Novo.<sup>24</sup>

Na academia, no final dos anos 50, o conceito de “populismo” se viu nutrido pelos sociólogos da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), no Chile, a partir dos estudos de Gino Germani e Torcuato di Tella, marcados por conciliar os preceitos da “sociologia da modernização”, em ressaltar a sociedade latino-americana como uma transição entre a sociedade tradicional – isto é, rural, com restrita participação política – e a moderna, com economia de mercado e ampla participação. Isto tudo somado, ainda, às análises políticas centradas na relação “elite-massa”.

A América Latina não seguiu os padrões clássicos da liberal-democracia européia e, segundo Gino Germani,<sup>25</sup> criou-se uma estrutura política incompleta. A explosão demográfica e as aspirações participativas das “massas populares”, para Torcuato di Tella,<sup>26</sup> forçaram a alteração do sistema político. Assim, o fenômeno político era dimensionado num período de transição de uma ordem agrária, oligárquica e tradicional, para uma outra, moderna, industrial e liberal-democrática.

Roberto Campos dizia que o “populismo” de Vargas e Goulart sobrepôs o Estado aos agentes privados, “atrofiou e corrompeu” o sistema político pelo mecanismo de “manipulação de massas”, gerando elevação da inflação através do crescimento dos gastos públicos e aumentos salariais.

As diferenças entre Vargas e Goulart devem-se ao fato de que o primeiro modernizou a estrutura política e econômica, ao romper com o poder oligárquico, mas degenerou e corrompeu o sistema político, ao não realizar o comprometimento das massas urbanas com a liberal-democracia e a economia de mercado. O segundo teria revelado o perigo da “República sindicalista”, ou seja, o descontrole do Estado sobre os trabalhadores urbanos sindicalizados, não comprometidos com o liberalismo. Daí o apoio aos militares golpistas no combate ao “populismo” antiliberal.

Por meio do “populismo”, atribuiu-se a Vargas e a Goulart o descompromisso com a economia capitalista, por atenderem a reivindicações populares e se contraporem ao imperialismo econômico. Tentou-se, também, descaracterizar os projetos sociais em luta, as reformas democráticas assentadas numa plataforma econômica nacional e popular, que o trabalhismo de massas inscrevia na realidade nacional (via defesa da integração das massas ao mercado interno, o que se chocava com o grande capital estrangeiro e as várias frações associadas).

Campos ampliou o conceito de “populismo” aos setores não vinculados à “racionalidade produtivista” do capital nacional e internacional, mesmo distante do trabalhismo de massas.

Em relação a Kubitschek, criticou o não comprometimento com a estabilização financeira em prol da popularidade política, ao romper acordo com o FMI, tratando-se portanto, de uma crise política que passava à economia. Já o “populismo” de Quadros teria se manifestado na ausência de esforços na construção de apoio partidário, “supervalorização carismática”, “política externa independente” e na tentativa golpista.

Os presidentes Jânio e Juscelino não propunham a plataforma nacional e popular do trabalhismo, mas foram acusados de praticarem “soluções populistas” ao abandonarem as propostas programáticas de condução da política internacional alinhada com os interesses dos Estados Unidos, além de descumprirem os programas de estabilização da economia com base no combate à inflação, que traziam desvantagens aos acordos políticos.

Ao amarrar personagens tão distintos no “populismo”, podemos perceber a fragilidade do próprio conceito. O “populismo” não é uma realidade, mas um construto ideal no universo teórico do capital, uma vez que localiza a crise sempre na esfera do político.

Roberto Campos e os liberais conservadores valeram-se da teoria do “populismo” nas disputas políticas do pré-64, com o intuito de nomear propostas que confrontavam os seus interesses. Assim, quando as massas tentaram imprimir suas reivindicações à política, através de mobilizações, foram adjetivadas de “populistas”. Este posicionamento, portanto, revelou a defesa do liberalismo na economia e a democracia restrita na política, legitimadora do sistema econômico.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

## Notas

\* Texto parcial de nossa dissertação de mestrado, intitulada *No governo de entressafra: a práxis de Roberto de Oliveira Campos no governo de Castelo Branco (1964-1967)*, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Rago Filho (PUC-SP), com apoio do CNPq.

\*\* Doutorando em História pelo Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP, com bolsa da Capes.

<sup>1</sup> Compartilhamos, aqui, a concepção de Gramsci, segundo a qual “não há organização sem intelectuais (...). Os intelectuais são organizadores da vida social na medida em que são partido dirigente de uma massa ativa”. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* v. 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000, p. 21.

<sup>2</sup> Segundo István Mészáros, “o que determina a natureza da ideologia é o imperativo de se tornar praticamente consciente do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de resolvê-lo através da luta”. MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. São Paulo, Ensaio, 1996, p. 23.

<sup>3</sup> GRAMSCI, op. cit., p. 18.

<sup>4</sup> Id., p. 15.

<sup>5</sup> Para uma análise crítica do conceito de populismo, ver RAGO FILHO, A. *Os gestores do capital atrofico*. Tese de doutorado em História Social apresentada à PUC-SP, pp. 46-66; COTRIM, L. A crítica do populismo: elementos para uma problematização. *Revista PUCViva*. São Paulo, n. 8, ano 2, pp. 35-45, mar./abr. 2000; FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

<sup>6</sup> CAMPOS, R. O. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro, Topbook, 1994, p. 568.

<sup>7</sup> Id., p. 849.

<sup>8</sup> Id. *Antologia do bom senso*. Rio de Janeiro, Topbook, 1998, p. 86.

<sup>9</sup> Id. *Ensaio contra a maré*. 2 ed., Rio de Janeiro, Apec, 1969, p. 22.

<sup>10</sup> Id., *ibid.*, p. 227.

<sup>11</sup> Id., *ibid.*

<sup>12</sup> É interessante observar que, em tese de doutorado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, a historiadora Maria Angélica Borges encontrou o mesmo argumento no economista Eugênio Gudín: “o caudilhismo” de Vargas e Jango teria desfavorecido a “educação cívica do povo”. BORGES, M. A. *Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo, Educ, 1996, p. 217.

<sup>13</sup> CAMPOS, R. O. *Ensaio contra a maré*, op. cit., p. 200.

<sup>14</sup> CAMPOS, R. O. e SIMONSEN, M. H. *A nova política econômica*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975, p. 234.

<sup>15</sup> CAMPOS, R. O. *Ensaio contra a maré*, op. cit., p. 227.

<sup>16</sup> Id., *ibid.*, p. 220.

<sup>17</sup> Id., *ibid.*, p. 22.

<sup>18</sup> Id. *A moeda, o governo e o tempo*. Rio de Janeiro, Apec, 1964, p. 124.

<sup>19</sup> Id. *A lanterna na popa*, op. cit., p. 294.

<sup>20</sup> Id., *ibid.*, p. 376.

<sup>21</sup> Id. *A moeda, o governo e o tempo*, op. cit., p. 74.

<sup>22</sup> Id. *A lanterna na popa*, op. cit., 1994, p. 433.

<sup>23</sup> FERREIRA, J. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, J. (org.). *Populismo e sua história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 111.

<sup>24</sup> RAGO FILHO, op. cit., p. 50.

<sup>25</sup> GERMANI, G. *Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo, Mestre Jou, 1973.

<sup>26</sup> TELLA, T. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

**A REPRESSÃO EXTRANACIONAL NA DITADURA MILITAR  
BRASILEIRA: A VIGILÂNCIA DO DEOPS PAULISTA  
SOBRE O CHILE (1970-1973)**

Deborah Estri Motta\*

*Havia o quadro geral do avanço do comunismo no mundo e na América no Sul. Se nós moramos na mesma rua e há uma onda de banditismo, muitos bandidos tentando roubar, assaltar, pegar filho da gente, o que a gente faz? A gente se une. Os vizinhos vão se reunir e tomar algumas medidas para ajudar. O que aconteceu foi isso. E foi mais no trabalho de inteligência, troca de informações. Pode ter havido alguma coisa em outro campo, mas foi exclusivamente no da informação, para trocar as figurinhas, para saber onde andava o sujeito, o outro, aquele...<sup>1</sup>*

Em meados dos anos 70, parte da América Latina vivia o momento de consolidação de regimes militares que se espalharam por todo o Cone Sul. O que havia em comum entre estes regimes era a aplicação de políticas autoritárias e o uso desmedido da violência como condição necessária para a tomada de medidas que assegurassem a manutenção da segurança interna. Paradoxalmente, para tal afiançamento, esses mesmos países se viam na incumbência de estabelecer uma articulação entre seus órgãos repressivos, com o objetivo de criar um território “sem fronteiras” no Cone Sul. Facilitava-se, assim, o trânsito necessário para a eliminação de tudo que se configurasse como inimigo da ordem política estabelecida pelos militares. Ou seja, se havia inimigos comuns, a ação também deveria ser conjunta. A esta articulação os militares denominaram *Operação Condor*.

A Operação Condor estava destinada a monitorar o movimento de militantes políticos considerados subversivos. Há claros indícios de que a Operação Condor envolveu os órgãos de inteligência e informações do Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Bolívia.

A coordenação da Operação cabia aos órgãos de inteligência chilenos, que serviam como uma espécie de “base de informações”, estabelecendo contato direto com a CIA e repassando suas diretrizes aos demais países. Apesar de realidades distintas, há indícios de

que autoridades militares brasileiras e chilenas praticavam a troca de informações, intercâmbio que pôde levar à participação do Brasil na Operação Condor, já que o Chile era o país que encabeçava as diretrizes para suas ações.

A Operação Condor era chefiada pessoalmente pelo general do Exército do Chile, Manuel Contreras Sepúlveda, diretor da Direção de Inteligência Nacional (Dina). A iniciativa de formalizar a ação conjunta de países do Cone Sul pôde ser evidenciada no informe publicado no *site* da *Comissão de Verdade e Reconciliação do Chile*, que revela o pioneirismo por parte dos órgãos repressivos chilenos.

*La Dina también buscó y logró establecer formas de coordinación con otros organismos y grupos en el exterior, tanto con servicios, con similares funciones de seguridad interior en sus respectivos países, como con grupos políticos que podían prestarle utilidad en términos generales o para operaciones específicas.*

Quando se fala em “estabelecer formas de coordenação”, podemos nos remeter a uma reunião realizada em fevereiro de 1974, que tinha como intenção primordial instituir os fundamentos do programa da “Primeira Reunión de Trabajo de Inteligência Nacional” chefiada por Contreras (nesta época, já no cargo de general ou, como muitos o nomeavam, “delegado pessoal de Pinochet”).

O posicionamento inicial dos militares brasileiros pode ser conferido pelo que relatou ao embaixador americano em Buenos Aires o chefe da Polícia Federal argentina, o comissário Margaride:<sup>2</sup> “o Brasil foi o único a não enviar representantes, apresentando como desculpas o fato de a reunião ter ocorrido durante o Carnaval...”.

A iniciativa de reunir chefes militares de outros países foi apenas uma tentativa de centralizar e organizar cada vez mais as comunidades de informações. As autoridades chilenas viam-se incumbidas deste feito. Um dos objetivos destas comunidades era a troca sistemática de informações sobre personagens considerados “inimigos” da segurança nacional.

A resposta dada pelos militares brasileiros ao convite chileno nunca foi muito clara, ou seja, a participação efetiva do Brasil na Operação Condor nunca pôde ser substancialmente evidenciada, e isto por inúmeros motivos, entre os quais vale destacar alguns. No período de auge da Operação Condor (1974-80), o regime militar brasileiro já havia iniciado, sob o governo Geisel, a chamada “lenta, gradativa e segura distensão”. O Exército brasileiro também já havia realizado, em 1973, a terceira intervenção no Araguaia e já no final deste mesmo ano a guerrilha já havia deixado de existir no Brasil como força organizada.

Nossa pesquisa vem analisando uma parte desta ação conjunta. Delimitou-se sua investigação às relações entre os serviços de inteligência no Brasil e Chile a partir das ativi-

dades do Departamento de Ordem Política e Social (Deops) do Estado de São Paulo, no período de auge da repressão – não coincidentemente, momento em que esta instituição passou a ser organizada basicamente através da hierarquia militar, gozando de uma incomum autonomia, que lhe permitia se remeter a outras instâncias que também se caracterizam como objetos de análise deste trabalho.

Um dos objetivos da análise desta troca sistemática de informações entre as polícias políticas do Brasil e do Chile no período entre 1970 e 1983 é investigar como se deram tais relações e até que ponto elas evidenciam a participação destas polícias na chamada Operação Condor.

A troca de informações entre Brasil e Chile implicava desde o envio de materiais das organizações de esquerda (periódicos, panfletos, manifestos, etc.) até o acompanhamento diário, por parte dos agentes do Deops, de jornais nacionais que tratavam da presença de chilenos no país e notas em periódicos que noticiavam algo sobre a situação política do Brasil ou de brasileiros exilados. Há um maior acúmulo de informações nos aniversários do golpe militar chileno, mostrando que havia uma preocupação, por parte dos agentes de informações do Deops, de monitorar qualquer tipo de manifestação em homenagem à morte de Salvador Allende ou manifestações de repúdio ao governo Pinochet por parte de brasileiros ligados a grupos políticos ou de membros da comunidade chilena no Brasil. Este acúmulo de informações serve para o embasamento de inúmeras atividades do Deops: desde a informação preventiva (de caráter apenas informativo) até aquelas que registram atuações conjuntas entre as polícias políticas de ambos os países.

Detectar que as atividades do Deops extrapolam sua área de atuação nos leva a começar a pensar algumas questões sobre as mudanças de suas funções, no que diz respeito à sua inserção no aparato repressivo brasileiro durante o regime militar. Procuramos entender ou, pelo menos, apontar alguns indícios que ajudem a compreender como um determinado órgão policial, responsável estritamente pela segurança estadual, comunica-se e interage com esferas internacionais. Claro que esta análise não faz sentido sem levar em conta o contexto de sua produção.

Em 1924, a estrutura do serviço policial em São Paulo passou por uma reorganização, com a criação de delegacias cada vez mais especializadas. Nesta reorganização, entre outras, foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social.<sup>3</sup> A criação desta delegacia pode ser interpretada como resposta às grandes movimentações políticas eclodidas em todo o país, como as rebeliões tenentistas, o desenvolvimento das atividades do Partido Comunista, criado em 1922, e os movimentos operários com forte influência anarquista.

A primeira mudança significativa ocorreu em 1940,<sup>4</sup> quando se ampliou a Delegacia de Ordem Política e Social para Superintendência de Segurança Política e Social do Esta-

do de São Paulo, que passava a contar com 409 efetivos. Desde sua criação, a Deops veio sistematicamente desdobrando suas atividades, no sentido de cada vez mais especializar seus mecanismos de coerção das atividades políticas e sociais consideradas suspeitas ou perigosas. Por exemplo, com a participação do Brasil na Segunda Guerra, era notória a investida contra alemães, japoneses e italianos residentes em São Paulo.

A segunda grande mudança é a que mais interessa para o entendimento da autonomia delegada ao Deops durante o regime militar. A única reorganização sofrida pelo Deops durante o governo militar ocorreu em 1975, quando se reorientaram as diretrizes para suas atividades. Especificamente sobre as finalidades e a estrutura do Órgão, caberia a este “exercer, de forma residual, os serviços policiais de competência federal” e “executar convênios realizados com quaisquer órgãos da União na esfera de sua especialização”.<sup>5</sup>

Nota-se que estas diretrizes colocadas em lei objetivavam sistematizar uma atividade que já vinha ocupando boa parcela das funções que as Deops desempenhavam desde o final da década de 60, ou seja, o combate aos grupos clandestinos de esquerda – mas, neste momento, com uma característica singular: a ampliação considerável da abrangência de suas atividades. A lei, agora, outorgava-lhe a prerrogativa de realizar qualquer tipo de articulação com órgãos federais, desde que ambos se configurassem na mesma seara (neste caso, especificamente o combate ao crime político). Configurava-se no serviço policial um fenômeno que já vinha acontecendo em quase todas as instituições estatais, a militarização de suas funções. Não foi à-toa que, durante o regime militar, geralmente quem ocupava o cargo de Secretário da Segurança Pública era um militar. Possivelmente, não há outro momento da história republicana brasileira em que o casamento entre política e polícia estivesse tão claramente consolidado pela hoste militar.

A segurança pública era prioridade absoluta e o Deops-SP já vinha, desde pelo menos a década de 40, especializando cada vez mais suas atividades, no que se referia a crime político e social – e os serviços de informações militares souberam como aproveitar esta competência. O que ocorre é que o Deops-SP passou a ser o mais eficiente de todos os estados: geralmente, era-lhe concedido um respaldo muito grande para que desenvolvesse suas atividades. Diante de “excessos”, não havia uma maior preocupação em reportar-se a outras instâncias judiciárias, para maiores justificativas. Um exemplo clássico desta autonomia foi a criação de esquadrões da morte comandados pelo delegado Fleury. Quando se tornaram públicos os abusos e o uso deliberado da violência, houve um esforço do Poder Judiciário para apurar os crimes cometidos pelos esquadrões, mas nada pôde ser efetivamente averiguado.<sup>6</sup>

Tudo isso explica, em parte, a atenção despendida por parte do Deops aos acontecimentos do Chile; impressiona o acúmulo de informações relativas a brasileiros exilados no

Chile e a suas atividades durante o governo de Salvador Allende e no pós-golpe, inclusive uma preocupação em tomar ciência do paradeiro destes exilados.

Estudar este período da história do Brasil é se deparar com o caráter ambíguo que o governo militar apresentava, que se configurava nas inúmeras esferas em que interferia –no serviço policial não poderia ser diferente. É mais do que claro que se trata de um período de política arbitrária e que terrorismo de Estado era deliberadamente praticado. Porém, coube ao regime militar manter o bipartidarismo e a concessão de *habeas corpus*, dando a impressão de que não se tratava de um regime essencialmente autoritário. O que acontece é que instituições civis mantiveram-se abertas, mas severamente controladas pelos grupos militares.

Dentro do contexto da América Latina, o Brasil e o Chile se enquadravam entre aqueles países que estavam vulneráveis a uma “revolução comunista”. Havia um receio de que a Revolução Cubana servisse de modelo e inspiração aos grupos armados de esquerda, mesmo que isto se prestasse muito mais a argumento e justificativa para as atividades dos regimes militares do que representasse verdadeiramente uma possibilidade concreta. Na verdade, os golpes militares na América Latina foram uma resposta a qualquer espécie de tentativa de consolidação da democracia e um afastamento agressivo da possibilidade de que os trabalhadores fizessem parte da cena política.

O viés comparativo entre os governos militares do Brasil e do Chile é priorizado para o entendimento de como suas polícias políticas praticavam a troca de informações, e até que ponto esta troca norteava as ações destes grupos, no que diz respeito ao monitoramento e repressão de chilenos presentes em território brasileiro e brasileiros no Chile. Dá-se atenção, principalmente, ao período em que as forças armadas chilenas assumiram o poder e iniciaram uma busca pelos elementos considerados “subversivos da revolução”. É importante ressaltar que, no momento do golpe militar no Chile, havia uma expressiva quantidade de brasileiros ali exilados.

Os elementos comuns e divergentes entre estas duas realidades são fundamentais para a compreensão de sua inserção no contexto de bipolarização das relações internacionais, demarcadas pela guerra fria. Ou seja, uma das intenções deste trabalho é compreender como Brasil e Chile, realidades distintas, colocaram-se ante uma mesma preocupação: a manutenção da segurança nacional diante do perigo do comunismo e como em determinados momentos se alinharam na tentativa de juntar esforços para o banimento deste perigo.

Todos estes elementos reforçam a necessidade de analisar mais cuidadosamente até que ponto o sistema repressivo do regime militar brasileiro influenciou a repressão no pós-golpe chileno.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

## Notas

\* Mestranda pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

<sup>1</sup> Trecho de entrevista do coronel da reserva Aroldo José Machado da Veiga. Disponível no *site* <<http://www.anoticia.com.br>>. Segundo o *site*, Veiga frequentou curso de inteligência no Exército dos Estados Unidos (Fort Holabird, Maryland), dedicando-se ao ramo no Brasil. Foi condecorado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua participação no Batalhão de Suez (Egito). Atualmente, dirige o Grupo Catarina.

<sup>2</sup> *Folha de S. Paulo*, 22 ago. 2002.

<sup>3</sup> A partir desta reorganização (estabelecida pela Lei 2.034), as delegacias passavam a ser distribuídas da seguinte forma: Delegacia de Segurança Pessoal, Delegacia de Ordem Política e Social, Delegacia de Investigação de Furtos e Roubos, Delegacia de Vigilância Geral e Capturas, Delegacia de Investigações de Falsificação em Geral, Delegacia de Fiscalização de Costumes e Jogos e Delegacia de Técnica Policial.

<sup>4</sup> Decreto Estadual 11.782.

<sup>5</sup> Incisos IV e V do 1º Artigo do Decreto Estadual 6.836.

<sup>6</sup> SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*. Rio de Janeiro, Globo, 2000.

## **1964: OS IMPACTOS DO GOLPE MILITAR NA CARREIRA ACADÊMICA E ARTÍSTICA DO ARQUITETO VILANOVA ARTIGAS**

Patrícia Sadaike\*

Certamente, o Brasil tem sido o berço de ilustres arquitetos modernos, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, ambos notórios por desenvolverem grandes obras no Brasil e no mundo. Ressaltamos ainda a importância de outros nomes na arquitetura brasileira, como Lina Bo Bardi, Oswaldo Bratke, Rino Levi e Vilanova Artigas, que contribuíram para o desenvolvimento dessa arte no país.

Alguns arquitetos também desempenharam um papel significativo no ativismo político, como Niemeyer e Vilanova Artigas, militantes convictos do Partido Comunista Brasileiro, o Partidão. Foram militantes de um partido que viveu anos na clandestinidade e, por conseguinte, participaram de inúmeros debates e polêmicas no interior do PCB.

Nesta pesquisa, centramos nossos estudos na atuação política e artística do arquiteto João Batista Vilanova Artigas, comunista determinado, independentemente de sua filiação partidária ou não, que gerou polêmicas e discussões no partido, na universidade e no escritório de arquitetura.

Parte das indicações acima serão trabalhadas na pesquisa de mestrado focando a atuação política de Artigas a partir do golpe de 1964 e as conseqüências da ditadura militar na sua carreira como docente da FAU-USP e como arquiteto.

As fontes e as documentações acerca da ditadura militar brasileira são fartas, mas os registros sobre a relação entre Artigas, arquitetura moderna e ditadura nem sempre são muito expressivos. Nos últimos anos, foram publicados alguns trabalhos sobre o arquiteto, mas ainda são poucos em relação a sua importância para a arquitetura moderna brasileira. Para este trabalho, contamos com a colaboração da Biblioteca da FAU-USP e das publicações da Fundação Vilanova Artigas.

Dentre essas questões, esclarecemos aos leitores que a presente pesquisa não é apenas uma biografia, mas sim a análise do pensamento político, das ideologias e da criativi-

dade de Vilanova Artigas, que teve uma trajetória de vida singular, pois conciliou a política com a poética das formas na arquitetura. Com uma aguçada crítica e sobretudo uma autocrítica no modo de conceber a arquitetura moderna, concentrou-se em realizar obras versáteis e que pudessem atender às necessidades humanas.

### *A intelectualidade silenciada pelo golpe*

Militares, tanques de guerra e manifestantes: esses eram os personagens que compunham o cenário das principais cidades brasileiras no ano de 1964. Em pouco tempo, os militares tomaram o poder e, antes mesmo do general Humberto de Alencar Castelo Branco assumir a presidência, foi decretado, em 9 de abril de 1964, o primeiro Ato Institucional, que deveria ser o único. Para os gestores da ditadura, o Ato Institucional era a fórmula para assegurar plenos poderes ao presidente e reestruturar o país via Poder Executivo, com o intuito de “restaurar” a democracia livre da corrupção e do comunismo. A instauração do AI-1 aposentou funcionários públicos, cassou mandatos e suspendeu direitos políticos por dez anos.

Nesse momento, a instabilidade política ameaçava também as instituições de ensino. As universidades brasileiras tornaram-se as maiores exportadoras de intelectuais e cientistas do país. A Universidade de São Paulo (USP), assim como a Universidade de Brasília (UNB), ambas foram consideradas os maiores focos de concentração de subversivos. Para os militares, as demissões e as aposentadorias compulsórias resolveriam o problema da subversão, ou seja, era preciso institucionalizar o controle ideológico no meio acadêmico.

Na Universidade de São Paulo, o reitor Gama e Silva, professor da tradicional Faculdade de Direito, era considerado um dos maiores apoiadores do golpe militar e instituiu uma forte ação repressiva no interior da universidade.

(...) Muito mais grave, do ponto de vista da integridade da instituição, foi o estabelecimento, pelo Reitor, de um mecanismo interno de “caça às bruxas”, reunindo, na própria Universidade, um grupo que buscava, na ligação direta com os órgãos de segurança, realizar um expurgo pautado sobre critérios pessoais de “pureza revolucionária” e feito sob medida para permitir aos setores conservadores o monopólio do poder na USP. Com efeito, o Reitor Gama e Silva nomeou uma comissão especial para investigar atividades “subversivas” na USP, formada pelos professores Moacyr Amaral dos Santos, da Faculdade de Direito, Jerônimo Geraldo de Campos Freire, da Faculdade de Medicina e Theodoreto I. de Arruda Souto, da Escola Politécnica. Esses representantes das “grandes escolas” eram todos elementos de confiança do Reitor.<sup>1</sup>

O próprio reitor promoveu o terrorismo na USP e, num primeiro momento, afastou da instituição cerca de 52 pessoas, entre professores, funcionários e alunos. A justificativa para a adoção da medida era o de afastar as infiltrações de idéias marxistas e subversivas da universidade.

O arquiteto e professor da FAU-USP, João Batista Vilanova Artigas, foi um dos primeiros a integrar a lista de docentes afastados em 1964. Inicialmente, a acusação atribuída a Artigas foi de ser responsável pela implementação no curso de arquitetura, com disciplinas voltadas à arte e à estética. Vale ressaltar que, nos anos 60, a FAU passava por um momento de reforma curricular e toda a discussão em torno da nova proposta de ensino era realizada por meio do Fórum, uma assembléia anual que reunia professores e alunos para discutir o processo de formação dos arquitetos, a avaliação das práticas pedagógicas e a revisão do plano de ensino da faculdade. Engajado na reforma, o professor Artigas não era bem visto entre alguns colegas da universidade, e, além disso, ser ativista político do Partido Comunista Brasileiro intrigava ainda mais a academia.

Passados alguns meses do golpe, foi criado, em junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI), idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva, com o objetivo captar informações para combater a subversão que se alastrava pelo Brasil. A espionagem e as ameaças eram alguns dos métodos utilizados pelos agentes do SNI. Suspeito de subversão, Artigas e sua família passaram a ser vigiados. Assim demonstra o relato da historiadora Rosa Artigas, filha do arquiteto.

(...) um casal de investigadores que fingiam namorar dentro de um Volkswagen azul escuro passou a vigiar a casa da família. Revezavam, à noite, com um agente gordo que vinha em outro carro verde. O “material subversivo” – jornais, ilustrações e gravuras de Virgínia, cartazes, papéis, correspondência – foi jogado num poço desativado, no jardim dos fundos da Casinha. Os livros “suspeitos” iam sendo retirados embaixo do tapete da perua DKW, aos poucos, quando Virgínia passou a levar os filhos para escola. Em Santo Amaro, na porta do colégio, os livros eram retirados por uma mãe de santo, indicada por uma amiga. Pela solidariedade dessa mulher, quase desconhecida, foi possível preservar boa parte da biblioteca de Artigas.<sup>2</sup>

O fato de Vilanova Artigas ser militante do PCB contribuiu para acelerar o decreto da sua prisão e ele permaneceu doze dias detido. Em outubro do mesmo ano, Artigas é novamente indiciado pela junta militar, que decretou a prisão preventiva do arquiteto. Seu nome estaria em uma das cadernetas<sup>3</sup> de Luiz Carlos Prestes apreendidas pela polícia em 9 de abril de 1964. A investigação desse documento durou seis meses e cerca de 74 membros do partido foram convocados para responder ao inquérito. Dessa vez, Artigas deixou o país e decidiu exilar-se com a família no Uruguai, permaneceu em Montevideú por

alguns meses. Mesmo no exílio, o professor Artigas é escolhido paraninfo dos formandos da FAU em 1964. Enviou o discurso aos estudantes e nas entrelinhas manifestou sua indignação quanto aos problemas políticos que assolavam o país.

Entretanto, hoje, o Brasil expulsa os seus quadros de pesquisa e de ensino, condena-os pela audácia revelada de terem desfrutado a liberdade de que dispunham na troca de idéias sobre os destinos da pátria. Se conquistamos, como creio, com a ação que temos desenvolvido, o direito de influir nos destinos da nacionalidade, cabe-nos resguardar esta conquista, envidando todos os esforços para assegurar a irreversibilidade dos caminhos já palmilhados e restabelecer o clima de liberdade que nos permitiu dar os passos que temos dado. (...) Estudantes de ontem e arquitetos de hoje, tendes tradições de patriotas. Não haveis de desfalecer, isolados, das duras lutas que trava nosso povo para construir uma pátria livre e independente. Construireis os monumentos que comemorarão a sua vitória.<sup>4</sup>

Ao retornar ao Brasil, Artigas permaneceu na clandestinidade até que o *habeas corpus* permitisse responder ao processo em liberdade. Sua atuação no escritório e as atividades acadêmicas foram paralisadas temporariamente. Enquanto aguardava o processo, contou com a solidariedade de amigos, do Grêmio da FAU e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Arquitetura do Mackenzie, que promoveram um abaixo-assinado solicitando a sua absolvição. O exercício do magistério foi reiniciado em 1967.

A militância política de Artigas também estava conturbada, visto que, após o golpe, o PCB foi fortemente atingido, tendo muitos de seus militantes presos. O partido se recompôs e definiu uma linha de ação antiditatorial centrada em ações políticas que deveriam envolver as massas. Outra questão preocupante eram os debates ideológicos no interior do partido, que o tornava cada vez mais frágil. Havia dois segmentos: aqueles que apoiavam Prestes, avesso a uma ação efetivamente violenta, e aqueles que seguiam os ideais de Carlos Marighella, defendendo a luta armada em busca do caminho revolucionário. Este confronto custou ao PCB a perda de importantes dirigentes, entre eles, Carlos Marighella, Jover Telles, Mário Alves de Souza Vieira, Joaquim Câmara Ferreira, Miguel Batista, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender.

Em 1967, Marighella foi expulso do PCB e fundou a Ação Libertadora Nacional (ALN). Seguiram com ele os arquitetos e professores da FAU, Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre. Vilanova Artigas não concordava com a guerrilha e se manteve em favor a Prestes, permanecendo no Partidão.

O conflito político entre Artigas, Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império<sup>5</sup> estendeu-se na academia, principalmente na discussão sobre o desenvolvimento da arquitetura moderna. O debate intensificou-se no Fórum de 1968, realizado na própria FAU; nessa assembléia houve o confronto, de um lado Artigas, que propunha uma arquitetura

com um caráter desenvolvimentista, associado às novas tecnologias, e, do outro lado, o grupo da Arquitetura Nova, que criticava o mestre, pois a arquitetura moderna não poderia evoluir se os canteiros de obras mantivessem a intensa desvalorização e exploração da mão de obra civil. O racha ideológico radicalizou-se na faculdade e no partido.

Vi rapazes, em 68, tentarem seguir a luta armada. Eu os impedi, apesar de ter transformado alguns deles em meus inimigos. Mas tenho a impressão de que, com isso, salvei uma centena de jovens que, hoje, estariam nas listas dos desaparecidos políticos do período da repressão. Isto está no meu coração como a melhor contribuição política que dei à juventude de minha pátria.<sup>6</sup>

Enquanto o PCB tentava minimizar os conflitos internos, outros grupos opositores ao regime militar tomavam fôlego: os movimentos estudantis, dos trabalhadores e instituições postas na ilegalidade. Os grupos da luta armada, como a ALN, começaram as suas primeiras ações, como o episódio da explosão da bomba no consulado americano em São Paulo. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) também participou de um atentado a bomba, explodindo o QG do II Exército. Ao mesmo tempo, ocorriam as greves operárias em Contagem (MG) e Osasco (SP).

Nesse ínterim, o general Artur Costa e Silva já havia tomado posse da presidência, apoiado pelos militares da linha dura. A partir daí, o presidente fez com que a ditadura se consumasse e atingisse o seu auge. Em 13 de dezembro de 1968, o presidente fechou o Congresso e baixou o Ato Institucional nº 5. O ciclo de cassações e a perda de direitos políticos foram reforçados e, paralelamente, houve a intensa prática da censura aos meios de comunicações e a tortura passou a ser mais um dos métodos de coerção.

Após o AI-5, a USP novamente sentia o terror cultural. Nesse momento, a universidade estava sendo administrada pelo vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira, que substituíra o reitor Gama e Silva, devido à licença para exercer o cargo de Ministro da Justiça. O vice-reitor havia retomado o processo de discussão da reforma universitária em busca da democratização. Com a promulgação do AI-5, a universidade é novamente atingida e, num documento expedido em 25 de abril de 1969, foram aposentados 42 profissionais, dentre eles os professores Florestan Fernandes, Jayme Tiomno e João Batista Vilanova Artigas. A aposentadoria foi assinada pelo ex-reitor Gama e Silva, junto com o presidente da República e o ministro Tarso Dutra.

O vice-reitor Hélio Lourenço de Oliveira protestou contra as medidas e teve como resposta a sua própria aposentadoria e o afastamento de mais 23 professores, entre eles: Caio Prado Júnior, Elza Salvatori Berquó, Fernando Henrique Cardoso, Jon Maitrejean, Octávio Ianni, Paulo Mendes da Rocha, Paula Beiguelman, entre outros intelectuais.

Assim, em certo dia de abril de 1969 foram aposentados na USP, mediante a aplicação do AI-5, os professores Jayme Tiomno, Florestan Fernandes e Vilanova Artigas. Responsável pela reitoria, expediu no dia seguinte um telex ao ministro da Educação, nos termos mais protocolares, solicitando sua intercessão no sentido de obter a reconsideração desse ato do governo federal. Essa mensagem não era uma esperança, era um gesto. Era a incorporação da Universidade. O telex de retorno, subscrito pelo ministro, era quase um desafio: apenas indagava a opinião do reitor em exercício “sobre se são justos ou não quanto aos fundamentos ideológicos e de defesa do regime atos de aposentadoria de professores dessa Universidade expedidos pelo Governo Federal”. Cheguei a formular mentalmente minha resposta: com certeza, o que sabia era que os professores atingidos eram, nos campos da Física, da Sociologia e da Arquitetura, figuras exponenciais que as universidades mais importantes e autênticas ambicionaram ter em seus quadros. Mas não tive tempo para redigi-la. No mesmo dia – no mesmo fim de tarde, precisamente – divulgavam-se muitas outras aposentadorias na USP, com base no AI-5. Entre elas estava o meu nome.<sup>7</sup>

Aposentado pelo AI-5, Artigas foi definitivamente impedido de exercer as atividades didáticas e aos poucos intensificou seus trabalhos no escritório. Além de Artigas, foram afastados da FAU-USP os professores Jon Maitrejean e Paulo Mendes da Rocha.

O que o golpe de 64 fez, com a censura, foi nos espalhar. Perdemos nossa unidade. Meu trabalho como homem de ensino foi podado da noite para o dia. O diretor da FAU-USP liquidou tudo o que existia desde a reforma de 62, e as coisas foram a tal ponto – enquanto seja uma anedota quase indigna – que fui obrigado a modificar meu projeto para o edifício da FAU para incluir a câmara escura do Departamento de Fotografia junto da Diretoria a fim de que o diretor pudesse vigiar o comportamento dos moços e das moças lá dentro. (...) A Faculdade de Arquitetura era a menor escola da Universidade e por que dela se tiram três homens? Fiz uma teoria em torno disso para me consolar: a FAU era a única escola de arte da Universidade, e a idéia de arte para o movimento de 64 tinha uma conotação subversiva. Quer dizer, o artista é essencialmente um rebelde e, na rebeldia, serve à subversão. Foi na música popular brasileira, em todos os aspectos das artes plásticas, no teatro, que a cultura encontrou canais para dizer que era contra o bestialógico que havia se difundido naquela época.<sup>8</sup>

Como citado anteriormente, Vilanova Artigas ficou temporariamente impossibilitado de lecionar e de atuar no escritório. No período em que estava na clandestinidade, nos anos de 1965 e 1966, elaborou apenas um projeto, a casa de seu amigo Manoel Antonio Mendes André, um militante anti-salazarista português. A casa, situada no bairro da Vila Mariana (SP), foi projetada enquanto Artigas respondia ao Inquérito Policial Militar. Nesse momento, sua residência ainda permanecia sob vigilância e algumas vezes recebia ameaças do Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Por enquanto, projetar ainda era uma atividade lícita, até que provasse o contrário. A casa conhecida como Mendes André foi resultado de uma parceria com o engenheiro Mário Franco que assessorou Artigas na articulação do aço e o concreto armado, unindo tecnologia e arquitetura.

Diante do impasse político, Artigas debruçou-se na prancheta e desenhou a casa da demógrafa da USP, Elza Salvatori Berquó, também aposentada pelo Ato Institucional nº 5. O interessante nesse projeto é a inovação e a combinação da arquitetura com a linguagem artística Pop Art<sup>9</sup>. O diferencial da Casa Elza Berquó<sup>10</sup> é a sustentação da edificação, feita com troncos de árvores, ao invés de pilares de concreto. Os troncos compõem o cenário da residência como se fossem partes do jardim de inverno, valorizado pela iluminação zenital. Artigas pôde brincar com o projeto da casa, implantou até nichos na parede para colocar imagens de santos e apostou na planta livre, assim as paredes da casa podem ser removidas facilmente sem comprometer as demais estruturas. Para finalizar, o piso da casa é composto de diferentes materiais, tais como pedras, madeiras, ladrilhos e cerâmicas, como se fossem diversas colagens. Se a intenção de Artigas era ensaiar o estilo Pop Art no sentido de valorizar a cultura popular, talvez seus objetivos tenham se concretizado neste projeto.

Quando estava construindo essa casa, o mestre de obras, um homem inteligente e rude, disse: – “Doutor, essa casa que o senhor está construindo parece casa do povo. A casa que a gente fazia lá na Bahia”. Ele sentiu a organização, meio desorganizada, que não era a casa elitista. Era igualzinha a uma desordem com a qual é possível construir a casa popular. Me senti compreendido e capaz de usar uma linguagem que o meu pedreiro sempre entende, de uma maneira ou de outra.”<sup>11</sup>

A repressão passou a intensificar-se na medida em que os militares passaram a decretar mais Atos Institucionais. Artigas sentia cada vez mais o terror da perseguição política. Dedicou-se intensamente à elaboração da Casa Elza Berquó, e alguns anos depois confessou em depoimento que fez o desenho dessa casa como um arquiteto-presidiário.<sup>12</sup>

Críticos e estudiosos da arquitetura de Artigas afirmam que, durante a ditadura militar, o arquiteto viveu um dos maiores paradoxos no âmbito profissional e político, desenvolvendo os conjuntos habitacionais do Cecap (Caixa Estadual de Casas para o Povo), uma autarquia do Governo do Estado de São Paulo, ou seja, o mesmo governo que perseguia Artigas convidou-o para elaborar o projeto.

O Cecap de Guarulhos, conhecido por Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado<sup>13</sup> é um dos projetos mais discutidos e estudados pelos arquitetos. Um grande complexo habitacional, que inicialmente deveria comportar 10.560 apartamentos.

Artigas propôs que o conjunto habitacional deveria ser construído com materiais pré-fabricados, uma forma de associar a arquitetura, a indústria e a tecnologia, mas a proposta foi negada pelo governo. A contradição maior é que a arquitetura moderna defendia o uso de materiais novos e arrojados, mas sabemos que, nos canteiros de obras, a mão-de-obra empregada ainda era atrasada, baseada em salários baixos e na superexploração dos trabalhadores da construção civil. Mais uma vez, o descompasso entre o desenho e o canteiro, enfatizado pelo grupo da Arquitetura Nova.

O Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado foi erguido pelos métodos tradicionais e novamente Artigas trouxe um diferencial para o projeto: as cores dos blocos de apartamentos foram baseadas num cromatismo estudado por Francisco Rebolo. Artigas projetou outros conjuntos em Jundiaí, Marília, Jaú e Mogi Guaçu (SP) e, segundo Pedro Fiori Arantes, “ todos enfileirados à maneira militar”.

A perseguição devido ao seu engajamento político acarretou o seu afastamento da FAU; por outro lado, Artigas dedicou-se aos projetos arquitetônicos. Durante todo o período ditatorial no Brasil, elaborou os conjuntos habitacionais do Cecap, passarelas, escolas e até mesmo um edifício num quartel em Macapá.

Vilanova Artigas expressou uma posição política peculiar, ficou contrariado ao ter sido cassado, mas ao mesmo tempo tentou aproveitar de um regime militar opressivo para então expressar sutilmente a sua arte e talvez suas posições ideológicas. Sentiu o crescimento e a modernização do Brasil com o milagre econômico, mas, paralelamente, via o grande número de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza.

O ano de 1979 foi marcado por algumas conquistas, ano da anistia política. Com isso, Artigas retornou à FAU-USP, junto com Paulo Mendes da Rocha e Jon Maitrejean para receberem as homenagens dos alunos e assim se reintegrarem à faculdade. No ano seguinte, Artigas foi convidado para ser professor auxiliar do curso, o cargo mais baixo da hierarquia universitária. No ano de 1984, submeteu-se ao concurso para professor titular na faculdade que ele próprio projetou e fundou.

Após 20 anos de violência, a ditadura militar aos poucos se esfacelou, mas, junto com ela, muitos brasileiros foram calados, torturados e mortos. Muitos não tiveram a oportunidade de presenciar a democracia brasileira sendo novamente estabelecida, como Vilanova Artigas, que faleceu no início de 1985.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

## Notas

\* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

<sup>1</sup> ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP – *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade*, São Paulo, Adusp, 1978, pp.14 e 15.

<sup>2</sup> ARTIGAS, Rosa e OTHAKE Ruy (org. ed.). *Vilanova Artigas*. São Paulo, Instituto Tomie Othake, 2003, p. 252.

<sup>3</sup> As cadernetas de Luiz Carlos Prestes foram apreendidas em uma casa no bairro da Vila Mariana, em São Paulo. São 3.426 páginas manuscritas, no total 19 cadernetas que foram anexadas no processo 271/64. CHILCOTE, Ronaldo H. *Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração 1922-1972*. São Paulo, Biblioteca de Ciências Sociais, 1982, p. 143.

<sup>4</sup> ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo, Cosac & Naify, 1999, pp. 155 e 156.

<sup>5</sup> Os arquitetos Sérgio Ferro, Rodrigo Lefèvre e Flávio Império compunham o grupo da Arquitetura Nova. Formaram-se pela FAU-USP e em seguida tornaram-se professores dessa mesma faculdade. Ver: ARANTES, Pedro F. *Arquitetura Nova – Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões*. São Paulo, Ed. 34, 2002.

<sup>6</sup> THOMAZ, Dalva. E. *Um Olhar sobre Vilanova Artigas e a sua contribuição à Arquitetura Brasileira*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, FAU-USP, 1997, p. 317.

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Lourenço de. *O Livro Negro da USP: o controle ideológico na universidade*. São Paulo, ADUSP, 1978, p. 47.

<sup>8</sup> ARTIGAS, J. B. V. *Caminhos da Arquitetura*. São Paulo, Cosac & Naify, 1999, p. 166.

<sup>9</sup> O movimento artístico Pop Art teve início nos anos 50 e atingiu seu auge na década de 1970, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra. Essa linguagem artística fundamenta-se pelo uso intenso de imagens da sociedade de consumo e da cultura popular.

<sup>10</sup> Ver revista *Arquitetura & Urbanismo*, n. 50, São Paulo, Editora Pini, outubro/novembro 1993, “Vilanova Artigas: desenhar é preciso, viver também é preciso”, pp. 77 a 90.

<sup>11</sup> ARTIGAS, J. B. V. *Vilanova Artigas*. São Paulo, Editora Blau, Instituto Lina Bo e P. M. Bardi, 1997, p.138.

<sup>12</sup> ARANTES, op. cit., p. 39.

<sup>13</sup> O projeto do Conjunto Habitacional Zezinho Magalhães Prado, elaborado em 1967, contou com a colaboração dos arquitetos Fábio Pentead, Paulo Mendes da Rocha, Ruy Gama, Arnaldo Martino, Giselda Visconti, Geraldo Vespaziano e Renato Nunes.



**MÉDICI E O FUTEBOL: A UTILIZAÇÃO DO ESPORTE  
MAIS POPULAR DO BRASIL PELO GOVERNO  
MAIS BRUTAL DO REGIME MILITAR**

Marcos Guterman\*

O futebol é um campo fértil para a produção de mitos e lendas na vida nacional. Uma dessas histórias ainda viceja, com aparência de verdade incontestável: a utilização ardilosa da Copa de 70 pelo regime militar, com o objetivo de encobrir a repressão, marca do governo Médici. Como todo episódio relacionado ao futebol no Brasil, este também é objeto de muitos palpites e pouca consistência historiográfica. No caso específico da Copa de 1970, sobram episódios obscuros, interpretações enviesadas e açodamento ideológico, resultando num quadro que deixa de esclarecer um dos eixos centrais do governo Médici naquela oportunidade: a busca da popularidade que legitimaria o regime de exceção perante os críticos, internos e externos.

Este artigo tentará mostrar que, de fato, Médici, um apaixonado por futebol, realmente escorou-se na conquista do tricampeonato no México para alimentar a retórica do Estado nacional-desenvolvimentista, mas esta utilização não pode empanar outros importantes fatores em jogo: é preciso questionar, por exemplo, se os resultados dessa política teriam sido satisfatórios como foram se, ao mesmo tempo, o país não estivesse passando por um surto de crescimento econômico sem paralelo em sua história; se o movimento ufanista que se seguiu à conquista já não estava em gestação, faltando-lhe a ignição que a Copa proporcionou; e, enfim, se as massas que foram às ruas festejar a vitória no México não estavam aproveitando a situação para um “desabafo” que a máquina da repressão impediria em qualquer outra circunstância – ou seja, diferentemente do que o discurso da esquerda perpetuou, os brasileiros que festejaram a conquista de 70 talvez não estivessem tão alheios ao que se passava no Brasil de Médici.

### *Futebol e o regime militar – alguns conceitos teóricos*

Os poucos estudiosos que se dedicaram a entender os efeitos do futebol sobre a sociedade brasileira e seus desdobramentos institucionais coincidem num ponto: este esporte, por todos os seus significados, funciona como importante diluidor de diferenças sociais. Em oportunidades críticas, como a disputa de uma Copa do Mundo, então, tal característica é robustecida pelo caráter nacionalista e patriótico, muito útil a regimes como o militar. O futebol “é um poderoso instrumento de integração social”, através do qual “a sociedade brasileira experimenta um sentido singular de totalidade e unidade, revestindo-se de uma universalidade capaz de mobilizar e gerar paixões em milhões de pessoas”.<sup>1</sup> Este esporte resolve simbolicamente as desigualdades econômicas habituais, sendo, por tal motivo, o modo pelo qual uma parcela significativa dos brasileiros de todas as classes quebra a hierarquia cotidiana.

Há teses mais controversas, comuns no espectro mais à esquerda e que alimentaram grande parte das conclusões acerca das relações entre o regime militar e a Copa de 70. Segundo este pensamento, o futebol reprime o conflito de classes (docilizando o trabalhador em relação a seu patrão a cada vitória de seu time) e mistifica a realidade, pois reduz a compreensão das condições materiais e sociais. Trata-se da clássica noção do futebol como “ópio do povo”.

No campo dos defensores desta tese, a diluição de fronteiras sociais é vista como mais um poderoso mecanismo alienante das massas à disposição das elites. A leitura de Roberto Ramos, um dos poucos a tratar diretamente do fenômeno da Copa de 1970 em relação ao governo Médici, é esclarecedora a este respeito. Publicado em 1984, isto é, nos estertores do regime militar, Ramos baseia-se no estruturalismo althusseriano para resumir o pensamento da esquerda de sua época sobre o episódio: o futebol é “aparelho ideológico do Estado”<sup>2</sup> e a celebração da Copa foi uma manipulação grosseira da ditadura para esconder a repressão.

De acordo com essa reflexão, há somente dois elementos em questão, o manipulador e o manipulado, sem meios-termos nem nuanças. O relato de Alfredo Sirkis sobre o mal-estar do grupo armado em que militava após o triunfo da seleção ajuda a entender este ponto de vista: comemorar o tri significava, em última análise, compactuar com o regime.

E como deixar de comemorar? A seleção de Zagallo, à qual João Saldanha deu o grande impulso inicial, levou o futebol brasileiro à sua plenitude. (...) Porque queriam saber da seleção, acompanhar todos os detalhes da Copa, dezenas de milhões de pessoas ficaram como hipnotizadas, de olho no vídeo. (...) O governo aproveitou a ocasião para deslanchar uma gigantesca campanha de autopromoção. Era como se a vitória do tri lhe pertencesse.

(...) Como testa-de-ferro de um poder exercido em termos práticos pelo Conselho de Segurança Nacional, coube a Médici fazer opereta, se popularizar através dos grandes *media*, naquele momento de comemoração nacional. (...) Aquela enorme manipulação, irresistível, amargava nossa curtição do tri.<sup>3</sup>

Mesmo alguns intelectuais à esquerda, porém, defendem cautela ao analisar o uso que se fez do futebol ao longo da história no país. Para João Saldanha, o comunista militante que foi técnico da Seleção Brasileira até as vésperas da Copa, “o fato de o político se meter em futebol não é mal nenhum. (...) Os fatos históricos desmentem que o futebol sirva para escorar governos. O que escora governo é tanque”.<sup>4</sup>

De fato, vitórias no campo esportivo não significam, automaticamente, triunfos políticos expressivos. Ao longo do regime militar, por exemplo, observaram-se efeitos diversos das Copas nas eleições. No desastre de 1966, quando o Brasil foi eliminado na primeira fase da Copa da Inglaterra, a governista Arena elegeu 68% dos deputados federais e 82% dos senadores. O Partido também se deu bem na eleição realizada após a Copa de 1970, mas foi uma vitória relativa, como veremos adiante. A Arena, assim como a Seleção de 1974, sofreria um sério revés na votação daquele ano, quando o MDB, que teve a primeira oportunidade de usar a TV para divulgar suas propostas, elegeu 16 de 22 senadores e 44% dos deputados federais. O Brasil voltaria a fracassar nas Copas de 1978 e 1982, mas o governo conseguiria manter a maioria no Legislativo.

O brasilianista Robert Levine, por sua vez, demonstrou que a raiva retórica contra o regime militar não dá espaço para que se observe a multiplicidade de fatores em jogo.

O problema com a tese do ópio é que ela apresenta uma visão maniqueísta dos processos sociais. A mudança dos anseios da sociedade brasileira, e não a vontade coletiva dos diretores dos clubes, obrigou o futebol a evoluir do modo como fez; contudo, o poder dos meios de comunicação e a intervenção fiscal e administrativa do governo, sem dúvida, ajudaram a plasmar essa evolução. Muitos dos argumentos usados para caracterizar o futebol como mecanismo de controle social podem ser usados para mostrar seu papel como agente redutor das distâncias sociais e como agente encorajador do orgulho nacional. Para cada argumento do futebol como circo, outros podem ser contrapostos, credenciando o esporte como fator de maior autenticidade local e de redução de hostilidades entre classes.<sup>5</sup>

O ambiente que precedeu a Copa foi, para Levine, “o melhor exemplo de como o futebol foi usado para emprestar legitimidade política ao governo”.<sup>6</sup> Médici não mediu esforços para associar sua imagem à da Seleção. Popularidade era algo que ele perseguia, como deixou claro em discurso após a posse, em 27 de outubro de 1969: “Espero que cada brasileiro faça justiça aos meus sinceros propósitos de servi-lo e confesso lealmente que gostaria que o meu governo viesse, afinal, a receber o prêmio de popularidade...”.<sup>7</sup>

Com tal objetivo em mente, posou de torcedor número um, deu palpites públicos sobre os jogos e, ao final, com o título assegurado, deixou-se filmar e fotografar como um autêntico entusiasta do esporte. Para alguns observadores, esta atitude é suficiente para classificar Médici como um insidioso manipulador das ilusões das massas.

### *Médici, um torcedor*

A sensação de “quebra de hierarquia” proporcionada pelo futebol começou pelo próprio Médici, no caso da Copa de 1970. Suas relações com o futebol não foram somente publicitárias: o presidente era um autêntico torcedor, segundo relatos insuspeitos. O cronista Carlos Heitor Cony, perseguido pelo regime militar, afirma:

Médici era fanático por futebol, e não foi armação do regime militar a divulgação de algumas de suas fotos mais famosas – ouvindo jogo no radinho de pilha, enrolado na bandeira nacional por ocasião do tricampeonato e fazendo embaixadas com alguma perícia, o que revelava intimidade com a bola.<sup>8</sup>

Dentro do governo, ministros importantes tratavam de dar publicidade a tal característica do presidente, relacionando-a à “brasilidade” de Médici e à sua condição de “homem comum”. Jarbas Passarinho, que ocupava a pasta da Educação, era um dos mais eufóricos: “Todos conhecem seu nacionalíssimo gosto pelo futebol. Dou meu testemunho da emoção com que o presidente assistiu a todos os jogos, torcendo com o entusiasmo do brasileiro normal e do homem comum que o elevado cargo não modificou”.<sup>9</sup>

Do ponto de vista estritamente cerimonial, Médici cumpriu, como quase todos os outros presidentes brasileiros em circunstâncias semelhantes, sua “obrigação” de prestar apoio e solidariedade ao selecionado nacional na disputa pela Copa do Mundo. No entanto, no caso específico de Médici, o que se viu, a julgar pelos relatos de época, foi uma entrega pessoal que superou, com folga, o ritual adequado à função que exercia. O presidente fazia questão de se qualificar como “torcedor”, sempre que podia. No dia da difícil vitória contra a Inglaterra, ele enviou um telegrama à Seleção, dizendo: “Na oportunidade da notável vitória conquistada palmo a palmo sobre a grande equipe inglesa, mando-lhes meu comovido abraço de torcedor, pela demonstração de técnica, serenidade, amadurecimento, inteligência e bravura”.<sup>10</sup> A linguagem de Médici também era a de um torcedor. Na véspera do jogo contra a Inglaterra, o presidente comentou com jornalistas que estavam no Planalto que não esperava maiores dificuldades, pois os ingleses eram, na sua opinião, “fregueses de caderno”.<sup>11</sup>

A idéia de que Médici fazia parte da torcida brasileira era convenientemente reforçada pela reação dos jogadores da Seleção (segundo palavras que se lhes atribuíam). No dia da vitória sobre o Peru, Médici telefonou para Guadalajara, onde estava o time, e mandou cumprimentar os jogadores, dizendo-lhes que confiava na “nossa vitória final”. Fez referências “especiais” a Brito, Dario e Everaldo, jogadores sobre os quais ele não escondia sua predileção – coisa típica de torcedor; afinal, pelo menos em teoria, a um chefe de Estado não é permitido gostar mais de uns que de outros.

A resposta da Seleção (ou aquilo que se disse em nome dela) reforça essa imagem de Médici. Segundo o brigadeiro Jerônimo Bastos, chefe da delegação brasileira, “o interesse com que o presidente acompanha os jogos de nossa Seleção tem servido de real estímulo a todos”. “Quando jogamos, sentimos que, entre os milhões de torcedores que nos acompanham, está o presidente, e isso é bom”, disse à imprensa um dos jogadores.<sup>12</sup>

No dia da conquista do tricampeonato, Médici foi fotografado com uma bandeira brasileira, não em pose cerimonial, mas com gestos característicos de quem estava sinceramente comemorando o título mundial. Consta que, dois dias depois, quando recebeu a Seleção, em Brasília, chorou de emoção. “Este é o maior dia de minha vida”, disse o presidente aos que o acompanhavam, após o triunfo da Seleção. Em cena antológica descrita pela *Folha de S. Paulo* em sua primeira página no dia seguinte à conquista da taça, lia-se:

Ao término da partida, o presidente mandou que os torcedores que se encontravam na praça fronteira entrassem para o Palácio e saiu para o meio do povo, enrolado em uma bandeira brasileira. Os torcedores o carregaram. Quando o puseram no solo, o presidente pegou uma bola dos netos e começou a mostrar sua habilidade no esporte em que o Brasil é campeão mundial. Fez embaixadas e chegou a dar umas de calcanhar, sendo estimulado pelos fãs, que diziam “se o Zagalo soubesse, hein, presidente...”.<sup>13</sup>

Todo o esforço publicitário do governo para aproximar Médici dos demais brasileiros era, como se vê, bastante facilitado pela própria conduta do presidente. Na mensagem após a vitória no México, Médici não deixou por menos: “Na hora em que a Seleção nacional de futebol conquista definitivamente a Copa do Mundo, após memorável campanha, na qual só enfrentou e venceu adversários do mais alto valor, desejo que todos vejam, no presidente da República, um brasileiro igual a todos os brasileiros”.<sup>14</sup>

### *O futebol visto pelo regime*

À medida que o sucesso da Seleção Brasileira foi se tornando concreto, militares e políticos civis procuraram capitalizar tais resultados. No Congresso, os “parlamentares só falam de futebol”, segundo constatação da *Folha de S. Paulo*. Contabilizavam as possibilidades políticas abertas pelo triunfo no México.

Imediatamente após a conquista do tricampeonato, o então presidente nacional da Arena, Rondon Pacheco, “recomendou a todos os candidatos do seu partido no próximo pleito que destaquem durante a campanha a vitória do Brasil na Copa do Mundo (...), ao lado das realizações do governo revolucionário”, pois se tratava de “fator psicológico positivo” da “mensagem que o partido governamental deve levar ao povo, a fim de obter bons resultados nas urnas”. O otimismo, disse Rondon, “vai proporcionar-nos uma cabeça-de-ponte entre a Arena e o povo, que há de trazer bons reflexos nas urnas”.<sup>15</sup>

A imprensa destacava que os problemas de Médici na sucessão dos governos estaduais – o presidente impôs diversos nomes, segundo ele mais identificados com os “ideais da revolução”, contrariando interesses dentro da Arena – poderiam ser aliviados pela vitória do Brasil. A seção “Sumário”, coluna de bastidores políticos da *Folha de S. Paulo*, dá conta, em 5-6-1970 (p. 3), de que a vitória do Brasil sobre a Tchecoslováquia foi

(...) um refrigério, um bálsamo mesmo para as mágoas e chagas que o problema sucessório nos Estados havia provocado nas almas sensíveis e sempre desejosas dos próceres da política nacional. (...) Saibam todos que Pelé, Jair e Rivelino, com os tentos que marcaram, conseguiram esvaziar boa parte dos descontentamentos a que aludíamos e deram ao presidente Médici uma colaboração valiosíssima. (...) Realmente, tudo leva a crer que, se a Seleção Brasileira levantar a Copa do Mundo, o acontecimento terá repercussões profundas para o país, dentro e fora dele. Na esfera interna, nem se fala. (...) As metas de uma administração dependem das metas nos campos esportivos. No caso brasileiro, essa interdependência é ainda mais profunda, de vez que nosso esporte, o futebol, está entranhado nas dobras mais íntimas da alma popular (...). Por isso mesmo o governo do presidente Médici andou bem em emprestar apoio ao nosso selecionado que pejeja nos gramados estrangeiros.

Com todo este aparato a favor, porém, a Arena obteve, em 1970, uma vitória de Pirro nas eleições legislativas. O partido governista conseguiu quase 70% dos sufrágios válidos na votação para a Câmara e mais de 60% na eleição para o Senado, mas é preciso considerar que houve expressiva abstenção e um número significativo de votos em branco e nulos, além, é claro, da ausência de uma oposição autêntica e consistente. Segundo dados do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), a eleição para a

Câmara em 1970 teve abstenção de 22,5%, além de 20,9% de votos em branco e 9,4% nulos; na eleição para o Senado, houve 22,53% de abstenção, 45,52% de votos em branco e 12,59% nulos.

Apesar disso, a Seleção Brasileira foi parar no centro do discurso do governo para reforçar os objetivos da “revolução”. O seqüestro do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, no Rio, tornou-se uma oportunidade singular para que este discurso se manifestasse. Ocorrido em 11 de junho de 1970 – portanto, em plena Copa do Mundo –, o crime foi cometido pela Vanguarda Popular Revolucionária, que, em troca, obteve a libertação de 40 presos e o envio deles à Argélia. Ao longo do drama, cuja coincidência com a Copa provavelmente não foi acidental, o governo tratou de jogar a opinião pública contra os grupos subversivos, sugerindo que a comoção causada pelo seqüestro entre os jogadores da Seleção poderia prejudicar o desempenho do Brasil na Copa. Em sua primeira página de 17 de junho, a *Folha de S. Paulo* dizia: “Notícias do México dão conta da perturbação que a notícia do seqüestro provocou no ambiente do nosso selecionado. Pelé, Rivelino e outros jogadores manifestaram-se, condenando o ato terrorista”. As “notícias” a que a *Folha* se referiu eram, na verdade, uma nota oficial do Ministério do Exército:

Causou profundo impacto na Seleção a notícia chegada ao México sobre o seqüestro do embaixador alemão. Pelé, Brito, Rivelino, Clodoaldo e outros craques lamentaram que maus traidores e criminosos venham a quebrar a tranqüilidade e o entusiasmo da Seleção. Lamentaram nossos craques que os terroristas, a serviço de países comunistas, tentem com atos criminosos atingir um país amigo.<sup>16</sup>

A idéia era mostrar que os terroristas eram os desagregadores do Brasil, no momento em que os brasileiros se uniam em torno do ideal de fazer deste um país grande, com vitórias nas áreas social, econômica e esportiva. Em telegrama a Médici, o chefe da delegação brasileira, brigadeiro Bastos, deu o tom da manipulação do episódio, procurando mostrar que os perpetradores do “ato desumano” eram diferentes do “grande povo brasileiro”:

Na hora em que, no campo esportivo, nos confraternizamos com outros povos e vimos alcançando vitórias baseadas nos princípios da disciplina e do respeito, manifestamos, em nome da delegação brasileira de futebol, nossa repulsa ao ato desumano contra o ilustre embaixador da nação alemã (...), ferindo os laços de fraternidade dos nossos povos e dando ao mundo uma imagem distorcida quanto à generosidade, à fidalguia e à humanidade do grande povo brasileiro.<sup>17</sup>

O território entre o Brasil bom e o ruim estava perfeitamente demarcado. Na mesma primeira página em que registrava a chegada à Argélia dos militantes esquerdistas soltos e banidos do país em troca da vida do embaixador alemão, a *Folha de S. Paulo* de 16 de junho dizia que o goleiro Félix, titular da Seleção, estava “com saudades do Brasil”.

### *O regime, visto pelo futebol*

O episódio central e emblemático na historiografia sobre a Copa de 1970 é a rumorosa demissão do técnico João Saldanha. É quase lugar-comum, no Brasil, dizer que Saldanha caiu porque se negou a escalar um jogador pedido por Médici e porque o treinador era dirigente comunista e, portanto, contestador do regime. Os registros disponíveis, porém, não autorizam nenhuma destas versões.

Saldanha dirigiu a Seleção de 4 de fevereiro de 1969 a 17 de março de 1970. Nesse período, o Brasil se classificou com tranquilidade para a Copa do Mundo, batendo todos os adversários nas eliminatórias. Sua escolha para o posto de técnico da Seleção surpreendeu: afinal, Saldanha era comunista militante. Mas o Brasil vinha de um estrondoso fiasco na Copa de 66 (fora eliminado na primeira fase) e a Confederação Brasileira de Desportos (CBD), entidade privada, estava sob intensa pressão para renovar a Seleção. A opção recaiu sobre Saldanha, então um comentarista esportivo de grande prestígio. Era uma jogada arriscada do presidente da CBD, João Havelange, que desde 1969 articulava sua candidatura à Presidência da Fifa – um triunfo no México era fundamental às suas pretensões.

O sucesso de Saldanha à frente da Seleção não escondia, porém, os diversos problemas de relacionamento entre ele e vários integrantes da comissão técnica formada pela CBD. Essa tensão cresceu até um ponto em que não havia mais retorno. Em reportagem sobre Havelange, a *Folha de S. Paulo* (8-6-1998, p. 3) sugeriu que Saldanha caiu por questões relacionadas particularmente ao futebol, pois o presidente da CBD precisava ganhar a Copa. Segundo testemunhas, Saldanha começou a beber demais e a brigar com todo mundo. Denunciado por Antônio do Passo, então coordenador da seleção, Saldanha acabou demitido por Havelange na noite de 17 de março. No instante seguinte, foi para a rua, chamou os jornalistas de plantão e deu a célebre entrevista em que descreveu um diálogo que teria tido com Médici, no qual o presidente sugeriu a convocação do atacante Dario, então um dos cinco maiores artilheiros do país, e Saldanha respondeu: “O senhor escala o seu Ministério e eu escalo o meu time”. Nunca apareceu uma única testemunha deste diálogo, mas ele é usado até hoje como “prova” da disposição de Saldanha de não fazer o “jogo” da ditadura.

Zagalo, seu sucessor, ainda hoje relembra com mágoa esse episódio, pois a memória popular registra que foram as pressões de Médici as responsáveis pela queda do treinador, e não razões técnicas e pessoais. “Ele [Saldanha] saiu [da Seleção] pelas cagadas que fez. Essa é a verdade”, disse Zagalo em entrevista em 1995. No depoimento, ele disse que Médici não impôs Dario:

O Dario foi artilheiro por onde passou. E me chamam de retranqueiro. O Saldanha sempre foi um cara que me chamou de retranqueiro. Agora, no time dele só tinha meio-campo (...). Se o Médici tivesse feito a imposição, se isso fosse verdadeiro, o Dario seria titular ou, pelo menos, ficaria no banco. Ele não ficou nem no banco.<sup>18</sup>

Às vésperas da Copa de 70, porém, o próprio Dario acreditava ser o favorito de Médici, embora soubesse que tinha poucas chances de ser titular. Dizendo-se feliz por “viajar com a Seleção”, e não por *jogar* na Seleção, Dario declarou: “Minha responsabilidade é grande, pois represento o Atlético [time de Dario, em Minas Gerais] e sua torcida, além de ter a honra de ser o preferido do presidente Médici”.<sup>19</sup>

Mas a demissão de Saldanha era tratada na época claramente como uma “intervenção branca do governo federal no escrete”. A revista *Placar*, em seu número de estréia (20-3-1970), arrolou quatro razões para a queda de Saldanha: brigas com a comissão técnica; liberdade tática excessiva aos jogadores; falta de organização tática; e *interesse do governo pela Seleção*. Jarbas Passarinho, que, por ser ministro da Educação, era também responsável pela área de esportes, negou que tivesse havido “intervenção”: segundo suas palavras, houve apenas “coação afetuosa”.<sup>20</sup>

### *O neo-ufanismo*

A Copa do Mundo de 1970 flagrou o regime militar no momento em que este se propunha a ser o garante da segurança e da paz internas para o desenvolvimento do país – o que, trocando em miúdos, significava esmagar todos os movimentos de subversão da ordem, ao mesmo tempo em que se desenrolava uma campanha cujo objetivo era destituir os brasileiros de sua condição de indivíduos, reunindo-os sob o manto indiscutível da nacionalidade. “O primeiro caminho para a valorização do homem brasileiro é a integração de todos no esforço nacional”, anunciava Médici em 10 de março de 1970, na aula inaugural da Escola Superior de Guerra. Esse “esforço nacional” justificava o arbítrio e a distorção da realidade e, ao mesmo tempo, criava as condições para a explosão de ufanismo que se seguiria à conquista da Copa do Mundo.

A vitória no México foi a centelha que deflagrou um processo que já estava em gestação no país. Ao governo coube aproveitá-la. A revista *Realidade* identificou essa onda ufanista, sem, no entanto, atribuir sua responsabilidade ao governo – preferiu mostrar que os militares capitalizaram uma situação já existente. “Estimulada pela vitória do Brasil na Copa do Mundo, uma onda ufanista corre o país de Norte a Sul”, disse a publicação, em setembro de 1970, sob o título “O novo ufanismo”. A revista identifica o movimento como “um surto”, “um neo-ufano-nacionalismo, com todos os perigos dos ismos, certamente uma força nova, que poderá ser boa ou má conforme o destino que lhe derem os formadores da opinião pública. Que fazer com ela? Em qualquer escalão do governo a mesma resposta: colocá-la a serviço do desenvolvimento”.

O regime exaltava “os valores” do brasileiro, reforçados pela conquista do tri. Exaltava, também, a “unidade” em torno de um objetivo, a consistência moral dos bons, o triunfo da “vontade coletiva” sobre o desejo individual – uma crítica direta aos grupos que contestavam o regime, vistos pelos militares como uma minoria barulhenta que tentava prevalecer diante da maioria silenciosa do país. No mesmo discurso do dia da vitória na Copa, Médici disse:

E identifico, na vitória conquistada na fraterna disputa esportiva, a prevalência de princípios que nós devemos amar para a própria luta em favor do desenvolvimento nacional. Identifico no sucesso da nossa Seleção de futebol a vitória da unidade e da convergência de esforços, a vitória da inteligência e da bravura, da confiança e da humildade, da constância e da serenidade, da capacitação técnica, da preparação física e da consistência moral. Mas é preciso que se diga, sobretudo, que os nossos jogadores venceram porque souberam ser uma harmoniosa equipe, em que, mais alto que a genialidade individual, afirmou-se a vontade coletiva. Neste momento de vitória, trago ao povo a minha homenagem, identificando-me todo com a alegria e a emoção de todas as ruas, para festejar, em nossa incomparável Seleção de futebol, a própria afirmação do valor do homem brasileiro.<sup>21</sup>

Ainda nesse discurso, o presidente reforçou a imagem patriótica e nacionalista do país ao qual oferecia seus préstimos de modesto timoneiro:

Como um homem comum, como um brasileiro que, acima de todas as coisas, tem um imenso amor ao Brasil e uma crença inabalável neste país e neste povo, sinto-me profundamente feliz, pois nenhuma alegria é maior em meu coração que a alegria de ver a felicidade do nosso povo, no sentimento da mais pura exaltação patriótica.

O regime e seus simpatizantes queriam fazer crer que um novo país estava a surgir – e a conquista da Copa nada mais era do que a prova desse nascimento. Em um curioso editorial a esse respeito, “Festa do povo”, a *Folha de S. Paulo* de 23 de junho de 1970

(p. 4) disse que as campanhas nas Copas do Mundo desde 1958 refletiram o momento do país em cada um daqueles anos. Em 58, o Brasil vencera “na época do desenvolvimento tumultuado que gerou euforia e confiança nas possibilidades nacionais”. Em 62, vencemos “de maneira menos brilhante, mas dentro do mesmo impulso do campeonato anterior”. Em 66, “a decepção”: “Nos campos esportivos, pagávamos o mesmo preço que o país inteiro se via obrigado a pagar pelos erros do passado: a improvisação, a falta de infra-estrutura, o desenvolvimento ‘às caneladas’”. Em 70, por outro lado, a conquista “ocorre num momento em que o Brasil já consertou tradicionais erros, partiu para um desenvolvimento planejado e tem consciência clara do que é e do que almeja”. E tome nacionalismo, que tem o condão de superar “divergências e ressentimentos”:

A verdade irrecusável é que o Brasil levou para os campos de futebol, na disputa de um campeonato que tanto diz à alma popular, todo o espírito que hoje anima a nossa pátria: confiança ilimitada em suas possibilidades (...). Foi tão grande essa união (...) que ela se estendeu pelo Brasil afora (...). De repente, demo-nos as mãos, esquecendo divergências e ressentimentos. A bandeira nacional, símbolo não apenas da pátria, mas de uma pátria indestrutivelmente unida e coesa, veio às ruas, às casas, aos automóveis, numa exaltação cívica sem precedentes.

#### *A reação popular – estratégias de poder*

As manifestações de júbilo pela conquista do tricampeonato e as expressões de sentimento positivo em relação ao Brasil, porém, podem não ter apenas o significado que imediatamente transmitem, isto é, uma espécie de chancela alienada da população em relação ao regime de exceção. Pelo contrário. De acordo com o modelo thompsoniano, segundo o qual as pessoas comuns conseguem elaborar estratégias para defender seus interesses mesmo em regimes autoritários, é possível qualificar como “janela de oportunidade” as festas de rua pelas vitórias na Copa, que em princípio contrariavam as rígidas regras que o regime impusera às concentrações públicas.

As comemorações eram carregadas de palavrões contra “todos os países contra os quais o Brasil jogou, vários jogadores famosos e até a rainha da Inglaterra”, publicou a revista *Veja* em 1º de julho (p. 26). “Em Belo Horizonte, por exemplo, a vitória definitiva do Brasil no domingo [contra a Itália] desencadeou uma verdadeira explosão com características de desrecalques”. A revista arriscava-se a dizer que se tratava de uma manifestação de desabafo, “um protesto incoseqüente, mas ao qual a classe média adere porque é o máximo que lhe é permitido”. A *Folha de S. Paulo*, talvez involuntariamente, deu a dimensão do que aquelas expressões de festa significavam para uma população que esta-

va desde 1964 sob regime de exceção: “Há mais de seis anos não se via uma concentração popular tão grande como a de ontem no Anhangabaú”.<sup>22</sup> No Rio, a mesma *Folha* constatou: “Uma loucura. Sem lei e sem documento, o carioca vibrou como sempre quis, sem qualquer repressão legal...”.<sup>23</sup> Ou seja: Médici permitiu as manifestações populares de apoio à Seleção porque elas oxigenavam seu projeto de legitimação do regime, mas, por outro lado, essas mesmas manifestações podem ter servido para que os brasileiros, sutilmente, contestassem o regime. Somente essa hipótese deveria bastar para, ao menos, contradizer a versão segundo a qual a Copa de 70 foi o auge da alienação do país, um dos maiores axiomas que se criaram a respeito do período, tão grande quanto as façanhas épicas da Seleção canarinho.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

#### Notas

\* Marcos Guterman é formado em jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e em história pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente, é mestrando em história na PUC-SP, onde desenvolve pesquisa sobre a relação do governo Médici com a Copa de 1970.

<sup>1</sup> HELAL, Ronaldo. *Passes e impasses: futebol e cultura de massas no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 25.

<sup>2</sup> RAMOS, Roberto. *Futebol: ideologia do poder*. Petrópolis, Vozes, 1984, p. 23.

<sup>3</sup> SIRKIS, Alfredo. *Os carbonários*. São Paulo, Global, 1980, pp. 235, 237, 239.

<sup>4</sup> SALDANHA, João. *Futebol e outras histórias*. São Paulo, Record, 1988, pp. 199, 201.

<sup>5</sup> LEVINE, Robert. “Esporte e sociedade: o caso do futebol brasileiro”. In: MEIHY, J. C. S. (org.). *Futebol e cultura: coletânea de estudos*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1982, p. 41.

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, p. 38.

<sup>7</sup> MÉDICI, Emílio Garrastazu. *A verdadeira paz*. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, 1973, p. 65.

<sup>8</sup> *Folha de S. Paulo*, 6 mar. 2002, p. A2.

<sup>9</sup> Id., 22 jun. 1970, p. 6.

<sup>10</sup> Id., 9 jun. 1970, capa.

<sup>11</sup> Id., 9 jun. 1970, p. 31.

<sup>12</sup> Id., 16 jun. 1970, p. 26.

<sup>13</sup> Id., 22 jun. 1970, Capa.

<sup>14</sup> Id., 22 jul. 1970, capa.

<sup>15</sup> *Última Hora*, 3 jul. 1970, p. 3.

<sup>16</sup> *Veja*, 17 jun. 1970, p. 93.

<sup>17</sup> *Folha de S. Paulo*, 13 jul. 1970, capa.

<sup>18</sup> *Id.*, 16 jul. 1995, pp. 4-6.

<sup>19</sup> *O Estado de S. Paulo*, 1 maio 1970, contracapa.

<sup>20</sup> *Id.*, 9 maio 1970, p. 13

<sup>21</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 83.

<sup>22</sup> *Folha de S. Paulo*, 25 jun. 1970, p. 19.

<sup>23</sup> *Id.*, 22 jun. 1970, p. 5.



## OS 31 ANOS DE GOLPE MILITAR NO CHILE

Elisa de Campos Borges\*

No ano em que se analisam os 40 anos do golpe militar no Brasil, a discussão sobre os processos de militarização de uma série de governos na América Latina acaba por vir à tona, principalmente pela participação do governo brasileiro em alguns deles. Destacaremos aqui o Chile, meu objeto de estudo.

O golpe militar chileno foi efetuado no dia 11 de setembro de 1973, derrubando e assassinando o presidente Salvador Allende, e tornou-se uma das mais violentas ditaduras de nosso continente. Sua justificativa era a necessidade de restabelecer a ordem do país; logo, instituíram-se posturas de represália aos políticos e também a toda a população, para continuar construindo sua legitimidade no imaginário social.

A violência do período militar se justificava e fazia-se necessária, para alguns setores do Exército – e também para os Estados Unidos, que patrocinaram abertamente o golpe – pelo momento por que passava a América Latina e, em especial, o Chile.

O Brasil (que, em 1973, vivia ainda sob a ditadura Médici) não só teve sua participação no golpe chileno, como se juntou a outros países para formar a Operação Condor, uma espécie de interligação dos aparatos repressivos da Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia com permissão para prender, torturar, matar e ocultar cadáveres.<sup>1</sup> Há, ainda, fortes indícios de que alguns militares chilenos fizeram treinamento em bases do Exército brasileiro, em Manaus. De forma genérica, a organização desses países contra o que temiam ser ameaça à ordem vigente tinha como principal argumento a disputa entre comunistas e capitalistas e o momento ímpar pelo qual a América passava.

No período 1970-73, a América Latina assistia à queda dos governos nacionalistas e oligárquicos e via a ascensão de governos ditatoriais, através de golpes militares. A Revolução Cubana influenciava os povos de muitos países, disseminando teorias e práticas revolucionárias, e continuava a ser forte referência para partidos de esquerda e grupos políticos, representando a esperança de mudanças radicais. Além disso, setores mais reacio-

nários, impulsionados pela política norte-americana, intensificavam a propaganda de idéias como a da segurança nacional e utilizavam a estratégia de reprimir de modo preventivo as insurgências revolucionárias, desenvolvendo uma verdadeira caçada a grupos e partidos de esquerda.

Neste contexto, muitos setores passaram a se mobilizar em defesa dos valores estabelecidos pelas ditaduras militares e contra a ameaça, real ou imaginária, representada pelo movimento comunista. Era um tempo de repressão, cerceamento e suspensão de direitos políticos de pessoas ligadas à esquerda, aos movimentos operário-sindical e estudantil, a intelectuais, músicos, poetas e outros grupos.

Foi diante dessa dinâmica que o Chile, em 1970, compareceu às urnas e elegeu seu novo presidente, Salvador Allende, assumidamente marxista, participante e fundador, em 1933, do Partido Socialista. Ele enfrentou seus adversários apoiado por uma coalizão de esquerda, a Unidade Popular, da qual faziam parte os partidos Socialista (PS), Comunista (PC), Radical (PR), Social-Democrata (PSD), a Ação Popular Independente (API), o Movimento da Ação Popular Unificado (Mapu) e o Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR). Allende teve 36,6% dos votos, contra 34,8% de Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e 27,8% de Radomiro Tomic, da Democracia Cristã. Portanto, esta foi uma eleição muito disputada, que, por isso, estimulou todos os chilenos a ter uma opinião já consolidada sobre os candidatos, principalmente quando houve uma intensa polarização entre Salvador Allende e Jorge Alessandri.

No programa da Unidade Popular, as propostas apresentadas tinham um caráter antiimperialista, antioligárquico e antimonopolista. Foi a partir dele que se expressaram os caminhos para a “via chilena ao socialismo”. O governo deveria preservar e aprofundar os direitos democráticos e as conquistas dos trabalhadores. Para tal, propunha incorporar o povo ao poder estatal, através da criação da Assembléia do Povo, que seria o órgão superior de poder, além de outras estruturas em nível local e regional; propunha a integração das Forças Armadas aos aspectos da vida social, com o intuito de preservar a soberania, oferecendo cursos de formação técnica; não permitiria a repressão ao povo. Na economia, propunha nacionalizar o cobre, o salitre, o iodo, o ferro e o carbono mineral, o sistema financeiro, o comércio exterior, as grandes empresas e monopólios de distribuição, indústrias estratégicas, energia elétrica, transportes ferroviário, aéreo e marítimo, comunicações, produção de petróleo e seus derivados, dentre outros. A reforma agrária e as propostas na área social (saúde, educação, moradia, cultura, alimentação) também eram tratadas como fundamentais.

Para demonstrar que tudo isso era possível, a Unidade Popular lançou, em conjunto com seu programa básico, as primeiras 40 medidas que o governo teria de cumprir assim que assumisse. Mas o que se colocava inicialmente como principal para a Unidade Popular

era o projeto da “via chilena ao socialismo” a partir do caminho democrático, legal, sem insurreição armada. Para Allende e os intelectuais de esquerda, o Chile tinha um traço particular que precisava ser respeitado e incentivado: a tradição democrática do país.<sup>2</sup> Este projeto não deixava de ser avançado para a esquerda, apesar de todas as contradições nele contidas, já que o governo daria uma orientação política contrária à implementada nos países capitalistas e, ao mesmo tempo, teria o controle do aparelho institucional, fundamental para o avanço da ação revolucionária.

A tradição democrática do Chile foi relevante para a formulação do projeto da “via chilena ao socialismo”. A principal argumentação favorável à transição pela via institucional referia-se, justamente, à trajetória e à estabilidade da democracia no país, principalmente quanto à rotatividade de partidos no poder. Entretanto, mesmo a esquerda chilena, apesar do histórico democrático do país, tinha suas reservas quanto a essa democracia. Os valores da chamada “democracia burguesa” teriam de mudar em prol de uma nova ordem que se queria implantar: o socialismo. Estabelecer uma nova ordem dentro da constitucionalidade seria, no mínimo, um grande desafio.

Logo no início, algumas tarefas difíceis já foram postas. Os Estados Unidos, através do seu secretário de Estado, Henry Kissinger, afirmou que era fácil perceber que Allende possibilitaria o estabelecimento de um governo comunista e que isto causaria impacto – pois, para eles, ao contrário de Cuba, o Chile era um país de expressão na América Latina, além de ter riquezas minerais importantes. Analisando a conjuntura política chilena dessa forma, logo se colocaram à disposição para dar um golpe, mesmo antes da posse de Allende.<sup>3</sup> Assim, o comandante-em-chefe do Exército, René Schneider, foi assassinado, gerando um clima de medo e apreensão no país, mas de muita mobilização por parte da população. A ala mais democrática da Democracia Cristã acabou reconhecendo a vitória de Allende e exigiu a aprovação do Estatuto de Garantias Constitucionais, em que o novo governo não poderia mexer nos meios de comunicação privados, na educação e nas Forças Armadas. O Programa da Unidade Popular falava em estatizar os meios de comunicação, o que já não poderia mais ser feito, e o presidente Salvador Allende respeitou tal acordo até o final do seu governo. Intensificava-se, aqui, o jogo político de concessões para conseguir a governabilidade.

Estava claro que o fato de ter ganhado as eleições não asseguraria o êxito do projeto, pelo contrário, a equipe de governo, com seus Ministérios (cinco do PS, três do PC, três do PR, um do Mapu, um da AP e um da esquerda independente), mesmo que não tivesse divergências entre si, deparava-se com os poderes Legislativo e Judiciário, que continuavam sendo representados pela burguesia. Sem dúvida, ganhar as eleições fora difícil, mas conviver com essa realidade – e ainda tendo de medir a todo instante os passos que seria

possível dar, além de negociar e dar respostas às ofensivas da direita – foi um grande desafio para a esquerda chilena. E isso só se intensificaria ao longo do governo, pois a estratégia utilizada pela direita foi estabelecer o caos, organizando saques, deixando faltar alimentos em supermercados, criando atentados, dentre outras situações. A estratégia era demonstrar que a esquerda não tinha condições de governar e que tornar o Chile um país socialista seria, no mínimo, transformar o país num caos.

Além dessas dificuldades, o programa de estatização dos setores estratégicos mexeu com interesses de poderosas empresas norte-americanas, como a ITT (de telefonia), o sistema bancário (no qual se incluía o City Bank) e empresas ligadas à mineração, como Kennecott e Anaconda. Por outro lado, o governo estreitou relações políticas e comerciais com Cuba, China, Vietnã e Coréia do Norte.

No primeiro ano de governo, a Unidade Popular desapropriou 1.379 imóveis, seu programa de reforma agrária assentou o número total que o governo anterior (do presidente Frei) havia realizado, tornou-se acionista majoritário de 11 bancos – de um total de 23 –, obteve um crescimento econômico do produto de 7,7%, com destaque para a indústria, a taxa de desocupação em Santiago baixou de 8,3% para 3,8%, a inflação caiu de 34,9% para 22%, a redistribuição de renda interna passou de 52,8% para 61,7%.<sup>4</sup> O resultado desses índices positivos foi que, nas eleições de abril de 1971, a Unidade Popular obteve 50,2% dos votos, contra 27% da Democracia Cristã e, ainda, 20% do Partido Nacional.

A cada momento, parecia que o projeto principal da Unidade Popular, tornar o Chile um país socialista pelas vias institucionais, era possível. Entretanto, a direita (tendo o Partido Nacional como sua principal expressão), o imperialismo norte-americano, grupos fascistas (como o Pátria e Liberdade) e a burguesia chilena trataram de traçar um plano para desestabilizar o governo. Travaram-se fortes embates no Parlamento, no sentido de paralisar o governo, várias greves financiadas pela direita aconteceram (com destaque especial para a dos caminhoneiros, que parou o transporte, principalmente interno, dos produtos chilenos), hospitais particulares, fábricas, transporte urbano, etc. Faltava alimento nos supermercados, o programa do leite para crianças estava ameaçado pela falta do produto, a produção, parada. O caos, definitivamente, instalara-se no país, mas os trabalhadores e a população, que percebiam ser aquilo um boicote contra o governo, no sentido de desestabilizá-lo, mobilizaram-se e ganharam as ruas, assumiram a produção nas fábricas que estavam paradas, colocaram seus caminhões à disposição para fazer o transporte nas cidades, em substituição ao que estava paralisado.

A estratégia da direita era clara; agiu no sentido de ter o bloqueio institucional e a paralisação do Estado, enquanto propagandeava o agravamento da crise econômica e insuflava a população a optar pelo caminho da desordem pública e da violência.

Além de tudo isso, ainda havia diferenças políticas quanto ao projeto da via chilena dentro da própria Unidade Popular. Os dois principais partidos, o Socialista e o Comunista, tinham divergências quanto à visualização do processo a ser engendrado para a consolidação do socialismo e às providências que teriam de ser tomadas para uma tentativa de frear a reação contra-revolucionária. Isso sem falar nos outros partidos, como o MIR, que criticava o tempo todo as ações do governo.

No espectro político do Chile, a Democracia Cristã, que era um partido de centro, tornava-se o fiel da balança nas disputas parlamentares. O presidente Salvador Allende já percebera isso. A própria Democracia Cristã reconhecera sua vitória e não aceitara entrar no jogo do Partido Nacional, de não permitir a posse do novo presidente, e propôs à Unidade Popular uma aproximação. Em 1971, quando houve o assassinato do ex-ministro Edmundo Zukovic por grupos de extrema-esquerda, Allende propôs que, na eleição em Valparaíso (para reconduzir um deputado ao cargo então vago), a UP se aliasse com a DC, que o candidato fosse a favor do governo. Isso não foi aceito e lançou-se candidato próprio. O resultado foi que o Partido Nacional apoiou o candidato da DC, que seria, então, de oposição, ganhou as eleições e iniciou uma forte aliança entre a direita e o centro político. Salvador Allende perdeu o que poderia ser um aliado pela legalidade, pela democracia no Chile. Ganhava consistência, a partir daí, a tentativa de golpe de Estado para destituir o presidente, mesmo que isso tivesse de colocar em risco a famosa democracia chilena.

As ofensivas da direita, agora aliada ao centro, tornavam-se cada vez mais violentas. A estratégia de interromper o governo e aumentar o movimento de “guerra psicológica” foi levada às últimas conseqüências. Nas eleições de 1972, a UP saiu derrotada, e o confronto no Congresso Nacional tornou-se mais ousado. Chegou-se até a votar a destituição de ministros da UP. Mesmo com a grande mobilização social em defesa do governo, o Parlamento e o Judiciário estavam em poder da burguesia e a batalha entre eles gerou uma crise institucional profunda.

A crise era tão grande e tomou proporções tão desastrosas que a velha guerra psicológica contra o governo foi um dos pontos principais da ofensiva da direita. Utilizava a classe média – que estava fragilizada pelas mudanças econômicas e sociais realizadas pelo governo, com a queda de poder aquisitivo, promovida pela crise – e, em conjunto, intensificara a campanha anticomunista, já deflagrada desde a eleição. Ajudada e financiada pelos Estados Unidos, em 1973 era fácil escutar que o caos do país se explicava porque aquele era um governo comunista e que era preciso fazer algo para que o país voltasse à sua velha ordem. Esse discurso e seu enraizamento foram tão fortes que tiveram reflexo no pós-golpe, na forma como se eliminou qualquer pessoa que fosse suspeita de ser comunista, e tem conseqüências profundas no Chile até hoje.

Mesmo com todas estas dificuldades, Allende ainda tinha ao seu lado os generais legalistas, principalmente o general Prats, que era o comandante-em-chefe do Exército e indicado para o Ministério do Interior. Ele havia destituído os golpistas das Forças Armadas, numa tentativa de golpe em junho de 1973. Seria o próximo alvo da direita: foram realizadas passeatas das mulheres dos oficiais contra ele e a pressão da corporação para sua renúncia foi tão forte que ele pediu para sair do governo. Em conjunto com isso, a Democracia Cristã aprovou, na Câmara dos Deputados, uma resolução declarando a ilegitimidade do governo; ainda, com a Lei de Controle de Armas aprovada no Congresso, as Forças Armadas desarmaram os bairros operários, as fábricas, os estudantes. Estava tudo pronto para o golpe. Pinochet foi indicado para o cargo de comandante-em-chefe do Exército, acreditando-se ser um legalista e de total confiança de Prats e Allende.

Ante toda essa situação, o presidente resolveu, então, convocar um plebiscito para que a população decidisse se continuaria ou não no governo. A data marcada para o anúncio de tal ação era dia 11 de setembro de 1973, quando foi dado o golpe militar.

Neste dia, Salvador Allende chegou a pensar em distribuir armas aos trabalhadores, para que defendessem o governo. Estavam em barricadas nas fábricas, universidades e foram todos eles massacrados, numa batalha desigual contra o Exército. Allende não cogitou na hipótese de renunciar e preferiu ficar no palácio presidencial, La Moneda, para defender o seu governo. Ele resistiu como uma figura lendária e morreu com capacete na cabeça e um fuzil que ganhou do presidente comunista Fidel Castro. O Palácio foi bombardeado, o presidente deposto, morto, e o golpe, consolidado. Por muito tempo, o Chile conviveria com uma das piores ditaduras militares já vistas na América Latina.

Assim, o fim do governo da Unidade Popular significou também a ruptura de uma experiência democrática única na América Latina. A experiência chilena só pôde ser anunciada como um caminho democrático de mudanças na estrutura econômica, porém, não alcançou seu objetivo maior, que era o socialismo. Entretanto, nem por isso deve ser vista como fracasso da esquerda. Ela representou a tentativa de uma formulação própria de setores progressistas para a transformação radical da sociedade, para a modificação de um Chile capitalista em socialista, com caminhos muito diferentes dos trilhados por Cuba, União Soviética e outros.

A viabilidade da formação da UP e da consolidação do seu projeto sempre esteve intimamente relacionada à organização e consciência, que se tornaram valores arraigados entre a classe trabalhadora. A partir destes princípios, os trabalhadores passaram a crer na possibilidade da conquista e posterior transformação das estruturas do país. Assim, a UP apostava que a ação unitária e combativa dos chilenos poderia dar as forças necessárias para romper com as estruturas atuais, avançar na tarefa da sua libertação e neutralizar as

energias contra-revolucionárias. Apoiar essa atitude era a sua finalidade. Mas até onde era possível continuar a mesma política institucional, criando as condições para implementar o projeto principal, a construção do socialismo, sem provocar rupturas, sem criar confrontos violentos e sem preparar os que apoiavam o governo para um anunciado enfrentamento armado?

Golpe dado, era a hora de organizar a distribuição do poder. O primeiro desafio da Junta Militar foi criar um mecanismo para dar legitimidade ao ato adotado. O Decreto 1 ilustra tal empreitada, uma vez que a intenção divulgada, mas não real, das Forças Armadas era apenas pôr ordem no caos que havia se instalado no Chile e devolver a mãos competentes a administração do país. A Democracia Cristã apoiou o golpe, mas logo percebeu que as Forças Armadas queriam permanecer no poder.

Foram promulgadas, entre 1973 e 1976, quatro Atas Constitucionais que davam plenos poderes à Junta Militar. Foram proibidas as atividades políticas públicas, criou-se um novo órgão de segurança nacional (Dina – Direção de Inteligência Nacional), o Congresso foi fechado e estabeleceram-se mecanismos de despolitização nacional.

As perseguições logo se iniciaram, e tinham alvo certo: qualquer pessoa sob suspeita de integrar partidos como o Comunista e o MIR. O Estádio Nacional do Chile se transformou em prisão de presos políticos, o terror se espalhava por todo país, corpos de pessoas assassinadas eram jogados nos rios, milhares de pessoas desapareceram durante o regime, a polícia política tinha poderes ilimitados para vasculhar domicílios e deter pessoas. A nomeação do coronel Manuel Contreras Sepúlveda para dirigir essas operações tornou-se pública, assim como o financiamento de todo aparato repressor. Com a organização da Junta Militar, os métodos utilizados tornaram-se mais específicos e com grau político mais elevado.<sup>5</sup>

Os militares pensavam que não poderiam cair mais nos erros do passado, e por isso era preciso construir uma nova ordem. Não se poderia entregar o Chile que estava sendo gestado àqueles que, no passado, foram os responsáveis por toda a crise, ou seja, os políticos chilenos. Por mais claro que se possa perceber, a Junta Militar propunha instaurar uma nova democracia (formulada por eles) numa ditadura militar. Este era um dos paradoxos mais difíceis de lidar. Nas Atas Constitucionais de 1976 (números dois e três), o respeito à liberdade política e à reivindicação por melhores condições de vida era dado como atribuição do Estado. Na Ata seguinte, era o próprio Estado que delimitava o uso dos direitos políticos e civis. O Poder Judiciário já não tinha mais capacidade de decisão, estavam todos sujeitos às vontades e sob jugo do Estado. Além disso, o estado de sítio ou de defesa suspendia todos os direitos dos cidadãos.

Tudo isso encaminhado, a ditadura chilena traçava o seu caráter ideológico. Promovia uma despolitização absurda, controlando todos os meios de comunicação e aniquilando qualquer tipo de manifestação contrária; continuava demonstrando os males do governo Allende, do comunismo, e buscava dar uma marca ao governo militar, que era a da ação revolucionária de direita. Incorporar o discurso da revolução ajudava a justificar uma ditadura fundacional e transformadora.

No plano ideológico, estava tudo funcionando de maneira veloz, graças ao aparato repressor montado. Entretanto, no plano econômico, a crise provocada pela direita continuava a deixar marcas. Ao mesmo tempo em que se queria apagar da memória o governo marxista, era preciso dar resposta rápida à crise, com planos que fossem completamente diferentes dos adotados no governo anterior. Pediu-se ajuda ao governo norte-americano e o tecnicismo dos Chicago's Boys foi colocado em prática, via convênio entre a Universidade de Chicago, a Administração para a Cooperação Internacional e a Universidade Católica do Chile. O interesse dos Estados Unidos era difundir os preceitos neoliberais na América Latina, e o da instituição chilena, buscar novos paradigmas que transcendessem o marxismo e o desenvolvimentismo. O Chile se tornava um laboratório autorizado para aplicação do neoliberalismo.

Apesar de alguma resistência, a formação de novos economistas sob a égide dos Chicago's Boys possibilitou a disseminação das idéias neoliberais e a construção de novos alicerces na sociedade chilena: a superioridade da economia em relação à política; incitamento à competição, ao individualismo e ao aumento dos lucros; a integração social se dava por meio do mercado, ou seja, à medida que o consumo supria as necessidades e os desejos do indivíduo, as relações sociais eram secundárias; o mercado operava distante dos erros humanos, porque seu cientificismo regia um conhecimento já estabelecido; limitação máxima da função estatal. Todos estes preceitos foram aplicados no Chile durante a ditadura militar.

Dessa forma, podemos perceber que a ditadura no Chile teve um papel não só de negar o marxismo ou o governo de Salvador Allende (através de discursos ou de uma ação prática violenta), mas de instituir naquele país novos preceitos políticos e econômicos para uma nova cultura política solidificada em raízes tão profundas que até hoje se refletem na sociedade chilena.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

## Notas

\* Historiadora pela Universidade Federal de Goiás, mestranda na Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, onde desenvolve um projeto de pesquisa sobre a participação do Partido Comunista Chileno no governo da Unidade Popular, de 1970 a 1973. Bolsista da Capes.

<sup>1</sup> MARIANO, Nilson. *As garras do condor*. Petrópolis, Vozes, 2003, p. 13.

<sup>2</sup> AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2 ed., São Paulo, Unesp, 1993, p. 16.

<sup>3</sup> BUONICORI, Augusto. *Chile: os mil dias da Unidade Popular*. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br>>, 2003, p. 2.

<sup>4</sup> BITTAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. São Paulo, Paz e Terra, 1980, p. 95.

<sup>5</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile*. São Paulo, Unesp, 1998, p. 24.



## **AÇÃO E PAIXÃO POLÍTICA: A DIMENSÃO AFETIVA DA LUTA PELA ANISTIA (1975-80)\***

Andressa Maria Villar Ramos\*\*

O desafio a que me proponho nesta pesquisa é o de documentar como os atores sociais que inauguraram a luta pela anistia no Brasil, entre 1975 e 1980, vivenciaram este processo de combate contra a ditadura. Entendemos que manifestações de raiva, revolta, desprezo, paixão, desejo, são fortes indicadores do tipo de relação que se estabeleceu entre o nosso objeto e o poder instituído contra o qual lutaram.

Exploraremos três principais tensões: as relações entre o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e os Comitês Brasileiros de Anistia (CBA); as relações entre os indivíduos, em cada grupo específico, que reocuparam o espaço público e compartilharam nele suas afetividades; e, por último, as formas de negociação entre os grupos que batalharam pela anistia e o governo ditatorial, suas práticas políticas.

A dimensão afetiva do movimento pela anistia e mesmo dos seus simpatizantes foi expressa de diversas formas. O Brasil vivia uma ditadura militar, e não eram permitidas manifestações contra o governo, o que fez com que os espaços públicos fossem esvaziados e que o debate político oposicionista à busca opções políticas, sociais e econômicas diferentes das que estavam em vigor fosse praticamente calado. O movimento pela anistia foi retomando estes espaços públicos e promovendo debates visando a estabelecer um Estado democrático, que suprimisse o aparelho repressivo e todas as restrições impostas pela ditadura.

Considerações sobre a esfera pública foram feitas por Juergen Habermas<sup>1</sup> que, analisando o pensamento de Hannah Arendt, procurou estabelecer princípios para o seu funcionamento. Para Habermas,<sup>2</sup> o funcionamento da esfera pública depende da criação de procedimentos que possibilitem a participação do maior número de interessados no debate das questões públicas e o exercício da argumentação, de forma a garantir que o consenso seja construído a partir de bases racionais. Hannah Arendt<sup>3</sup> afirma que o poder não é

apenas a capacidade de dispor da vontade dos governados, ainda que esta tenha sido a experiência concreta nas organizações políticas do ponto de vista histórico. Na visão de Arendt, o poder só é legítimo se resulta de um consenso, e não da violência. A partir desta noção de poder, a autora tenta resgatar o político como o elemento central da condição humana e como pressuposto da liberdade.

Para qualificar o poder como um produto do consenso, Arendt considera a ação (práxis) e o discurso (lexis) atividades políticas da mesma espécie, demonstrando que a ação política deriva do uso das palavras. Na sua visão, a coerção e a violência não constituem manifestações de poder, mas atitudes de um Estado pré-político em que as diferenças não são solucionadas através do diálogo.

O consenso ao qual se refere Arendt resulta de uma ação humana solidária que ocorre no espaço público, no qual a identidade individual e dos grupos é assegurada; um ambiente que, portanto, possibilita aos indivíduos compartilharem suas subjetividades. Esta é a esfera pública: um espaço de livre manifestação de idéias, em que as pessoas se encontram, são vistas e ouvidas, ou seja, um espaço que não se remete a um domínio privado (vida particular, privada), mas público (vida coletiva, social, de intercâmbio).

Assim, a noção arendtiana de política tem como base o poder como consenso e está intimamente relacionada ao seu conceito de esfera pública: um espaço no qual os participantes resgatam a ação política, procuram construir algo que também contemple as futuras gerações e buscam garantir a pluralidade, além de um denominador comum.

É essa ação política, com um fim específico e que busca retomar o espaço público do debate e a visibilidade que percebemos no movimento pela anistia.

A primeira ação do CBA de São Paulo se deu por causa da prisão dos militantes da Convergência Socialista. Fomos para o pátio da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na mesa, estávamos eu e a Veroca Paiva, filha do Rubens Paiva, o Marcelo Barbieri (...) e o Arnaldo Jardim (...). Estávamos ali dirigindo o ato com um bruto medo, quando tivemos a informação de que a Faculdade estava cercada pela tropa de choque. Pedi calma. A Veroca ficou tomando conta do ato e eu fui com mais algumas pessoas *falar com* o coronel Braga, que era comandante da PM e que avisou: “Vai tudo em cana!”. E explicou: “Isso aqui é o resto de comunista que tem em São Paulo”. *Argumentamos* que era um ato pela anistia. Mas ele disse: “– Que anistia? É tudo subversivo”. Acabamos fazendo uma *negociação*: termináramos o ato e todo mundo sairia com a mão na cabeça, mas ninguém seria preso (...). O segundo passo foi um ato aberto que fizemos do lado externo da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Se tivesse polícia, a gente entraria correndo. Depois, uma terceira ousadia: nossa primeira passeata, do Largo São Francisco até a Praça da Sé, em 1977. As pessoas começaram a jogar papel picado. A Sé estava proibida desde maio de 1970 (...), fizemos um pequeno comício e ninguém foi preso.<sup>4</sup>

Ao mesmo tempo em que negociavam e buscavam um diálogo com a ditadura, porém, os CBA se afirmavam, criando novas normas de discussão. Rompiam com uma política que estava no poder e inauguravam argumentos que não faziam parte da discussão. É a idéia da política pela lógica do dissenso de Jacques Rancière.<sup>5</sup> No texto *O desentendimento*, o autor interpreta o funcionamento da comunicação política. Sua teoria é um contraponto às teorias do consenso, como a de Habermas, para quem a razão teria uma natureza comunicativa cuja finalidade seria um acordo – consenso – dos interesses em processo na sociedade. Rancière entende a política como o palco no qual “sujeitos em dissenso” – que podem ser os excluídos do consenso – elaborariam estratégias para a realização de interesses variados ou discordantes. A idéia de desentendimento, portanto, recusa o modelo idealizado de uma comunidade voltada para o consenso.

Rancière define a política como o surgimento de um elemento que até então não fazia parte do conjunto daqueles que confrontavam seus interesses dentro de uma ordem consensual. Diz o autor: “A atividade política é a que desloca um corpo do lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho”.<sup>6</sup>

A luta pela anistia inaugurou uma nova fala nessa política institucionalizada. Foi um novo discurso. Mas, e quando os discursos passavam a ser dissonantes mesmo dos opositores? Pensamos em duas situações vivenciadas durante a campanha pela anistia. Uma foi o discurso que não foi incorporado por nenhum dos grupos que lutaram de forma oficializada pela anistia, pessoas que não aderiram à batalha por não concordarem com a sua direção. Falando de sua atuação, Maria Amélia de Almeida Teles nos conta que:

Eu discutia com os presos políticos, onde havia um setor significativo que era contrário a esta bandeira. Não aceitavam a Anistia mesmo sendo qualificada como ampla, geral e irrestrita. Eles achavam que a Anistia era pedir perdão e eles não aceitavam a idéia. Afinal, eles não tinham cometido crimes. Era o Estado que havia cometido crime contra o povo brasileiro. Eu argumentava que a Anistia significava um passo fundamental para a democracia. Assim poderíamos conquistar liberdades políticas etc. Mas minha conversa não entusiasmava muito esses presos. Minhas idéias eram muito conciliadoras.<sup>7</sup>

É uma parcela de excluídos ou auto-excluídos dentro dos sem-parcela. E o barulho, aqui, nem sempre passará disso, já que a documentação sobre estas pessoas é muito escassa, e nos arquivos pesquisados, além de poucas declarações como esta, da Maria Amélia A. Teles, nada foi encontrado, até o momento. Mas sabemos da sua existência e continuaremos à busca da voz destes atores sociais.

O segundo segmento ao qual me referi é o de uma fala que foi uníssona à da ditadura e que passou a rejeitá-la e a participar com grande influência da luta pela anistia. Lembro,

aqui, da conversão do senador Teotônio Vilela. Ele tinha sido designado pelo governo para defender seu projeto de anistia na Comissão Mista e, realmente, no início, não concordava com uma anistia ampla, geral e irrestrita, porque “Anistia é via de mão dupla, e eu não vou defender anistia para terrorista”,<sup>8</sup> mas acabou apoiando o projeto da oposição. Luís Eduardo Greenhalgh nos conta:

Quando a gente foi falar com ele, nas primeiras vezes, ele dizia que a anistia ampla, geral e irrestrita era impossível, que tinha que ir passo a passo redemocratizando o Brasil, e que ele próprio não aceitava a anistia para os crimes de sangue. E nós falamos: Senador, o senhor é o presidente desta Comissão, é tarefa sua visitar os presos políticos, os comitês de anistia vão estabelecer, se o senhor quiser, essas visitas. E ele quis. E a primeira visita que ele fez foi (...) no presídio Barro Branco, em São Paulo, para ver os presos políticos. Quando ele saiu de lá de dentro, uma jornalista da Rede Globo, Marilena Chiarelli, perguntou a ele: “Como foi a sua visita Senador, aos terroristas?”. E ele respondeu: “Não encontrei nenhum terrorista aí dentro, encontrei jovens idealistas que arriscaram sua vida para o bem do Brasil”, e a mulher pegou o microfone, parou, voltou e fez uma segunda pergunta a ele: “Senador, o senhor os convidaria, essas pessoas, para se hospedarem na sua casa?”. E ele disse: “Convidaria a todos e a cada um para se hospedar em minha casa, convite que não faço a muitos dos ministros do atual governo”.<sup>9</sup>

É o dissenso dentro da política instituída. A voz deste senador dentro do governo, que lutou pela anistia ao lado dos grupos de oposição, foi uma conquista para esta luta, ainda que tenha acontecido apenas em 1979.

O movimento foi tomando, aos poucos, o espaço da praça pública, ganhando apoio da sociedade que assistiu a esta movimentação, mas desagradando ao governo militar. Percebemos que houve negociação e argumentação na busca por este espaço. O movimento pela anistia buscou retomar a praça pública através do diálogo, mesmo que não fosse completamente ouvido pela ditadura. A busca por uma negociação retirou o movimento da esfera que os trataria como “agitadores”. Há uma disposição, e uma ação, que retoma a cena pública, e manifesta-se através do apelo racional.

Da mesma maneira, o MFPA agia dentro do espaço da política e participava de encontros, reuniões, palestras – muitas vezes, nas próprias instituições colaboradoras da ditadura, como vemos nesse documento:

Anistia vem do grego *Amnistya*, quer dizer esquecimento. É o processo de se passar uma esponja e apagar o passado.

Os gregos, na sua sabedoria, sabiam muito bem que passadas as divergências entre irmãos se fazia imperiosa a anistia, pois a Pátria é indivisível, e nosso trabalho é para a união nacional. O universo da anistia é jurídico, mas a sua consecução é através do político. E a tática obrigatoriamente é política e a arma legítima é a pressão.

Nós vivemos num país dividido econômica, política e socialmente. A união da Nação se faz imperiosa e a anistia é o primeiro passo. (...) Hoje, falar de anistia se fala de camarote, mas o começo foi muito duro, pois tínhamos que conquistar o espaço político. Espaço político em uma ditadura ninguém tem – se conquista.<sup>10</sup>

A fala de Therezinha Zerbini nos revela muitas características sobre o seu grupo. Ainda que, no início, houvesse uma tentativa de agrupar mais setores no MFPA,<sup>11</sup> em 1979, a fala oficial e aceita deste grupo era a de suas líderes, entre elas, Therezinha Zerbini, advogada, esposa do general Euryale de Jesus Zerbini, cassado pela ditadura. Uma das principais diferenças entre o MFPA e o CBA foi quanto às pessoas que cometeram os chamados “crimes de sangue”. Os CBA entendiam que a anistia devia alcançá-los, enquanto o MFPA não apoiou esse alcance no início de sua formação e só em 1978 aderiu à bandeira da anistia ampla, geral e irrestrita. Na sua formação, o que vemos nas fontes é que defenderam uma anistia ampla e geral. Qual a diferença? Anistia ampla porque sua vastidão beneficiaria todos os envolvidos num determinado episódio; já a limitada abrangeria apenas alguns envolvidos em tal acontecimento. Geral porque deveria alcançar os punidos por envolvimento em todos os episódios ocorridos num determinado período histórico, enquanto a parcial envolveria apenas alguns fatos. E, finalmente, quanto às suas conseqüências, os grupos que lutaram pela anistia buscavam-na irrestrita, que não impõe condições ou limites à concessão dos benefícios (há limites para os efeitos da restrita). Assim, o MFPA nasceu excluindo o que a lei também deixou de fora: os condenados por crime de “terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Só três anos mais tarde os incorporou à sua peleja.

No começo da citação, vimos a noção de anistia como esquecimento. Esse foi o grupo que entendeu que era necessário “passar uma esponja e apagar o passado”. O discurso oficial do CBA não entendia assim a anistia, e o porque desta diferença nos leva a várias questões, entre elas, a própria da memória. Para Susan Sontag, no seu livro *Diante da dor dos outros*, “Para reconciliar-se é necessário que a memória seja imperfeita e limitada”.<sup>12</sup> Diferença que sugere um importante debate sobre a memória desses atores sociais, mas sobre o que ainda há muito a ser explorado.

O MFPA colocou a luta pela anistia no “universo jurídico” e político. As formas de ação deste movimento aconteceram, como Zerbini nos fala em seu texto, “através de pressão”. Esta pressão foi exercida através de artigos em diversos jornais entre 1975 e 1979.<sup>13</sup> São discursos, palestras, cartas e conferências buscando voz dentro da ditadura, por meios legais.

Os CBA e o MFPA agiram dentro do que podemos chamar de legalidade. Primeiramente, com o MFPA, a questão da anistia alcançou significativa repercussão. Além de ter sido um movimento feminino,<sup>14</sup> foi a primeira forma organizada de luta pela anistia e

pretendia a “pacificação da família brasileira, que seria indispensável preliminar à recomposição do pacto social”.<sup>15</sup> Aproveitando a proclamação, pela ONU, de 1975 como o Ano Internacional da Mulher, cujas palavras de ordem eram “Igualdade, Desenvolvimento e Paz”, Therezinha nos contou que a bandeira da anistia foi levantada junto com a da paz – “Afinal, quem seria contra a paz?”.<sup>16</sup>

Os CBA não eram formados apenas por pessoas, mas por entidades representativas,<sup>17</sup> e trouxeram seus fundamentos expressos numa Carta de Princípios e num Programa Mínimo de Ação. Entre os objetivos a serem seguidos: “liberdade de palavra, de expressão, de manifestação”, “urgente necessidade da mais ampla liberdade (...) de imprensa escrita, falada e televisada, de expressão teatral e artística, de manifestação de pensamento”, “liberdade de associação e reunião, autonomia sindical, direito de greve; e liberdade de atuação política e organização partidária”.

Foi o órgão que mais organizou passeatas, caminhadas, atos públicos e assembleias, contando com considerável participação da sociedade civil. Tentou agrupar a maioria das correntes que batalhavam pela anistia: as esquerdas, os liberais e as igrejas. Essa tentativa de aglutinação dos CBA nos sugere que a luta pela anistia teve a característica de ser plural, de transitar em vários ambientes. Sempre existiu a possibilidade de reunir líderes partidários, de movimentos sociais, sindicais e outros, igrejas, entidades as mais diferentes. Esta diversidade de personagens só havia se encontrado, até então, na campanha pela anistia. Ainda que fosse uma luta por liberdade e justiça, principalmente – explicitada nos objetivos da Carta de Princípios –, sua prática nos mostrou que foi, também, uma busca pela retomada do espaço político perdido. E, neste sentido, não podemos deixar de pensar que, além de ter sido um combate contra o poder ditatorial, foi também uma luta para a conquista deste poder no campo político da negociação.

Seria, contudo, o consenso estruturado e construído apenas através de regras, argumentação e racionalidade? Ora, partindo do princípio de que o consenso nasce da compreensão do outro, ou seja, de uma comunicação entre subjetividades, mais do que palavras, na esfera pública compartilham-se emoções. Não há, então, explicações puramente racionais. Ainda que haja um discurso e ações racionais, em que a negociação é fundamental para o alcance dos objetivos, há uma dimensão que é *afetiva*, que incorpora os desejos individuais e coletivos, desejos de situações que foram suprimidas pela ditadura, que formam relações que são específicas destes grupos e que aparecem tanto nas ações do MFPA quanto nas dos CBA.

Há dor, ódio, ressentimento, paixão e desejo, afetividades que são componentes fundamentais desta luta. O ódio, por exemplo, a uma restrição criada por um governo ditatorial, de ver um amigo ou parente preso, o ressentimento causado por isso, o medo se repro-

duzem e se manifestam em várias situações. Concordamos com Pierre Ansart: “as paixões são verdadeiras forças, dinâmicas, criadoras de múltiplas ações e destruições”.<sup>18</sup> Há uma verdadeira dialética das paixões: as hostilidades se reforçam mutuamente e conduzem, no caso do nosso objeto, a um combate contra o poder instituído. Diz Ansart: “se há no povo um desejo demasiado de liberdade é porque há na elite um desejo demasiado de mandar”.<sup>19</sup> Nos grupos que lutaram pela anistia, encontramos a reunião de descontentes com um governo ditatorial que compartilharam suas emoções num espaço próprio criado (ou retomado) por eles para a expressão de falas e elaboração de ações vigorosas e apaixonadas; contemplou, por isso, a dimensão racional e afetiva num só objetivo:

(...) ainda ali na primavera de 1974 nossa perspectiva limitava-se à denúncia da tortura, à denúncia da repressão econômica, à apresentação dos índices de acidente de trabalho, enfim, à apresentação do quadro geral de uma ditadura militar de direita. Faltava uma palavra que sintetizasse todas as aspirações da luta, num determinado momento, uma palavra que fosse aquilo que as pessoas chamam, de forma empolada, o centro tático. Aquilo para onde iam convergir os pedidos e o apoio internacionais.

Não conheço em todo o período de militância na denúncia da ditadura brasileira no Exterior nenhuma palavra de ordem que tenha nos unido tanto quanto a anistia.<sup>20</sup>

Para Fernando Gabeira, a palavra *anistia* foi aglutinadora de uma luta que se dirigia, principalmente, contra a ditadura e suas arbitrariedades. Ele, mesmo fora do país, articulou-se na campanha pela anistia num CBA com sede em Estocolmo, com várias outras pessoas que compartilharam suas afetividades no exílio:

Mesmo agonizando politicamente, eles ainda fazem o diabo, construindo esse muro entre os brasileiros. Pessoas da família morrem, amigos morrem e a gente tem de chorar na neve, sem poder confortar a mulher, os filhos, que também são nossos amigos. Quando soube da morte de Darwin Brandão andei feito barata tonta pelas ruas de Estocolmo, norte da Europa, nada a ver com o Brasil, onde um amigo estava descendo ao túmulo, descendo para o nunca mais. E isto é um caso meu. Pensem em escala de milhares de refugiados, de milhares de encontros que não mais se darão, nem com a anistia.<sup>21</sup>

O que lemos neste trecho é o sentimento da falta de poder confortar os amigos e parentes que estão sofrendo e a consciência de sua própria dor e ressentimento – um motor para a ação. Gabeira prossegue: “Anistia é a união. Unir os brasileiros já é um passo na luta contra a ditadura que desde 64 não busca outra coisa a não ser a nossa separação, seja pela morte, seja pela cadeia, seja pelo exílio ou mesmo pela desconfiança, o medo, a delação”.<sup>22</sup>

Podemos pensar que a luta pela anistia também foi um movimento de união dessas pessoas que estavam sendo prejudicadas pela ditadura e que encontravam em seus pares

alguém para compartilhar e que compreendesse sua fala. Podemos analisar o movimento pela anistia como resultado de pensamentos e desejos individuais e/ou coletivos, mas planejados sob um mesmo e específico valor, a política vivenciada por cada indivíduo ou cada grupo, que superou as diferenças entre seus atores. Onde situar, então, os discursos apaixonados, as ações corajosas e tantas imagens, falas, textos que refletem o envolvimento afetivo dos atores com o movimento, e mais, que revelam desejos, vontades, esperanças, sentimentos? Segundo Hannah Arendt,<sup>23</sup> uma das características da condição humana é o desejo/vontade; então, esses desejos e essas vontades expressos na peleja do movimento pela anistia existem como resultado de quê? De desejo de liberdade? De justiça? Para Pierre Ansart, se os desejos são universais e caracterizam a condição humana, eles vestem as formas e suas várias orientações, de acordo com a estrutura das organizações do Estado.<sup>24</sup> Então, se houve falta de justiça e liberdade, esses valores podem ser considerados aglutinadores da luta pela anistia?

Todas as atrocidades denunciadas com violência possuem certa unidade afetiva de ódio e revolta. Para Pierre Ansart, essas manifestações também induzem a uma dialética de “ameaças e medos, favorável à escalada das agressividades”.<sup>25</sup> Se não significam ameaças reais de perigo, pelo menos durante a ditadura eram usados como desculpa para o endurecimento: mais cassações, exílios, prisões, torturas, mortes.

Os valores que possibilitaram a especificidade da luta pela anistia, que, juntos, podem ser contraditórios e ambíguos, pertencem a variadas heranças e são – porque saídas de grupos de convivência (com ligações interpessoais que estabelecem a relação do indivíduo para o coletivo) – interiorizados, vividos e postos em jogo na forma de afetividades. A afetividade política não pode ser apreendida como algo somente de indivíduos: ela resulta do contato pessoal com os fenômenos sociais. Assim, reveste de sensibilidade os valores coletivos, contribui para a formação e a evolução da orientação ética (fundada em noções de bem e mal). Estas orientações permitem que os indivíduos e/ou grupos definam seus objetivos e estratégias e os compartilhem.

O que os unia? O inexorável processo de democratização, sim, mas, ainda, os fatos do passado e do presente: o vínculo social era, também, garantido pelos sentimentos individuais e coletivos de busca pela liberdade, pela justiça, além do sentimento de solidariedade – tanto as pessoas presas, cassadas, exiladas quanto seus familiares viviam sentimentos similares que os levavam à luta pela anistia. Neste sentido, podemos concordar com Hannah Arendt, pensando que a vontade de liberdade, de justiça, foi o “motor da ação” ou, como diria Kant (e a autora subscreve), “o poder de começar espontaneamente uma série de coisas”;<sup>26</sup> então, para delinear como funciona essa aptidão para “mudar o mundo”, a autora questiona: “Que experiências fizeram com que os homens se tornassem conscientes

do fato de que eram capazes de formar desejos?”.<sup>27</sup> Esta questão (que a encaminhou para uma genealogia das teorias da vontade) sugere, para nossa pesquisa, pensar nas experiências que nossos personagens vivenciaram, que os impulsionaram à ação: formar grupos que lutassem pela anistia.

Ao mesmo tempo em que o movimento foi político, ele tinha o envolvimento pessoal de quem estava naquela luta, porque, quando você se dedica a uma causa, você estará pessoalmente implicada; mas quando você se dedica a uma causa porque você está pessoalmente implicada, a sua dedicação é mais determinada, concentrada, você reúne toda a sua energia emocional e passa dia e noite a só pensar naquilo.<sup>28</sup>

Nessa declaração de Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes, e também nas demais fontes analisadas, percebemos que o movimento pela anistia foi uma luta carregada de afetividades, e é buscando resgatar e analisar os ódios, as angústias, os sofrimentos e as paixões deste movimento – e respondendo às questões levantadas durante a elaboração dessas questões iniciais – que pretendemos realizar esta pesquisa. Trata-se da chegada à esfera pública e política de um novo aspecto: a dimensão afetiva. Como percebemos, os grupos que lutaram pela anistia não consistiram, apenas, de um pretensão racionalismo político e jurídico, já que o afetivo permeia fortemente todas as instâncias sociais, principalmente a política – porque acreditamos que a cada ação política corresponde uma paixão, que confere vida e movimento ao que, sem ela, não passaria de uma estrutura inerte.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

#### Notas

\* Este texto foi elaborado a partir de reflexões resultantes da apresentação no Grupo de Trabalho “A Ditadura em Questão”, na XII Semana da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP (16 a 20 de agosto de 2004); e da apresentação no Seminário Temático “É ainda possível falar-se em felicidade pública? Emoções e ausências de emoções na política”, no XVII Encontro Regional de História – Anpuh (6 a 10 de setembro de 2004, Unicamp).

\*\*Andressa Maria Villar Ramos é doutoranda em história social pela PUC-SP.

<sup>1</sup> Ver: LEFORT, Claude. *Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991; TELLES, V. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social*, v. 2, n. 1, pp. 23-48, 1990.

<sup>2</sup> HABERMAS, J. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Massachusetts, MIT Press, 1996.

<sup>3</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense, 1997.

<sup>4</sup> GREENHALGH, Luís Eduardo. Depoimento a Rita Freire. *Revista Adusp*, out. 1999, p. 80.

<sup>5</sup> RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo, Ed. 34, 1996.

<sup>6</sup> Id., *ibid.*, p. 42.

<sup>7</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. Depoimento concedido ao especial, sobre os 20 anos da anistia, elaborado pela Fundação Perseu Abramo.

<sup>8</sup> GREENHALGH, op. cit.

<sup>9</sup> GREENHALGH, Luís Eduardo. Discurso proferido em 23 ago. 1999, por ocasião do ato público em homenagem aos 20 anos da anistia, no auditório do Tuca, PUC-SP.

<sup>10</sup> ZERBINI, Therezinha. *Anistia: semente de liberdade*. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1979, p. 251.

<sup>11</sup> Como um grupo de mulheres de Londrina-PR, engajadas nas lutas feministas em torno do jornal *Brasil Mulher*, que no início o MFPA apoiou, mas com que rompeu logo em seguida, fundando seu próprio jornal, o *Maria Quitéria*. Zerbini: “Ainda fiquei dentro dessa sociedade e marchamos juntas por algum tempo (...) mas depois queriam fazer um jornal feminista, (...) sem nenhum vínculo com o nosso movimento”. *Ibid.*, p. 24.

<sup>12</sup> SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. Companhia das Letras, 2003, p. 93.

<sup>13</sup> O MFPA realizou conferências em locais como a Associação Brasileira de Imprensa (1975); Câmaras Municipais (Porto Alegre e São Paulo em 1975, São Paulo em 1977, Goiânia em 1978, Campinas em 1979); Câmara dos Deputados em Florianópolis, em 1977; no Museu de Arte e na Assembléia Legislativa de São Paulo, em 1976.

<sup>14</sup> Neste ano, com forte influência do crescente movimento feminista na Europa no início dos anos 70, nasceu o movimento feminista no Brasil. No entanto, o MFPA não foi um movimento feminista, ao contrário, usava a imagem da mulher para legitimar a luta pela anistia e, nesse sentido – o uso da imagem da mulher – poderia ser considerado até como de inspiração machista. KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982, p. 79.

<sup>15</sup> UUGER, Edyla Mangabeira. Manifesto impresso do MFPA, jul. 1979. In: *Documentário organizado do Pres. da Comissão Mista do Congresso*, p. 403.

<sup>16</sup> ZERBINI, Therezinha. Depoimento a Andressa M. Villar Ramos. São Paulo, 25 set. 2001.

<sup>17</sup> Só no estado de São Paulo houve 15 CBA, com Maria Auxiliadora Almeida Cunha Arantes como coordenadora: Santos, São José dos Campos, Campinas, Piracicaba, Limeira, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru, ABC, Assis, Osasco, Itapira, Jacaré, Mogi das Cruzes e Guaratinguetá. Exemplos de CBA no exterior são: Estocolmo, Gotemburgo e Lund-Malmö, na Suécia; Genebra e Lausanne, na Suíça; Itália, Noruega, Dinamarca, Holanda, Londres – Inglaterra, Paris – França, Berlim e Colônia – Alemanha, Lisboa – Portugal.

<sup>18</sup> ANSART, Pierre. *Los clínicos de las pasiones políticas*. Buenos Aires, Nueva Vision, 1997, p. 96. Tradução livre.

<sup>19</sup> Id., *ibid.*, p. 100.

<sup>20</sup> GABEIRA, Fernando Nagle. *Carta sobre a anistia; A entrevista no Pasquim; Conversação sobre 1968*. Rio de Janeiro, Codecri, 1979, pp. 10-11.

<sup>21</sup> Id., *ibid.*, p. 18.

<sup>22</sup> Id., *ibid.*, p. 19.

<sup>23</sup> ARENDT, op. cit.

<sup>24</sup> ANSART, Pierre. Connaissance des passions politiques. Platon, Machiavel, Tocqueville. *Les Cahiers de Psychologie politique*. n° 00, jan. 2002. Tradução livre.

<sup>25</sup> Id., *ibid.*

<sup>26</sup> ARENDT, op. cit. , p. 14.

<sup>27</sup> Id., *ibid.*, p. 63

<sup>28</sup> ARANTES, Maria Auxiliadora Almeida Cunha. Depoimento a Andressa M. Villar Ramos. São Paulo, 8 set. 1999.



## **REPRESENTAÇÕES DA GREVE DOS PETROLEIROS DE 1995 NA IMPRENSA: AS REFERÊNCIAS AO PERÍODO MILITAR E À DEMOCRACIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO**

Ana Cosenza\*

Os 21 anos da ditadura militar no Brasil, iniciada com o golpe de 1964, caracterizaram-se, entre outros pontos, por uma forte repressão a todos os movimentos sociais contestatórios, em especial sindical. Já no final do período militar, com as greves metalúrgicas de 1978-1979 no ABC paulista (e de outros setores do operariado, no início dos anos 80), os trabalhadores organizados tornaram-se o principal expoente do conflito com o poder então estabelecido. Além da reivindicação específica de participação política do movimento operário, essas greves – e, posteriormente, a formação e as ações da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e dos sindicatos com ela identificados – serviram à reivindicação geral da sociedade pela democratização do regime.<sup>1</sup>

As greves ocorridas durante a ditadura foram duramente reprimidas, inclusive com a prisão e enquadramento de seus líderes na Lei de Segurança Nacional e com a intervenção governamental em sindicatos de trabalhadores. Entretanto, o processo de democratização do país – com as eleições dos governos estaduais, a posse de um governo federal civil, em 1985, e as seguintes eleições presidenciais – não significou, como se poderia supor, o fim de atitudes repressivas ao movimento operário. Ao contrário, mesmo sob a vigência da democracia, as tensões nas relações entre os diversos grupos da sociedade eram, em geral, acompanhadas de um discurso que se referia ao período militar como ameaça: estes conflitos poderiam, diante de uma democracia ainda frágil, promover o retorno da ditadura. Marcadamente nos momentos em que esta tensão tornou-se mais aguda, houve ações governamentais que foram além do discurso, como aconteceu nos casos das greves de trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1988, e dos petroleiros, em 1995.

Este último movimento é o objeto da pesquisa que apresentamos ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, cuja proposta é questionar como foi contada a história da greve petroleira através das representações feitas pela imprensa. Ou seja:

partindo de uma concepção crítica, que entende que a imprensa não é neutra ou imparcial, mas “instrumento de manipulação de interesses” e “agente da história que ela também registra e comenta”,<sup>2</sup> busca-se compreender quais foram e como funcionaram os mecanismos utilizados pela imprensa para construir imagens, difundir conceitos e firmar opiniões sobre a paralisação dos petroleiros e seus personagens. No marco desta pesquisa, é na recorrência ao período militar no noticiário sobre a greve petroleira que se concentra o presente texto.

Em maio de 1995, o Brasil vivia um período de relativa estabilidade, proporcionada pelo controle da inflação e pela eleição, em primeiro turno (e, portanto, com grande respaldo popular), de Fernando Henrique Cardoso para a presidência da República. Entretanto, o país ainda se ressentia da crise política provocada pelo *impeachment* de Fernando Collor de Mello – primeiro presidente eleito após a ditadura militar – que, entre outras consequências, ocasionou uma desaceleração no processo de implantação do projeto econômico e político do neoliberalismo no Brasil. Foi somente no primeiro mandato de Cardoso que se consolidaram internamente alguns dos elementos fundamentais do neoliberalismo, entendido como a junção de um ideário de aprofundamento das concepções do liberalismo clássico e de uma série de práticas, conforme Fiori<sup>3</sup> e Anderson.<sup>4</sup> Entre as mudanças ocorridas ou aprofundadas já em 1995, destacam-se a abertura comercial e financeira da economia, a ampliação do processo de privatizações, a diminuição dos espaços de poder dos movimentos sindicais e sociais e a aprovação, no Congresso Nacional, de diversas reformas à Constituição, inclusive a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo.<sup>5</sup>

A greve, iniciada em 3 de maio de 1995, foi convocada pela CUT como um protesto de servidores públicos e funcionários de estatais contra essas reformas e pelo cumprimento de acordos salariais firmados durante o governo anterior, de Itamar Franco. Deste movimento mais amplo destacou-se a paralisação dos petroleiros, que teve adesão de cerca de 90% dos trabalhadores da categoria, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP), e durou 32 dias. Esta greve foi o primeiro e o mais expressivo embate entre o novo governo e o movimento sindical e teve consequências tanto na aprovação das reformas constitucionais como no estabelecimento de novos termos de relacionamento entre o poder governamental e as entidades representativas dos trabalhadores.

Da forma como a mídia, especialmente a imprensa de circulação nacional, noticiou a greve, as opiniões sobre o movimento e suas implicações não se restringiram a editoriais e artigos assinados. Ainda que subliminarmente, essas opiniões transpareceram também nas notícias e reportagens publicadas. As matérias sobre a greve petroleira trataram de alguns temas importantes do discurso do novo liberalismo, discurso este que, como a prática neoliberal, estava em formação naquele período.

Ao construir esse discurso, a imprensa não se restringiu ao momento do acontecimento da greve. Se aceitamos que um discurso é sempre produzido como um diálogo, contestando ou afirmando elementos de outros discursos presentes na sociedade, e que este diálogo é estruturado em consonância com os conflitos sociais existentes,<sup>6</sup> podemos, então, perceber a necessidade de compreender as referências feitas, nas notícias sobre a greve dos petroleiros, a períodos históricos anteriores. Nos jornais pesquisados – *Folha de S. Paulo* e *O Globo* –, foram referenciados, especialmente, a chamada Era Vargas, durante a qual foi fundada a Petrobrás e instituída a estrutura sindical vigente até os dias atuais; e o regime militar, utilizado ora como contraponto ao que se compreendia então como um regime democrático, ora como influência ainda presente nas atitudes governamentais ou dos grevistas de 1995.

A principal imagem construída pela mídia sobre a greve dos petroleiros foi a de um movimento corporativista, de funcionários privilegiados que se preocupavam apenas com seus próprios interesses e prejudicavam a população, privando-a de serviços essenciais, como o fornecimento de gás de cozinha e combustíveis. Esta representação pejorativa foi edificada através de notícias que creditavam exclusivamente à greve a responsabilidade pela falta de derivados de petróleo, o que foi ressaltado em textos que afirmavam insistentemente que o desabastecimento era “devido à greve dos petroleiros” e na utilização de fotos e depoimentos mostrando a dificuldade em encontrar gás e combustíveis. Segundo Rizek,<sup>7</sup> a lógica proposta pelo jornal – a greve como causa da falta de gás de cozinha – é, na verdade, invertida: foi o alarde feito pela imprensa sobre a iminente falta de gás que levou ao aumento na procura e, conseqüentemente, à escassez de fato do produto.

A edição das matérias privilegiou, ainda, as informações prestadas por membros do governo, sindicatos patronais e distribuidoras. Ao mesmo tempo, as denúncias feitas pelas entidades dos petroleiros (de que a Petrobrás e as distribuidoras estavam escondendo estoques), posteriormente confirmadas, foram suprimidas ou minimizadas. Nas matérias sobre o problema da falta de gás e combustíveis, também estava subjacente a idéia de que o direito de greve não poderia ser tão amplo quanto o estabelecido pela Constituição de 1988. Os ditos prejuízos à população, destacados nas notícias e reportagens, reforçavam a concepção de que, em alguns setores, o exercício do direito de greve implicaria a supressão de um direito considerado mais importante: o dos consumidores.

Nos editoriais, tanto a *Folha* como *O Globo* utilizaram os termos “chantagem” para se referir à greve e “reféns” ou “vítimas” para a população, ou os consumidores, privados de seu direito de acesso a um bem essencial. Mesmo nas matérias sobre a falta de combustíveis em que a população não foi nominada como “refém” ou “vítima”, ela foi mostrada desta forma nas fotos e textos que, aparentemente, apenas descreviam a situação de desa-

bastecimento ou narravam os exemplos concretos de pessoas que enfrentavam dificuldades para conseguir os produtos. Também o significado de “chantagem”, ainda que a palavra em si não tenha sido usada, está embutido na insistência cotidiana em reafirmar que os problemas de abastecimento aconteciam “devido à greve dos petroleiros”. “Chantagem”, além de um termo pejorativo – que indica uma ação ilegal ou, pelo menos, errada –, também é um indicativo de poder. Só quem tem algum tipo de domínio sobre o outro pode chantageá-lo. Em contrapartida, quem está na posição de “refém” está indefeso, subjugado por um poder maior que o seu, preso a uma situação sobre a qual é o outro quem tem o controle. Na opinião dos jornais, esta situação que vitimava a sociedade e lhe cerceava a liberdade era dada pelo monopólio estatal do petróleo. Com base nessa contraposição, os jornais afirmaram a necessidade de quebrar tal monopólio e o de outros setores estratégicos da economia, conforme propusera o governo na reforma constitucional que tramitava no Congresso. O fim dos monopólios seria, na opinião expressa pela grande imprensa, a única forma de proteger os interesses da sociedade.

No debate sobre o acontecimento específico da greve dos petroleiros de 1995, a palavra “monopólio” adquiriu sentidos distintos. Para os boletins sindicais, que se dirigiam principalmente aos próprios trabalhadores em greve, o “monopólio” era a defesa da soberania nacional e da dignidade dos trabalhadores. Para a grande imprensa, era o empecilho ao desenvolvimento e a condenação da sociedade a ser refém de interesses corporativos. Em ambos os casos, as enunciações produzidas não dialogavam apenas com o ideário que se conformava naquele momento, de forma contrária ou favorável, respectivamente, ao governo de Cardoso. Faziam-no também com os ideais nacionalistas e sobre a importância estratégica do petróleo, construídos desde a era Vargas. Como o monopólio estatal, também a “greve”, os “petroleiros”, a “democracia” e o “Estado”, entre outros termos, tiveram diferentes significações nas matérias publicadas sobre a greve de 1995 e seguiram as mudanças e contradições que caracterizaram o período.

Estes e outros temas importantes para o discurso neoliberal apareceram nas notícias e artigos sobre a greve de maneira mais sutil. No que se pode considerar uma primeira fase da paralisação, na qual governo e petroleiros disputavam o apoio da opinião pública, os jornais buscaram deslegitimar a greve e, com ela, as entidades sindicais, acentuando a motivação política do movimento, em detrimento das reivindicações salariais. Nesta fase, que vai do início da greve, em 3 de maio de 1995, até a ocupação de quatro refinarias pelo Exército, em 24 de maio, os veículos da grande imprensa também destacaram que a greve era ilegal, pois continuava mesmo após ser julgada abusiva pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). A continuidade da paralisação, apesar da decisão do Tribunal, foi vista como desrespeito ao Estado democrático de direito. Foi tematizado, ainda, qual seria o

papel do Estado na regulação dos conflitos trabalhistas, através de textos que apontavam para a necessidade de mudanças nas relações entre o governo e os representantes dos trabalhadores.

Apesar da existência desses temas nos dois jornais pesquisados, eles não foram tratados da mesma forma pela *Folha* e por *O Globo*. No jornal paulista, por exemplo, a greve dos petroleiros recebeu espaço privilegiado no caderno de política, enquanto *O Globo* reservou à paralisação as páginas finais da parte de economia, ressaltando, desta maneira, que um conflito trabalhista é, ou deveria ser, sempre prioritariamente econômico.

Em relação a apresentar a imagem da greve como ação política que não deveria ser feita por entidades sindicais, os dois jornais relacionaram-na às reformas que tramitavam no Congresso. *O Globo* deixou explícito, nas matérias noticiosas e nos editoriais, um posicionamento a respeito da greve como ação da CUT, política e fraca diante da reação do governo, que alcançava vitórias no campo parlamentar. E defendeu as reformas como elementos positivos para o desenvolvimento do país, mostrando seu alinhamento com as orientações políticas do governo. Na *Folha*, esse mesmo posicionamento também foi demonstrado, mas implicitamente, na relação de proximidade entre as matérias referentes às reformas e as que tratavam da greve, em recursos gráficos como o selo “Mudanças na Constituição”, que encabeçava as reportagens sobre ambos os assuntos, e em menções no interior dos textos.

Quanto à imagem da greve dos petroleiros como desafio à democracia e ao Estado de direito – embora *O Globo* tenha apontado em seus editoriais que sua continuidade, mesmo após o TST ter julgado o movimento abusivo, seria uma atitude contrária aos preceitos democráticos –, foi na *Folha de S. Paulo* que o assunto tomou corpo. Em 11 dos 13 editoriais publicados pelo jornal paulista durante a greve, a *Folha* salientou a opinião de que, independentemente de serem legítimas ou não as reivindicações, ao desobedecer ao TST os grevistas colocaram em questão o Estado de direito e ameaçaram a democracia recém-conquistada no país. Para o jornal, a greve o faria, a um só tempo, em duas frentes: no desrespeito a um de seus pilares – o Poder Judiciário – e na realização de uma greve “política”, contra as reformas na Constituição, transferindo para a manifestação direta um debate que deveria caber, pelos princípios da democracia representativa, aos parlamentares eleitos. Além do maior número de editoriais, a *Folha* fez matérias consultando especialistas sobre se a greve ameaçava ou não o Estado democrático.

Outra diferenciação importante neste tema foi que *O Globo* falou da afronta à Justiça em seus editoriais, mas em nenhum momento a greve foi apontada como capaz de ameaçar a democracia brasileira. Para o jornal, o problema estava em que os trabalhadores em serviços essenciais não sabiam ou não queriam agir democraticamente e cabia ao governo

fazer valer a decisão judicial e garantir a continuidade democrática “contra os sabotadores da paz social”.<sup>8</sup> Já para a *Folha*, a greve não representava somente afronta à democracia e ao Estado de direito, mas também algo capaz de provocar “a desmoralização do Judiciário, um dos alicerces do Estado democrático” e de “ameaçar a ordem democrática”. Se Fernando Henrique Cardoso cedesse às pressões do movimento, estaria “trabalhando contra a ainda frágil democracia brasileira”.<sup>9</sup>

Houve diferenças expressivas entre os dois jornais também em relação a qual deveria ser a atitude do governo diante da paralisação. *O Globo* defendeu uma postura dura, que esmagasse a greve petroleira e, com ela, as lideranças do movimento sindical em geral. Já a *Folha* promoveu a necessidade de dialogar e cooptar as lideranças sindicais para o projeto que se implementava no país.

A opção do governo de Fernando Henrique Cardoso foi endurecer com o movimento grevista. Em 24 de maio, ele ordenou a invasão de quatro refinarias pelo Exército, o que inaugurou o que pode ser considerada a segunda fase da greve, marcada pela ofensiva governamental e pela atitude defensiva dos petroleiros. Além da ocupação das refinarias, o governo adotou outras medidas repressivas contra os funcionários em greve. Conforme destacaram os jornais pesquisados, partiram diretamente do Planalto ordens para que a Polícia Federal abrisse inquéritos criminais contra os grevistas e para que o Ministério da Justiça iniciasse a cobrança das multas estipuladas aos sindicatos pelo TST.

Nesta fase, a disputa física entre governo e trabalhadores pelo controle das refinarias refletiu e contribuiu para a batalha que se travava entre dois projetos distintos para o país. Como afirmam Martins e Rodrigues,<sup>10</sup> ao ordenar a entrada do Exército nas refinarias, “o governo que se auto-intitulava social-democrata começava seu mandato numa postura avessa às práticas da social-democracia e havia resolvido dar uma ‘lição’ ao sindicalismo-CUT”. É neste mesmo sentido que Miagusko<sup>11</sup> questiona como foi possível, no marco do início de um governo que se dizia comprometido com a democracia e com o Estado de direito, que ações claramente antidemocráticas tenham aparecido como seu contrário, ou seja, como atitudes necessárias à preservação do Estado democrático.

A ocupação das refinarias pelo Exército recolocou em discussão, sob vários aspectos, qual deveria ser o papel do Estado na mediação dos conflitos trabalhistas. Nos jornais pesquisados, após essa ação ordenada pelo governo, ficou à mostra uma das principais contradições do período: ao mesmo tempo em que defendiam a saída do Estado da economia, inclusive de setores estratégicos, e que reivindicavam o fim da interferência estatal sobre a regulamentação das relações de trabalho, tanto *Folha* como *O Globo* apoiaram a existência de um Estado forte no trato com as manifestações dos trabalhadores.

Os dois jornais inicialmente apoiaram a intervenção militar nas refinarias, justificada como única forma de garantir o abastecimento de derivados de petróleo, e foi comum a demonstração de temor em relação à refinaria de Cubatão, que estava ocupada pelos grevistas. Mas, diferentemente de *O Globo*, a *Folha de S. Paulo* apresentou certa apreensão com os resultados da ocupação militar e passou a considerar que também o governo estava fazendo uso político da greve. O jornal paulista logo voltou a defender um acordo entre petroleiros e governo, para colocar fim à greve sem que a democracia brasileira saísse arranhada. Expressiva desta postura da *Folha* foi a publicação da matéria “Conflito matou 3 operários em 88”,<sup>12</sup> que lembrava a greve da CSN em Volta Redonda e, na forma como descreveu os acontecimentos, continha uma crítica às atitudes do Exército, da PM e do governo na época. A presença desta matéria entre as notícias sobre a ocupação do Exército nas refinarias da Petrobrás foi um chamado a que governo e petroleiros optassem pelo diálogo e evitassem que a tragédia da CSN se repetisse.

As diferenças entre *Folha* e *O Globo* são parcialmente explicáveis pela história dos jornais e seus graus de vinculação ao discurso democrático. Do ponto de vista político, a *Folha* foi oposição ao governo Jango e, inicialmente, apoiou o golpe militar de 1964. Logo, porém, deixou de dar apoio incondicional aos militares e colocou-se em uma postura crítica ao regime.<sup>13</sup> Na segunda metade da década de 70, com a abertura política iniciada por Geisel e a diminuição do poder militar, também a *Folha* se transformou, com um novo projeto editorial e um processo de democratização interna que incluiu a contratação de comentaristas políticos de diversas vertentes. Esta mudança atingiu seu auge durante a Campanha pelas Diretas, quando a *Folha* consolidou-se como o maior jornal do país, sendo um dos poucos órgãos de imprensa a apoiar abertamente este movimento pela redemocratização. Ainda que tenha participado da Campanha por razões mais empresariais que ideológicas,<sup>14</sup> o jornal passou a ser vinculado (e utilizou-se disso em seus anúncios publicitários) às idéias de defesa da democracia e total independência em relação aos poderes instituídos.

A trajetória de *O Globo* é bastante diferente. Como parte das Organizações Globo, o jornal carioca acompanhou, nos anos da ditadura militar, a ampliação do poder político de seu proprietário, Roberto Marinho, e a expansão do grupo que, nos anos 60 e 70, deu os passos decisivos para transformar-se em um dos maiores conglomerados de comunicação do mundo. Na Campanha pelas Diretas, as Organizações Globo notabilizaram-se pelo silêncio sobre as manifestações populares, a ponto de jornalistas da empresa serem hostilizados nos comícios pró-diretas.<sup>15</sup> Assim, pode-se afirmar que, embora *O Globo* tenha continuado a crescer empresarialmente e em influência política durante a transição democrática, a vinculação deste jornal ao processo de redemocratização do Brasil era

menor que a da *Folha*, tendo, assim, o periódico paulista maior necessidade de recorrer ao discurso de defesa da democracia como princípio porque dele fez uso, em maior grau que o diário carioca, em sua consolidação como um dos principais veículos de imprensa do país.

Não foram apenas o governo e a grande imprensa, contudo, que defenderam a democracia e o Estado de direito. Também a Federação Única dos Petroleiros debateu o tema, mas de forma invertida. Na avaliação da FUP, o julgamento do TST deu respaldo à posterior ocupação de quatro refinarias pelo Exército, constituindo-se em “afrenta à democracia”, e era o governo que ameaçava o Estado de direito. Nas revistas e boletins dos petroleiros, a representação do governo de Fernando Henrique como ameaça à democracia foi reforçada na comparação entre ele e os governantes do período militar, tanto por ter ordenado a ação do Exército contra os trabalhadores como por sua intransigência em abrir negociações com os grevistas e reconhecer as entidades representativas da categoria como interlocutores.

A comparação entre o governo de Cardoso e os da ditadura militar não foi fortuita. Os petroleiros foram uma das categorias que participaram do ressurgimento do movimento operário em oposição ao regime militar. Entre os novos segmentos que ingressaram nesse movimento a partir dos anos 80, Noronha<sup>16</sup> ressalta a inserção do setor público, tendo os petroleiros como categoria de vanguarda, através da greve nas refinarias de Paulínia (Campinas-SP) e Mataripe (BA) em junho de 1983, consideradas como tentativa de “puxar” a primeira greve geral pós-64 (ocorrida em julho) e como marco importante no processo de formação da CUT (fundada em outubro daquele ano).

Foi, então, a história de participação no “novo sindicalismo” e na reconstrução democrática, no final dos anos 70 e início dos 80, que se refletiu na defesa da democracia feita pelos petroleiros em 1995. Para esta categoria, “democracia” e “Estado de direito” eram sinônimos de liberdade de organização e mobilização; de independência dos sindicatos em relação às intervenções efetuadas pelos governos militares; de fim da repressão e perseguição de dirigentes dos trabalhadores; de seu credenciamento como interlocutores do governo na defesa dos interesses dos trabalhadores. Enfim, eram sinônimo de tudo pelo que haviam lutado na década anterior. Representavam, na greve contra as reformas, a defesa da Constituição de 1988, que consolidara os direitos de greve e sindicalização para o setor público. Assim, se tanto a imprensa sindical como a grande imprensa e tanto governo como petroleiros reivindicaram o estatuto de defensores do Estado de direito e da democracia nos moldes liberais, estas palavras não tinham, entretanto, significados equivalentes.

A paralisação dos petroleiros terminou em 3 de junho de 1995; não conseguiu reajuste salarial, os acordos firmados no governo Itamar Franco não foram reconhecidos, os dias

parados foram descontados dos salários, houve 72 demissões (inclusive de dirigentes sindicais, sendo que algumas foram revertidas somente em 2004) e os sindicatos tiveram de arcar com uma multa de R\$ 100 mil/dia de paralisação. Além das conseqüências para os petroleiros, o resultado da greve teve influência na afirmação de uma nova relação entre Estado e trabalhadores, expressa, principalmente, pelo fim do gatilho salarial e da concessão de reajustes para os funcionários em estatais e servidores públicos. Teve conseqüências, também, para a quebra do monopólio estatal do petróleo e a aprovação das reformas econômicas e do Estado.

Diante disso, a grande imprensa afirmou que os petroleiros haviam sido exemplarmente derrotados e que o governo quebrara a espinha dorsal do movimento sindical. Os boletins e revistas dos petroleiros, por sua vez, consideraram que a greve saíra vitoriosa por ter desmascarado o caráter neoliberal do governo FHC.

A derrota dos petroleiros foi clara. Entretanto, passados nove anos daquela greve, pode-se afirmar que a derrota não foi tão esmagadora como apresentaram os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Mesmo após a quebra do monopólio estatal sobre o petróleo, a Petrobrás continuou sendo a principal empresa do setor e não sofreu amplos processos de privatização e desnacionalização, como aconteceu com outras indústrias estatais ou com as empresas nas áreas de energia elétrica e telecomunicações. Outro elemento importante a ser notado em relação ao desfecho da greve é que, apesar de toda a pressão feita pelo governo, através de processos criminais contra os líderes do movimento e da cobrança de multas das entidades (que pretendiam inviabilizar financeiramente os sindicatos), os trabalhadores mantiveram sua organização e fortaleceram seus laços de unidade.

Na análise da cobertura jornalística sobre a greve dos petroleiros, é possível perceber que houve uma clara contraposição entre as propostas do novo liberalismo, apresentadas como positivas para o país, e as dos petroleiros, representadas como retrógradas e prejudiciais ao desenvolvimento nacional. Este contraste foi feito tanto nos textos opinativos dos editoriais e artigos como nos que se pretendiam puramente informativos. Nestes, ainda que a palavra “neoliberalismo” não tenha sido usada, o encadeamento dos temas seguiu a lógica do ideário neoliberal.

Ao considerarmos que a grande imprensa seguiu o caminho da defesa dos ideais do novo liberalismo, não pretendemos classificar mecanicamente os jornais pesquisados como “neoliberais” nem minimizar as contradições deste ideário presentes nos próprios textos analisados. As diferenças entre *Folha* e *O Globo*, além de mostrarem as distintas trajetórias e vinculações políticas destes dois jornais, apontam que o discurso do novo liberalismo ainda não estava consolidado no início de 1995. No período estudado, este discurso foi sendo construído, difundido e popularizado, com a participação ativa da grande imprensa.

Seja explicitamente, no que era defendido nos editoriais, ou implicitamente, na forma como os jornais noticiaram o acontecimento da greve dos petroleiros, utilizando os recursos de texto, diagramação e edição das notícias e reportagens publicadas.

*Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004*

### Notas

\* Jornalista e mestre em História pela PUC-SP, com o trabalho *Como é contada a história? Representações da greve dos petroleiros na imprensa – 1995* (2004).

<sup>1</sup> RODRIGUES, Iram Jácome. “A trajetória do novo sindicalismo”. In: RODRIGUES, I. J. (org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Educ/Unitrabalho, 1999, pp. 73-94; SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; NORONHA, Eduardo Garuti. “A explosão das greves na década de 80”. In: BOITO JR., Armando et alii. *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, pp. 93-135.

<sup>2</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista 1920-45*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 12.

<sup>3</sup> FIORI, José Luís. *Os moedeiros falsos*. 5 ed., Petrópolis, Vozes, 1997; id., “Globalização, hegemonia, império”. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Vozes, 1997.

<sup>4</sup> ANDERSON, Perry. “Balanço do neoliberalismo”. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 5 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000, pp. 9-23.

<sup>5</sup> FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real*. São Paulo, Boitempo, 2000.

<sup>6</sup> BAKHTIN, Mikhail. (V. N. Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1979.

<sup>7</sup> RIZEK, Cibele Saliba. A greve dos petroleiros. *Praga – Revista de Estudos Marxistas*, São Paulo, Hucitec, v. 6, p. 98, 1998.

<sup>8</sup> *O GLOBO*. O peso da lei, capa, 11 mai. 1995.

<sup>9</sup> *FOLHA DE S. PAULO*. Respeito ao Judiciário, pp. 1-2, 18 mai. 1995.

<sup>10</sup> MARTINS e RODRIGUES, op. cit.

<sup>11</sup> MIAGUSKO, Edson. *Greve dos petroleiros de 1995: a construção democrática em questão*. Dissertação de mestrado em Sociologia apresentada à FFLCH da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

<sup>12</sup> *FOLHA DE S. PAULO*, pp. 1-6, 26 mai. 1995.

<sup>13</sup> MOTTA, Carlos Guilherme e CAPELATO, Maria Helena. *História da Folha de S. Paulo*. São Paulo, Impres, 1980.

<sup>14</sup> TACHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. São Paulo, Paz e Terra, 1992, pp. 118-20.

<sup>15</sup> CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

<sup>16</sup> NORONHA, op. cit.

**IMPrensa E CULTURA: UMA ANÁLISE  
DE SEÇÕES E CADERNOS DE CULTURA DA IMPrensa  
PAULISTA E CARIOCA (1969-1989)**

Leandro Paschoarelli\*

*A história no presente*

Com a passagem dos 40 anos do golpe militar de 1964, presenciamos um amplo esforço da imprensa e até mesmo do governo em reafirmar o encerramento daquele período – sinistro – da nossa história e a própria participação na resistência política à ditadura e na reedificação do Estado democrático.<sup>1</sup> Esforço que, além de não nos deixar esquecer o significado desta data, celebra a construção de um novo tempo, uma *Nova República*.

Neste momento, no qual jornalistas e lideranças políticas incursionam no campo da história, periodizando e atribuindo papéis sociais, torna-se imprescindível que o historiador apresente seu ponto de observação sobre a questão. Como investigo as dimensões da categoria *cultura* em segmentos distintos da imprensa, durante os anos 1969-89,<sup>2</sup> não pude deixar de refletir sobre esta construção, buscando localizar socialmente este discurso e inseri-lo num processo temporal específico. Pois, se nos propomos a fazer um balanço sobre nosso passado recente, é sensato analisá-lo também em função das continuidades que se estabelecem entre um período e outro.

O *novo* regime, além de incorporar lideranças do período anterior, como José Sarney, presencia a continuidade da centralização do mercado jornalístico nas mãos de empresas como as Organizações Globo e o Grupo Folha, que apoiaram a ditadura nos anos 60/70, em troca de incentivos financeiros; participaram da campanha pelas eleições diretas como maneira de conquistar credibilidade pública; e, depois de 1984, mantiveram suas filiações políticas anteriores, como ficou explícito na intervenção da Rede Globo de Televisão nos rumos da eleição presidencial de 1989.<sup>3</sup>

Matizando essas construções ideológicas realizadas pela imprensa, propomo-nos a *fazer uma história a contrapelo*,<sup>4</sup> partindo da premissa de que essas análises políticas da imprensa, que criam lugares-comuns, só se tornaram possíveis no final dos anos 80, quan-

do *O Pasquim*, principal jornal de crítica e resistência organizado durante a ditadura militar, deixou de circular. Queremos, ainda, investigar como este espaço hegemônico, que constitui a imprensa hoje, foi conquistado historicamente.

No estágio atual da análise de fontes, ou seja, de cadernos e seções de cultura, que se concentrou no período do final dos anos 60 e início da década seguinte, percebemos a configuração de um campo de tensão na imprensa, entre maneiras bem distintas de pensar a cultura e o próprio momento. Pois, ao mesmo tempo em que a imprensa diária se alinhava aos militares, ausentando-se de um debate mais aprofundado sobre o momento e as linguagens de então, a imprensa alternativa criava um tom de questionamento e oposição aos acontecimentos, renovava a linguagem corrente, dialogando com novas expressões artísticas, e ampliava o campo da cultura.

### *Construindo a problemática*

Se voltarmos um pouco no tempo, ao final dos anos 60, salta-nos aos olhos a multiplicidade de sujeitos sociais que compunham a imprensa, bem como sua participação nos acontecimentos políticos de então. Conforme já foi exposto publicamente em entrevistas por diretores de periódicos,<sup>5</sup> a imprensa diária participou ativamente do golpe de 1964, a exemplo do *Estado de S. Paulo*, que discutiu com os militares os rumos a serem tomados naquele momento e foi preparando a opinião pública para o desfecho que seria dado à crise política pré-1964. Da mesma maneira, as novas relações entre os grupos que se consolidaram no poder e os demais sujeitos sociais provocaram modificações significativas naquele campo.

Periódicos como o *Correio da Manhã*<sup>6</sup> e *Última Hora*<sup>7</sup> e empresas de comunicação como os *Diários Associados*,<sup>8</sup> ligadas ao populismo, passaram de aliados a inimigos do poder público, sofrendo perseguições e até atentados, chegando à ruína econômica, como ocorreu com o *Correio da Manhã*. Já periódicos que não questionaram a natureza das mudanças políticas de 1964 puderam se aproximar do governo, fazendo de suas páginas espaço de visibilidade do poder instituído e do seu projeto de integração nacional, recebendo, em troca, vantagens econômicas, como subsídios e maior tolerância por parte da censura, mas, também, gerando uma série de dissidências.

Renato Ortiz, em seu célebre trabalho sobre a modernização da cultura brasileira nos anos 60, aponta o papel decisivo do Estado na estruturação econômica dessas empresas e do capitalismo avançado. Para o autor, os contatos da TV Globo com a área militar viabilizaram “uma aliança com o Estado autoritário, possibilitando que os objetivos de *integra-*

ção nacional pudessem ser concretizados no domínio do sistema televisivo”.<sup>9</sup> O mesmo pode ser dito em relação ao papel desempenhado pelos periódicos *Folha de S. Paulo*, nesta cidade, e *O Globo*, no Rio de Janeiro.<sup>10</sup>

Gisela Taschner, que elaborou um detalhado trabalho sobre a formação do conglomerado jornalístico que se tornou o Grupo Folha, aproxima-se das considerações de Ortiz sobre a natureza deste processo, apontando outro importante elemento no crescimento da empresa, a ampla circulação da publicidade do regime político pós-1964 nas páginas do periódico. Para a autora, “O Estado foi um grande anunciante. Foram anúncios que envolveram as estatais, fazendo publicidade institucional ou de serviços e o governo propriamente dito, no nível federal, estadual e local. Foi a época dos *slogans* do tipo: Brasil, ame-o ou deixe-o, Ninguém segura este país etc.”.<sup>11</sup>

Ao mesmo tempo em que periódicos da imprensa diária, como *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, enquadravam-se nas lógicas do mercado e do capitalismo financeiro sob a ditadura militar, esses meios se colocavam em assincronia com o processo de renovação da linguagem jornalística que estava em curso desde a década anterior, cristalizado na reformulação do *Jornal do Brasil*, da revista *O Cruzeiro* e na fundação do *Última Hora*. O que levou profissionais a forjarem novos espaços de atuação a partir de interesses não prioritariamente econômicos, como o fez Millôr Fernandes, ao fundar o semanário *Pif-Paf*, em 1964. Nos anos seguintes, militantes políticos de esquerda, artistas e intelectuais uniram-se aos jornalistas, por verem na imprensa a possibilidade de manutenção de um espaço autônomo, de crítica e oposição política no contexto da ditadura militar.

Iniciou-se, assim, um ciclo de publicações chamado por Bernardo Kucinsk de *imprensa alternativa*. Este autor, que foi também um dos protagonistas dos periódicos *Opinião*, *Movimento* e *Em Tempo*, afirma, em tese defendida no início dos anos 90, que este ciclo compreendeu mais de 150 títulos durante o período 1964-81, muitos dos quais não ultrapassaram o terceiro número, e outros, o primeiro ano. Segundo sua sistematização,

Houve basicamente duas classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do *nacional* e do *popular* dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos 60. (...) A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre.<sup>12</sup>

*O Pasquim* foi o periódico mais expressivo da imprensa alternativa. Era um jornal de jornalistas e circulou de junho de 1969 até 1988, passando por várias fases. Foi marcada-

mente humorístico e irreverente. Através de linguagens como a charge, a HQ, a piada e textos humorísticos, propunha-se a fazer uma crônica dos principais assuntos e costumes da época. Segundo Braga, “*O Pasquim* nasceu nos bares do Rio, de encontros entre Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius, Carlos Prospero, Luis Carlos Maciel”.<sup>13</sup> Como tal, tentava traduzir um pouco do clima de Ipanema, um centro artístico e boêmio do país. “Quanto ao projeto gráfico, um tablóide muito ilustrado, de leitura fácil. Os artigos em texto contínuo, relativamente curtos e freqüentemente humorísticos e uma entrevista com um artista do bairro, voltada para assuntos diversos”.<sup>14</sup>

Debochava de autoridades e figuras associadas ao poder e dos valores de uma classe média cristã, principalmente através das charges e séries de Jaguar e Henfil. Em espaços destinados ao comportamento, artes e juventude, que contavam com produção gráfica dos cartunistas e das equipes de entrevistas, dialogava com a contracultura americana, artistas e personalidades da cultura brasileira, mesmo exilados, afirmando valores como o prazer, a experimentação, a expressão artística e a vida comunitária.

*Opinião* foi idealizado por Fernando Gasparian, empresário aliado a João Goulart que teve seus negócios arruinados com o golpe de 1964 e que, após exílio voluntário, pretendia organizar uma frente de oposição ao governo que não defendesse interesses partidários e fosse um canal para jornalistas e intelectuais participarem da vida política do país. Segundo Kucinsk, a publicação era “bancada por um empresário, produzido por jornalistas profissionais, protagonizado principalmente por intelectuais e secretamente instruído pelo comitê central da Ação Popular (AP)”.<sup>15</sup>

Em seu primeiro momento de existência, de outubro de 1972 a junho de 1975, o periódico debateu amplamente a função da arte e da produção intelectual na sociedade brasileira, combinando uma crítica de arte de cunho marxista, elaborada pela equipe do editor Raimundo Pereira,<sup>16</sup> a um debate intelectual sobre questões de caráter mais estrutural do país, como sua economia e organização política, coordenado por sociólogos do recém-fundado Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Em geral, esses sujeitos combatiam a mercantilização da arte e defendiam um modelo político e econômico de base nacional e democrática.

Para um melhor entendimento deste momento nodal da imprensa, no qual houve uma reorganização de forças, tomei a teoria cultural de Williams<sup>17</sup> como parâmetro de análise, principalmente suas observações sobre o caráter parcial, incompleto e até contraditório, e não vertical e absoluto, da *hegemonia*. Segundo seu pensamento, ao mesmo tempo em que se institui uma nova forma de organização do poder nas sociedades, ou uma maneira de *ver* ou *pensar* torna-se *dominante, hegemônica*, coexistem formações oposicionistas *residuais*

e inovadoras, *emergentes*, que estabelecem um tom de questionamento e inquietação em relação ao que foi instituído e lhe impõem a necessidade da constante renovação/incorporação de seus discursos e práticas.

Essa idéia da cultura como um cruzamento temporal, no qual se define a própria hegemonia nas sociedades, é de grande valia para pensar o contexto da imprensa no final dos anos 60 e início dos 70. Como venho argumentando, é bem visível a participação dos periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Globo* no bloco que se consolidou no poder com o golpe de Estado de 1964, pois, além de terem sido espaço de visibilidade da nova autoridade, também tomaram a dianteira na publicidade de produtos da cultura de massas americana, como os musicais da Broadway e o cinema hollywoodiano, em restrição à produção artística nacional. A existência concomitante de periódicos como *O Pasquim* e *Opinião* indica que, para a imprensa diária manter sua *hegemonia*, seria preciso derrotar/incorporar os projetos representados pelos referidos periódicos.

Para percebermos melhor estes enfrentamentos, é de grande valia verticalizar a análise metodológica sobre as dimensões da *cultura* nas fontes. Pois, apesar de serem heterogêneos e mesmo ambíguos, *O Pasquim* e *Opinião* se aproximavam em pontos importantes: ambos estavam fora do bloco de poder, possuíam frágil estrutura econômica e esse tom de questionamento e inquietação de que fala Williams, bem visível em seus projetos.

No *Opinião*, todavia, a arte (sobretudo a literatura), e em momentos específicos a arte engajada, eram as principais expressões da cultura. O que aproxima o periódico ao projeto de uma *arte pedagógica*, desenvolvido na década anterior, e a uma formação temporal *residual*. Já n' *O Pasquim*, que não possuía um espaço específico reservado à arte ou à cultura, esta era expressão de todo um modo de vida preconizado pelo periódico; portanto, n' *O Pasquim* emergia uma nova maneira de pensar a cultura. Talvez por essas diferenças, *Opinião* tenha esgotado seu discurso já em 1977 e *O Pasquim* tenha mantido seu fôlego até 1988.

#### *Folha de S. Paulo*

A Folha Ilustrada era um dos cadernos mais extensos da edição, dedicando boa parte do seu espaço ao entretenimento e comentário da vida social da cidade. Publicava muitas imagens e, freqüentemente, cadernos especiais sobre assuntos do cotidiano da cidade; seção regular sobre ciência e saúde; às sextas-feiras, um Caderno de Turismo, e, aos domingos, um Suplemento Feminino. Também tinha seção diária de horóscopo e humor visual

destinado ao público infantil, assinada por Maurício de Souza e Janjão; seção de teste de conhecimentos; coluna de besteiro (Panorama) assinada por J. Monteiro e de comentário dos eventos da sociedade paulistana, por Tavares de Miranda.

Os espaços destinados à crítica de arte reservavam boa parte de seu conteúdo ao comentário da programação artística da cidade, na qual eram marcantes os interesses dos vários segmentos da *indústria cultural*: cinematográfica, fonográfica, editorial, televisiva e do *show business*. A crítica e o comentário da produção teatral, por exemplo, promoviam, em 1969, prioritariamente, as grandes produções que estavam em cartaz na cidade, deixando peças de teatrólogos que estavam renovando aquela linguagem artística em segundo plano.

Por volta do mês de abril de 1969, circulou no periódico uma campanha publicitária maciça, promovendo o espetáculo *Holiday on ice*, com anúncio publicado diariamente ocupando um quarto da página destinada ao comentário cultural. No mesmo período, a liberação da peça *Dois perdidos numa noite suja*, de Plínio Marcos, foi citada apenas em nota em meio à divulgação da programação cultural do fim de semana de 4 a 7 de março de 1969.

Nesses mesmos dias, em 3/4/1969, a matéria em destaque na Folha Ilustrada, inclusive com desenho do cartunista Zélio, foi, “A Broadway descobre a revolução”, que comentava o momento vivido pela Companhia, que havia produzido uma peça sobre os movimentos comportamentais e de minorias emergidos em 1968, uma temática bem distinta das que comumente abordava. O trecho reproduzido abaixo revela alguns porquês:

Explosão dos negros, revoltas no terceiro mundo, rebeliões da juventude. O velho teatro se renova, abafando as formas tradicionais, invade a Broadway com o “Hippie Power”, através de “Hair”; e com o “Black Power”, através de Le Roy Jones, entre outros. Depois de uma longa ausência, o Living Theatre retorna e vê seu estilo aceito. Mas, no fundo, mesmo com as modificações do novo teatro, os velhos musicais continuam sendo o grande sucesso. A Broadway não mudou!<sup>18</sup>

A primeira parte do texto aponta, enfaticamente, sinais de que o processo de renovação das linguagens artísticas, surgido com a contracultura, havia chegado aos meios de massa. Mas, apesar da observação do crítico sobre a abertura da Broadway para o novo teatro, sua fala também revela uma ambigüidade. Os *velhos musicais* continuavam a atrair o grande público, portanto, reafirmando o valor da tradição sobre a inovação. Comentar o que estava acontecendo na Broadway talvez fosse uma maneira de reforçar a divulgação de grandes produções, mas, para isso, era necessário ao *show business* incorporar as tendências artísticas de então à sua linguagem.

Este era o mesmo desafio que a imprensa diária enfrentava em seu dia-a-dia. Pois, para unificar várias linguagens sob os interesses da indústria do lazer e entretenimento, que se diziam capazes de *modernizar a cultura* – mesmo que isto significasse a familiarização do público brasileiro com os ícones da cultura de massas americana –, era necessário derrotar/incorporar a multiplicidade de vozes que *emergiam e/ou ressurgiam* através da *imprensa alternativa*.

### *Opinião*

A seção Tendências e Cultura, publicada regularmente no *Opinião*, concentrava seu foco em entrevistas e comentários sobre a produção de escritores, diretores e artistas expressivos do meio artístico nacional, além de abordar a produção de literatos e intelectuais estrangeiros. Nos espaços de crítica de arte, o periódico dialogava, principalmente, com a literatura e o cinema. A crítica de cinema, assinada pelo também cineasta Jean Claude Bernadet, questionava valores morais, através da análise, por exemplo, da obra do diretor Valter Hugo Khouri, e combatia a invasão do mercado nacional pela indústria cinematográfica americana. Para o crítico, sobretudo, o cinema americano ocultava a realidade social do país, tão problematizada pelo Cinema Novo e o experimentalismo da geração de Candeias.

Desde seu projeto gráfico, que definia a edição de charges em vez de fotografias, à qualidade da produção intelectual e da crítica de arte, *Opinião* expressou uma preocupação com a tensão que se estabelecia entre o uso da imagem e o da palavra na comunicação. Já em seu editorial de lançamento, afirmava que: “Na verdade, não há falta de imagens no mundo contemporâneo. Há mesmo um excesso, que produz uma passividade do público”.<sup>19</sup> A partir desta premissa, defendia a interpretação da realidade através da charge, da cultura letrada e da crítica de arte.

A crítica literária, coordenada pela equipe de Raimundo Pereira, era o principal espaço da seção. Com um grande volume de textos e matérias, eram resenhados títulos importantes e inéditos de escritores de renome, como na edição número um, que dedicou toda sua contracapa ao comentário da obra e biografia de Jorge Luis Borges. Esta seção discutia, inclusive, a própria inserção da obra literária e do autor na sociedade. Em momentos de maior estreitamento da linguagem, literatura e prática política se tornavam praticamente indissociáveis. Num desses momentos, na edição de 8-15/1/1973, Júlio César Cortázar colheu o seguinte depoimento de escritor e teatrólogo paulista Cley Gama Araújo:

O papel do escritor como crítico varia fundamentalmente dependendo do fato de estar situado numa sociedade burguesa, da qual o escritor é quase invariavelmente opositor, ou numa sociedade revolucionária dentro da qual o escritor há de situar-se construtivamente, criticando para edificar e não para pôr abaixo.<sup>20</sup>

Neste caso, o que é colocado em questão é o papel do escritor na sociedade e no próprio socialismo, cujos valores estéticos deveriam estar articulados a um projeto de transformação política. Esta posição classista sobre o papel da arte na sociedade, contudo, não foi preconizada pelo *Opinião*. Se recuarmos um pouco no tempo, percebemos, aqui, a continuidade do projeto de uma arte pedagógica desenvolvida pelo CPC-UNE, sobretudo no teatro e poesia produzidos por Ferreira Goulart e Oduvaldo Viana Filho (Vianinha). Esta percepção do discurso como prática social e do papel do intelectual na sociedade também era evidente nos textos e artigos publicados pelos pesquisadores ligados ao Cebrap, os quais defendiam modelo político e econômico de base nacional e democrática.

Se na imprensa diária celebrava-se, portanto, a marcha do país para o progresso, sua aproximação ao primeiro mundo, através do crescimento econômico e da familiarização do público com os produtos da cultura de massas americana, o conjunto da produção do *Opinião* estabelecia um contraponto a tal visão, fundado em premissas do período anterior, valorizando bases nacionais na arte e setores estratégicos da economia.

### *O Pasquim*

O principal diferenciador d' *O Pasquim* em relação aos demais periódicos analisados é que não possuía um espaço específico destinado ao tema cultura. Isto porque o material produzido para o periódico expressava todo um modo de vida, preconizado por humoristas, críticos e artistas que estavam em contato com as renovações de linguagens e movimentos comportamentais que aconteciam em diferentes partes do mundo.

Este periódico se alinhava ao *Opinião*, contudo, na crítica que fazia da entrada em larga escala dos produtos da cultura de massas americana no país. Problemática que se cristalizava na personagem símbolo do periódico, o rato Sig. Criado por Jaguar, era, ao mesmo tempo, um oposto ao Topo Gigio, ícone da cultura de massas americana que estava ocupando espaço nas mídias nacionais, e referência direta a Sigmund Freud. Mostrava-se, assim, a expressão da psicanálise no projeto do periódico, que destinava boa parte de suas preocupações ao indivíduo, ao invés de coletividades como a nação e a cultura nacional.

Além do Sig, Jaguar criou personagens como os *Chopiniquis* – termo que sugere a junção de chope e *beatniks*. Nesta série, três amigos estão sempre numa mesa de bar, onde

tudo pode acontecer, debatendo algum assunto a pretexto de falarem sobre chope. Cenário e situações fazem referência à boemia e à vida noturna, que era um espaço no qual artistas, intelectuais, jornalistas e pessoas comuns se reuniam para debater o cotidiano, política, artes e, com isto, fazer do próprio estilo de vida uma crítica a valores como o trabalho e o progresso.<sup>21</sup>

Na época, Henfil desenhava os Fradins, série composta pelas personagens Baixim e Cumprido, dois frades franciscanos opostos no nome e personalidade: o primeiro, além de perverso, tinha traços acentuados do egocentrismo e ascosidade infantis, e o segundo, dotado de uma benevolência que beirava a submissão e mania de limpeza. Os traços infantis de Baixim o faziam anárquico, pois agia sem escrúpulos para rir do ocorrido, muitas vezes colocando Cumprido ou outras personagens em situações adversas para poder se divertir. Nestas passagens, questões (como o lugar da religião cristã na sociedade) eram postas em debate, como na série *Fradins no Céu*, publicada em março e abril de 1970, na qual as personagens morriam, subiam ao Céu, eram expulsos e iam ao inferno, onde se organizava a *Marcha da família com o diabo contra o Baixim safado*.<sup>22</sup>

Além do humor, *O Pasquim* também abordou incisivamente a questão do comportamento. Um destes espaços foi a Entrevista da Semana, que ocupava as páginas centrais da edição e sempre trazia pessoas irreverentes e contestadoras, como Leila Diniz e João Saldanha, que escandalizaram a moral e revelaram os bastidores do poder. Na Seção Underground, editada por Luis Carlos Maciel, eram estabelecidos canais de diálogo com movimentos culturais juvenis no exterior, que redimensionavam os limites da cultura nacional, colocando a problemática das *fronteiras* e das *traduções culturais*<sup>23</sup> que surgiam no mesmo momento da unificação de discursos pela imprensa diária.

Nesse espaço, foi realizado um trabalho refinado de *tradução* e divulgação da contracultura para o contexto nacional. Maciel comentava obras de escritores, músicos e artistas, principalmente americanos, ligados àquela linguagem artística, como Alan Ginsberg, Abbie Hofman, Carl Salomon, Bob Dylan e Jimi Hendrix, que entendiam sua produção artística com uma maneira de promover uma nova sociabilidade, baseada na expressão individual, busca do prazer, produção artística e artesanal e vida comunitária. Tanto que Maciel lançou, através do periódico, a idéia da formação de uma *sociedade alternativa*, nos moldes dos acampamentos *hippies*, chamando os leitores para discutirem com ele e entre si esta possibilidade, como fez através de um *convite* publicado na edição de 18-24/5/1970. “Convido os grupos de vanguarda de todo o Brasil, que desenvolvam atividades artísticas ou se dediquem simplesmente à experimentação social, através da formação de comunidades familiares, que mandem informações para estas páginas. Elas são de vocês, bicho”.<sup>24</sup>

Esta passagem é muito representativa da própria maneira como se encaminhava a discussão sobre a cultura no periódico. Aqui, além da crença na possibilidade da existência de uma nova sociedade, *traduzida* a partir dos moldes *hippies*, percebemos que esta seria uma construção coletiva e não obedeceria a formas preestabelecidas, mas que teria na arte e na convivência suas bases, portanto, pensando a cultura não somente como a expressão artística de um país ou região, mas como todo um *modo de vida*. Se levarmos em conta que a repressão às Ligas Camponesas no Nordeste foi significativa para a auto-afirmação do regime militar, a conotação política desta proposta era fortíssima, pois sugeria a fundação de um espaço independente, em sua organização interna, dentro do território nacional.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*

#### *Notas*

\* Doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Cunha Peixoto.

<sup>1</sup> Como na edição de 31 mar. 2004 da *Folha de S. Paulo* e campanha publicitária da empresa na mídia televisiva nos dias seguintes.

<sup>2</sup> Defini os periódicos *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Pasquim*, *Opinião* e *Movimento* como núcleo documental da pesquisa.

<sup>3</sup> Fazendo escândalo sobre fatos da vida pessoal do então candidato Luiz Inácio da Silva, às vésperas do pleito eleitoral.

<sup>4</sup> Segundo a concepção de W. Benjamin, em suas “Teses sobre a história”. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie (org.). *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo, Brasiliense, 1983.

<sup>5</sup> Como Octavio Frias Filho e Ruy Mesquita, em entrevista à revista *Lua Nova*, v. 1, n. 2, jul./set. 1984.

<sup>6</sup> Jornal de propriedade de Carlos Lacerda.

<sup>7</sup> Jornal de propriedade de Samuel Wainer.

<sup>8</sup> Empresa de comunicação de propriedade de Assis Chateaubriand.

<sup>9</sup> ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 155.

<sup>10</sup> Até o presente momento, minha análise sobre a imprensa diária se concentrou na *Folha de S. Paulo*, que será explorada neste texto.

<sup>11</sup> TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

<sup>12</sup> KUCINSK, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*. São Paulo, Página Aberta, 1991, pp. XIV-XV.

<sup>13</sup> BRAGA, José Luiz. *O Pasquim e os anos 70*. Brasília, Ed. UnB, 1991, p. 23.

<sup>14</sup> Id., p. 25.

<sup>15</sup> KUCINSK, op. cit., p. 245.

<sup>16</sup> Eram eles: Júlio César Montenegro, editor de Cultura; Marcos Gomes, de Economia; Antonio Carlos Ferreira, secretário de Redação; Bernardo Kucinsk, correspondente internacional, e Dirceu Brisola, editor de Nacional – quase todos envolvidos com a militância de esquerda nos anos anteriores. KUNCINSK, op. cit., p. 252.

<sup>17</sup> WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Barcelona, Ediciones Península, 1980.

<sup>18</sup> *Folha de S. Paulo*, 3 abr. 1969.

<sup>19</sup> *Opinião*, 23 a 30 out. 1972.

<sup>20</sup> *Opinião*, 8 a 15 jan. 1973.

<sup>21</sup> Numa destas tiras, um pouco antes da Copa do Mundo de 1970, dois estão sentados na mesa do bar e aparentemente discutindo sobre um esquema tático de futebol (- 4-2-5; - 5-1-5) quando chega o terceiro e escracha com os demais. Logo após vem a piada: os dois esclarecem que estão discutindo a forma de comemoração do gol do Brasil: “Cinco chopes, uma cachacinha pra rebater e mais cinco chopes em seguida”. *O Pasquim*, 18 a 25 maio 1970.

<sup>22</sup> *O Pasquim*, 15 a 22 abr. 1970.

<sup>23</sup> Segundo a definição de BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

<sup>24</sup> *O Pasquim*, 18 a 25 maio 1970.



## O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS PROCESSOS DE *HABEAS CORPUS* (1964-69)\*

Fabrcia Cristina de S Santos\*\*

Nosso trabalho tem por objetivo principal estudar o posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) em relaao aos pedidos de *habeas corpus* durante os primeiros anos do regime militar no Brasil (1964-69).

Para tanto, foi feito um levantamento dos processos de *habeas corpus* no STF, relativos ao período 1964-70 (ante os desdobramento dos processos, houve a necessidade de estender o levantamento até este ano). O resultado foi um total de 3.158 casos, dos quais foram selecionados para estudo apenas os incurso na Lei 1.802 e Decreto-Lei (DL) 314 (ambos referentes  Lei de Segurança Nacional); DL 201 (referente aos crimes de responsabilidade); pessoas que se encontravam presas mais tempo do que determinava a lei (alguns desses casos não foram utilizados por não se tratar de processos incurso nas leis citadas acima); e Inquéritos Policial-Militares (IPM), mesmo sem haver culpa formada. No total, 238 casos encaixaram-se nestas hipoteses e foram selecionados para análise sobre o desempenho do STF, no contexto de instalaao do regime autoritário. Os demais casos diziam respeito a crimes comuns, sem dimensão política evidente, tais como latrocínio, homicídio, crime de seduao, roubo, falsificaao e outros.

### *Análise quantitativa dos processos de habeas corpus (1964-69)*

Em 1964 e 1965, o número de processos julgados foi de 39 e de 49, respectivamente, perfazendo 16,4% e 20,6% do total de 238 casos analisados durante o período. Este foi o momento em que se deu o início da implementaçao do novo regime, no qual os militares estavam promovendo os “expurgos necessários” e a Suprema Corte, principalmente em 1965, passou a apreciar os processos que antes eram tidos como da competência da Justiça Militar (JM).

O ano de 1964 chama a atenção pelo número de processos que não foram conhecidos: nove pedidos de *habeas corpus* tiveram este resultado nesse ano. O motivo dessa concentração está no fato de que, neste período, todos esses casos eram de impetrantes que estavam sofrendo coação de autoridade militar. De acordo com o voto de alguns ministros, diante desta situação, eles proferiam suas sentenças declarando a incompetência do STF e, seguindo a Constituição, transferiam para a JM a apreciação do processo.

Em 1965, houve um aumento (25%) no número geral de processos, de 39 para 49, sendo que as decisões favoráveis aos impetrantes cresceram na mesma proporção. Neste mesmo ano, apenas um caso deixou de ser conhecido pelo STF, demonstrando uma nova posição do Tribunal ante os atos crescentemente arbitrários do novo regime, embora ainda dentro dos limites das regras constitucionais impostas pelos próprios militares. Em seguida, aparecem os anos de 1966, com 23 casos (9,7%), e 1967, com 29 (12,2%); nota-se que houve uma redução nos casos pelo fato de, em 27 de outubro de 1965, ter sido editado o Ato Institucional 2, que deslocava para a competência da JM os casos de réus que respondiam por crimes contra a Lei de Segurança Nacional (L 1.802); em 13 de março de 1967, foi editado o DL 314, que ampliava o conceito de segurança nacional. Também neste período o regime enfrentava menor oposição, uma vez que a esquerda estava desmantelada e os estudantes ainda não tinham se articulado.

Neste momento (1966), houve quatro casos julgados prejudicados: dois obtiveram este veredicto devido ao deslocamento de competência (AI-2); houve um caso em que os autos tinham sido enviados à Auditoria de Guerra (em decorrência do novo Ato Institucional) e o outro era *habeas corpus* pedido em favor de Juscelino Kubitschek, julgado prejudicado pelo fato de o ex-presidente se encontrar fora do país naquele momento, estando, portanto, em liberdade.

O número de processos julgados sofreu um aumento significativo (34,5%) em 1968, saltando de 29 para 82. Esta mudança se deu devido a um crescimento na mobilização estudantil e ao movimento contra o regime autoritário se encontrar em expansão. Nota-se, também, que os casos de *habeas corpus* negados e os não conhecidos tiveram um aumento considerável, reflexo das mudanças legislativas ocorridas nos anos anteriores: foram cinco os casos não conhecidos em 1968, três em decorrência do AI-2 e outros dois em função do art. 114, I, h da Constituição Federal de 1967, que declarava a Suprema Corte incompetente para processar e julgar originariamente as matérias cujo coator fosse Conselho de Justiça, diretamente subordinado ao Superior Tribunal Militar. No entanto, mesmo diante de tais dificuldades, os ministros da Suprema Corte continuaram a conceder a maior parte dos pedidos. Mesmo após a edição dos Atos Institucionais e da nova Constituição, em 1968 o número de processos outorgados era superior ao de pedidos negados (59% de concessão).

Os militares não aprovaram a postura adotada pelo Tribunal e, em 13 de dezembro de 1968, resolveram editar o Ato Institucional 5, no qual foi vedada a garantia de *habeas corpus* nos crimes contra a lei de Segurança Nacional. A consequência deste ato arbitrário foi a diminuição dos casos examinados em 1968 em relação a 1969, de 82 para 16, sendo que cinco processos não foram conhecidos em consequência do AI-6, editado no dia 1º de fevereiro de 1969, pelo qual os processos ordinários não poderiam ser substituídos por originários. Em suma, os dados levantados pela pesquisa apresentaram forte correspondência com as ações e diferentes fases do regime militar, descritas pela bibliografia dedicada a este período.

#### *Análise qualitativa dos processos selecionados (1964-69)*

Entre os 238 processos de *habeas corpus* que compuseram o banco de dados, há 23 casos cujos pedidos não foram conhecidos pelo STF, sendo que nove deles ocorreram no início de 1964, nos primeiros meses de instalação do regime autoritário. A postura adotada pelo Tribunal, neste período, foi de não conhecer da matéria quando a coação emanava de autoridade militar, remetendo os autos à JM. De acordo com os ministros que assumiram este posicionamento, o objetivo era permanecer fiéis à conduta que vinham tendo até então; no entanto, os ministros Pedro Chaves e Vilas Boas discordaram desde o início da ideia de que o STF era incompetente para julgar tais processos.

Para o ministro Pedro Chaves, a Constituição era muito clara quanto à competência em matéria de *habeas corpus*, dispondo (no art. 101, letra a, inciso I, na última alínea) de uma competência ampla: “quando houver perigo de se consumir a violência, antes que outro juiz ou Tribunal possa conhecer do pedido”. Neste sentido o STF “tem por finalidade evitar o perigo da consumação da violência”, mesmo quando esta emane de autoridade militar.

Houve nove processos em 1964 que não foram conhecidos e enviados para a JM, pelo fato de a coação provir de autoridade militar; contudo, os ministros Vilas Boas e Pedro Chaves votaram pelo conhecimento do pedido em todos os processos; exemplo disso foi o *habeas corpus* solicitado em favor de Celso Furtado e mais 273 pessoas (HC 40.655, de 1/7/64), em que o ministro Evandro Lins não conheceu do pedido, seguindo a linha de votos anteriores, e remeteu os autos ao STM, tendo sido acompanhado pela maioria do Tribunal, excetuando-se os ministros Vilas Boas e Pedro Chaves. Vale lembrar que o julgamento deste processo acabou não se estendendo ao impetrante Celso Furtado, pelo fato de este se encontrar nos Estados Unidos naquele momento.

A partir de agosto de 1964, essa tendência inicial do STF se inverteu e 21 pedidos de *habeas corpus* foram concedidos até o final do ano, mesmo tendo a coação, nesses casos, partido de autoridade militar, como nos exemplos anteriores. No início, por vezes, os ministros não julgavam pela questão da competência, mas pelo excesso de prazo na prisão ou porque o delito atribuído ao réu não possuía compatibilidade com o artigo da lei no qual fora incurso. No decorrer desses julgamentos, os ministros passaram a questionar se a lei realmente atribuía a competência destes processos à JM, dúvida que já havia sido suscitada pelos ministros Pedro Chaves e Vilas Boas. No HC 40.976, de 26/11/64, referente ao jornalista Carlos Heitor Cony, ficou clara a nova linha adotada pelo Tribunal, pois Cony havia sido processado como incurso no art. 14 da Lei 1.802 – “promover animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as classes ou instituições civis”, por um artigo publicado no *Correio da Manhã*.

Gonçalves de Oliveira (relator) alegou que, conforme a jurisprudência do Supremo, se houvesse crime, como o imputado ao paciente, este deveria ser enquadrado na Lei de Imprensa. Baseado nestas considerações, o ministro concedeu a ordem para que fosse “ratificada a capitulação do crime, na denúncia, e se prossiga o processo-crime”. Evandro Lins argumentou que a jurisprudência do Tribunal tratava os crimes de abuso da liberdade de imprensa somente como incursos na Lei de Imprensa; disse, ainda, que não estavam julgando se o paciente era ou não culpado, pois este tema deveria ser decidido posteriormente, dentro das regras daquela Lei. Baseado neste e em outros argumentos, o ministro concedeu o *habeas corpus*, acompanhando o voto do ministro-relator.

Ao final, o *habeas corpus* foi concedido conforme o voto do ministro-relator, que solicitou que Cony fosse enquadrado na lei correta para que o processo pudesse ter continuidade, tendo sido votos vencidos Pedro Chaves e Vilas Boas (que votaram pelo cessamento da ação penal, e não para que fosse ratificada, como queriam os demais ministros). Deve-se notar que este processo marcou uma mudança na linha de jurisprudência do Tribunal que, anteriormente, declarava-se incompetente para julgar processos em que o coator fosse militar. Ao que parece, o Supremo passou a assumir, a partir daí, uma postura menos condescendente com as ações arbitrárias do novo regime e a explorar favoravelmente aos presos as ambigüidades da legislação.

No processo RHC 41.217 (de 4/11/64), Jorge Antonio Freire de Sá respondia por crime incurso no art. 2º, III da Lei 1.802. O ministro Evandro Lins, ao proferir seu voto, resolveu transpor a questão da competência e avaliar o mérito do pedido, concedendo o *habeas corpus* por excesso de prazo de prisão. Neste caso, a Corte demonstrou uma mudança de posicionamento, dado que, inicialmente, recusava-se a assumir a competência sobre coações realizadas por autoridades militares.

De início, a Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953 (que definia “os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dava outras providências”), foi o mecanismo legal utilizado pelos militares para enquadrar os “subversivos”<sup>1</sup> que atentavam contra a Segurança Nacional. No entanto, mesmo esta Lei se mostraria insuficiente para fornecer todo o respaldo jurídico de que necessitava o regime para proceder aos “expurgos” dos elementos considerados subversivos.

Com a ditadura instaurada, a JM passou a apreciar vários IPM, nos quais diversos civis eram julgados e, por isso, recorriam ao Supremo Tribunal Federal, arguindo incompetência da JM para proferir tais julgamentos e pedindo *habeas corpus*. A Constituição Federal de 1946 era clara a este respeito:

Art 108 – À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

Parágrafo 1º – Esse foro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do País ou as instituições militares.

Tendo em vista que os acusados deste período eram denunciados, na maioria das vezes, por crimes políticos, contra a segurança nacional e crime de responsabilidade, os processos deveriam transitar pela Justiça Comum (JC), e não pela JM. No HC 42.663, julgado em 20/10/65 pelo STF, José Arruda Filho e outros eram acusados de crimes políticos e recorreram à Suprema Corte apontando a incompetência da JM para julgá-los, uma vez que não haviam cometido crime contra a segurança *externa* do País ou contra instituições militares.

Evandro Lins, relator do processo, votou pela concessão do pedido (tendo sido acompanhado pelos demais ministros), declarando em seu voto que não se tratava de crime “contra a segurança *externa* do País ou contra instituições militares”.

Caso semelhante foi o HC 41.296, de Mauro Borges, então governador do estado de Goiás, julgado em 23/11/64. Mauro Borges respondia, perante a JM, a denúncia por crime de responsabilidade e solicitava ao STF que declarasse a incompetência da JM para julgá-lo. Mauro Borges fundamentou seu pedido no art. 40 da Constituição Estadual, segundo o qual o governador de estado deveria ser submetido a processo e julgamento, nos crimes de responsabilidade, perante a Assembléia Legislativa.

Gonçalves de Oliveira (ministro-relator), ao proferir seu voto a favor do então governador, justificou que ele se encontrava na iminência de ser preso. Tendo em vista que Mauro Borges possuía foro privilegiado e a coação havia sido emanada de autoridade incompetente, não havia motivo para voto contrário. Acompanharam-no os ministros Evandro Lins e Pedro Chaves.

O rumo que estavam tomando os resultados dos processos opunha-se totalmente à vontade dos militares, o que levou Castelo Branco a editar o segundo Ato Institucional (AI-2) em 27/10/65, que alterou inclusive o número de ministros do Supremo, de 11 para 16, e modificou o primeiro e o segundo parágrafos do art. 108 da Constituição:

Parágrafo 1º – Esse foro especial poderá estender-se aos civis nos casos expressos em Lei, para repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

Parágrafo 1º – Competem à Justiça Militar, na forma da legislação processual, o processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953.

Parágrafo 2º – A competência da Justiça Militar nos crimes referidos no parágrafo anterior, com as penas aos mesmos atribuídas, prevalecerá sobre qualquer outra estabelecida em leis ordinárias, ainda que tais crimes tenham igual definição nestas leis.

Parágrafo 3º – Compete originariamente ao Superior Tribunal Militar processar e julgar os Governadores de Estado e seus Secretários, nos crimes referidos no parágrafo primeiro, e aos Conselhos de Justiça, nos demais casos.

Ao promover estas alterações, Castelo Branco mudava as regras do jogo, permitindo que a JM, agora com seus poderes ainda mais ampliados, passasse a julgar civis, governadores e secretários vinculados a crimes contra a segurança nacional. Outra alteração foi a substituição do trecho “para a repressão de crimes contra a segurança *externa* do País” por “para a repressão de crimes contra a segurança *nacional*”, acabando com aquela margem de manobra usada pelo STF para conceder *habeas corpus* alegando não ter havido delito contra a segurança externa.

Tais mudanças causaram impacto, como demonstra o RHC 45.259, de José Christiano Filgueiras, julgado em 12/3/68, em que foi argüida a incompetência da JM, que o estava processando. O ministro-relator Aducto Cardoso assim proferiu o seu voto, seguido pelos demais ministros da Segunda Turma: “Ao que se vê da decisão recorrida, trata-se de infração que, cometida antes da data do AI-2, não foi julgada por sentença de primeira instância. De acordo com a pacífica jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é competente para o processo a Justiça Militar”.

A postura adotada pelo Supremo, após a edição do AI-2, foi a de considerar a JM competente para julgar os casos incursos na Lei de Segurança Nacional apenas quando não tivesse havido pronunciamento da JC.

Com o AI-3 (5/2/66), foram alteradas algumas regras do processo eleitoral; dentre elas, entrou em vigor a eleição indireta para governadores de estado. Através do AI-4 (7/12/66), o presidente convocou o Congresso Nacional para reunião extraordinária, com a finalidade de “votar e promulgar” novo projeto de Constituição, tendo em vista que a Carta de 1946 havia sofrido inúmeras emendas. O AI-3 não trouxera alterações para o Poder

Judiciário no que se referia às concessões de *habeas corpus*, mas a nova Constituição acabou por incorporar as mudanças sofridas até então, que foram desencadeadas pelos Atos Institucionais anteriores. A nova Constituição entrou em vigor em 15 de março de 1967, adotando o aumento no número de ministros, feito pelo AI-2. Vale lembrar que, segundo os autores dessa mudança, o intuito era garantir a “linha jurisprudencial do Supremo com os objetivos da revolução”.

Nesta mesma data, entrava em vigor o DL 314 que, semelhante à Lei 1.802, também definia os “crimes contra a segurança nacional, a ordem política” – no entanto, ao que parece, seu objetivo era delinear melhor o que vinha a ser “segurança nacional” e adequar os artigos de maneira a não permitir que o Supremo continuasse a libertar os criminosos políticos. Procurando não deixar dúvidas sobre o que seria segurança nacional, logo em seu primeiro capítulo, sob o título “Disposições Preliminares”, o decreto definia:

Art. 3º – A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica e da guerra revolucionária ou subversiva.

Parágrafo 1º – A segurança interna, integrada na segurança nacional, diz respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país.

Parágrafo 2º – A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

Parágrafo 3º – A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

O Art. 2º – parágrafo IV da Lei 1.802 teve de ser alterado, pois, ao dizer “Tentar subverter, por meios violentos, a ordem política e social com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo”, permitia ao Supremo conceder *habeas corpus* àqueles que lutavam contra o regime, mas que não faziam uso de “meios violentos”.

O HC 45.215, de Almyr Sozzi Veloso, julgado em 12/3/68, é um exemplo disso. Almyr havia sido denunciado pelos arts. 2º, IV, 9º da Lei 1.802 e, de acordo com o ministro-relator Evandro Lins, o processo não trazia nenhum “indício de que tenha havido tentativa e muito menos violência”.

A nova redação dada pelo DL 314, retirando a expressão “por meios violentos”, visava a fechar a brecha pela qual o STF vinha concedendo *habeas corpus* quando ficava claro que os presos ou ameaçados de prisão não tinham feito uso de violência ao realizarem

ações políticas contra o regime. Com o novo decreto, todo e qualquer ato considerado subversivo contra a ordem ou a estrutura política e social do país poderia dar motivo a prisão e processo penal.

Outros artigos também sofreram alterações, pelo fato de conterem mecanismos que poderiam garantir a concessão dos *writs* junto ao STF. Em seu art. 11, a Lei 1.802 dizia ser crime contra o Estado:

Art. 11 Fazer publicamente propaganda:

- a) de processos *violentos para a subversão* da ordem política ou social;
- b) de ódio de raça, de religião ou de classe; (...)
- a) a exaltação dos fatos guerreiros da história pátria ou do sentimento cívico de defesa armada do País, ainda que em tempo de paz;
- b) a exposição, a crítica ou o debate de qualquer doutrina.

É importante salientar que os artigos que foram alterados e/ou incluídos no DL 314 tratavam de adequar as normas à situação vivida pelo país naquele momento, de modo a auxiliar o presidente da República a promover as ações que julgava necessárias. Do art. 11, da letra “a” também foi retirada a palavra “violento”; logo, em vez de “processos violentos para a subversão da ordem política ou social”, passava-se a:

Art. 33 Incitar publicamente:

- I – à guerra ou à subversão da ordem política-social;
- II – à desobediência coletiva às leis;
- III – à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis;
- IV – à luta pela violência entre as classes sociais; (...)
- VI – ao ódio racial (...).

Lúcia Ramos Cunha (HC 45.305, de 16/4/68), juntamente com outros estudantes, foram objeto de IPM destinado a apurar atividades subversivas, respondendo pelos crimes incursos nos arts. 2º, III, 9º, 10º e 11º parágrafo 3º e 17 da Lei 1.802.

Evandro Lins (ministro-relator) concedeu o pedido dos estudantes, pois “O Promotor deve narrar os fatos e citar os dispositivos legais, de modo a que a espécie descrita se subsuma no tipo. Sem essa correspondência, a denúncia não satisfaz os requisitos legais para que seja válida”.

O que se pode notar, portanto, é que, mesmo estando o governo investido de novos poderes pelo AI-2, por meio do qual foi possível inclusive ampliar o conceito de segurança nacional (DL 314), a Suprema Corte continuou a conceder *habeas corpus*, passando a ser mais criteriosa nas análises dos processos.

O processo de José Benedito Trindade (HC 46.471) tratava de *habeas corpus* impetrado em favor de diversos estudantes envolvidos com o famoso congresso que a UNE tentou realizar em Ibiúna (SP). De acordo com os advogados dos estudantes, o fato de os policiais estaduais terem abortado o movimento não caracterizou um “flagrante de funcionamento da UNE, inclusive porque, como foi amplamente divulgado, a prisão dos estudantes se efetuiu às primeiras horas da manhã, quando todos dormiam”; alegou, ainda, excesso de prazo na prisão. A ordem foi concedida a todos que tinham a prisão comprovada.

Os militares não estavam satisfeitos com o tipo de posicionamento adotado pelo STF e, em 13 de dezembro de 1968, foi editado o AI-5, pelo qual foram suspensas as garantias de “*habeas corpus*, nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem política e social e a economia popular” e, no dia 1º de fevereiro de 1969, o AI-6, que alterava a composição do Tribunal de 16 para 11 e ainda impedia que os recursos ordinários fossem substituídos por originários. Estas alterações visavam a dificultar ou mesmo impedir que o Supremo apreciasse processos de cunho político e seu efeito pôde ser sentido de imediato.

No processo interposto por Paulo Cezar Monteiro Bezerra (RHC 46.803), a Segunda Câmara Criminal não conheceu do pedido, pois o solicitante, segundo a autoridade coatora, teria confessado sua participação no assalto à agência do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara, praticado à mão armada, com “inspiração política, de caráter comunista” e sob a orientação do “comunista Carlos Marighella”. Paulo Cezar foi enquadrado no art. 25 do DL 314: “Praticar massacre, devastação, saque, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação, atentado pessoal, ato de sabotagem ou terrorismo”, o qual não possui amparo legal para a concessão de *habeas corpus*, por se tratar de delito “capitulado na Lei de Segurança Nacional”.

Thompson Flores (relator) negou provimento ao recurso, pelo fato de o art. 10 do AI-5 proibir “terminantemente” a concessão do *writ* aos casos incursos na Lei de Segurança Nacional.

### Conclusão

A análise dos processos de *habeas corpus* no período 1964-69 é capaz de demonstrar que o posicionamento do STF oscilou ante as ações desencadeadas pelos militares no processo de implantação do novo regime. No início, a tendência da Corte foi a de não conhecer dos pedidos de *habeas corpus* nos casos em que a autoridade coatora era militar (atendendo à jurisprudência do próprio Tribunal), talvez imaginando, como muitos à épo-

ca, que aquela fase seria passageira e que logo o país retornaria à normalidade constitucional. À medida que os acontecimentos evoluíram na direção da permanência dos militares no governo e do recrudescimento do regime, o STF contornou sua própria jurisprudência e passou a utilizar as brechas jurídicas disponíveis para conceder *habeas corpus* às pessoas perseguidas por autoridades policiais ou militares. Entretanto, esta postura liberal da Corte nunca chegaria ao limite de afrontar pura e simplesmente o governo, confrontando-se de maneira clara à escalada autoritária em curso. Da parte dos militares, a reação ao posicionamento por vezes divergente do STF também se deu pela via legal-jurídica, através da edição de Atos Institucionais e decretos que diminuía gradualmente a margem de ação do Tribunal. Na análise dos casos, vimos como o STF se deixava enquadrar pelas novas normas jurídicas, mas buscava, ao mesmo tempo, aproveitar as brechas jurídicas sempre que possível para garantir a liberdade daqueles que lhe batiam às portas. Talvez tenha sido por essa razão que, em circunstâncias de maior tensão no país, os militares chegaram mesmo a modificar a composição da Corte e impedir o Judiciário de apreciar ações decorrentes dos Atos Institucionais, culminando com o AI-5, que suspendeu a última das garantias de liberdade: o próprio *habeas corpus*.

Apesar de conceder um grande número de *habeas corpus* no período, o STF submeteu-se à normatividade imposta pelos militares – por meio de Atos Institucionais e decretos –, assumindo uma postura um tanto formalista diante do caráter visivelmente autoritário da ordem política que foi se instalando no país.

Por fim, a análise dos votos nos permitiu perceber como havia uma certa heterogeneidade interna no Tribunal, com ministros expressando diferentes interpretações da legislação e da Constituição. Um mês depois de o regime autoritário se fechar definitivamente, em dezembro de 1968, com o AI-5, três dos ministros que mais se empenharam pela garantia das liberdades individuais foram aposentados pelo governo militar: Hermes Lima, Nunes Leal e Evandro Lins.

*Recebido em setembro/2004; aprovado em outubro/2004.*

#### *Notas*

\* Texto parcial da pesquisa de iniciação científica orientada pelo Prof. Dr. Rogério Bastos Arantes e financiada pelo Pibic/Cepe, premiada como melhor trabalho na área de ciência política apresentada na 56ª Reunião Anual da SBPC.

\*\* Graduanda da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP.

<sup>1</sup> De acordo com o livro *Brasil: Nunca Mais*, este termo foi utilizado de maneira abusiva, segundo a qual seu conceito “continha uma lógica primitiva; subverter é tentar transformar o que hoje existe; como o regime atual representa a vontade da nação, tentar mudá-lo é, pois delito. E todo delito merece punição”. Cf. p. 159.



## RESENHAS

### CLAMOR, A DEMONSTRAÇÃO DE CORAGEM, AMOR E SOLIDARIEDADE

Yvone Dias Avelino\*

LIMA, Samarone. *Clamor, a vitória de uma conspiração brasileira*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2003.

A presente resenha resulta de uma atenta e interessada leitura da obra acima citada, de 259 páginas, nas quais o autor, de forma clara, cativante e inteligente, apresenta-nos uma substanciosa narrativa, que vem enriquecer a historiografia brasileira sobre uma parte do período do domínio militar no Brasil.

O livro é resultado de uma dissertação (mestrado) apresentada em setembro de 2000 ao Programa de Pós Graduação em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação do eminente sociólogo Prof. Dr. Sedi Hirano. O título inicial era *A penumbra compartilhada*.

A obra é reflexo de uma exaustiva e profunda pesquisa em que, incansável, o jornalista buscou o Arquivo Clamor, riquíssima memória guardada no Arquivo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva. Trata-se, na realidade, de desvelar uma entidade de Direitos Humanos criada em São Paulo, em 1978, para denunciar as violações e barbaridades praticadas pelos gestores militares no Cone Sul.

O grande mérito é a apresentação de uma narrativa sociológica/histórica contemporânea, flagrada e apurada sob o olhar atento do jornalista. Trabalho interdisciplinar, apresenta-nos com a memória dos atos sórdidos de uma época negra, dolorosa e sombria.

Lidou o autor com registros cuidadosamente anotados e criteriosamente arquivados dos atores integrantes do Clamor, que constatavam o sofrimento dos que não esquecem e lutam pelos seus desaparecidos. Como enunciou o próprio autor, “para elaborar este trabalho, percorri alguns caminhos repletos de aventura humana e descobertas”; como jornalista, não se contentou só com os arquivos, mas os somou ao relato oral como fonte de pesquisa. São as entranhas da repressão no Cone Sul que estão sendo visceralmente

abertas por uma narrativa que encanta e que é comprovada, também, pelos documentos orais vivos e revoltantes, carregados de dor e de esperança, de sofrimentos atrozes e chamados de vida. O pesquisador é travestido, em alguns momentos, em poeta e em monge. Não se perde, e deixa o leitor acompanhá-lo na sua reflexão com a mesma intensidade de fúria, paixão e revolta.

São 20 capítulos, cativantes e bem elaborados, todos precedidos por fotos atraentes e significativas, em que, com grande esforço, foram identificadas tanto as pessoas que aparecem quanto os fotógrafos (como aponta o autor no item “Créditos das Fotos”). Atrevemo-nos a criticar e, ao mesmo tempo, lamentar que as referidas fotos não fossem tratadas com o devido rigor que se exige de tal fonte, sobretudo para o historiador, como nos aconselha Boris Kossoy, em seu *A fotografia como fonte histórica*. No presente trabalho, elas são belas ilustrações, equívoco desculpável, dado o grande mérito das outras fontes arroladas e os resultados apresentados.

O livro traz um rol indicativo de todo o percurso da pesquisa, do financiamento, das pessoas que com o autor colaboraram – com certeza, com grande espírito acadêmico, mas, também, movidas pelo desejo e paixão de vida, a solidariedade, que fecha os abismos que teimam em permanecer no cotidiano de tantas mortes e algumas ressurreições. Ler a obra é ainda acreditar nas relações e nos valores humanos.

De que trata, enfim, este substancioso relato? Trata, na realidade, de uma pequena reunião, que começou numa sala da Cúria Metropolitana de São Paulo, discreta, cheia de esperança e temor.

Sabiam seus integrantes que os governos militares de alguns países da América Latina, onde existiam prisões e torturas, estavam em comunicação entre si e que, portanto, eles estavam em constante perigo de prisão. Sabiam do risco, mas o amor ao próximo que os unia era a palavra de ordem.

Em 24 de março de 1976, ao retirar Isabelita Perón da Presidência da República Argentina, os militares tomaram o poder, seguindo o exemplo de Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. Em pouco tempo, muitas barbaridades aconteceram na Argentina: casas foram cercadas, bombardeadas e metralhadas. Presos políticos desapareceram – não há registros das centenas de homens e mulheres que foram levados de suas casas, mulheres grávidas, crianças que sumiram. É o grande e penoso martírio da localização. Neste mesmo ano, o Brasil se aproximava dos 12 anos de ditadura e Atos Institucionais; Uruguai e Chile, três anos; Paraguai, 22 anos; e, agora, a Argentina integrava os países do Cone Sul dominados pelos militares. Iniciava-se uma nova realidade – crianças desaparecidas, e, portanto, a reunião acima citada tratava de discutir esta questão. Seus integrantes: uma jornalista inglesa, um pastor presbiteriano e um advogado.

A jornalista inglesa Jan Rocha veio ao nosso país pela primeira vez em 1964, ano do golpe militar, pelo Serviço de Voluntariado das Nações Unidas. Não esqueceu o Brasil (a “Cidade Maravilhosa” acima de tudo) e a intrincada floresta Amazônica, que a enfeitiçou com seus mitos encantadores. Em 1969, trabalhava como correspondente internacional do jornal *The Guardian* e da Rádio BBC de Londres. Foi quando retornou ao Brasil, onde se casou e encontrou uma realidade contrastante com a anterior. Os governos militares estavam no limite da dureza da caserna. Rolavam os chamados “Anos de Chumbo”, com o Ato Institucional 5. Tendo uma excelente relação com a Anistia Internacional, suas freqüentes reportagens flagravam a violação dos direitos humanos no Brasil.

O pastor Jaime Wright (filho de missionários norte-americanos, cujo irmão foi uma vítima da ditadura) foi um dos entrevistados da ardorosa jornalista inglesa, combatente defensora dos direitos humanos, que recebia em sua casa, no bairro de Perdizes, próximo à PUC-SP, as mais inusitadas declarações de torturas. Naquela entrevista, não poderiam imaginar que comporiam juntos, um dia, um grupo de conspiradores em defesa dos direitos humanos na América Latina. O pastor, em 1964, era secretário-geral da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, e vinha de um trabalho de apoio às famílias que o procuravam para denunciar os horrores daqueles tempos, em diversos países do Cone Sul. Participou da fundação do Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese), do Centro Santo Dias, da Pastoral de Consolação e Solidariedade do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) e do Serviço de Paz e Justiça na América Latina (Serpaj). Em seu trabalho, tinha uma visão ecumênica abrangente, que o aproximou cada dia mais de Dom Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo. Era membro da Comissão Arquidiocesana dos Direitos Humanos e mantinha excelentes relações com o Conselho Mundial de Igrejas.

O fato que mais o uniu a Dom Paulo, porém, foi pessoal: o desaparecimento de seu irmão, deputado estadual cassado, preso, torturado e que integrava a lista dos desaparecidos brasileiros. Seu nome figurava na listagem de capturados do Ministério da Justiça, em 1975, sendo dado como “foragido” e acusado de ser militante da APML. Jaime, como escreve o autor do livro, perdeu seu irmão para a ditadura; na luta para localizá-lo, ganhou outro, com o mesmo nome, também chamado Paulo.

O terceiro integrante, o advogado Luís Eduardo Greenhalgh, tão conhecido nas lides acadêmicas e políticas, dispensa, naturalmente, uma apresentação mais detalhada. O que o qualifica é o seu perfil militante, a sua capacidade intelectual e, sobretudo, o lado humano e combativo que tomou durante o processo ditatorial e que vem mantendo até os dias de hoje.

As relações entre ele e o pastor se deram em encontros para explicações e relatos sobre o drama do irmão desaparecido. O advogado foi o trampolim para que o perfil das buscas fraternas não mais implorasse, que passasse a *exigir*. O pastor ganhou forças para lutar ao saber (pelo amigo da Ação Popular surgida na Igreja Católica e dos rachas da incorporação ao PC do B) da criação da APMML, as quedas, as prisões em 1973 e do codinome de Paulo – “Antônio”. Agora, para o pastor, cada vida que salvasse era uma homenagem ao irmão, vítima da tortura dos militares brasileiros.

Jaime Wright chegou à casa/refúgio ou casa/aparelho de Jan depois de uma encenação preparada por um casal de argentinos, quase um seqüestro. Pela primeira vez, o pastor, a jornalista e o advogado se reuniam. O casal argentino contou com minúcias as atrocidades cometidas em seu país. Encontro decisivo, em que se propunham a formar um grupo que se dedicasse a acompanhar a questão dos refugiados. A primeira meta era a divulgação de todas as informações no exterior, já que os meios de comunicação da Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai estavam sob forte censura. Ouviram em silêncio as denúncias e um detalhe marcou os três – o destino incerto de crianças e bebês, filhos de pessoas desaparecidas. Iniciava-se, ali, um longo percurso de lutas e de solidariedade, de amor ao próximo, de coragem desmedida, em que se empenharam a recuperar a cidadania e a dignidade dos povos infantis latino-americanos.

Nova reunião foi marcada para ser realizada no Instituto Sedes Sapientiae, no bairro de Perdizes, tarefas foram definidas, bem como ações a serem aplicadas. Estariam, dali para frente, empenhados numa luta e, conforme deliberaram, articulados com a Igreja Católica, na figura de seu cardeal, que vinha conduzindo uma ação corajosa na defesa dos direitos humanos.

Várias reuniões levavam a novas direções, a novas tarefas e à busca de um nome forte para o grupo, que marcasse e chamasse a atenção e que mobilizasse as pessoas para a solidariedade em vários países. Pensaram em Anistia Internacional, mas, por último, surgiu “Clamor”. Alegria geral: Clamor tinha o mesmo significado em português, inglês e espanhol. Em português e espanhol, continha a palavra amor; no inglês, clamour, o l’amour do francês. Além disso, trazias as letras L e A de América Latina, ou Latin America. Era a palavra certa para os inúmeros desafios que o grupo se propunha a enfrentar, principalmente o de mobilizar a opinião pública internacional contra as violações de direitos humanos no Cone Sul.

O pastor lembrou um trecho da Bíblia, o Salmo 88, que parecia estar se referindo à realidade latino-americana, naquele momento histórico: “Oh, Senhor, Deus da minha salvação, diante de ti, clamo de dor de dia e de noite. Chegue minha oração perante a tua face; inclina os teus ouvidos ao meu clamor”.

O livro de Samarone Lima nos traz relatos surpreendentes da luta árdua do Clamor e os resultados satisfatórios na recuperação de crianças desaparecidas, já adotadas por civis e até por militares, que retornaram aos seus lares, aos seus avós, aos seus familiares, porque os pais jazem em algum lugar desta mítica América Latina, sem túmulos. Trata-se de uma obra que merece ser lida, e seus documentos, utilizados como fontes, procurados por outros pesquisadores que trabalham o mesmo tema ou a mesma época. Segundo informações do próprio autor, o Clamor tem o seu acervo guardado no Cedec da PUC-SP, onde também será depositado todo o material coletado em diferentes arquivos do Brasil, Argentina, Chile e Uruguai. Pesquisas como esta nos desvelam a qualidade e o perfil dos pesquisadores brasileiros.

#### *Nota*

\* Profa. Dra. Titular do Departamento de História da PUC-SP.



## DITADURA MILITAR E RESISTÊNCIA: AS COMISSÕES DE FÁBRICA DA COBRASMA

Adilson José Gonçalves\*

COUTO, Ari Marcelo Macedo. *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência*. São Paulo, Annablune, 2003.

A ditadura militar no Brasil se instaura sob a égide da Doutrina da Segurança Nacional, perfeitamente articulada aos princípios da guerra fria, apontando para o significado do país no contexto das políticas americanas para o continente sul-americano. Perspectiva que encontra ressonância na incapacidade da burguesia de administrar o Estado, na sua busca de conter os movimentos sociais e de garantir a reprodução do capital dentro do modelo dependente e associado, ante as pressões dos movimentos sociais emergentes e a luta pela efetiva democratização da sociedade pré-64.

Assim, todas as manifestações dos segmentos organizados que se contrapunham aos ditames do Estado ditatorial foram reprimidas de forma violenta. No entanto, há nuances e temporalidades distintas nas articulações do poder e nas suas formas de expressão. Podemos identificar grupos diferenciados entre os militares, destacando-se uma perspectiva mais liberal representada pelos donos do poder até finais de 1967 e uma linha identificada como mais dura, que se torna hegemônica a partir de 1968.

Ari Macedo, mestre em história e jornalista, escreve o livro *Greve na Cobrasma: uma história de luta e resistência* no âmbito da história da cultura; evidencia o mundo do trabalho valendo-se de um estudo de caso exemplar, para refletir sobre as formas de organização e luta dos operários no período, trazendo a lume as intrincadas relações de poder no âmbito do Estado e nas particularidades das organizações da sociedade civil, apontando, ainda, para as questões de cotidianidade e de gênero.

A escolha do objeto de investigação é muito feliz, na medida em que conta com a possibilidade de lidar com a articulação de diversos movimentos sociais e entidades da sociedade civil, podendo perfilar um momento altamente significativo destas lutas.

O movimento da Cobrasma é expressivo, pois, além de a empresa ser a maior produtora de materiais ferroviários da América Latina, aponta para inúmeras mudanças na trajetória das ações operárias e atinge o ápice na articulação da greve de 1968, que condiz com os movimentos expressivos do período em escala internacional, expressos pela associação entre o operariado e a participação efetiva de estudantes e outros segmentos organizados, tendo como especificidade a luta contra a própria ditadura. Isto não quer dizer que o trabalho é linear, ao contrário, lida com a descontinuidade, com as rupturas, as permanências, mas não deixa de evidenciar a que veio, ou seja, destacar as particularidades e a abrangência da greve de 1968.

A leitura do texto é altamente instigante não só pela temática, mas por ser o resultado de pesquisa bem direcionada e de fôlego. Por ser complexo o movimento, trata de uma multiplicidade de fontes para dar voz aos diversos segmentos e agentes envolvidos: imprensa, documentação sindical e de entidades parassindicais (Frente Nacional do Trabalho e Movimento Intersindical Antiarrocho, por exemplo), entrevistas com os comprometidos com o movimento, sejam eles lideranças, da base, do poder estatal ou da oposição – compondo um rico mosaico de linguagens e registros que consegue trazer à luz as intrincadas malhas e tessituras do movimento. Na realidade, estabelece-se um diálogo entre os registros e os diversos agentes sociais que participaram das tramas da história inventariada.

O trabalho é composto de três capítulos que analisam a trajetória do movimento da Cobrasma, tendo como balizas cronológicas 1962 e 1968. A primeira diz respeito à instalação das Comissões de Fábrica, e a última, à eclosão e repressão da greve. Interessante destacar que o percurso das mobilizações dos operários traz como inflexão suas múltiplas relações com as formas de luta das demais categorias e entidades sociais antes e depois do golpe militar, apontando para permanências e rupturas. Inúmeras as perspectivas de leitura do texto. Talvez um recorte interessante para análise sejam as Comissões de Fábrica e sua articulação como movimento mais amplo de contestação do instituído.

As Comissões de Fábrica que surgem têm como objetivo organizar os operários nos seus locais de trabalho; têm, pois, condições de lidar com o cotidiano das relações entre empresa, os diversos níveis da sua hierarquia e a própria base, além de proporcionar um exercício fecundo de formação permanente. A proposta da organização conta com a presença de integrantes da FNT, que cria uma subsede em Osasco. Os frentistas, como são conhecidos no movimento operário, têm orientação cristã, defendem a co-gestão a partir das Comissões, a participação nos lucros da empresa, a negociação direta com o empregador – fatores que os colocam na mira dos pelegos e dos comunistas, pois propõem uma práxis sindical diferenciada e diferenciadora. Neste primeiro momento de organização dos

trabalhadores de Osasco e do novo Sindicato que lá se instala, a FNT desempenha um papel de destaque, disputando espaços e territórios para expressar suas formulações e proposições com as lideranças tradicionais. É vista como legalista por muitos, pois atua na esfera jurídica, mas como estratégia para ampliar direitos, desmascarar convenções e justificar a ampliação das lutas, elementos que nem sempre são claramente percebidos por alguns pesquisadores; em alguns momentos, Ari Macedo resvala na análise da FNT nesta perspectiva.

As Comissões de Fábrica se expandem para diversos segmentos da classe operária, representando um papel significativo nas suas formas de luta e resistência, principalmente após o golpe militar que limitou sobremaneira a ação dos sindicatos e demais movimentos organizados que tinham maior visibilidade. A Comissão de Fábrica da Cobrasma vai se enraizando e se transformando durante o período do estudo. Seus agentes e aqueles a eles vinculados são protagonistas e, ao mesmo tempo, alvo privilegiado dos sindicatos, do movimento estudantil, dos intelectuais e das organizações guerrilheiras do pós-64.

O movimento da Cobrasma, na sua longa trajetória de descontinuidades, encaminha-se para as problemáticas de fundo do período. A partir das questões sindicais, propriamente ditas, em função da política de arrocho salarial e pela repressão sistemática aos movimentos organizados perpetrada pelo Estado, novas formas de luta e resistência emergem. Os sindicatos sob intervenção pouco podem fazer em termos de organização, ensejando a articulação do MIA – visto pelo Ministério do Trabalho como entidade ilegal, que poderia se transformar em organizações similares àquelas destroçadas pela ditadura, por exemplo, o CGT.

Com o MIA, há a possibilidade de uma maior articulação entre diversos segmentos do operariado que, pelas Comissões de Fábrica, tentam lutar por melhores condições de vida e trabalho sob o arbítrio, momento de expressão das ações da FNT. Quando do apontamento das ações do MIA, o autor faz um balanço e inventário do significado do arrocho salarial traduzidos em tabelas, percentuais e comparações da cesta básica e custo de vida, que mostram uma dimensão inquestionável dos rumos da política econômica do regime militar (pp. 68-75).

Na realidade, o texto trata de formas de luta e resistência não só no âmbito da macropolítica, mas da micro. A luta é de oposição aos sindicatos oficiais, dentro das fábricas e no cotidiano. Em 1967, articula-se em Osasco uma chapa de oposição para concorrer às eleições sindicais, composta por estudantes, operários estudantes, oriundos das Comissões de Fábricas e integrantes da Frente.

Como Perus, movimento dirigido pela FNT e que a engendrou, o de Osasco passa a ser visto como foco de subversão e é alvo sistemático da repressão e das atenções dos

aparatos de inteligência do sistema. Diferentemente do anteriormente citado, é uma parcela do chamado grupo de Osasco que detém o Sindicato no período da articulação do movimento de 1968, que compõe os quadros das organizações guerrilheiras do país. As dissidências entre o grupo de Osasco e a FNT se fazem claras, devido ao caráter cada vez mais contestatório do movimento à própria ditadura, por sua política econômica, de controle dos sindicatos e de cerceamento das liberdades democráticas. A ameaça de intervenção no Sindicato de Osasco é iminente (p. 77).

Os símbolos do controle do movimento operário são postos em xeque pelos militantes da Cobrasma e o grupo de Osasco, como formas de resistência e contestação do poder instituído. As festividades do 1º de maio conformam-se como um deles. Nas comemorações de 1968, o grupo de Osasco prepara-se para uma ofensiva, organiza-se para contestar o protocolar e instaurar uma situação de luta de fato contra os poderes constituídos, como um signo que anuncia as ofensivas dos novos tempos e novas estratégias de luta.

Nos meios oficiais, há discussões sobre a conveniência da realização do cerimonial com a presença das autoridades, definindo-se Abreu Sodré, então governador de São Paulo, pela presença e coordenação do ato. No entanto, não consegue dar o tom ao dia. Os estudantes e operários inibem sua fala e conseguem ocupar o palanque oficial, dando eles o tom. Marca indelével nas articulações das perseguições e repressão sistemática ao grupo: o movimento de Osasco passa a ser mais visado pela repressão e pelos aparatos de inteligência, ficando cada vez mais evidente seu distanciamento das diretrizes do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e do dos Bancários, que poderiam ser fortes aliados nos movimentos mais amplos (pp. 85-94). Com os protestos do 1º de maio, o movimento cindese totalmente e, nesse período, gradativamente, o regime militar torna-se mais agressivo.

A greve de julho de 1968, que entra para os anais da história como o grande movimento inovador no decênio, é gestada no interior do grupo, sem conhecimento dos frentistas. A chave da articulação é a sistemática da preparação da base sem conhecimento de outras lideranças. A idéia é não fazer a tramitação pelos cânones definidos pela regulamentação da lei de greve da ditadura. Visa a tomar vulto, antes que a repressão atinja o movimento e os segmentos expressivos do operariado. Com a greve dos operários de Osasco, almeja-se a dilatação para uma greve geral que ponha em discussão os próprios fundamentos da ditadura.

A greve de julho de 1968 aparece descrita e analisada de maneira pormenorizada no terceiro capítulo do trabalho. São evidenciados os antagonismos e posições dos grupos envolvidos, o cotidiano na fábrica e fora dela, as articulações com os agrupamentos políticos mais expressivos dos movimentos sociais, objetivando atingir os fins pragmáticos, ou seja, as reivindicações protocolares e a ampliação destas até a derrocada da ditadura.

A senha para o início da greve é um apito na Cobrasma; a fábrica é paralisada e ocupada pelos operários. Na madrugada do mesmo dia, a repressão desestabiliza totalmente o movimento; parte da liderança é presa, torturada, outros conseguem fugir para o interior e outros estados, e alguns ingressam nos movimentos guerrilheiros.

O autor enfatiza a questão de que, apesar da duração de um só dia, a forma de organização é um alento e marco na trajetória dos movimentos sociais, que só pôde ser recuperado dez anos depois, nos movimentos articulados no ABC, o chamado Novo Sindicalismo.

O trabalho suscita muitas questões, é polêmico e deve ser apreciado por todos que se interessam pelas lutas sociais no período da ditadura militar.

#### *Nota*

\* Professor Doutor do Departamento de História e do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A revista *Projeto História* é temática, semestral e compõe-se de 5 (cinco) seções: Traduções, Artigos, Entrevistas, Notícias de Pesquisa e Resenhas.

1 – Todos os trabalhos devem conter reflexões em torno do tema proposto para cada número.

2 – Todos os textos enviados serão submetidos a 2 (dois) pareceristas do Conselho Editorial e, se necessário, serão encaminhados para um terceiro consultor.

3 – Os artigos devem conter aproximadamente 25 (vinte e cinco) laudas de 30 linhas e 70 toques. Deverão vir acompanhados de título, de resumo em torno de 100 palavras e de, no máximo, 5 (cinco) palavras-chave. Título, resumo e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês.

4 – As resenhas terão um extensão em torno de 5 (cinco) laudas e deverão conter 3 (três) palavras-chave. Título e palavras-chave deverão ser apresentados em português e inglês. As resenhas dispensam a apresentação de resumo.

5 – As traduções terão uma extensão flexível, a critério do Conselho Editorial. Deverão vir acompanhadas de autorização do autor do texto e das imagens. As traduções dispensam resumo e palavras-chave.

6 – As notícias de pesquisa devem conter aproximadamente 10 (dez) laudas e deverão vir acompanhadas de título em português e inglês. Esses trabalhos dispensam resumo, palavras-chave e fonte.

7 – O originais devem ser apresentados em disquete 3,5”, Programa *Word 6.0* ou *7.0 for Windows* (fonte *Times New Roman 12*, com espaço 1,5) e em 2 (duas) cópias impressas. Deverão conter ainda os seguintes dados: endereço completo, telefone, fax e e-mail.

8 – As notas bibliográficas e explicativas deverão ser numeradas e colocadas no final do texto. A revisão não publica bibliografias.

9 – Dados sobre a formação e filiação acadêmico-institucional do autor deverão ser indicados em asteriscos no final do texto.

10 – Normas para notas:

Em caso de livro:

SOBRENOME, Nome. *Título do livro em itálico: subtítulo*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de capítulo de livro:

SOBRENOME, Nome. “Título do capítulo ou item do livro entre aspas”. In: *Título do livro em itálico*. Tradução. Edição, Cidade, Editora, ano, p.

Em caso de artigo de periódico:

SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*. Cidade, Editora, v., fascículo, p., ano.

**PROJETO HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA PUC-SP**

Formulário para assinatura e aquisição de números avulsos

O valor da assinatura anual é de R\$ 60,00 e o valor do número avulso é de R\$ 30,00.

Envie seu pedido anexando comprovante de depósito a ser realizado no **Banco Bradesco – Ag. 3394-4 – Conta Corrente 1506-7**, para o endereço abaixo:

Programa de Estudos Pós-Graduados em História/PUC-SP  
**PROJETO HISTÓRIA**  
Rua Monte Alegre, 984 – 4º andar – sala 4E08 – Bloco A – Perdizes  
CEP 05014-901 – São Paulo – Brasil

---

Nome .....

Endereço .....

Cep ..... Cidade ..... Estado .....

Fax ..... E-mail .....

Assinatura .....

---

Indique abaixo opção desejada

Números disponíveis – 11, 13, 14, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29

Assinatura Anual: ..... Total .....

Cheque nº ..... Agência ..... Banco .....

